

Isto e Aquilo

agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Instituto de Geociências

Departamento de Geografia

Daniela Adil Oliveira de Almeida

ISTO E AQUILO: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

Belo Horizonte

2016

Daniela Adil Oliveira de Almeida

ISTO E AQUILO: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Produção, organização e gestão do espaço.

Orientadora: Prof[a]. Dr[a]. Heloisa Soares de Moura Costa.

Belo Horizonte

2016

A447i
2016

Almeida, Daniela Adil Oliveira de.
Isto e aquilo [manuscrito] : agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) / Daniela Adil Oliveira de Almeida. – 2016.
438 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientadora: Heloisa Soares de Moura Costa.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2016.
Área de concentração: Organização do Espaço.
Linha de pesquisa: Produção, Organização e Gestão do Espaço.
Bibliografia: f. 389-408.
Inclui anexos e apêndices.

1. Agricultura urbana – Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG) – Teses. 2. Ecologia agrícola – Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG) – Teses. 3. Planejamento urbano – Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG) – Teses. 4. Política ambiental – Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG) – Teses. I. Costa, Heloisa Soares de Moura. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 631.95(815.1)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

DANIELA ADIL OLIVEIRA DE ALMEIDA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 24 de agosto de 2016, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Heloisa Soares de Moura Costa - Orientador
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof(a). Monica Cox de Britto Pereira
UFPE

Prof(a). Cassio Eduardo Viana Hissa
UFMG

Prof(a). Roberto Luis de Melo Monte Mor
UFMG

Prof(a). Monique Sanches Marques
Universidade Federal de Ouro Preto

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2016.

AGRADECIMENTOS

À Heloisa, pela confiança e pelo estímulo permanentes na condução deste estudo. Por me ajudar a voar e a aterrar quando necessário.

À Cecília e Andrea, pela generosidade ao me receberem na *Ryerson University* e por me ajudarem a me sentir em casa em Toronto.

Ao professor Roberto Monte-Mór, pelas inspirações e encantamento pelo urbano, experimentados no grupo de estudos sobre Lefebvre e pela oportunidade de aprendizado no Projeto de Macrozoneamento Metropolitano.

À CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG pelas condições oferecidas para a realização desse trabalho e do doutorado sanduíche no Canadá.

Às instituições que gentilmente forneceram dados para as análises deste estudo, especialmente a EMATER MG e a Agência de Desenvolvimento da RMBH.

Aos professores que participaram do exame de qualificação e da banca final, pelos valiosos questionamentos e sugestões: Cassio Hissa, Henri Acselrad, Monica Cox, Monique Sanches e Roberto Monte-Mór.

Às amigas e amigos que leram e comentaram criticamente as versões anteriores deste trabalho: Ana Carolina Euclydes, Felipe Magalhães, João Tonucci, Laís Grossi, Marcelo Almeida, Nathan Itaborahy e Rafael Ferrari.

Aos professores/as e colegas Harley Silva, Marcelo Cintra, Rafael Alves, pelas estimulantes e motivadoras conversas e troca de ideias.

À Vivi, Adelsin, Lora, Miguel, Lois Eissen, Marina, Rafael e ao PLUG Minas, pelo acolhimento e afeto em momentos decisivos.

À Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), pelos valores e princípios que fundamentam minha vivência ativista e profissional e pelas amizades de toda a vida.

Às companheiras e companheiros da AMAU e do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, pelo riqueza de experiência de misturar teorias e práticas.

Às pessoas-flores do AUÊ!, parceiras da experimentação de modos de fazer pesquisa e construir possibilidades de diálogo com tantos e diferentes interlocutores/as.

Ao professor Rodrigo Matta Machado, pela confiança e jornada de trabalho conjunta na implantação do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica da UFMG.

Ao Igor Tupy, pela preciosa colaboração nas análises de dados.

À Dani Moura, pela ampliação dos canais de comunicação das ideias aqui apresentadas a partir da criação do site do AUÊ!.

À Raquel Benjamim, pelos sabores de se admirar!

Ao Victor, pela presença tranquilizante e
pelo dedicado trabalho com as imagens desse trabalho.

À Luisa, pelas incontáveis ajudas e pela disponibilidade, sempre, ao longo desta jornada.

À minha família, apoiadora de todas as horas: Mundinha, Marcio, Ângela, Juliana, Maria Clara, Marcelo e Juliana dos Anjos. E à família Nina, Rubia e Josi, pelo apoio no dia a dia.

Ao Tomas, sempre presente, mesmo nas ausências.

Ao Gil, parceiro-azucrinante-questionador-paciente, pela felicidade irritante.

Às pessoas que cotidianamente cultivam espaços de vida, por atravessarem minha vida e renovarem a esperança no urbano possível.

RESUMO

Esta tese parte da percepção de um contraponto entre a riqueza das experiências agrícolas cotidianas encontradas nas regiões metropolitanas e as lacunas no conhecimento acadêmico acerca dessa prática social no Brasil. O modo como foi conduzida proporcionou a aproximação entre a vivência profissional e ativista da autora, as abordagens teóricas e conceituais adotadas e as dinâmicas socioespaciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) que conformaram o recorte analítico da pesquisa. Para interpretar as relações entre as agriculturas e a produção do espaço na RMBH, articulou-se a abordagem lefebvriana sobre o urbano contemporâneo, com conceitos da ecologia política e da agroecologia e com o debate atual acerca da agricultura urbana. A dialética socioespacial e leituras não dicotômicas que tratam da relação urbano-cidade, urbano-rural e urbano-natureza inspiraram a abordagem dos espaços agrícolas urbanos como produtos de contextos sociopolíticos em diferentes tempos e escalas, mas também como parte da sociedade urbana, *o urbano em formação*. Esses espaços são, assim, compreendidos como contemporâneos, contraditórios, abertos para o futuro e para novas interações que podem produzir outras trajetórias que diferem da homogeneização de espaços e modos de vida resultantes da lógica de produção capitalista, bem como problematizam as concepções de agricultura e de sistemas alimentares em disputa no mundo atual. O referencial empírico desta pesquisa buscou convergir a recente experiência de planejamento territorial com as iniciativas de mapeamento e caracterização das práticas de agricultura conduzidas por espaços sociais atuantes na RMBH. As análises sobre as agriculturas na região possibilitaram a construção de um panorama geral – a partir de dados secundários e primários disponíveis para os 34 municípios da RMBH – e uma leitura territorial de conflitos e potencialidades – a partir de cinco vetores de expansão metropolitana. Possibilitaram ainda argumentar que a conformação do campo da *agroecologia urbana* pode favorecer novas configurações territoriais na RMBH, assim como vir a fortalecer e ampliar a escala das práticas cotidianas que mostram ser possível cultivar o urbano como espaço de convivência entre as pessoas e entre as pessoas e a natureza.

Palavras-chave: Agricultura urbana. Agroecologia. Produção do espaço urbano. Ecologia política. Planejamento metropolitano.

ABSTRACT

This thesis starts from the perception of the contrast between the daily agricultural practices found in metropolitan regions and the gaps in the academic knowledge about them in Brazil. The methodology employed in this research integrated the author's experience, theoretical and conceptual approaches, and socio-spatial dynamics in the metropolitan region of Belo Horizonte (RMBH). The theoretical-methodological perspective addressed in this study allowed interpretations about the relationship between agricultures and the production of space under the Lefebvrian approach on the contemporary urban, articulated with concepts of political ecology and agroecology and the current debate on urban agriculture. The socio-spatial dialectic and the non-dichotomous interpretations of the relationships between the urban space and city/countryside/nature are inspirations to address the urban agricultural spaces as outcomes of sociopolitical contexts in various temporal and spatial scales, as well as components of urban societies - *the real and virtual urban*. These are, then, contemporary, contradictory spaces for future interactions that may prevent the homogenization of spaces and lifestyles resulting from the capitalist logic of production, and may problematize the conceptions of agriculture and food systems in dispute today. The empirical framework of this research articulates the recent experience on territorial planning, mapping initiatives, and characterization of agricultural practices conducted by social spaces in RMBH. The analyses about RMBH's agricultural systems provided a general overview - based upon new and available data on 34 municipalities, and an interpretation of territorial conflicts and potential convergences in five metropolitan expansion vectors. They enabled further argue that the establishment of the *urban agroecology* field may not only favor new territorial structures in RMBH, but also strengthen and expand the daily practices that show that it is possible to cultivate the urban a space of interaction amongst people and amongst people and nature.

Keywords: Urban agriculture. Agroecology. Production of urban space. Political ecology. Metropolitan planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Espaços de diálogos e afirmação de saberes.....36
Figura 2 - Isto e Aquilo: conceitos e práticas.....43
Figura 3a e 3b – Cultivo de plantas, criação de animais e comercialização de produtos agrícolas na RMBH.....49
Figura 4 - Agricultura urbana: conceituação aberta e em disputa.....52
Figura 5a e 5b – Exemplos de materiais de divulgação de campanhas no contexto da Primeira e Segunda Guerra Mundial.....55
Figura 6 – Dimensões políticas e principais tipos de agricultura urbana.....71
Figura 7a e 7b – Iniciativas de agricultura urbana em cidades do hemisfério norte.....73
Figura 8a e 8b – Iniciativas de agricultura urbana na cidade de Toronto e região.....77
Figura 9 - Tendências da literatura internacional.....83
Figura 10 - Construção do conceito da agricultura urbana no contexto nacional.....103
Figura 11a e 11b – Redes brasileiras de agricultura urbana e agroecologia.....109
Figura 12 - Agricultura urbana no Brasil: um campo em construção.....119
Figura 13 – Diversidade de tipos atuais de significados de agroecologia.....130
Figura 14 – Evolução da RMBH e Colar Metropolitano.....232
Figura 15 – Conformação atual da RMBH.....233
Figura 16 – Localização da RMBH no estado de Minas Gerais e no Brasil.....234
Figura 17 – Metrópole dispersa e monocêntrica X metrópole compacta e policêntrica.....243
Figura 18 – Hierarquia da rede de centralidades e rede de centros microrregionais e locais.....245
Figura 19 – Centralidades e eixos de estruturação metropolitana.....246
Figura 20 – ZIMs e AIMs preliminares.....250
Figura 21 – Categorias gerais das ZIMs.....253
Figura 22 – ZIMs – Zoneamento geral.....254
Figura 23 – Possibilidades para constituição da Trama Verde Azul na RMBH.....255
Figura 24 – Intensificação do uso social da cidade.....258
Figura 25 – Resultado da pesquisa de recuperação dos perímetros urbanos dos municípios da RMBH.....268
Figura 26 – Resultado da pesquisa de recuperação dos perímetros urbanos dos

municípios da RMBH (invertido).....269
Figura 27 – Glebas não urbanizadas e não parceladas e áreas parceladas e não ocupadas em municípios da RMBH.....272
Figura 28 - Referenciais conceituais e políticos do mapeamento e caracterização.....277
Figura 29 – Mapeamento das agriculturas da RMBH.....279
Figura 30 – Vetores de expansão da RMBH utilizados no Projeto de Macrozoneamento.....298
Figura 31 – Vetores de expansão da RMBH utilizados pelo Observatório das Metrópoles.....299
Figura 32 – Vetores de expansão da RMBH utilizados na tese.....300
Figura 33 – Vetor norte.....301
Figura 34a e 34b - Agriculturas no vetor norte.....309
Figura 35 – Vetor oeste.....311
Figura 36a e 36b - Agriculturas no vetor oeste.....318
Figura 37 – Vetor sudoeste.....320
Figura 38a e 38b - Agriculturas no vetor sudoeste.....326
Figura 39 – Vetor sul.....328
Figura 40a e 40b - Agriculturas no vetor sul.....334
Figura 41 – Vetor leste.....336
Figura 42a e 42b - Agriculturas no vetor leste.....341
Figura 43 – Região do *Greater Golden Horseshoe*.....347
Figura 44 – Área do *Greenbelt*.....348
Figura 45a e 45b – Acontecimentos recentes sobre agricultura urbana e agroecologia na RMBH.....385

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação dos municípios da RMBH na quantidade comercializada (1.000 t) com a CEASAMINAS/BH (2013).....289
Gráfico 2 – Participação dos municípios da RMBH no valor comercializado (1.000 reais) com a CEASAMINAS/BH (2013).....289
Gráfico 3 – Participação dos municípios da RMBH na comercialização de produtos agrícolas na CEASAMINAS/BH (2013).....290
Gráfico 4 – Percentual do número e percentual de área de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar dos municípios da RMBH (2006).....294
Gráfico 5 – Número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) dos municípios da RMBH (2006).....294

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACRANOLI: Associação de Apicultores das Cidades de Rio Acima e Nova Lima

ABA: Associação Brasileira de Agroecologia

ACGA: *American Community Gardening Association*

AFNs: *Alternative Food Networks*..

AGUILA: Assembleia de Rede Latino-Americana de Investigação em Agricultura Urbana

AIMs: Áreas de Interesse Metropolitano

ALMG: Assembleia Legislativa de Minas Gerais

AMA: Agência Mineira de Agroecologia

AMAU: Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana

AMBEL: Assembleia da Região Metropolitana de Belo Horizonte

ANA: Articulação Nacional de Agroecologia

APA: Área de Proteção Ambiental

APE: Área de Proteção Especial

APPs: Áreas de Proteção Permanente

ASPRUB: Associação dos Produtores Rurais de Brumadinho

ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural

AU: Agricultura Urbana

AUÊ!: Grupo de Estudos em Agricultura Urbana

AUP: Agricultura Urbana e Periurbana

BH: Belo Horizonte

CAAUPs: Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana

CAB: Cultivando Água Boa

CACs: Complexos Ambientais e Culturais

CAISAN: Câmara Interministerial de Segurança Alimentar

CAMG: Cidade Administrativa de Minas Gerais

CAUP-RMBH: Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte

CCF: Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro

CEASAMINAS: Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A

CECOM-PCD-TECA: Centro Comunitário Pró-Construção e Desenvolvimento do Taquaril, Ex-Castanheiras e Adjascências

CEDEPLAR: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG

CEPAGRO: Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

CEPAL: Comissão Econômica para América Latina

CEVAE: Centro de Vivência Agroecológica

CGAAU: Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana

CGIAR: *Consultative Group for International Agricultural Research*

CIRAD: *Centre de coopération internacionale em recherche agronomique pour le développment*

CMAUF: Centro Municipal de Agricultura Urbana e Familiar

CNAPO: Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

CNAU: Coletivo Nacional de Agricultura Urbana

CNUDS: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

COAG: Comitê de Agricultura da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

CONSEA-MG: Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais

COOPERMEV: Cooperativa Mista de Produtores Artesanais e Rurais de Melo Viana

COPASA: Companhia de Saneamento de Minas Gerais

COST: *European Cooperation in the field of Scientific and Technical Research*

CSA: Comunidade que Sustenta a Agricultura

CSANA: Coordenadoria de Segurança Alimentar e Abastecimento

CTAs: Centros de Tecnologias Alternativas

DAP: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

DFID: *Departament for International Development*

DGIS: *Directorate-General for International Cooperation*

DHAA: Direito Humano à Alimentação Adequada

DSE: *German Foundation for International Development*

EBAAs: Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENA: Encontro Nacional de Agroecologia

ENAU: Encontro Nacional de Agricultura Urbana

EPAMIG: Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

ETA: Estação de Tratamento de Água

FAEAB: Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil

FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FBSSAN: Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

FEAB: Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FEAM: Fundação Estadual de Meio Ambiente

FETAEMG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

FICs: Funções de Interesses Comuns

FMSANS: Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

FPM: Fundação de Parques Municipais

FUCAM: Fundação Educacional Caio Martins

GFJI: *Growing Food & Justice For All Initiative*

GGH: *Greater Golden Horseshoe*

GTAU: Grupo de Trabalho da Agricultura Urbana

GTZ: *German Technical Cooperation Agency*

IAF: *Interamerican Foudation*

IDRC: *International Development Research Centre*

IEF: Instituto Estadual de Floresta

IGAM: Instituto Mineiro de Gestão das Águas

IGC-UFMG: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais

IMA: Instituto Mineiro de Agropecuária

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES: *Promoción del Desarollo Sostenible*

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ITER: Instituto de Terras de Minas Gerais

JICA: *Japan International Cooperation Agency*

LEG: *Toronto Local Empowerment Group*

LIFE: *Local Initiative Facility for Urban Environment*

LOSAN: Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

LUME: Lugar Metropolitano

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MAUN: Movimento de Agroecologia Urbana de Natal

MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC: Ministério da Educação

MF: Módulo Fiscal

MG: Minas Gerais

MPA: Ministério da Pesca e Aquicultura

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

MUDA: Movimento de Agroecologia Urbana de São Paulo

NEA: Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica

OALA: *Ontario Association of Landscape Architects*

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ONG: Organização Não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PAM: Produção Agrícola Municipal

PBH: Prefeitura de Belo Horizonte

PDDI-RMBH: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PDIES-RMBH: Plano de Desenvolvimento Integrado Econômico e Social da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PDSE: Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior

PEAU: Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana

PGU-ALC: Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe

PIB: Produto Interno Bruto

PMISAN: Política Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional

PLAMBEL: Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PLANAPO: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PLANSAN: Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNATER: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNAUP: Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana

PNPSB: Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

PNSAN: Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPM: Produção Pecuária Municipal

PRONAF: Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimento Familiares Rurais

PROVE: Programa de Verticalização da Produção Familiar

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais

REDE PTA: Rede Projetos em Tecnologias Alternativas

REDE: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

REGAP: Refinaria Gabriel Passos

REGIC: Regiões de Influência das Cidades

RIDE: Regiões Integradas de Desenvolvimento

RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte

RMs: Regiões Metropolitanas

RUAF: *Resource Centers on Urban Agriculture and Food Security*

SAN: Segurança Alimentar e Nutricional

SEARA: Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária

SEDE: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

SEDESE: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

SEDRU: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana

SEE: Secretaria de Estado da Educação

SEMAD: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SESAN: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SGUA: *Support Group for Urban Agriculture*

SIDA: *Swedish International Development Cooperation Agency*

SIMSANS: Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

SIRUS: Sistema Integrado de Regulação do Uso do Solo

SISAN: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SMASAN: Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional

SMMA: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TVA: Trama Verde e Azul

UAAC: *Urban Agriculture Advisory Committee*

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UNCED: *United Nations Conference on Enviroment and Development*

UNICEF: Fundo das Nações para a Infância

UP: Unidade Produtiva

USAID: *United States Agency for International Development*

UTE: Usina Termoelétrica

WHO: *World Health Organization*

ZAC: Zonas de Atividades Complementares de Baixa ou Média Densidade

ZDA: Zonas de Diversificação e Adensamento

ZDEMs: Zonas de Diretrizes Especiais Metropolitanas

ZIL: Zonas de Indústrias e Logística

ZIMs: Zonas de Interesse Metropolitano

ZP: Zona de Proteção

ZTM: Zona Típica de Módulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 21
O exercício de uma escrita 21
O percurso conceitual 22
Um modo de fazer 29
Os territórios de referência 31
Uma vivência anterior 33
Espaços de diálogos de saberes e produção coletiva de conhecimento 35
a) A dinâmica de mapeamento e caracterização de experiências e práticas agrícolas na RMBH 38
b) A dinâmica de incorporação das agriculturas na prática de planejamento territorial da RMBH 39
A experiência em Toronto (Canadá) 41
Um exercício de composição 42

CAPÍTULO 1 - AGRICULTURA URBANA: CONCEITO E PRÁTICAS EM MOVIMENTO 48
1.1 Introdução 48
1.2 A emergência da agricultura urbana na agenda internacional 53
1.3 A agricultura urbana no Brasil: breve relato sobre processos de institucionalização e articulação social 83
1.3.1 O contexto local e regional 84
1.3.2 O contexto nacional 93
1.4 Um conhecimento em construção 112
1.5 Diferentes percepções acerca da agricultura urbana 118

CAPÍTULO 2 – DE QUAL AGRICULTURA ESTAMOS FALANDO? 125
2.1 A crítica à agricultura industrial 125
2.2 A proposta agroecológica 128
2.3 A agricultura familiar no Brasil 140
2.4 Da disputa de paradigmas 147
2.5 Dos sujeitos sociais 151
2.6 Da questão ambiental 158

2.7 Rumo à agroecologia urbana?.....165

CAPÍTULO 3 – DE QUAL URBANO ESTAMOS FALANDO?..... 167
3.1 A dialética socioespacial, as contradições e as aberturas 167
3.2 Agriculturas como práticas socioespaciais 176
3.3 A urbanização da sociedade.....179
3.3.1 O urbano e a cidade.....180
3.3.1.1 O processo de metropolização 191
3.3.2 O urbano e o rural 196
3.3.3 O urbano e a natureza.....206
3.4 O planejamento e a gestão metropolitana 213

CAPÍTULO 4 – AGRICULTURA URBANA E AGROECOLOGIA: CONEXÕES POSSÍVEIS PARA NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS NA RMBH..... 229
4.1 Introdução 229
4.2 Olhares sobre a RMBH.....231
4.2.1 A formação e a dinâmica territorial da RMBH 231
4.2.2 A gestão e o planejamento metropolitano 238
4.2.3 A incorporação das agriculturas no planejamento metropolitano..256
4.2.3.1 O perímetro urbano e a dinâmica imobiliária.....264
4.3 Das agriculturas na RMBH.....274
4.3.1 Breve panorama geral 282
4.3.1.1 Sobre a população.....283
4.3.1.2 Sobre a atividade agropecuária.....286
4.3.1.3 Sobre a estrutura agrária.....292
4.*3.2 Agriculturas e a dinâmica territorial da RMBH*.....296
4.4 Agricultura urbana e agroecologia: novas configurações territoriais possíveis na RMBH.....343
4.4.1 O direito ao espaço cotidiano.....353
4.4.2 As conexões entre o rural e o urbano metropolitano 360
4.4.3 As conexões entre a proteção ambiental e o desenvolvimento produtivo sustentável.....367

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....375

REFERÊNCIAS.....375

ANEXOS E APÊNDICES.....412

INTRODUÇÃO

O exercício de uma escrita

Este texto é o exercício de uma escrita que registra as memórias, os percursos, os encontros e os diálogos provocados pela construção da tese intitulada “Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)”.

O trabalho profissional e ativista por quase 20 anos com a temática da agricultura urbana permitiu-me atuar em diferentes frentes de trabalho, como cursos de formação de jovens e adultos; o apoio à organização de grupos de base comunitária; a coordenação de encontros e seminários; a criação e participação em redes, fóruns e espaços nacionais e internacionais de articulação política da sociedade civil; o acompanhamento da formulação e implementação de políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal e a coordenação de dinâmicas de gestão e desenvolvimento institucional de uma organização não governamental.

Ao longo desse período, fui observando um inquietante contraponto. De um lado, o contato cotidiano com uma riqueza de experiências e conhecimentos gerados pelas práticas agrícolas em diferentes contextos de urbanização e a percepção de múltiplas conexões possíveis entre essas experiências com problemáticas atuais na sociedade. De outro, a ausência ou presença periférica da temática da agricultura urbana na agenda dos movimentos e organizações sociais e das políticas públicas em geral e a existência de inúmeros entraves para a afirmação dessas práticas.

Movida por essas inquietações, houve um momento na minha trajetória profissional e pessoal no qual entendi que era necessário repensar meu fazer cotidiano e dedicar tempo para aprofundar e ampliar conceitual e teoricamente as questões que emergiram nesse percurso. Iniciei então uma busca de ferramentas analíticas para identificar os entraves encontrados na manutenção e difusão das práticas agrícolas urbanas; estudar a relação entre essas práticas e o processo de urbanização e compreender se a agricultura urbana era capaz de oferecer algumas respostas a questões postas no mundo atual.

A participação em disciplinas isoladas em diferentes campos disciplinares entre 2010 e 2011 proporcionou o acesso a bibliografias e o contato com profissionais, professores/as e pesquisadores/as, que indicaram lacunas de conhecimentos e a ausência de uma tradição de estudos sobre as interações entre a agricultura e a cidade no debate teórico e conceitual sobre a produção do espaço urbano, sobre o planejamento urbano e sobre a

ecologia política da urbanização. Na elaboração dos trabalhos finais dessas disciplinas, o encontro das inquietações originais, que não estavam elaboradas conceitualmente, com formulações teóricas que me fizeram pensar, conduziu a outros e diferentes ângulos para se olhar as interações entre a agricultura e a cidade. A partir dessas reflexões, emergiu um novo desenho de perguntas, sistematizado no projeto de tese aprovado no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências/ Universidade Federal de Minas Gerais - IGC/UFMG em 2011.

Este capítulo introdutório apresenta uma síntese dos pressupostos teóricos e conceituais que orientaram a construção da tese e das questões que conduziram os argumentos que serão abordados em mais detalhes ao longo dos capítulos. Descreve, também, as escolhas metodológicas e os caminhos trilhados na produção deste estudo; as interlocuções com espaços de diálogo sobre as agriculturas na RMBH; uma breve contextualização do universo empírico da pesquisa e como foram estruturados os demais capítulos que compõem esta tese.

O percurso conceitual

O percurso conceitual e teórico desta pesquisa teve como ponto de partida a percepção de que a literatura disponível sobre a agricultura urbana tem se ampliado nos últimos anos e englobado diferentes campos disciplinares. Entretanto, permanece uma notável lacuna no debate conceitual e teórico sobre esta temática em estudos com perspectivas críticas sobre a produção social do espaço urbano e da ecologia política da urbanização.

A agricultura urbana, como uma prática social, indica a existência de algo que não se encaixa no pensamento que opõe a cidade ao campo e sinaliza uma possível conciliação ou articulação entre a cidade, vista como lugar de atividades não agrícolas, e a agricultura, vista apenas como atividade econômica rural (COUTINHO; COSTA, 2011).

A atividade agrícola é mencionada em antigos registros históricos sobre a origem das cidades (JACOBS, 1969) e é uma realidade nas metrópoles contemporâneas. O sentido da relação entre as práticas agrícolas com a cidade possivelmente se transformou ao longo dos tempos e a forma como a agricultura urbana é pensada atualmente repercute em diferentes justificativas e motivações para a realização de estudos e para iniciativas individuais, coletivas e institucionais. Portanto, compreender a presença da agricultura

urbana no mundo atual requer ultrapassar as barreiras impostas por enfoques teóricos que colocam limites para o pensamento e a ação.

As abordagens sobre a agricultura urbana encontradas na literatura tendem a oscilar entre extremos que lhe atribuem um papel dentro da lógica capitalista do sistema alimentar e da produção das cidades ou enfatizam seus benefícios para a segurança alimentar e a sustentabilidade urbana, entre outros (McCLINTOCK, 2014; TORNAGHI, 2014a). Por outro lado, a construção do conceito da agricultura urbana tem acontecido simultaneamente à experimentação de práticas, processos de mobilização e organização social e dinâmicas de elaboração de políticas públicas. Como um processo em movimento, a conceituação da agricultura urbana permanece aberta a uma disputa por significado que pode estar relacionado a diferentes visões de mundo e concepções de sociedade e de cidade (ALMEIDA, 2015).

Proponho, nesta tese, que a articulação entre elementos conceituais da produção social do espaço urbano, da ecologia política e da agroecologia aproxima abordagens críticas sobre as concepções de agricultura e concepções de cidade em disputa no mundo contemporâneo e fundamenta a construção de um referencial conceitual crítico e sensível para analisar as contradições e possibilidades da agricultura urbana como um vetor de transformação social.

Para problematizar as concepções de agricultura em disputa no mundo atual e ampliar o debate sensível e crítico sobre a agricultura urbana, este estudo adota o referencial político e conceitual da agroecologia. Esse referencial se articula à construção de um novo paradigma produtivo, no qual a reprodução da vida e o interesse comum se opõem à reprodução do capital e ao modelo do agronegócio, como processo de mercantilização e imposição da lógica industrial à atividade agropecuária e à produção de alimentos predominante no sistema agroalimentar contemporâneo. O debate conceitual e a ação política do campo agroecológico têm como uma das fundamentações a interação entre os saberes tradicionais e o conhecimento técnico-acadêmico e como um dos objetivos a construção de uma nova plataforma de desenvolvimento para o meio rural (ALTIERI, 2012; CAPORAL; AZEVEDO, 2011; PETERSEN, 2009).

De modo geral, a atividade agropecuária e a produção de alimentos são uma questão de interesse para o desenvolvimento rural e para a economia nacional. Assim, o reconhecimento da presença e a compreensão dos sujeitos e sentidos da produção agroecológica nos territórios metropolitanos são ainda pontuais. Maior conexão entre a riqueza de saberes acumulados nos processos e dinâmicas socioespaciais da agroecologia

com a diversidade própria da cidade sugere vias alternativas e ainda pouco exploradas de ligação entre a dimensão ecológico-cultural de agroecossistemas; a apropriação de territórios; e a construção de novas relações de produção e reprodução nas metrópoles. Certamente, não se trata de sugerir que toda atividade agropecuária encontrada em contextos urbanos está orientada por princípios agroecológicos. E sim de identificar também os conflitos entre os diferentes modelos de produção agrícola e outros usos do solo nas regiões metropolitanas; de reconhecer as alternativas de abastecimento alimentar da população urbana; e estabelecer as convergências com outras propostas de uso e ocupação do solo e questões ditas urbanas, como a destinação de resíduos, a recuperação de áreas degradadas e a proteção de mananciais, entre outros.

Dessa forma, argumento que os elementos conceituais do enfoque agroecológico permitem conceber e perceber situações nas quais as agriculturas presentes nas metrópoles se diferem da lógica mercantil e industrial de produção, podendo conectar a função social e o valor de uso da terra, configurar novos territórios metropolitanos e revigorar modos de vida centrados na reprodução social e ambiental.

Para a articulação entre o debate político e conceitual sobre a agricultura urbana e a abordagem teórica sobre a produção social do espaço urbano, a construção desta tese teve forte inspiração e fundamentação dos seus pressupostos na obra de Henri Lefebvre. O pensamento desse autor é fonte central de vasta bibliografia que trata das transformações espaciais nas regiões metropolitanas e dos processos de planejamento urbano no contexto brasileiro, além de sugerir trajetos e conteúdos de pesquisa conectados à ação política transformadora (LEFEBVRE, 1991a; 1991b; 2008; 2011).

Um primeiro pressuposto que permeia todo este estudo está na compreensão da dialética socioespacial e do espaço (social) como um produto (social), presente no pensamento de Lefebvre. Seguindo essa lógica, o espaço expressa e reage diretamente sobre as relações sociais; é um produto que intervém na produção. Outro fundamento desse pensamento dialético é a superação das oposições binárias pela introdução de um "terceiro" elemento, que não se situa entre os opostos, mas os engloba e representa mais que a soma das duas partes. Nessa perspectiva, o espaço pode ser interpretado a partir de pelo menos três perspectivas diferentes e integradas - físico, mental e social, e não apenas como o espaço "ideal" (da lógica, das categorias mentais) ou espaço "real" (da prática social). Lefebvre formula algumas tríades conceituais para expressar sua teorização sobre o espaço, como o espaço percebido – espaço concebido –, espaço vivido, que correspondem, respectivamente, à prática espacial; às representações do espaço; e aos espaços de

representação. Assim, o conceito de produção do espaço, proposto por Lefebvre, desloca o interesse das coisas no espaço e dos discursos sobre o espaço para a própria produção do espaço, procurando revelar as relações sociais nele contidas (LEFEBVRE, 1991b, p. 37).

Na visão de Lefebvre, o espaço é entendido como uma categoria central na reprodução da sociedade capitalista, mas que também sinaliza aberturas na direção das possibilidades de transformação no mundo contemporâneo. O autor identifica na luta cotidiana que emerge do confronto entre o avanço do espaço abstrato (produzido pelo poder econômico e político) sobre o espaço social (resultado da vida cotidiana e produzido pela ação e interação entre todos os atores da sociedade) um potencial revolucionário e um caminho para produzir uma outra vida social, um outro modo de produção, um outro espaço, chamado por Lefebvre de "espaço diferencial" (LEFEBVRE, 1991b).

Reconhecendo que a prática da agricultura produz espaço, a perspectiva teórica lefebvriana orienta uma questão de fundo desta tese que é indagar que relações sociais fizeram e fazem surgir os espaços agrícolas que observamos nos territórios metropolitanos, como estes espaços podem afetar essas relações e, ainda, se os espaços agrícolas urbanos que são atravessados ou que nascem a partir das contradições do espaço abstrato representam (ou não) uma forma de produção centrada na reprodução da vida e não na reprodução do capital.

Outro pressuposto orientador da tese advém da teorização lefebvriana sobre o urbano e sobre a urbanização da sociedade. Segundo as formulações do autor, vivemos em uma zona crítica de passagem entre uma era industrial e uma era urbana; em um processo que tem início com a industrialização (o ponto de partida para a reflexão sobre nossa época) e a sucederá. Nessa transição existem pontos cegos que "antecipam" o virtual (o futuro real), mas que os "olhos não vêem" porque ainda olhamos para a realidade social a partir do pensamento fragmentado do período industrial. À luz dessa visão, que busca compreender o presente a partir do futuro que ele contém, o urbano (em formação, abreviação de "sociedade urbana") não pode ser reduzido ao urbano-industrial, nem a problemática urbana pode ser reduzida a uma consequência da industrialização. A "sociedade urbana" deve ser entendida como um horizonte, uma possibilidade da emancipação social e não como uma realidade acabada (LEVEBVRE, 2008).

Assumindo que vivemos um momento de transição entre eras históricas, esta tese apresenta uma leitura das práticas agrícolas urbanas como uma prática espacial da sociedade urbana real e virtual. A partir de uma aproximação empírica com algumas experiências disponíveis, essas práticas são abordadas como uma realidade; mas também

como uma virtualidade contida no presente, como uma possibilidade de se repensar as cidades e a sociedade urbana, bem como os modelos e espaços de produção e consumo de alimentos no Brasil.

Este enfoque teórico fundamenta também uma necessária diferenciação entre o urbano e a cidade. A leitura das transformações da cidade em direção ao urbano passa pela compreensão do tecido urbano que surge a partir do fenômeno da industrialização e cuja percepção não deve estar limitada à sua morfologia e ao ambiente construído. Essa malha urbanizada tem origem nas cidades, mas não pode ser confundida com elas, pois corresponde a processos sociais distintos (LEVEBVRE, 2008).

O tecido urbano que avança para além dos limites das cidades sobre os espaços rurais e regionais resulta da extensão da lógica urbano-industrial na organização do espaço e está marcado por um caráter de fragmentação e segregação socioespacial (MONTE-MÓR, 1994). Mas entre o tecido urbano estendido, pautado pelo valor de troca e o espaço social, onde se sobrepõe o valor de uso, observam-se também conflitos, resistências, práticas e estratégias coletivas de apropriação do espaço, que fazem uma contraposição à noção de que a extensão do urbano necessariamente leva à homogeneização.

Historicamente, as cidades estabelecem centralidades, são o local privilegiado do encontro, da criação, onde se acumulam conhecimentos, técnicas e obras. O "direito à cidade", tema importante na obra de Lefebvre, chama a atenção para a luta pela cidade como uma ação política pelo direito de participação na construção dessa obra coletiva e de apropriação desse bem comum (LEFEBVRE, 2011, p. 134). Essa perspectiva amplia as possibilidades de politização da questão urbana, articulando-se à luta pela afirmação das diferenças frente aos processos de homogeneização de espaços e modos de vida resultantes do modo de produção capitalista.

Neste sentido, argumento que maior articulação entre a agricultura urbana e a agroecologia nos territórios metropolitanos contemporâneos é uma via para se repensar e se apropriar de espaços cotidianos e de dinâmicas socioespaciais em diferentes escalas, afirmando as cidades como espaços de luta pelas diferenças frente à padronização resultante da lógica urbano-industrial de produção do espaço urbano.

O pensamento de Lefebvre é alvo de resistências e críticas por autores que enfatizam a atualidade do par rural-urbano e interpretam nas formulações lefebvrianas uma visão de substituição do agrário pela expansão urbana ou uma negação da problemática do rural e da agricultura (VEIGA, 2004). Fazendo um contraponto a essas leituras, apresento, neste trabalho, uma interpretação da abordagem espacial lefebvriana, que desloca o foco

das contradições cidade - campo para a compreensão de novas contradições e transformações que resultam do processo de industrialização e mercantilização tanto no campo como na cidade. Com esse deslocamento, sugiro um reconhecimento das ruralidades presentes nas cidades e no seu entorno que integram ou podem integrar o espaço urbano metropolitano. Mais do que indagar o quão rurais ou urbanas são as práticas agrícolas encontradas no contexto metropolitano, busco perceber que contradições e possibilidades essas práticas indicam para melhor apropriação do espaço e para provocar novas ligações e ações coletivas entre sujeitos envolvidos com a atividade agrícola nas regiões metropolitanas.

Assim, argumento sobre a contribuição da agricultura urbana e da agroecologia para melhor articulação entre o rural e o urbano nos contextos metropolitanos e para a conformação de territórios híbridos, mistos, de transição, onde coexistam atividades econômicas e modos de vida associados a esses universos considerados antagônicos.

O conceito lefebvriano de espaço se assemelha à ideia de meio ambiente politizado que permeia o campo da ecologia política e da justiça ambiental, na medida em que se desloca o interesse da descrição para a compreensão de como as mudanças no ambiente estão relacionadas às relações sociais (BRYANT; BAILEY, 1997). Sob a perspectiva crítica da ecologia política, discute-se que a questão ambiental, desconectada da questão social, é despolitizada e reduzida a soluções de ordem técnica ou de gestão econômica, sem evidenciar as desigualdades no acesso aos recursos naturais e a distribuição dos riscos ambientais (ACSELRAD, 2010). Problematiza-se, assim, a "causa ecológica" como uma questão consensual e universal, assim como a difusão de conceitos como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade urbana, modernização ecológica e economia verde que não colocam em evidência e assim contribuem para ocultar os conflitos socioambientais. A ótica dos conflitos ambientais explicita os modos de apropriação, uso e significação do território por diferentes grupos sociais ou agentes e a contraposição entre modos de vida de grupos locais e modo de vida da sociedade urbano-industrial (ACSELRAD, 2004b; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

O pensamento ambiental crítico contribui para que a inscrição do debate sobre a agricultura urbana na agenda da sustentabilidade urbana não represente apenas mais um discurso que oferece respostas consensuais e soluções técnicas aos problemas urbanos e não seja capturada pelo receituário para a gestão das cidades sustentáveis. Além disso, a significativa relação entre o campo agroecológico e o movimento por justiça ambiental

alerta para que as agriculturas presentes nas metrópoles não sejam necessariamente interpretadas como uma virtuosidade.

Entretanto, conflitos teóricos entre a trajetória da análise ambiental e da análise urbana, que se originaram de áreas diferentes do conhecimento (e podem apresentar objetivos divergentes), contribuem para a oposição entre as noções de urbano e ambiental frequentemente encontrada nas formulações teóricas, na mídia, nas políticas públicas e nos movimentos sociais. A articulação entre as análises e intervenções urbanas e ambientais parece estar sendo construída prioritariamente a partir de propostas de regulação ambiental no espaço urbano e das práticas e movimentos em torno dos conflitos ambientais (COSTA, 2000).

Fundamentada nessa vertente crítica dos estudos ambientais e na compreensão da cidade como uma possível mediadora das relações entre as pessoas e a natureza, argumento que a agricultura urbana e a agroecologia contribuem para a construção do campo urbano-ambiental e a articulação entre a análise e a intervenção urbana e ambiental nos territórios metropolitanos contemporâneos, seja pela via do planejamento e gestão urbano-ambiental, seja pela agenda em torno dos conflitos ambientais.

A abordagem espacial lefebvriana também aporta elementos para uma discussão teórico-conceitual acerca dos paradigmas e concepções metodológicas de planejamento. Na visão de Lefebvre, o urbanismo, como uma prática técnico-científica orientada pelo paradigma positivista, pode ser compreendido como uma das formas de representação do espaço, que subordina os espaços vividos e impõe sobre o espaço social uma lógica externa (produtiva industrial) (LEFEBVRE, 1991b). Nesse sentido, as ações de gestão e planejamento urbano, articuladas com o capital imobiliário e industrial, tendem a negligenciar problemáticas urbanas relacionadas à reprodução social (como transporte público, habitação de interesse social, produção de alimentos, etc.) e priorizar os investimentos públicos que favorecem a produção do espaço abstrato (como estruturas viárias, distritos tecnológicos, grandes empreendimentos imobiliários, etc.) que avança fisicamente sobre o território (e sobre as terras não construídas), destruindo formas anteriores e homogeneizando o espaço.

Contrapondo-se à visão tecnocrática do planejamento, surgiram abordagens teóricas contemporâneas pautadas pela promoção da justiça social e orientadas à produção de espaços com infraestrutura e condições de inserção da população historicamente segregada pelo padrão de urbanização industrial predominante nas grandes metrópoles. Nessas abordagens, a sociedade, em suas múltiplas instâncias e formas de organização, é

enfocada como sujeito e protagonista dos processos de planejamento e da busca de soluções para a regulação do uso do solo, para a definição de investimentos e para a construção de dinâmicas socioespaciais autônomas (SOUZA, 2013; TONUCCI, 2012).

Considerando o recorte analítico e territorial desta pesquisa, é importante ressaltar que no cenário brasileiro, propostas articuladas para os territórios metropolitanos não têm sido consideradas como prioridades da ação do Estado ou da ação política da sociedade, envolvendo desafios como a tradição localista e municipalista, em detrimento de uma lógica regional e a prevalência de lutas sociais e políticas setoriais, em prejuízo de uma lógica territorial e intersetorial (AZEVEDO; MARES GUIA, 2015; DAVIDOVICH, 2004; FERNANDES, 2013). Nas práticas de planejamento urbano observa-se também uma lacuna quanto ao tratamento da agricultura ou mesmo dos espaços rurais, sendo ainda pouco exploradas as possibilidades de incorporação do uso agrícola do solo urbano nos instrumentos de planejamento e na legislação urbanística (COUTINHO, 2010; LASCHEFSKI, 2013; MAZZETTO, 2008; SILVA, 2012).

Nessa perspectiva, argumento, nesta tese, que o reconhecimento das práticas agrícolas que incorporam a dimensão ecológica e sociocultural da agroecologia como ações de organização do espaço em diferentes escalas nos territórios metropolitanos é uma via de articulação entre as práticas cotidianas organizadas em torno do espaço de vida e as práticas de planejamento e gestão metropolitanas orientadas para a redução das desigualdades socioespaciais.

Um modo de fazer

Assim como o contato com a obra de Lefebvre proporcionou-me um outro olhar para o espaço, o urbano, a cidade e a natureza, o contato com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2008) ofereceu lentes novas para ler o contraponto que já observava entre uma riqueza de espaços agrícolas nas metrópoles e a ausência da agricultura urbana na reflexão acadêmica brasileira dos estudos urbanos e ambientais, bem como nas agendas das políticas públicas e das organizações sociais que lutam pela terra e pelo direito à cidade. O autor identifica que a invisibilidade de diversas práticas sociais é, na verdade, produzida por meio de lógicas e dicotomias que as julgam como não científicas, residuais, inferiores, locais e improdutivas.

Argumentando que a experiência social no mundo é muito mais ampla e variada que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante, o autor

propõe procedimentos metassociológicos para expandir o presente (sociologia das ausências), contrair o futuro (sociologia das emergências) e para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje, evitando o desperdício da experiência. Um trabalho de tradução seria então necessário para criar inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis sem destruir a sua identidade. A tradução é assim entendida simultaneamente como um trabalho intelectual e político e também como um trabalho emocional "porque pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do caráter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática" (SANTOS, 2008, p. 129).

As provocações suscitadas por essas leituras encontraram solo fértil em um momento da minha trajetória política e profissional de inconformismo diante da carência de conhecimentos e do descrédito em relação às práticas agrícolas urbanas como um objeto de argumentação e disputa política para a transformação social. Esse inconformismo motivou meu deslocamento para o campo acadêmico e o desejo de fazer uma tese que abordasse essas práticas como experiências disponíveis aqui e agora, assim como interrogasse as tendências e possibilidades que as mesmas indicam. Assim, por meio de uma amplificação simbólica, de uma atenção excessiva, nos termos propostos por Santos (2008), busco inscrever essas práticas no debate sobre as experiências possíveis para se pensar alternativas à globalização neoliberal e conectar campos de pesquisas engajadas com a ação de movimentos sociais.

A sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução propostos por Boaventura de Souza Santos são uma referência conceitual desta tese e influenciaram a concepção metodológica adotada para a realização desta pesquisa. Considerando o argumento desse autor de que o trabalho de tradução requer o conhecimento recíproco entre os movimentos e organizações sociais, busquei inserir a construção desta tese na rica trajetória de ações relacionadas à agricultura urbana na RMBH. Assim, a concepção metodológica adotada na pesquisa foi de colaboração com espaços de diálogo e de afirmação das práticas e saberes relacionados à agricultura urbana; de criação de situações para a aproximação entre campos sociais e de estudos acadêmicos que tradicionalmente não dialogam entre si; e de instigação de novas ligações e ações conjuntas.

No mesmo sentido, a escolha do modo de conduzir esta tese foi decisiva para o seu processo de construção e para o seu produto final, inspirando-se em linhas de pensamento que reforçam a crítica propositiva ao paradigma hegemônico de ciência e convidam à

experimentação de outros modos de fazer projetos de pesquisa, entendida como “a arte de construir possibilidades de diálogo” (HISSA, 2013). Tomado como um roteiro vivo, o projeto de tese conduziu os caminhos da pesquisa, mas foi atualizado ao longo do seu desenvolvimento, dada sua estreita interação com um cenário dinâmico, que em diferentes momentos apresentou novas questões e possibilidades de ação.

Como fundamento metodológico desta tese, a articulação entre campos disciplinares e entre os referenciais teóricos e conceituais apresentados no tópico anterior possibilitou a formulação dos pressupostos ali registrados e teve rebatimentos sobre os procedimentos metodológicos adotados. Como estes serão mais desenvolvidos ao longo dos capítulos, dedico neste capítulo introdutório mais atenção para o que influenciou o modo de fazer a pesquisa, como foi sua trajetória e como se articulou com a minha vivência anterior ativista e profissional.

Os territórios de referência

Os territórios metropolitanos configuram o recorte analítico desta tese; e a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e os espaços sociais atuais de ação e debates sobre as agriculturas na região compõem seu principal referencial empírico. Essa delimitação histórica e geográfica facilitou a aproximação entre as abordagens teóricas e conceituais adotadas, a vivência pessoal e a *práxis* de sujeitos e instituições que atuam na realidade estudada.

A RMBH foi criada em 1973, sendo composta de 14 municípios e 1,7 milhão de habitantes. Comporta, hoje, quase 5 milhões de pessoas, representando a terceira mais populosa região metropolitana do Brasil e o centro político e econômico do estado. Atualmente, a RMBH é composta de 34 municípios que apresentam funções distintas na região, diferentes graus de integração regional e desigualdades dentro e entre os mesmos, assim como uma excessiva concentração das atividades econômicas nos três mais populosos municípios da região (DINIZ; ANDRADE, 2015; TONUCCI *et al.*, 2015).

A produção do espaço metropolitano reflete a atuação conflituosa ou negociada dos agentes produtores do espaço: o Estado; o capital (destacam-se, na RMBH, os setores imobiliário, industrial e minerário); e as organizações e movimentos sociais. A estrutura territorial desigual do espaço metropolitano e a dinâmica de expansão sob formas dispersas e fragmentadas de baixa densidade têm reproduzido velhas desigualdades, provocado

novos conflitos socioambientais e imposto novos desafios para o planejamento e a gestão metropolitanos (COSTA; MENDONÇA, 2012).

A delimitação oficial da RMBH não corresponde necessariamente aos “espaços metropolitanos” que caracterizam o fato metropolitano, mas constitui uma unidade administrativa e legal de referência para estudos e para formulação de políticas, entre elas as políticas de planejamento territorial. A dinâmica territorial regional envolve o conflito de demandas e disputas pelo controle e pela apropriação do espaço, que se expressam em uma complexidade de sujeitos e atores que lutam por interesses individuais ou coletivos.

Nesse contexto, a mineração, a indústria e o setor de serviços são as atividades de mais peso econômico e objeto de mais atenção nos estudos metropolitanos. De modo geral, predomina no âmbito institucional regional uma visão da agricultura como irrelevante, se comparada a outras questões sociais e ambientais urbanas; como inviável, se comparada a outros usos e ocupações da terra com mais retorno econômico; como incompatível, devido aos impactos ambientais que pode causar ou estar sujeita (TUPY; ALMEIDA; MELGAÇO, 2015).

Entretanto, em alguns dos seus municípios, a atividade agropecuária desempenha importante papel no abastecimento regional de alimentos e em outros predominam características rurais e a presença da agricultura familiar em pequenas propriedades. Além do mais, uma significativa trajetória de articulação social e iniciativas pontuais de políticas públicas relacionadas à agricultura urbana e à agroecologia na região tem evidenciado inúmeras experiências e práticas agrícolas nos quintais, lajes, hortas comunitárias, chácaras, assentamentos da reforma agrária e outros espaços produtivos dispersos na região (COSTA, ALMEIDA, 2012; TUPY; ALMEIDA; MELGAÇO, 2015).

A interação entre essa trajetória de esforços para construir uma agenda política em torno da agricultura urbana e da agroecologia com a recente retomada do processo de planejamento territorial na RMBH ampliou o reconhecimento das agriculturas no panorama metropolitano e suas possíveis contribuições para a reestruturação territorial e o controle do uso e da ocupação do solo na região.

Nesse cenário, este estudo busca conectar elementos conceituais e teóricos com origem em diferentes campos de conhecimento para responder à transdiciplinaridade requerida para melhor compreensão desse amplo, multifacetado e provocador objeto de análise. Articular a complexidade territorial da RMBH à diversidade de experiências agrícolas e processos socioespaciais encontrados na região amplia as leituras possíveis sobre a produção do espaço urbano metropolitano, tanto do ponto de vistas das práticas

cotidianas, como da dinâmica territorial. Ao propor um olhar crítico e sensível para as agriculturas na RMBH, a construção desta pesquisa busca também interrogar as interações entre as agriculturas e as cidades em outros contextos metropolitanos da sociedade em urbanização.

Uma vivência anterior

O longo período de dedicação e envolvimento como membro da Coordenação Executiva e da equipe técnica e, atualmente, como associada da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) teve influência decisiva na minha formação profissional[1]. Os anos iniciais de trabalho no Projeto CEVAE[2] proporcionaram uma relação direta e cotidiana com famílias e organizações atuantes em comunidades nas periferias de Belo Horizonte e uma base riquíssima que tem orientado minha atuação profissional com a agricultura urbana. Do ponto de vista da metodologia de ação, a estratégia de intervenção urbana da REDE se inspira em uma trajetória de trabalhos anteriores em comunidades rurais e se fundamentava nos princípios da educação popular e nas metodologias de diagnóstico rural participativo, que lidam com a mediação de diferentes percepções de uma mesma realidade e com diferentes propostas para superação de problemas ambientais, sociais e econômicos enfrentados pelas comunidades. Do ponto de vista tecnológico, a estratégia de trabalho baseia-se na inovação e na experimentação participativa de tecnologias e princípios da agroecologia em contextos urbanos, que têm na articulação entre o saber popular e o saber técnico e nas especificidades locais seus pressupostos fundamentais. Várias dessas atividades tornaram-se referências locais e inspiraram iniciativas em outras comunidades e cidades.

O trabalho na REDE também permitiu vivenciar os diálogos e conflitos que envolvem a gestão compartilhada de projetos e programas entre as comunidades locais, as ONGs e o poder público e o desafio de lidar com diferentes escalas na formulação de políticas públicas que partem de iniciativas localizadas e pretendem ser ampliadas para toda a cidade. Além disso, exercer funções ligadas ao desenvolvimento institucional, como

---

[1] A Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) é uma organização não governamental, criada em 1986, que atua diretamente na promoção da agroecologia em municípios do Leste de Minas e da RMBH e desde 1995 desenvolve ações relacionadas à agricultura urbana.

[2] Os CEVAEs são equipamentos públicos atualmente vinculados à Fundação Municipal de Parques da Prefeitura de Belo Horizonte, localizados em cinco regionais da cidade (leste, nordeste, oeste, noroeste e Venda Nova). Sua implementação iniciou-se em 1995 a partir de uma parceria entre a REDE e a Prefeitura de Belo Horizonte (Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Abastecimento).

a coordenação de equipe, a elaboração de projetos, a gestão financeira e o planejamento, monitoramento e avaliação das ações institucionais, foi uma oportunidade de conhecer e lidar com os desafios envolvidos na dinâmica interna das instituições.

Na bagagem da militância veio também a vivência de organização e participação em eventos e atividades de formação, representativos da construção de uma agenda de debates em diferentes escalas sobre a agricultura urbana no Brasil e particularmente na RMBH. As visitas a experiências em municípios com diferentes graus de urbanização e integração metropolitana e os intercâmbios realizados entre visitantes e sujeitos locais têm propiciado avanços na politização do debate sobre a agricultura urbana e também na dimensão prática, pela identificação de inúmeras práticas e tecnologias apropriadas para a produção agroecológica nas metrópoles. Esses intercâmbios, por sua vez, têm alimentado a conformação de redes, fóruns e articulações para realizar ações conjuntas em diferentes escalas. O exercício de moderar e facilitar esses encontros e atividades proporcionaram o testemunho da aproximação crescente entre uma diversidade de organizações e movimentos sociais engajados em diversas lutas e bandeiras com a temática da agricultura urbana e da agroecologia na RMBH. Essas questões são transversais ao debate acadêmico sobre as práticas agrícolas urbanas e possibilitam também contextualizar a articulação entre minha experiência profissional anterior e a dinâmica da pesquisa.

A elaboração de um memorial crítico, requisitado no processo seletivo do doutorado, foi um exercício inicial de organizar e explicitar questões e inquietações que emergiram ao longo da minha trajetória política e profissional e que possibilitam falar de dentro, de uma vivência que dialoga com movimentos sociais mais amplos, engajados em processos de transformação social. Por outro lado, no decorrer desta pesquisa, fui permanentemente desafiada a dar um salto para além do universo do ativismo e construir um estranhamento a um objeto de análise com o qual eu já estava envolvida.

Ao refletir e decidir sobre o modo de fazer esta tese, procurei manter uma postura atenta para capturar as contradições e os conflitos que envolvem a atitude e o discurso como ativista e pesquisadora, bem como fugir das respostas prontas, da ilusão da neutralidade científica e das hierarquias entre o saber científico e popular.

Se a bagagem da militância e a rede de relações construídas ao longo dos anos de trabalho com a agricultura urbana motivou o início da construção deste trabalho, outras e novas interlocuções foram necessárias para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, na tentativa de articular o trabalho intelectual e político, nos termos de Santos (2008), o exercício metodológico experimentado foi de envolver sujeitos e atores que fazem parte da

realidade estudada como colaboradores/as na produção de informações e análises em todo o processo, e não apenas como fornecedores de informações ou destinatários dos resultados finais deste trabalho.

Ao articular uma vivência anterior com a pesquisa acadêmica, a metodologia experimentada nesta tese proporcionou o diálogo entre diferentes saberes e revigorou o crédito na agricultura urbana como uma zona de fronteira de campos de conhecimento e também como um campo de convergência para ações conjuntas entre uma pluralidade de sujeitos, como agricultoras e agricultores, gestores/as públicos e representantes de organizações e movimentos sociais, tanto no cenário nacional como internacional.

Dessa forma, as conexões entre os referenciais teóricos e conceituais propostos na fundamentação metodológica deste estudo tiveram implicações não só na busca do diálogo entre abordagens oriundas de campos disciplinares diversos como também na criação de oportunidades de encontros entre diferentes visões sobre a agricultura na RMBH e no desafio de realizar uma pesquisa colaborativa, de fazer junto e fazer com, visando influenciar e ser influenciada pelo contexto direto no qual se insere.

Espaços de diálogos de saberes e produção coletiva de conhecimento

De modo geral, há poucos estudos e informações sistematizadas sobre a agricultura na RMBH, especialmente no que se refere à agricultura familiar, à agroecologia e às práticas agrícolas no ambiente construído, bem como o que toca o planejamento das zonas rurais e o uso agrícola do solo nos municípios metropolitanos.

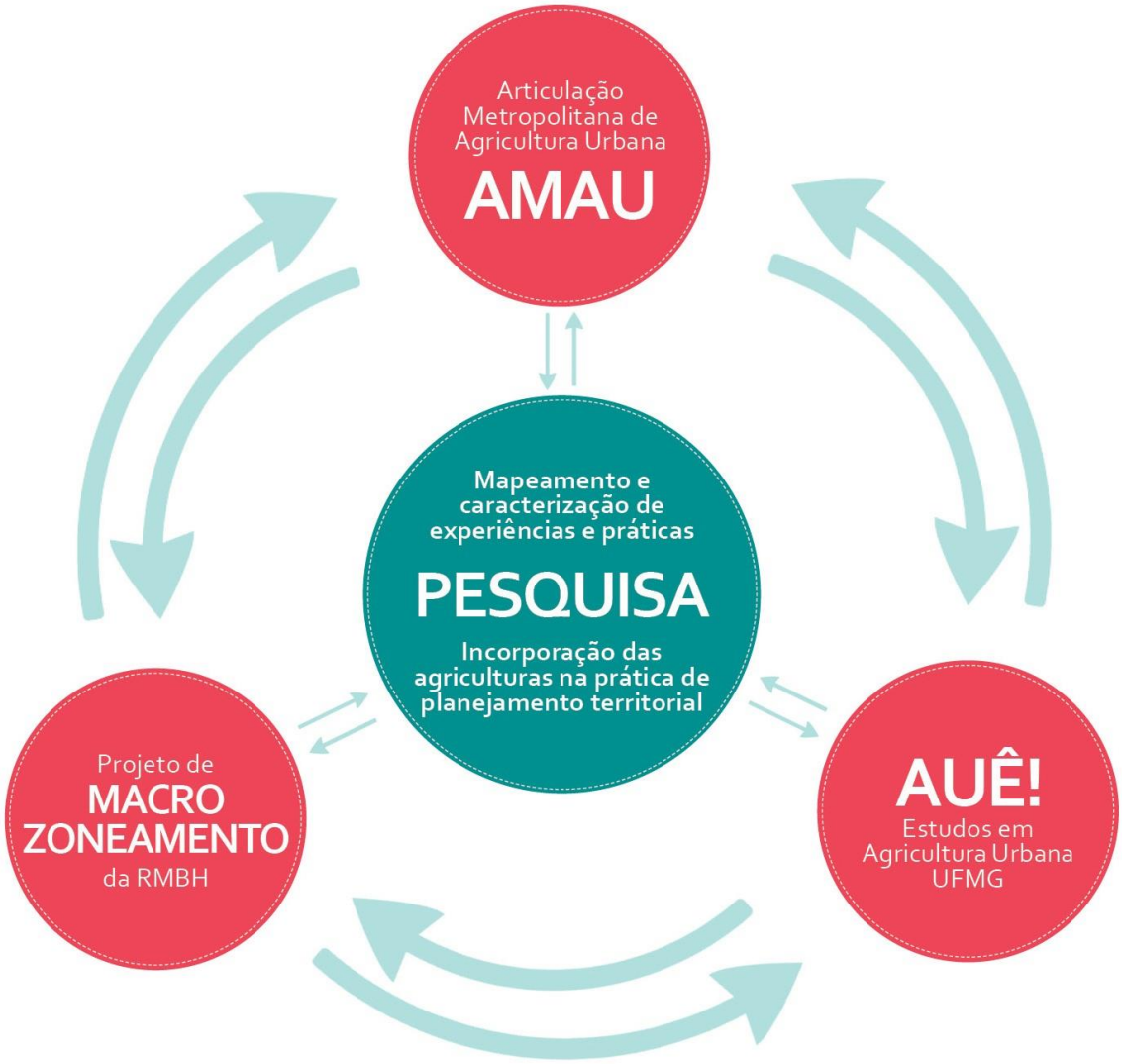
Em que pesem essas lacunas, conforme mencionado na seções anteriores, percebe-se na atualidade uma conjuntura mais favorável e um momento fecundo que se expressa na construção de espaços, iniciativas e dinâmicas sociais voltadas para o debate acadêmico e político e a realização de ações coletivas relacionados à atividade agrícola na região.

O desenrolar desta pesquisa provocou encontros e diálogos que, além de alimentarem sua própria construção, instigaram a socialização de conhecimentos e percepções sobre as práticas agrícolas cotidianas, a ação coletiva, as políticas públicas e a pesquisa acadêmica sobre a agricultura na RMBH.

A imersão acadêmica na UFMG proporcionou a interlocução simultânea com três espaços de diálogos de saberes sobre a agricultura na RMBH, registrados na FIG. 1, especialmente a partir de dois enfoques analíticos que expressam a relação entre as atividades desenvolvidas no âmbito desta tese e a dinâmica coletiva de produção de

conhecimento nesses espaços - o mapeamento e caracterização de experiências agrícolas e a incorporação das agriculturas na prática de planejamento territorial.

Figura 1 – Espaços de diálogos e afirmação de saberes



O primeiro espaço é a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), um coletivo criado em 2004 e composto de pessoas, grupos comunitários informais, associações comunitárias, organizações e movimentos sociais atuantes na RMBH. Como integrante da equipe da Rede de Intercâmbio, acompanhei o processo de criação e coordenação da AMAU ao longo de mais de 10 anos de existência. As conquistas e entraves encontrados na organização desse movimento, como a caracterização das experiências dos seus integrantes, a construção de uma plataforma colaborativa para o

mapeamento das práticas agrícolas na RMBH e a formulação de princípios e proposições de ações políticas estão entre as motivações basilares desta investigação.

O segundo espaço trata-se do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana AUÊ!/UFMG. Criado em março de 2013, o grupo consolidou um histórico de iniciativas de ensino, pesquisa e extensão já realizados no âmbito da UFMG, buscando aproximar a temática da agricultura urbana a diferentes campos de investigação em curso na universidade. Além do Instituto de Geociências, esta temática tem sido há algum tempo tangenciada por outras unidades, como o Instituto de Ciências Biológicas, via aproximação com a agroecologia, ou a Escola de Nutrição, pela abordagem da segurança alimentar, mas a dimensão espacial ou "urbana" é pouco explorada nessas interpretações. A partir de 2014, o AUÊ! passou a sediar o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA/UFMG), que se insere em uma rede regional e nacional de núcleos similares vinculados à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)[3]. O envolvimento com a criação do grupo e com sua coordenação proporcionou estabelecer um canal permanente de reciprocidade entre a condução da tese e um ambiente inovador de debates acadêmicos, técnicos e políticos, gerando um movimento ímpar para a identificação de lacunas e interfaces que emergem de campos disciplinares específicos, bem como para a construção de compreensões comuns sobre questões e conceitos acerca da agricultura nos territórios metropolitanos.

As atividades da pesquisa articularam-se ainda à execução do Projeto de Elaboração do Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH), iniciado em 2009. Em virtude da abordagem da minha pesquisa na geografia urbana, que articulava a agricultura urbana à produção do espaço urbano, e da trajetória profissional com esta temática, fui convidada a compor a equipe do Núcleo Ambiental do Projeto, acompanhando esse processo entre dezembro de 2013 e dezembro de 2014. A imersão nesse ambiente de planejamento proporcionou um conhecimento ampliado da RMBH e o contato com novos interlocutores que contribuíram para a reflexão crítica sobre as práticas e o uso agrícola do solo urbano e

[3] No segundo semestre de 2013, a aprovação do projeto *Metrópole em transição: implantação do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica/UFMG na Região Metropolitana de Belo Horizonte* (Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq, N.81/2013), bem como do projeto *Cultivando outra cidade: experiências e cartografias sociais da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana – AMAU* (Edital da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG) inauguraram uma nova etapa de atuação do grupo e sua ampliação.

para a compreensão da reestruturação e das tendências recentes da dinâmica territorial da RMBH. O Macrozoneamento Metropolitano foi uma oportunidade inédita para inserir a agricultura urbana e a agroecologia na agenda do planejamento metropolitano e nas proposições de reestruturação territorial metropolitana, bem como de diálogo com instâncias políticas e administrativas da RMBH, assumindo cada vez mais centralidade na argumentação conceitual e empírica da pesquisa.

a) A dinâmica de mapeamento e caracterização de experiências e práticas agrícolas na RMBH

O processo de mapeamento e caracterização de práticas e iniciativas de agricultura que se encontra em curso na RMBH tornou possível uma aproximação empírica deste estudo com a abordagem de Boaventura de Souza Santos sobre a produção da invisibilidade das experiências disponíveis no mundo contemporâneo. Proporcionou também a aproximação com a abordagem lefebvriana sobre os espaços vividos, no sentido de reconhecer tentativas de modificação ou apropriação do espaço dominado pelas lógicas e mecanismos da sociedade de consumo e da produção industrial e mercantil.

A demanda por mais clareza da diversidade de práticas agrícolas presentes na RMBH tem se tornado um objeto de crescente atenção nos espaços de debate relacionados à agricultura na região, onde são várias as questões registradas: quem são os/as agricultores/as da RMBH, como se organizam, quem as/os representa, onde e como produzem.

Do ponto de vista da organização de um movimento da agricultura urbana, por exemplo, há preocupação em identificar princípios e valores comuns, formas de auto-organização e canais de expressão coletiva entre um conjunto diverso de sujeitos que protagonizam as práticas e experiências com agricultura na região. Já do ponto de vista das políticas públicas, a caracterização é reconhecida como necessária para melhor definição de público beneficiário de políticas de agricultura urbana em construção, assim como para o acesso a políticas já existentes, especialmente aquelas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar.

Em 2013, no âmbito da coordenação ampliada da AMAU, teve início uma dinâmica de sistematizar e dar visibilidade ao perfil plural dos seus integrantes, identificar outras iniciativas nos municípios da RMBH e pensar como ampliar esse debate para a sociedade em geral. Com a implantação do NEA/UFMG, o Grupo AUÊ! deu seguimento à dinâmica

iniciada pela AMAU, incorporando, no âmbito das suas pesquisas empíricas, atividades de mapeamento e caracterização das experiências e práticas agrícolas na RMBH.

A retroalimentação entre a dinâmica de construção desta tese e a dinâmica de mapeamento e caracterização de práticas de agricultura pela AMAU e AUÊ! e a dinâmica de identificação de espaços de interesse comum pelo Macrozoneamento Metropolitano reforçou a necessidade de se construir uma tipologia das agriculturas na RMBH que incorporasse também as experiências que não são contempladas pelas estatísticas oficiais nem pelas políticas públicas atuais, colocando em debate as diferentes formas e funções das práticas agrícolas encontradas tanto nas zonas rurais como nas zonas urbanas dos municípios metropolitanos. Esse exercício de sistematização, que tem envolvido vários atores e ainda se encontra em curso, tem proporcionado avanços em uma abordagem mais compreensiva das práticas agrícolas no contexto metropolitano. Nesse mesmo sentido, as análises desta pesquisa buscam conectar definições conceituais, o marco legal existente e as pautas atuais dos movimentos sociais, assim como reconhecer princípios comuns entre um conjunto diverso de práticas que defendem os princípios da agroecologia e fazem ou podem fazer um contraponto ao modelo do agronegócio e suas implicações econômicas, sociais e ambientais.

b) A dinâmica de incorporação das agriculturas na prática de planejamento territorial da RMBH

A recente retomada do planejamento territorial da RMBH favoreceu uma aproximação empírica deste trabalho com a prática do planejamento urbano, entendido como o espaço concebido, uma das dimensões do espaço social lefebvriano. A terra é objeto de variados interesses e o uso agrícola do solo urbano representa uma face ainda pouco visível dos conflitos territoriais nas regiões metropolitanas. O debate sobre o uso agrícola do solo tem sido gradativamente incorporado nas discussões e proposições do planejamento territorial na RMBH, criando oportunidades para se perceber e imaginar os espaços agrícolas no contexto regional.

O PDDI-RMBH, finalizado em 2011, apresenta um conjunto de propostas para a proteção de zonas rurais e para a promoção de espaços agrícolas na RMBH. Já no âmbito do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, executado entre dezembro de 2013 e julho de 2015, o esforço para identificar espaços cujas qualidades potenciais ou presentes fossem

relevantes para o conjunto metropolitano retomou temas abordados no PDDI-RMBH, entre eles o uso agrícola do solo.

A execução do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano facilitou uma problematização empírica do perímetro urbano como uma linha divisória e definidora do que seria a realidade rural e urbana dos municípios, bem como uma visualização das agriculturas presentes tanto nas zonas rurais como nas zonas urbanas dos municípios metropolitanos. Partindo da teorização lefebvriana sobre a produção do espaço, é possível argumentar que a definição desse traçado, no âmbito dos planos municipais, pode ser compreendida como uma das formas de transferência do espaço concebido para o espaço vivido que gera ou pode gerar diversos conflitos socioambientais.

A constatação da ausência de análises e informações atualizadas com esse enfoque para o conjunto de municípios metropolitanos alimentou um trabalho colaborativo com integrantes da equipe do Projeto de Macrozoneamento, do grupo AUÊ! e da Agência Metropolitana, no sentido de compreender e espacializar a situação atual de delimitação dos perímetros urbanos e identificar o marco legal mais atualizado dos 34 municípios da RMBH.

No âmbito desta investigação, a análise dos planos diretores e legislação do uso e ocupação do solo dos municípios da RMBH possibilitou a elaboração de novos mapas a partir do agrupamento das diferentes categorias propostas no zoneamento municipal, buscando evidenciar, de forma inédita, uma visão geral das zonas urbanas e rurais do conjunto dos municípios da RMBH (privilegiando o critério de possibilidade legal de parcelamento do solo). Com a espacialização e visualização dos perímetros busquei também indicar as zonas de conflito entre a alteração dos perímetros e a manutenção da atividade agrícola na região.

A participação de bolsistas do AUÊ! nas oficinas e seminários do Projeto de Elaboração do Macrozoneamento Metropolitano facilitou os contatos com gestores públicos, vereadores/as e organizações dos municípios metropolitanos e uma identificação preliminar de áreas agrícolas de interesse metropolitano na RMBH, para além das unidades produtivas identificadas no processo de mapeamento e caracterização conduzido pela AMAU e AUÊ!. Além disso, na medida em que a lacuna de dados sobre a atividade agropecuária na RMBH foi percebida, a incorporação de dados demográficos e socioeconômicos nas análises do planejamento metropolitano ampliou o reconhecimento de espaços agrícolas e áreas rurais de interesse metropolitano e a visão sobre a inserção da agricultura na dinâmica territorial dos municípios e da região.

A experiência em Toronto (Canadá)

Parte do percurso do doutorado foi vivenciada em Toronto, Canadá, no período de setembro/2014 a junho/2015, com o apoio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Essa vivência ampliou as questões originalmente formuladas na tese, a partir do acesso a informações e do contato direto com uma diversidade de práticas agrícolas e com processos de planejamento urbano e regional nos quais se debateu ou se incorporou o uso agrícola do solo. O conhecimento dessas experiências em uma metrópole do Norte Global inspirou novas leituras e comparações sobre as interações contemporâneas entre as agriculturas e a produção do espaço urbano entre duas realidades distintas, ainda que não seja objetivo desta pesquisa uma confrontação entre essas realidades.

A estadia no *Centre for Studies in Food Security*, vinculado à *Ryerson University*, contribuiu ainda para a ampliação de bibliografia relevante para o desenvolvimento deste trabalho e melhor contextualização do debate internacional sobre a agricultura urbana. O estágio doutoral também proporcionou uma visita ao *International Development Research Centre* (IDRC), organização de referência no cenário internacional, que há anos tem apoiado a sistematização de experiências, a produção de informações e uma série de publicações que analisam iniciativas de agricultura urbana em vários continentes.

Toronto é reconhecida internacionalmente pelo amplo leque de iniciativas no campo das políticas alimentares (*food policy*). Existem inúmeras organizações sociais consolidadas e setores governamentais, com larga trajetória de atuação na questão alimentar e na agricultura urbana, que expressam diferentes enfoques na promoção da agricultura e da produção local de alimentos na agenda política local e regional. Na escala local, o cenário da agricultura urbana na *City of Toronto* compreende sujeitos e práticas com motivações políticas e socioambientais similares àquelas encontradas no contexto brasileiro, particularmente no que toca à promoção das múltiplas dimensões da segurança alimentar, como questões ligadas à saúde e à cultura alimentar. Mas na realidade canadense distingue-se expressiva diversidade de empreendimentos com motivações econômicas e lidando com diferentes escalas de produção. Há ainda uma significativa agenda política sobre a agricultura e a produção de alimentos, no âmbito regional, que envolve outras organizações e municípios vizinhos e está orientada à promoção e coordenação de um *food and farming cluster* na região do *Greater Golden Horseshoe*

(GGH) e na área do *Greenbelt*. Na escala regional, a atividade agrícola é considerada uma das atividades que compõem a diversificada base econômica da região e integra estratégias de crescimento da economia e da competitividade do GGH com outras cidades-regiões do mundo.

Do ponto de vista conceitual e teórico, o estágio permitiu acessar recente literatura internacional sobre a agricultura urbana, que dialoga com as abordagens teóricas sobre a produção social do espaço urbano e sobre a ecologia política da urbanização adotadas nesta tese. Parte dessa literatura problematiza as contradições inerentes à agricultura urbana, visando não simplificar as racionalidades que orientam as múltiplas formas e funções que desempenha na sociedade urbana (McCLINTOCK, 2014; TORNAGHI, 2014a). Nesse sentido, interroga em que medida as práticas de agricultura urbana estão experimentando alternativas de transformação do espaço urbano ou representam novas formas de organização da vida urbana cotidiana como parte do processo de neoliberalização das cidades. Ou ainda em que medida estão desafiando as desigualdades sociais, a concentração da terra e o sistema alimentar dominante ou estão sendo exploradas como uma nova forma de injustiça socioespacial. Por outro lado, nas leituras realizadas, foram observadas desconexões entre o debate sobre a construção conceitual da agricultura urbana e a literatura internacional já disponível sobre as proposições técnicas e políticas da agroecologia. No âmbito das políticas alimentares e do planejamento urbano, a leitura de uma série de documentos e relatórios que registram e fazem parte da trajetória de incorporação da agricultura e da produção de alimentos nas políticas alimentares (*food policy*) e no planejamento urbano indicou também uma frágil conexão entre os antecedentes, os principais temas enfocados e as diretrizes de ação propostas para as escalas local e regional.

Um exercício de composição

Nesta pesquisa busquei explorar as interações entre as agriculturas e a produção do espaço no mundo contemporâneo, inserindo a agricultura no debate sobre a urbanização contemporânea, de forma que os espaços agrícolas sejam incorporados como parte inerente à urbanização. Os argumentos apresentados pretendem ainda enfatizar que a construção conceitual da “agricultura urbana” contribui para o debate e a aproximação do que muitas vezes parece antagônico ou conflitante.

Conforme indicado no diagrama da FIG. 2, ao articular elementos conceituais da produção do espaço urbano, da ecologia política da urbanização, da agroecologia e da agricultura urbana, busquei construir, neste estudo, uma abordagem teórico-conceitual apropriada para repensar a presença histórica da agricultura nas cidades e sobre os sentidos da sua permanência, transformação e ressurgimento nos territórios metropolitanos contemporâneos. Com essa abordagem, proponho discutir como essas práticas, como um processo espacial em múltiplas escalas, podem resultar de diferentes contextos sociopolíticos e podem desempenhar na produção dos territórios metropolitanos e na produção de alimentos.

Figura 2 – Isto e Aquilo: conceitos e práticas



O título escolhido busca enfatizar os muitos "*istos e aquilos*" que foram confrontados ao longo da construção desta tese e os esforços feitos de somar diferentes abordagens conceituais e da prática cotidiana para se acercar das nuanças e da complexidade das práticas agrícolas encontradas nos espaços metropolitanos. Por outro lado, este título pode ser entendido como um convite para outras e novas pesquisas que explorem as lacunas de conhecimentos provocadas pela visão parcelar dos campos disciplinares e aproximem os saberes formalmente produzidos na esfera acadêmica dos aprendizados dos movimentos e organizações sociais engajados na transformação social.

Finalmente, é importante esclarecer que esta pesquisa não promete soluções ou respostas para as questões levantadas, tampouco é uma tese comprovável, uma vez que não está orientada pela formulação de hipóteses a serem testadas. É mais uma tese propositiva, um exercício de colocar em prática os pressupostos que a orientaram. Particularmente, pretende dar um exemplo, no campo da práxis do planejamento territorial, das possibilidades de se produzir outros espaços a partir da transformação do olhar sobre a relação entre as agriculturas e a produção do espaço em uma região metropolitana.

A partir da apresentação geral dos pressupostos teórico-metodológicos e do referencial empírico que fundamentam esta tese, feita nos tópicos anteriores, bem como do caminho trilhado na sua construção, são indicados a seguir os seus objetivos:

a) Construir uma proposta de abordagem teórico-conceitual que permita inscrever a agricultura urbana e a agroecologia no campo dos estudos sobre a produção social do espaço urbano e sobre a questão ambiental urbana, propiciando o diálogo entre diferentes campos do conhecimento;
b) identificar as conexões existentes entre a construção conceitual e a trajetória de ações coletivas e de formulação de políticas públicas relacionadas à agricultura urbana no contexto brasileiro;
c) explorar as interfaces e convergências entre a agricultura urbana (que articula a agricultura e a cidade), a perspectiva ecológica e sociocultural da agroecologia (que enfoca a riqueza e a diversidade de experiências) e o planejamento territorial metropolitano, contribuindo para o debate sobre as possibilidades de transformação das desigualdades socioespaciais a partir do planejamento urbano contemporâneo;
d) identificar a pluralidade de práticas, sujeitos e espaços relacionados às agriculturas na Região Metropolitana de Belo Horizonte;
e) analisar a incorporação das agriculturas na experiência recente de planejamento territorial da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que compreende o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI)-RMBH e o Projeto de Elaboração do Macrozoneamento Metropolitano.

Para visão geral da composição e da estrutura do estudo, segue uma apresentação de como foram organizados os conteúdos trabalhados, da literatura de referência estudada e dos resultados da pesquisa empírica nos quatro capítulos que sucedem esta introdução.

O capítulo “Agricultura urbana: conceito e práticas em movimento” tem o objetivo de introduzir a relevância e atualidade da agricultura urbana como um campo de investigação acadêmica e atuação política, apresentando uma leitura sobre a emergência e trajetória internacional e brasileira de estudos, ações e formulação de políticas sobre esta temática. Nesse sentido, argumento que a construção do conceito da agricultura urbana tem acontecido simultaneamente com dinâmicas de elaboração de políticas públicas e processos de mobilização e organização social e busco indicar as conexões e interferências entre o contexto institucional internacional e o contexto institucional brasileiro, no qual se sobressaem iniciativas e processos de articulação social na RMBH. Busco ainda argumentar que a forma como a agricultura urbana tem sido pensada tem reflexos em diferentes enfoques de pesquisas e ações em torno dessa questão no Brasil e que avanços na politização desse conceito devem ser parte de um esforço que articule a compreensão dessa prática social com as visões de mundo que pode ensejar.

No capítulo *“*De qual agricultura estamos falando?”, discuto que uma maior conexão entre a agricultura urbana e a agroecologia na literatura e nas instâncias e fóruns políticos contribuirá para desenvolver um olhar crítico e sensível sobre o modelo de agricultura dominante e o redesenho dos sistemas agroalimentares, superando o tratamento marginal ou residual que a agricultura urbana tem ocupado nessas discussões. Por uma via, identifico elementos conceituais da proposta agroecológica que podem ser apropriados como referências orientadoras para a agricultura urbana, para que não se difunda uma atitude de defesa pouco crítica dos benefícios das práticas urbanas de produção de alimentos ou uma inclinação a tratar a atividade agrícola em contextos urbanos necessariamente como uma virtuosidade. Por outra via, exploro práticas sociais e conhecimentos já produzidos no campo da agricultura urbana que podem contribuir para que os princípios que hoje unificam o campo agroecológico sejam percebidos e apropriados como questões fundamentais para os territórios urbanos e para a sociedade em urbanização, e não apenas como uma problemática rural ou da economia nacional.

No capítulo intitulado *“*De qual urbano estamos falando?”, dialogo com as referências teóricas e conceituais e as categorias escolhidas para inscrever a agricultura urbana como uma temática relevante nos estudos urbanos orientados pela abordagem lefebvriana da produção do espaço e pela ecologia política, bem como para interagir com outros campos do conhecimento. A concepção de agricultura urbana formulada neste capítulo considera o espaço como categoria central para se compreender a sociedade e as possibilidades de mudança social, bem como articula outras categorias relacionadas ao

espaço, como os conceitos de território e lugar. Na argumentação desenvolvida ao longo do texto, busco esclarecer como o conceito de urbano e a perspectiva teórica da urbanização da sociedade que orientam minha leitura das práticas de agricultura nos territórios metropolitanos possibilitam discutir a diferenciação das cidades em relação ao urbano e o potencial político da agricultura urbana a partir do conceito de direito à cidade de Lefebvre. Nesse percurso, o conceito da urbanização extensiva é utilizado para compreender a extensão do tecido urbano-industrial, as contraposições e as virtualidades que carrega para o entorno metropolitano.

Com essa fundamentação, sugiro pensar a agricultura urbana a partir de um enfoque conceitual que articula o rural-urbano no mundo contemporâneo, questionando abordagens que ainda tratam esses campos como antagônicos e problematizando as definições de agricultura urbana que são construídas a partir de uma contraposição com "a" agricultura rural e/ou "a" agricultura periurbana. Busco ainda explicitar imprecisões que cercam os debates sobre a agricultura urbana, tal como uma associação do urbano com o ambiente construído ou ainda com as definições legais brasileiras que se referem à área compreendida pelo perímetro urbano. A argumentação teórico-conceitual sobre o urbano apresentada neste capítulo também incorpora conceitos do campo dos conflitos ambientais para inscrever, de forma crítica, a agricultura urbana no debate sobre a sustentabilidade urbana.

Partindo do referencial da ecologia política, busco articular o conteúdo ambiental e político da agroecologia como um fundamento da agricultura urbana como uma via de naturalização do urbano e de aproximação entre a análise e a intervenção urbana e ambiental. As análises deste capítulo englobam ainda uma leitura sobre a questão metropolitana e o estágio contemporâneo do processo de metropolização no Brasil, fundamentais para entender a dinâmica territorial na qual se inserem as práticas agrícolas nas regiões metropolitanas. Por fim, este capítulo apresenta algumas questões contemporâneas do planejamento urbano e da gestão metropolitana que ajudam a contextualizar os limites e potencialidades de se incorporar a agricultura nos debates e na prática do planejamento territorial metropolitano, seja como um uso temporário ou como um uso permanente do solo nas cidades.

No capítulo quatro, "Agricultura urbana e agroecologia: conexões possíveis para novas configurações territoriais na RMBH", apresento uma perspectiva histórica e socioespacial da constituição da RMBH e busco conectar dimensões práticas e teóricas de processos socioespaciais recentes que envolvem o processo de planejamento territorial e o

mapeamento das práticas e iniciativas de agricultura na RMBH. Explorando a retroalimentação entre esses processos, articulo as possibilidades de se imaginar e produzir outras lógicas de produção do espaço via planejamento metropolitano com o reconhecimento de espaços produtivos nos quais a prática agrícola cotidiana indica a centralidade da reprodução da vida ou ainda possibilidades de modificação e apropriação de espaços subordinados à lógica de reprodução do capital nos territórios metropolitanos. Por outro lado, ao analisar os avanços e limites desses processos, exploro questões conceituais e políticas que podem basear uma visão coletiva sobre as relações possíveis entre a agricultura urbana e a agroecologia e a configuração de territórios metropolitanos e manter ativas as conexões iniciadas entre o planejamento metropolitano, projetos de pesquisa e articulação social na RMBH.

Por fim, nas considerações finais, enfatizo questões que considero potenciais para que futuras pesquisas aprofundem as conexões entre diferentes abordagens conceituais acerca da complexidade das práticas agrícolas encontradas nos territórios metropolitanos, esperando que as aproximações que possam surgir a partir das mesmas contribuam para fortalecer a integração entre as agriculturas e os espaços urbanos que parece estar nascendo nas áreas metropolitanas brasileiras.

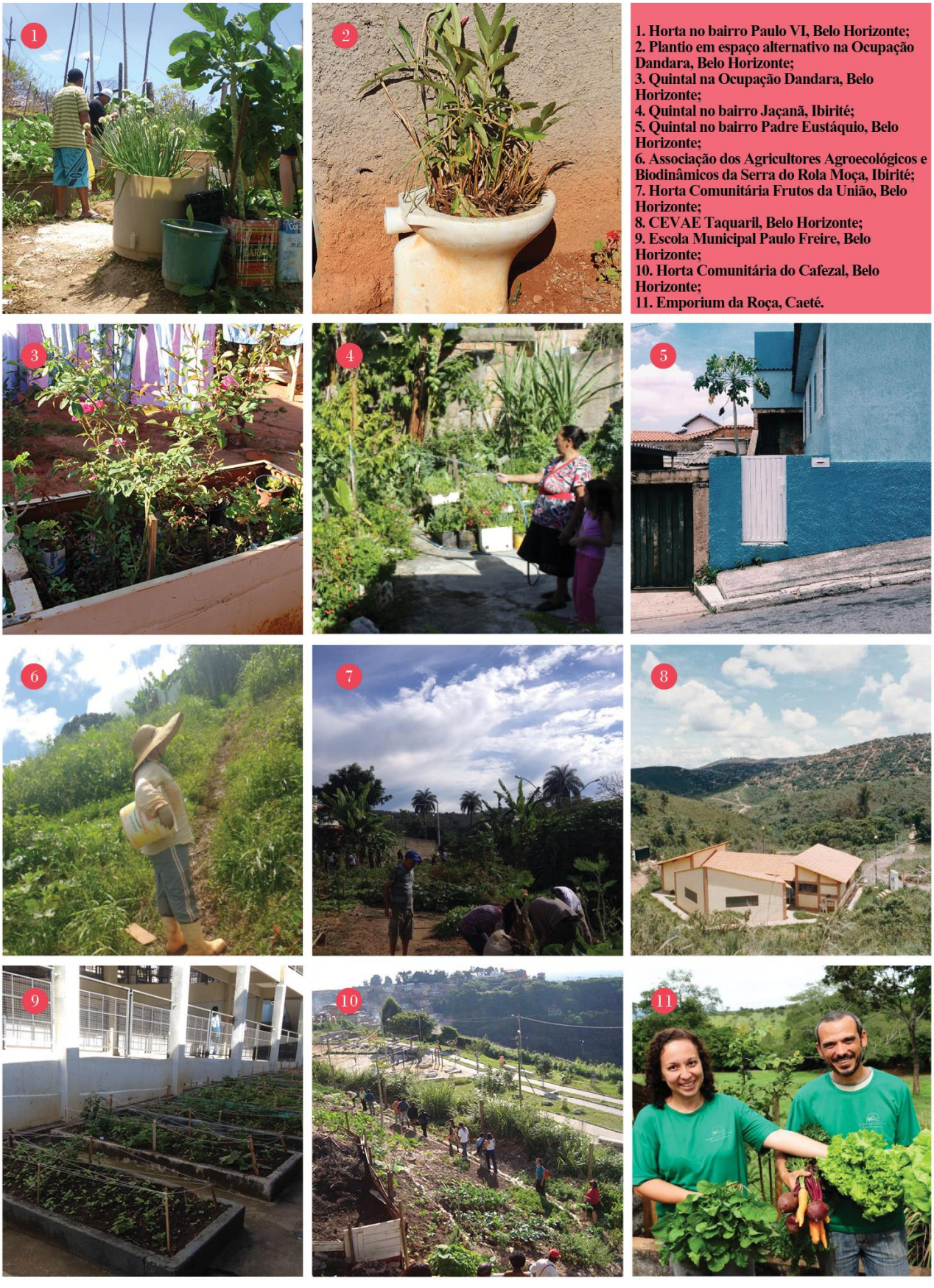
CAPÍTULO 1 - AGRICULTURA URBANA: CONCEITO E PRÁTICAS EM MOVIMENTO

1.1 Introdução

Cultivar a terra e produzir alimentos é uma prática comum na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Assim como comer verdura do quintal, uma fruta de alguma praça da cidade ou buscar na casa de uma benzedeira uma planta para remediar o corpo ou o espírito. Uma conversa com feirantes e vendedores/as nos sacolões, nas feiras de rua e nas bancas de verduras encontradas cotidianamente nas esquinas de muitos bairros pode surpreender ao revelar que vários dos produtos ali comercializados são cultivados em municípios da região. Para quem nunca viveu essas experiências, pode-se aproveitar o ponto de vista privilegiado da janela de um ônibus que saia do centro da capital e, com um olhar mais atento, observar a presença de árvores frutíferas, hortaliças e plantas medicinais cultivadas nos quintais, em vasos, nas janelas, em lajes, em espaços públicos e privados não construídos na cidade e nas suas periferias. Se for uma manhã sossegada de domingo é provável que se ouça o canto dos galos e, por obra do acaso, que esse trajeto seja atravessado por cavalos, vacas e cabras transitando nas ruas e calçadas. Na capital e nos demais municípios metropolitanos são inúmeros os exemplos de uso agrícola do solo, tanto nas zonas urbanas como rurais, onde tem mais destaque, na paisagem, a presença de hortas comerciais, sítios, chácaras, empresas, fazendas, viveiros, currais e granjas de criação animal (FIG. 3a e 3b) [4].

[4] De modo geral, as imagens utilizadas nos mosaicos de figuras têm como fontes principais *sites* de internet e o acervo de organizações. No primeiro caso, os respectivos *links* encontram-se relacionados logo após as referências bibliográficas. No segundo caso, registro aqui meu agradecimento às organizações que gentilmente cederam imagens para compor esta pesquisa. A seleção e composição das figuras deste trabalho foi realizada com a fundamental participação de Victor Alencar, a quem agradeço de forma mais que especial. As referências das fontes das figuras se encontram logo após as referências bibliográficas, na página 409.

Figura 3a - Cultivo de plantas, criação de animais e comercialização de produtos agrícolas na RMBH



Fonte: Acervo Grupo AUÊ!, Acervo REDE, Acervo Kaipora/UEMG e Revista Campo e Negócios.

Figura 3b - Cultivo de plantas, criação de animais e comercialização de produtos agrícolas na RMBH



Fonte: Acervo Grupo AUÊ!, Acervo REDE, FITO Orgânicos, Amanu e Feira Terra Viva.

Assim como na RMBH, as práticas agrícolas são atualmente encontradas em outras cidades e regiões metropolitanas e são mencionadas em antigos registros históricos sobre a origem das cidades. Mas o que a presença dessas práticas nas metrópoles contemporâneas está nos dizendo? Como surgem e permanecem em diferentes contextos de urbanização? Como se transformaram ao longo dos tempos? O que ensejam para o futuro?

Uma busca na internet pelo termo “agricultura urbana” indica que, pontualmente, em diferentes regiões do Brasil, esta temática tem gerado mais interesse e chamado a atenção como uma resposta aos desafios contemporâneos das grandes cidades. De modo geral, o “tratamento” da agricultura urbana na mídia cita vários benefícios de cultivar alimentos na cidade e no seu entorno: além de ampliar o acesso a alimentos frescos e saudáveis e deixar a cidade mais verde. Sob esse ponto de vista, a agricultura urbana ampliaria a consciência da população urbana sobre a origem dos alimentos e os hábitos alimentares dominantes na sociedade contemporânea e sobre formas de cuidar do ambiente e da natureza próximas do seu cotidiano.

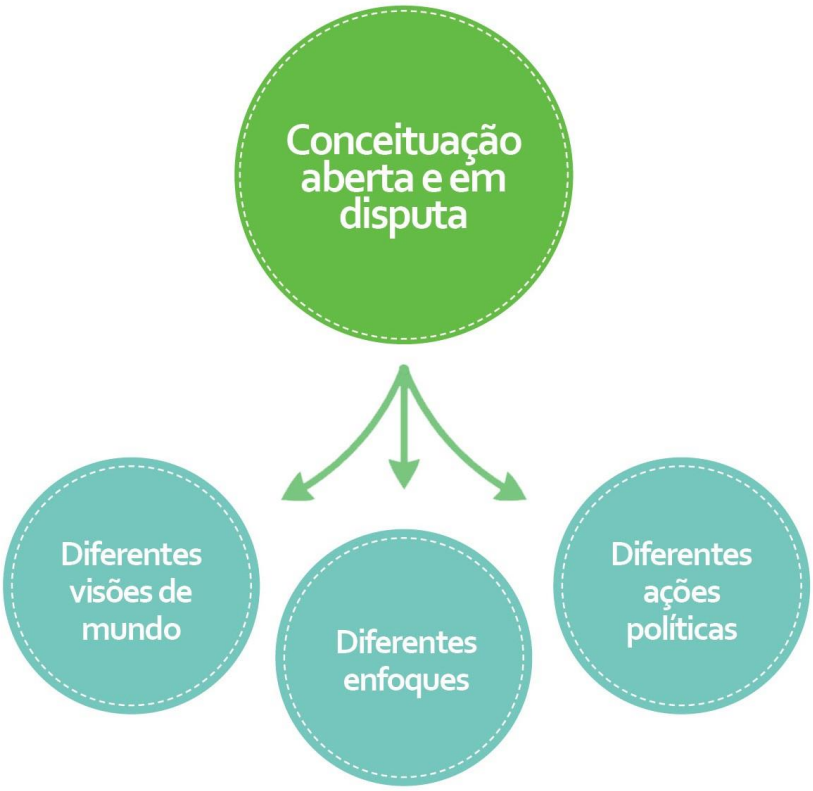
Entretanto, parece haver um descompasso entre essa visão e o fato de a agricultura urbana não ser uma prática muito mais difundida na sociedade e debatida nos espaços acadêmicos e políticos. Esse descompasso leva a interrogar quais seriam os motivos para essa “ausência” e quais seriam os desafios enfrentados cotidianamente para manter sua “presença” nas cidades, como a incompatibilidade com outras atividades econômicas urbanas; as dificuldades encontradas pelas pessoas que desenvolvem ações dessa natureza; o ritmo da vida urbana cotidiana; as prioridades das lutas e movimentos sociais; e as ênfases das políticas públicas.

A relação cotidiana entre a produção e o consumo de alimentos ainda é presente nas cidades brasileiras e certamente, onde essa realidade se modificou, muitas pessoas ainda se lembram das hortas, pomares e galinheiros nos quintais das avós e da vizinhança. A intensificação do processo de urbanização vai substituindo esses usos e práticas por usos mais intensivos dos lotes, que normalmente significam usos construtivos e mais adensamento, assim como diferenciações no preço da terra. Em um sentido contrário, parece haver uma ressignificação da prática da agricultura nas cidades, seja nas periferias pobres ou nas áreas mais valorizadas, que se por um lado passam por ações de resistência às transformações de uso e pela busca de modos de vida e alimentação mais saudáveis, por outro lado passam também por novas tendências de marketing ambiental ou gastronômico que acentuam a dimensão simbólica do consumo (e mesmo uma nostalgia do simples)

como parte de estratégias de competição por mercados pela indústria e pelo mercado de alimentos.

Os diferentes valores e visões de mundo que motivam o interesse atual pela agricultura urbana influenciam o sentido atribuído a essa prática social, ou seja, como seus limites e potencialidades são interpretados e qual é ou deve ser a direção das ações políticas realizadas, tal como esquema apresentado na FIG. 4. Considero que os discursos presentes nos estudos e na mídia ao mesmo tempo influenciam e refletem discursos e práticas da sociedade civil e de gestores públicos e acredito que o interesse pela agricultura urbana deve passar pela compreensão da complexidade das relações envolvidas nessa prática social e dos sentidos que indicam para superar ou reproduzir as condições de desigualdade e injustiça social que a sociedade em urbanização enfrenta atualmente.

Figura 4 – Agricultura urbana: conceituação aberta e em disputa



Assim, seja como uma nova temática motivadora de iniciativas de organizações sociais locais, como uma pauta de debate na formulação de políticas públicas ou como objeto de pesquisas nas universidades, a agricultura urbana deve trazer à tona a reflexão sobre as relações históricas entre a agricultura e a cidade, bem como sobre as conexões

entre questões relevantes no mundo atual, com as relações entre o rural e o urbano, entre a sociedade e a natureza.

Este capítulo tem como objetivo introduzir a produção de conhecimento e a agenda de debates que cerca a agricultura urbana, ainda que não se pretenda, com esse exercício, compreender todo o histórico de estudos e pesquisas sobre a temática. Partindo da minha inserção profissional, política e acadêmica com o tema, apresento um ponto de vista particular sobre a trajetória de estudos, ações e formulação de políticas sobre esta temática no Brasil e no contexto internacional, discutindo lacunas e desdobramentos possíveis para se ampliar e aprofundar o debate sobre a agricultura urbana no cenário brasileiro.

1.2 A emergência da agricultura urbana na agenda internacional

No cenário internacional, a produção de alimentos na cidade já foi objeto da organização de amplas políticas de Estado e do engajamento da sociedade em contextos passados, especialmente em períodos de escassez de alimentos resultantes de período de guerras, crises econômicas ou catástrofres ambientais.

Os períodos da Primeira e Segunda Guerra Mundial são referências relevantes nos estudos sobre a agricultura urbana no hemisfério norte, por compreenderem momentos históricos nos quais a produção de alimentos nas cidades, bem como seu consumo, foram amplamente incentivados pelos governos e instâncias políticas nacionais[5]. A escassez e o racionamento de alimentos resultantes do comprometimento das importações de alimentos para alimentar a população; a necessidade de aumentar a disponibilidade de alimentos (no caso dos países aliados); e a exportação de alimentos para as tropas em guerra (no caso dos Estados Unidos da América - EUA) motivaram a organização de amplas campanhas como a *Liberty Gardens* e *Victory Gardens* (nos Estados Unidos) e *Dig for Victory* (na Inglaterra). Essas campanhas estimulavam a população urbana a plantar sua própria comida em espaços urbanos públicos e privados e a atuar como voluntários na produção alimentar na zona rural, como pode ser observado nas FIG. 5a e 5b. As mensagens das campanhas associavam o engajamento da sociedade na produção de alimentos à ideia de independência, autossuficiência e patriotismo e contavam com o papel ativo do Estado na

[5] Nos Estados Unidos, a *National War Garden Commission* e o *National Victory Garden Program* foram instâncias nacionais de referência, na Primeira Guerra e Segunda Guerra Mundial, respectivamente (MOK *et al.*, 2014).

organização da circulação e distribuição da produção de alimentos (MOK *et al.*, 2014)[6]. Durante a Grande Depressão de 1930, os norte-americanos também contaram com os *Relief Gardens* (BASSETT, 1981 *apud* MOK *et al.*, 2014).

[6] Mok *et al.* (2014) mencionam as impressionantes cifras de 3,5 milhões de hortas (*war gardens)* durante a Primeira Guerra Mundial, produzindo US$ 350 milhões em alimentos em 1917 e 5,3 milhões de hortas em 1918, produzindo US$ 525 milhões em alimentos nos Estados Unidos. Já em 1944 os autores registram que 20 milhões de hortas (*victory gardens*) chegaram a representar 40% da produção de vegetais frescos no país.

Figura 5a - Exemplos de materiais de divulgação de campanhas no contexto da Primeira e Segunda Guerra Mundial









1. National War Garden Commission, 1918;
2. U.S. Food Administration, 1918;
3. National War Garden Commission, 1918;
4. U.S. Food Administration, 1917.

Fonte: *Modern Farm*.

Figura 5b - Exemplos de materiais de divulgação de campanhas no contexto da Primeira e Segunda Guerra Mundial





5. Victory Garden, 1945;
6. Victory Garden, 1944;
7. Victory Garden, 1944;
8. WPA War Services Project, 1941;
9. Victory Garden, 1944.







Fonte: *Modern Farm e How does your garden grow*?.

Os *community gardens* americanos e *allotments*[7] na Europa têm origem ainda mais antiga, conformando, usualmente, um sistema de arrendamento de parcelas de terras públicas a associações de moradores para o cultivo de alimentos para o autoconsumo e para a recreação. A institucionalização desses *jardins* surge, de modo geral, como uma resposta de alguns governos e alguns proprietários de companhias privadas à precarização da qualidade de vida nos bairros proletários e à diminuição de espaços verdes que marca o período inicial de industrialização das cidades europeias (COSTA, 2012)[8]. Mok *et al.* (2014) ressaltam que essas iniciativas voltaram à tona no fim dos anos 1960 e início dos anos 70, a partir de motivações ideológicas como a preocupação ambiental e o movimento de contracultura, bem como uma resposta a crises econômicas, como a inflação e o desemprego. Tornaghi (2014b) indica que atualmente há uma renovação no interesse sobre a compreensão dos significados atuais da permanência do cultivo de alimentos nesses espaços. Mok *et al.* (2014) destacam, ainda, que há abundante literatura nos Estados Unidos sobre o papel da produção nos quintais (*backyard food gardening)* como parte do sistema alimentar no país, seja como um caminho para combater os desertos alimentares[9], como complementação do orçamento doméstico e promoção da saúde e como espaços que promovem o desenvolvimento social e empoderamento de comunidades.

Entretanto, é na década de 90 que se amplia o reconhecimento formal da expressão agricultura urbana na agenda internacional, a partir da incorporação dessa temática em iniciativas de agências de cooperação e organizações internacionais para o desenvolvimento. O interesse das agências pela agricultura urbana se articula com a emergência do debate sobre o desenvolvimento sustentável e sobre a gestão ambiental das cidades tanto na comunidade científica como na sociedade em geral. Segundo Mougeot (2006, p. 14), o documento "Nosso Futuro Comum", publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, foi provavelmente a primeira

---

[7] Optei por manter o termo em inglês, por não encontrar uma expressão correspondente em português. Entretanto, essa forma de organização do cultivo de alimentos é encontrada em várias cidades e países europeus com outras denominações como *kleingärten* (Alemanha), *kolonihave* (Dinamarca), *koloniserade trädgårdar* (Suécia), *jardin familiaux* (França); *volkstuin* (Holanda e Bélgica) (COSTA, 2012).

[8] Mok *et al.* (2014, p. 9) registram que a história dos *allotments* na Inglaterra tem início ainda antes das duas Guerras Mundiais e da Revolução Industrial, com o processo do cercamento de terras, conformando uma forma de compensação aos camponeses que perderam suas terras para que pudessem produzir alimentos.

[9] De acordo com Mok *et al.* (2014, p. 4), o termo "deserto alimentar" tem sido amplamente utilizado nas últimas duas décadas para descrever áreas caracterizadas pela falta de acesso a uma alimentação saudável e pela falta de estruturas físicas, de recursos financeiros ou conhecimento. Os autores citam dados do *US Census Bureau* 2010, segundo os quais 43,6 milhões de pessoas estavam vivendo na pobreza nos EUA em 2009 e em muitas situações, mesmo havendo disponibilidade de dinheiro, o alimento não estava acessível.

publicação importante da Organização das Nações Unidas (ONU) a mencionar o potencial da agricultura urbana como uma ferramenta para o desenvolvimento urbano sustentável.

Faço a seguir breve contextualização para dar ideia de como foi se consolidando o reconhecimento institucional e uma rede internacional de promoção da agricultura urbana, formada por organismos e programas que fazem parte do Sistema das Nações Unidas, bem como por agências de cooperação bilateral e organizações internacionais. Essa rede alimenta e é alimentada por organizações sociais e governos nacionais e locais por meio da implantação de projetos e pesquisas em várias regiões, países e cidades do mundo.

Smit (1996) argumenta que até o final dos anos 1970 havia pouca atenção para a agricultura urbana, mas registra a implementação de alguns projetos de organizações de cooperação internacional voltados para a promoção de quintais e hortas comunitárias e escolares, particularmente em países da África. Nos anos 1980, o autor ressalta a realização de pesquisas na Europa, América Latina, África e Ásia, que resultaram várias publicações que indicaram ser a agricultura urbana uma prática generalizada, presente em diversas economias, climas e culturas. Entre essas pesquisas, o autor destaca a influência dos relatórios do projeto "*Food-Energy Nexus*", da *United Nations University*, cujo trabalho de campo indicou como eram difundidos a produção de alimentos e o uso da lenha para produção de energia em centros urbanos nos países em desenvolvimento; assim como identificou que os agricultores urbanos não eram apenas imigrantes recentes e moradores pobres e englobavam vários níveis de renda.

Entre as agências de cooperação internacional, tem destaque o *International Development Research Centre* (IDRC), do Canadá, como uma instituição pioneira no apoio e financiamento a projetos de desenvolvimento e projetos de pesquisas sobre a agricultura urbana e sistemas alimentares urbanos (*urban food systems*), em diferentes localidades e regiões do mundo desde 1984[10]. O IDRC é também uma instituição de referência na promoção de ações articuladas com agências das Nações Unidas, outras agências bilaterais e fundações internacionais para atuar em países em desenvolvimento[11].

---

[10] A pesquisa formal sobre agricultura urbana no IDRC cobre um período de pelo menos 20 anos (1984-2004) e investimentos em torno de (CA) $ 9 milhões em mais de 90 projetos relacionados em mais de 40 países (MOUGEOT, 2006, p. 14). Como membro dessa organização, Luc Mougeot coordenou o programa *Cities Feeding People* entre 1993 e 2004 e o programa de premiação/bolsas de pesquisa *Agropolis* entre 1998 e 2004 e publicou diversos livros e artigos, tornando-se um autor de referência em várias publicações sobre a agricultura urbana na literatura nacional e internacional.

[11] De modo geral, neste texto, os termos países em desenvolvimento/Sul Global e países desenvolvidos/Norte Global serão utilizados em correspondência com a forma como são mencionados nas publicações citadas. Particularmente adotarei as expressões Norte e Sul Global em referência ao conjunto de países que se encontram, respectivamente, no hemisfério norte e no hemisfério sul, mesmo que esta divisão seja

Segundo Smit (1996), na década de 1990 já era significativo o número de agências de cooperação internacional envolvidas com a agricultura urbana, assim como era notável o número de publicações, conferências/*workshops* e cursos universitários sobre este tema[12].

Smit (1996) e Mougeot (2006) destacam a criação do *Support Group for Urban Agriculture* (SGUA), em 1996, a partir do *Urban Agriculture Advisory Committee* (UAAC) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A "*Urban Agriculture Initiative*", formulada pelo SGUA, trabalhou na realização de pesquisas, na identificação de necessidades de desenvolvimento relacionadas à agricultura urbana e na coordenação do esforço conjunto dos seus participantes, registrando a participação de mais de 40 organizações internacionais[13]. No mesmo ano, o SGUA criou a *Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security* (RUAF), que a princípio funcionou como uma rede internacional e posteriormente se institucionalizou[14]. Atualmente, a Fundação RUAF - *Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security* é uma organização de referência na sensibilização, geração e disseminação de conhecimento, desenvolvimento de capacidades e assessoria técnica, investigação, desenho de políticas e planos de ação sobre agricultura urbana. A Fundação RUAF está sediada na Holanda e é conformada por sete centros de atuação regional, coordenados por organizações que estão localizadas, de modo geral, em países em desenvolvimento[15].

---

questionada por abordagens mais críticas e apresente inconsistências, tais como a presença de países ditos emergentes na porção norte do globo, bem como a presença de alguns países como a Austrália e a Nova Zelândia (que apresentam características semelhantes aos países do Norte), mas estão no hemisfério Sul.

[12] Smit (1996, p. 12) e Mougeot (2005, p. 25) citam exemplos de encontros internacionais que incluíram debates sobre a agricultura urbana em sua programação: *United Nations Conference on Environment and Development - UNCED Global Summit* (1992), *Manchester Global Forum* (1994), *World Future Society* (1996), *Food Summit* (1996) e *Habitat II* (1996).

[13] A título de exemplo, seguem algumas das organizações que participaram do *SGUA* ou de projetos para promover a agricultura urbana em países desenvolvidos e em desenvolvimento: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), UN-HABITAT, UNICEF, *World Health Organization* (WHO); Banco Mundial, *German Technical Cooperation Agency* (GTZ), *German Foundation for International Development* (DSE), *Department for International Development* (DFID), *Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement* (CIRAD) *Japan International Cooperation Agency* (JICA), *Swedish International Development Cooperation Agency* (SIDA), *Directorate-General for International Cooperation* (DGIS), *United States Agency for International Development* (USAID), *Interamerican Foundation* (IAF), *Consultative Group for International Agricultural Research* (CGIAR), *Technical Centre for Agricultural and Rural Cooperation* (CTA), ETC *International*, *Save the Children*, CARE, Oxfam, *Heifer Institute* (COAF, 1999; MOUGEOT, 2006; SMIT, 1996; http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/sgua.html).

[14] Segundo Mougeot (2006, p. 32), em uma primeira fase de funcionamento a rede foi administrada via programa *Cities Feeding People*. Posteriormente, foi estabelecida uma fundação para criar uma base independente e legal para sua administração.

[15] Desde 2000, a RUAF edita a "*Urban Agriculture Magazine*" com os enfoques: "*Research into Use*" e "*Policy to Practice*", sendo atualmente publicada *online*, em inglês, duas vezes por ano (http://www.ruaf.org/).

No âmbito do Sistema ONU, além do projeto "*Urban Agriculture Initiative*", do (PNUD), os mesmo autores ressaltam a publicação do primeiro livro abrangente sobre a agricultura urbana - "*Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities*" -, editado pelo PNUD em 1996, mesmo ano de realização do fórum *Habitat II*, em Istambul, Turquia[16].

Nesse período, além do livro de Smit, Ratta e Nasr (1996), que inaugura esse debate de forma mais sistematizada, o livro *Growing Cities Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda* (BAKKER *et al.*, 2000) foi publicado pela *German Foundation for International Development* (DSE), pela *ETC Internacional* (Holanda) e pela Fundação RUAF. Essa publicação apresenta, em seu primeiro capítulo, uma problematização e uma proposição conceitual sobre a agricultura urbana que ainda são uma referência no debate internacional e no Brasil, sendo abordada a seguir nesta seção.

Já a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) começou a incorporar a agricultura nos debates internacionais sobre o combate à fome no *World Food Summit*, em 1996[17], e adotou uma resolução para coordenar as ações institucionais sobre a agricultura urbana em 1999. Em 2001, a FAO lançou a iniciativa "*Food for the Cities*", que tem publicado orientações sobre a agricultura urbana e apoiado a inclusão do tema em programas nacionais visando à construção de sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes. Posteriormente, na Cúpula Mundial da Alimentação, cinco anos depois (2002) e na Força Tarefa de Alto Nível da ONU para a Crise Global de Alimentos (2008), a agricultura urbana foi reconhecida como uma estratégia para reduzir a insegurança alimentar urbana e construir cidades mais resilientes durante crises alimentares e financeiras[18].

Em setembro do ano 2000, a Declaração do Milênio das Nações Unidas estabeleceu oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que afirmam uma visão de desenvolvimento e definem metas concretas e prazos de uma série de compromissos assumidos pelos países-membros da ONU nas áreas da saúde, educação, direitos humanos, entre outras. Desde então, observa-se uma tendência nas organizações internacionais a inserir a agricultura urbana nessa agenda como uma estratégia complementar para a concretização dessas metas (especialmente a primeira: erradicar a extrema pobreza e a

---

[16] O livro *Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities* (1996) tem como autores o próprio Jac Smit, além de Annu Ratta e Joe Nasr.
[17] http://www.fao.org/docrep/003/W3613P/W3613P00.HTM
[18] http://www.fao.org/3/a-ak824o/ e http://www.fao.org/fcit/fcit-home/en/

fome, mas também reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e garantir a sustentabilidade ambiental) (MOUGEOT, 2006). No *IV World Urban Forum*, em 2006, a agricultura urbana foi a temática principal em uma série de eventos e produtos lançados, dos quais participaram cerca de 1.000 delegados, indicando o reconhecimento dessa prática social e mudanças na percepção das políticas sobre as cidades (REDWOOD, 2009, p. 2). Nesse panorama de debate sobre o papel da agricultura urbana na realização das metas do milênio, registra-se também o lançamento de uma nova publicação por organizações de referência no cenário internacional: *Cities Farming for the Future: urban agriculture for green and productive cities* (VEENHUIZEN, 2006).

A mediação entre as organizações globais e locais é feita por organizações com atuação "regional". No caso da América Latina, podem ser ressaltados: o papel desempenhado pelo Instituto Promoção do Desenvolvimento Sustentável – IPES (Lima/Peru), membro da Fundação RUAF, que coordenou a implementação de projetos em cidades latino-americanas; e a realização de encontros e declarações de Quito/Equador (2001), Rosário/Argentina (2003) e Lima/Peru (2003), nos quais se buscou o compromisso das autoridades locais com o apoio à agricultura urbana; bem como o processo de conformação em 1997, da *Red Latinoamericana de Agricultura Urbana – Red Aguila*.

Como parte da trajetória de construção dessa rede internacional, estudos de caso locais e especialmente sobre processos de institucionalização de políticas de agricultura urbana em várias cidades e regiões do mundo são divulgados em publicações editadas ou apoiadas por agências internacionais (como aquelas anteriormente citadas) e, especialmente, nas edições da revista *Urban Agriculture Magazine*, publicada pela Fundação RUAF. Um exemplo, no contexto latino-americano, é o reconhecimento do processo de organização da produção urbana de alimentos pelo governo em Cuba, que teve início como uma resposta à crise de abastecimento alimentar da população urbana, resultante do colapso do bloco socialista em 1989 e do bloqueio econômico ao país. Outro exemplo bem divulgado é o Programa de Agricultura Urbana da cidade de Rosario, na Argentina. Iniciada como uma das estratégias de enfrentamento da crise econômica do país em 2001 e posteriormente incorporando a agricultura urbana no planejamento do uso do solo e nas estratégias de desenvolvimento urbano da cidade, a experiência de Rosario foi premiada entre as 10 melhores no Concurso de Boas Práticas, no ano de 2004, em Dubai.

Com este brevíssimo resgate, pretendo ressaltar o significativo papel exercido pelas agências de desenvolvimento e organizações não governamentais internacionais no reconhecimento político da agricultura urbana, bem como na construção de certa visão

sobre esta temática, que tem desdobramentos na forma como ela influencia e é assimilada nos âmbitos locais, inclusive na esfera brasileira.

A leitura de publicações e documentos de referência produzidos no âmbito dessa rede internacional, como Smit, Ratta e Nasr (1996), *Committee on Agriculture* (COAG, 1999), Bakker *et al.* (2000) e Veenhuizen (2006), possibilita identificar elementos comuns na interpretação da agricultura urbana e nas justificativas políticas para sua promoção[19]. De modo geral, as publicações argumentam que a generalização da prática da agricultura urbana deve acompanhar as tendências demográficas de crescimento da população urbana no mundo. Nessa perspectiva, a agricultura urbana é apresentada como uma resposta possível aos problemas sociais e ambientais urbanos resultantes do processo de rápida e "desordenada" urbanização das cidades nos *países em desenvolvimento*, bem como para as projeções de aumento da pobreza, da insegurança alimentar urbana e do desemprego urbanos. A produção urbana de alimentos também é citada como uma solução para questões ambientais associadas ao processo de urbanização, como a escassez de recursos naturais necessários para a sobrevivência da sociedade urbana; a contaminação e comprometimento da qualidade da terra, do ar e da água resultantes da destinação inadequada de resíduos sólidos e líquidos produzidos nas grandes cidades; assim como a intensa transformação das áreas periurbanas nas quais se sobressai o uso agrícola do solo.

A partir desta leitura do *mundo em desenvolvimento*, essas publicações justificam mais atenção à agricultura urbana por ser uma estratégia de sobrevivência já levada à cabo por pobres urbanos em diferentes partes do mundo e pelos riscos para o meio ambiente e para a saúde derivados de práticas agrícolas e pecuárias inadequadas. Por outro lado, são ressaltadas as oportunidades especiais que a cidade oferece para as/os agricultoras/es, como a demanda crescente por alimentos, a proximidade dos mercados e a especialização em produtos perecíveis; assim como os benefícios ambientais associados à diminuição da dependência da cidade por alimentos e recursos externos e ao aumento da capacidade de aproveitamento dos recursos disponíveis localmente, como os resíduos sólidos.

Assim, destacam-se, nessas publicações, as dimensões sociais, econômicas e ecológicas da agricultura urbana; a indicação e a preocupação com o monitoramento de seus benefícios e riscos; e o desenho e implementação de programas e políticas, entre

---

[19] Com a crescente atenção de organizações locais, gestores públicos e agências internacionais sobre a agricultura urbana, outras publicações de referência se seguiram nesse debate e na atualização do panorama sobre a agricultura urbana no mundo, divulgando resultados de pesquisas sobre a dinâmica da agricultura urbana e sobre iniciativas de políticas e programas de ação para sua promoção em diferentes cidades e países (MOUGEOT, 2005; 2006; REDWOOD, 2009; VILJOEN, 2005; VILJOEN; WISKERKE, 2012).

outros. Adicionalmente, são assinalados alguns obstáculos significativos para seu desenvolvimento, como: preconceitos socioculturais, atitudes negativas e constrangimentos institucionais; restrições no acesso a recursos (como terra, água e biodiversidade), insumos e serviços de apoio; limites na organização social de agricultores/as nos contextos urbanos; a carência de dados confiáveis e de boa qualidade; a inadequação das políticas e eventualmente sua hostilidade (políticas higienistas, por exemplo) e a concentração das pesquisas em produtos comerciais e de larga escala.

Como observam Aubry e Pourias (2013), há uma tendência geral da literatura a priorizar determinados enfoques, visões e funções da agricultura urbana nas cidades do Norte Global ou do Sul Global, dependendo do âmbito de desenvolvimento dos países em questão. Segundo as autoras, há uma inclinação à compreensão de que nos países do Norte ("industrializados e altamente urbanizados, com limitado setor primário, pouca autoprodução de alimentos e abastecimento urbano de alimentos em grande parte organizado por supermercados") prevaleceriam as funções de recreação e paisagem; enquanto que nos países do Sul ("menos industrializados, menos urbanizados, com mais peso do setor primário, significativa produção de alimentos e até mesmo pouco espaço para o varejo no abastecimento de alimentos) a participação da agricultura urbana no abastecimento alimentar e como atividade econômica seria prioritária.

Nesse sentido, é importante observar que a forma como as agências internacionais enfocam a agricultura urbana nos *países em desenvolvimento* se relaciona a outras políticas difundidas por essas organizações para as cidades e para o meio ambiente, que vão consolidando discursos e termos problematizados na literatura, como sustentabilidade, combate à pobreza, gestão urbana, resiliência, entre outros. Parte importante dessa problematização está compreendida no debate crítico sobre a construção do conceito de desenvolvimento (urbano) sustentável, que será abordado nos capítulos 2 e 3.

Particularmente sobre a agricultura urbana, Brand e Muñoz (2007) analisam a influência de agências de desenvolvimento e organizações não governamentais internacionais no que consideram a reinvenção da agricultura urbana como objeto de políticas públicas governamentais e mencionam a existência de objetivos ocultos por trás dos objetivos formais dessas políticas. Segundo eles, os argumentos mobilizados pelas racionalidades técnicas das políticas de agricultura urbana escondem o caráter de operacionalização da política neoliberal. Essas racionalidades teriam origem em um viés técnico do pensamento ambiental urbano que surge nos anos 70s e 80s; na emergência das temáticas da segurança alimentar e da luta contra a pobreza, resultante da crise econômica

e das políticas de ajuste estrutural dos anos 90; e na questão da governabilidade que emerge após duas décadas de desenvolvimento neoliberal; bem como do aumento da desigualdade social, da economia informal e da marginalização dos pobres em setores da cidade. Para os autores, a combinação dessas racionalidades técnicas e dos discursos sobre a agricultura urbana como um mecanismo de ciclagem de materiais e energia nas cidades, de enfrentamento da pobreza e da fome e de inclusão social sustentaria o processo de institucionalização das políticas e seus potenciais benefícios. Esse conjunto de argumentos engloba os campos ambiental, social, econômico e ético, proporcionando grande flexibilidade argumentativa e capacidade de ajuste e aplicação seletiva em diferentes espaços urbanos e contextos culturais (BRAND; MUÑOZ, 2007, p. 48).

Brand e Muñoz afirmam não haver muita evidência da efetividade real dessas políticas e de transformação na organização espacial e nas relações sociais urbanas. E destacam limitações técnicas da agricultura urbana, além da incompatibilidade com a dinâmica de mercado do solo urbano sugeridas por críticos da agricultura urbana. Em contrapartida, identificam uma crescente popularidade e entusiasmo nos governos locais em promover a agricultura urbana e buscam explicar esse interesse em uma dimensão política da agricultura urbana:

> A esfera do discurso e a construção de significado chamam a atenção poderosamente […] o discurso político da agricultura urbana está repleto de oportunidades para a articulação de campos de significação através de muitas áreas da vida urbana. Porém, mais que uma análise linguística ou semântica, é a pragmática do discurso – a linguagem em ação e em circunstâncias urbanas específicas – que oferece o caminho mais interessante de indagação (BRAND; MUÑOZ, 2007, p. 53).

Explorando a eficácia política da agricultura urbana como um objeto de governabilidade, os autores concluem que os discursos baseados na racionalidade técnica e na especulação sobre os possíveis benefícios sociais e ambientais excluem sistematicamente a conveniência da agricultura urbana como uma prática de governo, no sentido de constituir e regular os cidadãos nas condições individualizadas e radicalmente desiguais da urbanização neoliberal (BRAND; MUÑOZ, 2007, p. 56)[20]. Segundo os

[20] Brand e Muñoz (2007) distinguem algumas narrativas que informam o uso político da agricultura urbana. Para os autores, esses discursos "constroem uma noção ambiental de bem-estar para os pobres e marginalizados, mediante a localização da 'qualidade de vida' em termos da ecologia e da natureza" (p. 61); "constroem um sentido de identidade cultural e inclusão social para os marginalizados […] e fazem referência a um passado rural idealizado com base no desenvolvimento urbano moderno" (p. 62); "redistribuem responsabilidades individuais e coletivas e especificam exigências de uma 'cidadania ativa'

autores, dessa forma, a implementação de programas de agricultura urbana em muitas cidades (a partir da influência de agências multilaterais de desenvolvimento, organizações não governamentais internacionais e grupos locais) busca incorporar sujeitos e suas organizações em função dos interesses estratégicos do neoliberalismo (p. 48).

A visão crítica sobre a incorporação da agricultura nas práticas institucionais e discursivas no âmbito das políticas públicas de combate à fome e à pobreza apresentada por Brand e Muñoz (2007) tem sua relevância, na medida em que se contrapõe a um discurso hegemonizado pelas agências de cooperação e organismos internacionais. E alerta para uma conveniente assimilação desse enfoque pelos governos locais no sentido de operacionalizar políticas urbanas que não afetam significativamente as condições de desigualdade e insustentabilidade do desenvolvimento urbano que no plano discursivo pretendem modificar.

Entretanto, ao concluírem que o efeito político da agricultura urbana é "o cultivo de cidadãos submissos às transformações urbanas neoliberais" (BRAND; MUÑOZ, 2007, p. 70), desconsideram outros enfoques possíveis de análise que buscam compreender a histórica presença das práticas agrícolas nos contextos urbanos, os diferentes sentidos que podem expressar no mundo contemporâneo e mesmo os conflitos e contraposições que podem emergir a partir da implementação de políticas públicas de agricultura urbana que adotam o enfoque criticado pelos autores, como pretendo discutir aqui.

Vale também observar que esse cenário político e institucional internacional fomentou o interesse (e necessidade) por uma formulação conceitual mais clara da agricultura urbana[21]. Partindo de uma revisão de formulações anteriores identificadas na literatura, Mougeot (2000) propõe a seguinte definição para a agricultura urbana:

---

para os pobres urbanos, antes excluídos e 'passivos' (p. 62)"; "surgem como um campo em formação individual e caminho de integração dos cidadãos pobres à vida econômica e social, não apenas através da produção de alimentos como também mediante a geração de emprego" (p. 63); "incorporam formas de regulação e controle mais ortodoxas […] e formas obrigatórias de organização social que se justificam nos termos da eficácia do programa e da construção de um sentido de coesão social" (p. 63).

[21] Em 1999, Quon publicou uma revisão das definições encontradas na literatura a partir de uma demanda apresentada pelo IDRC (MOUGEOT, 2005, p. 15). No mesmo ano, essa preocupação aparece na solicitação de assessoramento encaminhada à FAO ao seu Comitê de Agricultura (COAG) para orientar a organização das suas ações programáticas (COAG/FAO, 1999).

> *Urban Agriculture is an industry located within (intraurban) or on the fringe (periurban) of a town, a city or a metropolis, which grows or raises, processes and distributes a diversity of food and non-food products, (re-) using largely human and material resources, products and services found in and around that urban area, and in turn supplying human and material resources, products and services largely to that urban area* (MOUGEOT, 2000, p. 10).

Justificando a necessidade de se produzir conhecimentos e políticas específicos sobre a agricultura urbana, Mougeot (2000) argumenta que as definições anteriormente formuladas são, em geral, insuficientes para distinguir a agricultura urbana da agricultura rural, bem como minimizam uma característica fundamental que faz a agricultura urbana ser urbana - sua integração no sistema econômico e ecológico urbano[22]. Com essa formulação, o autor também incorpora novos elementos em relação a outras definições que enfatizam como caráter distintivo da agricultura urbana a localização "dentro e no entorno" das cidades ou áreas urbanas[23].

Partindo do princípio da integração com o ecossistema urbano, Mougeot (2000) considera que em qualquer cidade e a qualquer tempo serão encontradas a agricultura rural, a agricultura periurbana e a agricultura intraurbana interagindo entre si e complementando-se mutuamente em diversos graus. Nessa perspectiva, nos sistemas alimentares locais, a agricultura urbana se difere e complementa a agricultura rural, em termos de autoconsumo, dos fluxos de abastecimento e dos fluxos de mercado (p. 11). Além disso, Mougeot identifica uma tendência geral das três formas de agricultura a se tornarem mais urbanas ou mais integradas com o ecossistema urbano por meio de processos que se acumulam ao longo do tempo, especialmente nos centros urbanos maiores (p. 13). Na perspectiva do autor, a agricultura nas cidades se torna mais urbana na medida em que ocorrem inovações na forma de lidar com as restrições colocadas pela cidade e também com os recursos e fluxos encontrados e gerados pela cidade. Por sua vez, esses processos retornam produtos e serviços diariamente para a cidade. O tratamento e reutilização de resíduos urbanos líquidos e sólidos é um dos exemplos de ligação da agricultura urbana com o sistema

---

[22] Mougeot (2000, p. 9) identifica os seguintes elementos conceituais comuns nas definições de agricultura urbana encontradas em pesquisas anteriores: tipos de atividades econômicas; categorias e subcategorias de produtos alimentares e não alimentares; caráter da localização intraurbana e periurbana; tipos de áreas onde é praticada; tipos de sistemas produtivos; destinação da produção; escala da produção.

[23] Além de ser o elemento mais comum nas definições de agricultura urbana revistas pelo autor, a localização é também utilizada para identificar o caráter intraurbano ou periurbano da atividade agrícola. Para Mougeot (2000, p. 6), a definição da localização para a agricultura periurbana é mais problemática que a localização intraurbana (inserida no tecido urbano), uma vez que as áreas periurbanas estão em contato mais próximo com as áreas rurais e a agricultura encontrada nessas áreas está sujeita a mudanças mais dramáticas do que nos ambientes construídos e nas partes centrais da cidade.

econômico e ecológico urbano mencionado por Mougeot. Em síntese, nos termos do autor, a agricultura será ou mais ou menos urbana, na medida em que usa o ecossistema urbano e, por sua vez, é utilizada por esse mesmo ecossistema urbano. Essa noção permitiria avaliar as diferentes condições e necessidades de intervenções políticas (p. 11).

Para Mougeot (2000, p. 13), essa proposição conceitual oferece uma definição genérica e indicações de traços distintivos da agricultura urbana. Entretanto, ele mesmo pondera que o conceito da agricultura urbana precisa evoluir a partir da necessidade de compreender e intervir na realidade, bem como a partir de esforços de aproximação com outros conceitos relacionados, como a agricultura rural, o sistema de abastecimento alimentar urbano, o desenvolvimento urbano sustentável, a segurança alimentar urbana, as estratégias de sobrevivência urbana e a gestão do solo urbano[24].

Concordando com Mougeot (2000) que o conceito da agricultura urbana ainda encontra-se em construção, identifico como vias fundamentais para sua evolução conceitual uma ampliação do debate sobre as concepções de urbano que cercam essa temática, bem como sobre a forma de organização do sistema agroalimentar no mundo atual. Em geral, as definições de agricultura urbana parecem estar informadas por concepções de cidade mais associadas à forma urbana, ao ambiente construído ou mesmo a definições normativas, que não problematizam as relações sociais e os conflitos territoriais envolvidos na produção do espaço urbano. É nesse sentido, que apresento, no capítulo 4, uma abordagem teórica sobre urbano no mundo contemporâneo que acredito ser valiosa para ampliar, de forma crítica, o referencial político e teórico da agricultura urbana e considerar, de forma mais criteriosa, os aportes da expressiva literatura produzida no âmbito dessa rede internacional que apoia e promove a agricultura urbana. Na mesma linha, apresento no capítulo 3 uma leitura crítica acerca dos diferentes paradigmas de agricultura em disputa no mundo atual, no qual problematizo as tentativas de definir a agricultura urbana em oposição a "uma agricultura rural". Considerando que a discussão teórica sobre o urbano e sobre o sistema agroalimentar serão aprofundados nos capítulos seguintes, destaco a seguir dois aspetos que são usualmente reforçados na literatura disponível e serão retomados nos dois próximos capítulos, à luz das abordagens teóricas ali adotadas.

O primeiro refere-se à *heterogeneidade* de tipos de atividades econômicas, de espaços, de produtos, tipos de sistemas produtivos, destinação e escala de produção nas

[24] Esse debate é retomado pelo autor em publicações posteriores (MOUGEOT, 2005; 2006).

práticas de agricultura urbana. Como ressaltado em Veenhuizen (2006, p.8), Smit, Ratta e Nasr (1996, p. 2) e Mougeot (2000, p. 5-8), não existe um padrão de agricultura urbana e são significativas as diferenças em termos de objetivos, necessidades de apoio e impactos nas cidades. Para esses autores, a agricultura urbana é uma atividade ampla, que inclui práticas domiciliares e comunitárias; muitos agricultores de pequena escala que produzem semicomercialmente; "*part-timers"* que cultivam na beira da estrada nos fins de semana; cooperativas de pescadores; produtores de culturas especiais para restaurantes caros e com contratos de fornecimento para supermercados; alguns empreendimentos de maior escala voltados para o mercado externo. Ainda que as hortaliças sejam, em geral, o principal produto aludido na literatura e na mídia, outras atividades são realizadas e outros produtos alimentares e não alimentares são cultivados, como frutas, legumes, plantas medicinais, cogumelos, plantas ornamentais, extrativismo, mel, aves, peixes, porcos, cabras, etc., envolvendo não apenas a etapa de produção, como também o processamento, a comercialização e a interação entre essas atividades.

> A agricultura urbana é uma atividade *easy-in*, *easy-out* para pessoas com diferentes níveis de renda. Para os mais pobres dos pobres, oferece acesso aos alimentos. Para os pobres estáveis, fornece uma fonte de renda e comida de boa qualidade a baixo custo. Para famílias de renda média, oferece a possibilidade de economia e um retorno sobre seu investimento na propriedade urbana. Para pequenos e grandes empresários, é um rentável negócio (SMIT; RATTA; NASR, 2006, p. 2, tradução minha).

> As formas pelas quais as pessoas tentam melhorar suas vidas através da produção de alimentos é extraordinariamente diversa. Além disso, elas produzem alimentos por motivos extraordinariamente diferentes (MOUGEOT, 2005, prefácio, tradução minha).

Um segundo aspecto destacado na literatura refere-se à *multifuncionalidade* da agricultura urbana, ressaltando-se os benefícios dessa prática no que se refere à segurança alimentar, nutrição e saúde da população urbana; à criação de oportunidades de trabalho e geração de renda, especialmente para grupos mais vulneráveis; à inclusão social de grupos desfavorecidos; ao desenvolvimento comunitário; à reciclagem de nutrientes (transformando resíduos urbanos recursos); e manutenção de espaços verdes urbanos. Há também um reconhecimento de potenciais efeitos adversos da agricultura urbana na saúde (associados, por exemplo, à irrigação de cultivos com águas residuais) e no ambiente (como a poluição de recursos hídricos por agrotóxicos e fertilizantes e destinação incorreta de resíduos), caso não sejam considerados os riscos associados e, consequentemente, não

forem implementadas medidas preventivas e de orientação adequada. A partir da perspectiva da multifuncionalidade argumenta-se ainda sobre maior relação de determinados tipos de agricultura urbana com cada uma das dimensões comumente associadas a essa prática - social, econômica e ambiental. Considera-se também a importância de avaliar essas relações ao se definir enfoques e desenhos de políticas de apoio a essa atividade, de forma que essas medidas possam contribuir para ampla variedade de questões urbanas e ser ferramentas que diversificam e fortalecem estratégias de gestão urbana e desenvolvimento sustentável das cidades.

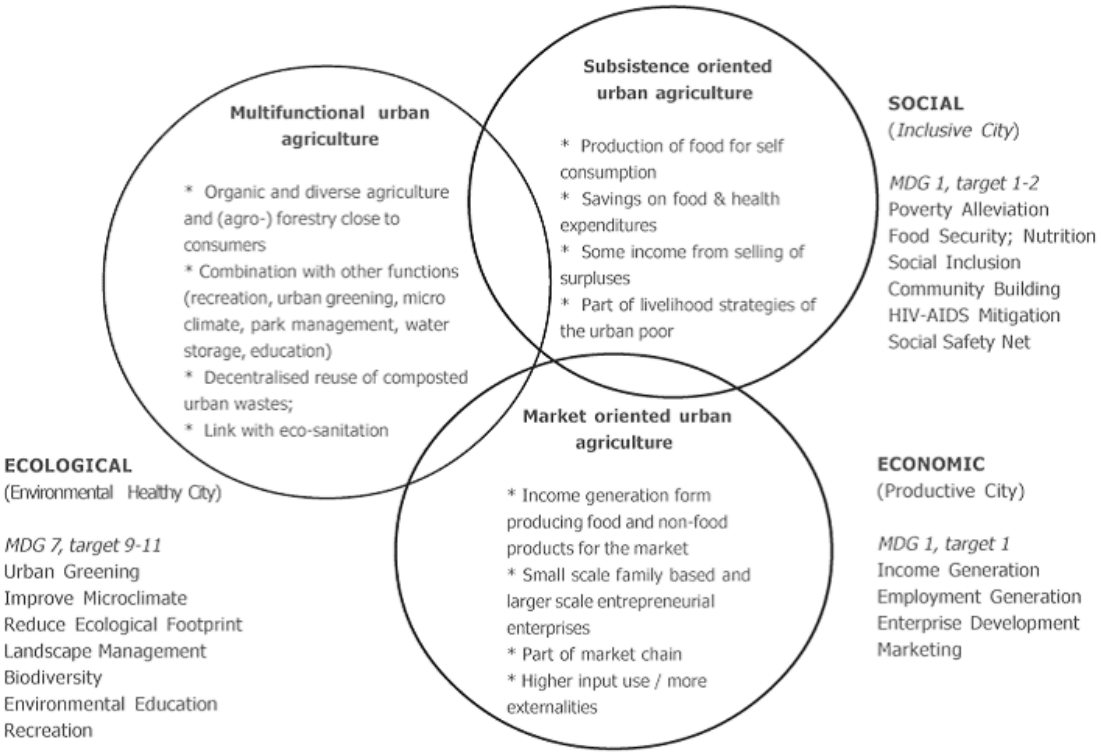
É possível notar que as noções de heterogeneidade e multifuncionalidade da agricultura urbana empregadas nessas análises contribuem para descrever a diversidade de formas e funções de práticas agrícolas encontradas em diferentes contextos, mas não são suficientes para a compreensão dos processos e dos contextos sociais nos quais estão inseridas. Não abordam, por exemplo, entraves estruturais como acesso à terra e as assimetrias de poder nos processos de produção do espaço que dificultam em muito a generalização dessas práticas. No mesmo sentido, observa-se que a simples associação da característica multifuncional da agricultura urbana com sua potencialidade como uma temática integradora e motivadora de ações coletivas e políticas urbanas, sociais e ambientais tampouco explicita os conflitos que podem existir entre os diferentes atores envolvidos.

Veenhuizem (2006) e Cabannes e Dubbeling (2006) identificam três principais tipos de agricultura urbana (e também diferentes combinações possíveis entre esses tipos) e argumentam sobre a importância de evidenciar as diferenças entre eles no sentido dos mecanismos mais adequados de apoio e/ou financiamento. A agricultura de subsistência, que faz parte das estratégias de vida (*livelihood strategies*), especialmente dos pobres urbanos, envolve principalmente a produção de alimentos e plantas medicinais para consumo doméstico. A agricultura mais orientada para o mercado (*market-oriented activities*) compreende desde empreendimentos de base familiar até empresas agrícolas de grande escala. Um terceiro tipo compreende as atividades agrícolas realizadas como lazer ou recreação, de forma regular ou ocasional, apresentando caráter multifuncional (*multifunctional character*). Os autores ressaltam que quando adotam métodos de produção ecológica, essas atividades, além da produção de alimentos e geração de renda, podem desempenhar importante papel na gestão ambiental e representar um caminho para manter ou recuperar a relação entre cidadãos e a natureza e experimentar os ciclos de produção de alimentos.

Cabannes e Dubbeling (2006) também discutem que a adequação de medidas políticas para o financiamento da agricultura urbana depende da situação de cada cidade e da definição de prioridades políticas. A promoção da agricultura urbana pode ser incorporada em políticas de redução da pobreza, garantia de segurança alimentar e inclusão social. Políticas de agricultura urbana também podem ser parte de uma política de desenvolvimento econômico local, centrada na geração de renda e criação de emprego (não necessariamente apenas para grupos marginalizados na sociedade), onde se busca substituir a importação de alimentos (e outros produtos não alimentares) pela produção local. Em outras situações o apoio à agricultura urbana pode ser parte de uma política ambiental integrada, que pode desde ampliar o acesso da população de baixa renda a um ambiente saudável a reduzir os impactos ambientais da cidade por meio da gestão dos resíduos ou ainda os impactos negativos na saúde e no ambiente decorrentes de uma produção agrícola comercial baseada no uso elevado de insumos para uma agricultura multifuncional e sustentável.

As dimensões social, econômica e ambiental da agricultura urbana também são mobilizadas no discurso construído e veiculado na agenda internacional para justificar o incentivo a essas práticas como promotoras de cidades ecológicas, produtivas e inclusivas e sua incorporação como parte das políticas locais ou nacionais existentes de gestão ambiental, desenvolvimento econômico ou redução da pobreza. É interessante observar que essa construção discursiva que articula dimensões da agricultura urbana com dimensões das cidades (inclusivas, produtivas e ecológicas/ambientalmente saudáveis) é utilizada em diversas publicações, sem que se identifique claramente a autoria e a fundamentação dessa formulação. Na publicação *Cities farming for the future: urban agriculture for green and productive cities*, os textos de Veenhuizem (2006, p. 11) e Cabannes e Dubbeling (2006, p. 89) sistematizam, de forma esquemática, as relações entre dimensões da agricultura urbana e das cidades, tipos de agricultura urbana e tipos de políticas para sua promoção e podem ser visualizadas na FIG. 6.

Figura 6 – Dimensões políticas e principais tipos de agricultura urbana



Fonte: Veenhuizem (2006).

Cabe ainda mencionar alguns exemplos de iniciativas recentes que indicam o atual interesse e ampliação de espaços de debate sobre pesquisas em agricultura urbana no hemisfério norte. O COST *Action Urban Agriculture Europe*[25], uma ação em rede voltada para a cooperação em pesquisa sobre a agricultura urbana no contexto europeu, atuou na construção de uma definição compartilhada de agricultura urbana com o objetivo de orientar políticas públicas europeias voltadas para esta temática. Os resultados foram publicados em 2015 no livro *Urban Agriculture in Europe*, que traz estudos de caso sobre iniciativas em curso em diversas cidades da Europa e articula abordagens de diferentes campos disciplinares, como a ciência social, economia, ecologia agrícola e planejamento espacial. Em setembro de 2015, em Roma, foi realizada a *Second International Conference on Agriculture in an Urbanizing Society: Reconnecting Agriculture and Food Chains to*

[25] *COST- European Cooperation in the field of Scientific and Technical Research* é uma rede europeia intergovernamental para a cooperação em pesquisa. Para mais informações, ver: http://www.urbanagricultureeurope.la.rwth-aachen.de/

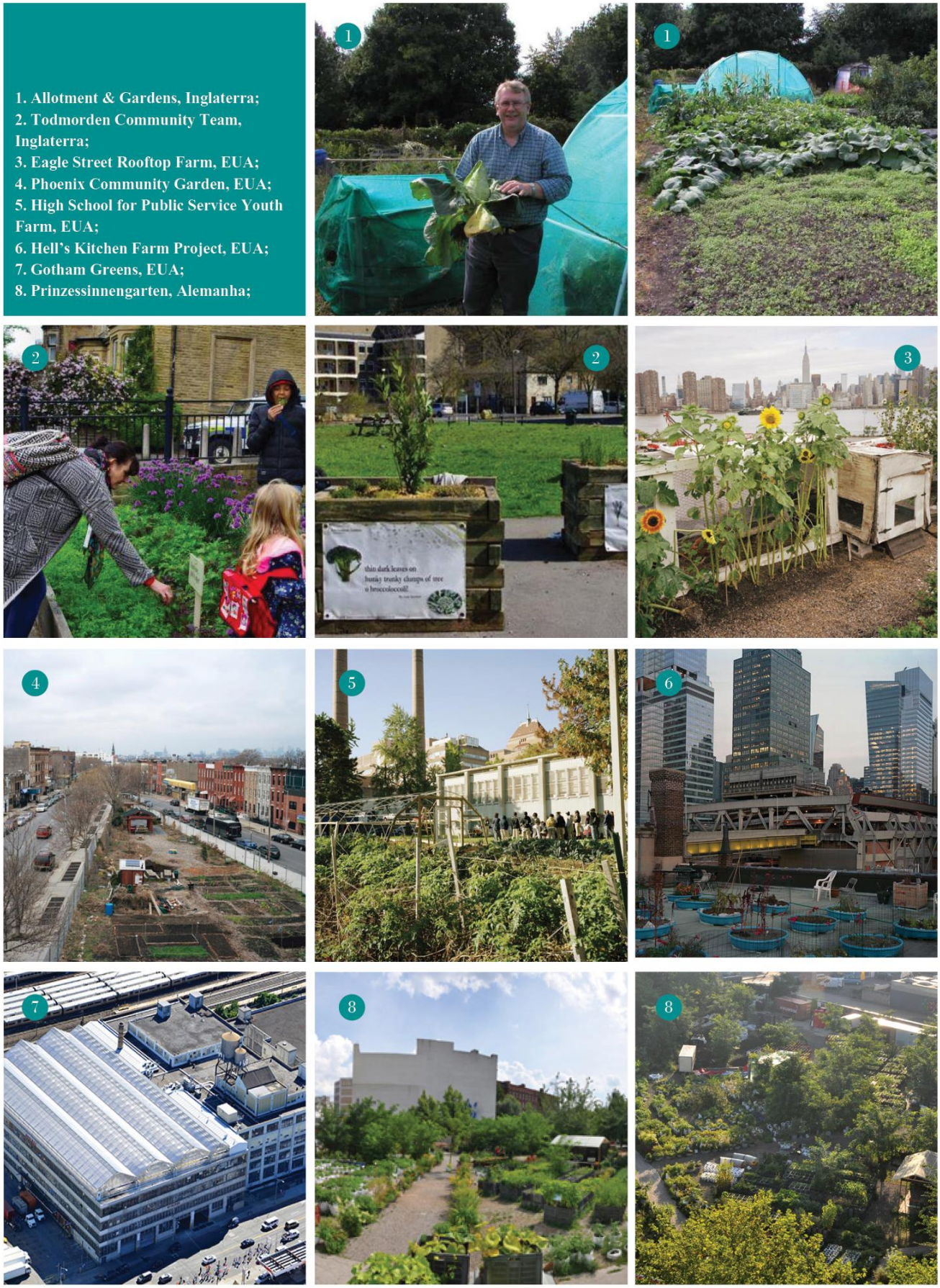
Societal Needs, que contou com 370 inscrições, de 60 países, 24 grupos de trabalhos com diferentes enfoques de debate[26].

Nas FIG. 7a e 7b busco exemplificar a pluralidade de práticas e iniciativas institucionalizadas, de experiências locais; de organizações de apoio; programas de extensão e pesquisa; iniciativas de mapeamentos; registros audiovisuais, como vídeos e filmes; *websites* em cidades do hemisfério norte; que podem ser interpretadas por diferentes abordagens identificadas nos debates sobre a agricultura urbana[27].

[26] A próxima edição desta conferência será acolhida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Brasil, em 2018. http://www.agricultureinanurbanizingsociety.com/#R3JH8zjVy8O78CP1.99

[27] Além dos inúmeros *sites* que surgem na internet a cada dia, há iniciativas que se destacam pelo pioneirismo e longevidade, como a organização *City Farmer* (Vancouver/Canadá), criada em 1978 e que mantém, desde 1994, um *website* sobre a agricultura urbana (www.cityfarmer.org, http://www.cityfarmer.info/). Outro exemplo é a *American Community Gardening Association* (ACGA), que surgiu como um resultado de duas conferências nacionais sobre *community gardening*, organizadas pelo *City of Chicago Department of Human Services* em 1978 e 1979. Para mais informações ver: https://communitygarden.org/

Figura 7a – Iniciativas de agricultura urbana em cidades do hemisfério norte



Fonte: *Allotment&Gardens, Todmorden Community Team, Five Borough Farm,Gotham Greens* e *Prinzessinnengarten*.

Figura 7b - Iniciativas de agricultura urbana em cidades do hemisfério norte



Fonte: *Metropolis Farm, InFarm, GrowUp, Agrihoods, South Central Urban Farm* e *Modern Farm*.

O período do doutorado sanduíche em Toronto foi uma oportunidade especial para vivenciar parte dessa realidade e entrar em contato direto com diferentes atores e iniciativas de promoção da agricultura tanto nos espaços construídos, muito adensados e centrais da cidade, mas também nas áreas rurais dos municípios e nos espaços híbridos e de transição rural-urbano da região.

Diferentes percepções acerca da agricultura parecem estar influenciadas pelo recorte territorial em questão. No âmbito local da cidade de Toronto, um conjunto diverso de experiências de agricultura urbana, identificadas com uma agenda do *local food movement*, abrange desde o âmbito doméstico ou individual até ações coletivas e projetos institucionalizados, indicando que os locais, as formas e as razões pelas quais as pessoas estão cultivando alimentos são bastante diversas, como se pode observar em algumas das experiências apresentadas nas FIG. 8a e 8b. Até mesmo mudanças na linguagem indicam que novas tendências estão em curso no cenário local: aos tradicionais *backyards*, *allotments*, *community gardens* e *school gardens* se somam *urban farms*, *market gardens*, *entrepreneurial farms*, *rooftop food gardens*, *vertical farms*, *therapeutic gardens*, *edible landscaping*...

Em Toronto existem inúmeras organizações sociais consolidadas, com larga trajetória de atuação na questão alimentar e na agricultura urbana, como *Food Share*, *The Stop Community Food Centre*, *Evergreen Brick Works*, *Everdale*, *Greenest City*, entre outras[28]. Existem várias redes temáticas em torno da agricultura urbana e da produção de alimentos, cuja atuação compreende toda a cidade e, eventualmente, outros municípios da região, como o *Toronto Urban Growers* (TUG)[29], a *Toronto Community Garden Network* (TCGN), a *Toronto Farmers' Market Network* (TFMN), a *Urban Toronto Beekeepers Association*, a *Toronto Seed Library*. O *Toronto Food Policy Council* (TFPC)[30], criado em 1991, é internacionalmente reconhecido pela larga trajetória de iniciativas no campo das políticas alimentares (*food policy*) e se destaca pela liderança construída ao longo de mais de 20 anos de atuação voltada para a reestruturação do sistema alimentar na cidade e no cenário regional. Momentos importantes dessa trajetória se expressam em documentos como o *Toronto Food Charter*, em 2001, e o informe "*Cultivating Food Connections: Toward a Healthy and Sustainable Food System for Toronto"*, que integrou a *Toronto*

[28]http://www.foodshare.net/; http://www.thestop.org/; http://www.evergreen.ca/our-impact/food/; http://everdale.org/; http://greenestcity.ca/
[29] http://torontourbangrowers.org/
[30] http://tfpc.to/

Food Strategy, em 2010. Especialmente no desenvolvimento de ações de agricultura urbana, destacam-se a elaboração do *Grow TO: an urban agriculture action plan for Toronto* (em 2012) e do *Toronto Agricultural Program* - TAP (em 2013).

Já no âmbito regional, uma outra agenda envolvendo outras organizações e municípios vizinhos da cidade de Toronto está orientada à promoção e coordenação de um *food and farming cluster* na região do *Greater Golden Horseshoe* (GGH) e à potencialização da produção agrícola no *Greenbelt* [31]. Nessa agenda regional, evidenciada por causa dos 10 anos de criação do *Greenbelt Plan* e pelo período de revisão do plano, a agricultura é usualmente considerada como uma das atividades que compõem a diversificada base econômica do GGH e que também tornam as localidades da região mais atrativas e saudáveis para viver e trabalhar. Há uma preocupação explícita em documentos e políticas oficiais em proteger as terras agrícolas e ecossistemas dos impactos negativos da forma espraiada de expansão urbana, bem como em prever uma gama diversificada de atividades econômicas e sociais associadas à agricultura de modo a não afetar o crescimento da economia e a competitividade do GGH com outras cidades-regiões (ONTARIO, 2005, p. 4; ONTARIO, 2013, p. 7).

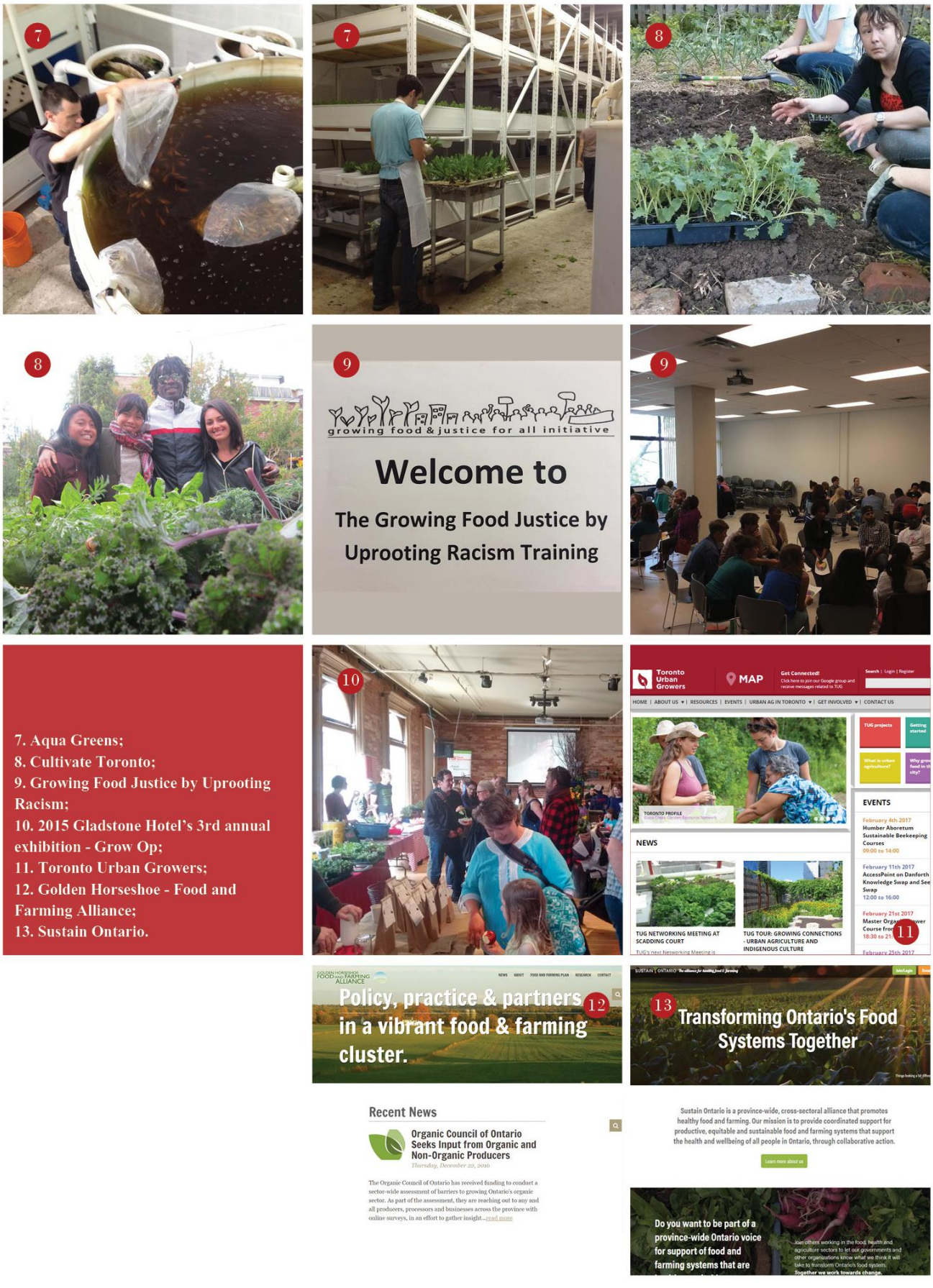
[31] A área do *Greater Golden Horseshoe* (GGH) compreende a *Greater Toronto Area* (GTA), que é definida pela *City of Toronto* mais quatro municipalidades regionais no seu entorno (Halton, Peel, York and Durham). Dentro dos limites do GGH encontram-se áreas indicadas para o crescimento urbano por meio do *Growth Plan* (2006) e o *Greenbelt*, oficialmente criado em 2005 como uma área de proteção permanente de 7.000 km² de terras compostas por espaços verdes, florestas, *wetlands*, bacias hidrográficas e terras agrícolas (f*armlands*), sendo boa parte composta por terra agrícola de qualidade. A relação entre a agricultura e o planejamento territorial nesse contexto será abordado no capítulo 4.

Figura 8a – Iniciativas de agricultura urbana na cidade de Toronto e região



Fonte: Acervo da autora, *The Stop's Farmers' Market*, *Ryerson Urban Farm* e *Black Creek Communit Farm*

Figura 8b - Iniciativas de agricultura urbana na cidade de Toronto e região



Fonte: Acervo da autora, *Backyard Urban Farm Co*, *Aqua Greens* e *Cultivate Toronto*.

No panorama regional, destacam-se dois espaços de debates e proposições para a agricultura, envolvendo setores de governo, do mercado e da sociedade civil: o *Greater Toronto Area Agricultural Action Committee* (GTA AAC), criado em 2005, e o *Golden Horseshoe Food and Farming Alliance* (GHFFA), formado em 2012[32]. A atuação desses fóruns resultou na elaboração do GTA *Agricultural Action Plan* (2005) e no *Golden Horseshoe Food and Farming Action Plan 2021* (2012), que dão diretrizes para uma abordagem mais integrada e coordenada do setor agrícola e de alimentos (*food and farming*) na região. Além do GTA AAC e da GHFFA, organizações como a *Greenbelt Foundation* e a *Ontario Greenbelt Alliance*, criadas em 2005, e a *Sustain Ontario - the Alliance for Healthy Food and Farming*, criada em (2008/2009), atuam na promoção da agricultura e alimentação saudáveis no contexto regional[33]. Como organizações representativas do campo ambiental ressaltam-se a *Environmental Defence* e a *Toronto Environmental Alliance*[34] (TEA) e como organizações representativas do setor agrícola[35]: *Ontario Federation of Agriculture* (OFA), *Christian Farmers Federation of Ontario* (CFFO), *National Farmers Union – Ontario* (NFU), *Ecological Farmers of Ontario* (EFAO), *Canadian Organic Growers* (COG).

As visitas a diferentes experiências produtivas; as conversas com feirantes e consumidoras/es, o acesso a inúmeros sítios eletrônicos e documentos disponíveis; e a participação em eventos possibilitaram observar concepções distintas da agricultura urbana no âmbito local e visualizar diferenças entre os sujeitos e motivações por trás de tais iniciativas, como também pode ser notado nas questões que nortearam dois eventos que ocorreram durante minha estadia na cidade.

O primeiro evento, apoiado pela *Ontario Association of Landscape Architects* (OALA), parece se inserir na agenda de debates sobre a criação de cidades sustentáveis, sem abordar conflitos de interesses e desigualdades socioespaciais envolvidas na produção da cidade. Na programação do *2015 Gladstone Hotel's 3rd annual exhibition - Grow Op - Gets Dirtier*, uma série de falas, visitas guiadas, festas e uma feira de organizações locais de agricultura urbana exploraram ideias inovadoras, práticas criativas e respostas conceituais sobre a relação entre natureza e o ambiente construído e especialmente sobre a

---

[32] http://www.foodandfarming.ca/gtaaac-profile/

[33] http://www.greenbelt.ca/; http://sustainontario.com/, http://www.greenbeltalliance.ca/ http://sustainontario.com/2009/10/20/731/news/serving-up-food-sovereignty-in-toronto

[34] http://environmentaldefence.ca/issues/protecting-ontarios-greenbelt; http://www.torontoenvironment.org/greenbelt

[35] http://www.ofa.on.ca/; http://www.christianfarmers.org/; http://www.nfu.ca/; https://efao.ca/; http://www.cog.ca/

temática do ano do evento: a cultura da paisagem*: "How can landscape architecture be a driving force in the creation of sustainable cities? How can design not only enhance the lived experiences of citizens and communities, but also improve urban infrastructure and functionality? What does a contemporary culture of landscape in relation to our cities look like? What does it sound like? Feel like?"*[36]

Já o segundo exemplo, organizado pelo *Toronto Local Empowerment Group* (LEG), que integra a *Growing Food & Justice For All Initiative* (GFJI), explorou questões de classe e questões raciais invisibilizadas no movimento pela justiça alimentar na cidade. O evento chamado *Growing Food Justice by Uprooting Racism* trouxe para o debate para um público mais amplo as questões exploradas em um curso voltado para atores envolvidos com *food justice work* e *advocacy* em Toronto*: "Why is the mainstream food movement so white? What does racism in the food movement look like, and what is at stake when we fail to critically think about race in doing this work? What does anti-racism actually look like in the work of organizations struggling for food justice? What does the rest of the food movement still have yet to learn?"*[37].

Buscando suprir a ausência de uma revisão sobre as formas passadas e presentes da agricultura urbana nos países desenvolvidos, Mok *et al.* (2014) sistematizaram a bibliografia disponível nos EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália e Japão. A revisão realizada pelos autores reconhece as especificidades da história da agricultura urbana nesses países, mas enfatiza aspectos comuns, como o papel dos quadros de guerra e depressão econômica no impulsionamento da agricultura urbana, o papel das políticas governamentais de apoio e os riscos da poluição urbana para a qualidade dos produtos. Os autores problematizam uma usual associação da agricultura urbana como uma atividade de menos importância do movimento ambiental ou de bem-estar da burguesia, indicando situações nos países desenvolvidos nas quais a produção urbana de alimentos representa relevante contribuição econômica, bem como uma ferramenta para a promoção da segurança alimentar de comunidades marginalizadas. Mok *et al.* (2014) identificam uma tendência ao crescimento e evolução da agricultura urbana, que permeia as crises e sua superação nesses países e sugerem cinco questões prioritárias que devem ser aprofundadas em novos estudos para melhor compreensão dos benefícios, riscos e obstáculos futuros da prática da agricultura urbana: a) os impactos da expansão urbana continuada e da perda de

[36] http://oala.ca/event/2015-grow-op/
[37] https://www.facebook.com/growingfoodandjustice;
http://pushfoodforward.com/category/topics/Growing%20Food%20and%20Justice%20Initiative

terras agrícolas periurbanas; b) apoio governamental e institucional adequado no âmbito local, regional e nacional; c) o papel da agricultura urbana na autossuficiência das cidades; d) os riscos decorrentes dos poluentes provenientes da agricultura para os ecossistemas urbanos e dos ecossistemas urbanos para a agricultura; e) a pegada de carbono da agricultura urbana e o uso de "*food miles*"[38].

Em outro esforço de análise da bibliografia disponível sobre a agricultura urbana no hemisfério norte, Tornaghi (2014b, p. 4) argumenta que esta temática tem sido objeto de interesse e pesquisa em diferentes disciplinas, que conferem diferentes perspectivas de análise para a temática. Mas também identifica limitações analíticas, como o foco predominante dessa literatura direcionada para as cidades dos países em desenvolvimento; estreito confinamento dos conhecimentos produzidos dentro dos campos disciplinares e lacunas em outras disciplinas, como a geografia humana e urbana, em que a agricultura urbana permanece como um tema "marginal e quase inexplorado". Analisando a história e as tendências atuais da agricultura urbana no Norte Global, a autora identifica discursos retóricos e desconexões conceituais e práticas que "limitam e restringem o potencial radical da agricultura urbana como um vetor de mudança" (Tornaghi, 2014b, p. 11) e contribuem mais para chamar a atenção da mídia do que para subsidiar uma ação política socioambientalmente justa[39].

> *While UA projects undoubtedly provide an opportunity for many urban dwellers to reconnect with food production, we need to scrutinize more closely the way these initiatives are becoming, directly or indirectly, new tools or justifications for a new wave of capital accumulation* (*new green development*), *economic-growth-led policies (local food as a tool in city autarky), privatization of the urban realm* (*Big Society takes over the management of public assets*) *and disinvestments in disadvantaged neighbourhoods* (*cuts to health and wellbeing services, public space management*, etc.) (TORNAGHI, 2014b, p. 03).

Nessa perspectiva, Tornaghi (2014b, p. 6) argumenta que a comunidade acadêmica até agora tem dado pouca atenção a essa prática social e suas dimensões culturais,

---

[38] Ambos os termos têm sido incorporados no debate sobre a sustentabilidade ambiental de produtos e comportamentos, referindo-se basicamente à quantidade total das emissões de gases do efeito estufa causadas direta e indiretamente por uma pessoa, organização, evento ou produto (pegada de carbono ou *carbon footprint*) e à distância percorrida por um alimento de onde foi cultivado até onde foi comprado ou consumido pelo usuário final (*food miles*).

[39] A autora coordenou um projeto de pesquisa intitulado "*Urban agriculture, social cohesion and environmental justice. An action research project to inform responsive policy making*", que investigou os impactos de formas emergentes de agricultura urbana no Reino Unido. Para mais informações sobre o projeto ver: http://www.urbanfoodjustice.org/

econômicas e sociais. E defende que uma geografia crítica da agricultura urbana, capaz de conectar pelo menos três esferas disciplinares - a posse da terra, os mercados agrícolas/sistemas alimentares e os sistemas de planejamento urbano, ampliaria a compreensão sobre a forma urbana contemporânea, suas funções e o espaço residual que a agricultura urbana ocupa nas cidades do Norte.

Nesse mesmo sentido, McClintock (2014) discute que a literatura disponível sobre a agricultura urbana tende a oscilar entre dois polos. De um lado, pesquisas "enaltecem as potenciais contribuições da agricultura urbana para a segurança alimentar e a justiça alimentar, saúde pública, sustentabilidade ambiental, empregos verdes, educação e *community-building*, tanto ecoando, como criando discursos que são amplamente adotados por ativistas e outros agentes públicos (*stakeholders*)" (McCLINTOCK, 2014, p. 148). Por outro lado, cientistas sociais com uma visão crítica sobre as *Alternative Food Networks* (AFNs) discutem como a agricultura urbana e as AFNs, por seguir dentro da lógica capitalista do sistema alimentar, são neoliberais ou reformistas nos seus resultados, ainda que tenham intenções progressistas ou radicais. De acordo com esse enfoque de pesquisas, a agricultura urbana está envolvida em vários processos de neoliberalização das cidades, preenchendo as lacunas deixadas pelo Estado e pelo mercado no atendimento das necessidades sociais e reforçando discursos neoliberais de responsabilidade pessoal e de soluções baseadas no mercado.

McClintock (2014) enfatiza que a agricultura urbana carrega as contradições da sociedade capitalista, que tanto cria oportunidades como impõe obstáculos à sua expansão. Dessa forma, deve ser compreendida como uma prática inerentemente contraditória e simultaneamente radical e neoliberal, em uma tensão dialética. Na perspectiva do autor, o potencial transformador da agricultura urbana deve ser enfatizado a partir da compreensão das suas contradições internas e do seu posicionamento como mais um entre outros esforços voltados para as mudanças estruturais e menos um fim em si mesma.

Considerando o exposto nesta seção, é possível notar que no cenário internacional existem atualmente diferentes percepções e enfoques de debate sobre a agricultura urbana, esquematizadas na FIG. 9, que são referências importantes para se compreender e identificar discursos e tendências nacionais, ainda que devam ser interpretados à luz das particularidades do contexto brasileiro.

Figura 9 – Tendências da Literatura Internacional



Concordando com McClintock (2014), acredito que as perspectivas extremas são convincentes, mas incompletas, e que priorizar uma em relação à outra tende a simplificar as funções da agricultura urbana e as diversas racionalidades que orientam suas múltiplas formas, bem como tende a limitar as possibilidades que ensejam um conjunto amplo de práticas que se orientam e buscam a autonomia e o bem coletivo.

1.3 A agricultura urbana no Brasil: breve relato sobre processos de institucionalização e articulação social

No Brasil, mais visibilidade das práticas agrícolas urbanas, bem como a construção do conceito da agricultura urbana, tem acontecido concomitantemente com processos de mobilização e organização social e com dinâmicas de elaboração de políticas públicas. Nos últimos 20 anos, foram significativas as conexões ocorridas entre iniciativas de promoção e produção de conhecimento sobre a agricultura urbana na RMBH e no âmbito nacional,

sendo que algumas dessas iniciativas se conectam com algumas das dinâmicas no panorama internacional apresentadas na seção anterior.

Partindo do contexto local/regional e passando em seguida para o nacional, apresentarei alguns momentos dessa trajetória, que ajudam a compreender as formas de interação entre processos e organizações que atuam nessas duas esferas (bem como suas conexões internacionais) e como essas interações têm conformado um campo de debates e de ação política no qual vão se estabelecendo diferentes visões sobre a agricultura urbana[40].

1.3.1 O contexto local e regional

A partir de 1995, período que corresponde à gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo municipal (1993-1996), são implementados pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) os Centros de Vivência Agroecológica (CEVAEs)[41]. A conformação dos CEVAEs envolveu, ainda em 1993, uma articulação entre a Secretaria Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, concretizando-se com o apoio inicial do Programa LIFE/PNUD[42] e se efetivando por meio de um convênio entre a PBH e a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) até o ano de 2001. Os CEVAEs tiveram sua gestão e funcionamento regulamentados por uma deliberação normativa, sendo definidos como "equipamentos público-comunitários de política de meio ambiente e segurança alimentar do município de Belo Horizonte, com atuação específica em programas de intervenção socioambiental, a partir de ações nas áreas de educação ambiental, segurança alimentar e saúde, agroecologia, capacitação e geração alternativa de renda" (BELO HORIZONTE, 2000)[43].

---

[40] A noção de campo aqui utilizada remete à teorização de Bourdieu (1983) sobre a conformação de espaços simbólicos nos quais a contraposição e disputa de legitimidade entre diferentes valores e representações sobre determinado tema acontecem a partir das relações de poder estabelecidas entre atores sociais em torno de interesses específicos.

[41] Para mais informações sobre a experiência do CEVAE, ver dissertação de Barbosa (2002) e tese de Lovo (2011).

[42] O Fundo *Local Initiative Facility for Urban Environment* (LIFE) foi criado a partir da Conferência Rio 92, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para apoiar iniciativas locais para a melhoria ambiental e redução da miséria, articuladas por governos locais, sociedade civil e setor privado.

[43] Os CEVAEs integram um amplo conjunto de programas municipais que compõem a política de segurança alimentar da Prefeitura de Belo Horizonte. Rocha e Lessa (2009) argumentam que o governo local em Belo Horizonte desenvolveu uma forma única e exemplar de sistema alimentar alternativo, por meio de uma política que integra os componentes do consumo, distribuição e produção de alimentos. As autoras ressaltam o reconhecimento internacional acadêmico e político dos efeitos dessa política no combate à fome e à

Após a finalização do convênio com a REDE, os CEVAEs estiveram sob a responsabilidade da SMMA até 2004. Em 2005, passaram a ser administrados pela Diretoria de Planejamento da Fundação de Parques Municipais (FPM), mas sem manter o caráter de gestão compartilhada e participativa previsto na Deliberação Normativa 031/2000 (BELO HORIZONTE, 2000; LOVO, 2011, p. 61). Atualmente, os CEVAEs ainda estão vinculados à FPM e estão localizados em cinco regionais da cidade (Leste, Nordeste, Oeste, Noroeste e Venda Nova). Outras ações programáticas e iniciativas pontuais relacionadas à agricultura urbana são desenvolvidas pela PBH, de forma independente das atividades desenvolvidas nos CEVAEs.

A participação na cogestão do Projeto CEVAE marca o início dos trabalhos da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) com a agricultura urbana. Com a ruptura do convênio entre a REDE e a PBH, em 2001, a REDE buscou o apoio de organizações internacionais para manter seu trabalho nas comunidades, atuando de forma articulada à Rede de Desenvolvimento Local dos bairros Alto Vera Cruz, Granja de Freitas e Taquaril (região leste de BH) e à Rede de Desenvolvimento Comunitário dos bairros Capitão Eduardo e Beija Flor (região nordeste de BH)[44]. Posteriormente a REDE ampliou sua atuação para outras comunidades em Belo Horizonte e outros municípios da RMBH.

A concepção de trabalho original dos CEVAEs seguia recomendações da Agenda 21 Local, buscando incorporar a participação popular e a gestão compartilhada entre o poder público e uma organização não governamental. Além disso, o enfoque conceitual do projeto inovou ao delinear uma política intersetorial que articulava diferentes secretarias municipais como o abastecimento e segurança alimentar, o meio ambiente e, particularmente, por se tratar de uma política direcionada para assentamentos urbanos de infraestrutura precária e de população de baixa renda *per capita*. Nesse sentido, a produção de alimentos e plantas medicinais nos quintais, o incentivo às hortas comunitárias e escolares, a arborização com frutíferas e a experimentação de recuperação de áreas de risco com cultivos alimentares integravam um componente de urbanidade do projeto voltado para a melhoria das condições de reprodução social da população desses assentamentos.

---

desnutrição, bem como seus impactos para além dos limites da cidade, abrangendo outros municípios da região e suas áreas rurais.

[44] Essas redes, que chegaram a envolver 40 entidades locais, articulavam as iniciativas dos grupos de base, entidades religiosas, organizações não governamentais, órgãos públicos e os recursos disponíveis localmente para elaborar, executar e monitorar propostas para o desenvolvimento das comunidades. Em 1998 fui contratada pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) como coordenadora local do Projeto CEVAE Taquaril na região leste de Belo Horizonte. Em 2001, após o encerramento do convênio da REDE com a Prefeitura de Belo Horizonte, passei a responder pela coordenação do Programa de Desenvolvimento de Comunidades Urbanas (posteriormente chamado de Programa de Agricultura Urbana).

O reconhecimento nacional e internacional das inovações metodológicas e tecnológicas desenvolvidas pelos CEVAEs resultou em premiações e participações em eventos internacionais, particularmente da Rede de Intercâmbio[45]. Foi o contato com um cenário internacional de debates e com outras organizações na América Latina que desenvolviam ações semelhantes que levou à identificação e apropriação do conceito da agricultura urbana pela REDE e demais atores envolvidos nessa construção.

Em 2001, a cidade de Belo Horizonte foi selecionada para participar por meio de dois participantes, do I Curso Regional de Pesquisa-Ação e Gestão da Agricultura Urbana nas Cidades da América Latina e Caribe. O curso foi realizado em Quito, Equador, e coordenado pelo Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe (PGU-ALC), pelo Instituto IPES - Promoção do Desenvolvimento Sustentável (Lima, Peru) e pelo *International Development Research Centre* (IDRC). Nessa ocasião, a PBH indicou um representante e fui indicada para representar a Rede de Intercâmbio. Também participaram do curso duas outras duplas brasileiras representando o município de Governador Valadares-MG[46] e o Programa de Verticalização da Produção Familiar (PROVE), que naquele momento estava sendo implementado pelo Governo do Mato Grosso do Sul.

A partir desse curso, intensificou-se a participação da REDE em intercâmbios e eventos em países da América Latina. Dessa forma, vai se estabelecendo um campo de relações institucionais que ampliaram as oportunidades para a inserção das iniciativas de Belo Horizonte no cenário internacional, além do conhecimento de diferentes enfoques sobre a relação entre a agricultura urbana e a dinâmica urbana (uso de águas residuais, tratamento de resíduos sólidos, incorporação no planejamento urbano, mecanismos de comercialização, etc.).

Por outro lado, o histórico de atuação da REDE em Belo Horizonte e sua inserção em um campo de articulação com outras organizações da sociedade civil, associações,

---

[45] Foram momentos marcantes nessa trajetória a Conferência Regional para América Latina e Caribe da URBAN 21 (Rio de Janeiro, 2000); a *Global Conference on the Urban Future* - URBAN 21, na *EXPO 2000 World Exhibition* (Berlim, 2000); o *International Symposium 'Urban agriculture and horticulture: the linkage with urban planning'*, apoiado pela *Association for Research into Housing, Planning and Building in Developing World (TRIALOG)*, Humboldt-University e HABITAT (Berlim, 2000); III Assembleia da Rede Latino-Americana de Investigação em Agricultura Urbana (Rede AGUILA) (Lima, 2002); a oficina "Demandas de informação dos atores de agricultura urbana e periurbana de Belo Horizonte", organizada pela REDE, IPES (Peru), Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe (PGU-ALC), Rede AGUILA e Fundação RUAF.

[46] Entre 2001 e 2004, a Prefeitura de Governador Valadares desenvolveu um projeto pioneiro que articulava políticas de otimização de espaços vazios urbanos pela agricultura urbana. O projeto, denominado "Cidade Verde", foi apoiado pelo Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe (PGU-ALC), UN-Habitat, PNUD, IDRC e IPES.

movimentos sociais que atuam em diferentes redes, fóruns e conselhos, bem como de interlocução com diferentes setores governamentais nas esferas municipal, estadual e nacional, vai consolidando a instituição como uma entidade de referência nos temas da agricultura urbana, da agroecologia, da segurança alimentar e nutricional e em metodologias de trabalho pautadas pela participação comunitária[47].

A REDE participou da criação do Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável em 1999 e integrou a primeira composição do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG). Nesse âmbito institucional teve início, em 2001, um processo de identificação e debate sobre experiências de agricultura urbana e segurança alimentar protagonizadas pela sociedade civil no estado de Minas Gerais. Regionalmente, esse processo teve um momento de mais expressão com a realização da "Caravana Dignidade e Vida - Segurança Alimentar e Agricultura Urbana – Região Metropolitana de Belo Horizonte". Um dos resultados da Caravana foi a criação da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) como um espaço permanente de intercâmbio e (auto)organização dos grupos e organizações da sociedade civil envolvidos com as práticas de agricultura urbana na RMBH. Participam da AMAU grupos e associações comunitárias, movimentos sociais de luta pela terra, movimentos de moradia, movimentos feministas, pastorais sociais, coletivos de permacultura e alimentação saudável, redes, coletivos, empreendimentos de economia solidária, organizações de assessoria, pesquisadores e estudantes (ALMEIDA, 2007).

A AMAU, por sua vez, integra o movimento agroecológico, que tem a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) como um dos canais de expressão coletiva no nível federal e a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA) em Minas Gerais. A interação da AMAU com a ANA e a AMA tem constituído uma oportunidade de estabelecer relações mais claras entre a agroecologia e a agricultura urbana, uma vez que nem todas as práticas agrícolas urbanas se orientam pelos princípios da agroecologia, como se verá no próximo capítulo.

Nos mais de 10 anos de atividade da AMAU, observa-se que a participação de organizações com diferentes inserções na sociedade possibilita que neste coletivo interajam

---

[47] O trabalho na REDE ofereceu-me a oportunidade de participar de instâncias de coordenação de diferentes redes da sociedade civil, como o Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (FMSANS), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e GT Gênero e Agroecologia, Articulação Mineira de Agroecologia (AMA). Em espaços de controle social de formulação e implementação de políticas públicas atuei como conselheira no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais (CONSEA MG) e como delegada em conferências de segurança alimentar.

múltiplos referenciais conceituais e posicionamento políticos, como soberania e segurança alimentar, feminismo, reforma urbana, reforma agrária, saúde coletiva, justiça ambiental, economia solidária; indicando a aproximação da agricultura urbana e da agroecologia como uma alternativa de convergência de atuação entre organizações do campo e da cidade[48]. Essas interações se expressam na construção de uma carta política e uma pauta de reivindicações da AMAU, formuladas no marco dos 10 anos de atividade da articulação, em 2014, que explicitam princípios, valores e proposições de ações para orientar o diálogo com outros movimentos, fóruns e redes da sociedade civil e a interlocução com o governo (AMAU, 2014).

Em se tratando das políticas públicas, a construção de um referencial político e conceitual da agricultura urbana na RMBH encontra outro momento importante na realização do Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro (CCF), entre junho de 2006 e junho de 2008. O CCF foi implementado em várias cidades da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio, sob a coordenação geral da Fundação RUAF (Holanda) e sob a coordenação do IPES (Peru) na América Latina. Em Belo Horizonte, a execução do programa foi coordenada pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE)[49]. Um processo de diagnóstico participativo permitiu sistematizar informações quantitativas e qualitativas da agricultura urbana na cidade com quatro componentes (atores envolvidos; disponibilidade de área/solos; legislação relacionada; e situação da AU no município). Duas escalas foram consideradas no diagnóstico - um levantamento de dados gerais sobre a agricultura urbana no âmbito municipal e um estudo específico realizado na Regional Barreiro. As análises sobre as informações obtidas conduziram à elaboração de diretrizes prioritárias de ação relativas aos seguintes aspectos: fortalecimento das/os agricultores/as urbanos/as; políticas públicas; capacitação, assessoria e pesquisa; investimento e financiamento; legislação. Uma síntese do diagnóstico e das diretrizes foi publicada no documento "Agricultura Urbana: Belo Horizonte Cultivando o Futuro" (LARA; ALMEIDA, 2008).

---

[48] A AMAU tem como objetivos: a) apoiar as iniciativas populares e fortalecer a organização das/os agricultoras/es da Região Metropolitana de Belo Horizonte; b) dar visibilidade às experiências de agricultura urbana e agroecologia existentes na região, mostrando a diversidade de atividades e espaços e as suas diferentes funções; c) aprofundar o debate político com diferentes setores da sociedade civil, poder público e academia sobre a integração campo-cidade, o papel da agricultura em regiões metropolitanas na construção de um projeto popular para o Brasil e a implementação de políticas públicas necessárias ao seu fortalecimento.

[49] Como coordenadora institucional da Rede de Intercâmbio, participei da coordenação política da implantação do Programa Cidades Cultivando para o Futuro (CCF) em Belo Horizonte.

Esse processo teve três desdobramentos principais. O primeiro deles foi a implantação de um projeto-piloto, denominado “Jardim Produtivo”, com o objetivo de demonstrar a viabilidade da produção agroecológica urbana em espaços ociosos e sua interação paisagística com a cidade, além do potencial de replicação nos inúmeros “vazios urbanos” da cidade[50]. Os demais desdobramentos foram a elaboração de um instrumento de planejamento e gestão para a política de agricultura urbana em Belo Horizonte (o “Plano de Ação de Agricultura Urbana de Belo Horizonte 2008-2018: BH Cultivando Agricultura Urbana”), bem como a constituição de um fórum municipal com representação governamental e não governamental, tendo como objetivo monitorar a execução do Plano. Esse fórum de debates, denominado Espaço de Agricultura Urbana de Belo Horizonte, foi formalizado durante o seminário "Agricultura Urbana como Instrumento de Gestão da Cidade", promovido em junho de 2008. O seminário e as reuniões iniciais do fórum contaram com a participação de representantes de grupos comunitários, movimentos sociais, organizações sociais, associações comunitárias, universidades, diferentes setores da PBH, de outros municípios e do Governo do Estado, indicando múltiplas conexões com a agenda política da cidade. O Espaço de Agricultura Urbana manteve uma rotina de reuniões periódicas, coordenadas por um grupo gestor, até meados de 2011, quando da realização do Seminário “Agricultura Urbana em Belo Horizonte: Cultivando a cidade que queremos”, em junho daquele ano[51].

Enquanto permaneceu em atividade, a dinâmica do Espaço permitiu colocar em contato instituições que historicamente atuavam com a agricultura urbana em Belo Horizonte, mas que não mantinham uma rotina de diálogo sobre suas ações. Possibilitou também identificar limites nas relações entre as organizações da sociedade civil e o governo, como posturas autoritárias da parte governamental ou apenas reivindicatórias por parte das organizações sociais; divergências e tensões entre as prioridades políticas; diferentes expectativas de tempos para a execução dos projetos e programas e ausência de mecanismos para o envolvimento efetivo dos grupos produtivos (LOVO *et al.*, 2011).

Em Belo Horizonte, permanecem como desafio a institucionalização da agricultura urbana, melhor estruturação de um órgão na administração municipal que assuma a coordenação da política de agricultura urbana, suas implicações financeiras e a ampliação

---

[50] O Jardim Produtivo foi implantado em uma área pública de 3.500 m^2 na região do Barreiro, em Belo Horizonte, a partir de um processo de mobilização e capacitação de moradoras/es locais e da execução de um sistema de cultivo baseado na permacultura e na agroecologia.

[51] Para análise detalhada da implementação do CCF e seus desdobramentos em Belo Horizonte ver Lovo (2011).

do diálogo entre os setores da PBH e com a sociedade civil. A Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional (SMASAN) e a Fundação de Parques Municipais (FPM), dois setores governamentais que abrigam programas específicos para o desenvolvimento de ações de agricultura urbana, contam com recursos humanos e financeiros insuficientes para qualificar as ações que já desenvolvem e ainda coordenar uma atuação mais articulada do município com outras iniciativas em curso na cidade. O governo local tampouco parece ter incorporado as dimensões estratégicas do diagnóstico e do plano de ações construído na ocasião de implantação do Programa Cidades Cultivando para o Futuro (CCF), não sendo observados novos investimentos ou mudanças da condução dos programas[52].

O CCF criou uma oportunidade de interlocução entre os atores que estavam coordenando a implantação do programa em Belo Horizonte (IPES e REDE) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)[53]. Em 2006, efetivou-se uma parceria entre o MDS, REDE e IPES para a realização de uma pesquisa nacional para identificar e caracterizar iniciativas de agricultura urbana e periurbana em 11 regiões metropolitanas brasileiras e formular diretrizes políticas para sua promoção, como será abordado mais adiante nesta seção. Por outro lado, essas interações propiciaram a inserção desse Ministério no circuito internacional relacionado ao tema da agricultura urbana. O MDS passou a integrar o Conselho Consultor Regional do Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro (CCF); participou, em 2007, do "*Seminário Taller Agricultura Urbana e Periurbana: Estrategias para la Seguridad Alimentária y Nutricional de la America Latina y el Caribe"*, na Bolívia, sendo signatário da Carta de La Paz de compromissos com a agricultura urbana e a segurança alimentar e nutricional; apresentou a experiência de implantação da política nacional de agricultura urbana no IV Fórum Urbano

[52] Entretanto, é importante notar que a incorporação da agricultura urbana no conjunto de políticas de SAN no município segue sendo veiculada como uma experiência exitosa. Como exemplo, em outubro de 2015, como parte das iniciativas relacionadas à EXPO Milão 2015 (Itália), 100 prefeitos de cidades do mundo (entre eles o prefeito de Belo Horizonte) assinaram e entregaram ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) o *Urban Food Policy Pact* (Pacto pela Política Alimentar Urbana). No pacto, voltado para a segurança alimentar e para a sustentabilidade, os prefeitos se comprometeram com a coordenação internacional de políticas alimentares nas cidades, que incorporam as oportunidades oferecidas pela agricultura urbana para a conservação e integração da biodiversidade urbana/regional e nos sistemas alimentares e a criação de sinergias entre a segurança alimentar e nutricional, os serviços relacionados aos ecossistemas e o bem-estar humano. dasdhttp://nacoesunidas.org/fao-tres-cidades-brasileiras-firmam-pacto-para-acabar-com-a-fome-e-melhorar-a-nutricao/; http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=213110&pIdPlc=&app=salanoticias; http://www.foodpolicymilano.org/wp-content/uploads/2015/10/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-_SPA.pdf

[53] De acordo com Lovo (2011, p. 55, 68), a busca por complementação de recursos para implementar o CCF em Belo Horizonte propiciou os primeiros contatos entre representantes da REDE e do IPES com o MDS.

Mundial (Nanjing, China, 2008) e no V Fórum Urbano Mundial (Rio de Janeiro, 2010) (LOVO, 2011, p. 55,68).

A realização da pesquisa nacional financiada pelo MDS concomitante com a implantação do CCF em Belo Horizonte também tem, por sua vez, rebatimentos no âmbito estadual. Em 2007 foi realizado o I Seminário Estadual de Agricultura Urbana, a partir de uma iniciativa do Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER), da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária (SEARA). Esse seminário teve a participação de um conjunto diverso de atores do Estado, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimentos da reforma urbana, a experiência de Rosário/Argentina e outras experiências apoiadas pela FAO no Brasil.

Um desdobramento concreto do Seminário foi a regulamentação da Lei Estadual de Agricultura Urbana pelo Governador (LOVO, 2011, p. 68,70). Cabe sublinhar que Minas Gerais foi o primeiro estado no Brasil a aprovar uma legislação específica para a agricultura urbana, ainda no ano de 2006[54]. O decreto que regulamentou a lei definiu as competências e responsabilidades das secretarias de estado e entidades da administração estadual, observando as suas respectivas áreas de atuação, e estabeleceu a criação do Grupo de Trabalho da Agricultura Urbana (GTAU) como espaço de formulação e acompanhamento da execução das ações e projetos desenvolvidos. Entretanto, passados 10 anos da sua aprovação, o GTAU nunca foi instituído e tampouco foram registradas iniciativas efetivas por setores do governo referenciadas no marco legal.

Parte dos atores envolvidos nesta trajetória se organizou para apresentar, coletivamente, uma proposta ao Edital 05/2008 lançado pelo MDS com o objetivo de apoiar a agricultura urbana nas regiões metropolitanas por meio da implementação de centros regionais de apoio à agricultura urbana e periurbana. Ainda que o proponente e executor do projeto devesse ser necessariamente uma instituição pública, o edital valorizava o envolvimento de organizações e movimentos sociais e a constituição de articulações locais e regionais. Dessa forma, o Edital foi uma oportunidade de aproximação entre atores que já atuavam com a agricultura urbana na RMBH e aqueles que manifestaram interesse em se envolver com esta temática.

---

[54] A Lei Estadual 15.973, de 12 de janeiro de 2006, dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana (PEAU); e o Decreto 44.720, de 12 de fevereiro de 2008, regulamenta a Lei 15.973. Esta lei e sua regulamentação indicam que as ações de promoção da PEAU devem ser desenvolvidas em consonância com a Lei nº 15.982, de 19 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e, ainda, com as Políticas Nacional e Estadual de Saúde, Alimentação e Nutrição, Alimentação Escolar e de Desenvolvimento Regional e de Política Urbana.

Com a aprovação do projeto pelo MDS, a implantação do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte (CAUP-RMBH) foi viabilizada por meio de um convênio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com o Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER-MG). O ITER, por sua vez contratou a UFMG para o monitoramento e sistematização dos resultados do projeto e também organizações da sociedade civil, como a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) para a realização de atividades de formação e assessoria técnica às famílias envolvidas. O CAUP permaneceu em atividade entre 2008 e 2011. Suas ações envolveram o acompanhamento técnico e o fomento a cinco unidades demonstrativas de produção em Agricultura Urbana e Periurbana (UD) e 19 unidades produtivas (UP), distribuídas em sete municípios da RMBH, bem como o funcionamento de uma instância de controle social – o Comitê Gestor – reunindo representantes dos movimentos sociais, entidades de apoio e fomento e órgãos do estado envolvidos com a temática da agricultura urbana[55].

Como mencionei anteriormente, a intenção deste breve relato é propiciar uma ideia geral das conexões ocorridas no percurso de reconhecimento formal da agricultura urbana, por meio de processos de articulação social e institucionalização nos contextos local e regional, bem como das interações com algumas organizações e dinâmicas internacionais. Os avanços e retrocessos observados nos CEVAEs, no Espaço de Agricultura Urbana de Belo Horizonte e no CAUP-RMBH, assim como a fragilidade da organização social em torno da agricultura urbana, são exemplos concretos dos desafios ainda postos para a ampliação desse debate na sociedade em geral e para que sejam incorporados de forma mais efetiva pelo Estado brasileiro. De modo geral, nessas iniciativas observa-se uma contradição entre as práticas efetivas e o discurso adotado pelos gestores públicos, que "ressaltam a importância de princípios como a gestão descentralizada, o fortalecimento das capacidades, a promoção de autonomia, o empoderamento e a participação efetiva das/os agricultoras/es, mas na prática não é o que se verifica" (ALMEIDA; MORAIS; PAIXÃO, 2012, p. 27). Esse percurso está permeado pela interação com organizações internacionais, que tanto contribuiu para alavancar processos locais (com rebatimentos em esferas mais amplas), quanto gerou conflitos entre os enfoques e objetivos consolidados

[55] Participaram como membros do Comitê Gestor do CAUP-RMBH: ITER/SEARA (órgão público), a setores da UFMG (departamentos de Nutrição, Biologia e Geografia), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, as Brigadas Populares, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favela (MLB), o Centro Comunitário Pró-Construção e Desenvolvimento do Bairro Taquaril e Adjascências - CECOM/PCD/TECA, a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas – REDE e o Instituto Desenvolvimento Sustentável - IPES.

internacionalmente na metodologia de implantação dos projetos e as particularidades das organizações e cenários locais.

Em que pese a significativa trajetória de articulação social em torno da agricultura urbana local e regionalmente e um conjunto relevante de iniciativas de institucionalização da agricultura urbana, até o momento estas não foram suficientes para consolidar organizações representativas dos sujeitos das práticas ou para estruturar políticas públicas permanentes que criem ou favoreçam condições para a manutenção dessas práticas. Entretanto, esse percurso tem propiciado a conformação de um campo de reflexão e proposição política que tem progressivamente agregado novos atores da sociedade civil e do governo e mais recentemente do meio acadêmico, como se poderá ver no capítulo 5, que abordará as interações entre dinâmicas de pesquisa, articulação social e planejamento territorial na RMBH.

1.3.2 O contexto nacional[56]

No cenário nacional, houve mais reconhecimento da agricultura urbana na agenda do Governo Federal com a criação do Programa Fome Zero e com a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN), que tiveram início na primeira gestão do Governo Lula, entre 2003 e 2006[57]. O ano de 2006 foi um marco no processo de institucionalização de uma política de SAN no Brasil, com a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) - Lei 11.346. Outro marco nesse processo foi a publicação da Emenda Constitucional nº 64/2010, que modificou o art. 6º da Constituição de 1988 para incluir o direito à alimentação no rol dos direitos sociais. A seguinte definição de SAN é apresentada na LOSAN: "Segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas

[56] O resgate do processo de institucionalização da agricultura urbana na área federal apoiou-se principalmente nos seguintes documentos institucionais: Pinheiro e Ferrareto (2010); FAO-MDS (2011); CONSEA (2014).

[57] Com a criação do Fome Zero, em 2003, a política de combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional foi considerada uma prioridade nacional, incorporando as primeiras ações de promoção da agricultura urbana pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), como a implantação de hortas comunitárias, lavouras, viveiros, pomares, canteiros e criação de pequenos animais, bem como a implantação de unidades de processamento e beneficiamento dos alimentos, para agregar valor aos produtos (FAO-MDS, 2011, p. 23).

alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis"[58].

A II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2004, em Olinda, marcou o início da incorporação da agricultura urbana na agenda das políticas públicas de SAN no âmbito nacional. Nessa conferência, propostas de ação concretas foram apresentadas por organizações que já atuavam com esta temática local e regionalmente. Destacou-se, naquele momento, a participação de entidades de Minas Gerais que já protagonizavam o debate sobre SAN no Brasil e que vivenciavam uma aproximação frutífera entre o debate sobre a agricultura urbana e o debate sobre a SAN no estado e na RMBH. Na II Conferência Nacional de SAN a agricultura urbana foi contemplada como uma das propostas prioritárias aprovadas em plenária, nos seguintes termos:

> Elaborar diagnósticos participativos, coordenados pelos CONSEAS (ou conselhos afins) com o fim de subsidiar a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana por meio de:
> a) Identificação das diversas iniciativas de agricultura urbana desenvolvidas pelo poder público e sociedade civil, avaliando seus potenciais e limitações para a promoção de SAN.
> b) Levantamento georreferenciado municipal indicando os espaços públicos e privados passíveis de utilização em um programa de agricultura urbana com a garantia da ampla divulgação destes dados (CONSEA, 2004, p. 15).

A partir da II Conferência de SAN e da aprovação e regulamentação da LOSAN, observam-se alguns desdobramentos no tratamento da agricultura urbana tanto no principal órgão executivo da Política Nacional de SAN (o MDS) como nas estruturas que compõem o Sistema de SAN: as novas edições das conferências, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar (CAISAN)[59].

---

[58] A LOSAN foi regulamentada pelo Decreto 7.272/2010, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e estabelece as bases da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), como também pelo Decreto 7.942/2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria. De acordo com esse marco legal, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) se organiza em estruturas semelhantes nos três níveis da federação (conselhos de SAN, câmaras intersetoriais de governo e conferências periódicas) que coordenam a formulação e a implementação de políticas de SAN em cada nível. O principal órgão executivo da Política Nacional de SAN é o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em articulação com outros ministérios e outros entes federados.

[59] A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) é uma instância governamental responsável pela coordenação e pelo monitoramento intersetorial das políticas públicas, na

Em outubro de 2006, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com a FAO, financiou a realização da já aludida pesquisa nacional, que teve como objetivos principais identificar iniciativas de agricultura urbana e periurbana e formular diretrizes para sua promoção. A pesquisa, realizada nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Goiânia, Belém, Fortaleza, Recife e Salvador, foi coordenada pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), Belo Horizonte, e pelo Instituto IPES - Promoção do Desenvolvimento Sustentável (Lima, Peru).

Como parte da metodologia da pesquisa, foram realizadas várias discussões acerca do conceito de agricultura urbana a ser adotado, chegando-se a uma formulação que tem sido uma referência utilizada na literatura disponível sobre o tema no Brasil:

> [...] a agricultura urbana é conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados para o autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão de obra, saberes, etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 10).

Nessa formulação, nota-se a influência da difundida definição de Mougeot (2000), a presença de elementos conceituais comuns em outras definições, conforme discutido pelo autor (atividades econômicas, categorias de produtos, localização intraurbana e periurbana, etc), assim como da noção de multidimensionalidade e das potencialidades da agricultura urbana na resolução de problemas sociais e ambientais urbanos.

No “Panorama” nota-se também uma associação da noção de mutifuncionalidade da agricultura urbana à construção discursiva da cidade ecológica, a cidade produtiva e a

---

esfera federal, relacionadas à segurança alimentar e nutricional, ao combate à fome e à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), tendo suas responsabilidades definidas pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sisan/caisan.

cidade inclusiva; que passa a ser uma referência também nas frequentes publicações sobre agricultura urbana no Brasil:

> Com a *cidade produtiva* estamos nos referindo à promoção de um desenvolvimento econômico local, voltado para o combate à pobreza, com a implantação de políticas de geração de trabalho e melhoria de rendas complementares, desde uma perspectiva de Economia Popular Solidária e comércio justo. Com a *cidade ecológica* estamos nos referindo à possibilidade de potencializar, com as atividades de AUP, a gestão territorial e ambiental das cidades, integrando a AUP com as políticas de gestão territorial, de uso social do espaço, de gestão de resíduos sólidos, de uso de águas residuais tratadas e de chuva, buscando a diminuição da impermeabilização do solo, e com as políticas de esverdecimento da cidade, entre outras, a partir de uma perspectiva de diminuição dos desequilíbrios ecológicos. Com a *cidade que respeita a diversidade social e cultural* estamos nos referindo ao potencial que as atividades de AUP têm para a promoção de políticas de respeito às condições étnicas e socioculturais e também de atenção a grupos considerados de condição vulnerável como mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais, quilombolas, entre outros, partindo de uma perspectiva de respeito à diversidade social, equidade e promoção da governabilidade participativa. Com a *cidade que promove a segurança alimentar e nutricional* há o vínculo direto das iniciativas de AUP com as políticas de combate à fome e de complementos alimentares e nutricionais, com relação direta ao acesso e disponibilidade dos alimentos e à forma de produção dos mesmos, a partir de uma perspectiva de combate à fome e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 11).

Com a conclusão da pesquisa, em 2007, foi realizado o Seminário Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, em Brasília, em que foram analisados os dados e resultados dos encontros que ocorreram em cada uma das regiões metropolitanas pesquisadas. O Seminário também contou com a participação de pesquisadoras/es de diferentes cidades do Brasil, vinculados/as a diferentes organizações e movimentos sociais, setores governamentais e da academia, que formularam diretrizes e princípios para uma política nacional de agricultura urbana.

Todo esse processo foi registrado no documento "Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras", referenciado nesta tese a partir de agora como "Panorama" (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 10)[60].

[60] O documento foi publicado apenas em espanhol e está disponível em português no formato *online* (como relatório final de pesquisa).

Ao longo da realização da pesquisa nacional surgiram debates sobre uma necessária explicitação de valores na formulação “oficial”, que deveria orientar a construção de uma política nacional de agricultura urbana. Dessa forma, a base conceitual adotada na pesquisa passa a incorporar adequações à definição da agricultura urbana difundida pela literatura produzida na rede internacional.

Emergiram também problematizações referentes à relação do conceito da agricultura urbana com outros conceitos, como agricultura familiar e agroecologia; à diferenciação entre agricultura urbana e periurbana; aos critérios para a caracterização e identificação dos sujeitos das práticas como agricultoras/es urbanas/os, entre outras questões. Essas discussões evidenciavam questões relacionadas às trajetórias de militância política das/os participantes da pesquisa, às realidades vivenciadas nas regiões estudadas e às especificidades do contexto político-institucional brasileiro. Nesse sentido, como exemplo, o documento pontua oito princípios que deveriam orientar a construção de uma política nacional:

> 1) Promoção da agroecologia;
> 2) Hábitos saudáveis de consumo;
> 3) Construção de conhecimentos respeitando o diálogo de saberes;
> 4) Respeito à diversidade étnica, racial e cultural;
> 5) Promoção da equidade de gênero, justiça socioambiental e a solidariedade;
> 6) Promoção da soberania alimentar e segurança alimentar nutricional;
> 7) Promoção da economia justa, solidária e familiar e o consumo responsável;
> 8) Promover a participação, empoderamento e autonomia do/as agricultores urbanos e periurbanos (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 73).

Pode-se dizer que essa iniciativa se constitui um importante levantamento sistemático de informações sobre a agricultura urbana no Brasil tanto pela abrangência, como pelo envolvimento de diferentes atores em cada uma das regiões pesquisadas. Passados quase 10 anos da sua realização, seria oportuna uma atualização dos seus resultados, assim como de novos estudos que aprofundassem questões conceituais apenas explicitadas naquele momento.

A mobilização e as informações geradas pelo processo da pesquisa tiveram reflexos na III Conferência Nacional de SAN, realizada em julho de 2007 em Fortaleza. O Relatório Final da III Conferência reforça a proposição de implantação de uma política nacional de agricultura urbana articulada a uma das diretrizes propostas para a Política Nacional de

SAN: “estruturar sistemas justos, de base agroecológica, e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos" (CONSEA, 2007, p. 41). Essa proposição foi aprovada em plenária com o seguinte texto:

> Item 51: implantar uma política nacional de agricultura urbana e periurbana e pesca artesanal sustentáveis por meio de um projeto de lei, incluindo indígenas não aldeados entre seus beneficiários, com dotação orçamentária e linha de crédito especial, integrando iniciativas de produção, extrativismo, beneficiamento/transformação, comercialização e serviços (assessoria, formação e capacitação) de alimentos em bases agroecológicas e de economia solidária, integrada com o Programa Luz para Todos. Regulamentar o uso de áreas ociosas para hortas e pomares comunitários. Articular essas iniciativas com a gestão territorial e ambiental, incorporando-as nos planos diretores dos municípios. Realização de um encontro nacional de agricultura urbana e periurbana e pesca artesanal no ano de 2008 (CONSEA, 2007, p. 41).

Em 2008, como um outro desdobramento dos resultados da pesquisa e do Seminário Nacional, o MDS lançou um edital para apoiar a implantação de Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUPs), já mencionado no resgate apresentado anteriormente referente à RMBH[61]. Esses centros tinham como objetivo organizar um sistema operacional descentralizado de apoio à agricultura urbana nas regiões metropolitanas, com ações de fomento, assistência técnica, formação e monitoramento dos resultados dos projetos aprovados. Como resultado desse edital foram implementados 12 CAAUPs em 12 regiões metropolitanas brasileiras. Em 2009, um novo edital foi lançado, sendo aprovados outros 12 projetos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - FAO-MDS, 2011, p. 29).

Nesse período, observa-se a aproximação do MDS com o Instituto IPES com o objetivo de se avançar no desenho de implementação da política de agricultura urbana. Esses diálogos levaram à proposição de uma estrutura de espaços de debate e construção coletiva da política, que além dos Centros de Apoio à Agricultura Urbana (CAAUPs) abrangiam uma rede nacional de agricultura urbana, um coletivo nacional de agricultura urbana, um comitê gestor dos CAAUPs e coletivos metropolitanos de agricultura urbana que funcionaram parcialmente nos anos seguintes (FAO-MDS, 2011, p. 29).

---

[61] Um documento produzido no âmbito do CONSEA menciona que o primeiro edital dos CAAUPs foi inspirado na experiência desenvolvida pela organização Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) e pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), em Minas Gerais – Centro de Vivência Agroecológica (Cevae) (CONSEA, 2014).

Em 2010, o MDS, em parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), contratou uma consultoria para sistematizar e analisar as ações promovidas pelo Ministério com vistas à implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) (FAO-MDS, 2011). O relatório traz um balanço das ações implementadas pelo MDS no período compreendido entre 2003 e 2009, da estrutura de gestão da política, das relações com as políticas dos demais Ministérios, das relações intergovernamentais (com estados e municípios) e das relações com a sociedade civil.

Segundo o relatório, entre 2004 e 2010 várias ações de apoio à agricultura urbana foram implementadas pelo MDS, no sentido da construção de uma política nacional de agricultura urbana e periurbana articulada ao marco legal e institucional da SAN no Brasil. Durante esse período, o MDS promoveu eventos com a participação da sociedade civil; criou uma estrutura administrativa interna denominada Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana (CGAAU); e firmou convênios com estados, municípios e universidades para implementar ações de fomento, assistência técnica, formação e monitoramento de agricultura urbana, progressivamente direcionados para as regiões metropolitanas (FAO-MDS, 2011)[62].

As conquistas e desafios da implementação da política analisados no relatório foram organizados de acordo com oito questões principais: sensibilização, formação de gestores e disseminação do conhecimento e da informação; organização social e consciência cidadã; assistência técnica, provisão de insumos e fortalecimento de capacidades; condições organizativas e estruturais para integrar cadeias produtivas em AUP; vínculos com outras políticas e ações (em escala federal, estadual e local); institucionalização da agricultura urbana na política de SAN; formulação de novos marcos legais e normativos; financiamento da política nacional de agricultura urbana e periurbana. O relatório indicou também pontos críticos e debates conceituais que deveriam ser aprofundados no sentido de dar continuidade ao processo de construção da política, como a articulação entre o urbano, o periurbano e o rural como espaços de planejamento territorial para o desenvolvimento, assim como a articulação das ações de promoção da agricultura urbana com outras ações voltadas para a agricultura familiar, para os assentamentos rurais e para a comercialização em feiras nos territórios metropolitanos (FAO-MDS, 2011).

[62] Em FAO-MDS (2011) encontra-se um resgate detalhado dos investimentos e dos enfoques dos editais, um balanço da implantação dos projetos apoiados, além das mudanças relevantes nos posicionamentos institucionais do MDS no período compreendido entre 2004 e 2009.

Na IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2011, em Salvador, as proposições relacionadas à agricultura urbana registradas no relatório final encontram-se bem mais detalhadas em relação às conferências anteriores (CONSEA, 2011a). Além disso, a implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana foi incorporada como uma meta prioritária do primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2012/2015, sendo o MDS definido como órgão gestor responsável pela sua implementação e destinado recursos orçamentários à sua consecução no Plano Plurianual (CAISAN, 2011, p. 56,57).

Além das Conferências Nacionais, no contexto institucional relacionado à SAN, a temática da agricultura urbana foi gradativamente incorporada na agenda de debates do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)[63]. Em 2011, o CONSEA organizou duas atividades com o intuito de debater a Segurança Alimentar e Nutricional no contexto do Desenvolvimento Urbano: um Encontro Nacional, realizado como uma atividade preparatória, e uma atividade integradora, incorporada na programação da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrida em Salvador. Essas atividades foram propostas em virtude da necessidade identificada de aprofundar o debate sobre a promoção da SAN nas cidades brasileiras e igualmente de mobilizar movimentos populares, organizações e fóruns urbanos. Entre os temas estratégicos propostos para orientar as reflexões e proposições nessas atividades, a temática da agricultura emergiu como um forte tema articulador do debate e da formulação de políticas de SAN para a população urbana, sendo as discussões e propostas debatidas sistematizadas em uma publicação organizada pelo CONSEA (2011b).

Como um desdobramento destas atividades, em 2012 foi constituído o Grupo de Trabalho de SAN e Desenvolvimento Urbano, vinculado a uma das comissões permanentes do CONSEA (CP3 - Comissão Permanente de Produção, Abastecimento e Alimentação Adequada e Saudável). Tal como ocorrido nas atividades realizadas no ano anterior, entre os vários temas estratégicos propostos para a atuação do GT, a temática da agricultura urbana foi se consolidando como eixo aglutinador da sua atuação, sendo identificada a necessidade de dar visibilidade às experiências praticadas pela sociedade civil e pelo Estado em nível federal, estadual e municipal e ampliar a compreensão da relação das mesmas com a promoção da segurança alimentar e do direito à cidade. É

[63] O CONSEA Nacional tem caráter consultivo e de assessoramento à Presidência da República. Trata-se de um espaço de articulação entre governo e sociedade civil na formulação e monitoramento das políticas voltadas para a garantia do direito humano à alimentação.

importante destacar que no curso desses debates a agricultura urbana foi enfocada como uma temática importante para a efetivação da SAN para a população urbana, mas que também proporcionou trazer para o campo da SAN reflexões mais amplas sobre a cidade e sobre a articulação com outras políticas urbanas.

Em 2012, o MDS iniciou um processo de discussão para a elaboração de uma portaria federal, respaldada na legislação federal existente, visando criar um marco regulatório das ações do Governo Federal voltadas para a agricultura urbana. Uma versão preliminar da portaria foi apresentada pelo Ministério durante o III Seminário Latino-americano e Caribenho de Agricultura Urbana e Periurbana, organizado com o apoio da Rede Latino-Americana e Caribenha de Agricultura Urbana (Red Aguila) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), realizado em Brasília. O seminário teve como objetivos promover o intercâmbio entre outras iniciativas latino-americanas para avançar na definição conceitual da agricultura urbana, na institucionalização das ações desenvolvidas no Governo Federal e no reconhecimento do trabalho das/os agricultoras/es urbanas/os e periurbanas/os e das instituições da sociedade civil e órgãos públicos.

Nota-se que essas questões já haviam sido pontuadas no relatório da consultoria contratada pelo MDS em 2010. Os principais pontos de debate, as proposições e o compromisso do MDS de dar continuidade à construção da política com participação da sociedade foram registrados em um documento denominado “Carta de Brasília” (BRASIL, 2012a). Entretanto, no início de 2013, uma decisão interna do MDS levou à suspensão de novos investimentos para a agricultura urbana e à interrupção do processo de diálogo com a sociedade e de construção de uma política nacional de agricultura urbana.

Essa decisão provocou reações de indignação de organizações da sociedade civil, que encontram um primeiro canal de expressão coletiva durante a realização do VII Encontro do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), em junho de 2013, em Porto Alegre. Nesse encontro, que contava com uma representação institucional do MDS, foram cobrados publicamente esclarecimentos e a revisão da decisão do MDS em suspender o processo de construção da política de agricultura urbana, mas a posição foi irredutível.

A partir de então, o Grupo de Trabalho de Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Urbano do CONSEA Nacional passou a atuar como mediador da interlocução entre organizações sociais e setores do Governo Federal (especialmente aqueles que buscam conectar as políticas de desenvolvimento urbano às políticas de segurança alimentar e nutricional) no sentido de avançar na institucionalização da política

de agricultura urbana nacional. Entre 2012, data da sua constituição, até 2015, o GT realizou diversas reuniões, em algumas das quais houve a participação de representantes de ONGs que atuam com agricultura urbana. Mesmo não tendo assento no CONSEA, os custos de participação foram cobertos com recursos do conselho, em reconhecimento à experiência acumulada por essas organizações e também devido à relação de trabalho que estabelecem com outras organizações e movimentos sociais em seus territórios.

No período de embate mais intenso entre as organizações sociais e o MDS, o GT mediou a elaboração de três produtos: um balanço da implementação do programa de AUP pelo MDS, feito pela equipe técnica do próprio Ministério; um levantamento das ações relacionadas à AUP de outros órgãos do Governo Federal, feito pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN); e um documento de referência sobre a agricultura urbana para as/os conselheiras/os - "Subsídios para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP)", elaborado em colaboração com as ONGs. Em que pese toda a trajetória de debates sobre a agricultura urbana no campo de SAN, é importante sublinhar que apenas em novembro de 2014 a agricultura urbana foi tema da plenária do CONSEA Nacional (CONSEA, 2014).

Até o final do ano de 2015, não houve avanços na retomada do diálogo e da construção da política de agricultura urbana pelo MDS, mesmo com todos os esforços realizados pelo GT nesse sentido. Em agosto de 2015, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SESAN/MDS), publicou uma resolução que instituiu um Comitê Técnico de Agricultura Urbana na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar (CAISAN), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para fomentar o debate de uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana[64].

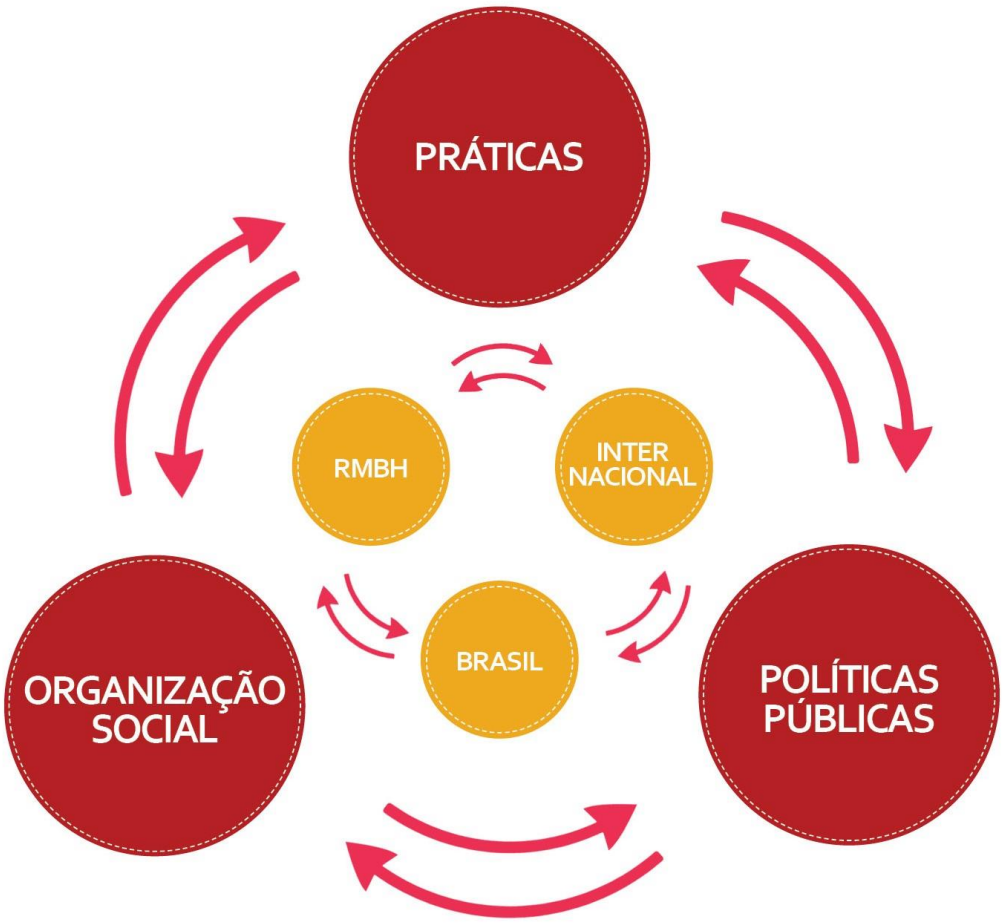
Não sendo registrados desdobramentos do ponto de vista da regulação e legislação federal específica para a política de agricultura urbana, o principal marco legal de referência permanece sendo a LOSAN, datada de 2010 (e os decretos que a regulamentam), bem como as recomendações do Relatório Final da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2010, e as diretrizes contidas no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2012/2015. Em 2015, por iniciativa do mandato de um deputado federal de Minas Gerais, teve início a tramitação do

[64] http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/vamos-produzir-dentro-das-cidades
http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/semin%C3%A1rio-discute-agricultura-urbana-no-brasil

Projeto de Lei 906/2015, que instituiu a Política Nacional de Agricultura Urbana e definiu como seus objetivos: ampliar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas vulneráveis, propiciar a ocupação de espaços urbanos ociosos e gerar alternativa de renda e de atividade ocupacional à população urbana.

Como anunciei na introdução deste capítulo, a exposição sobre o processo de institucionalização da agricultura urbana no campo das políticas públicas não tem o objetivo de delimitar o enfoque pelo qual esta temática será abordada neste estudo e sim apontar conexões com o processo de construção conceitual da agricultura urbana no contexto nacional, tal como sugere o diagrama apresentado na FIG. 10. Com este breve resgate busquei ainda indicar relações que se estabeleceram entre organizações que atuam na RMBH e no Brasil, assim como interações com processos e organizações internacionais, tanto no âmbito da formulação de políticas públicas, quanto das dinâmicas de organização social.

Figura 10 – Construção do conceito da agricultura urbana no contexto nacional



Como apresentado para o panorama internacional, também no Brasil esse processo de institucionalização tanto ampliou a visibilidade da agricultura urbana, como a necessidade de se avançar na compreensão dessas práticas e em mais clareza conceitual. A inter-relação entre processos nacionais e internacionais sem dúvida tem provocado conexões entre pessoas e fluxos de informações, influenciando a forma como a agricultura urbana tem sido enfocada na agenda política no Brasil e na RMBH.

Pode-se dizer que, até o momento, foi potencializada a ênfase na dimensão social da agricultura urbana e nas políticas associadas ao enfrentamento da fome e da pobreza promovidas pelas organizações internacionais, no Brasil, pela convergência com o período de implantação do Programa Fome Zero; e que as dimensões econômicas e ambientais da agricultura urbana têm ficado em segundo plano, bem como as dimensões territoriais.

Por outro lado, no cenário nacional, esses enfoques e discursos se encontram, tanto nos territórios, como na esfera política nacional, com os de outros movimentos políticos e iniciativas já consolidadas.

Várias das organizações que têm protagonizado o debate sobre a agricultura urbana no contexto brasileiro já vinham de uma trajetória anterior de atuação e articulação em redes relacionadas a outras temáticas e lutas políticas, especialmente no campo da segurança e soberania alimentar, do direito humano à alimentação adequada, da promoção da agroecologia e da agricultura familiar[65].

Essas outras práticas e discursos expressam abordagens mais críticas, que buscam enfocar a agricultura urbana como mais uma via de denúncia e transformação das desigualdades sociais, como a concentração e privatização de terras nas cidades e a hegemonia de corporações nacionais e internacionais no sistema agroalimentar atual, entre outras questões.

É importante destacar, ainda, que os avanços na visibilidade da agricultura urbana não resultam, necessariamente, na implementação e consolidação de políticas públicas, a exemplo dos obstáculos encontrados na construção da política nacional de agricultura urbana e periurbana e no histórico de retrocessos das políticas voltadas para a agricultura urbana no estado de Minas Gerais e no município de Belo Horizonte (como os CEVAEs, o Programa Cidades Cultivando para o Futuro e o CAUP da RMBH). De modo geral, têm prevalecido nesses processos entraves burocráticos do Estado, as descontinuidades ligadas às mudanças nos cargos políticos, a dependência de interesses e decisões de gestores

[65] A conformação do movimento agroecológico no Brasil será retomada no capítulo seguinte.

públicos e a falta de vontade política para definir orçamentos permanentes e equipes estruturadas e capacitadas para atuar nesse novo campo de ação institucional. A institucionalização traz também o risco de homogeneização e cooptação pelos governos locais, por meio da priorização de um enfoque de políticas de apoio e da imposição de condições e mecanismos formais para o acesso aos recursos públicos que não respeitam as especificidades territoriais e os objetivos das iniciativas protagonizadas pelas organizações e redes sociais (ALMEIDA; MORAIS; PAIXÃO, 2012).

Há que se salientar, ainda, que, em que pesem as idas e vindas e frequentes retrocessos, iniciativas de construção de políticas públicas de agricultura urbana no Brasil (assim como de outras temáticas) são divulgadas, como casos exitosos na literatura internacional, reforçando uma imagem de "crescente popularidade" e "novo entusiasmo" entre os governos, como citado por Brand e Muñoz (2007), conforme pode ser observado nas passagens seguintes:

> *Cuba, Argentina and Brazil (Zero Hunger Campaign) are well known examples of countries where substantial government support is given to the development of urban agriculture* (VEENHUIZEN, 2006, p. 14).

> *High-profile action such as the celebrated case of Rosario in Argentina, Kampala in Africa and the inclusion of UA in Brazil's FomeZero (Zero Hunger) programme have raised its profile* (REDWOOD, 2009, p. 236).

> *The good news is that evidence proves governments are starting to listen. The declarations of Harare and La Paz demonstrate the increased buy-in of decision makers for UA – and such declarations are leading to actions. Since 2000, for example, Peru, Brazil, Ghana and China have created national sectoral policy programmes on UA. This is remarkable for a sector that was hardly recognized a decade ago* (REDWOOD, 2009, p. 240).

> *Brazil's "Zero Hunger" policy places much weight on urban agriculture as a means of improving foodsecurity and the nutrition of the nation (Fraser 2005; Ministry for Social Development and Fight Against Hunger 2008). The Scretariat for Food Policy Supply of the city of Belo Horizonte in southeastern Brazil incorporated urban agriculture into the municipal food system, and this became the model from which the Zero Hunger policy was developed (Gopel 2009)* (HAMILTON *et al.*, 2014, p. 56).

Como já pontuado anteriormente, a trajetória de institucionalização da agricultura urbana no âmbito governamental tem interfaces com as dinâmicas de organização social, em um movimento de retroalimentação. As ações desenvolvidas local ou regionalmente tendem a se conectar e buscar canais de expressão coletiva para fortalecer a temática da

agricultura urbana na agenda do governo nacional. Por outro lado, as ações promovidas pelo governo provocam novos processos locais ou regionais ou interferem em processos já em curso.

No Brasil, a organização de sujeitos coletivos no campo da agricultura urbana ainda é incipiente se comparada com outras temáticas, e mesmo a explicitação de quem são os sujeitos por trás das práticas de agricultura nos contextos urbanos e metropolitanos é um grande desafio, uma vez que não constam em estatísticas oficiais e apenas recentemente têm despertado interesse acadêmico. Essa lacuna tem sido, inclusive, identificada como um dos obstáculos no processos de formulação de marcos legais e normativos e de institucionalização de políticas públicas de promoção da agricultura urbana e mesmo gerado impasses na aproximação política com organizações representativas de agricultoras/es e trabalhadoras/es rurais. Nesses processos têm sido recorrentes as indagações sobre o perfil das/os "agricultoras/es urbanas/os", como se diferenciam de outros segmentos na agricultura, como se organizam e se fazem representar politicamente.

Por outro lado, há um movimento nacional de articulação da sociedade civil, que tem sido construído ao longo dos últimos 15-20 anos por organizações não governamentais atuantes principalmente no movimento agroecológico e da soberania e segurança alimentar no Brasil. Além da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), em Minas Gerais, organizações como a AS-PTA, no Rio de Janeiro; o CEPAGRO, em Santa Catarina; o Instituto 05 Elementos e o Instituto Polis, em São Paulo, têm protagonizado esses processos em suas regiões de atuação. Esse movimento de articulação tem início com a realização de intercâmbios nos territórios de atuação das entidades e com a participação das mesmas em eventos da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBBSAN), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Em vários desses eventos ocorreram atividades como oficinas e seminários temáticos sobre a agricultura urbana, propostas coletivamente por essas organizações.

Não necessariamente vinculadas a esses processos de articulação política mais ampla, são registradas iniciativas locais de associações de produtores, ervateiras, feirantes e horticultores urbanos e periurbanos em Brasília, Sete Lagoas-MG, Governador Valadares-MG, Salvador, Belém, Recife e Porto Alegre, em funcionamento há mais de 20 anos (FAO-MDS, 2011; SANTANDREU; LOVO, 2007).

A relação conflituosa com o MDS também provocou a necessidade de melhor

definição de canais de expressão coletiva das organizações e movimentos sociais em torno da agricultura urbana. Em novembro de 2012, como já mencionado, durante o III Seminário Latino Americano de Agricultura Urbana, em Brasília, pela primeira vez representantes de associações, grupos de agricultores/as urbanos/as, organizações, redes e conselhos que atuam na promoção da agricultura urbana e periurbana apresentaram uma carta coletiva com críticas e propostas para que fossem efetivados os espaços de participação social na construção da política de agricultura urbana.

Outra reivindicação foi a redefinição das condições de financiamento e acesso aos recursos públicos por parte da sociedade civil. Por um lado, questionava-se o direcionamento dos editais para governos municipais e estaduais e universidades e a desconsideração do conhecimento e das experiências acumuladas há anos pelas iniciativas populares e pelas ONGs. Por outro lado, criticava-se a incompatibilidade de critérios adotados nos editais com a realidade das/os beneficiárias/os (como exemplo, a exigência de documento de posse da área de produção) e o curto tempo dos projetos, insuficiente para fortalecer cadeias produtivas e a autonomia dos grupos. No mesmo sentido, em junho de 2013, durante o VII Encontro do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), as organizações se articularam para promover uma oficina temática integrada à programação do encontro e para cobrar esclarecimentos e um posicionamento do MDS frente à suspensão de novos editais e interrupção do diálogo com a sociedade[66].

No campo da institucionalização de políticas públicas federais voltadas para a agroecologia, também se observam outros esforços coletivos. Como exemplos recentes, algumas dessas organizações se mobilizaram para pautar a agricultura urbana no processo desencadeado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) para formulação de proposições políticas para as duas edições do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo 2013-2015 e 2016-2019).

Como parte dessa trajetória de movimentação para uma articulação nacional, redes e fóruns regionais têm sido criados, a exemplo da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana, em Belo Horizonte (AMAU)/MG, da Rede Carioca de Agricultura Urbana/RJ, do

[66] O FBSSAN articula pessoas, organizações, movimentos sociais e instituições de pesquisa dos campos da Saúde, Meio Ambiente, Nutrição, Direitos Humanos, Reforma Agrária, Agroecologia, Agricultura Familiar, Gênero, Economia Solidária, Educação Popular, entre outros. Luta por um sistema alimentar social e culturalmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável, trabalhando em várias perspectivas: produção, processamento, abastecimento e consumo de alimentos. Para mais informações, ver: http://www.fbssan.org.br/index.php?lang=pt-br.

Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo (MUDA, s.d.)/SP, do Movimento de Agroecologia Urbana de Natal (MAUN)/RN, indicadas nas FIG. 11a e 11b. Nesses territórios, além das organizações atuantes no movimento agroecológico e de grupos de agricultores, participam movimentos sociais rurais, movimentos urbanos, pastorais, grupos de consumo, estudantes, pesquisadores/as, entre outros.

Figura 11a - Redes brasileiras de agricultura urbana e agroecologia



Fonte: Rede CAU, MUDA SP e REGA.

Figura 11b - Redes brasileiras de agricultura urbana e agroecologia



Fonte: MAUN, acervo Grupo AUÊ!, REDE e CNAU.

Fruto dessa trajetória, em maio de 2014, durante o III Encontro Nacional de Agroecologia, foi criado o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), com uma base social mais ampliada, conformada por agricultoras/es familiares, representantes de povos de terreiro e de matriz africana, de comunidades indígenas, de movimentos em defesa da cultura alimentar, de movimentos populares urbanos, ativistas urbanas/os, estudantes, pesquisadoras/es e professoras/es (CNAU, 2014). Já em outubro de 2015 aconteceu o I Encontro Nacional de Agricultura Urbana, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O encontro, que teve como tema "Agroecologia e Direito à Cidade: Cultivando Saúde e Comida de Verdade", foi organizado pelo CNAU e contou com a participação de mais de 250 pessoas de 20 estados do Brasil[67]. A carta de criação do CNAU (2015) e a Carta Política do ENAU (CNAU, 2015) informam que se encontra em curso no Brasil a constituição de um movimento de articulação de experiências concretas, inseridas em seus territórios e integradas em outras redes e movimentos sociais que evidenciam as ameaças e conflitos vivenciados cotidianamente nos espaços urbanos, como se observa no seguinte trecho:

> Essas ameaças e conflitos têm suas raízes, principalmente, no projeto de mercantilização dos espaços urbanos que se dá em detrimento dos modos de vida locais e das formas de uso e ocupação protagonizados pelas/os protagonistas de lutas e mobilizações que convergem com a agricultura urbana. Nesse sentido, repudiamos o processo de mercantilização da natureza e das relações sociais nas cidades, que impacta diretamente a qualidade de vida, a relação com o território e o acesso ao alimento de qualidade. Não aceitamos o pacote tecnológico oferecido pelo agronegócio, totalmente inadequado para o ambiente urbano. Combatemos a especulação imobiliária e a política de remoções que promovem a exclusão social e que dificultam e impedem o acesso aos recursos naturais pelas populações nas cidades. [...] No espírito de convergências que marcou este encontro e que caracteriza as experiências de agricultura urbana, reivindicamos que os princípios da função social da propriedade e do direito humano à alimentação adequada, que constam da Constituição Brasileira, sejam cumpridos. [...] Nossas experiências apresentam um conjunto de propostas para dialogar sobre os modelos de cidade e os modelos de agricultura e alimentação que queremos para a construção de uma sociedade mais justa e atenta às transformações que estão acontecendo em nossos territórios (CNAU, 2015).

Em síntese, no contexto brasileiro, o recente processo de criação de marcos normativos específicos e de elaboração de políticas públicas voltadas para a promoção da

---

[67] http://www.enau.org/
https://www.facebook.com/cnagricurbana/?fref=photo

agricultura urbana tem resultado em mais produção de conhecimento e visibilidade da agricultura urbana na agenda pública. Entretanto, os avanços observados estão marcados pelos esforços empreendidos por algumas organizações da sociedade civil para que sejam criados incentivos e condições para a ampliação e fortalecimento das práticas de agricultura urbana e de seus sujeitos em seus territórios. Essas organizações identificam-se na frágil institucionalização da agricultura urbana, nos avanços pontuais e no não reconhecimento formal da agricultura urbana pelos diferentes setores e esferas governamentais, fatores que contribuem para a invisibilidade e informalidade das práticas existentes e para que as/os produtoras/es continuem desenvolvendo suas atividades sem fomento, sem assessoria técnica, sem crédito ou outros serviços.

Dessa forma, a crescente visibilidade da agricultura urbana somada às dificuldades enfrentadas na interlocução com o poder público e à emergente aproximação com outros movimentos sociais e suas bandeiras de luta tem ajudado a politizar o movimento pela agricultura urbana, que se encontra em formação no Brasil. De um lado, esse movimento tem buscado dar visibilidade e salientar a relevância social, ambiental e econômica das agriculturas há anos praticadas nas cidades pelas pessoas e organizações sociais, com seus próprios recursos. De outro lado, tem cobrado do Estado a formulação e implementação de marcos legais e políticas intersetoriais, com controle social e orçamento próprio.

1.4 Um conhecimento em construção

Na perspectiva da produção do conhecimento sobre a agricultura urbana no Brasil, parece haver uma tendência de crescimento no número de trabalhos publicados a partir de 2004, que coincide com o início da implementação de políticas públicas e liberação de recursos financeiros pelo Governo Federal para promoção da agricultura urbana (CASTELO BRANCO; ALCÂNTARA, 2011).

O cultivo da terra e a produção de alimentos na cidade certamente antecedem a recente trajetória de institucionalização da agricultura urbana, seja pelo poder público, seja por organizações da sociedade civil no Brasil. Além disso, as iniciativas de criação de políticas públicas e de projetos de organizações sociais no nível local antecedem o reconhecimento da agricultura urbana na agenda do governo federal e a movimentação para a articulação da sociedade civil no âmbito nacional (ALMEIDA; MORAIS; PAIXÃO, 2012; FAO-MDS, 2011; SANTANDREU; LOVO, 2007).

Entre o conhecimento recentemente produzido, encontram-se publicações de artigos, teses e dissertações em diferentes regiões do Brasil e em diferentes campos disciplinares (ainda que não se observe uma trajetória de estudos consolidada sobre a agricultura urbana em algum desses campos)[68] e alguns raros esforços de sistematização que buscaram fornecer uma visão geral da agricultura urbana no país. Em 2007, Carvalho e Knauss organizaram o livro "Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual", apresentando três textos que contextualizam o debate internacional sobre a temática e enfocam as dimensões econômica e tecnológica, além de seis textos sobre iniciativas em curso nas cidades de Belo Horizonte, Governador Valadares, Rio de Janeiro e São Luís.

Já Castelo Branco e Alcântara (2011) fizeram uma compilação da literatura especializada e de notícias jornalísticas sobre hortas urbanas e periurbanas, utilizando como palavras-chave "hortas urbanas", "hortas comunitárias", "hortas periurbanas", "quintais", "agricultura urbana" e "agricultura periurbana"[69]. Entre 1996 e 2010 foram levantadas 191 publicações, sendo 84 trabalhos em encontros e congressos, 43 artigos em revistas indexadas e não indexadas, 27 capítulos de livros, 14 teses e monografias, 11 relatórios técnicos, cinco boletins técnicos, quatro leis e três projetos de lei referentes ao tema. Os relatos de experiências de hortas urbanas e periurbanas referem-se a cidades de 15 estados brasileiros, com destaque para os estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro e Piauí (CASTELO BRANCO; ALCÂNTARA, 2011, p. 422)[70].

A já mencionada publicação resultante da pesquisa financiada pelo MDS em 2006 é uma referência importante à agricultura urbana no Brasil, pois aborda amplo panorama de iniciativas de agricultura urbana identificadas nas 11 regiões metropolitanas pesquisadas, sendo aqui apresentados alguns dados gerais e análises referentes a 635 iniciativas desenvolvidas em 52 municípios diferentes e dados mais detalhados sobre 160 delas (SANTANDREU; LOVO, 2007)[71].

---

[68] As teses e dissertações sobre agricultura urbana identificadas ao longo desta pesquisa podem ser encontradas em: https://aueufmg.wordpress.com/biblioteca/monografias-dissertacoes-e-teses/.

[69] As autoras utilizaram como fontes de pesquisa as bases de dados disponíveis em www.google.com.br, www.scielo.com.br, www.periodicos.capes.gov.br e Plataforma Lattes do CNPq e consideraram 1996 como marco inicial da compilação por identificarem naquele ano a primeira referência sobre o tema.

[70] A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) disponibiliza, em sua base de dados *online*, diversos títulos relacionados a esta temática, além de materiais produzidos por pesquisadoras/es da própria instituição sobre metodologias de trabalho e orientações técnicas para o planejamento e funcionamento de sistemas de produção em áreas urbanas. http://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/?initQuery=t .

[71] Na primeira etapa da pesquisa foram registradas 635 iniciativas de AUP. Entre elas, 537 têm como uma de suas atividades a produção, coleta ou extrativismo vegetal, 109 a produção animal, 12 a produção de insumos, 248 as atividades de comercialização (a maior parte combinada com autoconsumo), 66 a transformação e 175 atividades de serviços. Como a maior parte das iniciativas listadas combina mais de um

A maioria das experiências pesquisadas localizavam-se nas capitais das 11 regiões metropolitanas (62%) e nas regiões Sul e Sudeste (59%). Entre as 160 experiências enfocadas, 53% desenvolviam mais de um tipo de atividade, combinando a produção com a comercialização, a transformação e/ou a oferta de serviços (como capacitação, pesquisa ou micro crédito); 41% combinavam produção e comercialização; e somente 2% desenvolviam as três atividades. As trocas e doações da produção foram frequentemente citadas e o agroextrativismo e a coleta foram destaques importantes, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste.

Em relação ao perfil socioeconômico das/os agricultoras/es, os dados revelam uma diferenciação entre os participantes, dependendo do tipo de iniciativa. Nas atividades desenvolvidas em espaços intraurbanos e apoiadas por programas governamentais (especialmente os vinculados ao programa Fome Zero, mas também por iniciativas dos governos locais), bem como por algumas organizações da sociedade civil como a Pastoral da Criança e ONGs, predominam as mulheres de baixa renda e baixo nível de escolaridade. Já nas atividades desenvolvidas em áreas periurbanas prevaleciam, de modo geral, homens de renda média e alta, com inserção no mercado, ainda que nos assentamentos, na prática do extrativismo e na pesca tradicional predominasse o baixo nível de renda. Os resultados da pesquisa indicam particularidades na formação e capacidade de mobilização social e política de participantes de experiências promovidas pelos movimentos sociais urbanos e rurais (formados por mulheres e homens com renda baixa e média, nível educacional baixo e médio), assim como a expressiva presença de participantes negras/os no Norte e Nordeste (em geral associada às experiências dos quilombos). Na maioria dos casos, nem os atores locais que promovem essa prática, nem as pessoas que praticam a agricultura, se denominam como agricultores e agricultoras urbanas.

A investigação da legislação considerada no documento como de relevância casual, setorial e específica da AUP[72] não identificou, na maioria nos municípios estudados,

---

tipo de atividade, o número total de iniciativas não confere com a soma do número de iniciativas por tipo de atividade (SANTANDREU; LOVO, 2007).

[72] *Legislação de relevância casual para a AUP:* inclui as leis que regulamentam o uso do solo e o planejamento municipal – p.e., os planos diretores, estratégicos, o zoneamento do solo municipal, com fins cadastrais e tributários, etc. Respondem a uma visão de desenvolvimento municipal anterior ao atual desenvolvimento teórico e prático da AUP. *Legislação setorial relacionada à AUP*: inclui um conjunto de leis que promovem temas como a segurança alimentar e nutricional, a promoção da agricultura, os sistemas de abastecimento de alimentos ou serviços públicos de saúde. *Legislação específica de AUP*: leis que criam programas de AUP, promovem espaços de cogestão com diferentes atores, outorgam incentivos fiscais para o desenvolvimento da atividade, estabelecem critérios específicos para o uso do solo ou água para a AUP, etc. Esta legislação é bastante recente e orienta-se a promover a atividade de forma específica (SANTANDREU; LOVO, 2007).

marcos legais específicos para a agricultura urbana; mas também não verificou grandes impedimentos a essa atividade. Entretanto, foram mencionados marcos legais e normativos e alguns programas de hortas comunitárias em atividade por mais de 20 anos, coordenados por prefeituras municipais[73]. As iniciativas institucionalizadas identificadas na pesquisa eram mais recentes se comparadas com o tempo de existência de experiências desenvolvidas pela sociedade civil. Adicionalmente, foi registrado que as experiências financiadas pelo Governo Federal (em especial pelo MDS) tinham menos de dois anos de existência e aquelas promovidas e financiadas, total ou parcialmente, pelos governos municipais tinham menos de quatro anos (as informações foram levantadas entre 2006 e 2007).

As análises sobre os marcos institucionais de implementação das políticas e sobre a aplicação da legislação existente identificaram a preponderância de ações isoladas, desarticuladas e superpostas, executadas por grande diversidade de secretarias municipais (ex.: segurança alimentar; abastecimento, meio ambiente; trabalho; desenvolvimento e inclusão social; ciência, tecnologia e desenvolvimento). A minoria de casos conta com coordenações ou gerências específicas para a gestão de programas e projetos de agricultura urbana e periurbana. Em geral, os incentivos às chamadas "hortas escolares", "hortas em quintais" ou "hortas comunitárias" acontecem de forma isolada e não exploram as múltiplas dimensões e funções da agricultura urbana e sua inserção no planejamento urbano. Há uma variedade de "portas de entrada" da temática da agricultura urbana nas administrações públicas que evidenciam o caráter intersetorial da agricultura urbana e periurbana e a necessidade de coordenação entre setores e instâncias para potencializar os recursos mobilizados e efetividade das ações realizadas.

O estudo indicou desafios materiais tanto por quem pratica, como por quem apoia a agricultura urbana nas 11 regiões estudadas, como o acesso à terra; a disponibilidade e acesso à água de qualidade; o acesso a sementes e mudas; a assessoria técnica qualificada para as especificidades dos sujeitos e dos contextos urbanos; o apoio governamental nas diferentes etapas da cadeia produtiva. Mas desafios mais subjetivos também foram enfatizados, como a desvalorização da prática da agricultura em geral, historicamente estigmatizada no Brasil; o desconhecimento, por parte do poder público, da realidade da

[73] Foi encontrada alguma legislação específica nos municípios de São Paulo, Brasília e Maracanaú/Fortaleza e no estado de Minas Gerais com uma lei estadual. Em apenas duas cidades (Curitiba e São Paulo) foram identificados programas municipais mais estruturados. Programas antigos de hortas comunitárias são mencionados em Sete Lagoas/MG, Teresina/PI, Curitiba/PR, Contagem/MG, Lauro de Freitas/BA, Petrolina/BA, Juazeiro/BA (CASTELO BRANCO; ALCÂNTARA, 2011, p. 424; FAO-MDS, 2011, p. 9).

agricultura urbana e das interfaces possíveis com as políticas setoriais existentes nas cidades; a invisibilidade da atividade agrícola nos planos diretores que, via de regra, não caracterizam e não definem espaços urbanos para o cultivo agrícola nos municípios. A realização de mais pesquisas articuladas às particularidades locais e associadas a campanhas de divulgação das informações sobre a realidade da agricultura urbana nos municípios foi outra das necessidades levantadas.

Analisando a bibliografia disponível sobre a agricultura urbana no Brasil, Castelo Branco e Alcântara (2011) notam que predominam os relatos e análises sobre avaliação de projetos e programas institucionais executados por organizações locais, por ONGs, por universidades e por governos locais, que abordam os benefícios e desafios para a manutenção e continuidade dos projetos e enfatizam aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais das iniciativas de agricultura urbana.

Nesse sentido, é importante reconhecer duas vias distintas para a análise da agricultura urbana: as práticas espontâneas, que fazem uso de recursos locais próprios; e a agricultura urbana institucionalizada nas e pelas políticas públicas, seja no âmbito municipal, estadual ou federal e por outras organizações sociais (COUTINHO, 2010; COUTINHO; COSTA, 2011, p. 95). Observa-se que, ainda que predominem, na literatura, análises sobre as iniciativas institucionalizadas, alguns estudos que tratam dos quintais produtivos e da manutenção da atividade agrícola como uma estratégia de reprodução de famílias em diferentes contextos urbanos indicam ser essa prática uma realidade muito mais presente nos municípios brasileiros do que foi registrada e estudada até o momento[74].

Uma leitura transversal da bibliografia brasileira sugere que estudos realizados em distintos campos disciplinares possibilitam múltiplos ângulos e conteúdos para a análise da agricultura urbana no Brasil. Pesquisas sobre a agricultura urbana com origem na

[74] Arruda (2006; 2011) analisa o perfil dos participantes e a gestão do Programa de Hortas Comunitárias em Campinas e o papel da agricultura urbana na reprodução das famílias envolvidas em três grupos atuantes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Fernandes (2008) trata das transformações no espaço rural na porção sul do município de São Paulo e do processo da reprodução de pequenos agricultores no espaço metropolizado paulistano. Nolasco (2009) estuda a dimensão ecológica da agricultura urbana, nas áreas intra e periurbanas de Juiz de Fora-MG, e propõe uma categorização dos participantes de iniciativas institucionais, mas também envolvidos com a produção comercial e o cultivo em quintais. Vinholi e Martins (2012) discutem dados empíricos sobre a associação das práticas de agricultura urbana na cidade de Itajaí-SC aos processos de êxodo rural e identidade cultural. Prado (2012) discute a construção de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura pelos agricultores do Maciço da Pedra Branca na cidade do Rio de Janeiro. Borges (2013) analisa as os impactos das transformações socioeconômicas do espaço das hortas na vida dos(as) agricultores(as) de três grupos comunitários de Belo Horizonte-MG. Ferrareto (2015) examina a prática da produção agrícola a partir do Programa Lavoura da Prefeitura de Curitiba-PR e suas múltiplas funções tanto na vida das pessoas que a praticam, bem como um instrumento de política pública de caráter intersetorial.

Agronomia e na Economia agrícola enfocam os sistemas produtivos, técnicas de manejo adequadas aos contextos urbanos, riscos associados à poluição urbana e à contaminação dos recursos utilizados na produção agrícola e a relação com os mercados, aportando informações importantes sobre a produção e o acesso a alimentos pela população urbana. As análises oriundas da Sociologia e Antropologia rural visam aos modos de vida, aos conflitos socioambientais, diferentes formas de resistência e integração das famílias de origem rural no meio urbano. Enfoques ligados à Geografia rural incorporam o território e outras categorias de análise e sua representação espacial. Na Arquitetura e Urbanismo privilegiam-se o potencial paisagístico e estético da agricultura urbana e suas funções urbanas ligadas à saúde ambiental, à qualificação de espaços degradados, à ampliação de áreas verdes, entre outros aspectos compreendidos em um campo mais amplo de debates que discute a relação entre a questão ambiental e a sustentabilidade urbana.

Em síntese, as informações e análises contidas no "Panorama" e nos artigos, dissertações e teses publicados no Brasil confirmam algumas características das práticas de agricultura urbana registradas na literatura internacional consultada, como o que se convencionou chamar de heterogeneidade e multifuncionalidade. Indicam que a agricultura urbana é uma realidade presente em diferentes centros urbanos e em diferentes regiões do Brasil, insuficientemente estudada e compreendida, o que contribui para sua invisibilidade e das pessoas que a praticam. Afirmam que são escassos os marcos legais e as políticas públicas específicas, bem como é frágil a articulação com outras políticas públicas setoriais nas cidades, favorecendo a informalidade e falta de apoio a essa atividade. Concentram-se em estudos de caso e em alguns campos disciplinares como Agronomia, Sociologia rural, Geografia rural e Arquitetura, sinalizando a relevância de se incentivar e desenvolver novas e outras abordagens que contemplem as múltiplas dimensões da agricultura urbana e sua relação com as dinâmicas territoriais urbanas.

Por outro lado, no mesmo sentido da argumentação de Tornaghi (2014b, p. 4-5) sobre a bibliografia disponível acerca da agricultura urbana no hemisfério norte, no Brasil a agricultura urbana permanece como um tema "marginal e quase inexplorado" na Geografia humana e urbana[75]. Além disso, certos enfoques teóricos e conceituais adotados nos estudos no Brasil podem gerar um confinamento dos conhecimentos produzidos em

[75] No caso do Brasil, essa visão também é apontada por Coutinho (2011, p. 187): "a bibliografia existente, amplamente disponível na internet, é constituída basicamente por estudos de casos descritivos que contribuíram pouco para aprofundar a abordagem pretendida pela pesquisa e criar os nexos entre as leituras diversas e o tema tratado".

cada campo disciplinar e conduzir a simplificações e fragmentações na análise sobre a agricultura urbana no Brasil. Nesse sentido, pode-se dizer que esta pesquisa tem a intenção de contribuir para diminuir esse isolamento disciplinar e conceitual.

1.5 Diferentes percepções acerca da agricultura urbana

O conhecimento produzido e divulgado pelas organizações internacionais tem repercutido no Brasil por meio da implementação de projetos locais e da realização de eventos para o debate e formulação de políticas promovidas por organizações da sociedade civil e pelo poder público, e mais recentemente nas pesquisas feitas nas universidades.

No Norte Global, há significativo campo de estudos e produção de conhecimento sobre a agricultura urbana, percebido pela disponibilidade de bibliografia e publicações de referência; pela existência de programas de ensino e pesquisa sobre o tema em universidades; pelas conexões estabelecidas entre pesquisadores/as de diferentes países e as organizações internacionais que buscam inserir a temática na agenda do desenvolvimento tal como concebido por essas agências. Além disso, há grande variedade de sítios eletrônicos, livros e revistas que tratam de relatos de experiências; e também aspectos técnicos da produção agrícola urbana e ferramentas de planejamento urbano para a promoção da agricultura urbana. Por outro lado, abordagens mais críticas identificadas em uma literatura internacional recente sobre esta temática, bem como na pauta de algumas organizações e movimentos sociais, ampliam esse debate, proporcionam outras leituras a partir do viés analítico da justiça social (e dos conflitos por terra e outros elementos da natureza necessários à prática da agricultura) e da luta política cotidiana pela apropriação dos meios de produção e reprodução nas cidades.

Como expressão de um campo ganhando visibilidade, o termo agricultura urbana tem sido cada vez mais utilizado em diferentes situações no Brasil, seja na mídia, no discurso popular ou acadêmico, sem que necessariamente seus significados potenciais sejam explicitados. No diagrama apresentado na FIG. 12, busco representar a repercussão do conhecimento produzido e divulgado pelas organizações internacionais no Brasil por meio da implementação de projetos locais e da realização de eventos para o debate e formulação de políticas promovidas por organizações da sociedade civil e pelo poder público, e mais recentemente nas pesquisas feitas nas universidades. Ainda conforme apresentado na seção anterior, também confluem para a construção do campo da agricultura urbana no Brasil, processos de formulação de políticas públicas e dinâmicas de

organização social locais e nacionais, nos quais é possível perceber que existem diferentes percepções sobre a agricultura urbana em curso no Brasil.

Figura 12 – Agricultura urbana no Brasil: um campo em construção



Tal como indicado no caso de Toronto, a variedade de termos registrados nos espaços de debate acadêmicos e políticos, em que a agricultura urbana tem sido tema de discussão no Brasil e em Minas Gerais, também é um sinal de que existem hoje diferentes pontos de vista sobre essa prática social.

Faço a seguir algumas considerações iniciais sobre a utilização dessas diferentes expressões, antecipando algumas questões que serão desdobradas nos próximos capítulos e esclarecendo os termos adotados nesta tese.

Nos eventos mais diretamente relacionados à formulação de políticas públicas de agricultura urbana, observa-se o uso recorrente da expressão *agricultura urbana e*

periurbana. A assimilação do adjetivo "periurbana" amplia a associação da agricultura urbana ao entorno das cidades para além dos espaços intraurbanos e põe em evidência as fronteiras da extensão do espaço urbano-industrial. Sua utilização parece estar influenciada pela repercussão, no Brasil, do enfoque institucional adotado por organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) e a Rede Internacional de Centros e Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (Fundação RUAF). Entretanto, nesse enfoque prevalece uma referência ao urbano ou periurbano como uma localização das práticas no espaço, mais do que sua relação com a dinâmica do processo de urbanização.

Nas discussões mais recentes na RMBH, parece haver mais adesão à expressão *práticas agrícolas ou agriculturas na região metropolitana*. O uso dessa expressão tem permitindo ampliar os interlocutores, estabelecer um campo convergente de reflexão e de possibilidades de articulação em torno de uma agenda política sobre a agricultura na região, por explicitar o território comum onde essas mesmas práticas se inserem e remetem ao universo do vivido, das práticas concretas, e não apenas a iniciativas de institucionalização.

Entretanto, assim como a incorporação do adjetivo periurbano, o uso dessa expressão não altera significativamente os debates e a compreensão das práticas agrícolas como parte do urbano ou como as mesmas se inserem na produção do espaço. Ao contrário, tem oferecido uma "solução" alternativa para evitar conflitos e se esquivar do debate sobre eventuais contradições teóricas e conceituais associadas a diferentes concepções acerca das relações rural-urbano no mundo contemporâneo e que serão aprofundadas posteriormente neste estudo.

Em contrapartida, observa-se um estranhamento e alguma resistência ao uso da expressão agricultura urbana por pesquisadoras/es, militantes e organizações que têm uma trajetória de atuação ligada à questão agrária e ao desenvolvimento rural. Um argumento é que a utilização do adjetivo "urbana" excluiria um conjunto significativo de sujeitos e práticas (assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, agricultoras/es familiares) que estão normalmente associados a uma agenda política e de pesquisa de reafirmação do rural e das ruralidades. Esses mesmos agentes reconhecem as especificidades das relações estabelecidas entre esses grupos sociais e os territórios urbanos, assim como a fragilidade da sua articulação e expressão política frente ao Estado e aos interesses econômicos hegemônicos. Em alguns casos, curiosamente, a expressão *agricultura metropolitana* tem mais aceitação como uma pauta possível para fomentar alianças e ações coletivas entre

esses sujeitos, mas não a *agricultura urbana*. Essas posições parecem reforçar concepções de cidade como ambiente construído e artificial, como impossibilidade ou como entrave ao desenvolvimento de formas culturais que se diferenciam da dinâmica do mercado e do capital (ALMEIDA; COSTA, 2014; COUTINHO; COSTA, 2011). Nessas perspectivas, o urbano parece ser concebido como um adjetivo de lugar e não como substantivo ou uma forma de reprodução social na qual prevalecem hoje relações urbano-industriais. Por isso, talvez, o termo metropolitano, também visto como um adjetivo, seja compreendido como mais abrangente.

A situação de agricultores/as familiares que se encontram dentro dos perímetros urbanos dos municípios é especialmente referenciada nesses debates, uma vez que a localização da unidade produtiva na zona rural dos municípios tem sido um dos critérios de identificação utilizados para o acesso aos programas da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (PRONAF)[76]. Nessas discussões, o termo *agricultura familiar urbana* tem sido utilizado como uma forma de enfatizar uma condição específica de agricultores familiares, estes sim, em última análise, vistos historicamente como o objeto de estudo e de lutas por políticas agrárias mais justas no contexto brasileiro.

Quando articuladas ao movimento agroecológico ou ao movimento ambiental, as práticas agrícolas urbanas são frequentemente reconhecidas como *agricultura ecológica na cidade* ou como práticas de *agricultura orgânica*, bem como de *permacultura urbana*, o que as qualifica frente aos diferentes paradigmas de agricultura em disputa na sociedade atual. Entretanto, como de modo geral, esses movimentos estão centrados na construção de uma plataforma política para o desenvolvimento rural, em outras bases que não a agricultura industrial e o agronegócio, sua articulação com a realidade metropolitana e os sujeitos e grupos que aí se encontram é ainda pontual. Assim, por essa ótica, esses posicionamentos podem reforçar o sentido da localização das práticas **na** cidade mais do que sua problematização como práticas **da** cidade. Já a identificação de experiências como paisagens comestíveis, hortas verticais e jardins produtivos, entre outras denominações, são usualmente utilizadas em iniciativas de melhorias urbanísticas associadas à questão alimentar e à questão ambiental.

Na perspectiva da tradução, que integra o referencial conceitual e metodológico

[76] Outros critérios adotados são a renda total, a porcentagem da renda originada na atividade agrícola, o tamanho da unidade produtiva e a mão de obra empregada. Há mudanças recentes na interpretação desse marco legal a partir de uma portaria publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que serão abordadas na seção “A agricultura familiar no Brasil” no próximo capítulo.

desta tese, colocar em debate os sentidos implícitos e explícitos de cada um desses termos e expressões é uma oportunidade de cultivar coletivamente o conceito da agricultura urbana. Na RMBH, debates realizados no âmbito do Grupo AUÊ!, da AMAU e no Projeto do Macrozoneamento Metropolitano têm propiciado também identificar o que une e o que separa os diferentes posicionamentos, bem como explorar cenários possíveis para a agricultura urbana como um novo campo de estudos e como um campo de articulação política.

Neste trabalho, justifico a opção de manter o termo *agricultura urbana*, com o intuito de dar visibilidade a uma temática que, no meu entendimento, tem provocado ao mesmo tempo o interesse, o estranhamento e a aproximação entre *universos paralelos* na organização política da sociedade e das políticas públicas, do mesmo modo que tem instigado a exploração de interfaces e lacunas entre os conhecimentos disciplinares acadêmicos. Optei por não utilizar o termo "agricultura urbana e periurbana", entendendo que o mesmo sugere associar o "urbano" ao ambiente construído, enfatizando o aspecto da localização das práticas, e porque a perspectiva teórica adotada nesta tese privilegia uma problematização maior da relação entre a agricultura e a produção do espaço urbano, que será explicitada no capítulo 3.

É importante esclarecer, ainda, que assumo como pressuposto um entendimento da agricultura como uma ampla prática social e que quando utilizo genericamente esse termo no texto estou me referindo a um conjunto abrangente de atividades que se referem ao cultivo de plantas alimentares, não alimentares e medicinais, à criação de animais, à atividade da pesca, ao extrativismo e manejo da biodiversidade, assim como outras atividades relacionadas ao processamento, trocas e comercialização desses produtos.

Busco também evitar no texto a referência a "práticas de agricultura urbana", para não reforçar a ideia de que há um tipo padrão de agricultura urbana ou um conjunto de tipos de atividades agrícolas que podem ser agrupados em oposição a outros tipos, como "a" agricultura rural ou "a" agricultura periurbana. Como já mencionado anteriormente, considero esses termos imprecisos, pois "o rural" e "o periurbano" e as práticas agrícolas encontradas nos territórios assim identificados também são heterogêneos e sua conceituação permanece objeto de diferentes entendimentos. No limite, essa noção de contraposição conduz a infrutíferas discussões sobre o que é e o que não é uma "prática de agricultura urbana". Dessa forma, ao tratar das experiências e práticas concretas no texto, em geral, faço referência às "práticas agrícolas ou de agricultura" ou às "agriculturas" em cenários urbanos e metropolitanos.

O termo “agricultor/a urbano/a” tem sido utilizado genericamente para se referir a pessoas que se dedicam ao cultivo agrícola e à criação de animais nas cidades. Contudo, essa denominação tem sido questionada por algumas/ns autoras/es por ser uma representação externa (construída de “fora pra dentro”), pelo risco de falseamento de uma suposta identidade coletiva ou por distinguir, com objetivos políticos, os participantes de projetos institucionais entre o anonimato da população marginalizada da cidade. Via de regra, quando entrevistados, esses sujeitos não se denominam “agricultoras/es urbanas/os”, sendo registradas como exceções as situações nas quais se vinculam a iniciativas organizadas pela sociedade ou pelo Estado (BRAND; MUNOZ, 2007; COUTINHO, 2010; FERRARETO, 2015; SANTANDREU; LOVO, 2007; VINHOLI; MARTINS, 2012).

Em concordância com o cuidado sugerido por essas/es autoras/es, também optei por evitar utilizar o termo “agricultor/a urbano/a”. Entretanto, entendo ser oportuno manter uma perspectiva aberta para a possibilidade de (auto)identificação de um conjunto de sujeitos como “agricultoras/es urbanas/os”, contanto que seu reconhecimento pelo conjunto da sociedade e pelos formuladores de políticas esteja atrelado a movimentos autônomos de construção do seu protagonismo e expressão política.

A temática da agricultura urbana abrange um conjunto muito heterogêneo de práticas agrícolas hoje presentes em diferentes contextos urbanos e metropolitanos e as introduz no campo político como objeto de ações, argumentações e estratégias distintas de organizações e movimentos sociais, empresas e setores de governo[77]. De modo geral, essas práticas concretas foram e são invisibilizadas no processo de urbanização capitalista e de produção do saber formal, ao serem consideradas como experiências frágeis, localizadas ou irrelevantes, nos termos de Boaventura de Sousa Santos (2008). Contribuem para essa invisibilidade a noção de modernidade associada à sociedade urbano-industrial e a associação do rural e do agrícola como formas sociais atrasadas e residuais. Como uma zona de fronteira entre teorias e práticas sociais, a agricultura urbana pode ser entendida como uma temática marginal e periférica ou como uma temática integradora, capaz de tornar campos potentes mais permeáveis a outros campos e saberes. Nesse sentido, maior visibilidade da agricultura urbana pode contribuir para que as práticas agrícolas urbanas e seus sujeitos estejam inscritos no bojo de um conjunto de transformações e formas alternativas de pensar o mundo, as relações sociais, as formas de produzir espaço, que têm recuperado a importância de práticas tradicionais como formas contemporâneas de

[77] Contribuição de Henri Acselrad na ocasião da banca de qualificação.

produção e proteção de bens comuns, mas também reivindicam a cidade como obra coletiva.

Entretanto, é preciso ter cautela para que a agricultura urbana não saia da condição da invisibilidade em direção a um discurso ingênuo de defesa dos seus benefícios. Tal como argumentado por Tornagui (2014a) e McClintock (2014), é necessário avançar na compreensão das contradições internas da agricultura urbana para melhor explorar seu potencial transformador, para identificar potenciais injustiças e para superar os obstáculos para a expansão das práticas agrícolas nos contextos urbanos.

É a partir desse enfoque que argumento sobre a importância de se consolidar um campo de estudos e ação no Brasil que traga mais complexidade a esse debate e à construção de um referencial político e conceitual da agricultura urbana. Neste sentido, a integração entre o conhecimento produzido pelos diferentes campos disciplinares, bem como entre o conhecimento formalmente produzido na esfera acadêmica e o saber construído na prática cotidiana dos movimentos e organizações sociais mostra-se necessária para a compreensão das diferentes visões de mundo e de sociedade que esta temática enseja.

Como um espaço de reflexão sobre o que está acontecendo hoje no país e sobre a relação com as dinâmicas e tendências internacionais, a atividade acadêmica pode também contribuir para se avançar na (auto)organização dos sujeitos das práticas agrícolas urbanas, na apropriação dessa problemática pelos movimentos sociais já consolidados e no reconhecimento institucional dessa prática social pelo Estado. Com a intenção de contribuir nesse processo, exploro nos próximos capítulos algumas conexões entre a agricultura urbana e o debate conceitual sobre a agroecologia, a ecologia política e a produção do espaço urbano no Brasil, bem como uma leitura dessas conexões conceituais com a *práxis* recente do planejamento territorial da RMBH.

CAPÍTULO 2 – DE QUAL AGRICULTURA ESTAMOS FALANDO?

2.1 A crítica à agricultura industrial[78]

No contexto brasileiro, a compreensão das agriculturas presentes nos espaços metropolitanos, bem como a construção de um referencial conceitual crítico e sensível da agricultura urbana, deve ser contextualizada em uma esfera mais ampla de debates políticos e conceituais que problematizam as concepções de agricultura e os modelos de sistema agroalimentar em disputa no mundo atual.

Ao longo das últimas décadas, observa-se uma trajetória internacional de pesquisas e movimentos sociais que expõem as causas estruturais da insustentabilidade do enfoque técnico e da perspectiva econômica da agricultura industrial difundidos pela chamada modernização da agricultura, assim como explicita as conexões entre esse paradigma e a crise socioambiental vivenciada pelas sociedades contemporâneas[79].

Esses debates emergem com a reação à intensificação do processo de modernização da agricultura por meio da difusão do modelo da Revolução Verde nas décadas de 1960 e 1970[80]. A Revolução Verde caracteriza-se pela transposição da lógica da "industrialização" e do modo de produção capitalista para a agricultura e da busca do aumento da produtividade, por meio da difusão de um pacote tecnológico centrado em processos de crescente tecnificação da atividade agrícola, tais como a utilização de fertilizantes químicos, mecanização, agrotóxicos e "melhoramento de sementes". A hegemonia desse modelo resulta de alianças historicamente estabelecidas entre elites agrárias, agroindustriais e financeiras para viabilizar a difusão de padrões de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos controlados por grandes corporações empresariais (PETERSEN, 2009).

Atualmente, esse modelo se recicla sob o rótulo ideológico do agronegócio e aprimora estratégias de acumulação, ao incorporar novas técnicas (como os avanços nas

---

[78] Os termos agricultura industrial, agricultura moderna e agricultura convencional estão empregados indistintamente neste texto.

[79] Há expressiva bibliografia internacional e nacional disponível sobre a crítica a esse paradigma produtivo, como em Altieri (2012); Casado, Molina e Sevilla Guzmán (2000); Petersen (2009).

[80] As origens da Revolução Verde remontam aos anos 40 e 50, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a difusão de um conjunto de incentivos de políticas agrícolas nos Estados Unidos e Europa, e daí para os países em desenvolvimento. No caso da América Latina essa difusão foi apoiada pela ação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), que estimulou a industrialização da agricultura como meio para o desenvolvimento dos países do terceiro mundo e levou à ampliação da produção de *commodities* agrícolas, bem como do mercado consumidor de produtos da indústria.

áreas da biotecnologia agrícola e da nanotecnologia) e ao acentuar o controle dos complexos agroindustriais e dos bancos sobre o processo produtivo. O modelo do agronegócio representa uma versão neoliberal contemporânea da lógica técnico-econômica da Revolução Verde; "a versão mais acabada de um estilo de desenvolvimento orientado de fora para dentro, cujo traço mais característico é uma racionalidade econômica movida pelas expectativas de curto prazo para a recuperação do capital investido, em detrimento de quaisquer preocupações com o bem-estar social e com a integridade do meio ambiente" (PETERSEN, 2009, p. 7).

Esse modelo tem como consequências transformações profundas nas formas históricas de apropriação dos recursos naturais pela agricultura camponesa, tradicional e indígena e uma crise agrária e alimentar de múltiplas dimensões. Além da industrialização da agricultura e do ordenamento da produção e comercialização agrícola pelo mercado global, Ploeg (2009, p. 23) destaca como um terceiro fator da crise agrária:

> A reestruturação da indústria de processamento, de grandes empresas de comercialização e de cadeias de supermercados em impérios alimentares que exercem crescente poder monopólico sobre as relações que encadeiam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos [...] [que afetam] "a natureza da produção agrícola, os ecossistemas nos quais a agricultura está enraizada, a qualidade do alimento e as suas formas de distribuição.

Esta crise se interconecta com outras que se estimulam mutuamente e afetam o conjunto da sociedade: a crise energética, originada pelo esgotamento das reservas de petróleo, gás e carvão; a crise relacionada ao aquecimento global; a crise ambiental, decorrente da destruição dos recursos naturais renováveis, especialmente solo, água e biodiversidade; a crise associada ao esgotamento das reservas de fósforo, elemento essencial para os sistemas agrícolas convencionais; e a crise referente ao esvaziamento das zonas rurais e ao processo de urbanização (que vem destruindo culturas rurais preciosas para o futuro da humanidade e engrossando a marginalização social nas cidades) (WEID, 2009, p. 47).

Moreira (2000) identifica duas grandes vertentes críticas à Revolução Verde. Uma delas, mais presente nos países de capitalismo avançado, do Norte, está centrada em dimensões técnicas e existenciais no que toca à relação do ser humano com a natureza. A outra vertente, mais presente nos países periféricos, do Sul, articula a questão ambiental à dimensão da equidade social. Para Moreira, essas críticas indicam "os problemas que estas

práticas produtivas impõem à natureza e ao ecossistema", bem como ressaltam "o caráter concentrador de riquezas e de benefícios sociais a ela associado", gerando a busca de "tecnologias e práticas alternativas a esse padrão tecnológico, bem como de formas sociais produtivas de organização menos concentradoras" (MOREIRA, p. 39).

No Brasil, a difusão do modelo da Revolução Verde acontece na época da ditadura e de implantação de um modelo capitalista de industrialização dependente, no qual a produção agrícola se subordina aos interesses da burguesia industrial. Nesse modelo, a produção agrícola é organizada com base em uma aliança entre o latifúndio, a grande empresa agrícola, os complexos agroindustriais e o capital financeiro, sendo sustentada pelo tripé crédito, pesquisa e extensão garantidos pelo Estado. Essa aliança reafirmou a dominância histórica da grande propriedade patronal no meio rural brasileiro (precedida pela grande propriedade escravocrata), razão pela qual esse processo de industrialização da agricultura no Brasil é também denominado de *modernização conservadora*. Ressaltam-se também na literatura as relações de dependência que se estabelecem entre a agricultura e sistemas industriais oligopolizados, nas quais a indústria passa a fornecer bens de capital e insumos para a agricultura e também a processar a matéria-prima agrícola. A partir da década de 1990, com a submissão da economia brasileira ao modelo de acumulação hegemonizado pelo capital financeiro e internacionalizado, a organização da produção se renovou com o modelo do agronegócio, perpetuando a dominação das elites agrárias sobre o meio rural brasileiro, mas em uma condição de subordinação aos interesses das empresas transnacionais. A face mais visível do agronegócio, frequentemente divulgada nos veículos de comunicação, são os desertos verdes dos monocultivos e os latifúndios de criação de gado, voltados essencialmente para a exportação (GOMES DE ALMEIDA, 2009, p. 71; STÉDILE, 2009, p. 159).

Para Moreira (2000), as críticas ambientalistas à modernização tecnológica socialmente conservadora no Brasil centralizam-se na produção industrial e podem ser sistematizadas em três diferentes componentes. Em primeiro lugar, uma crítica da técnica questiona as relações sociedade e natureza e considera "a poluição e envenenamento dos recursos naturais e dos alimentos, a perda da biodiversidade, a destruição dos solos e o assoreamento de nossos rios" (MOREIRA, 2000, p. 44). Um segundo componente, de crítica social, remete à intensificação, a partir da Revolução Verde, das desigualdades e injustiças sociais que marcam a formação social brasileira. Segundo o autor, são bastante exploradas na literatura as consequências da elevada concentração da propriedade da terra e da forte exclusão social associadas a esse modelo, como o "empobrecimento,

desemprego, favelização dos trabalhadores rurais, êxodo rural urbano, esvaziamento do campo, sobre-exploração da força de trabalho rural, incluindo o trabalho feminino, infantil e da terceira idade" (MOREIRA, 2000, p. 45). Em terceiro lugar, uma crítica de natureza econômica ressalta a elevação dos custos produtivos desse modelo associada à conjuntura de esgotamento da matriz energética baseada no petróleo, ao uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos, bem como à deterioração dos recursos naturais (MOREIRA, 2000, p. 46).

Wanderley (2009) ressalta que o modelo adotado para a modernização da agricultura no Brasil no período do regime militar não era o único possível naquele momento. A opção política pela grande propriedade empresarial como forma de organização da produção agrícola foi determinada mais por motivações político-ideológicas e menos por argumentos técnicos ou econômicos[81]. Para sua legitimação, foi necessária a associação da agricultura camponesa ao atraso e à precariedade, incompatível com a ideologia do progresso que imperava naquele momento histórico. Na consolidação desse modelo, a autora atribui um papel decisivo da ideologia conservadora e das práticas autoritárias e repressivas dos governos militares, sendo necessária uma nova conjuntura histórica, iniciada com o processo de redemocratização para que outras e novas propostas pudessem ser discutidas na sociedade brasileira (WANDERLEY, 2014, p. 4).

2.2 A proposta agroecológica

Com as críticas ao processo de mercantilização e industrialização da agricultura, conformaram-se diferentes movimentos nacionais e internacionais em torno de formas não convencionais de agricultura e da superação do reducionismo paradigmático da ciência convencional que o fundamentava.

Entre essas trajetórias, ao longo das últimas décadas, a agroecologia consolidou-se como uma abordagem abrangente que visa contribuir, de modo mais amplo, para "refundar" a agricultura em bases sustentáveis e redirecionar o modelo de agricultura hoje dominante, que alterou a interação cultura-natureza nos processos de produção agrícola (CAPORAL; AZEVEDO, 2011, p. 47; PETERSEN, 2009, p. 11).

---

[81] Wanderley (2009, p. 36) faz uma referência à definição da política agrícola da França, em 1960, pela Lei de Orientação Agrícola, na qual o modelo ideal era "uma unidade de produção baseada na capacidade de trabalho de dois trabalhadores, numa clara referência à associação entre família e estabelecimento produtivo".

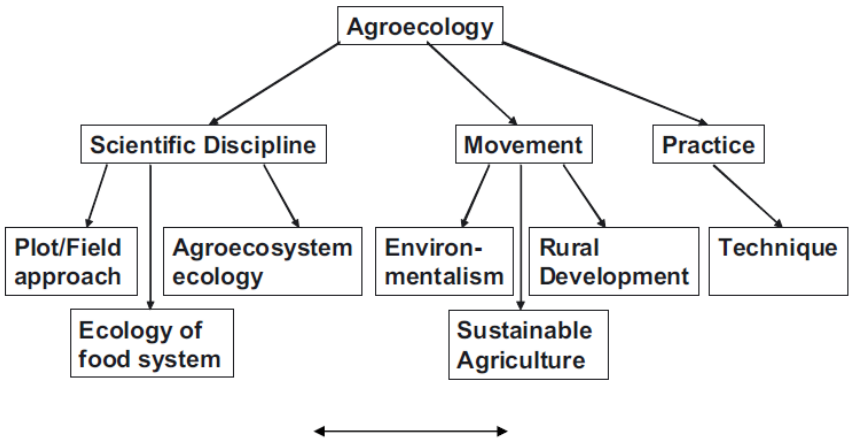
O potencial transformador da agroecologia pode ser apreendido por duas frentes complementares. Uma delas denuncia a lógica mercantil, produtivista e depredadora do modo capitalista de organização da produção agrícola e do sistema agroalimentar em geral. A outra anuncia as possibilidades de agriculturas diversas e formas distintas de organizar a produção e o consumo de alimentos a partir de um novo saber.

Os atuais debates em torno do conceito da agroecologia indicam que o mesmo encontra-se em construção. Existem, atualmente, diferentes vertentes analíticas na agroecologia que se articulam com o pensamento de determinados autores. Destaco duas perspectivas que orientam esta tese, por entender que abordam de forma complementar a proposta agroecológica. Uma primeira perspectiva tem como referências importantes os autores Miguel Altieri e Stephen Gliessman. Altieri (2012) é autor da primeira publicação mais sistemática sobre o tema: "Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa" (expressão modificada em uma edição posterior para agricultura sustentável), publicada no Brasil em 1989. Já Gliessman enfoca na conceituação da agroecologia a aplicação de princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis e a coevolução entre os sistemas naturais e sociais, tendo os seres humanos a capacidade de direcionamento dessa coevolução (GLIESSMAN, 2000).

Uma segunda perspectiva está relacionada a autores como Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel Gonzalez Molina, que contextualizam as origens da agroecologia dentro da evolução dos estudos sobre o campesinato. Esses autores enfatizam as formas de ação social coletiva de determinados setores da sociedade civil vinculados ao manejo dos recursos naturais e as propostas participativas de produção, circulação e consumo de produtos que se colocam como alternativas à atual crise civilizatória (CASADO; MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 2000).

Wezel *et al*. (2009) analisam a evolução de diferentes usos e sentidos do termo agroecologia e descrevem três definições principais: como uma disciplina científica, como um movimento político ou social e como um conjunto de práticas agrícolas. Os autores argumentam que especificidades da epistemologia e evolução histórica no contexto de cada país definem a fundamentação, o escopo e a validade do uso do termo e identificam a diversidade atual de tipos de significados de agroecologia, que podem ser observados no diagrama da FIG. 13.

Figura 13 – Diversidade de tipos atuais de significados de agroecologia



Fonte: Wezel *et al*. (2009)

Tomando como referência a análise desses autores, esta tese considera, de forma complementar, as três abordagens identificadas para a agroecologia - como ciência, movimento e prática – que convergem com a definição de agroecologia da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA):

> Um enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural e, a partir de um enfoque sistêmico – adotando o agroecossistema como unidade de análise –, apoiar a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentável (ABA, s/d).

Como uma perspectiva científica aberta a outras formas de produção de conhecimento, a agroecologia favorece a experimentação de novas tecnologias e metodologias, a interação entre pesquisadores/as e agricultores/as e o estabelecimento de dinâmicas sociais locais e regionais com o objetivo de inovar os processos de gestão de recursos de que os/as agricultores/as dispõem para redesenhar os sistemas produtivos. O agroecossistema, um dos conceitos-chave da agroecologia, enfoca o sistema agrícola desde uma perspectiva ecológica, como um ecossistema artificializado e complexo e que, por tratar-se de uma construção social, se configura como uma unidade de análise comum às várias disciplinas científicas. A adoção dos princípios agroecológicos introduz complexidade no redesenho de agroecossistemas e orienta processos produtivos e

estratégias de desenvolvimento e agriculturas mais sustentáveis, que se diferem dos monocultivos, baseados nas práticas e tecnologias da agricultura convencional (CAPORAL; AZEVEDO, 2011, p. 84,85). Assim, a busca pela superação do reducionismo paradigmático da ciência convencional fundamenta-se basicamente no caráter integrador de diferentes disciplinas do meio acadêmico (Agronomia, Ecologia, Economia, Sociologia, entre outras) e de articulação entre o saber institucionalizado e o saber popular e tradicional construído a partir de uma estreita relação entre as culturas e os ecossistemas locais (CAPORAL; AZEVEDO, 2011; PETERSEN, 2009).

> A agroecologia surge como um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura.
> [...]
> A validação do paradigma da agroecologia não se produz conforme as regras da produção científica convencional, mas através da experiência dos saberes práticos. São conhecimentos que se aferram à terra conduzidos por saberes individuais dos produtores diretos. Neste sentido, deveríamos falar, sobretudo, de "saberes agroecológicos", que envolvam o sujeito do conhecimento, como nos tempos dos saberes tradicionais, em que a vida cotidiana e produtiva estava arraigada nas artes e ofícios, na maestria própria da execução de práticas guiadas por regras, mas onde a criatividade individual não estava submissa a um mecanismo tecnológico e científico imposto de cima e de fora do âmbito dos mundos de vida das pessoas (LEFF, 2002, p. 43-44).

Nessa perspectiva, o enfoque agroecológico deve ser compreendido como um conjunto de princípios, conceitos e metodologias que orientam a construção de um novo paradigma para a agricultura, mais do que um conjunto de técnicas ou tecnologias que possam ser aplicadas a diferentes contextos.

A agroecologia anuncia possibilidades de agriculturas ambientalmente sustentáveis, baseadas na construção de novas relações sociais e econômicas e oferece respostas para dilemas atuais vivenciados pela sociedade contemporânea resultantes da modernização da agricultura.

Nessa perspectiva, ganha relevância a noção de “transição agroecológica”, como um processo gradual de conversão de sistemas convencionais de produção (modelo agroquímico exportador) em sistemas produtivos diversificados e menos dependentes de insumos externos (formas de agriculturas baseadas nas especificidades de cada agroecossistema). A transição agroecológica passa também por condições e transformações

externas ao sistema produtivo, envolvendo mudanças na organização dos mercados e infraestrutura, nas diretrizes das instituições de pesquisa, ensino e extensão, nas políticas de crédito, na legislação ambiental, entre outras (CAPORAL; AZEVEDO, 2011, p. 93; EMBRAPA, 2006, p. 29)[82]. Além do processo técnico de conversão de sistemas de produção, Schimitt e Tygel (2009, p. 111) salientam, no processo de transição agroecológica, "a reconexão da agricultura aos ecossistemas locais, a defesa de territórios e de formas sustentáveis de vida (vinculadas, em muitos casos, a formas de manejo e de gestão dos recursos naturais características de povos e comunidades tradicionais) e o fortalecimento da autonomia dos(as) produtores(as) familiares na produção e reprodução de sua base de recursos".

Essas ponderações enfatizam uma dimensão importante da agroecologia também entendida como uma estratégia metodológica para a transformação social, que compreende múltiplos territórios e escalas e não apenas o âmbito das unidades produtivas, conforme a abordagem de Sevilla Guzmán (2006, p. 5):

> *La agroecología puede ser definida como el manejo ecológico de los recursos naturales através de formas de acción social colectiva que presentan alternativas a la actual crisis civilizatoria. Y ello mediante propuestas participativas, desde los ámbitos de la producción y la circulación alternativa de sus productos, pretendiendo establecer formas de producción y consumo que contribuyan a encarar el deterioro ecológico y social generado por el neoliberalismo actual*.

O campesinato é considerado um elemento estruturante da agroecologia e principal ator de implementação das práticas agroecológicas, tanto nas diferentes vertentes teóricas, como nos movimentos e organizações sociais. Os saberes historicamente construídos pelo campesinato resultaram em diferentes formas de manejo e apropriação dos recursos naturais para a produção agrícola, que se encontram conectados à cultura e ao

---

[82] Caporal e Azevedo (2011, p. 93) apresentam três níveis fundamentais no processo de transição para agroecossistemas mais sustentáveis de acordo com Gliessman (2000): "O primeiro nível diz respeito ao incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de *inputs* externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente. O segundo nível da transição se refere à substituição de *inputs* e práticas convencionais por práticas alternativas. A meta seria a substituição de insumos e práticas intensivas em capital, contaminantes e degradadores do meio ambiente por outras mais benignas sob o ponto de vista ecológico. Nesse nível da transição a estrutura básica do agroecossistema seria pouco alterada, podendo ocorrer, então, problemas similares aos que se verificam nos sistemas convencionais. O terceiro e mais complexo nível da transição é representado pelo redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem com base em um novo conjunto de processos ecológicos".

conhecimento das condições ambientais locais e visam maximizar seus rendimentos e propiciar a conservação dos recursos disponíveis (PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 160)[83]:

> [...] a agroecologia toma o campesinato como referente técnico, social, econômico e cultural para a proposição de uma nova agricultura que, em diálogo com a construção de novos conhecimentos científicos – no âmbito das tecnologias, da compreensão das dinâmicas sociais e econômicas e desenho de processos metodológicos –, configura a potencialidade desta proposta em se tornar uma forma alternativa de organizar as dinâmicas agroalimentares, que respondam aos anseios de uma sociedade em busca de equilíbrio ambiental, equidade social, saúde e qualidade de vida. Muito mais do que uma perspectiva voltada ao fortalecimento de uma categoria social, a delimitação de uma amplitude espacial às unidades de produção ou uma valorização idílica de uma agricultura do passado, a construção dialógica entre o saber historicamente acumulado pelo campesinato e o conhecimento científico se constitui como um paradigma para uma nova agricultura, referenciada e apoiada na racionalidade camponesa de organização técnica, social e econômica das atividades agroalimentares.

A centralidade do modo de produção camponês na agroecologia não deve ser confundida com uma proposta de retorno ao passado, tampouco como uma referência a uma categoria social homogênea. O campesinato é compreendido como um modo de vida e uma forma de produção que envolve diversos grupos sociais, com identidades culturais próprias[84].

Sevilla Guzmán e Molina (2013) tratam da evolução do conceito de campesinato e propõem uma atualização desse conceito a partir de uma perspectiva agroecológica, como uma "forma de se relacionar com a natureza" (p. 79), argumentando que:

---

[83] Em que pese a significativa diversidade de agroecossistemas desenvolvidos nas comunidades camponesas em diversas regiões do mundo, Altieri assinala alguns aspectos estruturais comuns: contêm grande número de espécies; exploram toda uma gama de microambientes com características distintas, tais como solo, água, temperatura, altitude, declividade ou fertilidade, seja em um único campo de cultivo, seja em uma região; mantêm os ciclos de materiais e resíduos através de práticas eficientes de reciclagem; têm como suporte interdependências biológicas complexas, resultando em um certo grau de supressão biológica de pragas; utilizam baixos níveis de insumos tecnológicos, mobilizando recursos locais baseados na energia humana e animal; fazem uso de variedades locais e espécies silvestres de plantas e animais; produzem para o local (ALTIERI, 2009, p. 31 *apud* PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 162).

[84] "Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura" […] "No caso do campesinato do Brasil, é preciso considerar que a agricultura brasileira, na qual ele está historicamente inserido, manteve, mesmo longamente após o fim do período colonial, seus traços estruturantes, que consistiam na grande propriedade monocultora e no trabalho escravo" (WANDERLEY, 2014, p. 2).

> O campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de campesinidade (SEVILLA GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 76)[85].

Como referem os autores dos textos reunidos na publicação organizada por Petersen (2009), a resistência histórica do campesinato aos avanços da agricultura industrial, do capitalismo e da globalização no campo - não apenas com estratégias de defesa, mas também com respostas criativas que dão sinais "da sociedade democrática e sustentável que queremos ver construída e consolidada" (p. 6) - o recoloca como um elemento fundamental na construção do futuro, como "um ator contemporâneo portador de uma força que une o passado e o futuro da humanidade" (p. 15). Em várias regiões do mundo encontram-se evidências empíricas de grande diversidade de estratégias adotadas por iniciativas para enfrentar as adversidades do modelo hegemônico de agricultura, que convergem para a valorização do modo de produção camponês.

Essas formas de resistência conduzem à busca e à construção de soluções locais para problemas globais e resultam em uma heterogeneidade de respostas indutoras de processos de aprendizagem, relevantes para a sustentabilidade, que caracterizam processos de reconstrução do campesinato ou de "recampesinização" (PLOEG, 2009, p. 27):

> […] a resistência reside na *multiplicidade de reações (ou respostas ativamente construídas)* que tiveram continuidade e/ou que foram criadas, no intuito de confrontar os modos de ordenamento que atualmente dominam nossas sociedades […] Esse padrão reflete as novas relações que atualmente dominam em muitas partes do mundo: confrontações diretas são cada vez mais difíceis, quando não contraproducentes, e ao mesmo tempo as soluções globais estão cada vez mais desacreditadas. Portanto, essas novas respostas seguem um caminho diferente […] Está em todo lugar, assume múltiplas formas e é frequentemente inspiradora no sentido que reconecta as pessoas, as atividades e os projetos. Provê um fluxo constante e muitas vezes inesperado de expressões que volta e meia superam as limitações impostas pelos modos dominantes de ordenamento. Essas resistências são a expressão de crítica e de rebelião, um desvio das normas estabelecidas que engendra superioridade. Individualmente, essas expressões são inocentes e inofensivas, mas tomadas em seu conjunto tornam-se poderosas e podem mudar o panorama atual (PLOEG, 2009, p. 27).

---

[85] Ferrari (2012, p. 23) ressalta que a conceituação de campesinato sob a perspectiva agroecológica não pretende afirmar que os camponeses praticam uma agricultura ambientalmente sustentável em qualquer circunstância e remete à discussão feita por Ploeg (2009), que esclarece por que os camponeses podem criar arranjos produtivos ambientalmente mais sustentáveis.

Além disso, com as mudanças introduzidas pela lógica técnico-econômica da modernização da agricultura, o mundo rural contemporâneo não pode ser mais compreendido por meio de antigos dualismos (modo de produção patronal e familiar, capitalista e camponês, grande e pequeno produtor) (PLOEG, 2009). Esse autor defende que há no mundo atualmente diferentes "modos de se fazer a agricultura" e propõe uma leitura dos sistemas agrícolas no mundo atual como resultado, basicamente, da combinação entre três arranjos político-econômicos distintos: a agricultura capitalista, a agricultura empresarial e a agricultura camponesa. A agricultura capitalista compreende uma rede de empresas agrícolas de grande escala, que se baseia no trabalho assalariado (que também entra como mercadoria) e organiza sua produção em função da maximização do lucro. Um segundo arranjo, chamado pelo autor de agricultura (familiar) empresarial, também organiza a produção para a maximização dos lucros, mas tem como base principal o trabalho familiar. Nesse grupo, a produção é especializada (progressivamente industrializada e distanciada da natureza) e segue as regras do mercado, tornando-se dependente do capital financeiro e industrial (os recursos entram no processo de produção como mercadoria). A agricultura (familiar) camponesa constitui o terceiro arranjo proposto pelo autor, sendo caracterizada pelo uso da mão de obra familiar ou comunitária e pelo uso do capital ecológico, especialmente a natureza viva. A produção é basicamente orientada para a reprodução da unidade agrícola e para a melhoria das condições de vida da família, e de forma complementar para o mercado[86].

Essa perspectiva realça diferenças básicas entre essas três categorias no plano conceitual, mas ao mesmo tempo indica que não se trata de buscar delimitações rígidas no plano empírico, uma vez que considera as ligações que existem entre essas formas resultantes das transformações que ocorreram ao longo no tempo nos diferentes momentos históricos. Dessa perspectiva também decorre a noção de que a reconstrução do campesinato ou "recampesinização" pode ser compreendida como um processo no qual formas de agricultura não camponesa possam conformar formas camponesas de fazer agricultura (PLOEG, 2008).

Ferrari (2010, p. 37) ressalta que a introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde na agricultura camponesa não valorizou o que há de positivo nela, tendo como

[86] Essas proposições conceituais sobre a recampesinização e sobre a leitura dos sistemas agrícolas no mundo atual, muito sinteticamente aqui apresentadas, encontram-se desenvolvidas no livro "Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização" (PLOEG, 2008).

consequências a deterioração do meio ambiente, a perda da identidade cultural e transformações na sua economia como uma crescente vinculação ao mercado e o desestímulo da produção para o autoconsumo.

As discussões sobre a caracterização do modo de vida da agricultura familiar envolvem outras dimensões que vão além dos aspectos econômicos da produção agrícola e sua relação com o mercado. A noção de multifuncionalidade, comumente presente nesta literatura, ressalta as diversas interações e contribuições do sistema agrícola familiar com a segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias, com os ecossistemas e a biodiversidade, com a paisagem regional, com a geração de empregos, com a manutenção de vínculos sociais e culturais (relações de parentesco, tradições, valores religiosos), além de outras lógicas econômicas, como a partilha, a cooperação e a reciprocidade.

Outra característica destacada pela literatura nesse modo de vida é a pluriatividade. Compreendida como parte da estratégia de reprodução social e econômica da agricultura familiar, a pluriatividade consiste na combinação da atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não agrícolas resultante da interação entre a unidade de produção familiar e o meio no qual está inserida. Com as mudanças que aconteceram no campo e com a inserção incipiente dos agricultores em mercados de produtos ligados à agropecuária, a venda da força de trabalho passa a ser uma importante mercadoria de troca dos agricultores com o mercado. Essas situações diferem (e não devem ser confundidas) daquelas em que os indivíduos continuam residindo no meio rural, mas trocam o trabalho agrícola por ocupações exclusivamente não agrícolas. Dessa forma, a estratégia da pluriatividade tem sido reconhecida na literatura como uma forma de manutenção da agricultura familiar, proporcionando versatilidade e flexibilidade frente ao avanço do capitalismo e às transformações que aconteceram nos espaços rurais (SCHNEIDER, 2006).

Finalmente, cabe ressaltar que, ao longo dos anos, conformaram-se diferentes correntes e expressões para identificar formas de agricultura que surgiram em contraposição à agricultura industrial. Entre essas, podem-se identificar a agricultura orgânica, a agricultura biodinâmica, a agricultura biológica, a agricultura ecológica, a agricultura regenerativa, a permacultura, bem como a denominação genérica de agriculturas alternativas, que marcou o início do movimento de oposição à Revolução Verde no Brasil[87].

[87] Para uma leitura mais detalhada sobre o contexto histórico da origem dessas diferentes abordagens de agricultura não convencional, bem como das linhas filosófico-práticas e campos disciplinares associados, ver Caporal e Azevedo (2011) e Jesus (2005).

Nesse cenário, Caporal e Azevedo (2011, p. 96) argumentam que são recorrentes reducionismos e confusões que associam a agroecologia a um campo disciplinar (como a ecologia agrícola, por exemplo), bem como a um tipo de agricultura ou um tipo de produto no mercado. Para os autores, essas interpretações podem minar o potencial transformador que a agroecologia oferece para a transição do atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura, para modos de agriculturas e desenvolvimento rural mais sustentáveis. Caporal e Azevedo (2011, p. 96) defendem a utilização da terminologia "agricultura de base ecológica" para distinguir os estilos de agricultura resultantes da aplicação dos princípios e conceitos da agroecologia. Na perspectiva dos autores, essa distinção se refere tanto ao modelo de agricultura convencional ou agroquímica, como também às tendências que incorporam elementos de caráter ambientalista ou conservacionista em práticas agrícolas convencionais, como nas correntes hoje denominadas "Intensificação Verde", "Revolução Verde Verde" ou "Dupla Revolução Verde". Mas os autores também reafirmam uma distinção entre agriculturas de base ecológica e alguns tipos de agricultura alternativa, por entenderem que ainda que as mesmas possam aplicar "práticas, técnicas e/ou procedimentos que visam atender certos requisitos sociais ou ambientais, não necessariamente terão que lançar ou lançarão mão das complexas dimensões presentes do enfoque agroecológico".

De fato, há um debate posto na comunidade científica que sugere diferentes interações e controvérsias, particularmente entre a agroecologia e a agricultura orgânica. A esse respeito, Abreu *et al.* (2012, p. 151) discutem que há posições que polarizam esse debate, interpretando a agricultura orgânica "em termos de sistemas de produção simplificados em oposição aos sistemas complexos da agroecologia", assemelhando-se ao modelo da agricultura convencional[88].

Outras abordagens polarizadas associam a agricultura orgânica "ao processo industrial de substituição de insumos e a um tipo de mercado onde a apropriação do sobrepreço é evidente" e a agroecologia a "circuitos comerciais alternativos e de concepção ampliada para o social, o cultural e o político"[89]. Para as/os autoras/es, a simples oposição à agricultura orgânica nega a diversidade interna dos sistemas produtivos e se distancia da realidade socioeconômica e da produção familiar orgânica. Observações

[88] Nas análises de Abreu *et al.* (2012) a agroecologia e a agricultura orgânica são interpretadas como modelos ou estilos de agricultura alternativa ao modelo convencional, diferente da abordagem de Caporal e Azevedo (2006), que justamente problematiza a associação da agroecologia a um tipo de agricultura.

[89] De acordo com Abreu *et al.* (2012, p. 151), essas visões de oposição estão associadas mais fortemente aos trabalhos de Miguel Altieri sobre o desenvolvimento da agricultura orgânica.

sobre estudos empíricos no Brasil realizados pelas/os autores sugerem que as fronteiras conceituais e conteúdos associados à agroecologia e à agricultura orgânica estão em plena evolução e que há uma aproximação de caráter pragmático realizada na prática por agricultores em diferentes territórios (p. 156). Abreu *et al.* (2012) observam, ainda, que a formulação da legislação brasileira que trata dos sistemas de produção e comercialização de produtos orgânicos (Lei Orgânica nº 10.831/2003) contou com a participação de diversos atores sociais e favoreceu o reconhecimento de diferentes estilos de produção ecológica, como a biodinâmica, a natural, a regenerativa, a biológica e a permacultura. As/os autoras/es comentam que do ponto de vista normativo a noção de orgânico incorpora à de agroecológica, mas que a legislação agregou elementos conceituais da agroecologia, bem como formas participativas de garantia de qualidade dos produtos, diferente da regulamentação europeia na qual todas as etapas são controladas por organismos certificadores. Abreu *et al*. (2012) concluem seu trabalho, afirmando que:

> […] a agroecologia parece ter potencial para modificar, transformar e enriquecer o conceito atual de agricultura orgânica. De um lado, a agroecologia parece avançar sobre o campo da agricultura orgânica; de outro, demarca mais claramente os princípios e práticas desse estilo de agricultura. […] Essa tendência que se verifica, na realidade, não significa, no entanto, a anulação ou exclusão de um ou outro modelo. Pelo contrário, tanto a agricultura orgânica como a agroecologia avançam seguindo cada qual seu próprio movimento. De um lado, a agricultura orgânica avança nos âmbitos da agricultura empresarial e patronal, de outro, a agroecologia amplia espaços junto a agricultores familiares e camponeses, impulsionada pelos movimentos sociais e políticas públicas, essas mesmo que ainda tímidas. Além disso, deve-se ressaltar o caráter político e social que reveste a concepção da agroecologia, uma vez que relacionado a processos de cunho emancipatório de categorias sociais, como camponeses excluídos do processo de modernização da agricultura. Reforça-se também a premissa de que a análise da AO e da AE não deve ser tratada de forma polarizada, visto que ambas têm um peso social, ambiental e econômico importante, principalmente para a agricultura familiar (ABREU *et al.*, 2012, p. 157).

Apesar de não concordar com a concepção da agroecologia como um estilo de agricultura adotada por Abreu *et al.* (2012), entendo que são pertinentes suas observações quando à complexidade compreendida na interação que acontece no domínio prático das oposições encontradas nos debates acadêmicos e conceituais. Nesse sentido, são necessários mais estudos empíricos para compreender como as concepções de agricultura orgânica e agroecologia têm se inter-relacionado na prática das/os agricultoras/es para contribuir com os debates acadêmicos e com as lutas políticas orientados à construção do

movimento agroecológico no Brasil. Como ressalta Ferrari (2010, p. 22), "apesar da noção de agroecologia ter sido apresentada no Brasil como uma disciplina científica, ela deixou de ser entendida como tal, tornando-se também uma prática agrícola propriamente dita ou um largo "guarda-chuva" conceitual que permite abrigar várias tendências alternativas no país".

A conformação do movimento agroecológico no Brasil tem raízes históricas nas mobilizações camponesas a favor da Reforma Agrária dos anos 1950 e 1960 e na retomada das lutas dos movimentos sociais do campo e da reorganização da sociedade civil que acontece com a redemocratização do país no início dos anos 1980. Nos anos 80, no chamado movimento de agricultura alternativa, as manifestações críticas à difusão da agricultura convencional e suas bases científicas estiveram marcadas pela atuação de ambientalistas e profissionais das ciências agrárias[90]. Na década seguinte, surgiram experimentações e práticas técnico-produtivas e sócio-organizativas voltadas para a construção de alternativas ao chamado pacote tecnológico da Revolução Verde, que envolveram grande diversidade de atores e contextos socioambientais e ampliaram a crítica aos impactos da modernização da agricultura no meio rural. Foi nesse período que também teve início uma ação organizada em rede, conhecida por Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas (REDE PTA) que, entre outras ações, promoveu a implantação de Centros de Tecnologias Alternativas (CTAs) como espaços que articulam formação política e técnica em diversos municípios no Brasil (GOMES DE ALMEIDA, 2009; SCHIMITT; TYGEL, 2009)[91].

Foi ao longo dos últimos 25 anos, entretanto, que a agroecologia se delineou como um campo social de expressão nacional, "uma experiência singular, marcada pelo fato de se constituir a partir de processos de inovação local que vêm mobilizando capacidades criativas de diferentes atores sociais no enfrentamento dos obstáculos objetivos e políticos que se antepõem às condições de reprodução da agricultura familiar" (GOMES DE ALMEIDA, 2009, p. 68)[92]. Não se trata de um movimento institucionalizado, posto que

---

[90] Nessa década foram organizados pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) quatro grandes Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs) em 1981 (Curitiba); 1984 (Rio de Janeiro); 1987 (Cuiabá) e 1989 (Porto Alegre).

[91] A Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), uma das organizações pioneiras neste contexto, contribuiu para a conformação de CTAs em municípios de Minas Gerais nas décadas de 80 e 90.

[92] Caporal e Azevedo (2011, p. 90) destacam o elevado número de publicações e de cursos sobre agroecologia que surgiram a partir do início dos anos 1990 e mencionam que o Brasil é, provavelmente, o país com maior número de cursos de agroecologia ou com enfoque agroecológico em funcionamento na atualidade (mais de 120 cursos de nível médio, superior ou pós-graduação).

vem se articulando em redes locais e regionais, onde interagem organizações de base, movimentos sociais, segmentos da sociedade civil atuantes na assessoria a organizações de produtores familiares (ONGs, organizações pastorais ligadas a igrejas, etc.) e profissionais de instituições oficiais, sobretudo da pesquisa e da extensão que atuam na área do desenvolvimento rural. Com a criação de espaços de intercâmbio e capilarização de experiências foram se delineando convergências e identidades comuns em torno de princípios norteadores de um projeto popular e democrático para o campo brasileiro: "é exatamente a formação dessas identidades que nos permite referir à existência de um campo agroecológico brasileiro" (GOMES DE ALMEIDA, 2009, p. 68).

Dessa forma, a agroecologia, como uma perspectiva aberta ao dialogo de saberes e entre diferentes atores na sociedade, reafirma a agricultura familiar camponesa como principal referência e elemento de identificação comum entre as diversas experiências e protagonistas desse campo em construção. No movimento agroecológico, a experiência em agroecologia é definida como uma estratégia familiar ou coletiva de utilização/incorporação de princípios agroecológicos ao manejo dos agroecossistemas e ecossistemas naturais associados a processos de organização social e comunitária (SCHIMIT; TYGEL, 2009, p. 110).

Esse conjunto de iniciativas que se contrapõe à lógica dominante se expressa tanto pelas práticas e inovações que se multiplicam pelo país, como na articulação interna do movimento agroecológico, que tem incorporado, de forma crescente, participantes e organizações do meio técnico e acadêmico. Esse processo tem como expoentes no cenário nacional a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia).

2.3 A agricultura familiar no Brasil

Para melhor compreensão da trajetória do movimento agroecológico no Brasil, é necessário situar o processo de construção, a apropriação e o uso do conceito de agricultura familiar camponesa no país. No processo histórico mais amplo de conflitos fundiários e de disputa de modelos de agricultura e desenvolvimento rural no país, o conceito da agricultura familiar ainda é objeto de intensos debates e de diferentes interpretações dos seus significados (SAUER, 2008; WANDERLEY, 2014).

Agricultores familiares e camponeses podem ser entendidos, em certa medida, como categorias equivalentes e intercambiáveis, em que o uso do adjetivo *familiar* reforça

“as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio” (WANDERLEY, 2009, p. 40). Mas as distinções entre essas categorias também podem ser acentuadas, associando-se a agricultura familiar a maior integração à vida urbana e aos mercados (apesar de ter condições de produção restritas) e o campesinato à incivilidade e/ou ao atraso econômico e social. A agricultura familiar pode ainda ser incluída na categoria genérica do "*agronegócio*" (se considerada sua dimensão estritamente econômica), integrando as principais culturas agropecuárias do país e as grandes cadeias produtivas globalizadas (juntamente com os grandes proprietários e empresários do setor agrícola) (WANDERLEY, 2014, p. 4). Mas os conceitos de agronegócio e de agricultura familiar podem também ser mobilizados em uma oposição que expressa o antagonismo político e simbólico das disputas da dinâmica sociopolítica do meio rural brasileiro (grandes proprietários, setor patronal e suas entidades de representação *versus* setores marginalizados) (SAUER, 2008, p. 23).

Existe, atualmente, uma revalorização das categorias "camponês" e "campesinato", associada à crítica aos processos da modernização conservadora e à crescente valorização das práticas agroecológicas (WANDERLEY, 2014, p. 4). Em que pesem as divergências conceituais, a autora ressalta que:

> Hoje há um consenso de que a população que vive nas áreas rurais brasileiras é bastante diversificada, tomando como referência as formas de ocupação do espaço, as tradições acumuladas e as identidades afirmadas. Assim, fazem do meio rural seu lugar de vida famílias que tiram seu sustento de distintas atividades, autônomas ou combinadas entre si, que as definem como pequenos ou médios agricultores, proprietários ou não das terras que trabalham; os assentados dos projetos de reforma agrária; trabalhadores assalariados que permanecem residindo no campo; povos da floresta, dentre os quais, agroextrativistas, caboclos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, açaizeiros; seringueiros, as comunidades de fundo de pasto, geraiseiros; trabalhadores dos rios e mares, como os caiçaras, pescadores artesanais; e ainda comunidades indígenas e quilombolas (WANDERLEY, 2009, p. 40)

Entretanto, conforme assinala a autora, essa grande diversidade de situações concretas encontradas no meio rural brasileiro guarda traços comuns, como a vinculação de produtores agrícolas “a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança”. A compreensão dos traços comuns deste vasto campo de agricultores não patronais e não latifundiários que

exercitam formas próprias de viver e trabalhar é mais importante “do que recortar campos distintos, com denominações particulares, atribuindo a cada um características excludentes e mesmo antagônicas em relação aos demais” (WANDERLEY, 2014, p. 4).

Um elemento importante na consolidação da categoria “agricultura familiar” foi sua adoção, pelo Estado brasileiro, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. Criado na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o PRONAF ganhou mais espaço na agenda federal a partir do primeiro mandato do Governo Lula e da estruturação do programa Fome Zero, no qual a agricultura familiar passou a ter mais reconhecimento institucional. A Lei nº 11.326/2006 (alterada pela Lei nº 12.512/2011) estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e estabelece critérios para a identificação formal do/a agricultor/a familiar no Brasil[93].

Para Wanderley (2014, p.4), com a criação do PRONAF “dilui-se o conteúdo histórico-político que a palavra 'camponês' inspirava”, porém a criação desse programa representa um reconhecimento e uma resposta a demandas históricas por políticas públicas específicas para esse segmento social. Com a legitimação do conceito de agricultura familiar pelo Estado, renovam-se os debates teóricos sobre o rural e a agricultura brasileira e sobre sua capacidade de caracterizar todo um setor no meio rural (SAUER, 2008, p. 22; WANDERLEY, 2014, p. 4).

Dessa forma, é bastante recente a disponibilidade de estatísticas oficiais que diferenciam as unidades produtivas da agricultura familiar do conjunto dos estabelecimentos agrícolas no Brasil. Foi no Censo Agropecuário de 2006 que, pela primeira vez, foram geradas informações sobre a agricultura familiar, em correspondência com os critérios definidos pela Lei nº 11.326/2006, a lei da agricultura familiar (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2009).

---

[93] O art. 3° da Lei nº 11.326/2006 define requisitos que devem ser atendidos simultaneamente para caracterizar o agricultor familiar e empreendedor familiar rural que pratica atividades no meio rural:

a) Não deter, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais (não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse quatro módulos fiscais);
b) utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
c) ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
d) dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A lei também define parâmetros que se aplicam aos seguintes grupos sociais: silvicultores, aqüicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

Desde a criação do PRONAF registram-se avanços no plano oficial e na formulação de políticas e programas do Governo Federal relacionados à agricultura familiar e à agroecologia. Entretanto, apesar desses avanços, acentuam-se as contradições históricas do papel do Estado brasileiro, evidenciadas na organização das políticas governamentais federais em dois ministérios, a partir da gestão do Governo Lula: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Há, dessa forma, mais reconhecimento e investimentos na agricultura familiar por setores de governo, no entanto, o capital agroindustrial e financeiro segue se beneficiando do amplo apoio estatal ao agronegócio, apropriando-se "das riquezas geradas pelo trabalho de agricultores e agricultoras familiares e pela exploração dos ecossistemas onde eles(as) vivem e produzem" (PETERSEN, 2009, p. 8)[94]. Concordando com Wanderley (2009, p. 38):

> É certamente essa dupla face do Estado que explica a superposição e, em muitos casos, as contradições nos modelos institucionais adotados e nas orientações das diversas políticas públicas. A existência de dois ministérios voltados para a agricultura e o meio rural é o exemplo mais evidente de como o Estado no Brasil lida com interesses, sob muitos aspectos profundamente divergentes, aninhando-os em espaços institucionais distintos, que terminam por ampliar o leque das pressões políticas, sem dúvida, desiguais. Já o profundo impacto do apoio à agricultura familiar não inibe o mesmo Estado a adotar medidas que reforçam o domínio da grande propriedade e que abrem espaços de mercado a bens, cuja produção no campo se traduz em degradação ambiental, desmatamento e redução das áreas destinadas à produção de alimentos, portanto, em confronto direto com princípios igualmente defendidos por outras instituições estatais. Isso tudo sem esquecer as contradições que alimentam as relações entre as políticas agrícolas e a chamada grande economia.

Em termos nacionais, há um conjunto de legislações e marcos normativos voltados para o fortalecimento da agricultura familiar, coordenadas atualmente pelo MDA e que tem como um marco de referência o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006). Algumas políticas de relevância nesse campo são o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que compra produtos da agricultura familiar e os destina para o

[94] "As circunstâncias políticas que levaram à criação dos órgãos que culminaram na instituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário são ligadas à necessidade de se legitimar, como políticas de Estado, as questões agrárias e fundiárias, além de responder às demandas da sociedade e dos movimentos sociais por políticas de reforma agrária e de desenvolvimento rural sustentável, com enfoque na agricultura familiar" (http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico).

atendimento social e para a constituição de estoques de alimentos, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que desde 2009 atende a determinação legal para que ao menos 30% dos alimentos adquiridos sejam comprados diretamente da agricultura familiar, sendo priorizados os alimentos agroecológicos ou orgânicos. Outras políticas podem ser destacadas, como o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e especialmente a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída pelo Decreto nº 7.794, de 20/08/2012 (BRASIL, 2012b), da qual decorre o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO (2013-15) (ANA, 2015)[95].

A identificação e qualificação do/a agricultor/a familiar beneficiário/a das políticas do MDA e das Unidades Familiares de Produção Rural e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas são feitas pelo instrumento Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), emitido por órgão ou entidade credenciado e autorizado pelo Ministério e orientada pela Lei nº 11.326/2006. A DAP foi criada para acesso ao crédito do PRONAF, mas tem sido utilizada para acesso a outras políticas públicas do Governo Federal.

Conforme apresentado no capítulo anterior, mais reconhecimento da agricultura urbana na agenda do Governo Federal acontece a partir de 2004, como parte do processo de formulação de políticas públicas voltadas para a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) no Brasil.

A questão mais discutida na relação entre a agricultura urbana e as políticas de agricultura familiar têm sido as limitações encontradas no enquadramento de agricultores/as que exercem atividades agrícolas em contextos urbanos como beneficiários do PRONAF, segundo os critérios da legislação em vigor que definem a condição de *agricultor familiar e empreendedor familiar rural*.

A interpretação do critério de *praticar atividade no meio rural* adota a determinação prevista na legislação brasileira, que define a zona rural em oposição ou a partir do que é definido por zona urbana ou zona de expansão urbana e estabelece o perímetro urbano como uma fronteira entre elas. Seguindo essa interpretação legal e não a natureza das práticas agrícolas adotadas, as/os agriculturas/es que exercem as atividades

[95] A primeira vigência do PLANAPO compreende o período de 2013 a 2015. Em 2014, a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), em sua 9ª Reunião Plenária (20/11/2014), deflagrou o processo de elaboração do II PLANAPO (2016-2019).

dentro das zonas urbanas e de expansão urbana ficam excluídos como beneficiários das políticas existentes e impossibilitados de vender seus produtos para o mercado institucional. Outro ponto que dificulta o enquadramento é o percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, uma vez que a proximidade com centros urbanos acentua a estratégia da pluriatividade que caracteriza a economia rural de base familiar.

Assim, organizações da sociedade civil têm acumulado críticas à DAP e se mobilizado para que essas situações sejam consideradas nas políticas da agricultura familiar, tal como registrado no Documento Final da Etapa Estadual (MG) da 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2011.

A demanda pela incorporação da agricultura urbana também foi registrada nos debates para a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). O documento "Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica", de abril de 2012, registra algumas das demandas formuladas pelo movimento.

No texto final do PLANAPO a agricultura urbana é mencionada no objetivo 1 do Eixo 1 – Produção:

> Ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica, tendo como público prioritário agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações econômicas, micros e pequenos empreendimentos rurais, cooperativas e associações, considerando também os da agricultura urbana e periurbana (p. 51-52).

Também é considerada nas estratégias:

> Estabelecer marco conceitual e normativo sobre produção de base agroecológica e transição agroecológica, que sirva de base para a aplicação das políticas públicas dirigidas ao público prioritário do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), fortalecendo a produção de mulheres e jovens e o reconhecimento da agricultura urbana e periurbana [...] e [...] adequar mecanismos de apoio e fortalecer as organizações econômicas da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, os micros e pequenos empreendimentos rurais da agricultura urbana e periurbana (p. 51-52).

Em março de 2014, uma portaria publicada (BRASIL, 2014) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que estabelece as condições e procedimentos gerais para a emissão de DAP, ampliou a interpretação da Lei nº 11.326/2006. O Art. 4 da Portaria define como uma das características que identificam os agricultores familiares e suas organizações *a produção rural* que acontece na unidade familiar. Destaca que na "emissão da DAP deve ser observado se a atividade desenvolvida é rural, não importando se a localização se dá em ambiente geográfico estritamente rural ou urbano". Essa orientação interpreta a produção rural como atividade desenvolvida pela unidade familiar e não como localização legal do estabelecimento. Nessa perspectiva, o/a agricultor/a que desenvolve suas atividades em "imóvel rural", mas localizado no "meio urbano", pode ser enquadrado como agricultor/a familiar ou empreendedor/a familiar rural, desde que contemplados os demais requisitos previstos na legislação federal[96].

Esse posicionamento do MDA sinaliza que a interpretação legal e dicotômica que define o que é rural e o que é urbano no Brasil não contempla a diversidade de situações observadas atualmente, impactando tanto as/os agricultoras/es familiares que residem nas periferias das cidades, como as novas iniciativas que podem e têm surgido a partir de um movimento de buscar na agricultura uma ocupação ou um novo modo de vida.

Essas ponderações, contudo, devem ser contextualizadas em uma ordem mais ampla de questionamentos à manutenção da lógica produtivista e mercantilista que orienta o conjunto das políticas para o desenvolvimento rural desde a implantação do processo de modernização conservadora da agricultura na década de 1960. Em que pesem alguns avanços das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil, é o modelo agroquímico exportador de *commodities* que tem que se beneficiado da maior parcela do crédito e dos apoios concedidos pelo Estado. Além disso, a predominância dessa mesma lógica no PRONAF (incentivando a aquisição de máquinas e insumos) tem induzido a especialização produtiva e a inserção subordinada da produção familiar às cadeias agroindustriais (PETERSEN, 2009).

Considerando o exposto, apresento a seguir um exercício de aproximação entre a agricultura urbana e a agroecologia, organizado sob três diferentes enfoques analíticos. Em cada um desses enfoques busco analisar conteúdos da proposta agroecológica que podem

[96] Possivelmente o MDA utilizou o expediente da Portaria para explicitar que a localização não é o fator decisivo e identificar a produção rural como atividade e não pela localização geográfica (e atender a uma demanda clara das organizações e movimentos sociais e também dos técnicos de ATER) pela dificuldade de alterar a legislação nacional.

ser apropriados como referências orientadoras para a agricultura urbana, tanto para a sua construção conceitual, como para a compreensão das práticas agrícolas nos cenários metropolitanos. Em outro sentido, busco identificar práticas sociais e conhecimentos já produzidos no campo da agricultura urbana que podem contribuir para que os princípios que hoje unificam o campo agroecológico sejam percebidos e apropriados como questões fundamentais para os territórios urbanos e para a sociedade em urbanização, e não apenas como uma problemática rural ou da economia nacional.

2.4 Da disputa de paradigmas

As conexões entre a agricultura urbana e agroecologia possibilitam melhor contextualização da necessária diferenciação entre os paradigmas de agricultura que orientam as distintas plataformas para o sistema agroalimentar e o desenvolvimento rural em disputa no Brasil: o agronegócio e a agricultura familiar camponesa.

Em primeiro lugar, o reconhecimento desses diferentes paradigmas e modos de produção na agricultura permite interpretar a atual heterogeneidade dos sistemas agrícolas no Brasil, se afastando de visões simplistas sobre a realidade. De acordo com Ploeg (2009), na medida em que a lógica técnico-econômica da modernização foi historicamente incorporada por parte da agricultura familiar, surge uma terceira estratégia de reprodução econômica e social que se configura na agricultura familiar empresarial. Contudo, as combinações entre esses três arranjos político-econômicos distintos indicam ser inadequadas as tentativas de enquadramento das experiências em polos opostos.

Em segundo lugar, essa diferenciação permite compreender a hegemonia atual do modelo do agronegócio, que renova a imagem de eficiência técnica e econômica da Revolução Verde. Dessa forma, reforça-se o "crédito" à grande propriedade e à agricultura empresarial como a alternativa capaz de produzir alimentos suficientes para alimentar a população urbana e o "descrédito" quanto à viabilidade da agricultura familiar camponesa como uma opção para a produção de alimentos, geração de empregos e desenvolvimento do país, tal como exposto por Wanderley (2009). Essa opção política vigente no país distancia cada vez mais o universo da produção do universo do consumo de alimentos, ao mesmo tempo em que os reconecta segundo o interesse econômico de grandes corporações.

Argumento nesta pesquisa que a agricultura urbana, como uma recente temática de pesquisa e atuação política no Brasil, provoca uma aproximação entre os "universos

paralelos" da produção e do consumo de alimentos. Para além da conexão entre a produção de alimentos e a segurança alimentar da população urbana, a temática da agricultura urbana pode ser conectada com outros dilemas e impasses das cidades e metrópoles, que envolvem dimensões ambientais, sociais e econômicas, como será abordado em mais detalhes nos dois capítulos seguintes. A análise das experiências de agricultura urbana propicia um olhar sobre a agricultura a partir da experiência urbana. Desperta a reflexão sobre a permanência, as transformações e ressurgimentos da agricultura nas metrópoles contemporâneas. As práticas agrícolas encontradas atualmente nos territórios metropolitanos dizem de diferentes contextos da sua origem histórica, bem como de diferentes motivações, necessidades específicas e estratégias para sua reprodução social.

As análises que articulam o processo histórico de modernização conservadora da agricultura ao processo de urbanização do país contribuem de alguma forma para invisibilizar as agriculturas nas cidades e metrópoles brasileiras.

Esse viés analítico enfoca majoritariamente as transformações na organização da agricultura e na organização social no meio rural e suas consequências, como a migração rural-urbana. A intensificação do desenvolvimento capitalista da agricultura e do campo ocorrida no Brasil (que subordinou a organização da produção agrícola aos interesses da burguesia urbano-industrial e à estratégia de crescimento econômico) resultou na expropriação e na concentração de terras; na desestruturação das culturas tradicionais; na expulsão da população rural para as cidades, bem como na degradação da biodiversidade e recursos naturais e na dependência de grandes complexos agroindustriais. A outra faceta dessas interpretações ressalta os efeitos da atração urbana e os impactos sociais negativos da intensificação da migração e transferência da pobreza rural para as cidades, que resultaram na elevação da concentração demográfica nas metrópoles e em condições precárias de emprego, moradia e serviços básicos para a maioria da população urbana[97].

Do ponto de vista das leituras que tratam da economia política da urbanização das metrópoles brasileiras, há uma identificação da sobreposição de práticas "rurais" com a economia urbano-industrial em formação e de uma inserção particular dos trabalhadores urbanos e migrantes rurais na economia urbana (KOWARICK, 1979; OLIVEIRA, 1977). Essas leituras enfatizam a necessidade da reprodução da força de trabalho nas cidades,

[97] Se a migração em direção aos centros urbanos iniciou nos anos 1950, com os atrativos da aceleração da industrialização, da construção de Brasília e de grandes obras de infraestrutura, intensificou-se ainda mais nas décadas de 1960 e 1970 com o processo de modernização da agricultura. Entre 1950 e 2000, inverteu-se o perfil demográfico entre a população rural e urbana no país, com a migração de cerca de 60 milhões de pessoas (WEID, 2009).

potencializada pela migração da pobreza e sua funcionalidade para o capitalismo industrial. Essa perspectiva sugere interpretações das práticas agrícolas nas periferias urbanas como uma estratégia de sobrevivência para os pobres complementarem sua alimentação e sua renda; uma expressão das desigualdades socioespaciais resultantes da urbanização capitalista (e consequentemente uma condição que deve ser superada com o crescimento econômico, a efetivação de políticas distributivas e a inserção dos sujeitos dessas práticas no mercado formal). Esse viés analítico adota conceitos-chave para a compreensão da articulação entre a modernização da agricultura e a problemática urbana e suas contradições, mas pode conduzir a uma associação exclusiva das práticas agrícolas urbanas aos processos de êxodo rural e de identidade cultural rural, bem como desconsiderar a potencialidade que as pessoas com essa trajetória trazem para a vida urbana[98].

No movimento agroecológico brasileiro, há reconhecimento do crescente processo de urbanização da sociedade brasileira, bem como de que as denúncias e anúncios da proposta agroecológica não devem ser vistos apenas como questões afetas ao universo rural. A transição agroecológica demanda transformações mais amplas nos padrões de desenvolvimento do país, que tem raízes no atual modelo de urbanização industrial.

As regiões metropolitanas brasileiras apresentam grande heterogeneidade entre si, em uma combinação dos processos mais gerais que caracterizam o fenômeno da urbanização e as especificidades socioambientais locais. Os territórios metropolitanos guardam uma diversidade de formas de ocupação do solo, são lugar de vida de pessoas e famílias que mantêm vínculos com o cultivo da terra e também expressam a diversidade atual da população que vive nas áreas rurais brasileiras. Olhar para as práticas agrícolas presentes nos territórios metropolitanos, à luz do processo histórico brasileiro de modernização da agricultura e das categorias adotadas por Ploeg (2009) para os contextos rurais, possibilita diferenciar princípios e aspectos comuns que unem e aproximam as práticas que anunciam modos de vida e de produção centrados na reprodução da vida daquelas centradas na reprodução do capital. Já os debates sobre a agricultura urbana chamam a atenção para as experiências e inovações agroecológicas nos territórios

[98] Kowarick (1979) faz uma leitura do processo de formação das áreas periféricas das metrópoles, com ênfase na autoconstrução de moradias nas áreas residenciais de baixa renda, como uma "fórmula" do capitalismo para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, compatibilizando alta taxa de acumulação com salários crescentemente deteriorados. O autor utiliza o termo *espoliação urbana* para se referir ao "somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho" (p. 62).

metropolitanos e convidam para a ampliação do enfoque quase exclusivo da plataforma da agroecologia nos territórios rurais e no desenvolvimento rural.

Como argumenta Wanderley (2009), a força da propaganda ideológica segue desvalorizando a produção em pequena escala no campo, justificando o apoio histórico do Estado e a perpetuação da grande propriedade e contribuindo para a crescente industrialização da agricultura (mesmo como todos os conhecidos danos e impactos socioambientais). Essa ideologia reforça uma visão parcelar e dicotômica que identifica a agricultura como um setor da economia nacional e do desenvolvimento do campo e com isso também produz a invisibilidade das práticas de agricultura nos territórios metropolitanos.

No capítulo anterior apresentei um ponto de vista sobre a trajetória recente de institucionalização e articulação social em torno da agricultura urbana no Brasil. A diversidade de sujeitos políticos que hoje participam tanto nas dinâmicas regionais (protagonistas das práticas, organizações e movimentos, pesquisadores, gestores públicos, etc.) como no cenário nacional sugere que o fortalecimento desse campo pode contribuir para que a proposta agroecológica seja efetivamente apropriada por outros outros segmentos da sociedade.

Mais atenção a essas dinâmicas pelas pesquisas e pelo movimento da agroecologia constitui uma oportunidade para que as proposições do campo agroecológico sejam compreendidas e assumidas por outros setores da sociedade como um elemento fundamental de um outro projeto de desenvolvimento para o Brasil, pelas respostas que oferece não apenas para o "desenvolvimento rural", mas também para desafios atualmente enfrentados nos territórios "urbanos"

Em outras palavras, mais articulação entre o campo agroecológico e as agriculturas e sujeitos políticos presentes nos centros metropolitanos contribuirá para que as proposições agroecológicas falem mais claramente para a sociedade brasileira (em sua maioria urbana), na direção proposta por Gomes de Almeida (2009): "a partir de seus lugares e de suas problemáticas específicas, prevenindo o risco e o equívoco de enfocar ou transmitir uma percepção da agroecologia como um projeto social em si ou como uma ideologia com ambições totalizantes".

Por outro lado, a identificação com a proposta agroecológica pode conferir à construção conceitual e política da agricultura urbana um sentido político mais claro de contraposição e construção de alternativas ao modelo do agronegócio. O aprofundamento dessas conexões pode, inclusive, levar à proposição de um novo campo – a *agroecologia*

urbana – no qual esses princípios comuns estejam mais explícitos e sejam acentuadas as diferenças entre as práticas e abordagens mais ou menos politizadas da agricultura urbana. Essa proposição será melhor explorada mais adiante neste capítulo e também no capítulo seguinte.

2.5 Dos sujeitos sociais

Identificar e ter melhor compreensão de quem são os sujeitos por trás das práticas de agricultura nos territórios urbanos é um grande desafio. No capítulo anterior argumentei que as organizações de base e outras institucionalidades relacionadas à agricultura urbana são incipientes ou recentes no Brasil, assim como são os canais nacionais de expressão coletiva. A caracterização de um "segmento social" tampouco é possível por meio dos dados censitários ou estatísticas oficiais, uma vez que as/os agricultoras/es e cultivadoras/es nos territórios urbanos não configuram uma categoria de análise nesses levantamentos[99]. No entanto, há uma demanda crescente pela categorização das práticas e sujeitos da agricultura urbana por parte dos processos de formulação de políticas públicas, de planejamento territorial e de articulação política com outros movimentos sociais.

A heterogeneidade de sujeitos que protagonizam práticas de agricultura nos cenários metropolitanos, identificada ao longo desta pesquisa, indicou ser inadequada a busca por um padrão, um único perfil de agricultoras/es nos contextos metropolitanos. Dessa forma, avançar na caracterização desses sujeitos passa pela aproximação entre estudos em curso em diferentes campos disciplinares e pelo reconhecimento de variadas formas de organização e articulação social (e no seu reconhecimento político) dos diversos sujeitos que se dedicam à agricultura nos territórios metropolitanos.

Inspirada no processo de construção do campo agroecológico no Brasil, argumento ser necessário um processo de identificação de interesses e identidades comuns entre os sujeitos locais que, partindo da valorização das particularidades e especificidades das regiões metropolitanas, alimente convergências em torno dos princípios que têm norteado esse movimento no panorama nacional. A construção da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e das redes regionais de agroecologia tem se baseado na diversidade socioambiental, cultural e organizativa de práticas e experimentações técnico-produtivas e

[99] A problematização empírica sobre os limites das fontes de dados secundários disponíveis no Brasil para a caracterização de agricultoras/es em territórios metropolitanos encontra-se mais detalhada no último capítulo.

socio-organizativas desenvolvidas nos diferentes biomas e regiões brasileiros. Nesse sentido, o movimento agroecológico brasileiro tem buscado a formulação progressiva de sínteses que reflitam a "unidade na diversidade" e favoreçam a articulação entre uma diversidade de sujeitos que se reconhecem como agricultoras/es familiares, camponesas/es, quilombolas, indígenas, extrativistas, comunidades tradicionais, geraizeiros, pescadores/as artesanais, entre outros. Nas palavras de Gomes de Almeida (2009, p. 79):

> Trata-se de uma identidade moldada e exercitada num nível superior, cuja vocação é de se constituir como a expressão concentrada de múltiplas identidades socioculturais, políticas e institucionais de atores coletivos envolvidos com a promoção do enfoque agroecológico. O fator de coesão que tem permitido a construção progressiva de sínteses dessas identidades é a defesa compartilhada de um projeto de transformação do mundo rural brasileiro, nas dimensões local, regional e nacional, cujos princípios comuns vão sendo assumidos em níveis crescentes pelos atores sociais mobilizados desde suas realidades locais. O que empresta maior amplitude aos desafios colocados é o fato de que tal projeto não se circunscreve às expressões sociopolíticas da ruralidade, mas diz respeito e demanda o envolvimento de toda a sociedade.

Como discuti anteriormente neste capítulo, ainda que o movimento agroecológico esteja progressivamente ampliando suas conexões com outros segmentos da sociedade brasileira engajados em propostas de transformação social, a ênfase das propostas do campo agroecológico segue baseada *no* e *para* o mundo rural brasileiro. Assim sendo, até o momento, o reconhecimento dos sujeitos e dos saberes agroecológicos presentes nas regiões metropolitanas é ainda pontual e incipiente.

As críticas formuladas ao processo de modernização da agricultura no Brasil tanto na literatura, como na plataforma dos movimentos sociais, indicam que a opção política pela industrialização e mercantilização da agricultura, além de não cumprir a promessa de eliminar a fome no país, tem levado a sociedade brasileira a vivenciar uma crise socioambiental de múltiplas dimensões. Em contrapartida, a ciência, o movimento e a prática da agroecologia buscam evidenciar as respostas do modo de produção da agricultura familiar camponesa para a produção sustentável de alimentos e para o uso intensivo do trabalho e de conhecimentos na gestão dos agroecossistemas. Já a politização da temática da agricultura urbana amplia as possibilidades para que esse debate e a construção dessas alternativas sejam apropriados pela população urbana.

Buscando contribuir para que esse aprendizado recíproco seja potencializado e favoreça a formação de novos sujeitos coletivos nos territórios metropolitanos, abordo a

seguir uma questão que merece mais aprofundamento em estudos empíricos e debates conceituais: os desafios analíticos e conceituais acerca da centralidade da agricultura familiar camponesa na proposta agroecológica quando se trata das agriculturas praticadas das regiões metropolitanas. Como mostra o debate acadêmico, as particularidades de cada situação incidem nas estratégias de reprodução socioeconômica e nas formas de articulação das respostas da agricultura familiar camponesa (PLOEG, 2008, p. 285). Cabe, também, discutir em que medida as noções de campesinato e agricultura familiar, tal como usualmente têm sido adotadas, são adequadas ou suficientes para abarcar a diversidade dos sujeitos e práticas que, progressivamente, têm se interessado ou buscado orientar suas práticas pelos princípios da agroecologia nas áreas metropolitanas.

A agricultura familiar camponesa é um dos elementos de identificação comum entre os diversos atores do campo agroecológico e é considerada como a principal referência da implementação das práticas agroecológicas. Os saberes historicamente construídos pelo campesinato são também estruturantes da ciência agroecológica (em diálogo com a construção de novos conhecimentos científicos).

O enfoque agroecológico propicia identificar experiências de inovação produtiva e organizativa nas regiões metropolitanas brasileiras com base nas estratégias de reprodução econômica e social da agricultura familiar camponesa em diferenciação com a agricultura empresarial e a agricultura capitalista. Nos termos propostos por Ploeg (2009), essa perspectiva conceitual e política possibilita situar os sistemas produtivos em uma condição de menos ou mais dependência em relação aos mercados de insumos e produtos e em relação aos princípios do modo de produção camponês: a centralidade do trabalho (na família), a preservação do patrimônio (familiar) e a busca pela otimização das rendas. Como discute o autor, não se trata de buscar tipos ideais ou delimitações claras entre as formas camponesas e empresariais de agricultura nas situações reais, uma vez que as transformações graduais nas relações graduais entre a agricultura e o mercado, bem com no ordenamento interno dos processos produtivos, levam a estratégias de reprodução que se aproximam ou mais ou menos de uma forma ou outra.

Nas regiões metropolitanas encontram-se formas de agriculturas que podem ser identificadas, em maior ou menor grau, como expressões de agricultura familiar camponesa (como unidades familiares de produção, comunidades quilombolas, comunidades indígenas, comunidades de terreiro, extrativistas e pescadores/as artesanais), de modo geral pouco consideradas tanto do ponto de vista dos estudiosos urbanos, como do ponto de vista do campo agroecológico. A estratégia da pluriatividade, bastante

discutida na literatura que trata das transformações no campo brasileiro (SCHNEIDER, 2006), é uma estratégia muito presente nos espaços metropolitanos nos quais se acentuam as dificuldades para a manutenção da família ou da unidade produtiva apenas por meio da atividade agrícola, e também se ampliam as oportunidades de trabalho em outros setores.

Nos municípios metropolitanos também se encontram empresas capitalistas e unidades familiares empresariais orientadas pela lógica industrial e integradas ao atual sistema agroalimentar hegemônico, como empreendimentos de horticultura convencional, granjas de aves e suínos, fazendas produtoras de leite, sítios produtores de alimentos orgânicos certificados que usualmente abastecem nichos de mercados com mais poder aquisitivo e grandes redes de produção-distribuição-comercialização de alimentos.

Entretanto, outras inúmeras experiências nas regiões metropolitanas (e também invisibilisadas) revelam tal pluralidade de espaços e atividades, que remetem a uma diversidade ainda mais ampla de identidades e sujeitos que se dedicam à agricultura. A atividade agrícola é praticada por habitantes de baixa renda nas periferias das cidades, mas também por segmentos da população de outras faixas de renda e classes sociais que não têm na agricultura sua principal ocupação ou fonte de renda. Nas fronteiras urbanas encontram-se também sítios e chácaras de moradores urbanos de diferentes níveis de renda, cultivados no fim de semana ou por caseiros/as, cuja produção pode ser direcionada para o mercado local ou para o autoconsumo e doação entre familiares e amigos. Em algumas situações, os protagonistas dessas práticas são sujeitos marginalizados na sociedade urbano-industrial, em outras situações trata-se de pessoas em busca de novos modos de vida ou de novas formas de integração com os mercados.

Mais complexa ainda é a variedade de espaços e atividades agrícolas encontradas nas áreas não construídas da cidade e nas suas bordas, nas lajes e quintais, nos espaços institucionais públicos e privados, nas áreas verdes, nos chamados “vazios” urbanos. Esses espaços cultivados dizem das experiências de vida de indivíduos, famílias ou coletivos que podem ter uma origem rural e uma vivência anterior camponesa ou de empregado rural, mas também de pessoas de diferentes classes sociais que nasceram ou cresceram na cidade e não têm vínculo anterior com o campo. Nesses casos, as práticas da agricultura podem desempenhar importante papel na ocupação e na fonte de renda desses sujeitos e compor estratégias de sobrevivência das famílias, mas também fazem parte de histórias de coletivos que não se organizam pela lógica familiar e buscam novos sentidos de ser, viver e produzir na cidade.

Com essa descrição genérica pretendo enfatizar que a incorporação dos diferentes sujeitos que praticam a agricultura nas áreas metropolitanas, bem como da multiplicidade de atores, relações e identidades que se sobrepõem nos territórios urbanos, ampliaria e enriqueceria as análises encontradas na literatura que trata das transformações no meio rural e enfatiza a necessidade de abordagens teóricas adequadas para compreender a diversidade dos diferentes "grupos agrários" no mundo rural contemporâneo, nos termos de Ploeg (2008).

O enfoque agroecológico proporciona elementos analíticos para reconhecer e compreender a complexidade das formas de agricultura nos territórios metropolitanos, bem como para identificar confluências e divergências para a constituição de novos sujeitos coletivos. Nesses territórios podem ser potencializadas as tradições e as inovações que marcam a proposta agroecológica. O aprofundamento e a ampliação dos debates sobre os princípios que fundamentam a racionalidade camponesa, sobre o "modo camponês de fazer a agricultura" (PLOEG, 2008; SEVILLA GUZMÁN; MOLINA, 2013), apresentam-se como um caminho possível para a afirmação e uma identificação comum entre os sujeitos que praticam ou apoiam a agroecologia nas regiões metropolitanas.

Por outro lado, a associação do campesinato à forma de produzir e ao modo de viver *no meio rural*, bem como sua redução à idealização de uma categoria social ou apenas às formas familiares de produção (não englobando formas coletivas), são obstáculos à compreensão e apropriação da proposta agroecológica quando se trata dos processos territorializados nas regiões metropolitanas. Essa associação exclusiva com o meio rural (e frequentemente em oposição ao urbano) distancia em vez de aproximar, reforçando uma separação ou dicotomia entre sujeitos e organizações que têm em comum a prática ou a intenção de organização da agricultura com base nos princípios da agroecologia nos territórios metropolitanos[100].

Outra questão conceitual e política que informa a interpretação das formas de agricultura encontradas nos espaços metropolitanos, bem com os debates conceituais sobre a agricultura urbana, tem relação com as diferentes interpretações dos significados da categoria "agricultura familiar" no contexto brasileiro. Como já assinalado por Sauer (2008) e Wanderley (2014), a apropriação desse conceito por estudiosos, formuladores de políticas e organizações e movimentos sociais no Brasil é expressão de uma disputa

[100] Uma visão geral dos contextos metropolitanos, apresentada a seguir de forma bastante genérica, será problematizada empiricamente para o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, no capítulo 4.

política que tem como marco histórico o início dos anos 1990. Entretanto, o esforço de universalização, que representa a institucionalização dessa categoria pelas políticas governamentais e movimentos sociais, conduz a uma aparente homogeneidade da realidade, que de fato não representa o conjunto diverso de situações vivenciadas pelas/os agricultores/as, particularmente nos centros metropolitanos.

Como sugere a literatura (SAUER, 2008; WANDERLEY, 2014), se a utilização dessa categoria como referência para as políticas públicas e para a geração de estatísticas permite uma diferenciação inicial dos pequenos estabelecimentos agrícolas familiares em relação à agricultura patronal e aos latifúndios, também dificulta a leitura das diferenças "internas" desse vasto conjunto, para as quais seriam necessárias políticas diferenciadas.

Nas regiões metropolitanas, caracterizadas por grande complexidade das relações do processo de urbanização e pela sobreposição de territórios e identidades, os limites da categoria agricultura familiar para abranger todo um conjunto de pequenos produtores são ainda mais evidentes. Considerando as categorias propostas por Ploeg (2009), entre os sistemas produtivos encontrados nas regiões metropolitanas encontram-se e se inter-relacionam, com ênfases variadas, à produção capitalista, à agricultura familiar empresarial e à agricultura familiar camponesa. Dessa forma, a utilização da categoria agricultura familiar nos estudos e ações coletivas sobre a agricultura nas regiões metropolitanas, bem como no debate sobre a agricultura urbana, deve estar subsidiada pela trajetória de problematizações sobre essa categoria que já foram acumuladas nos estudos que enfocam os contextos rurais, para não reproduzir leituras inadequadas sobre a realidade e reforçar ainda mais as imprecisões conceituais na produção de conhecimento e na proposição de ações para a agricultura urbana.

Se consideramos que a construção conceitual da agricultura urbana no Brasil tem se dado principalmente a partir do seu processo de institucionalização, são também questionáveis as relações entre a agricultura familiar e a agricultura urbana que tem sido estabelecida nos fóruns de debate sobre a formulação de políticas públicas. Nesses fóruns, pode-se observar a utilização da expressão "agricultura familiar urbana" para evidenciar a situação de agricultores/as familiares que se encontram dentro ou próximo dos perímetros urbanos dos municípios. O uso dessa expressão, particularmente por técnicos/as de empresas de assistência técnica e extensão rural e organizações de apoio à agricultura familiar, surge em momentos de questionamento e pressão para que sejam considerados os casos de agricultores/as que não se enquadravam como beneficiários das políticas de apoio

à agricultura familiar devido à localização da unidade produtiva na zona urbana legal dos municípios.

Em outras situações, observam-se intervenções que contrapõem a agricultura familiar à agricultura urbana e mobilizam pelo menos três argumentos. Um primeiro deles ressalta que as políticas atuais de apoio à agricultura familiar foram construídas na lógica das lutas e afirmação de agricultoras/es "do campo". Dessa forma, a incorporação de agricultoras/es "da cidade" como beneficiários das políticas já conquistadas representaria uma divisão dos insuficientes recursos disponibilizados atualmente pelas políticas governamentais. Outro argumento refere-se à falta de clareza de quem seriam as/os agricultoras/es urbanas/os e quais seriam os critérios para sua identificação, em contraposição aos critérios definidos pelo marco legal da agricultura familiar no Brasil. Nessa perspectiva é questionada, por exemplo, a identidade como agricultoras/es de pessoas que não têm na agricultura sua atividade principal ou não orientam sua produção para o mercado. Por fim, um terceiro argumento questiona a falta de organização social ou representatividade desse "segmento" em associações ou organizações sindicais[101].

A politização do campo da agricultura urbana, que se encontra em construção, possibilitaria ampliar a compreensão das diferentes formas de agricultura presentes nas áreas metropolitanas e criar oportunidades de encontros e intercâmbios entre os sujeitos das práticas agrícolas nessas regiões em um processo de reconhecimento mútuo. Interpretar as práticas e sujeitos dessas agriculturas com as lentes da atual disputa de paradigmas de agricultura no Brasil e da proposta agroecológica permitirá melhor entendimento de como as mesmos se inserem na sociedade, as diferentes lógicas que os orientam e as opções políticas para o fortalecimento dos sujeitos que apresentam alternativa à agricultura industrial.

O caminho trilhado até o momento na construção do campo agroecológico no Brasil revela uma trajetória frutífera ao buscar sínteses na diversidade e nas especificidades locais. Maior capilarização desse movimento nas regiões metropolitanas brasileiras ajudaria a difundir princípios norteadores consolidados, que já demonstraram serem capazes de construir convergências e identidades comuns entre diferentes atores tanto nacionalmente, como nos territórios onde se consolidam as dinâmicas de redes e

[101] Registro aqui meu agradecimento a Marcos Vinícius, Diretor de Política Agrícola e Cooperativismo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), pela colaboração na identificação das principais contraposições entre a agricultura familiar e a agricultura urbana registrados nos fóruns de debate sobre políticas públicas.

articulações. No sentido inverso, mais integração das dinâmicas metropolitanas em torno da agricultura urbana no movimento agroecológico contribuiria para a superação da dicotomia rural-urbano ainda presente no enfoque agroecológico, para o reconhecimento e fortalecimento de novos sujeitos coletivos que buscam hoje um novo modo de vida por meio da prática da agroecologia e para a ampliação de processos de transição agroecológica tanto em unidades de produção como em políticas territoriais metropolitanas.

2.6 Da questão ambiental

A questão ambiental compõe um terceiro bloco de reflexões a se destacar na análise das conexões entre a agroecologia e a agricultura urbana. Em ambas as temáticas pode-se explorar uma relação com os debates e proposições que emergem dos estudos ambientais e do socioambientalismo.

Como todos os campos, os estudos ambientais também apresentam variações internas que se expressam em diferentes correntes de pensamento, e no presente estudo é adotada a perspectiva teórica da ecologia política. Essa abordagem analítica compreende o meio ambiente como uma construção social e busca explicitar as diferentes formas de conceber e interagir com a natureza. Assim, a própria noção de meio ambiente é objeto de diferentes interpretações e conflitos. Para autores/as dessa corrente, como Bryant e Bailey (1997), é preciso relacionar os problemas ambientais ao contexto político e econômico no qual foram gerados, uma vez que a distribuição desigual dos custos e benefícios resultante das mudanças ambientais pode acentuar ou reduzir desigualdades sociais e econômicas já existentes e pode ter implicações políticas na alteração das relações de poder entre diferentes atores.

Acselrad (2010) argumenta que o *senso comum ambiental* mais difundido está associado ao risco de escassez de recursos em matéria e energia, que enfatiza a necessidade de se colocar em prática o que denomina como a economia de meios (usar tecnologias adequadas, evitar desperdício, etc.). Mas que não questiona os fins para os quais são apropriados a matéria e a energia disponível no planeta. O enfoque do senso comum ambiental não coloca em questão a desigualdade social nas condições de acesso aos recursos naturais e a disputa por usos alternativos para distintos fins; a desigualdade social no poder de causar impacto; e a desigualdade na distribuição dos riscos e danos ambientais (ACSELRAD, 2010, p. 01). Assim, o autor ressalta que, desconectada da questão social, a

"causa ecológica" é considerada consensual e universal e a questão ambiental é despolitizada e reduzida a soluções de ordem técnica ou de gestão econômica. Para Acselrad, a abordagem dos conflitos ambientais apresenta grande potencial de politização da questão ambiental, pois os mesmos expressam as "contradições no agenciamento espacial de atividades, das formas sociais de uso e apropriação dos recursos no território, notadamente no que respeita aos sentidos politicamente atribuídos aos espaços não mercantis dos bens de uso comum" (p. 04).

A perspectiva da ecologia política também informa as reflexões críticas sobre a incorporação do conceito de meio ambiente no discurso desenvolvimentista, que culminou na publicação de um documento de referência pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: "*Nosso Futuro Comum"* (BRUNDTLAND, 1987). Esse documento cunha o conceito de desenvolvimento sustentável como "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades"[102]. Nesse cenário, Sachs (2000) reporta uma inversão da ênfase na preocupação com os impactos ambientais para mais ênfase na preocupação com o risco dos impactos ambientais sobre os projetos econômicos no presente e no futuro. É incorporada no pacote do discurso desenvolvimentista a noção de planejamento e administração eficiente dos recursos naturais.

Em outra mudança discursiva ressaltada pelo autor, o crescimento econômico, que já era considerado o caminho para a superação da pobreza, passa a ser considerado também o caminho para conter o desastre ambiental. Sachs (2000), nessa perspectiva e com base no argumento de que a pobreza intensifica a pressão sobre o ambiente e reduz a capacidade das pessoas de usar recursos de maneira sustentável, alerta que os pobres, que antes eram considerados "futuros candidatos a um estilo de vida industrial", passam a ser identificados como potenciais agentes de destruição ambiental. Dessa forma, a noção de desenvolvimento sustentável como uma "saída" para conciliar crescimento econômico e preocupação com o meio ambiente acaba por sugerir mais crescimento para conter o desastre ambiental para as futuras gerações.

---

[102] Para Wolfgang Sachs (2000), uma série de eventos organizados pelas Nações Unidas na década de 70 corresponde a um período no qual a ocorrência de acontecimentos com impactos ambientais (inicialmente em escala local, e posteriormente com dimensão internacional) resultaram na percepção de um espaço global inter-relacionado e em preocupações da sociedade geral e da comunidade científica com o avanço e as consequências da industrialização e do entusiasmo com o crescimento econômico que se seguiu após a Segunda Guerra Mundial. São marcos de referência desse processo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972, bem como a publicação do relatório do Clube de Roma, Limites ao Crescimento (em 1972), que questionava a perspectiva de crescimento ilimitado a partir da limitada capacidade de sustentação e da finitude dos recursos naturais globais.

Desde então, Sachs (2000) argumenta que a construção social do significado histórico e político do desenvolvimento sustentável e do sentido da ameaça à sobrevivência da humanidade tem justificado a ampliação de estruturas institucionais ligadas ao capital, como o Banco Mundial; a expansão da intervenção do Estado na vida dos cidadãos por meio de sistemas de monitoramento, mecanismos regulatórios e órgãos executores; a multiplicação de uma classe de profissionais necessária à execução dessas tarefas e soluções intensivas baseadas em capital, burocracia e ciência, e com alto custo social. Para o autor, a conformação desse *discurso ecocrático* permanece preso a uma visão econômica ocidental e cego à diversidade encontrada fora desse circuito:

> Não querendo reconsiderar a lógica do produtivismo competitivo que está na raiz do conflito ecológico do planeta, ele [o discurso ecocrático] reduz a ecologia a um conjunto de estratégias administrativas visando uma eficiência de recurso e o gerenciamento de risco. Ele trata como problema técnico o que de fato remonta a nada menos do que um impasse civilizacional – ou seja, que o nível de desempenho produtivo já alcançado acaba se mostrando inviável no hemisfério norte, sem falar no resto do globo. Com o aparecimento da ecocracia, entretanto, o debate fundamental necessário para questões de moralidade pública – tais como a maneira pela qual a sociedade deve viver ou o que, quanto e de que maneira deve produzir e consumir – cai no esquecimento. Em vez disso, as aspirações ocidentais são implicitamente consideradas como certas, e não só no Ocidente, mas no mundo inteiro, e as sociedades que decidirem não colocar toda a sua energia na produção e deliberadamente aceitam um escoamento mais baixo de produtos, tornam-se impensáveis (SACHS, 2000, p.129).

Dessa forma, para o autor, renova-se o mito de um tipo de desenvolvimento como um único modelo a ser seguido como o melhor para a humanidade, baseado em interesses e em uma visão ocidental do mundo, que tem forças universalizantes no mercado, no Estado e na ciência. Esse modelo desconsidera as diversas formas de interação social existentes no mundo que operam de forma diferente da lógica econômica do mercado, fora do círculo da sociedade econômica do Ocidente (SACHS, 2000)[103].

Escobar (1996), outro autor que integra a corrente da ecologia política, também analisa por que o conceito de desenvolvimento sustentável elaborado pelo Relatório Brundtland foi um caminho amplamente aceito, bem como os problemas que podem estar associados a esse consenso. Apresentando uma abordagem pós-estruturalista e de análise

---

[103] Há ampla bibliografia disponível sobre a construção ideológica e discursiva do desenvolvimento sustentável, que pode ser acessada nos trabalhos de Sachs (2000), Martínez Alier (2007), Zhouri e Laschefski (2010).

do discurso não apenas como um reflexo da realidade, mas como parte constitutiva da realidade, o autor caracteriza esse processo como uma forma pós-moderna de capitalização da natureza. Para Escobar, o discurso de desenvolvimento sustentável tem mediado as relações entre natureza e o capital, permitindo a reconciliação de dois antigos inimigos – crescimento econômico e preservação do meio ambiente, sem questionamentos ao sistema de mercado. Nessa perspectiva, o autor adverte que o processo de capitalização da natureza (compreendida como recursos para uma produção futura), observada na fase atual do capitalismo, traz o risco de cooptação e de uma "adesão" acrítica, por diferentes setores da sociedade, a uma visão e crença na gestão e no planejamento como caminhos para o progresso e o desenvolvimento.

Para além das reflexões teóricas e conceituais, esse paradigma do desenvolvimento sustentável tem influenciado debates e a definição de agendas globais em eventos internacionais das Nações Unidas, que por sua vez têm orientado a formulação de políticas em diferentes escalas. Mais recentemente, em 2012, a pauta da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), também conhecida como Rio +20, indica uma reafirmação desse paradigma e do contexto no qual se observa uma confluência entre as políticas ambientais e neoliberais. A *economia verde* surge então como um discurso renovado da ideia de sustentabilidade como uma adequação do sistema econômico atual e da proposição de procedimentos técnicos e administrativos voltados para a solução de questões sociais e ambientais.

O campo da ecologia política permite aprofundar a politização das questões ambientais, ressaltando seu potencial emancipatório. Leff (1994) mostra uma perspectiva de transformação social e política a partir da construção do movimento ambiental e da democracia na América Latina, enfatizando o papel da sociedade civil nessa construção. Na abordagem do autor, o movimento ambiental é considerado menos como um movimento social em sentido estrito e mais como um movimento histórico de transformação civilizadora e ampla resposta social a uma crise de civilização. Por outro lado, ele acentua as dificuldades de se definir novas formas organizativas e novos protagonistas do ambientalismo para se avançar na construção de um projeto consolidado de democracia ambiental a partir de um virtual potencial de articulação de classes e movimentos dispersos.

Martínez Alier (2007) divide as tendências que compõem o ambientalismo internacional em três principais correntes. Na primeira, respaldada cientificamente pela biologia da conservação (e denominada pelo autor de *o culto à vida silvestre*), as ênfases

estão nos valores intrínsecos à natureza e na defesa à preservação das paisagens e dos *habitats* naturais ameaçados pelas atividades urbano-industriais. Uma segunda tendência, "batizada" pelo autor como *evangelho da ecoeficiência*, tem como foco a compatibilização das atividades econômicas industriais e agrícolas com técnicas menos agressivas e poupadoras de recursos naturais, dada sua utilidade para a sociedade. Nessa corrente, há preocupação, mas não oposição ao crescimento econômico, difundindo-se as noções de desenvolvimento sustentável e modernização ecológica. A terceira vertente (intitulada pelo autor como *ecologismo dos pobres ou ecologismo popular*) caracteriza-se pela luta de populações e movimentos sociais pela preservação do ambiente no qual vivem (e do qual sobrevivem) e se encontra ameaçado por interesses políticos e econômicos. Essa vertente também é identificada pelo conceito de *justiça ambiental*, que denuncia a distribuição desigual dos riscos e danos ambientais da sociedade moderna (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p.21).

A origem da proposta agroecológica no Brasil (e também internacionalmente) resulta da confluência histórica entre setores críticos à agricultura convencional com o movimento ambientalista, que tem origem no final do século XIX como uma reação aos efeitos negativos iniciais da industrialização percebidos nas sociedades do primeiro mundo. Ao longo do tempo, o movimento ambientalista se complexificou, delineando diferentes vertentes que correspondem às distintas compreensões do modelo de desenvolvimento dominante, bem como aos interesses envolvidos na interação entre sociedade e natureza (LISBOA, 2009, p. 129).

A agricultura está inscrita nesse debate tanto como causadora como vítima da degradação ambiental. Os chamados movimentos de agriculturas alternativas das décadas de 1970-1980 alinhavam-se a vertentes do movimento ambientalista e da ciência que criticavam as bases científicas da chamada agricultura convencional e lutavam contra os impactos negativos dos avanços tecnológicos tanto no campo como na cidade (testes atômicos, usinas nucleares, agrotóxicos, indústrias químicas, incineradores e tantos outros)[104]. Esse período também está marcado pelo movimento de contracultura, que fazia uma crítica radical à sociedade de massas e ao consumismo e propunha outros modos de vida mais simples[105].

---

[104] A publicação "A primavera silenciosa", da bióloga estadunidense Rachel Carson, em 1962, é um marco importante para os movimentos ambientalistas dos anos 1970, pois é com esse livro que começa a crítica ao uso de substâncias químicas, como agrotóxicos e outros insumos industriais (LISBOA, 2009, p. 131)

[105] Lisboa (2009, p. 133) salienta a formação de comunidades *hippies* em vários países, que vão viver no

No período que se segue, amplia-se o enfoque da crítica às tecnologias difundidas pela Revolução Verde, para um questionamento mais amplo ao modelo de desenvolvimento imposto pela modernização da agricultura. Com a intensificação da globalização, iniciativas tecno-produtivas e socio-organizativas emergem em diversos países e regiões do mundo (e também no Brasil) e se articulam nas escalas regionais, nacionais e internacionais em busca de alternativas e também de enfrentamento à insustentabilidade ambiental do atual modelo de desenvolvimento (CAPORAL; AZEVEDO, 2011, p. 95; LISBOA, 2009, p. 129). Assim, consolidam-se os conceitos de agroecologia e justiça ambiental, bem como os movimentos sociais relacionados, que atualmente compartilham importantes temas mobilizadores: a violação de direitos de populações tradicionais por grandes projetos de infraestrutura, pela mineração e pela expansão do agronegócio, como também a luta contra os transgênicos e os agrotóxicos.

No cenário brasileiro, é significativa a relação entre o campo agroecológico e o movimento por justiça ambiental. A análise dessa relação se enriquece com a incorporação das formulações conceituais do campo dos conflitos ambientais (que se insere na vertente teórica da ecologia política e da justiça ambiental) e explicita os modos de apropriação, uso e significação do território por diferentes grupos sociais ou agentes (ACSELRAD, 2004b) e a contraposição entre modos de vida de grupos locais e modo de vida da sociedade urbano-industrial (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

A agroecologia explicita os conflitos ambientais que resultam das injustiças e da contraposição entre formas sociais culturalmente enraizadas de uso e apropriação dos recursos no território e os impactos da organização capitalista da produção e do sistema alimentar, como é o caso de comunidades tradicionais e povos indígenas ameaçados por megaprojetos e pela expansão do agronegócio. Além disso, a agroecologia expõe as contradições do aprofundamento do modelo tecnológico para a agricultura difundido pela Revolução Verde, como uma expressão da *modernização ecológica*. O atual modelo do agronegócio propõe adequações ao modelo da Revolução Verde e soluções do tipo "mais do mesmo", com base em interesses de curto prazo, ocultando seu próprio papel na geração e configuração do estado de crise ambiental atual e seu agravamento no futuro.

Como um exemplo recente, a Carta do III Encontro de Agroecologia, realizado em maio de 2014[106], analisa os padrões de desenvolvimento rural atualmente dominantes no

---

campo e praticar uma agropecuária de pequena escala e sem agrotóxicos.

[106]Para mais informações sobre o III Encontro Nacional de Agroecologia: <http://enagroecologia.org.br>.

Brasil e enfatiza os conflitos decorrentes do avanço do agronegócio, da mineração e dos grandes projetos de infraestrutura sobre os territórios historicamente ocupados pela agricultura familiar camponesa, pelos povos indígenas e comunidades tradicionais (ENA, 2014). Os debates realizados ao longo do III ENA denunciaram os impactos sociais e ambientais desse modelo hegemônico de produção do espaço no campo e o papel desempenhado pelo Estado para garantir os interesses dos capitais industrial, financeiro e agrário. Tais debates anunciaram as expressões de resistência das populações no campo (seja na produção ou na reprodução) e evidenciaram a existência de crescente aproximação entre essas populações e outros movimentos sociais urbanos que anseiam por mudanças e respostas para questões que desafiam toda a sociedade, como a superação da miséria, a igualdade de gênero, o acesso a uma alimentação saudável, a conservação dos bens naturais e das paisagens rurais, a preservação do patrimônio cultural, entre outras.

Assim, a articulação entre a agroecologia e o reconhecimento das diferentes tendências que compõem o movimento ambientalista atualmente contribui para diferenciar, do ponto de vista da modernização ecológica ou da justiça ambiental, as correntes e práticas no campo da agricultura que hoje se apresentam em contraposição ao modelo da agricultura industrial.

Ao adotar nesta pesquisa o referencial conceitual da agroecologia, busco inserir as análises sobre a dimensão ambiental e tecno-produtiva das práticas de agricultura nos espaços metropolitanos, no debate sobre a justiça ambiental e sobre a sustentabilidade urbana. Pretendo, assim reforçar as conexões da dimensão ambiental da agricultura urbana com as questões sociais, não reduzir sua função ambiental a uma ordem econômica e técnica e visibilizar as contradições entre diferentes formas sociais de uso e apropriação dos recursos no território, especialmente dos bens de uso comum. Ainda que os conflitos associados ao uso agrícola do solo urbano não são comumente encontrados na literatura acerca dos conflitos ambientais, este enfoque também foi adotado como uma opção teórica e analítica nesta pesquisa, indicando ainda a relevância de aprofundar estudos sobre suas particularidades nas cidades e regiões metropolitanas brasileiras[107].

[107] O debate sobre a sustentabilidade urbana e sobre as análises e intervenções urbano-ambientais será retomado no próximo capítulo. E uma leitura sobre os conflitos associados à prática da agricultura na RMBH será apresentada no capítulo 4.

2.7 Rumo à agroecologia urbana?

A aproximação entre a agroecologia e a agricultura urbana pode levar à configuração de um novo campo – a *agroecologia urbana* – que relacione e explicite os princípios e dimensões do enfoque agroecológico aos sistemas produtivos, aos sujeitos sociais e aos territórios urbanos.

Essas conexões mostram vias alternativas para melhor qualidade de vida nas cidades e para enfrentamento de importantes questões urbanas, ampliando possibilidades para a segurança alimentar da população urbana, para a reconfiguração territorial de vastas extensões de terra nas zonas rurais existentes nas regiões urbanizadas e mesmo para o redesenho das cidades.

Mais que um conjunto de técnicas ou tecnologias que podem ser aplicadas a diferentes contextos, os princípios da agroecologia se articulam à construção de um novo paradigma produtivo, no qual a reprodução da vida e o interesse comum se opõem à reprodução do capital e ao lucro individual. A riqueza da proposta agroecológica está associada à sua flexibilidade e adaptabilidade às realidades locais e, portanto, se apresenta como mais uma via de ativação da criatividade dos atores e lugares urbanos. Esta tese propõe olhar para as práticas agroecológicas encontradas nos locais urbanos no sentido de compreender como as mesmas se estabeleceram em determinadas localidades (e podem inspirar o estabelecimento em outras), como se relacionam com dimensões territoriais e institucionais, bem como qual é o seu potencial endógeno próprio e do conhecimento que se encontra ali acumulado. O encontro da diversidade de espaços produzidos pelas práticas agroecológicas com a diversidade própria das metrópoles e dos conhecimentos nela acumulados provoca conexões ainda pouco exploradas entre a reprodução ecológico-cultural de agroecossistemas; a função social e o valor de uso da terra; e a reconfiguração dos sistemas alimentares nas regiões metropolitanas.

Nesse sentido, as discussões apresentadas nos dois capítulos seguintes buscam esclarecer a concepção teórica de urbano que orienta este trabalho e que pode contribuir para ampliar o referencial prático e teórico da agroecologia. Partindo desse enfoque teórico, busco ainda argumentar que as práticas agrícolas não devem apenas ser associadas a diferentes expressões do rural localizadas nas cidades ou a um novo modismo das cidades, pois também podem expressar força criativa e inovação nas formas de produção da vida urbana. Articuladas à questão ambiental, as práticas agrícolas urbanas evidenciam a natureza como base material e simbólica de vida e de trabalho nos centros urbanos.

Como um desdobramento futuro dessas conexões, o esforço de construção de um novo campo que aproxime o debate conceitual e político sobre a agroecologia e a agricultura urbana pode criar oportunidades para que o diálogo de saberes agroecológicos cultive, nos espaços metropolitanos, novas perspectivas para se repensar a cidade como espaço possível de convivência entre as pessoas e a natureza urbana. Fundada na racionalidade camponesa, centrada na reprodução social e ambiental e expressa na construção de sistemas de produção e territórios mais sustentáveis, a agroecologia urbana pode desempenhar decisivo papel no movimento de contraposição à urbanização industrial e no desenho de modos de vida mais sustentáveis na sociedade em urbanização. Para tanto, é necessário um deslocamento do lugar periférico que a agricultura ocupa nas atenções dos estudos urbanos, explorar as potencialidades do "urbano" para difundir a proposta agroecológica e envolver outros e novos sujeitos na transformação das relações da população urbana com o alimento, na aproximação entre consumidoras/es e produtoras/es, na autonomia financeira das/es agricultoras/es, na disponibilidade local e no acesso a alimentos saudáveis.

CAPÍTULO 3 – DE QUAL URBANO ESTAMOS FALANDO?

3.1 A dialética socioespacial, as contradições e as aberturas

Este capítulo apresenta proposições conceituais e teóricas que inspiraram a compreender as práticas agrícolas nos territórios metropolitanos como práticas socioespaciais urbanas, assim como ampliar o debate conceitual sobre a agricultura urbana.

A concepção teórica adotada neste estudo considera o espaço como uma categoria central para se compreender a sociedade e incorpora outras categorias relacionadas ao espaço, como os conceitos de território e lugar.

O encontro com o pensamento dialético socioespacial de autores como Doreen Massey, Edward Soja, Henri Lefebvre e Milton Santos motivou-me a pensar a agricultura urbana como uma prática socioespacial. Esses autores, cada um à sua maneira, argumentam que o espaço é produzido pelas relações sociais, assim como estas são alteradas por sua dimensão espacial. Dessa forma, suas proposições teóricas distanciam-se das abordagens que consideram o espaço uma abstração matemática, um dado a-histórico, uma coisa em si, um conjunto de objetos ou ainda apenas uma superfície, o palco ou o continente das relações sociais.

Como já mencionado no capítulo introdutório, esta pesquisa se inspira, especialmente, no pensamento e nas proposições políticas presentes na vasta obra de Henri Lefebvre. Muito já foi e tem sido escrito sobre sua obra: amplas revisões e releituras feitas por estudiosos e inúmeras dissertações e teses estão disponíveis, enfatizando categorias, seu método ou ainda tecendo críticas. Portanto, é importante esclarecer que a ênfase neste estudo não é dissertar sobre o trabalho do autor, e sim dialogar com ele, ainda que se corra o risco de trazer apenas parte de sua obra e deixar de lado tantos outros "Lefebvres" que conformam um pensamento complexo, que transita entre campos diversos como a Filosofia, a Sociologia, a Geografia, a Arquitetura e a Economia, entre outros.

O conceito de produção do espaço, proposto pelo autor, desloca o interesse das coisas no espaço e dos discursos sobre o espaço para a própria produção do espaço, procurando revelar as relações sociais nele contidas (LEFEBVRE, 1991b, p. 37).

A dialética socioespacial está na base da teorização do espaço (social) como um produto (social). Na proposição de uma teoria sobre o espaço, Lefebvre introduz a ideia do espaço social e cria uma forma nova de olhar o espaço que envolve e faz convergir pelo menos três perspectivas diferentes - o espaço físico (da natureza e do cosmos), o espaço

mental (da lógica e da abstração formal) e o espaço social. Nos termos de Soja (1993), observa-se uma trialética na obra de Lefebvre, uma ruptura e uma abertura do que em geral é visto como oposições binárias (espaço físico e espaço mental) pela introdução de um "terceiro" elemento, que não se situa entre os opostos, mas os engloba e representa mais que a soma das duas partes.

Edward Soja (1993) também argumenta sobre a importância da elaboração teórica de Lefevbre para uma reinserção da problemática espacial na teoria social crítica e para a compreensão das relações sociais do mundo contemporâneo, ao propor uma mudança na perspectiva economicista e produtivista, segundo a qual a organização do espaço é somente determinada pelos processos econômicos. Segundo Soja, Lefebvre desloca o enfoque das elaborações teóricas estruturalistas sobre a manutenção do modo de produção para os processos pelos quais se realiza a reprodução das relações de produção e dá centralidade à dimensão espacial desses processos, ampliando a noção de espaço (social).

As complexidades e sobreposições das relações sociais do espaço social são mais bem compreendidas pela tríade espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido, proposta por Lefebvre. O espaço percebido corresponde à prática espacial materializada, cotidiana e legível, produzida lentamente pela sociedade, por dominação ou apropriação. Associadas ao espaço percebido, Soja (2000, p. 39) identifica as perspectivas de análise mais objetivas, que tratam das "coisas no espaço". Já o espaço concebido é conformado pelas representações do espaço, o campo mais mental ou ideal, que apesar de serem abstrações elaboradas intelectualmente e pela imaginação, cerceiam ou conduzem nossa ação (o espaço dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas e agenciadores). O espaço vivido se expressa nos espaços de representação, onde a vida, a prática social, não é constrangida ou vai além da ordem imposta pelos espaços concebidos (LEFEBVRE, 1991b, p. 38,41). Para Soja (2000, p. 40), os espaços vividos encaminham uma forma de compreender a produção do espaço que ao mesmo tempo em que articula as perspectivas que tratam das "coisas no espaço" com as "reflexões sobre o espaço", amplia o alcance e a complexidade da imaginação geográfica, sendo simultaneamente real e imaginária, atual e virtual (SOJA, 2000, p. 40). Lefebvre alerta que há uma multiplicidade de espaços sociais superpostos e interpenetrados (LEFEBVRE, 1991b, p. 86), sendo de uma só vez percebidos, concebidos e vividos diretamente (LEFEBVRE, 1991b, p. 356).

A perspectiva da dialética socioespacial também está presente na noção de espaço geográfico, proposta por Milton Santos na sua extensa obra sobre a questão espacial: "o espaço deve ser considerado uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá

vida" (SANTOS, 2012, p. 15). Segundo o autor, espaço e sociedade não podem ser entendidos como coisas separadas ou reunidas posteriormente. O espaço é uma instância da sociedade que contém processos econômicos, cultural-ideológicos e político-institucionais, mas também está contido nesses mesmos processos, que por sua vez têm sua espacialidade própria e se "articulam" no espaço. Dessa forma, o espaço deve ser considerado nas análises como uma instância ativa e não apenas como um instrumento ou um reflexo da dinâmica socioespacial. O pensamento de Milton Santos também ajuda a compreender a essência social do espaço ao abordá-lo como soma, como uma síntese provisória entre o conteúdo social e as formas espaciais: "um produto social em permanente processo de transformação" (SANTOS, 2012, p. 67). As formas geográficas, entendidas como distribuição ou organização dos objetos geográficos naturais ou artificiais sobre um território, são na verdade "formas-conteúdo" que estão em permanente mudança de significação, ao mesmo tempo em que o "conteúdo ganha nova dimensão ao encaixar-se na forma" (SANTOS, 2012, p. 13).

Já Doreen Massey enfatiza o caráter político do espaço e argumenta sobre a importância de se explicitar o modo como pensamos o espaço/a espacialidade no mundo contemporâneo, pois esse entendimento afeta o modo como compreendemos as questões e desafios da nossa época e afeta nossas atitudes frente aos outros e nossa prática política (MASSEY, 2008, p. 16).

A autora problematiza algumas compreensões de espaço, construídas durante a modernidade, e também pelo pensamento pós-moderno que, mesmo não explicitamente discutidas, sustentam e retroalimentam entendimentos mais amplos do mundo:

> A imaginação do espaço como uma superfície sobre a qual nos localizamos, a transformação do espaço em tempo, a clara separação do lugar local em relação ao espaço externo são todos meios de controlar o desafio que a espacialidade, inerente ao mundo, apresenta. Na maioria das vezes, ela não é pensada. [...] Um dos temas recorrentes no que se segue é, simplesmente, como de fato se pensa tão pouco explicitamente sobre o espaço. No entanto, as constantes associações deixam efeitos residuais. Desenvolvemos meios de incorporar uma espacialidade às nossas maneiras de ser no mundo, aos modos de lidar com o desafio que a enorme realidade do espaço projeta. […] As trajetórias de outros podem ser imobilizadas enquanto prosseguimos com as nossas; o desafio real da contemporaneidade dos outros pode ser desviado ao os relegarmos a um passado (retrógrado, antiquado, arcaico); os fechamentos defensivos de um lugar essencializado parecem permitir um descomprometimento mais amplo e fornecer um alicerce seguro (MASSEY, 2008, p. 26).

Massey elabora três proposições alternativas para conceituar o espaço, evidenciando algumas conexões potenciais entre a imaginação do espaço e a imaginação do político. Essas proposições reconhecem o espaço como “produto de inter-relações” globais e locais (do inimaginavelmente cósmico até o intimamente pequeno), sendo constituído a partir de interações. Compreendem o espaço como “esfera da possibilidade de existência da multiplicidade”, que se relaciona com e se constitui por meio da diferença (entendida como a coexistência da heterogeneidade) e tem habilidade em incorporar trajetórias relativamente independentes que podem ou não se encontrar e se afetar mutuamente. Por fim, afirmam o espaço como estando sempre “em construção” e, portanto, aberto, inacabado, encontrando-se sempre em processo e contendo sempre um grau de inesperado, de imprevisível, distanciando-se da inexorabilidade de grandes narrativas da modernidade, como o progresso, o desenvolvimento e a modernização (MASSEY, 2004, p. 17).

A essas proposições a autora agrega dois pontos. O primeiro distingue o caráter relacional do espaço do que Massey caracteriza como "holismo *New Age*", que concebe o mundo como uma construção com base em inter-relações, mas onde, em certo sentido, tudo já está conectado com tudo e todas as relações já se encontram previamente estabelecidas. O segundo ponto afirma a espacialidade como uma fonte de produção de novas trajetórias, de novas estórias: uma fonte de produção de novos espaços, novas identidades, novas relações e diferenças (MASSEY, 2004, p. 17). Em suma, “...um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço deve sê-lo” (MASSEY, 2008, p. 32).

Segundo a autora, essas novas imaginações geográficas vêm ao encontro das demandas do mundo contemporâneo, como novas formas de política, nas quais o espaço aberto e ativo seja parte da geração e da produção do novo; nas quais sejam expostos e desafiados os mapas de poder por meio dos quais as identidades são constituídas; nas quais o mundo não seja imaginado em termos de sequências históricas, que organizam o espaço em uma sequência temporal.

Entre essas demandas contemporâneas, Massey ressalta a afirmação da identidade do lugar (ou, de forma mais geral, da especificidade geográfica) como sendo construída em relação a outras partes e não em oposição ao espaço (abstrato e externo). A identidade do "lugar" pode se referir a localidade, região, Estado-nação, à "União Europeia" ou a qualquer outra entidade geográfica. Na perspectiva da autora, o lugar deve ser reimaginado como: a) não delimitado; b) não definido em termos de exclusividade; c) não definido em

termos de contraposição entre um dentro [*inside*] e um fora [*outside*]; d) não dependente de falsas noções de uma autenticidade internamente gerada (MASSEY, 2004, p. 20).

O lugar, entendido como uma síntese de relações sociais e escalas variadas, ponto de encontro de trajetórias e estórias diversas e dotado de múltiplas identidades, se contrapõe à noção estática e defensiva de comunidade ou mesmo à escala do local (MASSEY, 2000). A compreensão da identidade do lugar como sendo construída por intermédio de relações com outras partes se aproxima de uma posição política que permite tanto a apreciação das especificidades locais quanto a manutenção de uma perspectiva internacionalista (MASSEY, 2004, p. 20). É nessa ótica que a autora identifica a possibilidade de uma atuação política sobre o lugar, como objeto de reivindicação, de forma articulada com outras reivindicações e pautas políticas mais universalistas, conferindo "um sentido global de lugar" (MASSEY, 2000).

O conceito de território também é utilizado nesta tese para dialogar com outras dimensões dos aspectos geográficos dos fenômenos sociais. Em um esforço de diferenciação entre as categorias espaço e território (frequentemente usados como sinônimos) e de síntese sobre as diversas concepções de território, Haesbaert (2012) conceitua território como uma abordagem do espaço que privilegia a dimensão política ou, em outras palavras, a espacialidade das relações de poder materiais e simbólicas.

> Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra ou no "*territorium*" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufrui-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação" (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

Segundo o autor, o território diz respeito tanto ao poder no sentido de dominação, quanto ao poder no sentido de apropriação. Em diálogo com o pensamento lefebvriano, Haesbaert ressalta a distinção entre *apropriação*, como um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do "vivido", do valor de uso e *dominação* ("possessão", "propriedade"), como um processo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. O território, como "espaço-tempo vivido", é sempre múltiplo, "diverso e complexo", ao contrário do território "unifuncional" proposto pela lógica capitalista hegemônica (HAESBAERT, 2005, p. 6774). Como o poder é exercido sobre o espaço tanto para

realizar “funções” quanto para produzir “significados”, todo território é, em diferentes combinações, funcional e simbólico (HAESBAERT, 2005, p. 6776).

O autor faz uma crítica ao discurso da desterritorialização e propõe, em contraposição, o aprofundamento do debate sobre a noção da multiterritorialidade e sobre os processos de multiterritorialização, especialmente pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que eles implicam (HAESBAERT, 2012).

> Multiterritorialidade aparece como uma resposta a esse processo identificado por muitos como “desterritorialização”: mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, propomos discutir a complexidade dos processos de (re)territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade (HAESBAERT, p. 2005, 6774).

> [...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004, p. 344 *apud* HAESBAERT, 2005, p. 6789).

Lefebvre argumenta que cada período histórico, cada sociedade (e consequentemente cada modo de produção) tem sua própria lógica de produção do espaço. As relações sociais de reprodução e produção intervêm diretamente na produção do espaço segundo suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades e as épocas. Para o autor, as relações dominantes de produção se reproduzem no espaço que deve ser considerado, portanto, uma categoria central na reprodução da sociedade capitalista (LEFEBVRE, 1991b)[108].

Na perspectiva lefebvriana, o capitalismo tem sobrevivido estendendo-se no espaço, para além das unidades de produção e das empresas, expandindo o controle do Estado e do capital sobre as condições de produção e reprodução da sociedade e suas

[108] Entre os vários aspectos da teorização lefebvriana sobre produção do espaço, Soja (1993) enfatiza sua concepção de que as relações dominantes de produção se reproduzem no espaço e “a sobrevivência do capitalismo tem dependido da produção e ocupação distintas de um espaço fragmentado, homogeneizado e hierarquicamente estruturado – obtido, sobretudo, através do consumo coletivo burocraticamente controlado (isto é, controlado pelo Estado), da diferenciação entre os centros e as periferias em escalas múltiplas, e da penetração do poder estatal na vida cotidiana. A crise final do capitalismo só poderá surgir quando as relações de produção não mais puderem ser reproduzidas, e não simplesmente quando a produção em si for paralisada” (SOJA, 1993, p. 115).

contradições. Criando novos espaços e subordinando espaços (nos quais se privilegiava a reprodução) à lógica da mercantilização e da industrialização, aprofundam-se e renovam-se as relações sociais centradas na acumulação de capital. O autor apresenta a noção de espaço abstrato, produzido pelo Estado e pelo capital como o espaço dos centros de riqueza e de poder que se projeta, molda e domina os espaços das periferias; o espaço organizado em uma forma que oculta e mascara a ordem social dominante (1991b, p. 289, 308). Essa forma dominante de espaço, hierárquica, tende à homogeneidade e busca reduzir obstáculos que encontra por meios muitas vezes violentos e de repressão. Ao mesmo tempo, esse espaço homogêneo é dividido em fragmentos que são especializados, negociados e reconectados de forma a atender às exigências e desempenhar funções necessárias do processo de acumulação do capital:

> O espaço abstrato não pode ser concebido abstratamente. Ele tem um "conteúdo", mas esse conteúdo é tal que a abstração o "compreende" por meio de uma prática que lida com este conteúdo. O fato é que o espaço abstrato contém contradições que a forma abstrata parece resolver, mas que são claramente reveladas pela análise. Como isto é possível? Como pode um espaço ser ao mesmo tempo homogêneo e dividido, unificado e fragmentado? A resposta está em primeiro lugar – e isto não tem nada a ver com uma relação significante-significado supostamente imanente ao espaço – no fato de que a "lógica do espaço", com sua aparente significação e coerência, na verdade esconde a violência inerente à abstração. Assim como a violência é intrínseca aos instrumentos em geral (que cortam, fatiam, assaltam, brutalizam a matéria natural) e aos sinais em geral, a violência é necessariamente imanente ao espaço instrumental, não importando o quão racional e evidente este espaço possa parecer (LEFEBVRE, 1991b, p. 306, tradução minha).

A "sociedade burocrática de consumo dirigido" é um conceito criado por Lefebvre para definir a sociedade atual, forjada no capitalismo industrial. Esse conceito busca descrever o caráter repressivo da organização da vida cotidiana e o direcionamento da sociedade para o consumo, pelo capital e pelo autoritarismo político e burocrático do Estado. O tema da vida cotidiana, da cotidianidade programada e sua relação com a produção social do espaço se faz presente de forma marcante na obra do autor, que assinala mais uma nova via para esclarecer os mecanismos de reprodução das relações capitalistas de produção. Lefebvre propõe um deslocamento do local de trabalho para o cotidiano como o espaço primeiro da exploração, da alienação e da luta de classes. Evidencia a centralidade da organização do consumo no modo de produção capitalista para além da

organização da produção. Acentua a dimensão sociocultural da ação revolucionária e da transformação social em relação à dimensão econômica.

> O cotidiano não é um espaço-tempo abandonado, não é mais o campo deixado à liberdade e à razão ou à bisbilhotice individuais. Não é mais o lugar em que se confrontavam a miséria e a grandeza da condição humana. […] O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da autorregulação voluntária e planificada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção-consumo-produção). Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las; encurrala-se o desejo. Isso substituiria as autorregulações espontâneas e cegas do período da concorrência. A cotidianidade se tornaria, assim, a curto prazo, o sistema único, o sistema perfeito, dissimulado sob os outros a que o pensamento sistemático e a ação estruturante visam. Nesse sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada ou de consumo dirigido, assim como a sua moldura, a modernidade. Se o círculo não consegue fechar-se, não é por falta de vontade nem de inteligência estratégica: é porque "alguma coisa" de irredutível se opõe. O desejo estaria aquém dessa realidade (ou abaixo dela)? Estariam além dela e abaixo a razão (dialética) ou a cidade, o urbano? Para quebrar o círculo vicioso e infernal, para impedir que se feche, é necessária nada menos que a conquista da cotidianidade, por uma série de ações – investimentos, assaltos, transformações – que também devem ser conduzidas de acordo com uma estratégia. Somente o futuro dirá se nós (os que quiserem) reencontraremos assim a unidade entre a linguagem e a vida real, entre a ação que muda a vida e o conhecimento (LEFEBVRE, 1991a, p. 81-82).

Essa perspectiva conduz para uma ação política na qual o cotidiano tem papel central. Na crítica à vida cotidiana encontram-se pistas para antepor as necessidades sociais às necessidades individuais programadas; para contornar as opressões do Estado e suas instituições; para se apropriar de espaços vividos que escapam das lógicas e mecanismos de dominação da sociedade de consumo (LEFEBVRE, 1991a).

Lefebvre argumenta que o confronto entre o espaço abstrato (produzido pelo poder econômico e político) e o espaço social (resultado da vida cotidiana e produzido pela ação e interação entre todos os atores da sociedade) indica as possibilidades de mudança social. A tendência do espaço abstrato em transformar o valor de uso coletivo do espaço em valor de troca, em eliminar as particularidades existentes, em segregar e desintegrar, engendra um novo espaço, chamado por Lefebvre de espaço diferencial. O espaço diferencial mostra as aberturas para o próprio fim do espaço abstrato, frente à incapacidade do capitalismo e do Estado em dominar o caos espacial por eles mesmos produzido (LEFEBVRE, 1991b, p. 63):

> De um ponto de vista menos pessimista, pode-se demonstrar que o espaço abstrato contém contradições específicas. Estas contradições espaciais derivam em parte das antigas contradições oriundas do tempo histórico. Passaram, portanto, por modificações: algumas se agravaram, algumas se atenuaram. Dentre elas, surgiram contradições completamente novas que podem eventualmente precipitar a ruína do espaço abstrato. A reprodução das relações sociais de produção dentro deste espaço obedece inevitavelmente a duas tendências: a dissolução de velhas relações, por um lado, e a geração de novas relações, por outro. Assim, apesar – ou talvez por causa – da sua negatividade, o espaço abstrato carrega ele mesmo as sementes de um novo tipo de espaço. Chamo este novo espaço de "espaço diferencial", porque, enquanto o espaço abstrato tende em direção à homogeneidade, em direção à eliminação das diferenças e peculiaridades existentes, um novo espaço não pode nascer (ser produzido), a não ser que ele acentue as diferenças. Ele também irá restaurar a unidade do que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social (LEFEBVRE, 1991b, p. 52, tradução minha).

As proposições teóricas e políticas de longo prazo cultivado por Lefebvre identificam na luta cotidiana que emerge do confronto entre o avanço do espaço abstrato sobre o espaço social um potencial revolucionário e um caminho para produzir um outro espaço, uma outra vida social, e um outro modo de produção; em que as mudanças na sociedade estão conectadas às mudanças no espaço: "novas relações sociais pedem um novo espaço, e vice-versa" (LEFEBVRE, 1991b, p. 59).

Às aberturas indicadas na obra de Lefebvre se somam as imaginações geográficas propostas por Massey, que enfatiza o caráter relacional e de abertura do espaço. Este contém um elemento de "caos" resultante das justaposições imprevisíveis, do encontro de trajetórias distintas que podem (ou não) interagir e não estão prescritas pelo sistema. Justamente por ser a esfera da sobreposição de diferentes narrativas, a espacialidade deve ser afirmada como uma fonte potencial de produção de novas trajetórias, estórias, identidades, relações, diferenças e de novos espaços (MASSEY, 2004, p. 17).

> [...] existem sempre - em algum momento "no tempo" - conexões ainda por serem realizadas, justaposições ainda por se transformarem em interações (ou não, pois nem todas as conexões potenciais precisam ser estabelecidas), relações que podem ou não ser efetivadas. Assim, nesta forma de imaginar as coisas, o espaço é sem dúvida um produto de relações (primeira proposição) e, por ser assim, deve ser também multiplicidade (segunda proposição). Entretanto, estas não são absolutamente relações de um sistema coerente, fechado, dentro do qual, como se diz, "tudo está (já) relacionado com tudo". Neste modo de imaginá-lo, o espaço pode não ser, nunca, aquela simultaneidade completa na qual todas as interconexões foram estabelecidas, e na qual tudo já está interligado com tudo (MASSEY, 2004, p. 8).

Já para Haesbaert (2012), o discurso da desterritorialização é de certa forma politicamente "imobilizante" e falar em multiterritorialidade e territórios-rede, moldados no e pelo movimento, implica reconhecer a importância estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade. O autor faz ainda uma distinção entre a multiterritorialidade potencial (a possibilidade de ela ser construída ou acionada) e a efetiva, em termos de intervenção na realidade concreta ou como estratégia de poder[109]:

> Falar não simplesmente em desterritorialização, mas em multiterritorialidade e territórios-rede, moldados no e pelo movimento, implica reconhecer a importância estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade. [...] Inspiramo-nos aqui no "sentido global de lugar" proposto por Doreen Massey (2000[1991]). Criticando as visões mais reacionárias que veem o lugar apenas como um espaço estável, de fronteiras bem delimitadas e identidades fixas, um pouco como nos territórios-zona aqui comentados, a autora propõe uma visão "progressista" de lugar, "não fechado e defensivo", voltado para fora e adaptado à nossa era de compressão de tempo-espaço. […] O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade. E toda ação que se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios ou não se alcançará nenhuma mudança efetivamente inovadora. Os movimentos antiglobalização e antineoliberalismo que o digam, zapatistas à frente. Pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas (HAESBAERT, 2005, p. 6790).

3.2 Agriculturas como práticas socioespaciais

Inspirada pelos autores mencionados e suas proposições teóricas e conceituais, apresento, a seguir, algumas imaginações geográficas iniciais, com a intenção de contribuir com novas formas de se pensar a espacialidade das práticas agrícolas nas cidades e

[109] Segundo o autor, essa distinção é importante, uma vez que "a disponibilidade do 'recurso multiterritorial – ou a possibilidade de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios – é estrategicamente muito relevante na atualidade e, em geral, encontra-se acessível apenas a uma minoria. Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do "primeiro" território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana" (HAESBAERT, 2004, p.360 *apud* HAESBAERT, 2005, p. 6789).

territórios metropolitanos e com a ampliação do debate conceitual sobre a agricultura urbana.

As práticas de agricultura encontradas nos territórios metropolitanos produzem espaços. Em cada tempo, em cada sociedade, em cada cidade surgem espaços cultivados, que persistem ou se transformam. Outros tantos deixam de existir. Cada espaço cultivado tem uma história que tem a ver com as pessoas daquele lugar, com suas condições socioeconômicas, com determinada localização geográfica e suas características ambientais, mas também é produto da interação com outros lugares. Simultaneamente, a história dessas práticas faz parte de um tempo e de um espaço marcado por determinações mais amplas e por valores que orientam as relações entre as pessoas e entre as pessoas e a natureza.

Como já assinalado no capítulo 1, a literatura sugere que a diversidade dos sistemas de agricultura urbana depende da interação entre múltiplos fatores, que vão desde o nível global e nacional, passando pela dinâmica de urbanização, pela esfera familiar e individual (MOUGEOT, 2000, p. 21). A escala na qual a agricultura é praticada também é variada. A produção no domicílio pode ter grande importância na vida de certas famílias, enquanto a produção em escalas muito maiores em grandes propriedades ou agroindústrias podem ter papel significativo na dinâmica local (REDWOOD, 2009, p. 237).

O pensamento dialético socioespacial amplia essa leitura, provocando pensar que relações sociais próximas e distantes[110] fizeram e fazem surgir os espaços agrícolas urbanos que observamos no mundo contemporâneo e como esses espaços podem afetar a sociedade em diferentes tempos e escalas. Em outras palavras, pensar que os espaços cultivados nas cidades e territórios metropolitanos configuram diversas agriculturas que dizem do mundo que estamos vivendo e das possibilidades de futuro.

Ainda que não deva ser tomada como categoria de análise da realidade, a tríade percebido-concebido-vivido, proposta por Lefebvre, encaminha a problematização dessas agriculturas diversas como práticas socioespaciais. Orienta a observar as sobreposições e interpenetrações de espaços sociais e a reunir, na espacialidade das práticas agrícolas urbanas, o percebido, o concebido e o vivido. As análises sobre a agricultura urbana,

[110] Ordem próxima: relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles. Ordem distante: a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma "cultura" e por conjuntos significantes (LEFEBVRE, 2011, p. 52).

conduzidas pela tríade lefebvriana, se afastam de meros inventários ou classificações de objetos sobre o espaço ou da fragmentação dos conhecimentos disciplinares.

Seguir a trilha aberta pelo argumento lefebvriano de que as relações de produção capitalistas se reproduzem a partir da produção do espaço – sendo por isso estruturante na sociedade – instiga a pensar em que medida e em que circunstâncias a produção dos espaços agrícolas urbanos podem (ou não) representar uma forma de produção não capitalista do espaço urbano contemporâneo.

A inscrição do uso agrícola do solo urbano na disputa e na contraposição entre o espaço abstrato e o espaço social pode ser inicialmente enfocado de duas formas. A primeira delas, mais visível, refere-se à contraposição e aos conflitos entre a agricultura e outros usos mais hegemônicos na produção capitalista do espaço centrada na reprodução dos capitais envolvidos com as atividades urbano-industriais nas áreas urbanas (imobiliárias, minerárias, etc.). Um segundo enfoque, menos debatido, observa que o uso agrícola do solo urbano não representa, necessariamente, uma virtuosidade. Nos contextos metropolitanos são encontradas atividades agrícolas inseridas na lógica industrial e integradas ao atual sistema agroalimentar hegemônico ou ainda práticas orientadas por interesses privados e de mercado. Mas também se observam práticas agrícolas relacionadas às particularidades dos lugares, que resistem ou nascem a cada dia, e que podem, eventualmente, estar conectadas a redes transescalares de mobilização e de enfrentamento da lógica de produção capitalista do espaço. Essas práticas se materializam em espaços sociais resultantes da vida cotidiana e da interação entre diferentes atores na sociedade.

As proposições de Massey (2004; 2008) sobre o espaço também contribuem para ampliar o debate conceitual da agricultura urbana como uma prática socioespacial, permitindo argumentar que os espaços agrícolas urbanos são produtos de inter-relações e constituídos a partir de interações locais e globais. Os espaços agrícolas surgidos em outros tempos, assim como novos espaços surgidos em tempos recentes, não devem ser compreendidos apenas como uma superfície sobre a qual se encontra uma atividade local, pontual ou isolada, separada do espaço externo. Em consequência, a compreensão desses espaços não deve se basear em noções de identidades já constituídas ou imutáveis ou como algo que já existia antes da constituição das identidades/entidades e de suas relações. As espacialidades da agricultura urbana, produto de inter-relações, podem ser partes integrantes da constituição de novas identidades e da redefinição de identidades especificamente espaciais (ex. camponesa, migrantes, quilombolas, etc.).

Massey reconhece o espaço como a esfera da coexistência simultânea da heterogeneidade, da possibilidade da existência da pluralidade contemporânea, em que distintas trajetórias e estórias coexistem. Perceber o espaço como a esfera do encontro (ou não) de trajetórias que coexistem, lutam, afetam uma à outra reforça a noção de contemporaneidade dos espaços agrícolas urbanos, em contraposição à ideia de que são apenas resíduos de um tempo passado (retrógrado, antiquado, arcaico) ou incompatíveis com as metrópoles atuais. Esse pensamento imobiliza e invisibiliza, tanto pela prática quanto pela teoria, trajetórias e estórias da agricultura urbana, enquanto facilita o avanço de outras trajetórias dominantes. Reconhecer a agricultura urbana em diferentes cenários urbanos e a sua coexistência com outras trajetórias no espaço é reconhecer a existência de outras vozes que se diferenciam do que é hegemônico. Cada experiência tem uma história própria, que se materializa em espacialidades próprias. Além disso, compreendidos como produto de inter-relações, os espaços agrícolas não se encontram acabados, fechados e sim em construção e abertos para o futuro. Pelo prisma das justaposições imprevisíveis e não prescritas pelo sistema, devem ser imaginadas as inter-relações e o potencial dos espaços agrícolas urbanos de forjar novas relações e produzir novas trajetórias e estórias.

3.3 A urbanização da sociedade

As diferentes formulações acerca da cidade, do urbano e do rural, seja do ponto de vista legal e da definição de políticas públicas; do ponto de vista conceitual e teórico; seja como visão de mundo e da sociedade, conduzem a leituras distintas acerca da presença, das formas e da gestão da agricultura nos centros urbanos.

Conforme discutido no capítulo 1, a localização "dentro e no entorno" das cidades ou áreas urbanas é o elemento mais comum nas definições de agricultura urbana analisadas por Mougeot, sendo particularmente utilizado para identificar um caráter intraurbano ou periurbano da atividade agrícola (MOUGEOT, 2000, p. 6). Essas definições de agricultura urbana sugerem uma diferenciação entre "a agricultura urbana" e "a agricultura rural" ou mesmo entre "a agricultura urbana" e "a agricultura periurbana" e são permeadas por imprecisões conceituais, tais como uma associação do urbano ao ambiente construído ou ainda a definições normativas que associam o urbano à área compreendida pelo perímetro urbano.

As diferentes formas e conteúdos das práticas agrícolas encontradas nos territórios metropolitanos não devem ser definidas por sua simples localização ou pela morfologia

urbana e sim pelo contexto histórico e geográfico no qual são forjadas. A compreensão de como é ou como foi produzido o espaço urbano no qual já se encontram ou no qual podem se estabelecer as práticas agrícolas requer maior complexidade dessa análise.

Na argumentação desenvolvida ao longo do texto, busco esclarecer como o conceito de urbano e a perspectiva teórica da urbanização da sociedade orientam minha leitura das práticas de agricultura nos territórios metropolitanos.

As elaborações conceituais de Lefebvre sobre o urbano e a cidade são referências em sua obra e orientam alguns pressupostos assumidos nesta tese. Como antecipa Lefebvre no início do livro "O direito à cidade", sua reflexão sobre essas questões "deseja romper os sistemas, não para substituí-los por um outro sistema, mas para abrir o pensamento e a ação na direção de possibilidades que mostrem novos horizontes e caminhos" (LEFEBVRE, 2011, p. 09).

3.3.1 O urbano e a cidade

Em sua teorização sobre o urbano, Lefebvre se refere à complexa ligação entre o processo de urbanização e a industrialização como o motor das transformações da sociedade, o ponto de partida para a reflexão sobre nossa época, sobre a urbanização e a problemática urbana, sobre a diferenciação entre a cidade e o urbano:

> Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o "urbano", realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento […] A vida urbana, a sociedade urbana, não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia (LEFEBVRE, 2011, p. 54,55).

A malha urbana que surge a partir do fenômeno da industrialização não se limita à sua morfologia ou ao ambiente construído. Tem origem nas cidades, mas não pode ser confundido com elas, pois corresponde a processos sociais distintos.

Segundo o autor, o *núcleo urbano* está presente desde as primeiras aglomerações humanas, tendo como essência a reunião, a centralidade:

> [...] amontoamento de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças de mercado, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variados, justapostos, superpostos, acumulados, eis o que constitui o urbano (LEFEBVRE, 2008, p. 108).

Na perspectiva teórica de Lefebvre, as cidades apresentam especificidades: estabelecer centralidades, ser o local privilegiado do encontro, da criação, onde se acumulam conhecimentos, técnicas e obras, "uma produção e reprodução de seres humanos, mais do que uma produção de objetos" (LEFEBVRE, 2011, p. 53). A ideia da cidade como "obra", argumentada por Lefebvre, remete à dialética entre o valor de uso (obra) e o valor de troca (produto): "a própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos" (LEFEBVRE, 2011, p. 12).

Outra especificidade da cidade está no seu caráter de mediação entre uma ordem próxima e uma ordem distante, entre diferentes níveis da realidade, não podendo ser reduzida a algum deles. A cidade, como projeção do poder das grandes instituições, de um nível geral da sociedade no seu conjunto, dá visibilidade a essa ordem distante e está contida por ela. Muda quando muda a sociedade. Mas a cidade também contém um nível específico das relações imediatas entre pessoas e grupos que compõem a sociedade, responde às mudanças que ocorrem nessas relações diretas e, por sua vez, incide nas transformações da sociedade em geral (LEFEBVRE, 2011).

Essa característica também é ressaltada na interpretação da geo-história do espaço urbano realizada por Soja (2000). O autor apresenta uma releitura da teoria de Jane Jacobs[111], que propõe retroceder pelo menos 10 milênios as origens da urbanização e do urbanismo como modo de vida e o que tradicionalmente tem sido denominado de civilização. Baseando-se em pesquisas arqueológicas em lugares representativos no sudoeste da Ásia, como Jericó, no Vale da Jordânia e Çatal Hüyük, as proposições teóricas da autora definem a cidade como um assentamento que gera crescimento econômico a partir de sua própria economia. Nessa releitura, Soja dá destaque ao conceito do sinecismo ("sinoikismo"), que caracteriza o estímulo gerado pela aglomeração urbana ou as sinergias criativas e destrutivas resultantes da aglomeração em torno do "*oikos*" (lar coletivo). O sinecismo constituiria um elemento fundamental das principais transformações que aconteceram na história das cidades (SOJA, 2000, p. 12).

Jacobs (1969) propõe uma provocativa inversão na sequência histórica convencional, na qual a Revolução Agrícola precedeu o desenvolvimento das primeiras cidades verdadeiras. Para a autora, o estímulo à aglomeração urbana e a constituição de economias urbanas contínuas, interdependentes e criativas tornou possível uma variedade

[111] Jane Jacobs apresenta essa teoria no livro *The economy of cities*, publicado em 1969.

de novas formas de trabalho e foi decisivo para o surgimento da técnica aplicada no desenvolvimento agrícola. A agricultura impulsionou ainda mais a aglomeração a partir da apropriação do excedente, configurando o que, segundo a autora, deveria ser denominado como sociedade urbano-agrária.

Monte-Mór (2006a) destaca dois aspectos no eixo espaço-temporal lefebvriano que trata das transformações da cidade em direção ao urbano. O primeiro deles se refere a uma mudança espacial radical a partir da entrada da indústria na cidade. Se o espaço da cidade era antes organizado como *locus* privilegiado da reprodução da sociedade, do excedente econômico, do poder político e da festa cultural, passa a atender à imposição de uma lógica centrada na produção e às necessidades da indústria, transformando a própria cidade em produto industrial: "o espaço urbanizado passa então a se constituir em função das demandas colocadas ao Estado tanto no sentido de atender à produção industrial quanto, e particularmente, às necessidades da reprodução coletiva da força de trabalho" (MONTE-MÓR, 2006a, p. 09). O segundo aspecto trata da metáfora utilizada por Lefebvre para descrever um duplo processo de implosão e explosão que aconteceu com a cidade industrial:

> A implosão se dá na cidadela sobre si mesma, sobre a centralidade do excedente/poder/festa que se adensa e reativa os símbolos da cidade ameaçada pela lógica (capitalista) industrial. A explosão se dá sobre o espaço circundante, com a extensão do tecido urbano, forma e processo socioespacial que carrega consigo as condições de produção antes restritas às cidades, estendendo-as ao espaço regional imediato e, eventualmente, ao campo longínquo conforme as demandas da produção (e reprodução coletiva) assim o exijam. O tecido urbano sintetiza, assim, o processo de expansão do fenômeno urbano que resulta da cidade sobre o campo e, virtualmente, sobre o espaço regional e nacional como um todo (MONTE-MÓR, 2006a, p. 09).

Dessa forma, para Lefebvre, a urbanização da sociedade começa antes da indústria, mas é ela que alavanca o processo. O tecido urbano tem sua origem na transformação da cidade pelo fenômeno da industrialização em um duplo processo, que tem unidade, mas ao mesmo tempo é conflitante. Nessa relação é preciso distinguir entre a indução e o induzido e observar a interação entre os fenômenos induzidos e os indutores (LEFEBVRE, 2011, p. 16).

Já na década de 1960, buscando compreender a sociedade que nasce da industrialização e a sucede (em outros termos, compreender o presente a partir do futuro que ele contém), Lefebvre propõe que a urbanização completa da sociedade é uma virtualidade contida no presente.

> É a cidade industrial, ou melhor, o estilhaçamento da cidade pré-industrial e pré-capitalista sob o impacto da indústria e do capitalismo, que permite compreender suas condições, seus antecedentes, a saber, a cidade comercial; esta, por sua vez, permite apreender a cidade política à qual se superpôs. […] Embora complexa e opaca, é a sociedade burguesa que permite compreender as sociedades mais transparentes, a sociedade antiga e a sociedade medieval. Não o contrário. Um duplo movimento impõe-se ao conhecimento, desde que existem tempo e historicidade: regressivo (do virtual ao atual, do atual ao passado) e progressivo (do superado e do finito ao movimento que declara esse fim, que anuncia e faz nascer algo novo) (LEFEBVRE, 2008, p. 31).

Nessa perspectiva teórica, o urbano em formação não pode ser reduzido ao urbano-industrial, nem a problemática urbana pode ser reduzida a uma consequência da industrialização. A proposição de urbanização da sociedade a partir da implosão-explosão da cidade industrial é uma virtualidade contida no presente:

> O urbano (abreviação de "sociedade urbana") define-se, portanto, não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora (LEFEBVRE, 2008, p. 26).

Para Lefebvre (2008), esse período de transição apresenta simultaneidades e interferências entre as três eras ou três épocas considerados ao longo de um eixo espacial e temporal - o rural (necessidade), o industrial (trabalho), o urbano (a fruição). O autor também alerta que essa zona crítica de passagem da era industrial para a sociedade urbana tem pontos cegos que "antecipam" o virtual (o futuro real), mas que os "olhos não veem", por estarem ainda muito próximos da visão, porque ainda olhamos para a realidade social a partir do pensamento fragmentado do período industrial (LEFEBVRE, 2008, p. 31).

O esforço de compreender as interações entre as práticas agrícolas e a produção do espaço urbano na perspectiva de uma transição entre eras históricas, de processos que ainda se encontram em formação, carrega consigo os riscos de leituras equivocadas sobre a realidade. Nesse sentido, apoio minhas interpretações sobre a agricultura urbana sob o ponto de vista dialético proposto por Lefebvre, que projeta para o futuro o percurso histórico para compreender determinadas questões críticas que são de difícil percepção por ainda estarem perto demais "da vista". Em outras palavras, para compreender o presente a partir do futuro que ele contém.

Partindo da proposição lefebvriana de urbanização da sociedade como uma virtualidade contida no presente, proponho inscrever a agricultura urbana como uma prática espacial da sociedade em urbanização. A agricultura urbana pode, assim, ser

abordada como uma realidade, a partir de uma aproximação empírica com as experiências disponíveis; mas também como uma virtualidade, um anúncio, uma possibilidade de pensar e fazer algo novo - a agricultura da sociedade urbana real e imaginada. E neste sentido, a agricultura urbana deve ser considerada como parte "do urbano" em formação e não como práticas espaciais "no urbano".

O duplo movimento para o conhecimento proposto por Lefebvre convida também a olhar para o passado a partir do momento presente, articulando outros referenciais teóricos e conectando condições atuais da agricultura urbana com outros momentos históricos e mesmo como a origem da agricultura. A provocativa inversão histórica proposta por Jacobs (1969) desafia estudos e pressupostos muito arraigados que sustentam uma visão dicotômica que separa o comércio e a indústria como atividades da cidade e a agricultura como uma atividade do campo. Sugere que a agricultura sempre fez parte da cidade, desde suas origens, e possivelmente continuará fazendo, pois trata de uma relação elementar entre as pessoas, a terra, o alimento e a natureza e dos conhecimentos que surgem a partir da aglomeração urbana. A diferenciação entre o urbano-industrial e o urbano em formação também permite ressituar as discussões apresentadas no capítulo 2 sobre a coexistência e combinação de distintos arranjos político-econômicos da agricultura no mundo atual propostos por Ploeg (2009) - a produção capitalista, a agricultura familiar empresarial e a agricultura familiar camponesa, argumento que desenvolvo mais adiante neste capítulo.

Além de ampliar a compreensão das transformações da cidade em direção ao urbano e sobre a produção social do espaço urbano, a obra de Lefebvre oferece contribuições importantes para se compreender as possibilidades de politização da questão urbana, de politização do urbano como espaço de vida.

O "direito à cidade", tema importante na obra de Lefebvre, chama a atenção para a luta pela cidade como uma ação política que se articula à luta pela afirmação das diferenças frente aos processos de homogeneização de espaços e modos de vida resultantes do modo de produção capitalista. Essa luta política ressalta atributos próprios da cidade e se manifesta como direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (distinto do direito à propriedade) (LEFEBVRE, 2011, p. 134). Esse direito deve ser entendido como o direito "à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e interior desses momentos e locais" (LEFEBVRE, 2011, p. 139) e não como "um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais" (LEFEBVRE, 2011, p. 117).

É neste sentido que a *revolução urbana*, outra ideia chave na obra de Levebvre, se

apresenta como uma possibilidade de repolitização da cidade, do urbano como um espaço de vida coletiva, como uma forma de recriação das práticas políticas urbanas e sobreposição do valor de uso e das demandas de reprodução (urbana) ao valor de troca e à lógica de produção industrial que acompanha a extensão do tecido urbano.

Os espaços agrícolas urbanos resultam de processos socioespaciais que aconteceram em diferentes tempos e escalas e carregam as contradições da sociedade em que vivemos. Esses espaços, muitas vezes vistos como estranhos à cidade, como resíduos ou como formas arcaicas determinadas a desaparecer, convidam para uma outra inversão provocativa "[...] fazer uma leitura da cidade a partir do que a cidade considera estrangeiro"[112]. Pensada como prática "da cidade" e não "na cidade", a agricultura urbana se vincula a processos de apropriação da cidade que potencializam as diferenças como um impulso para a produção de novos espaços urbanos. Os diferentes espaços da agricultura urbana dizem das diferentes cidades presentes "na cidade" e proporcionam diferentes pontos de vista para se ver a cidade. A agricultura urbana é diversa, assim como é diversa a cidade. Olhar a agricultura urbana pelas lentes do direito à cidade revela outros usos da cidade, bem como amplia a percepção da cidade como uma obra que se produz e a compreensão das/os agricultoras/es e cultivadoras/es urbanas/os como sujeitos sociais dessa produção. Se o processo de industrialização produziu separações de usos e funções, o reconhecimento das agriculturas nas centralidades e no tecido estendido pode ser parte de um processo de reconexão.

Lefebvre chama a atenção que para mudar a vida é preciso mudar a cotidianidade, o imediato, o dia a dia. E sob essa perspectiva de politização do urbano como espaço da vida coletiva, as práticas agrícolas urbanas são uma possível via de transformação da vida cotidiana urbana.

O trabalho cotidiano de cultivar a terra e cuidar da criação animal leva a observar, aprender e interagir com os ciclos da natureza presente no espaço urbano e viver a experiência de empregar o tempo na transformação do espaço. As mudanças no espaço cotidiano, no espaço imediato geram valores e aprendizagens sobre o uso de uma biodiversidade cultivada e podem ter reflexos sobre mais autonomia no cuidado com a saúde e na redução da dependência da indústria de alimentos e remédios, por exemplo. Da mesma forma, as práticas de trocas e doações de mudas, sementes, alimentos, remédios caseiros, muito frequentes entre quem cultiva na cidade, nutrem sistemas de trocas e

[112] Expressão utilizada pelo professor Cássio Hissa no exame de qualificação para o doutorado.

cooperação que operam independentemente das regras do mercado capitalista.

A teorização de Lefebvre sobre o urbano considera, mas vai além das formulações críticas da economia política da urbanização, de inspiração marxista, que a partir das décadas de 1960 e 1970 passaram a tratar a "questão urbana" como um modo de organização do espaço para atender às necessidades de acumulação do capital (a especificidade do espaço urbano dentro do sistema capitalista). Essas formulações levaram a diferentes compreensões da cidade: como uma unidade para a reprodução coletiva da força de trabalho devido à concentração dos meios de consumo coletivo (CASTELLS, 2000); como *locus* de produção e reprodução das condições gerais de produção e uma forma de socialização capitalista das forças produtivas (LOJKINE, 1981; TOPALOV, 1979)[113]; como um ambiente construído (infraestrutura física material para a produção, circulação, trocas e consumo) que serve como um sistema espacial de recursos para a produção de valor e mais valia e para a reprodução da força de trabalho (HARVEY, 1981).

A abordagem crítica da economia política da urbanização contribui para a compreensão das relações entre a dinâmica mais ampla do capitalismo e a produção do espaço urbano marcado pelas desigualdades socioespaciais. De modo geral, as formulações teóricas de inspiração marxista enfatizam o papel da intervenção e regulação do Estado sobre o espaço urbano e os processos políticos pelos quais o Estado cria as condições para a sobrevivência do capitalismo, tentando regular os conflitos e contradições e reproduzir o sistema social. Tais formulações também influenciaram leituras sobre o caso da urbanização brasileira, como indica a seguinte passagem:

> Assim, as manifestações das desigualdades socioespaciais – periferias, favelas, etc - deixaram de ser vistas como "um corpo doente", um resultado inesperado da "migração excessiva", um "crescimento desordenado das cidades", para serem compreendidas como partes integrantes da lógica socioespacial do capitalismo periférico, que tem nas metrópoles, cada vez mais estendidas, sua mais contundente expressão espacial. O longo período de repressão política desencadeado pelos governos militares foi um importante elemento para acirrar este quadro, tanto no sentido de impedir ou dificultar as formas emergentes de organização e demandas populares por melhorias das condições de urbanidade, como no sentido de desobrigar o Estado a promover políticas sociais urbanas, ainda que fossem numa espécie de Estado de bem-estar

[113] Lojkine (1981) e Topalov (1979) desenvolvem o conceito de *condições gerais de produção*, originalmente usado por Marx como referência aos meios necessários para reduzir os custos e aumentar a produtividade do capital. As condições gerais são classificadas por Topalov (1979) em dois tipos: as condições gerais da produção e da circulação do capital e as condições da reprodução da força de trabalho, ampliando a referência de Marx apenas aos meios de comunicação, transporte e de infraestrutura e as proposições teóricas de Castells (2000), que enfatizavam as condições para a reprodução da força de trabalho.

> incompleto, deixando-o livre para investir prioritariamente nas condições necessárias à acumulação de capital (COSTA; MENDONÇA, 2010, p. 4).

A trajetória de institucionalização da agricultura urbana no Brasil, apresentada no capítulo 1, indica que mais ênfase no debate sobre as políticas públicas governamentais tem sido dada para a dimensão social da agricultura urbana e para sua relação com políticas associadas ao enfrentamento da fome e da pobreza. Esse enfoque sugere associar a existência das práticas agrícolas nas periferias urbanas a uma estratégia de sobrevivência dos pobres para complementarem sua alimentação e sua renda; uma expressão das desigualdades socioespaciais resultantes do modo capitalista de produção do espaço. Nessas interpretações, dimensões espaciais e territoriais da agricultura urbana têm ficado em segundo plano, bem como dimensões econômicas e ambientais.

Para Roberts (1978), a implantação de um tecido urbano industrial nas grandes cidades e metrópoles da periferia industrial produziu "cidades de camponeses", nas quais práticas rurais se superpunham à economia urbano-industrial em formação marcando uma inserção particular na economia urbana (MONTE-MÓR, 1994, p. 172). Entretanto, fazer a leitura das práticas agrícolas urbanas apenas à luz da espoliação urbana[114] significa ficar preso a um único sentido, uma única explicação para uma heterogeneidade de espaços e motivações reveladas pelas pessoas que se dedicam cotidianamente ao cultivo de plantas e criação de animais em diferentes situações urbanas. Ainda que seja fundamental compreender a articulação entre as contradições do sistema capitalista e a questão urbana, este enfoque não considera devidamente a potencialidade de busca de autonomia na esfera produtiva ou de organização política que a agricultura urbana pode ensejar.

Como também apresentado no capítulo 1, várias referências ao incentivo ao cultivo de alimentos *na* cidade estão associadas às situações de escassez de alimentos resultantes de crises econômicas, grandes catástrofes e períodos de guerra, como no período da Revolução Industrial ou no exemplo emblemático de Cuba, onde a produção urbana de alimentos passou a ter papel relevante a partir do período de bloqueio econômico enfrentado pelo país. Essa forma de abordar a agricultura urbana tem sua importância,

---

[114] Kowarick faz uma leitura do processo de formação das áreas periféricas das metrópoles, com ênfase na autoconstrução de moradias nas áreas residenciais de baixa renda, como uma "fórmula" do capitalismo para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, compatibilizando uma alta taxa de acumulação com salários crescentemente deteriorados. O autor utiliza o termo espoliação urbana para se referir ao "somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho" (KOWARICK, 1979, p. 62).

especialmente pela visibilidade que dá à escala que se pode chegar à produção de alimentos em cenários urbanos. Mas essa perspectiva não deve limitar a leitura das práticas agrícolas na contemporaneidade, uma vez que ressalta um caráter temporário, localizado, de resposta a crises (enquanto não se superam as condições adversas) e não trata propriamente das relações de produção e reprodução de processos sociais tão complexos.

No estágio atual do capitalismo, marcado pelo processo de reestruturação produtiva ligado ao regime de acumulação flexível e ao enfraquecimento da atuação do Estado, acentua-se o embate entre diferentes visões e projetos de cidade na sociedade (VAINER, 2003). Para o autor, o paradigma das cidades globais atribui um papel às cidades como centros de gestão dos fluxos de capital no processo de reestruturação produtiva e como articuladoras entre o local e global sem a intermediação das esferas regional e nacional. Harvey (2006) desenvolve o conceito de "empresariamento urbano" para tratar das transformações observadas na governança e no planejamento urbano, que passam a adotar a lógica da empresa privada moderna, e para abordar a atuação do Estado como promotor de investimentos em infraestrutura e de medidas para criação de um bom ambiente de negócios propiciadores da atração de novos capitais.

Análises críticas de autores como Harvey (2006) e Compans (1999), para o caso brasileiro, discutem como esse paradigma, construído a partir da realidade dos países centrais, tem sido apropriado também pelos países periféricos. Essa perspectiva, que enfatiza a inserção das localidades nos fluxos econômicos globais como um objetivo a ser perseguido e um futuro inexorável das cidades, tem orientado mudanças nas políticas urbanas e o surgimento de novos instrumentos e abordagens de planejamento. Os planos estratégicos, o marketing urbano e o urbanismo espetáculo são alguns dos exemplos que estimulam a competição interurbana e um mercado de modelos de gestão no qual as demais cidades são adversárias a serem derrotadas na luta pela atração de capitais e empresas.

Em contraposição a essas abordagens, Vainer (2003) enfatiza a visão das cidades democráticas, dirigidas pela política e pelo reconhecimento dos conflitos como elementos de transformação da cidade e dos seus habitantes. No caso brasileiro, essa visão se articula ao ideário da reforma urbana e à defesa de instrumentos que ampliam as possibilidades de uma gestão mais democrática das cidades (MARICATO; SANTOS, 2007; SANCHEZ, 1999).

Assumindo que as práticas socioespaciais urbanas se relacionam de maneira explícita ou implícita a uma utopia ou ideal de cidade, é importante colocar em evidência o

debate em torno da agricultura urbana e as relações possíveis entre os diferentes projetos de cidade que se encontram em disputa em nossa sociedade atualmente. Entretanto, para além de leituras muito generalizadas, adentrar no universo das práticas agrícolas urbanas parece o caminho mais adequado para identificar que projetos de cidades essas práticas ensejam.

Como discutido no capítulo 1, em que pese uma inclinação a uma atitude de defesa dos benefícios e da importância das práticas urbanas de produção de alimentos observada na mídia e na literatura geral sobre a agricultura urbana, artigos recentes na literatura internacional exploram dinâmicas controversas e potencialmente injustas que podem estar associadas a essas práticas. Tornaghi (2014b) sinaliza que "há evidências empíricas dessas formas de injustiça socioambiental acontecendo em toda a Europa, mas uma avaliação específica só pode ser contextualizada e construída sobre uma visão mais ampla dos marcos regulatórios, da gama de políticas e do engajamento atual da sociedade civil" (TORNAGHI, 2014b, p. 3).

Para a autora, a relação entre a agricultura urbana e a atual retórica ocidental sobre a cidade sustentável e sobre seu papel na promoção da saúde deve ser mais bem apurada para se conhecer seus reais benefícios e se essas práticas estão, direta ou indiretamente, se tornando novos instrumentos ou novas justificativas para as injustiças sociais. A autora registra aumento de projetos comunitários e institucionais de agricultura urbana no Norte Global que são referência para o movimento por justiça alimentar e por mudanças sociais, questionando desigualdades sociais, como a concentração e a gestão do uso da terra e da propriedade. Esses projetos têm colocado o cultivo de alimentos e o *food planning* na agenda das cidades; e buscado experimentar alternativas à organização capitalista da vida urbana e de recriação dos *commons*.

Em uma outra abordagem não dualista, McClintock (2014) argumenta que o contraditório processo do capitalismo tanto cria oportunidades como impõe obstáculos para a expansão da agricultura urbana: "*Urban agriculture, in its many forms, is not radical or neoliberal, but may exemplify both a form of actually existing neoliberalism and a simultaneous radical countermovement arising in dialectical tension"* (McCLINTOCK, 2014, p. 148).

Para o autor, as contradições são centrais, internas e inerentes à agricultura urbana e devem ser consideradas para não minar o seu potencial transformador e para posicioná-la como mais um meio de transformação social (e não um fim em si mesma). Assim, ao mesmo tempo em que tem qualidades para promover mudanças radicais, a agricultura

urbana pode reforçar uma agenda neoliberal, preenchendo os espaços deixados pela ausência do Estado e pelas falhas do mercado:

> *Situating urban agriculture within a broader multiscalar framework of political economic structure can reveal these contradictory tendencies and moves scholarship beyond a potentially disabling dualism.(...) By positioning urban agriculture as only one of many synchronous and complementary means to an end rather than an end unto itself, we can be more realistic (and at the same time hopeful) about its possible contributions to food justice and social change"* (McCLINTOK, 2014, p. 149).

O cenário brasileiro guarda semelhanças com o cenário desenhado por Tornaghi (2014b) e McClintock (2014). Ainda que não haja divulgação de casos ou estudos nos quais iniciativas de agricultura urbana sejam citadas como instrumentos ou justificativas para injustiças socioespaciais, deve-se considerar se representações acríticas da agricultura urbana, tanto na mídia como nas políticas públicas, podem contribuir para perpetuar tais injustiças. Essas representações, ao associar a agricultura urbana ao enfrentamento da fome e da pobreza ou à gestão ambiental, podem objetivar e naturalizar processos sociais complexos, sem expor relações que produzem e reproduzem a desigualdade socioespacial das cidades brasileiras. Além disso, dinâmicas controversas e potencialmente injustas como a qualidade dos solos e água utilizados no cultivo urbano de alimentos; o plantio em áreas de risco; a ausência de garantia do acesso à terra; bem como a utilização de agrotóxicos em projetos institucionais de apoio à agricultura urbana, não são temas devidamente debatidos.

É visível, porém, uma crescente articulação entre a agricultura urbana e a agroecologia como um direito à cidade em diversas iniciativas. São exemplos as ações de promoção do cultivo de alimentos nas ocupações urbanas que se inserem na luta pela reforma urbana em várias cidades brasileiras, assim como as ações coletivas que conectam a produção local de alimentos com outras bandeiras como o cicloativismo, a ocupação de espaços públicos, o direito à alimentação adequada, entre outras. A noção de direito à cidade é mobilizada nessas iniciativas de agricultura urbana por três formas mais evidentes: a defesa do uso agrícola da terra associada à crítica à manutenção de vazios urbanos e ao cumprimento da função social da terra; a intensificação do uso social da cidade, por meio de mais autonomia das ações coletivas como forças transformadoras do espaço cotidiano; bem como uma noção ampliada de direito à moradia que articula a melhoria da qualidade do ambiente no qual se insere.

Essa articulação também foi uma questão central da programação do I Encontro

Nacional de Agricultura Urbana, realizado em outubro de 2015. O encontro, promovido pelo Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, teve como tema a *Agroecologia e Direito à Cidade: Cultivando saúde e comida de verdade*, resultou em uma Carta Política na qual essas conexões encontram-se explicitadas (CNAU, 2015).

É nessa linha que pretendo, com a construção desta tese, colaborar para o aprofundamento da articulação entre elementos conceituais da produção social do espaço urbano e da agroecologia, visando aproximar abordagens críticas sobre as concepções de agricultura e concepções de cidade em disputa no mundo contemporâneo e fundamentar a construção de um referencial conceitual crítico e sensível para analisar as contradições e possibilidades da agricultura urbana como um vetor de transformação social.

3.3.1.1 O processo de metropolização

Neste estudo experimento também interpretar a relação entre as agriculturas e a produção do espaço urbano em uma perspectiva histórica e socioespacial da constituição e transformação da metrópole. Para tanto, tomo como referências principais a abordagem lefevbriana acerca da origem das metrópoles, a partir do processo de implosão e explosão das cidades (LEFEBVRE, 2008), e a abordagem de Soja (2000) acerca das "pós-metrópoles" e dos processos contemporâneos de urbanização. Tomando como base as formulações desses autores, tento compreender as continuidades e rupturas do estágio contemporâneo das metrópoles em relação a períodos anteriores, considerando que a formação da cidade e as transformações que ocorreram ao longo do eixo espaço-temporal proposto por Lefebvre devem ser entendidas como resultados de determinados momentos históricos, e ainda que o surgimento das metrópoles está ligado ao processo de industrialização e de urbanização da sociedade.

Soja (2000) relaciona a forma e os processos socioespacias de constituição da metrópole moderna (metrópole fordista-keynesiana) ao período de industrialização fordista e à atuação do Estado pautada pelo keynesianismo e denomina como "pós-metrópole" o estágio da urbanização contemporânea. No período histórico atual, o autor argumenta que "tem-se produzido uma importante transição, se não transformação, no que comumente se descreve como a metrópole moderna, assim como nas formas de compreender, experimentar e estudar as cidades" (SOJA, 2000, p. xii). Soja justifica a escolha do termo "pós-metrópole" para enfatizar o que há de novo e diferente na cidade contemporânea e no campo acadêmico, para além do que permanece igual, de forma mais constante e contínua.

O autor sistematiza “Seis discursos sobre a pós-metrópole”, que tem origem nos países capitalistas centrais (e se relacionam fundamentalmente a estudos sobre Los Angeles), mas são referências importantes para se identificar “grandes tendências no contexto mundial, como elas se manifestam no Brasil e quais seriam as adaptações necessárias à compreensão dos seus desdobramentos na periferia capitalista” (MONTE-MÓR, 2006b, p. 78)[115].

Esses discursos se referem a diferentes escolas de pensamento e representações acadêmicas sobre os novos processos de urbanização no fim do século XX: a) uma metrópole industrial pós-fordista flexivelmente especializada; b) uma região urbana globalizada ou cosmópolis; c) uma *exopolis* pós-suburbana ou megacidade; d) uma cidade fractal de desigualdades e polarização social intensificadas; e) um arquipélago carcerário de cidades fortificadas; f) uma coleção de *simcities* hiper-reais, cuja vida diária se joga de forma crescente como se fosse um jogo de computador. Segundo o autor, uma melhor compreensão da pós-metrópole é possível a partir da combinação entres esses seis discursos, além do desdobramento de novos marcos de interpretação (MONTE-MÓR, 2006b, p. xvi).

Soja (2000) sintetiza na ideia de *exopolis* os discursos que tratam da reestruturação da forma urbana na pós-metrópole contemporânea como resultado socioespacial da transformação do capitalismo por meio dos processos de globalização (novas redes transnacionais e informacionais) e de reestruturação produtiva (revolução tecnológica e regime de acumulação flexível pós-fordista). Como questão comum, esses discursos sinalizam o fim da era da metrópole (ou crise da metrópole fordista/keynesiana), caracterizada por uma configuração dual de um mundo urbano monocêntrico rodeado por uma periferia urbana em expansão (zona residencial de classe média) e consolidada como o fenômeno dos subúrbios (convertido em um modo de vida e definidor da identidade nacional na realidade americana)[116]. As pós-metrópoles que emergem a partir dessas profundas reestruturações socioespaciais pelas quais têm passado as metrópoles,

---

[115] Magalhães (2008, p.10) destaca que há uma relação histórica e socioespacial significativa da formação do fordismo com a constituição da metrópole, mas que não pode ser generalizada. Podem existir exceções tanto na formação de metrópoles em áreas pouco atingidas por um processo de industrialização fordista, quanto o contrário, regiões com intensa inserção do fordismo sem um processo significativo de metropolização. Além disso, esse processo tem caráter de incompletude na periferia do capitalismo, pois foi transformado pelo início do processo de reestruturação produtiva ligado ao regime de acumulação flexível e à política neoliberal.

[116] Apesar do fenômeno dos subúrbios norte-americanos serem bastante diferentes da ideia de subúrbio ou suburbanização das populações excluídas das periferias brasileiras, transformações recentes no panorama brasileiro (como a multiplicação dos “condomínios” fechados e o surgimento de novas centralidades ligadas a estabelecimentos comerciais e serviços instalados fora dos centros urbanos) aproximam essas duas realidades, que apresentam como aspecto comum o avanço do tecido urbano sobre o espaço rural e regional e para além dos limites das cidades (MAGALHÃES, 2008).

produzidas pela lógica do capital industrial, representam uma nova escala regional da implosão/ explosão das cidades. São descritas por múltiplas denominações e esforços de teorização sobre essa "nova metrópole que busca captar esse fenômeno urbano emergente - *outer cities*, *edge cities*, *postsuburbia*, megacidades, entre outras analisadas por Soja[117].

Dialogando com debates recentes que buscam diferenciar os processos sociospaciais que configuraram a metrópole estendida dos processos que configuram atualmente a relação entre a metrópole e a extensão regional do tecido urbano, Magalhães (2008, p. 25) propõe pensar a cidade-região como um ente geográfico com nexo próprio (ainda em processo de formação) e como uma escala de análise apropriada para o atual regime de acumulação flexível (da mesma forma que a metrópole foi o espaço produzido pelo regime de acumulação fordista). Para o autor, a cidade-região compreende a metrópole somada de sua hinterlândia (área de influência) imediata, incluindo uma série de centralidades de pequeno e médio porte no alcance dos processos de metropolização. Esse processo começa a ganhar forma a partir do momento em que tem início a intensificação da urbanização dos entornos metropolitanos, a tendência à localização das unidades industriais pós-fordistas nas cidades do entorno (e sua integração ao tecido metropolitano) e aumento dos fluxos (de pessoas, de mercadorias, de insumos ou de informações) do núcleo metropolitano para seu entorno, e vice-versa.

Magalhães (2008, p. 35) articula a noção da cidade-região às proposições sobre a pós-metrópole e destaca passagens de Soja (2000) que informam como o espaço-cidade sempre inclui em sua regionalidade espaços aparentemente não urbanos e áreas não habitadas, mas que são urbanizados, seja pelo modo de vida, seja pelos estímulos e sinergias gerados pela aglomeração urbana.

> O conceito de *sinoikismo* é implicitamente regional em seu escopo. Ele se aplica não somente a um centro urbano singular de alta densidade, mas mais enfaticamente a um sistema regional e policêntrico mais amplo de assentamentos nodais que interagem uns com os outros, uma cidade-região. Esta regionalidade amplia a escala do espaço-cidade desde o princípio e aponta para a necessidade de se enxergar até as primeiras cidades como aglomerações regionais. Ter em mente a regionalidade do espaço-cidade não é fácil, pois tendemos a enxergar a cidade como uma área formalmente delimitada, distinta da "não cidade" circundante ou da *hinterland* "suburbana" ou "rural".

---

[117] Soja (2000) utiliza o prefixo "*exo"* em vários sentidos, seja como uma referência ao crescimento de cidades "exteriores", como uma alusão às forças externas que atuam na reestruturação do espaço metropolitano, bem como à ideia de "ex-cidades", do fim das cidades e ao surgimento de "cidades" sem traços de urbanidade.

> [...]
> É mais difícil que nunca representar a cidade como uma unidade social, política, econômica e geográfica enraizada em seus entornos imediatos e *hinterlands*. As fronteiras da cidade estão se tornando mais porosas, confundindo nossa habilidade de traçar linhas separando o que está dentro do que está fora da cidade; entre a cidade e o campo, o subúrbio, a não cidade; entre uma cidade-região metropolitana e a outra; entre o natural e o artificial (SOJA, 2000, p. 16,150).

No Brasil, a compreensão da questão metropolitana passa por mais clareza dos momentos históricos que resultaram nas especificidades socioespaciais do processo de metropolização no país e na institucionalização das regiões metropolitanas.

Os espaços metropolitanos brasileiros cresceram de forma contínua e acentuada a partir das décadas de 1940 e 1950 até início dos anos 80, tanto em termos demográficos como espaciais e com diferenciações internas que traduzem o caráter excludente da sociedade brasileira e as variadas formas de atuação dos agentes que intervêm na produção do espaço urbano: o Estado, o capital privado e a população. Nesses espaços se reproduziu o padrão centro-periferia, com adensamento das regiões centrais mais valorizadas, com mais investimentos públicos (e também privados) e maior concentração populacional. Como contraponto, observa-se a expansão horizontalizada do espaço metropolitano; o parcelamento extensivo do solo para fins habitacionais, usualmente fruto da atuação de agentes imobiliários privados; e a prevalência de espaços periféricos precários do ponto de vista ambiental e social (COSTA, 2003).

A partir do fim dos anos 70 e do início do período de recessão que se seguiu ao "milagre econômico", observa-se uma mudança nas tendências de concentração urbana associadas ao período de políticas de desenvolvimento centradas na industrialização, o agravamento das condições de vida nas periferias urbanas e acirramento das desigualdades sociais. A expansão do tecido urbano metropolitano passa a apresentar novidades e permanências em relação ao padrão centro-periferia, revelando um processo de crescente fragmentação e dispersão da expansão urbana. As tendências da produção social do espaço metropolitano tem gerado formas múltiplas e de maior complexidade de uso e ocupação do solo para fins de habitação, comércio, serviços, turismo e grandes equipamentos, para além dos parcelamentos voltados para a população de alta renda e geralmente chamados de "condomínios fechados". As diferentes formas e intensidades de ocupação dos parcelamentos precários produzidos no período anterior e a ampliação da infraestrutura e dos serviços nos assentamentos populares são outros aspectos a serem considerados. Essas "novas periferias", sejam elas associadas aos setores de alta renda ou à população pobre, se

expressam na atual heterogeneidade dos espaços encontrados nas regiões metropolitanas (COSTA, 2006; COSTA; MENDONÇA, 2012).

As formas fragmentadas e dispersas de expansão da metrópole contemporânea contribuem para ampliar as desigualdades e a segregação socioespacial, além de aumentar os custos sociais, econômicos e ambientais da urbanização (exigem, por exemplo, elevados gastos para o provimento de transporte e outros serviços básicos, conduzem a mais dependência de carros, etc.). Além de perpetuarem as condições de exclusão e precariedade das comunidades de baixa renda, esses fragmentos urbanos consolidam a (auto)segregação da população de alta renda, alimentando a negação da cidade como espaço de convivência humana. Por outro lado, produzem espacialidades que carregam o potencial de usos diversos nas áreas intersticiais, como o uso e as práticas agrícolas que são explorados nesta investigação.

Carlos (2013) argumenta que no movimento dialético de implosão do centro da cidade e explosão das/sobre as periferias que dá origem ao processo de metropolização, o espaço urbano (subordinado inicialmente à lógica de acumulação do capital industrial e atualmente à valorização do capital financeiro) torna-se mercadoria, tendo sua reprodução fundamentada na propriedade privada, na concentração de riqueza, na subordinação do trabalho ao capital e nas relações diferenciadas de classe. Nesse sentido, a metrópole capitalista nega os atributos constitutivos da cidade, submetendo usos e acessos à cidade à realização do valor de troca (o uso produtivo do espaço se impondo ao uso improdutivo) (CARLOS, 2013).

A visão lefebvriana se contrapõe à noção de que a produção do espaço no entorno metropolitano necessariamente leva à homogeneização e evidencia os conflitos e as resistências entre o tecido urbano estendido, pautado pelo valor de troca, e o espaço social, onde se sobrepõe o valor de uso e se encontram práticas e estratégias coletivas de apropriação do espaço.

Gomes e Haesbaert (1988) apresentam a metrópole como um espaço de luta, onde se mesclam e se separam diversas identidades, onde se interconectam ou não o particular (a diferença) e o geral (a unidade) e onde podem emergir novos territórios que expressam singularidades inovadoras ou defensivas. Para os autores, apesar da tendência à padronização, a contínua expansão espacial da metrópole corresponde a múltiplas apropriações do espaço, além de lutas e conflitos para assegurar as condições de reprodução de grupos sociais que dão complexidade ao espaço metropolitano:

> Diríamos que o progressivo crescimento diferenciado da malha urbana é acompanhado por um movimento concomitante de surgimento de novos segmentos sociais, gerados pelo processo político, econômico e cultural no interior das metrópoles. Deste modo, o famoso mito do anonimato das cidades é colocado em questão. Somos estranhos uns aos outros, mas buscamos constantemente resguardar um espaço dentro da urbe onde sejamos comuns e conhecidos, onde nossos signos encontrem reciprocidade. Somos habitantes desta confusa rede metropolitana, mas forjamos uma cartografia particular de seu traçado. Nossos roteiros e deslocamentos se inscrevem em um intrincado jogo de disputas, proibições e limites espaciais. Há os lugares de passagem, há os de permanência, há também os horários convenientes e os espaços completamente proibidos ou vedados (GOMES; HAESBAERT, 1988).

Considero essa perspectiva de um espaço regional em processo de metropolização (ou da cidade em escala regional) como sendo a mais adequada para compreender as interações contemporâneas entre as agriculturas e a produção do espaço urbano. Esse ponto de vista articula aspectos morfológicos com processos econômicos atuais e ajuda a problematizar a concepção da cidade como um espaço com fronteiras definidas, que se diferencia de um entorno reconhecido como não cidade, ainda muito difundida nos debates sobre a agricultura urbana. A escala regional metropolitana também permite articular as abordagens recentes que tratam das interações da agricultura com as cidades com toda uma trajetória de debates sobre a agricultura nos contextos rurais, como será apresentado a seguir e explorado em mais detalhes no próximo capítulo, que abordará as agriculturas na RMBH.

3.3.2 O urbano e o rural

Do ponto de vista das relações rural-urbanas, o eixo espacial e temporal (o rural, o industrial, o urbano) proposto por Henri Lefebvre (2008) caracteriza um processo de dominação do campo pela cidade que, além de controlar e comercializar a produção do campo, passa a transformar e agregar valor a essa produção. Identifica ainda o momento atual como um período de transição que apresenta simultaneidades e interferências entre as três eras ou três épocas.

Sérgio Martins observa, na produção teórica de Lefebvre, um deslocamento do foco das preocupações sobre as contradições entre cidade e campo para “um outro processo, mais amplo, rico, profundo e dialético: a urbanização da sociedade”, resultante das transformações que aconteceram no campo e na cidade através da industrialização e do “desenvolvimento do mundo da mercadoria” (LEFEBVRE, 2008, p. 9).

Se, por um lado, a perspectiva de urbanização da sociedade presente na obra de Lefebvre alerta para que urbano e cidade não sejam entendidos como sinônimos, por outro ajuda a compreender que urbano e rural não devem ser tratados como opostos. Essa perspectiva teórica contrapõe-se à visão dicotômica campo-cidade, rural-urbano ainda presente na própria epistemologia que constitui o conhecimento e a ação sobre essas áreas, seja na academia, nas políticas públicas e nas lutas dos movimentos sociais, mesmo que essa relação se mostre cada vez mais complexa e de difícil delimitação no mundo contemporâneo.

É fato que são observadas resistências e críticas à teorização sobre a urbanização da sociedade por autores que interpretam nas formulações de Lefebvre uma negação da problemática do rural e da agricultura; uma visão de inexorabilidade da substituição do agrário pela expansão urbana ou ainda uma associação do *continuum* proposto por Lefebvre a vertentes que relacionam o rural e agrícola ao natural e atrasado e o urbano ao moderno, industrial e artificial.

Nesse caso, é importante esclarecer a interpretação da abordagem espacial lefebvriana que inspira este trabalho. A atenuação da oposição e do conflito cidade-campo proposta por Lefebvre está ligada aos desdobramentos das relações capitalistas de produção e não deve ser compreendido como a supressão do campo e das atividades agrícolas pela cidade. As reflexões sobre o "urbano" como um processo social, uma sociedade em formação não podem ser tomadas como uma oposição ao "rural", tampouco negam as relações existentes entre o campo e a cidade e suas transformações no decorrer dos tempos (LEFEBVRE, 2011, p. 74). A periodização histórica proposta pelo autor não sugere uma simplificação evolutiva na qual, na era urbana, as atividades agrícolas e industriais seriam inexistentes e os espaços seriam totalmente construídos (LEFEBVRE, 2011, p. 75).

A ideia de oposição entre formas espaciais supostamente autônomas é uma noção frequentemente mobilizada em algumas vertentes dos estudos urbanos, que decorre da concepção da precedência do campo sobre a cidade e da origem das cidades a partir da dominação do excedente econômico produzido pelo campo. Essa noção de sucessão histórica entre o campo e a cidade é contestada por alguns autores que argumentam ser o processo de divisão entre trabalho intelectual e manual e a diferenciação em classes o gerador da cidade, e não a forma espacial do campo (SINGER, 1973). Nessa perspectiva, sob um mesmo processo de dominação, são alterados os processos sociais tanto no campo quanto na cidade e surgem novas formas espaciais específicas e necessárias à reprodução

do capital. Como consequência desse processo mais amplo, a forma espacial cidade passou a concentrar funções de administração e comando e a coordenar a produção do campo, apropriando-se do excedente e impondo novos padrões de consumo.

Como já mencionado, em suas proposições teóricas, Jane Jacobs (1969) vai além e argumenta que o desenvolvimento da economia e das cidades teriam se formado, desde suas origens, como uma centralidade (de produção e de trocas) que produziu o campo e não a partir da necessidade do campo em trocar o seu excedente (invertendo a sequência histórica convencional "caça e coleta-agricultura-aldeias-cidades-Estados"). Segundo a autora, os primeiros assentamentos urbanos pré-agrícolas de caçadores, coletores e comerciantes já incubavam, no seu entorno, o cultivo de grãos e a criação de animais que posteriormente se descentralizaram em significativo número e se desenvolveram em grande escala.

Analisando a dinâmica contemporânea da produção do espaço social e o processo de urbanização na periferia industrial, o conceito de *urbanização extensiva* é formulado por Monte-Mór (1994) para ressaltar o avanço do tecido urbano sobre o espaço rural e regional, para além dos limites das cidades e para referir-se a uma espacialidade resultante da extensão das condições gerais de produção (e de consumo) urbano-industriais para periferias próximas e distantes, mas que também carrega a possibilidade de organização política própria da cidade[118].

Sob a ótica da urbanização extensiva, a contradição e a dicotomia cidade-campo tendem a se dissolver e a se recombinar no urbano (substantivo), que contém elementos de ambas as partes, mas traz as especificidades de um terceiro elemento na dialética. Para o autor, ao campo impõe-se, então, uma outra contradição (MONTE-MÓR, 2006b, p. 76):

> Industrializar-se, subordinando-se à lógica da acumulação capitalista que transforma a natureza e o mundo rural em mercadorias fictícias (no limite, *commodities*), ou então se urbanizar, voltando a ser o espaço movido pela reprodução, mas agora equipado em bases urbano-industriais (MONTE-MÓR, 2015, p. 60).

[118] Para Monte-Mór (2006a, p. 6), "os adjetivos urbano e rural, todavia, referentes à cidade e ao campo, ganharam autonomia apenas recentemente e dizem respeito a uma gama de relações culturais, socioeconômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo sem, no entanto, permitirem a clareza dicotômica que os caracterizava até o século passado. Ao contrário, cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o espaço rural são difusas e de difícil identificação. Pode-se supor que isto acontece porque hoje esses adjetivos carecem da sua referência substantiva original, na medida em que tanto a cidade como o campo não são mais conceitos puros, de fácil identificação ou delimitação".

Com seu duplo sentido de forma/processo socioespacial e de extensão do urbano-industrial, mas também de extensão do urbano-utopia por meio da política e da cidadania, a urbanização extensiva (e também intensiva, nas múltiplas centralidades) penetra dialeticamente todo o espaço social. O urbano passa a ser o elemento dominante e o espaço de vida sofre um processo de politização crescente em direção à sociedade urbana (MONTE-MÓR, 2015, p. 62):

> [...] a revolução urbana anunciada por Lefebvre já em 1970 e tão questionada à época, mas hoje com contornos cada vez mais claros. A práxis urbana resultante de um processo de (re)politização da cidade e estendida ao território como um todo fez com que novas vozes, novos povos (alguns já condenados à morte, como os índios brasileiros) se organizassem e se colocassem como atores expressivos no contexto das lutas pela emancipação, sempre ameaçadas mas nunca extintas. Os movimentos sociais, inicialmente chamados de urbanos por estarem centrados nas cidades, agora estão em toda parte (MONTE-MÓR, 2015, p. 60).

É nesse sentido que argumento que a teorização lefebvriana sobre o urbano é uma perspectiva aberta para o diálogo com outras abordagens que buscam compreender as relações, as contradições e as complementaridades que se estabelecem entre os espaços rurais e os espaços urbanos, para além das suas distinções e oposições, bem como as novas expressões das práticas socioespaciais do mundo contemporâneo.

Na abordagem da *exopólis* feita por Soja, a relação campo-cidade é considerada na constituição da metrópole fordista/keynesiana - "uma metrópole desenhada de forma seletiva, entre os atrativos da cidade e os espaços abertos do campo, uma metrópole cada vez mais dependente do veículo privado que, por sua vez, permite que tanto o campo como a cidade sejam mais acessíveis, pelo menos potencialmente" (SOJA, 2000, p. 239). O autor identifica a "velha dicotomia campo/cidade, agora reconstituída na metrópole moderna, em torno da divisão entre paisagens ou mundos urbanos e suburbanos, cada um com seu característico estilo de vida" (SOJA, 2000, p. 240).

Essa relação também é referenciada no imaginário simbólico dos discursos pós-metropolitanos das *edge cities* (GARREAU, 1991 *apud* SOJA, 2000) e das aldeias urbanas que estão "cheias de alusões ao conceito original de cidade jardim de Ebenezer Howard, inclusive ao mais antigo ainda conceito do jardim do Éden, onde se pode obter o melhor dos mundos, a cidade e o campo" (SOJA, 2000, p. 245). Há ainda a simulação do Novo Urbanismo, uma "combinação peculiar pós-moderna de nostalgia histórica urbana e pós-subúrbio atual", que segundo Soja podem ser caracterizados como "intervenções de

marketing oportunistas com hipersimulações de uma utopia urbana para a população de classe média". Entretanto, o autor ressalta que esses discursos devem seguir sendo avaliados de forma crítica, pois ajudam a preservar possibilidades positivas de um futuro melhor para o entorno metropolitano e, assim como as *edge cities*, "capturam, de forma crescente, os imaginários urbanos contemporâneos, tanto populares, como profissionais, influenciando nas práticas de construção da cidade em quase todas as pós-metrópoles" (SOJA, 2000, p. 250).

No âmbito brasileiro, outras abordagens buscam superar as visões estereotipadas e dualistas das relações campo-cidade, reconhecendo a força do fenômeno urbano, mas conferindo mais ênfase na revalorização do rural e nas ideias de "novas ruralidades"[119].

Em suas leituras sobre as transformações em curso no rural brasileiro, Alentejano (2003) opina que o rural não deixou nem deixará de existir, apenas teve e está tendo seu significado alterado e, portanto, o "par rural-urbano" é um conceito atual e útil como elemento de interpretação da realidade. O autor explora diferentes (e divergentes) tendências analíticas presentes nos debates acerca das relações campo-cidade que enfatizam a revalorização do rural (ressaltando a boa qualidade de vida possível num meio rural dotado de infraestrutura básica e preservação ambiental) e as limitações do modo de urbanização (destacando as mazelas dos grandes aglomerados metropolitanos, cada vez mais marcados pela violência, a miséria e a poluição) (ALENTEJANO, 2003, p. 01). Alentejano problematiza os diferentes significados da revalorização do rural brasileiro, destacando posições que se baseiam nas potencialidades do modelo agropecuário dominante no Brasil e também posições que implicam uma reforma da estrutura fundiária e da política agrícola, bem como na revisão completa desse modelo.

Destaco na ponderação desse autor a defesa da atualidade e centralidade da reforma agrária nos debates sobre o modelo de desenvolvimento a ser adotado no Brasil, para além do universo de debates restrito à agricultura e ao meio rural. Considerando o caráter fortemente urbanizado da sociedade brasileira, Alentejano acrescenta que a reforma agrária é essencial para, "no curto prazo, garantir melhores condições de vida para uma imensa massa de explorados e excluídos presentes hoje no campo e na cidade e, a médio e longo prazo, possibilitar a construção de uma sociedade justa e democrática" (ALENTEJANO, 2003, p. 3).

---

[119] Rua (2006, p. 91) identifica como autores dessa vertente Maria José Carneiro, Roberto José Moreira, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Sérgio Schneider, ainda que ressalte diferenças entre suas abordagens.

Em um esforço de aproximação com a tese lefebvriana de urbanização da sociedade (e do rural), Rua (2006) compreende o rural como parte da espacialidade do capitalismo contemporâneo, mas chama a atenção para a diversidade desse processo e para a reapropriação de elementos da cultura rural local pelo urbano (RUA, 2006, p. 93). O autor reconhece na concepção de urbano e da sociedade urbana de Lefebvre[120] uma ampla escala de urbanização ideológica, comportamental, difusa que alcança todo o território, mas propõe incorporar nas análises uma discussão sobre as múltiplas escalas envolvidas na ação de criação territorial (RUA, 2006, p. 100).

> Se há um movimento de unificação urbano-rural pela lógica capitalista, como acreditamos, com um certo sentido de equalização do espaço, há, por outro lado, muitas manifestações de resistência a essa equalização pretensamente homogeneizadora, que se traduzem por estratégias de sobrevivência das famílias rurais, principalmente daquelas mais pobres e/ou empobrecidas no movimento de integração acima referido, quando buscam manter ou (re)construir suas identidades territoriais. Isto nos coloca frente a um complexo processo de heterogeneização do espaço, integrada à lógica desigualizadora do desenvolvimento do capitalismo, na qual interagem dimensões econômicas, políticas, culturais e simbólicas. Tentar compreender este intrincado processo de "criação de identidades territoriais" não como um "novo rural", mas como novas territorialidades, híbridas, mistas de "urbano" e "rural", em que novas geografias são identificadas, faz com que insistamos na discussão desta temática (RUA, 2006, p. 88).

Rua (2006) também incorpora as contribuições das vertentes analíticas que defendem a manutenção de especificidades no espaço rural e as possibilidades de convivência da cultura rural com a cultura urbana em um mesmo espaço. O autor propõe a ideia de "urbanidades no rural" para abordar as interações entre uma escala mais restrita, do lugar, e uma mais ampla, da sociedade urbana, que marcam as transformações pelas quais passa o rural nos dias atuais (p. 94), dando lugar a um complexo processo de "criação de identidades territoriais" que devem ser definidas como novas territorialidades, híbridas, mistas de "urbano" e "rural" (e não compreendidas como um "novo rural") (p. 100). O autor chama ainda a atenção para a definição da legislação brasileira, que considera o rural e o urbano como dois territórios distintos, prevalecendo "a concepção oficial de que rural é tudo que não é urbano" (RUA, 2006, p. 95). Esse debate será retomado mais à frente no

[120] Rua (2006) faz também uma referência à ideia de Milton Santos (1993) segundo a qual o urbano ultrapassa a cidade e se instala na escala do território.

tópico que trata da gestão e planejamento metropolitano[121].

A ideia de periurbano é também uma questão que merece aprofundamento, uma vez que no Brasil não há normativa político-administrativa que o defina. Por outro lado, há nos debates acadêmicos e políticos o reconhecimento dos múltiplos usos da terra em áreas de transição rural-urbano, que colocam desafios para a diferenciação entre paisagens rurais e urbanas nas áreas mais urbanizadas.

Esse aprofundamento é particularmente importante no que toca ao debate conceitual sobre a agricultura urbana, uma vez que atravessa a trajetória de institucionalização da agricultura urbana, tanto no cenário internacional como brasileiro. Como apresentado no capítulo 1, o adjetivo "periurbana" é bastante utilizado em documentos publicados por organizações internacionais como a Organização das Nações Unidades para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) e a Rede Internacional de Centros e Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (Fundação RUAF), bem como nas iniciativas de formulação de políticas públicas no Brasil voltadas para esta temática. Mougeot (2000, p. 6) identifica esforços de algumas pesquisas para estabelecer critérios de delimitação do contexto periurbano, com a intenção de evidenciar a presença da agricultura no entorno das cidades e diferenciá-la da agricultura "intraurbana" e "rural"[122]. No Brasil, esse debate tem relação com a demarcação dos perímetros urbanos, que definem legalmente as zonas urbanas e rurais e interferem nas condições e limites normativos para a realização de atividades agrícolas. Entretanto, os enfoques dessas pesquisas parecem privilegiar a localização das práticas mais do que sua relação com a produção social do espaço urbano e subestimam as diferenças nas práticas localizadas em um mesmo território, como se houvesse "uma agricultura rural" ou "uma agricultura intraurbana".

Assim, ainda que o uso do adjetivo "periurbana" chame a atenção para a presença de práticas e territórios nos quais há expressiva sobreposição de usos e atividades agrícolas e não agrícolas nos entorno metropolitano, o aprofundamento desse debate deve passar pela realização de pesquisas empíricas que articulem os conflitos socioespaciais envolvidos

---

[121] Na legislação brasileira, a definição formal do que é zona rural é feita em oposição ou a partir do que é definido por zona urbana ou zona de expansão urbana, sendo a fronteira entre elas estabelecida pelo chamado perímetro urbano.

[122] Alguns critérios para diferenciar a agricultura intraurbana da agricultura periurbana identificados na revisão bibliográfica realizada pelo autor: tamanho de população, limiares de densidade, limites legais da cidade, utilização agrícola de terrenos destinados a outros usos, agricultura inserida do âmbito legal e regulamentar das autoridades urbanas, parâmetros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tempo de viagem dos agricultores não residentes para o local de produção ou o tempo de viagem de certos produtos para atingir o mercado urbano; distância máxima que os residentes urbanos podem viajar para o local de produção diariamente (MOUGEOT, 2000, p. 6).

na dinâmica de expansão metropolitana, as estratégias de reprodução social dos grupos familiares e as complexas configurações espaciais que surgem em diferentes esferas.

Lopes (2008, p. 71) indica uma vasta literatura disponível sobre o impacto da urbanização e as transformações socioespaciais resultantes no meio rural brasileiro, mas reconhece que existem poucos estudos que contemplam uma visão compreensiva dos espaços rurais nas regiões metropolitanas, bem como a complexidade que o grande universo de atividades e vidas nesses territórios confere à dinâmica metropolitana. Além disso, mesmo representando muitas vezes a maior parcela do território, esses espaços são usualmente marginalizados do ponto de vista do planejamento metropolitano. Segundo a autora, de modo geral, essa literatura indica grande diversidade de configurações socioespaciais em curso em áreas de transição rural-urbano e a necessidade de realização de mais estudos em territórios específicos para aprofundar a compreensão desse fenômeno.

Fundamentada na dialética socioespacial e na teorização lefebvriana sobre a urbanização da sociedade, mas considerando os estudos que tratam das transformações e sentidos contemporâneos do rural brasileiro, esta pesquisa propõe novas imaginações geográficas para que as ruralidades presentes nas regiões metropolitanas sejam consideradas parte do *urbano em formação*. Busca chamar a atenção para que as ruralidades não sejam vistas como formas arcaicas ou atrasadas prestes a desaparecer ou a se modernizar nos moldes da urbanização industrial, tampouco que sejam consideradas como apenas mais um espaço de desejo ou consumo por sua associação ao lazer e à natureza.

No entorno metropolitano, a ampliação da escala da metropolização pela extensão fragmentada e dispersa do tecido urbano intensifica a integração dos lugares e espaços rurais com o núcleo metropolitano, alterando suas lógicas de reprodução social e organização espacial. O rural se urbaniza pela chegada da indústria (incluindo a agroindústria) e outras formas de extensão das condições gerais de produção, pela difusão de hábitos de consumo de produtos industriais, pela associação do rural ao espaço "natural" como um objeto de desejo e de consumo.

A perspectiva teórica da urbanização extensiva possibilita interpretar, em outras bases, as discussões apresentadas no capítulo 2 sobre o processo de industrialização da agricultura no Brasil e sobre a proposta agroecológica, bem como enfocar as especificidades dos territórios metropolitanos. Se o processo de urbanização brasileira foi marcado pela intensidade do êxodo rural para as cidades na década de 1970, a ênfase atual está na extensão da urbanização para além dos limites da cidade sobre os espaços rurais e

regionais. Do ponto de vista teórico, a urbanização extensiva reafirma o deslocamento do foco dos debates sobre as contradições rural-urbano para as transformações socioespaciais em curso resultantes da fase atual do capitalismo por meio dos processos de globalização e de reestruturação produtiva. Em consequência, problematiza a delimitação de espaços e limites entre o campo e a cidade, que estão a cada dia mais difusos e integrados espacialmente nas regiões metropolitanas. Por fim, faz repensar concepções ainda vigentes de divisão do trabalho, especializações e representações do urbano como ambiente construído e artificial e do rural como lugar da produção agrícola e da natureza. Essas concepções, informadas por uma visão dicotômica do rural e do urbano, concebe a cidade como impossibilidade ou como entrave ao desenvolvimento de práticas agrícolas.

Do ponto de vista da agricultura, no bojo dos processos de transformações do meio rural no entorno metropolitano, o urbano agrícola expressa a extensão das relações sociais urbano-industriais e a modernização conservadora da agricultura. Mas as "grandes áreas metropolitanas contêm ruralidades, resquícios de vida campestre, formas outrora arcaicas e hoje revalorizadas e reconhecidas como alternativas para a vida contemporânea" (MONTE-MÓR, 2005, p. 444). Dessa forma, a extensão do tecido urbano, revisitada a partir da concepção de urbano lefebvriana, pode resgatar esses espaços que resistem ao processo de modernização do campo como "formas de vida e modos de integração econômica que podem dar origem a novas invenções de processos e formas socioespaciais mais compatíveis com a utopia contemporânea de emancipação" (MONTE-MÓR, 2015, p. 5).

Enfocando o espaço regional em processo de metropolização, argumento que a agricultura urbana e a agroecologia contribuem para mais articulação entre o rural e o urbano e para a conformação de territórios híbridos, mistos, de transição, onde coexistem atividades econômicas e modos de vida associados a esses universos considerados antagônicos.

A gradativa aproximação entre as trajetórias da agricultura urbana e da agroecologia no Brasil, que foi apresentada nos capítulos 1 e 2, sugere um movimento de síntese de princípios e valores entre movimentos de luta e reivindicação de direitos que, de modo geral, se encontram em campos acadêmicos e políticos definidos, como a reforma agrária e o "direito à cidade". Essa percepção é reforçada por um conjunto crescente de iniciativas nas múltiplas centralidades e periferias no tecido urbano-industrial, que politizam o espaço da vida cotidiana por meio da agricultura e evidenciam o espaço da metrópole como a esfera da diversidade, do encontro e da troca de experiências que podem

se afetar mutuamente.

A superação de certas formas de pensar que afirmam o rural em oposição ao urbano ou mesmo como uma complementação do urbano parece ser um passo necessário para permitir novas lógicas de integração entre formas de ocupação e produção do espaço social a partir da agricultura urbana e da agroecologia, tanto nos núcleos urbano-metropolitanos como no seu entorno.

No capítulo 5, identifico algumas formas de resistência e inovações de sujeitos e práticas de agricultura urbana e agroecologia nos espaços metropolitanos que sugerem novas conexões em andamento entre o rural e o urbano na RMBH e a conformação de novas territorialidades e modos de vida alternativos frente aos padrões difundidos pela urbanização capitalista. Com o intuito de apoiar essas reflexões, antecipo algumas informações compiladas na construção desta tese que ajudam a vislumbrar o potencial de uma visão mais integradora das práticas de agricultura na região. A RMBH conta com cerca de 5.000 estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2006), seis assentamentos da reforma agrária (INSTITUTO NACIONAL DA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, 2005)[123] e reconhecidas comunidades quilombolas e de terreiro (GOMES, 2009). Além disso empresas familiares de produção orgânica, instituições públicas e privadas de experimentação e ensino em agroecologia e agricultura urbana, várias iniciativas de hortas comunitárias, escolares, institucionais, bem como incontáveis espaços domiciliares como quintais, hortas suspensas, sítios, chácaras, lajes, organizam sistemas de produção prioritariamente voltados para a reprodução familiar e coletiva.

As articulações, fusões e integrações que podem surgir com essa aproximação parecem ser "partes constituintes do novo que pede para nascer a partir das fragmentações, extensões e segmentações que conseguimos hoje identificar"[124]. Retomando as proposições de Massey (2004, 2008) sobre o espaço, pode-se imaginar que as trajetórias e estórias desses lugares e espaços produtivos se diferenciam do que é hegemônico e se materializam em espacialidades próprias que coexistem no espaço metropolitano. Estes espaços estão em processo de devir e abertos para o futuro e as inter-relações entre eles podem forjar novas relações e produzir novas trajetórias e estórias.

---

[123] www.incra.gov.br/.

[124] Tomo aqui emprestada a expressão de Monte-Mór (1994)

3.3.3 O urbano e a natureza

Nesta pesquisa, exercito uma aproximação entre a teoria do espaço e o pensamento ambiental para situar a agricultura urbana e a agroecologia como campos possíveis de articulação entre a análise/intervenção urbana e ambiental.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a concepção de natureza numa sociedade é um dos fundamentos sobre os quais se constroem as relações sociais. Para Gonçalves (2006), nossa sociedade carrega uma ideia construída da natureza, que tem implicações em relações de dominação da natureza-objeto pelo homem-sujeito, bem como em um processo de alienação da sociedade no tocante a essas relações, tal como acontece com o trabalho humano.

Monte-Mór (2015) retoma o conceito de "sociedade burocrática de consumo dirigido" (formulado por Lefebvre para caracterizar o estágio do capitalismo industrial), que descreve o processo de apropriação e transformação da natureza para servir às necessidades da civilização industrial e do capital. O capitalismo é "entendido como relação que permanentemente atribui valores de troca a novas mercadorias identificadas no mundo concreto e no próprio desejo das pessoas, cada vez mais tomadas/domadas pelas necessidades que lhes são criadas" (MONTE-MÓR, 2015, p. 6). Considerando o duplo sentido lefebvriano de extensão do urbano, o autor trata do processo de apropriação e transformação da natureza na produção do tecido urbano-industrial e de como a natureza pode ser incorporada nos debates sobre o urbano em formação.

Mas a lógica da acumulação capitalista de transformação do mundo em valor de troca e em mercadoria encontra resistências, tornando mais compreensível e atual o urbano virtual lefebvriano como o futuro que informa e define o presente. Os movimentos sociais (inicialmente chamados urbanos), resultantes da repolitização da cidade, evidenciam a organização de novos sujeitos coletivos nas lutas pela emancipação. A natureza, por sua vez, evidencia os limites e as ameaças do processo de acumulação à sobrevivência da vida no planeta em escala globalizada "e cada vez mais o mundo não humano penetra nas preocupações de todos os povos". Essas resistências sugerem possibilidades para se repensar a relação urbano-natureza no mundo contemporâneo, a partir da aproximação entre a politização do urbano como espaço de vida e da problemática da sustentabilidade ambiental (MONTE-MÓR, 2015, p. 60):

> Não parece haver dúvidas de que aí se encontra uma força telúrica, um imaginário utópico, promessa de encontros, sonho de emancipação que nos referenciam diretamente ao urbano lefebvriano […] o (re)encontro do urbano com a natureza resgata e amplia a utopia lefebvriana. Se Lefebvre foi visionário e arguto ao perceber a revolução urbana no seu nascedouro na segunda metade do século passado, neste século as novas relações com a natureza estão redefinindo o estágio revolucionário da práxis urbana (MONTE-MÓR, 2015, p. 62).

A preocupação com a natureza e as oposições ao urbano-industrial estão presentes tanto nas vozes organizadas dos pobres e excluídos "em países de amplas populações pobre e subjugadas" (onde o espaço para essa "acumulação primitiva" é ainda muito grande), mas também em setores das classes médias do mundo urbano-industrial, que "conseguem se irmanar com o novo sentido dado à natureza e à sua importância na construção de alternativas contemporâneas para a crise societal (e natural)" (MONTE-MÓR, 2015, p. 61).

Entretanto, "a sustentabilidade urbana foi tradicionalmente vista como algo à parte da natureza" e uma oposição entre as noções de urbano e ambiental ainda é visível nas frequentes referências à dominação do espaço humano pelo tecido urbano, nas concepções que reforçam a impossibilidade de uma articulação íntima do espaço urbano com o espaço natural, bem como na associação da natureza ao campo e ao ambiente não ocupado pela civilização (MONTE-MÓR, 2015, p. 63).

Costa e Costa (2005) discutem que são ainda relativamente escassos os esforços teóricos para articular de forma consistente as formulações sobre a questão urbana e a questão ambiental. Partindo do final dos anos 1960/início dos 1970 até o momento atual, os autores tomam como ponto de partida diferentes enfoques do tratamento do processo de urbanização e da análise urbana encontrados na literatura para explorar as contribuições da teoria da produção do espaço desenvolvida por Lefebvre e os aportes de diferentes abordagens que se "inserem" no pensamento ambiental (especialmente da ecologia política) para a análise e a *práxis* urbana.

Os autores destacam como potencialidades teóricas comuns entre essas abordagens a dissolução de fronteiras rígidas entre categorias analíticas dicotômicas e as possibilidades de aproximações entre o conceito de meio ambiente politizado e o conceito lefebvriano de espaço social:

> Ambas as contribuições constituem potencialmente orientações teóricas de análise urbana, uma vez que têm origem no entendimento de processos compreensivos enraizados no capitalismo e avançam na direção de um

> conhecimento mais claro de meio ambiente e espaço, suas transformações e sua politização. Além disso, ambos os enfoques preservam os princípios básicos de busca de igualdade social, perseguidos pela abordagem da economia política, ampliando-os em termos tanto teóricos quanto do caráter de mudança das ações socioespaciais (COSTA; COSTA, 2005, p. 380).

Costa (2000) problematiza a crescente interconexão e convergência entre os discursos ambiental e os discursos do planejamento urbano/intervenções urbanas como desenvolvimento urbano sustentável, argumentando que tal formulação apresenta uma fragilidade teórica e oculta as oposições conceituais que lhe servem de suporte. Para a autora, as matrizes de pensamento urbano e ambiental têm origem em áreas de conhecimento distintas, configurando-se em lógicas e trajetórias políticas diferentes. Por serem noções vindas de campos disciplinares diferentes (e às vezes divergentes), as contradições e conflitos entre os conceitos de urbano e ambiental ainda se encontram presentes sob as mais variadas formas na sociedade, nas políticas e nas formulações teóricas. Enquanto a regulação urbanística tem origem e acompanha o processo de modernização do espaço urbano em sua fase industrial, a questão ambiental emerge com a ação de movimentos sociais nas décadas de 60 e 70, que passam a questionar os rumos dessa modernização, bem como a visão instrumental da natureza necessária ao estabelecimento das condições gerais de produção capitalista.

Costa ainda discute os conflitos relativos à distância entre formulações teóricas e propostas de intervenção, que se expressam no distanciamento entre a análise social/urbana crítica e o planejamento urbano. Em outro texto, a autora enfoca a trajetória da temática ambiental no planejamento urbano no Brasil, desenvolvendo a análise sobre as convergências e conflitos manifestos no uso e operacionalização de instrumentos utilizados nas políticas urbanas e ambientais (COSTA, 2008). A autora argumenta que atualmente a regulação ambiental oscila entre suas origens contestatórias e a conformação de um arcabouço regulatório que favorece a apropriação da natureza como mercadoria na fase atual do capitalismo.

Monte-Mór (1994) questiona a visão difundida das cidades e das metrópoles como foco da problemática ambiental ou como espaços mortos do ponto de vista ecológico e problematiza a falta de percepção da diversidade cultural e biológica nos contextos metropolitanos como virtualidades integradoras da natureza e da sociedade. Destaca, ainda, que apesar do crescente debate sobre a importância da qualidade de vida, pouca atenção tem sido dada à sua relação com o resgate do valor de uso do espaço urbano e sentido

social da terra.

Na perspectiva teórica lefebvriana, a criação de parques e áreas protegidas no espaço urbano pode ser vista como uma face da produção do espaço urbano-industrial, um processo de fragmentação e homogeneização do espaço abstrato que se instaura em nome da contenção da destruição da natureza (EUCLYDES, 2015). Dialogando com as ideias de Lefebvre, a autora argumenta que a produção de fragmentos isolados de espaço natural no espaço urbano por meio do simples estabelecimento de restrições ao uso do espaço não vislumbra a restituição da relação entre a natureza e a obra e o estímulo à criatividade e à apropriação do espaço.

Situando a questão ambiental como central da relação cidade-campo e das possibilidades de aprimoramento das formas de ocupação e produção do espaço social, Monte-Mór (2015) comenta que já na última década do século passado parecia claro que à urbanização extensiva deveria corresponder uma naturalização extensiva "tanto para enfrentar problemas urbanos e ambientais em nível micro, da vida cotidiana, quanto para enfrentar questões globais da crise ambiental e societal" (MONTE-MÓR, 1994, p. 176).

> No contexto urbano, natureza e espaço social precisam agora interagir e se reconhecerem. O campo cego que impedia a percepção do urbano nascente para Lefebvre hoje impede ainda que se perceba a natureza na vida quotidiana urbana. A percepção da natureza é hoje central para o combate do campo cego da alienação de si ou do mundo, ou melhor, dos dois. À lógica da produção industrial que dominou a cidade industrial Lefebvre opôs a lógica da reprodução coletiva da vida urbana, do urbano. Hoje, à lógica da produção industrial se opõe também a lógica da reprodução da natureza, implícita nos escritos de Lefebvre, mas hoje, com maior ênfase e visibilidade. Na verdade, com centralidade e legitimidade inquestionáveis, de muito mais fácil percepção e compreensão do que a "revolução urbana" e até mesmo que o "direito à cidade" (este hoje tão difundido) enfatizados por Lefebvre. [...]
> […] se o urbano-industrial vem produzindo de forma hegemônica o espaço em que vivemos, parece que só o urbano-natural pode garantir o espaço em que podemos viver. A chamada sustentabilidade urbana demanda o resgate radical da natureza, uma imbricação do tecido urbano com o espaço natural, a extensão da natureza dentro do urbano extensivo. Assim, o urbano que se anuncia é também o urbano-natural, cada vez mais fortemente impregnado na vida quotidiana, na produção de alimentos, nos parques lineares, nas matas urbanas, nos espaços de apropriação coletiva – espaços (e objetos) comuns (MONTE-MÓR, 2015, p. 62-63).

Como apresentado no capítulo 2, no campo da ecologia política há ampla crítica em torno do conceito de desenvolvimento sustentável que, entre muitos outros aspectos, se reflete em um debate sobre as cidades sustentáveis.

Uma questão importante de ser resgatada nessa visão crítica é a transformação discursiva da natureza em meio ambiente e suas implicações na reafirmação conceitual da natureza como objeto, bem como do homem como sujeito da ação sobre a natureza. Para Sachs (2000), essa construção, que retira da natureza seu caráter de fonte de vida e lhe confere apenas um caráter como recurso em termos de matéria e energia, foi necessária para incorporar as crescentes preocupações ecológicas ao modo de produção capitalista. Para o autor, essa morte simbólica da natureza equivale à sua degradação física, uma vez que o discurso passa a ter mais importância do que a prática de proteção ambiental.

Para Acselrad (2004a), discursos sobre a natureza são mobilizados como justificativas para ações diversas e mesmo antagônicas, em um jogo no qual algumas representações da natureza tornam certas práticas espaciais mais legítimas que outras. Em outro trabalho, o autor também problematiza a incorporação da questão ambiental pelo Estado, identificando, no aparato institucional da legislação e do licenciamento ambiental, a relegitimação do desenvolvimentismo e uma resposta das forças dominantes à crítica ambientalista (ACSELRAD, 2010).

No que toca ao debate sobre o desenvolvimento das cidades, o autor relaciona a aplicação das diversas matrizes discursivas associadas à noção de sustentabilidade, na qual atores envolvidos na produção do espaço urbano buscam legitimar suas perspectivas de "dar durabilidade ao desenvolvimento", remetendo à lógica da temporalidade das práticas urbanas (ACSELRAD, 1999)[125]. Acselrad ressalta que o discurso da sustentabilidade das cidades atualiza o embate entre "tecnificação" e politização do espaço e do tempo, no qual convivem "projetos voltados à simples reprodução das estruturas existentes ou a estratégias que cultivem na cidade o espaço por excelência da invenção de direitos e inovações sociais" (ACSELRAD, 1999, p. 88). Nessa seara se insere todo um debate sobre as "cidades sustentáveis" (bem como acerca das "cidades resilientes"), que se articula especialmente à matriz discursiva da representação tecno-material da cidade e da legitimação da ecoeficiência como principal eixo das estratégias de ação.

Como alerta Oliveira (2001, p. 199), "em nome do consenso, diferentes projetos de

[125] Para Acselrad (1999, p. 87) três matrizes discursivas de sustentabilidade urbana acionam representações distintas para a gestão das cidades: a representação tecno-material da cidade (que combina modelos de racionalidade energética com modelos de equilíbrio metabólico e reduz a sustentabilidade urbana a seu aspecto estritamente material); a representação da cidade como espaço da qualidade de vida (estrutura-se segundo o modelo da pureza, da cidadania ou do patrimônio e remete a sustentabilidade a um processo de construção de direitos que equacionem as externalidades negativas da cidade); a representação que enfoca a reconstituição da legitimidade das políticas urbanas (buscam refundar o projeto urbano com base em modelos de eficiência e equidade e remete a sustentabilidade à construção de pactos políticos capazes de reproduzir suas próprias condições de legitimidade).

cidade podem se encaixar na pauta da sustentabilidade", mas "o discurso prevalecente nos documentos das agências multilaterais sugere que a inclusão da sustentabilidade na agenda urbana responde em parte a estratégias de legitimação das cidades em competição por investimentos e inserção na economia globalizada".

As experiências e discursos do Novo Urbanismo, citados por Soja (2000) na sua abordagem da *exopolis*, são exemplos que sustentam parte das propostas de cidades sustentáveis, conectando questões associadas ao consumo de energia e à reestruturação da forma urbana.

Segundo Costa e Costa (2005), apesar da teoria urbana contemporânea não ter sido fundamentalmente alterada pelo debate ambiental, as práticas e intervenções urbanas (especialmente na esfera brasileira) "têm sido marcadas pela convergência de questões sociais e ambientais mediadas pelo planejamento e por lutas que se desenvolvem em torno de conflitos socioambientais" (COSTA; COSTA, 2005, p. 379). Entre elas se encontram a redefinição das demandas por acesso aos benefícios da urbanização como questões socioambientais; a introdução de critérios ambientais no planejamento urbano; e o surgimento de novas territorialidades no nível da regulação para a negociação de conflitos ambientais.

Este estudo pretende contribuir nesse debate, discutindo possibilidades de interação entre a agricultura e o espaço urbano metropolitano como uma forma de naturalização do urbano, tanto do ponto de vista das análises teóricas como das práticas espaciais.

Se é certo que o urbano lefebvriano que se anuncia é também o urbano-natural (MONTE-MÓR, 2015), a agricultura, como prática ancestral de conexão entre a natureza e a sociedade, deve ser reconhecida como uma prática espacial que conecta a natureza e o espaço social nas metrópoles em expansão. Nessa perspectiva, devem ser consideradas as possibilidades de maior extensão e integração da agricultura no espaço urbano regional, bem como sua incorporação na agenda de debates da sustentabilidade urbana.

A aproximação da temática da agricultura urbana com os debates sobre a sustentabilidade urbana deve ser cuidadosa, para não confundir (consciente ou inconscientemente) ou para não reforçar um discurso que oferece respostas consensuais e soluções técnicas aos problemas urbanos. Como ressalta Acselrad (1999, p. 87), esse tipo de discurso traz o risco de ser associado a representações tecno-materiais da cidade, restringindo o debate apenas a uma dimensão material e descaracterizando a dimensão política do espaço urbano.

Como assinalado no capítulo 1, a dimensão ambiental é significativamente destacada na defesa dos benefícios que a agricultura urbana representa para o enfrentamento dos problemas ambientais das cidades. Entre os benefícios são ressaltadas a diminuição da pressão decorrente do elevado grau de permeabilidade do solo urbano e a contribuição para reduzir os volumes de escoamento por meio de infiltração de águas pluviais. A produção de alimentos próxima dos consumidores urbanos é também divulgada como uma contribuição para a redução dos custos energéticos envolvidos na cadeia alimentar industrial (transporte, estocagem, embalagens, refrigeração, etc.), bem como no aumento da agrobiodiversidade urbana e da oferta de alimentos frescos e diversos. Nos espaços cultivados na cidade observam-se espécies de hortaliças, plantas medicinais e frutíferas que não são cultivadas nos estabelecimentos agrícolas comerciais, não sendo encontradas nos mercados locais e poderiam desaparecer (SANTANDREU; PERAZZOLI; DUBBELING, 2002).

Articulada ao receituário da *economia verde* e da *modernização ecológica* para a gestão das cidades sustentáveis, a "ecologização" da agricultura urbana pode seguir as tendências da ecotecnocracia, tal como observado no discurso e nas práticas de agricultura convencional que incorporam requisitos ambientais. Além disso, algumas práticas de agricultura são justificadas pela visão estratégica de atender a um nicho de mercado "ecologizado" (e, de modo geral, elitizado), no qual os produtos "orgânicos", "ecológicos" ou "naturais" são supervalorizados (por não representarem riscos para a saúde e ambiente), mesmo que não garantam todas as dimensões da sustentabilidade dos sistemas produtivos (CAPORAL, 2011, p. 96).

Também é preciso cautela para que a defesa ingênua dos impactos ambientais positivos da agricultura urbana não oculte ou subestime o urbano agrícola nos territórios metropolitanos, uma vez que práticas urbanas de agricultura convencional podem ter significativos impactos negativos sobre a biodiversidade e sobre a saúde dos habitantes urbanos, bem como levar à contaminação do solo, da água e dos alimentos pelo uso inadequado de agroquímicos.

Vale ainda destacar a reflexão registrada na literatura internacional (e apenas pontualmente contemplada na literatura brasileira) sobre situações nas quais a agricultura urbana pode representar formas de injustiças socioambientais, como a implantação de projetos sociais em áreas com solos contaminados ou onde há risco de acidentes (sobre oleodutos, por exemplo); e também nas iniciativas nas quais são utilizados agrotóxicos e outros insumos químicos que podem afetar a saúde e o ambiente.

Considerando todo o exposto, são incontáveis os espaços agrícolas nos territórios metropolitanos nos quais predomina a lógica da reprodução da vida, nos quais a relação com a natureza faz parte ou está na base da construção das condições de vida e de trabalho das pessoas que vivem nas metrópoles. Nesses espaços, práticas cotidianas de convivência com a natureza e de apropriação do espaço nas múltiplas centralidades e periferias no tecido urbano-industrial indicam caminhos para relações “mais naturais" com o urbano.

O reconhecimento da agricultura nos espaços metropolitanos é um contraponto à visão difundida segundo a qual as metrópoles são espaços mortos do ponto de vista ecológico e foco da problemática ambiental (MONTE-MÓR, 1994), seja como consumidora de recursos naturais para alimentar a população urbana, seja como exportadora de resíduos que se acumulam e degradam os ecossistemas tanto no seu entorno como em áreas distantes (SANTANDREU; PERAZZOLI; DUBBELING, 2002; SMIT, 2000).

A perspectiva teórica do urbano-natural, segundo a formulação de Monte-Mór (2015), possibilita perceber e politizar essas práticas e espaços da vida cotidiana nos quais a natureza está presente como modos possíveis de resistência ou enfrentamento da lógica urbano-industrial que vem produzindo o espaço em que vivemos, bem como modos possíveis de garantir o espaço em que podemos viver. Este enfoque proporciona ainda um campo fértil para a aproximação entre as práticas e debates conceituais sobre a agricultura urbana e a agroecologia, explicitando as contradições das relações que a sociedade atual estabelece com a natureza.

3.4 O planejamento e a gestão metropolitana

A compreensão da produção do espaço urbano passa também pelo entendimento dos processos de planejamento urbano e gestão metropolitana, dos referenciais teóricos que os orientam e das adaptações e releituras nacionais a partir das proposições formuladas nos países do centro capitalista. Essa leitura é importante para melhor entendimento de como a incorporação da agricultura nas práticas de planejamento e gestão territorial pode ser atravessada por perspectivas contemporâneas mais democráticas, associadas às demandas por mais participação ou pela difusão do planejamento estratégico neoliberal.

Em um ensaio sobre a história da urbanística moderna, Leonardo Benevolo (1981) identifica duas vertentes distintas e polarizadas dentre as primeiras experiências urbanísticas aplicadas ao ambiente industrial, na chamada “Época das grandes esperanças”

(entre 1815 e 1848): os utópicos, que buscam o modelo de cidade ideal e universal e se empenham em colocá-lo em prática e os especialistas e funcionários do Estado, que dão início à moderna legislação urbanística e também sanitária e ambiental a partir da introdução de novos regulamentos de higiene e obras públicas na cidade. O autor discute que a técnica urbanística "conserva um caráter de remédio aplicado *a posteriori*" (prefácio), pois não surge simultaneamente à formação da cidade industrial, e sim quando os efeitos das mudanças produzidas pela Revolução Industrial se tornaram evidentes (e percebidos como problemas) e entraram em conflito entre si.

Para Benevolo, o ponto crucial na história da urbanística moderna é a separação entre urbanística e política a partir da Revolução de 1848, quando a "cultura urbanística, isolada do debate político, configurava-se cada vez mais como uma simples técnica ao serviço do poder constituído" (prefácio). Por outro lado, passou a prevalecer na esquerda política a tônica na qual "qualquer reforma parcial, realizando-se no âmbito do sistema capitalista, traduz-se numa confirmação deste sistema, e deve considerar-se ineficaz" (BENEVOLO, 1981, p. 113). E assim "o potencial inovador de muitas experiências urbanísticas" (BENEVOLO, 1981, p. 141) deixa de ser explorado ou discutido pela teoria política.

Friedmann (1991, p.37) identifica as raízes ideológicas e o estabelecimento das tradições conservadora e radical no pensamento sobre o planejamento nos primeiros anos do século XIX. Algumas formas de planejamento foram experimentadas desde a segunda metade do século XIX, mas foram as primeiras décadas do século XX que marcaram o desenvolvimento do conceito e da ideologia do planejamento como prática científica e técnica para orientar o progresso social.

O planejamento urbano surgiu em meio a intensas mudanças na Europa Ocidental, associado à busca de respostas para os problemas das cidades industriais em formação e à crença de que seriam solucionados apenas pelo conhecimento técnico e científico. Assim, a racionalidade como resposta para todos os problemas urbanos e a subsequente negação de outras formas de conhecer e intervir na realidade estão na base do planejamento urbano. A própria cidade é tomada como um objeto científico e os planejadores são reconhecidos como os sujeitos da ação de planejar e, consequentemente, analisar e modificar a cidade para seu aperfeiçoamento e reorganização da vida social. Nessa perspectiva, o Estado, suas normas e regulações têm papel decisivo para que as transformações na organização do espaço e a garantia da ordem urbana aconteçam (ESCOBAR, 2000).

Como parte integrante da produção do espaço pelo capitalismo (e ao mesmo tempo

obstáculo para o seu desenvolvimento), a urbanização gera demandas por parte do capital e da sociedade por investimentos em infraestrutura e serviços e, consequentemente, por uma organização do espaço que atenda a essas demandas.

Dessa forma, o planejamento urbano consolida-se como uma prática de regulação e intervenção do Estado no ordenamento das cidades, apoiado pela atuação de profissionais especialistas. Definiram-se diferentes escolas de planejamento, em sua maioria orientadas pela lógica positivista, que atribui ao saber técnico-científico e aos especialistas (supostamente politicamente neutros e guiados pelo interesse comum) a competência para subsidiar a atuação do Estado nas reformas sociais (FRIEDMANN, 1991).

A associação do planejamento a um desenho urbano que se orienta por determinado sentido de ordem, assim como a um processo legal e de regulação de ordenamento e produção territorial, encontra críticas em pensadores como Henri Lefebvre (1991b) e Jane Jacobs (2000). Esses autores reconhecem o urbanismo e o planejamento urbano com um instrumento de coerção e normatização do espaço pelo Estado e favorecimento da produção do espaço abstrato, homogeneizado, em detrimento de outras formas de produção.

Em um esforço de construção de uma tipologia das abordagens identificadas nos debates contemporâneos sobre as estratégias de intervenção no urbano, Souza (2013) propõe nove modalidades de planejamento. A tipologia proposta por ele segue, de modo geral, um esquema cronológico, mas articula contrastes e confluências entre as principais correntes interpretativas sobre o planejamento identificadas no debate internacional e na produção acadêmica brasileira. Salienta, ainda, as experiências de planejamento que acontecem fora dos ambientes profissionais, seja no interior do mundo acadêmico, a serviço do Estado ou de empresas de consultorias (SOUZA, 2013, p. 117,121).

O autor situa entre o fim da II Guerra Mundial e os anos 70 o predomínio de uma abordagem regulatória de planejamento, centrada no papel do Estado como controlador e disciplinador do uso da terra, que foi crescentemente questionada a partir da década de 60, mas ainda tem importante presença na atualidade (SOUZA, 2013, p. 124), que compreende modalidades distintas. Na modalidade físico-territorial, predominam o desenho e a intervenção sobre a forma urbana que representa as mudanças desejadas para o futuro das cidades. A modalidade sistêmica e racional-processual, que emerge a partir das críticas à anterior, considera os elementos e atividades urbanas como inter-relacionados e adota métodos que se vinculam a uma visão do planejamento como processo (SOUZA, p. 134). As modalidades físico-territoriais, sistêmicas ou racional-processuais, que prevaleceram

até a década de 70 no mundo capitalista ocidental, também podem ser consideradas vertentes do chamado planejamento compreensivo e tecnocrático, que foi muito influente no Brasil, especialmente durante o regime militar (TONUCCI, 2012).

As profundas transformações do mundo contemporâneo e os avanços teóricos no próprio campo do planejamento urbano fazem surgir questionamentos aos seus fundamentos como desdobramento do projeto de modernidade e abrem espaço para uma reinvenção radical de suas possibilidades. Assim, acentuam-se as críticas aos supostos "interesse público" e neutralidade contidos na ação dos planejadores e ao uso da linguagem técnico-científica para encobrir os verdadeiros interesses por trás dos processos de planejamento (TONUCCI, 2012).

Souza (2013) discute a fragmentação em várias correntes e subcorrentes de concepções e práticas de planejamento que se observa a partir dos anos 80, com a emergência das críticas ao planejamento compreensivo e tecnocrático e suas raízes positivistas tradicionais. Essas concepções de planejamento têm origem nos países capitalistas centrais, mas têm influência nos estudos e intervenções urbanas no Brasil (p.119).

No estágio atual do capitalismo, marcado pelo processo de reestruturação produtiva ligado ao regime de acumulação flexível e ao enfraquecimento da atuação do Estado, Souza (2013) expõe tendências de planejamento "mercadófilas" que defendem uma flexibilização da regulação pelo Estado e o enfraquecimento de planos de desenvolvimento de longo prazo orientados por investimentos públicos, como a corrente do planejamento estratégico. Fernanda Sanchez (1999) alerta para certa mística em torno dos planos estratégicos presente tanto no meio acadêmico quanto nos quadros técnicos municipais dos mais diversos matizes político-ideológico. E discute como uma possível explicação para essa confusão o fato de os mesmos terem sido introduzidos no Brasil por técnicos especialistas espanhóis de reconhecida trajetória intelectual e política de esquerda. A autora também demonstra certa perplexidade diante do alcance que esses instrumentos têm obtido nas políticas urbanas na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, especialmente se se tomam como contraponto, no caso brasileiro, os avanços significativos do movimento pela reforma urbana. Souza (2013, p. 162), entretanto discute que há, no Brasil, uma redução do debate sobre o planejamento estratégico a perspectivas empresarialistas e mercadófilas, desconsiderando suas raízes antigas e múltiplas e correntes que incorporam uma dimensão política em sentido amplo e sensibilidade diante de conflitos de interesses.

O planejamento urbano atual também está marcado por uma mudança na visão sobre a atuação política do planejador (que deixa de ser visto apenas como um especialista técnico e neutro a serviço das burocracias estatais) e pelas lutas sociais em torno da democratização da gestão urbana. Analisando as tradições intelectuais nas quais se fundamentam o pensamento sobre o planejamento, Friedmann (1991) caracteriza uma perspectiva de planejamento baseada no "aprendizado social". Essa tradição está centrada na superação das contradições entre teoria e prática e na experimentação social como um caminho para gerar e validar o conhecimento a ser aplicado em um processo contínuo de ação e mudança (FRIEDMAN, 1991, p.100).

Friedman também denomina como "mobilização social" algumas correntes de pensamento sobre o "planejamento radical" que buscam a transformação social por meio da ação coletiva direta "desde a base". Essas correntes se distanciam de todas as demais que se centram no papel do Estado e se orientam por uma "política científica", originando-se na tradição de movimentos sociais de esquerda que, por sua vez, expressam antagonismos mútuos e diferenças em suas estratégias e táticas de atuação, com marxistas de um lado e utopistas e anarquistas de outro (FRIEDMAN, 1991, p.101). Nessa perspectiva se situam iniciativas da sociedade civil organizada e experimentações de planejamento participativo em todo mundo, bem como se aproximam as variantes ressaltadas por Souza (2013) que defendem uma radicalização da democracia e da participação direta da sociedade nos processo decisórios acerca do planejamento e da gestão das cidades.

Souza (2013) destaca, no caso brasileiro, o ideário da reforma urbana, como um exemplo de apropriação do planejamento e da gestão urbana pelo pensamento crítico. E esclarece que o sentido progressista desse ideário remonta aos anos 60 e representa uma captura, pela esquerda, de uma expressão que anteriormente foi utilizada para encobrir intervenções estatais autoritárias de conteúdo antipopular no início do século XX (SOUZA, 2013, p. 155). Para o autor, nos anos 80 e 90, com o processo de redemocratização do país, a sinergia entre análises políticas, reflexões técnicas sobre o planejamento e a experiência de movimentos sociais resultou em uma síntese intelectual de grande relevância e visibilidade no debate internacional (SOUZA, 2013, p. 156). Essa trajetória teve sua culminância na Constituição de 1988 e na aprovação do Estatuto da Cidade, que incorpora legalmente o importante conceito de "função social da propriedade", bem como instrumentos de planejamento voltados para uma gestão mais democrática das cidades

(MARICATO; SANTOS, 2007; SANCHEZ, 1999)[126].

As conexões entre o processo de redemocratização política com a descentralização da gestão urbana provocaram diversas experiências de planejamento e gestão urbana municipais informadas pelo debate sobre a autonomia local. Se, por um lado, práticas de planejamento municipal se orientam pelos princípios da reforma urbana e por um comprometimento com mais participação social e inversão de prioridades nos investimentos, por outro lado a autonomia local também tem sido enfatizada pelo avanço do neoliberalismo e dos novos conceitos de cidades e concepções de planejamento relacionado ao empresariamento competitivo e localista da gestão urbana (ROLNIK; SOMEKH, 2002).

Para Maricato (2000), as matrizes que fundamentaram o planejamento e legislação urbanos no Brasil são em geral descoladas da realidade socioambiental das cidades, em especial do crescimento da ocupação ilegal das favelas. A autora destaca o fosso existente entre a lei e a gestão, a distância entre o arcabouço jurídico e a realidade social e que "não é por falta de planos nem de legislação urbanística que as cidades brasileiras crescem de modo predatório" (MARICATO, 2000, p. 147). Conforme a autora, o que aparenta ser uma ineficácia da legislação, na verdade é funcional ao sistema de desenvolvimento urbano no Brasil, pois favorece o exercício arbitrário do poder, manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho e o mercado imobiliário especulativo. Dessa forma, multiplicam-se planos discursos que registram a preocupação com as questões sociais, mas na prática não correspondem aos investimentos urbanos realizados.

Maricato (2000) discute a necessidade de construção de uma nova matriz urbanística, que diminua a distância entre planejamento urbano e gestão, não a partir da importação de modelos (*as ideias fora do lugar*), mas principalmente partindo do reconhecimento da realidade e construção de nova simbologia engajada a uma práxis democrática (*o lugar fora das ideias*). Nesse sentido, argumenta que o distanciamento entre os planos e as particularidades das práticas cotidianas da cidade resultou em cidades formais, contempladas pelos planos e políticas urbanas e cidades informais, reafirmadas pelos discursos que reconheciam apenas a cidade oficial. Entretanto, ainda que excluída dos espaços da política, a cidade real (ou cidade oculta, nos termos da autora) tem sido produzida pela ação de seus moradores, via de regra com recursos próprios e na ausência

[126] O resgate histórico e as análises sobre o movimento pela reforma urbana no Brasil podem ser acessados na vasta bibliografia disponivel na literatura brasileira, como em Souza (2013), Maricato e Santos (2007) e Costa (1988).

de políticas.

Em que pese a constatação de que os paradigmas hegemônicos do urbanismo e do planejamento urbano têm revelado limites e não têm conseguido dar respostas aos problemas contemporâneos das grandes cidades (MARICATO, 2006 *apud* MARICATO; SANTOS, 2007). Assim como Souza (2013), os autores também destacam as conquistas recentes do movimento pela reforma urbana brasileira. Num ângulo histórico, essas conquistas inauguram esferas políticas participativas de debate sobre a cidade onde começam a aflorar os conflitos de interesses tradicionalmente ocultados na história do Brasil, bem como proporcionam novos instrumentos urbanísticos por meio da aprovação do Estatuto da Cidade. Representam ainda uma nova ordem jurídico-urbanística nacional calcada na noção da função social da propriedade (privada e pública) e da cidade, do direito social de moradia adequada e do direito à regularização fundiária de assentamentos informais consolidados. A luta pela efetivação desses direitos, por sua vez, tem adquirido outros significados quando se soma ou se mistura a outras lutas nos contextos urbanos, como o direito humano à alimentação adequada, ao acesso à água e ao saneamento básico, entre outros.

Dessa forma, a questão urbana e os processos de exclusão social se constituíram em problemas centrais para pensar o futuro da humanidade e não há projeto de desenvolvimento que não passe pelas cidades. Ao mesmo tempo, em termos institucionais, a política urbana nunca esteve entre as prioridades da esquerda brasileira nem do Estado brasileiro, que ao longo de sucessivos governos não elaborou um projeto estratégico para as cidades brasileiras, articulando intervenções no campo da regulação do solo urbano, da habitação, do saneamento ambiental, da mobilidade e do transporte público (MARICATO; SANTOS, 2007).

A delimitação oficial das “regiões metropolitanas” no Brasil não corresponde necessariamente à espacialidade resultante dos processos políticos, sociais, econômicos e ambientais que caracterizam o fenômeno da urbanização e da expansão das metrópoles. A grande heterogeneidade entre as mesmas revela diferentes compreensões e motivações para sua institucionalização.

Um estudo do Observatório das Metrópoles (ANDRADE; MENDONÇA; DINIZ, 2015) chama a atenção para a falta de correspondência entre o efetivo processo de metropolização brasileiro e o processo de institucionalização das regiões metropolitanas que, em muitos casos, prescindiu de critérios técnicos. Em 1973, a Lei Complementar Federal nº 14 instituiu as nove primeiras regiões metropolitanas no Brasil: São Paulo, Rio

de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Fortaleza e Belém. Em 2012 o universo das unidades institucionalizadas no Brasil, criadas por leis federais ou estaduais, somava 51 regiões metropolitanas, três regiões integradas de desenvolvimento (RIDE) e cinco aglomerações urbanas (AU), com tamanhos populacionais, importâncias socioeconômicas e graus de complexidade muitos diferenciados (ANDRADE; MENDONÇA; DINIZ, 2015, p. 121).

Nesse estudo do Observatório das Metrópoles, verifica-se que melhor compreensão da rede urbana brasileira e uma identificação mais precisa de quais regiões e municípios podem realmente ser definidos como metropolitanos passam por uma desvinculação do processo político institucional de criação e modificações da composição de municípios das regiões metropolitanas. Passam também pela compreensão das hierarquias das metrópoles nacionais bem como pelo entendimento de suas hierarquias internas. Tomando como referência o estudo do IBGE de Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2008 *apud* ANDRADE; MENDONÇA; DINIZ, 2015, p. 120), que hierarquiza as regiões metropolitanas no Brasil, apenas 12 delas seriam consideradas efetivamente metropolitanas.

Moura (2008) caracteriza diferentes épocas para a institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil (RMs). Numa primeira fase, no início da década de 70, que corresponde ao período de regime militar, nove RMs foram estabelecidas, seguindo critérios técnicos e, sendo um modelo alvo de críticas, por ser autoritário e centralista. A segunda fase teve início com a Constituição de 1988, que abriu possibilidades de inserção das regiões metropolitanas em processos estaduais de planejamento regional e admitiu outras categorias de organização regional, como as “aglomerações urbanas” e as “microrregiões”. Desde então, outras 20 RMs foram institucionalizadas por legislações estatuais, que além de um recorte principal, tido como metropolitano, regulamentam áreas limítrofes, como é o caso do “Colar Metropolitano” em Minas Gerais. Foram criadas ainda três regiões integradas de desenvolvimento (RIDE) que são de competência da União por envolver municípios de mais de uma unidade federativa. Os principais motivos para a criação das unidades nessas etapas foram integrar a organização, o planejamento e a execução de “funções públicas de interesse comum”.

Uma terceira fase pode ser descrita a partir dos anos 1990, com um processo de associações supramunicipais, assim como formação de redes nacionais e agências de vocação urbana, e ainda com perspectivas de articulações das metrópoles em redes internacionais, atendendo a interesses contemporâneos do grande capital.

Davidovich (2004) relata diferenças e especificidades no trato da questão metropolitana entre o período do regime militar, onde se observou mais centralização, e o período pós-Constituição, em 1988, quando prevaleceu o que chamou de um localismo municipalista. Entretanto, a autora identifica desafios que permanecem na trajetória brasileira como uma baixa prioridade política dada à questão metropolitana, a ausência histórica de uma política nacional metropolitana apoiada em fontes permanentes de recursos, bem como a fragilidade de mecanismos de cooperação entre esferas de governos que incluam a escala metropolitana. Para Davidovich, prevalece uma percepção fragmentada do espaço metropolitano e a multiplicação de políticas setoriais dentro da unidade territorial metropolitana.

Azevedo e Mares Guia (2015, p. 371) também discutem a baixa centralidade do tema das regiões metropolitanas na agenda política de governantes e movimentos sociais, discutindo que, "diferentemente de questões que envolvem bens públicos, tais como hospitais, escolas e transporte coletivo, entre outros, as transformações institucionais nessa área não implicam usufruto de benefícios imediatos".

Em termos metropolitanos, as práticas de planejamento e gestão no Brasil institucionalizadas com a criação das regiões metropolitanas durante o período do regime militar se fundamentaram em concepções tecnocráticas e racionais de planejamento. Incorporadas por um Estado centralizador e autoritário, essas práticas também tinham como características a priorização das questões econômicas em relação aos problemas sociais e a concentração de recursos e poder na esfera federal. Ressalta-se que os projetos e leis urbanísticas destinavam-se em geral à cidade formalmente produzida, desconsiderando as condições de ilegalidade em relação à moradia e à ocupação da terra presente nas periferias urbanas ou tratando-as como distorções a serem corrigidas.

Com o processo de descentralização no Brasil, observa-se uma rejeição ao sistema de planejamento tecnocrático e centralizado, bem como a descontinuidade nos processos de planejamento e gestão metropolitanos iniciados na década de 1970 (DAVIDOVICH, 2004). A literatura disponível explora ainda outros fatores associados a essas descontinuidades, como as críticas aos próprios fundamentos do planejamento modernista e a crise econômica e fiscal do Estado, que limitou o repasse de recursos para as estruturas institucionais metropolitanas. Como indicado pela autora, o enfraquecimento de estruturas de gestão metropolitana tem relação com o tratamento superficial que a questão metropolitana recebeu na Carta Constitucional de 1988, delegando aos governos estaduais a competência de legislar sobre assuntos metropolitanos. Por outro lado, o novo marco

legal estabelecido pela Constituição estabelece o Plano Diretor como instrumento básico relativo à política urbana no país e amplia a autonomia dos governos locais no ordenamento territorial dos municípios.

Após um período no qual as questões relacionadas à concentração urbana e à metropolização foram relegadas a plano secundário, Davidovich (2004) discute a respeito da "volta da metrópole" como um tema prioritário na agenda política brasileira. Para a autora, essa retomada de interesse político e acadêmico está articulada à problematização da centralidade urbana no atual momento de globalização; à necessidade de superação dos formatos de gestão localistas e competitivos; e à complexidade das condições de desigualdades e segregação socioespacial encontradas nas regiões metropolitanas.

Apesar da observância do período de negligência quanto à gestão metropolitana, desde meados da década de 1990 são verificadas algumas tentativas de criação ou renovação de arranjos institucionais metropolitanos, que reproduzem o modelo centrado nos governos estaduais ou que buscam inovar em termos de mecanismos de articulação entre os municípios de uma região em torno de problemas comuns, como os consórcios intermunicipais ou os comitês de bacias hidrográficas (ROLNIK; SOMEKH, 2002).

Segundo Fernandes (2013), em muitos casos essas tentativas não lograram a necessária compatibilização entre legitimidade e legalidade para serem permanentes. Para o autor, a esfera metropolitana é "o elo perdido no processo de construção de uma ordem verdadeiramente democrática nos países urbanizados" (FERNANDES, 2013, p. 19), sendo importante a "construção, política e social de uma ordem jurídico-institucional que dê expressão adequada à ordem urbano-territorial, socioeconômica e socioambiental que caracterizam as regiões metropolitanas" (idem, p. 16). Fernandes ainda acrescenta que os gestores urbanos têm compreendido que não é possível promover o avanço da promoção das políticas públicas setoriais somente a partir de ações municipais isoladas ou apenas de ações municipais combinadas. No quadro atual da gestão metropolitana, o autor cita a experiência recente de Minas Gerais como a mais sólida em curso no Brasil, envolvendo mudanças na Constituição do Estado, na Lei Orgânica Estadual e na legislação estadual e a criação e consolidação de um aparato institucional metropolitano na esfera estadual que vem sendo construído desde 2003 (FERNANDES, 2013, p. 27).

A aprovação do Estatuto da Metrópole em 2015, por meio da Lei 13.089/15, e as inovações que ele representa para o regime legal das regiões metropolitanas são elementos novos no cenário de planejamento e gestão metropolitanos e podem ressituar as regiões metropolitanas como uma "nova" escala na disputa política pelo espaço.

Compans (2015, p. 8) ressalta como uma inovação importante no Estatuto a proposição de uma "estrutura de governança interfederativa", com a participação da sociedade civil, visando ao "compartilhamento de responsabilidades e ações entre os entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução das funções públicas de interesse comum". Outros aspectos destacados pela autora no texto do Estatuto referem-se à tentativa de normatização e uniformização da criação de regiões metropolitanas, por meio do estabelecimento de conceitos e padrões para sua formalização, bem como a proposição de um conjunto de instrumentos que podem destinar-se ao ordenamento territorial, como o plano de desenvolvimento urbano integrado. Entretanto, Compans pondera que a transferência da definição das funções de interesse comum (FICs) que serão geridas pela gestão metropolitana para as leis estaduais não propicia muitos avanços na pactuação de históricos conflitos normativos, particularmente quanto à regulação do uso do solo como funções públicas de interesse comum ou assunto de interesse local. Como será abordado no capítulo seguinte, a recente experiência de planejamento e gestão territorial da RMBH precede a aprovação do Estatuto, bem como a tentativa de enfrentar o desafio de colocar em prática algumas das proposições definidas pela lei.

O planejamento e a gestão metropolitanos atuais têm implicações diretas na articulação entre teorias e práticas espaciais e dos enfoques sobre o urbano, o rural e a natureza apresentados anteriormente neste capítulo, bem como das agriculturas nos espaços metropolitanos.

Compreendido como uma das formas de produção do espaço abstrato na perspectiva lefebvriana, o planejamento urbano interfere nas práticas agrícolas cotidianas. Como discutem Zhouri e Laschefski (2010), muitas contradições e conflitos socioambientais entre diferentes formas sociais de usos e apropriação dos recursos iniciam no planejamento de certas atividades espaciais e se materializam quando determinadas representações do espaço são transferidas para o espaço vivido. Por outro lado, como pode ser observado na experiência de planejamento territorial da RMBH, os conceitos e categorias de espaço social, lugar e território articulados às proposições teóricas de autores como Lefebvre, Massey e Haesbaert fundamentaram debates e proposições sobre práticas e processos socioespaciais múltiplos e distintos na região (UFMG, 2014a, p. 30).

Relevante exemplo de confronto entre o espaço abstrato produzido pelas práticas de planejamento municipais e o espaço social é o caso da demarcação dos perímetros urbanos, que será problematizada empiricamente no próximo capítulo. Por não representar a complexidade dos territórios, a divisão legal dos municípios em zonas rurais e urbanas por

meio desse instrumento reproduz uma visão dicotômica da realidade, direcionando a produção de conhecimento e a definição de tributações e competências das três esferas federativas que, por sua vez, alteram as condições de reprodução das práticas agrícolas nos espaços metropolitanos.

Do ponto de vista das análises da trajetória do planejamento urbano no Brasil realizadas por Maricato (2000), os espaços agrícolas urbanos também podem ser considerados como parte das ações de produção da cidade informal (e à margem dos planos oficiais), que historicamente foram invisibilizadas pelos discursos e práticas de planejamento que, via de regra, se orientaram para a cidade formal. Dessa forma, no campo do planejamento urbano, são ainda pouco exploradas as possibilidades de utilização de instrumentos de planejamento, no Plano Diretor e na legislação urbanística, com o objetivo de incorporação do uso agrícola do solo urbano, seja como uso temporário ou permanente do solo nas cidades.

É importante mencionar que apenas com a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, os planos diretores passaram a ter como atribuição legal fazer propostas para a totalidade do território municipal, incluindo a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais (Lei Federal nº 10.257/2001 – BRASIL, 2001). Entretanto, de modo geral, percebe-se a precariedade da regulamentação das áreas e usos rurais no âmbito dos municípios, bem como das políticas municipais voltadas para as zonas rurais ou para a agricultura (SANTORO; PINHEIRO, 2004)[127]. Apesar dessas lacunas históricas, observa-se, recentemente, a emergência de debates e ações em capitais brasileiras como São Paulo[128] e Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2014), que tratam da "recriação" de zonas rurais (extintas em planos diretores anteriores) e do incentivo público à agricultura, entre outras atividades que associem criação de emprego e renda à proteção ambiental.

Além do Plano Diretor e da legislação urbanística, o IPTU é outro instrumento que tem sido tema de iniciativas em alguns municípios brasileiros, como São Paulo, Curitiba e Governador Valadares. Para além da sua função de fonte de recursos financeiros para os municípios, essas iniciativas enfatizam a função social do IPTU e os benefícios para a

---

[127] Santoro e Pinheiro (2004) exploram algumas dimensões do debate sobre o planejamento do município e o território rural e abordam as lacunas nas regras de parcelamento do solo nas zonas rurais decorrentes das diversas interpretações das leis e competências entre entes federados. Nessa perspectiva, a ausência de regras municipais aliada à dificudtade de fiscalização das regras federais abre brechas para irregularidades e impactos negativos no ambiente e na vida das pessoas.

[128] http://www.5elementos.org.br/site/index.php/programas/programa-cidades-sustentaveis/semana-da-agroecologia-na-cidade-de-sao-paulo/oficina-aponta-como-consolidar-relacao-entre-urbano-e-rural-no-plano-diretor/

coletividade de políticas fiscais que desoneram o proprietário do pagamento de impostos quando implementado o uso agrícola do solo urbano. Mas pode-se dizer que são iniciativas pontuais, cujos desdobramentos, no que se refere à produção do espaço urbano, ainda não foram devidamente analisados.

Vale lembrar que as experiências atuais de planejamento urbano também são atravessadas pela disputa entre diferentes paradigmas de cidade, que se refletem nas esferas de regulação da relação entre o poder público e a sociedade e na dinâmica de participação social. “Essa disputa não incide somente no plano local, mas atravessa todos os espaços institucionais e níveis de planejamento, envolvendo os âmbitos supralocais, metropolitanos, regionais e o nacional” (VAINER, 2003). Esse autor acentua a contraposição entre os paradigmas que têm orientado modalidades de planejamento que se articulam a uma visão de cidades democráticas daqueles que têm orientado mudanças nas políticas urbanas e o surgimento de novos e importantes instrumentos de planejamento que estimulam a competição interurbana[129].

Esse enfoque conceitual contribui para identificar tendências gerais atuais, mas compreendo que nas práticas concretas de planejamento podem estar imbricadas as perspectivas tecnocráticas mais convencionais, a adesão de governos locais ao empresariamento das cidades, bem como as lutas das organizações e movimentos sociais em torno da reforma urbana e do direito à cidade. Dessa forma, o tratamento da agricultura nas práticas de planejamento e gestão territorial metropolitanas é ou pode ser influenciado por perspectivas mais neoliberais ou mais democráticas.

No primeiro caso, é preciso atentar para a problematização de Brand e Muñoz (2007), segundo a qual a combinação de discursos baseados na racionalidade técnica e na especulação sobre os possíveis benefícios sociais e ambientais da agricultura urbana oculta o real sentido de práticas de governo que buscam constituir e regular os cidadãos nas condições individualizadas e radicalmente desiguais da urbanização neoliberal (BRAND; MUÑOZ, 2007, p. 56). Se ampliamos essa reflexão para a escala metropolitana é preciso ainda considerar em que medida políticas de planejamento territorial que incorporam a agricultura como um setor produtivo e lucrativo não reforçam a reprodução do urbano agrícola e, consequentemente, do sistema agroalimentar dominante, baseado na

[129] Para Vainer (2003), a divulgação de exemplos “exitosos” de cidades que através de planos estratégicos promoveram mudanças de infraestrutura e de imagem para se adequarem às novas demandas da economia global e da competitividade internacional contribui para a construção e generalização de um mercado de modelos de gestão e para a construção de ampla adesão social a um modelo empresarial de gestão e administração da cidade.

industrialização e mercantilização da produção de alimentos.

No segundo caso, importa explorar as conexões entre a agricultura e as concepções de planejamento urbano baseadas no ideário da reforma urbana, que parte de uma crítica à exclusão e segregação espacial, à transformação do espaço em mercadoria e à apropriação privada dos bens e serviços resultantes de investimentos públicos. A plataforma política desse ideário determina uma "forma inovadora na maneira de formular a questão urbana", ao identificar princípios gerais para garantir o acesso à cidade como um direito de todos os seus moradores - a função social da terra e da cidade e a gestão democrática da cidade (CARDOSO, 1997; COSTA, 1988). Para a efetivação desses princípios e o enfrentamento dos problemas urbanos, propõe-se a criação de

> Mecanismos que garantam à população a manutenção de direitos já adquiridos e a participação no estabelecimento de prioridades, bem como permitam ao poder público penalizar a especulação imobiliária pelo uso improdutivo do solo e dispor de áreas urbanas de forma que uma mais justa ocupação do espaço possa ser obtida (COSTA, 1988, p. 890).

O ideário da reforma urbana baseia-se no reconhecimento das desigualdades resultantes da mercantilização da terra e visibiliza sujeitos historicamente desconsiderados, entre os quais podem ser inscritas/os as/os agricultoras/es nos espaços metropolitanos. No bojo do debate sobre a reforma urbana, a ampliação dos limites do perímetro urbano em municípios é questionada por estar muitas vezes associada a mecanismos de valorização da terra e de apropriação da renda fundiária urbana. Essas medidas deveriam ser antecedidas por decisões políticas e aplicação de instrumentos urbanísticos já disponíveis na legislação brasileira para ocupação dos "vazios" urbanos e cumprimento da função social da terra e da propriedade.

Porém, por estar fundamentado na economia política da urbanização, esse ideário incorpora uma concepção economicista da função social da propriedade, que considera improdutivos os espaços urbanos não construídos e estimula sua utilização (construção) como forma de potencializar o uso da infraestrutura já instalada nas áreas urbanizadas e evitar a desnecessária expansão urbana e a demanda por novos investimentos públicos (COSTA; ALMEIDA, 2012).

Dessa forma, a incorporação das agriculturas nas práticas e análises de planejamento mais democráticas requer a superação da visão de que a permanência desses espaços no tecido urbano é, necessariamente, uma distorção do processo de produção do

espaço. Mais atenção para as conexões existentes entre o valor de uso do espaço urbano, a função social da terra e o debate sobre a qualidade de vida nas cidades possibilitaria considerar se a definição na legislação urbanística do uso agrícola de parcelas do solo metropolitano ampliaria as possibilidades de acesso e uso do solo urbano por segmentos da população que não detêm a posse da terra nem têm recursos para pagar pelo seu uso. Ou mesmo quais seriam os efeitos de amplas políticas de incentivo à produção agrícola em espaços públicos na segurança alimentar da população (COSTA; ALMEIDA, 2012).

No mesmo sentido, as análises sobre a formação e recuperação de "mais-valias fundiárias urbanas" indicam diferentes formas de interferência do Estado e seus efeitos numa maior ou menor valorização e preço da terra. O Estado poderia atuar como recuperador da mais-valia fundiária urbana[130] ao prover mecanismos de efetivação do cumprimento da função social da propriedade: "mesmo não destituindo o proprietário do direito de posse da terra implica-o a uma obrigação de sujeitar seus interesses privados aos da coletividade" (ALMEIDA, 2009, p. 24). Caberiam, assim, outros e novos estudos sobre em que medida ou em quais situações as práticas agrícolas, seja em propriedades públicas ou privadas, atendem às necessidades sociais da cidade, bem como redesenhar novas perguntas.

Se se considerar que, conforme o tipo ou intensidade de uso dada ao solo, maior ou menor será a renda paga a seu proprietário, pelo princípio das rendas diferenciais, pergunta-se: a) a definição de zonas "agrícolas" nos planos diretores dos municípios poderia resultar na redução do seu valor de troca e, consequentemente, em menor pagamento da renda fundiária? b) A destinação de áreas públicas para o cultivo agrícola nas áreas mais adensadas nas zonas urbanas legais (por meio da legislação de uso e ocupação de solo) e a promoção de políticas públicas poderiam compor um plano de redistribuição dos benefícios da urbanização e da "mais-valia fundiária urbana", ampliando o acesso e o uso do solo urbano por segmentos da população que não detêm a posse da terra nem têm recursos para pagar pelo seu uso? c) Quais seriam os efeitos na qualidade de vida da população se fossem adotadas amplas políticas de incentivo à produção agrícola em espaços públicos como escolas, creches, centros de saúde, sobras de parcelamento? d)

---

[130] O termo "mais-valia fundiária", em que pese algumas críticas teóricas ao seu uso, vem se consagrando na literatura especializada para se referir à renda fundiária que o proprietário da terra consegue "retirar" do lucro do capitalista dada a natureza particular da própria renda fundiária. Entende-se que essa renda é, de fato, parte da mais-valia extraída do trabalhador no processo de produção capitalista e apropriada pelo proprietário da terra a partir de processos que caracterizam as rendas diferenciais, em especial a renda diferencial II (ALMEIDA; MONTE-MÓR, 2011, p. 285).

A ampliação dessas políticas agregaria sentidos ao valor de uso do solo urbano por meio do reconhecimento e fortalecimento das práticas de comunidades quilombolas, terreiros de candomblé, raizeiras e raizeiros, agricultoras/es familiares que vivem nos espaços metropolitanos?

É importante considerar ainda que "as questões ambientais que afetam mais diretamente o cotidiano da maioria da população brasileira deverão ser resolvidas no âmbito dos espaços urbanos construídos ou em construção, e não em espaços naturais ou basicamente intocados" (MARTINE, 1993, p. 35). Nesse sentido, o aprimoramento do planejamento e gestão urbano e ambiental na escala metropolitana mostra-se como necessário e urgente para buscar respostas para os problemas que afetam grande parcela da população brasileira, inserindo-se, nessa agenda de debates, mais atenção sobre o tratamento da agricultura.

Concordando com as análises de Souza (2013), é necessária uma visão crítica ao planejamento urbano conservador, que tanto questione visões reducionistas que associam os problemas urbanos à falta de planejamento, como visões generalistas que analisam o planejamento apenas como um instrumento do Estado que serve à reprodução das relações capitalistas. É nessa linha que acredito que deve-se reconhecer o potencial pedagógico da incorporação do debate sobre a agricultura nos processos de planejamento urbano-ambiental e considerar esses processos como uma via de conhecimento de práticas espaciais presentes na cidade real ou da "cidade oculta", nos termos de Maricato (2000, p. 186), e potencialmente uma nova forma de resolver velhos problemas urbanos. Como argumenta a autora, pode-se dizer que a realidade é subversiva ao pensamento conservador na sociedade brasileira. A aproximação dessas práticas sociais cotidianas, realizadas por quem vive e produz os espaços metropolitanos com iniciativas de planejamento orientadas para a redução das desigualdades socioespaciais, pode contribuir para a formulação de novas agendas de pesquisas e para a construção de novas estratégias de ação coletiva nas regiões metropolitanas. Essas reflexões serão aprofundas no próximo capítulo, que apresenta e analisa a trajetória de aproximação entre debates e proposições sobre as agriculturas e o planejamento territorial da RMBH.

CAPÍTULO 4 – AGRICULTURA URBANA E AGROECOLOGIA: CONEXÕES POSSÍVEIS PARA NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS NA RMBH[131]

4.1 Introdução

Este capítulo apresenta um olhar acerca das contribuições que a agroecologia e a agricultura urbana, como dois campos de conhecimento e ação política, indicam para possíveis configurações territoriais na RMBH.

O referencial empírico das reflexões aqui apresentadas articula duas inserções complementares que ocorreram entre a construção desta tese e processos que aconteceram na RMBH e implicaram a articulação entre teorias e práticas socioespaciais.

A primeira delas trata de dois momentos recentes na experiência de planejamento territorial da RMBH – de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH e do Projeto de Macrozoneamento – e de como foi abordada a agricultura no processo de debates e nos produtos finais. Essa experiência pode ser compreendida como uma das dimensões do espaço social lefebvriano, o espaço concebido, que parte dos formuladores de políticas e planejadores urbanos. Busco assim interpretar se o planejamento metropolitano, como uma das formas de representação do espaço, possibilita imaginar e produzir outros espaços, a partir de um olhar sensível e crítico sobre a agroecologia e a agricultura urbana como outras lógicas possíveis de produção do espaço e apropriação do território na RMBH.

A segunda inserção dialoga com as atividades de pesquisa e extensão conduzidas pelo Grupo de Estudos em Agricultura Urbana – AUÊ! em colaboração com outras instituições atuantes na RMBH, especialmente com um processo de mapeamento e caracterização das práticas e iniciativas de agricultura na região iniciado pela Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU). As atividades do AUÊ! orientam-se pelo referencial conceitual e político da agroecologia, da agricultura familiar e da agricultura urbana e também pelas noções de produção do espaço e direito à cidade (e à natureza), apresentados nos capítulos anteriores. Essa interlocução constituiu uma via de aproximação com os espaços vividos, produzidos pela sociedade, pela qual busquei reconhecer os espaços nos quais a prática agrícola e a cotidianidade têm papel central e

[131] Este capítulo desenvolve ideias originalmente apresentadas em Tupy, Almeida e Melgaço (2015); Almeida e Melgaço (2015) e Almeida *et al*. (2014).

sinalizam tentativas de modificação e apropriação do espaço dominado pelas lógicas e mecanismos da sociedade de consumo.

No exercício de interpretar conhecimentos recentemente produzidos nessa trajetória e ainda não sistematizados e disponibilizados para a sociedade em geral, recorri a abordagens complementares entre diferentes escalas e metodologias; ao diálogo entre diferentes campos disciplinares; à incorporação de informações dos movimentos e organizações sociais, além do conhecimento formalmente produzido na esfera acadêmica.

Ao explorar a retroalimentação entre o mapeamento das práticas ao processo de planejamento territorial, busco contribuir para a construção de uma visão ampliada sobre a agricultura urbana e a agroecologia na RMBH, que incorpore a compreensão do espaço socialmente produzido. As práticas agrícolas encontradas na RMBH configuram uma realidade complexa que pode ser compreendida a partir de múltiplas dimensões e ser analisada de várias formas. Nesta pesquisa, as práticas agrícolas na RMBH são analisadas de forma articulada ao referencial teórico e conceitual da produção do espaço e da justiça ambiental. Situando as práticas agrícolas em processos espaciais que compreendem relações sociais locais, assim como elementos estruturais que “determinam” a produção do espaço e o comportamento da sociedade urbana, busco reforçar a centralidade do espaço na perspectiva da justiça social e nas possibilidades de ação coletiva em torno da produção do urbano contemporâneo, no qual a articulação entre teoria e prática tem papel fundamental.

Dessa forma, espero que a experiência, ainda em movimento, da RMBH contribua para a formulação de novas agendas de pesquisas e para a formação de novas estratégias de ação conjunta entre organizações e sujeitos interessados em fortalecer as práticas cotidianas organizados em torno do espaço de vida e as práticas de planejamento orientadas para a redução das desigualdades socioespaciais.

4.2 Olhares sobre a RMBH[132]

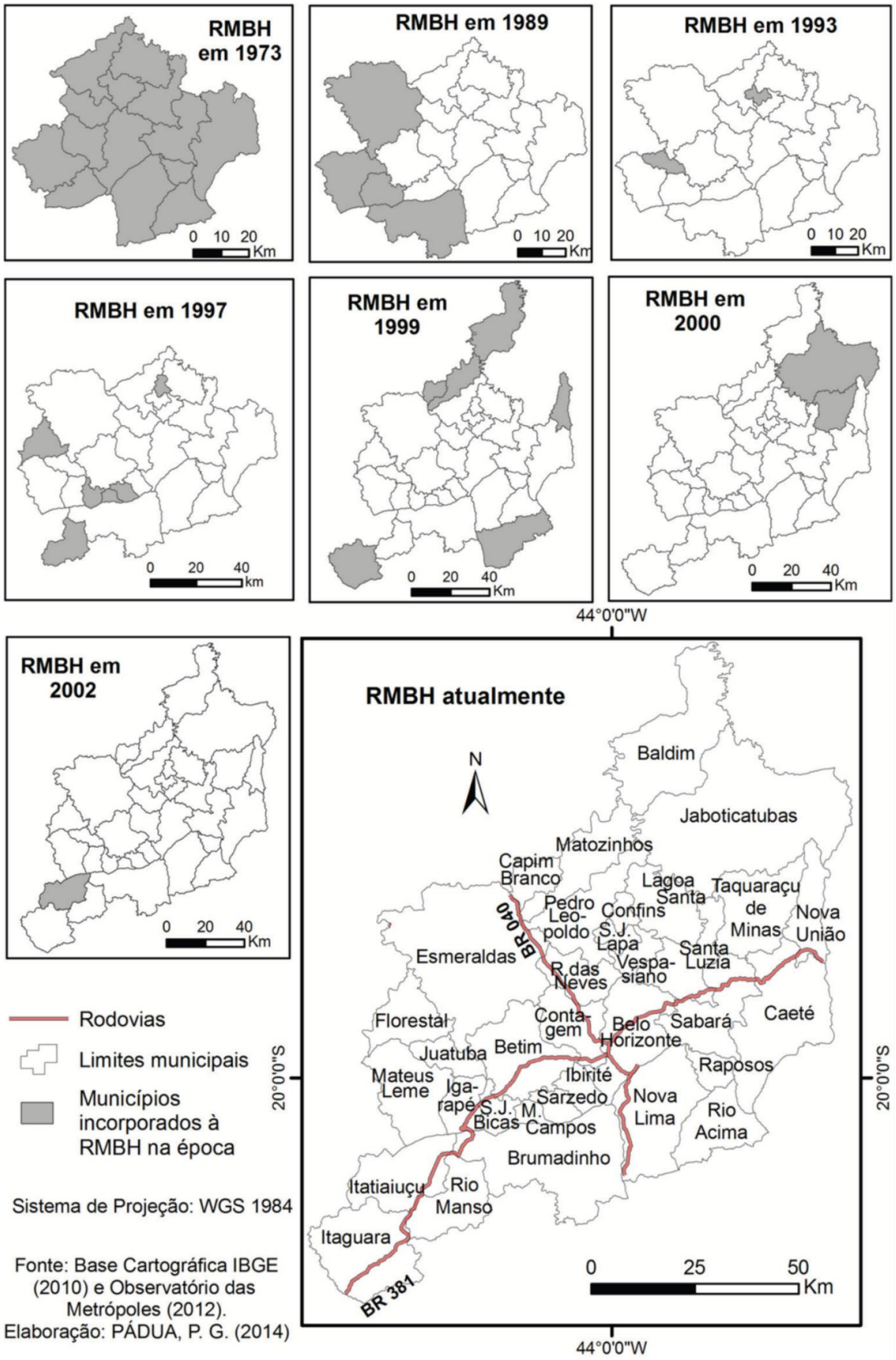
4.2.1 A formação e a dinâmica territorial da RMBH

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) foi oficialmente criada em 1973 e é atualmente a terceira aglomeração urbana do Brasil. Originalmente formada por 14 municípios, atualmente a RMBH é composta de 34 municípios, que foram integrados gradativamente, seja por incorporação de novos municípios, seja pela emancipação de antigos distritos, sendo que a última inclusão de município data de 2002. Em 1993, por meio da Lei Complementar nº 26, foi instituída uma área denominada Colar Metropolitano, composta inicialmente de 20 municípios limítrofes e afetados pelo processo de metropolização (MINAS GERAIS, 1993). Atualmente, o Colar Metropolitano é composto de 16 municípios[133]. As mudanças que aconteceram ao longo dos anos na composição dos municípios da RMBH e Colar Metropolitano podem ser visualizadas na FIG. 14. Já na sua conformação atual e localização no estado de Minas Gerais, podem ser vistas, respectivamente, nas FIG. 15 e 16.

[132] Há extensa literatura de referência sobre a formação e transformação territorial da RMBH. Para esta seção, foram utilizados basicamente os documentos do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH) e do Projeto de Macrozoneamento da RMBH e os trabalhos de Tonucci (2012), Costa e Mendonça (2012), Costa e Mendonça (2010) e Costa (2006).

[133] A composição atual de municípios do Colar Metropolitano foi definida pela Lei Estadual Complementar nº 124, de 17 de outubro de 2012.

Figura 14 – Evolução da RMBH e Colar Metropolitano



Fonte: Andrade, Mendonça e Diniz (2015).

Figura 15 – Conformação atual da RMBH



Fonte: elaborada pelos bolsistas Victor Alencar e Luisa Melgaço para este trabalho.

Figura 16 – Localização da RMBH no estado de Minas Gerais e no Brasil



Fonte: elaborada pelos bolsistas Victor Alencar e Luisa Melgaço para este trabalho.

De acordo com o marco teórico-conceitual e com as análises apresentadas no capítulo anterior sobre o processo de urbanização no Brasil, a delimitação oficial da RMBH não corresponde, necessariamente, à caracterização espacial do fenômeno da urbanização e ao nível de integração dos municípios ao processo de metropolização, segundo critérios demográficos, urbanísticos e socioeconômicos.

Para brevíssima contextualização do processo de formação histórica da RMBH, tomam-se aqui como referências as análises de Tonucci (2012), que articulam, em um processo histórico, a atuação do Estado, do mercado e da sociedade e as transformações na estrutura territorial metropolitana, particularmente os processos de expansão do tecido urbano e de segregação socioespacial.

Segundo Tonucci (2012), uma primeira fase de formação da RMBH, denominada pelo autor como "*Da cidade planejada à cidade fora do plano*", compreende o período entre a inauguração da cidade e 1987 até o fim da década de 1930. Essa fase teve início com a decisão política de criar e construir Belo Horizonte como a cidade planejada para ser a nova capital do estado de Minas Gerais. Já naquele momento Belo Horizonte experimentava intenso crescimento urbano, consolidando-se como polo econômico e cultural do estado e extrapolando o planejamento original. Uma segunda fase, caracterizada pelo autor como "*Modernização e o preparo para a industrialização*", corresponde à década de 1940 e se destacou por uma decisiva intervenção do estado para implantar a infraestrutura necessária ao processo de industrialização. Um terceiro período, identificado com "*Industrialização e o detonar da metropolização*", situa-se entre a década de 1950 e meados da década de 1960 e marcou o início do processo de conurbação e metropolização, com a industrialização de Belo Horizonte e sua inserção no cenário econômico nacional.

Durante o regime militar, na década de 1970, teve início um quarto período, no qual uma combinação entre o modelo de crescimento econômico concentrador de renda e a política urbana centralizada e autoritária levou ao aprofundamento da segregação socioespacial e das desigualdades no acesso aos serviços urbanos, denominado "*A consolidação da metrópole segregada*". Entre o final da década de 1970 e meados da década de 1990, configurou-se um quinto período, "*A metrópole sob o peso da crise*", no qual a recessão econômica vivida pelo país teve reflexos no aumento da favelização (principalmente adensamento) e na formação das chamadas periferias metropolitanas, em grande medida constituídas pelo parcelamento do solo e por assentamentos irregulares, mas também pela iniciativa do estado na construção de grandes conjuntos habitacionais nas

periferias da metrópole. A fase mais recente, identificada pelo autor como "*Transformações metropolitanas contemporâneas*", engloba o período entre a década de 1990 e a década de 2010, com transformações na estrutura econômica e espacial associadas à expansão dos loteamentos fechados e à retomada do crescimento econômico e da intervenção do estado (TONUCCI, 2012).

A periodização proposta por Tonucci (2012) situa o processo de metropolização de Belo Horizonte em relação ao momento histórico da industrialização nos países latino-americanos que, segundo Costa e Mendonça (2010), foi decisivo na definição de algumas características constitutivas do processo de produção das metrópoles – periferização, desigualdade socioespacial, consolidação de espaços segregados entre pobres e ricos. No momento atual, a produção do espaço metropolitano, que teve início com o processo de reestruturação produtiva da década de 1990, é caracterizada pela coexistência de permanências desses momentos anteriores com tendências atuais de maior diversidade socioespacial da urbanização, que podem ter implicações tanto no sentido de aprofundar as desigualdades e a exclusão, como de potencializar mais justiça socioespacial (COSTA; MENDONÇA, 2010).

Até o final da década de 1970, a formação da RMBH foi caracterizada pelo crescimento demográfico e espacial contínuo e acentuado e pela consolidação do padrão centro-periferia[134]. As significativas intervenções públicas determinaram a direção do processo de expansão de Belo Horizonte e sua conurbação com os municípios vizinhos no sentido norte (com a criação do complexo da Pampulha e a localização industrial em municípios como Santa Luzia e Vespasiano) e no sentido oeste (com o eixo industrial ao longo da BR-381, em municípios como Contagem e Betim) e marcaram sua articulação com municípios residenciais populares, principalmente no sentido norte e noroeste. Nos anos 1990, ganhou mais ímpeto o crescimento em direção ao eixo sul, a partir da expansão de áreas residenciais de alta renda, das atividades da mineração e da formação de novas centralidades de serviços. As intervenções do estado resultaram na valorização fundiária diferenciada em porções do território metropolitano, assim como nas diferentes formas de parcelamento do solo conduzidas pelo mercado imobiliário (COSTA; MENDONÇA, 2010; TONUCCI, 2012).

Nessa estruturação socioespacial, as áreas centrais tornaram-se mais adensadas e

---

[134] Costa e Mendonça (2010, p.4) esclarecem que as noções de centro e periferia são utilizadas tanto por seu conteúdo espacial, como também pelo conteúdo sociourbanístico, podendo haver espaços periféricos em regiões centrais, assim como centralidades em áreas mais distantes.

valorizadas, concentrando investimentos públicos e privados, equipamentos, serviços e oportunidades de trabalho e mecanismos de regulação urbanística e ambiental. Já as áreas periféricas conformaram uma expansão horizontal do tecido urbano, resultante do parcelamento extensivo do solo pelo mercado para fins habitacionais. A ausência de oferta de alternativas habitacionais para as/os trabalhadoras/es e para a população de baixa renda tanto pelo Estado como pelo mercado contribuiu para a formação das periferias pobres, que se estabeleceram em assentamentos precários e carentes de serviços e infraestruturas urbanas básicos (ou nas proximidades das unidades industriais), distantes das áreas centrais e com insuficiente acesso às centralidades (COSTA; MENDONÇA, 2010; TONUCCI, 2012).

Nas últimas décadas, as transformações socioespaciais observadas na RMBH mostram formas mais dispersas e fragmentadas de expansão metropolitana de baixa densidade. A partir dos anos 2000, uma série de intervenções do Estado, além da dinamização do mercado imobiliário e do setor da construção civil, tem acelerado as transformações do uso e da ocupação do solo metropolitano. Particularmente no sentido norte, a associação entre o capital imobiliário e o capital financeiro acompanha a direção dos investimentos estatais, fragmentando o território com empreendimentos imobiliários de grande porte, criação de polos de alta tecnologia e outras formas de produção do espaço com diversidade de usos e de complexidade (COSTA, 2006; COSTA; MENDONÇA, 2012). Mantém-se, entretanto, a estrutura espacial de uma metrópole monocêntrica (área centrais de Belo Horizonte) e estendida ao longo do sistema viário rádio-concêntrico e da conurbação com centros sub-regionais tradicionais ou mais recentes que cumprem funções distintas dentro da RMBH (UFMG, 2011).

Em síntese, a estrutura territorial da RMBH, que expressa o padrão de segregação socioespacial associado à história de produção do espaço metropolitano no Brasil e o processo de urbanização extensiva explorado no capítulo anterior, apresenta diferenciações internas entre os municípios que a compõem: industriais (região oeste), residenciais populares (regiões norte e noroeste), residenciais de alta renda e atividades mineradoras (região sul) e mais recentemente uma expansão acelerada e em direção a espaços mais distantes no seu vetor norte, resultante de uma série de investimentos realizados pelo Governo do Estado, observando-se, de modo geral, uma tendência a comprometimento das áreas não construídas e rurais com o processo de urbanização (UFMG, 2011).

4.2.2 A gestão e o planejamento metropolitano

Davidovich (2004) argumenta que a retomada do interesse político e acadêmico pelas questões relacionadas à concentração urbana e à metropolização no Brasil tem ligações com a centralidade da questão urbana no atual contexto de globalização e com o aprofundamento das condições de desigualdades e segregação socioespacial encontradas nas regiões metropolitanas, além da necessidade de superação dos formatos de gestão localistas e competitivos.

Segundo Fernandes (2013), em todo o mundo há um crescente reconhecimento, entre gestores de municípios metropolitanos, dos desafios enfrentados pelas ações municipais isoladas ou mesmo pelas ações municipais combinadas para promover políticas públicas setoriais, sendo necessária uma ordem jurídico-institucional correspondente ao setor territorial característico das regiões metropolitanas.

No caso da RMBH, Azevedo e Mares Guia (2015) identificaram três fases históricas no tocante à gestão metropolitana. A primeira fase corresponde ao período do regime militar dos anos 1970 e encontra-se marcada pela atuação do Planejamento de Belo Horizonte (PLAMBEL), órgão que alcançou considerável capacidade de análise e de formulação de propostas na escala metropolitana. Uma segunda fase, de baixa incidência no planejamento regional, vincula-se à atuação da Assembleia da Região Metropolitana de Belo Horizonte (AMBEL) e à hegemonia da lógica neolocalista que sucedeu a Constituição de 1988. Em um terceiro momento, os autores assinalam que uma dada configuração nas relações governamentais entre as três esferas da federação e no quadro político institucional proporcionou um acordo que viabilizou mais dinamismo na gestão metropolitana a partir de 2003.

Referindo-se à última fase mencionada por Azevedo e Mares Guia (2015), Fernandes (2013, p. 27) descreve a experiência recente de Minas Gerais como a mais sólida em curso no cenário nacional, envolvendo mudanças na Constituição do Estado, na Lei Orgânica Estadual e na legislação estadual e a consolidação de um aparato institucional metropolitano na esfera estadual.

O chamado arranjo institucional metropolitano foi aprovado pelo legislativo estadual (Lei Complementar 88/2006 – MINAS GERAIS, 2006), sendo composto pelas seguintes instâncias: a Assembleia Metropolitana, o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano e a Agência de Desenvolvimento da RMBH, como órgão executivo do Governo do Estado. A composição da Assembleia Metropolitana expressa

uma divisão de poder entre estado e municípios: 50% dos votos correspondem à representação do poder público estadual (cinco membros: quatro do Executivo e um do Legislativo) e 50% correspondem à representação do poder público municipal (68 membros: 34 prefeitos e 34 representantes de cada Câmara Municipal). Já o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano é composto de sete membros do poder público estadual, sete do poder público municipal e dois da sociedade civil, sendo que estes últimos representam um Colegiado extraoficial, mas legitimamente composto de 20 representações da sociedade civil organizada. Como instrumentos de planejamento e gestão estão previstos o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana (PDDI-RMBH).

A elaboração do PDDI-RMBH ocorreu entre 2009 e meados de 2011 (datas da contratação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU e da apresentação da versão final do Plano ao Governo do Estado), representando uma retomada do processo de planejamento metropolitano após a década de 1970.

Tonucci (2012) faz uma análise dessa experiência de forma comparada com o momento de planejamento metropolitano anterior, durante o regime militar, o Plano de Desenvolvimento Integrado Econômico e Social da RMBH (PDIES-RMBH), de 1975, elaborado pelo PLAMBEL. Considerando os paradigmas de planejamento, a concepção metodológica e as propostas de ordenamento territorial, o autor relata avanços importantes entre os dois momentos. Enquanto o PDIES apresentava uma abordagem integrada e tecnocrática e uma compreensão instrumental do espaço metropolitano, no sentido de prepará-lo funcionalmente para o crescimento econômico e a industrialização a partir da implantação de grandes infraestruturas regionais, o PDDI adota enfoque participativo e transdisciplinar e uma abordagem centrada na redução das desigualdades socioespaciais e na incorporação das diversidades socioambientais, a partir de uma estrutura territorial mais compacta e organizada em rede (embora também reforce o espaço abstrato, por meio das grandes infraestruturas regionais indispensáveis ao processo de acumulação).

No curso de elaboração do PDDI-RMBH foram produzidos diagnósticos e estudos setoriais integrados que foram sistematizados em Áreas Temáticas Transversais. Essas análises resultaram em uma Proposta de Reestruturação Territorial Metropolitana, uma Proposta Institucional para a implementação do Plano e um conjunto de 23 políticas metropolitanas organizadas em quatro Eixos Temáticos Integradores: Acessibilidade, Seguridade, Urbanidade e Sustentabilidade, que adotam como prazos de referência o ano

de 2023 (médio prazo) e o ano de 2050 (longo prazo). Uma das principais referências do PDDI-RMBH era a construção de um processo de integração socioespacial entre os 34 municípios, bem como de um sentido de cidadania metropolitana e pertencimento a um território comum (UFMG, 2011). Destacarei, a seguir, algumas questões mais afetas às políticas territoriais e ao Eixo Seguridade, que serão referências importantes nas interpretações que desenvolverei sobre a incorporação da agricultura na dinâmica do planejamento metropolitano.

Na elaboração do PDDI, os estudos realizados sobre o uso e ocupação do solo, a dinâmica imobiliária, as centralidades existentes, os impactos territoriais da dinâmica econômica, as tendências de expansão demográfica e da mancha urbana identificaram as seguintes tendências gerais da dinâmica territorial metropolitana:

> . Recrudescimento das desigualdades socioespaciais e do modelo centro-periferia de estruturação territorial, em decorrência da dinâmica dos mercados imobiliários e da escalada dos preços de imóveis na RMBH, principalmente na capital;
> . agravamento dos problemas relacionados à crescente perda de mobilidade urbana, associada ao favorecimento do transporte privado sobre rodas em detrimento do transporte coletivo sobre trilhos, à falta de integração das políticas de transporte e à orientação predominantemente radioconcêntrica do sistema viário metropolitano;
> . grande estoque de lotes vagos por toda a RMBH e em áreas periféricas maldotadas de infraestrutura e equipamentos urbanos, com destaque para os vetores oeste e noroeste; assim como de domicílios vagos ou subutilizados em áreas centrais com disponibilidade de infraestrutura e serviços urbanos;
> . dispersão dos loteamentos de alta renda exclusivamente residenciais (usualmente fechados), dependentes de centralidades de comércio e serviços distantes e do uso do automóvel, sobrecarregando o sistema viário e intensificando a formação de centralidades lineares sem previsão de espaços públicos ou infraestrutura compatível com os padrões de adensamento potencial (eixo sul);
> . adensamento e verticalização excessivos em áreas de mais valorização imobiliária com agravamento dos impactos no trânsito, dos conflitos de usos e das condições ambientais e comprometimento da paisagem e das áreas de preservação;
> . agravamento dos conflitos entre os diversos usos do solo, como parcelamento do solo e usos rurais, mineração, habitação e preservação de mananciais, destinação final de resíduos sólidos, habitação e áreas de preservação permanentes;
> . manutenção da excessiva concentração da oferta de serviços públicos e privados no núcleo central de Belo Horizonte, apesar da consolidação dos centros sub-regionais e da emergência incipiente de novas centralidades no eixo sul e no vetor norte;
> . expansão da exploração minerária e dos setores metalúrgico e siderúrgico na RMBH e no seu entorno, fortalecendo uma base industrial tradicional, de pouco dinamismo tecnológico e com impactos ambientais

> consideráveis;
> . tendência de manutenção dos investimentos privados nos municípios já dotados de infraestrutura ou com base de recursos naturais exploráveis (com exceção das intervenções e empreendimentos previstos para o vetor norte da RMBH) (UFMG, 2011, p. 201).

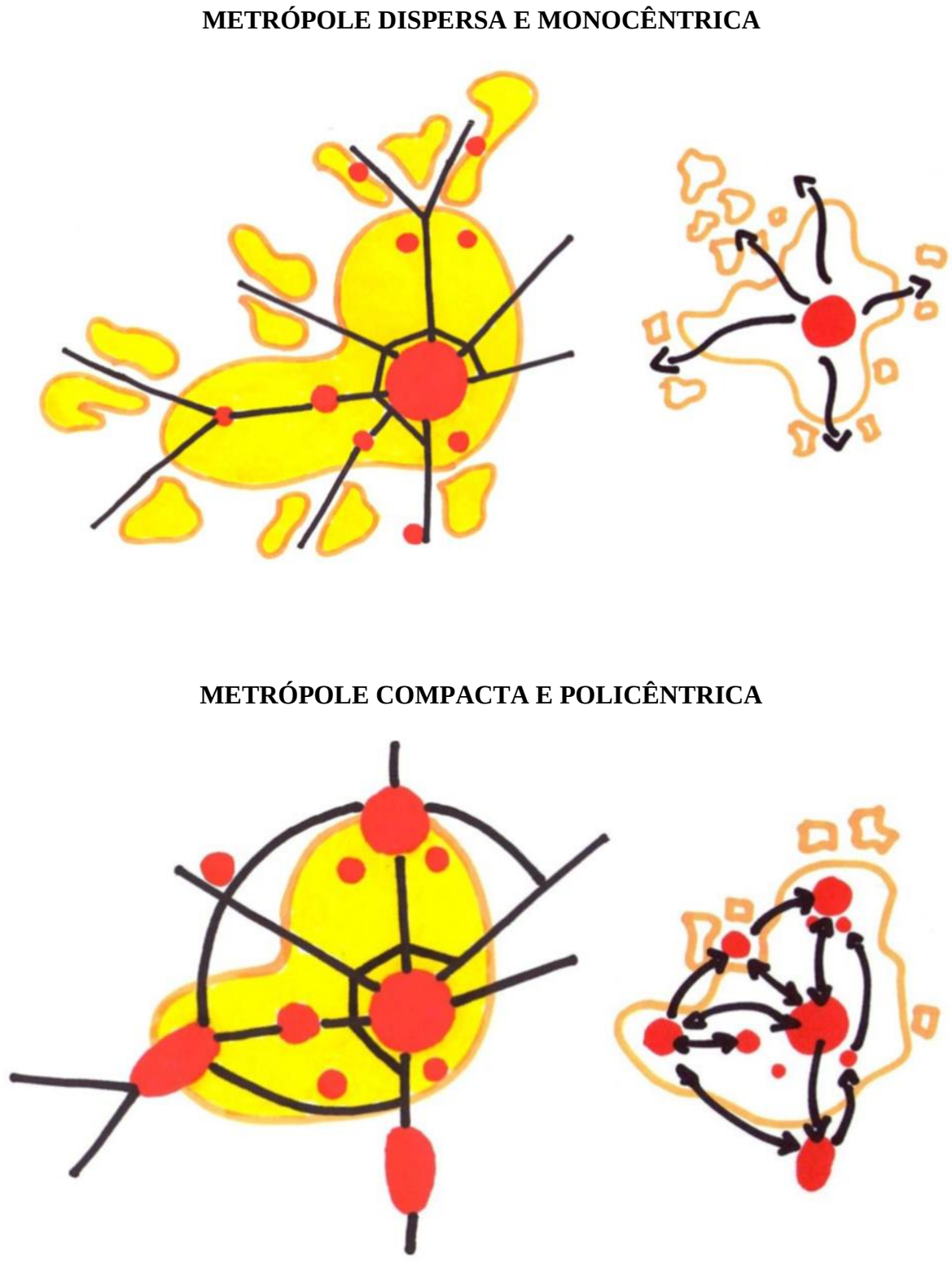
Segundo as análises apresentadas no PDDI, os processos de produção e apropriação do espaço nas últimas décadas na região indicam a necessidade de reversão dessas tendências e de proposição de estratégias e políticas para uma nova estrutura territorial da região, com vistas a reduzir as desigualdades socioeconômicas observadas (não apenas entre seus moradores, mas também entre municípios); criar condições de melhor inserção nacional e internacional da RMBH e mais articulação da RMBH com o seu entorno regional, além de proporcionar alternativas de desenvolvimento em bases mais sustentáveis. Subsidiado pelos estudos e diagnósticos realizados, o PDDI apresenta as seguintes diretrizes para uma proposta de reestruturação territorial da RMBH:

> . Criação e/ou fortalecimento de centralidades urbanas em rede: promoção de melhor distribuição e descentralização do emprego, do comércio e dos serviços públicos e privados, redução da dependência em relação ao núcleo central de Belo Horizonte, criação de oportunidades de desenvolvimento para áreas periféricas;
> . rede metropolitana de mobilidade intermodal eficiente e de baixo impacto ambiental: melhoria das possibilidades de articulação e deslocamento entre as várias porções da RMBH, complementação do sistema viário existente, recuperação e complementação da malha ferroviária existente para transporte de passageiros e expansão do metrô para a área densamente conurbada da RMBH;
> . intensificação do uso do espaço urbano existente, a partir da recuperação de edificações e áreas degradadas, aproveitamento de vazios urbanos e parcelamentos vagos, abertura de áreas verdes, novas centralidades e espaços públicos;
> . contenção da expansão urbana periférica e redução da pressão sobre as áreas verdes, áreas rurais e ambientalmente protegidas, com valorização e proteção das áreas destinadas à produção agropecuária e artesanal e estímulo a atividades produtivas sustentáveis e criativas nas áreas de fronteira rural/urbana;
> . ampliação das áreas permeáveis urbanas, restauração e revitalização de cursos d'água, controle da expansão imobiliária, industrial e minerária sobre áreas de interesse para abastecimento e conservação da biodiversidade;
> . consolidação de um marco regulatório para o uso e ocupação do solo, que expresse as políticas de reestruturação territorial e a territorialização das propostas do PDDI, possibilitando que os municípios e o sistema de planejamento metropolitano possam exercer seu papel regulador nas disputas pelo espaço metropolitano, fazendo prevalecer o interesse coletivo metropolitano (UFMG, 2011, p. 203).

Em síntese, como informa o diagrama apresentado na FIG. 17, a proposta de uma

nova estrutura territorial visa contrapor a tendência geral de concentração excessiva na capital, Belo Horizonte, e a expansão fragmentada e descontínua da mancha urbana do tipo centro-periferia (estrutura territorial monocêntrica e dispersa), em uma estratégia chamada de “descentralização concentrada” (estrutura policêntrica e mais compacta). A descentralização subentende ainda o adensamento, a intensificação e a diversificação de usos dos espaços dentro da mancha urbana existente, particularmente no entorno das centralidades e dos principais eixos viários. Além disso, como diretriz básica para o desenvolvimento da estrutura policêntrica, propõe-se a organizar uma infraestrutura viária e um sistema de transporte público em rede (em lugar da atual distribuição viária radial), que promova a integração e a complementação entre diferentes centralidades e estimule um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões da RMBH (UFMG, 2011, p. 202).

Figura 17 – Metrópole dispersa e monocêntrica X metrópole compacta e policêntrica



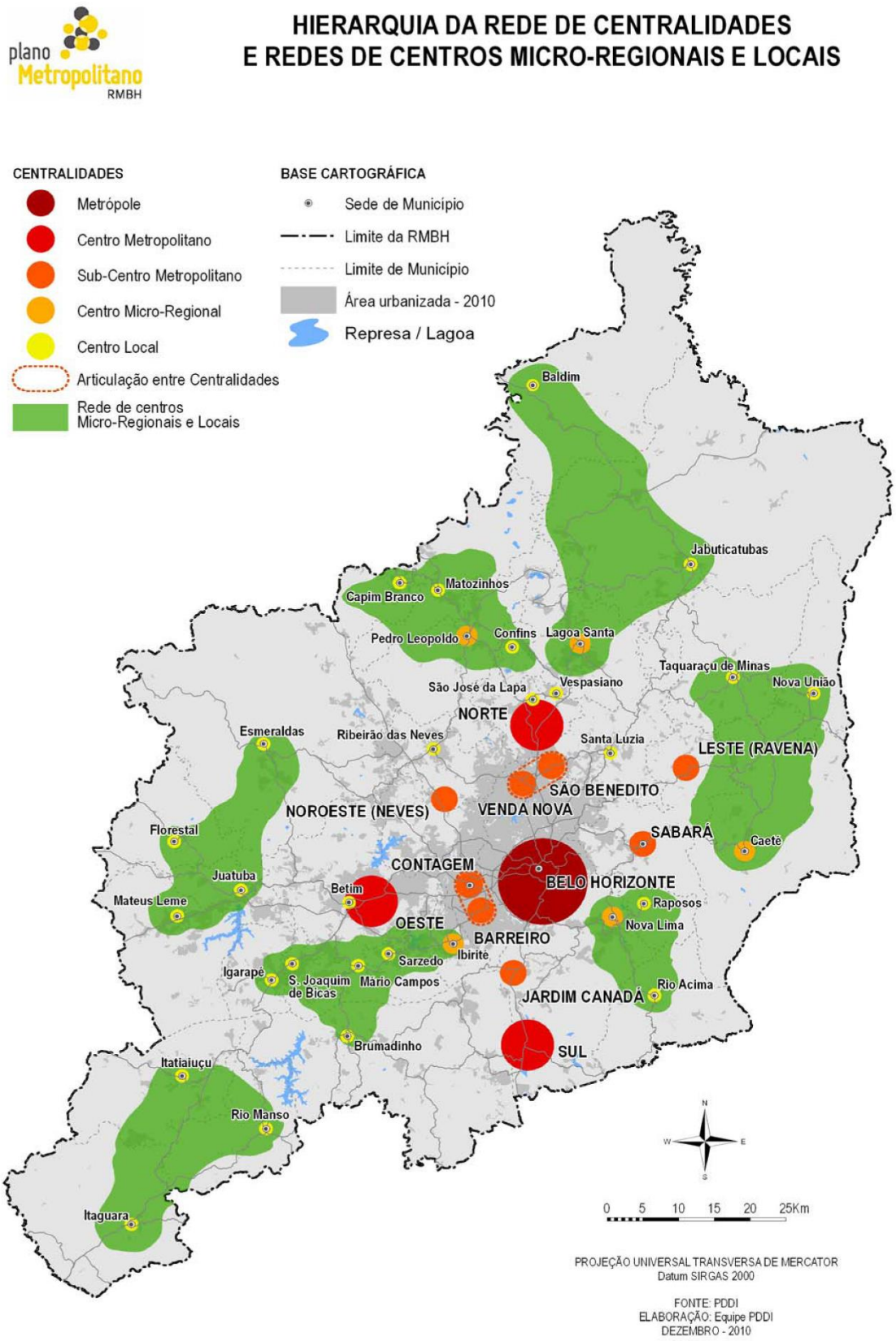
Fonte: UFMG (2011).

A proposta de reestruturação territorial da RMBH se desdobra em duas políticas estruturantes, a Política Metropolitana Integrada de Centralidades em Rede e a Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo, que estão fundamentadas em duas categorias distintas de uso e ocupação do solo e de organização espacial das atividades econômicas - *as centralidades e os eixos de estruturação metropolitana*, apresentados nas FIG. 18 e 19:

> As centralidades se referem a centros urbanos no sentido tradicional, onde a maior densidade e concentração diversificada de atividades não residenciais, principalmente terciárias, cria uma área contígua e que envolve diversas vias, de portes variados, e que se entrecruzam; o uso residencial se insere nessas áreas de forma mesclada a outros usos mistos e de forma mais adensada. Todavia, ressalta-se que se está propondo aqui um conceito de centralidade multidimensional que extrapola o sentido meramente econômico ou urbanístico. Assim, considera-se que uma centralidade, para satisfazer aos objetivos da proposta de reestruturação territorial, precisa incorporar todos os atributos abaixo. [...] (UFMG, 2011, p. 209).

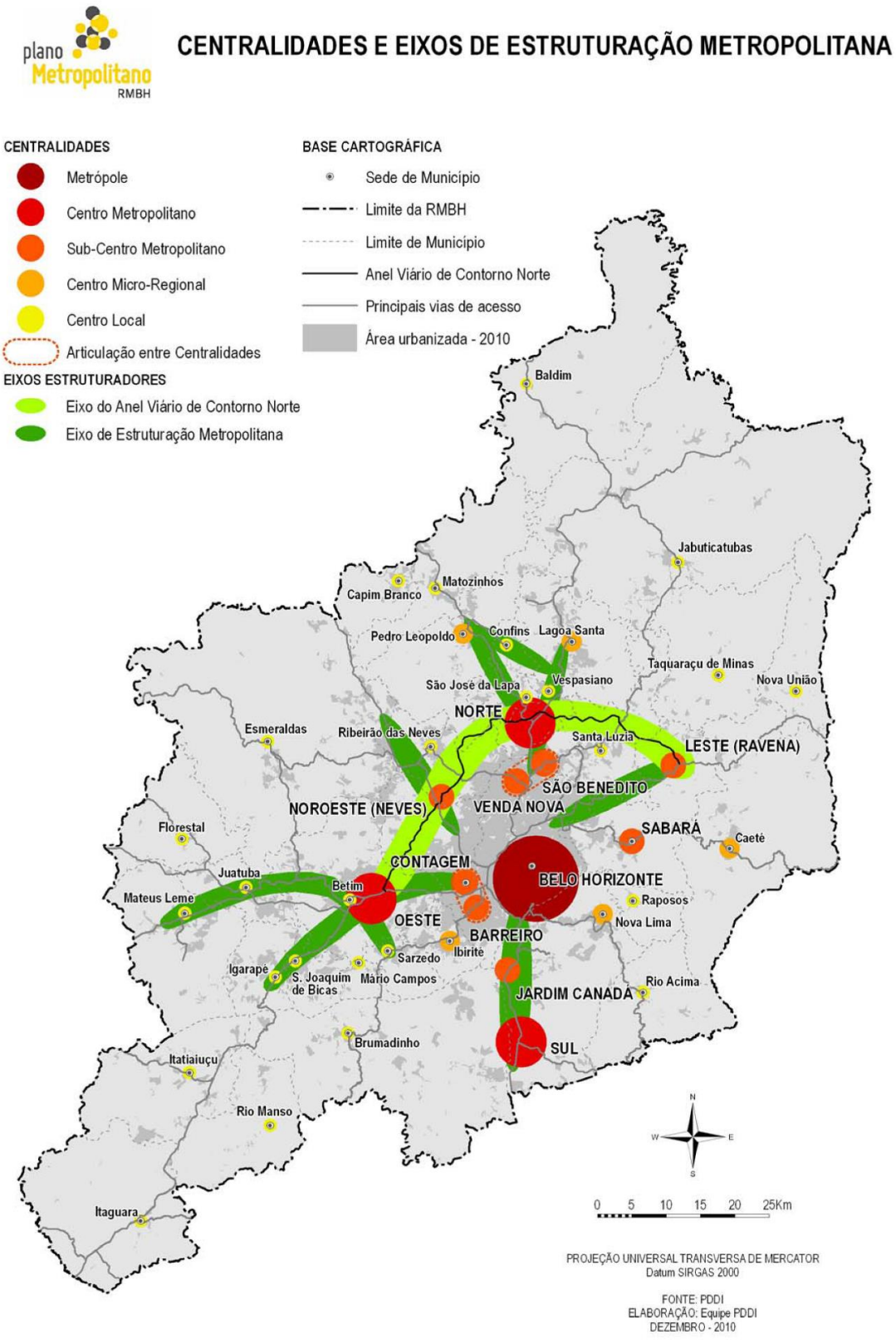
> [...] Os eixos de estruturação metropolitana configuram áreas em torno das principais vias estruturantes de ligação da RMBH com outras regiões do estado e do país, onde se localizam grandes equipamentos de infraestrutura, áreas industriais, usos de maior porte ligados ao setor terciário e outros equipamentos e formas de ocupação ao longo dos eixos, que não chegam a configurar centralidades propriamente ditas e se localizam de forma mais espraiada no território. [...] Alguns eixos envolvem também vetores de articulação, que promovem a ligação da RMBH com o entorno metropolitano (UFMG, 2011, p. 221).

Figura 18 – Hierarquia da rede de centralidades e rede de centros microrregionais e locais



Fonte: UFMG (2011).

Figura 19 – Centralidades e eixos de estruturação metropolitana



Fonte: UFMG (2011).

A Política Metropolitana Integrada de Centralidades em Rede propõe a consolidação de uma rede de centralidades que abrange diferentes escalas e busca configurar uma nova hierarquia urbana na RMBH, formada pela metrópole, centros metropolitanos, subcentros metropolitanos, centros microrregionais e centros locais (UFMG, 2011, p. 210). Propõe também uma distribuição territorial dos eixos de estruturação metropolitana, visando direcionar o crescimento metropolitano e absorver atividades econômicas de alto valor agregado e potencial de geração de emprego e renda. Em linhas gerais, essa proposta busca, entre outros aspectos, mudar a estrutura viária radioconcêntrica direcionada para o hipercentro de Belo Horizonte e alterar a rede urbana da RMBH, caracterizada pela polarização de um grande centro, pela grande quantidade de pequenas centralidades e pela ausência relativa de centros de nível intermediário. Além das centralidades e dos eixos apresentados anteriormente, o PDDI-RMBH propõe uma outra categoria espacial, chamada Lugar Metropolitano (LUME), que representaria espaços com potencial de fortalecer identidades coletivas na RMBH, assim como disseminar oportunidades de desenvolvimento local associadas ao patrimônio histórico e ambiental metropolitano (UFMG, 2011, p. 210,226).

A outra política-chave da proposta de reestruturação territorial da RMBH trata da regulação do uso e da ocupação do solo, tendo como seu principal instrumento o macrozoneamento metropolitano, em consideração às funções públicas de interesse comum[135]. Dessa forma, como apresentado no capítulo anterior, a sobreposição do planejamento metropolitano aos zoneamentos municipais enfrenta desafios, uma vez que, de acordo com as diretrizes da legislação federal, os municípios têm autonomia na definição das regras de expansão urbana, parcelamento do solo, localização de usos e parâmetros de ocupação, por meio de seus planos diretores e leis complementares (COMPANS, 2015). A Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo foi estruturada em quatro programas integrados: Programa Integrado do Macrozoneamento Metropolitano; Programa de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo; Programa de Apoio à Elaboração e Revisão das Legislações Municipais; Programa de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável (UFMG, 2011, p. 270). Neste cenário de disputas entre interesses locais e interesses metropolitanos, no qual ambos carregam suas

[135] As *funções públicas de interesse comum metropolitano uso do solo metropolitano* (transporte intermunicipal e sistema viário de âmbito metropolitano, habitação, saneamento básico, preservação ambiental, desenvolvimento socioeconômico e segurança pública) foram consideradas na definição das macrodiretrizes para o planejamento metropolitano desde o primeiro Termo de Referência para contratação do PDDI-RMBH (UFMG, 2011, p. 13).

contradições, a Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo buscou definir um marco para identificar, regular e promover a gestão compartilhada de espaços nos quais o interesse metropolitano deva prevalecer sobre o interesse municipal (UFMG, 2011, p. 267)[136].

As análises do PDDI identificaram algumas situações e áreas que se caracterizam pelo interesse comum metropolitano e pela necessária compatibilização entre políticas municipais e uma visão territorial mais integrada da RMBH, como o tratamento das zonas de fronteira, de áreas lindeiras ao sistema viário principal proposto, das áreas de influência das novas centralidades e grandes equipamentos, das zonas de proteção de mananciais. Ao longo dos limites municipais são recorrentes os conflitos potenciais entre categorias de zoneamento em áreas de fronteiras intermunicipais, como zonas limítrofes com padrões de adensamento em princípio incompatíveis; entre zona rural, zonas de proteção ambiental e/ou de urbanização restrita e zonas destinadas a abrigar usos incômodos (polos atratores de tráfego de veículos ou de maior potencial poluidor); ou ainda entre zoneamentos municipais e áreas definidas como Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável no nível estadual.

Outras situações demandam a compatibilização de políticas de expansão urbana e adensamento residencial, tais como a reserva de zonas mais centrais para habitação de interesse social, o enfrentamento do grande estoque de lotes vagos presente na mancha urbana dos municípios dada RMBH e a necessidade de uma política integrada de regularização fundiária nas áreas conurbadas da metrópole e nos eixos de expansão urbana. Por fim, nas porções dos territórios municipais classificados como zonas rurais, foram identificados conflitos tanto em termos intermunicipais quanto das relações rural-urbanas, que também devem ser contemplados por políticas específicas de regulação da ocupação e do uso do solo (UFMG, 2011, p. 257-267).

Entre dezembro de 2013 e meados de 2015, como um desdobramento e uma nova etapa do planejamento da RMBH, foi desenvolvido o Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, um dos programas previstos na Política Metropolitana Integrada de

---

[136] A Lei Complementar 88/2006 instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado como um instrumento legal de planejamento e gestão metropolitanos e enquadra, entre as categorias de interesse comum metropolitano, o controle do uso e da ocupação do solo a partir de ações que assegurem a utilização do espaço metropolitano sem conflitos e sem prejuízo à proteção do meio ambiente. Esse marco legal também definiu como objetivo da gestão metropolitana "o desenvolvimento econômico e social da região metropolitana, a partilha equilibrada dos seus benefícios, a definição de políticas compensatórias dos efeitos de sua polarização e o estabelecimento de planejamento de médio e longo prazo de seu crescimento" (MINAS GERAIS, 2006). A legislação ainda aguarda a regulamentação, em nível estadual, dos instrumentos de planejamento, gestão e política urbana em nível metropolitano.

Regulação do Uso e da Ocupação do Solo do PDDI. O projeto deu seguimento ao processo participativo de discussão das questões metropolitanas, tendo como objetivo promover a reestruturação territorial metropolitana, propor critérios e parâmetros para o controle do uso e da ocupação do solo na RMBH, além de propor áreas para a territorialização de outras políticas e programas do PDDI. Os estudos do macrozoneamento metropolitano também foram conduzidos pela Universidade Federal de Minas Gerais sob coordenação técnica de uma equipe interdisciplinar sediada no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional daquela universidade (CEDEPLAR/UFMG) e contratados pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A metodologia de trabalho e produção do conhecimento do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano foi organizada segundo uma base analítica e uma abordagem crítica e totalizante, convergindo as análises temáticas para o eixo territorial e para o eixo institucional (UFMG, 2014b)[137].

O trabalho foi desenvolvido ao longo dos anos de 2014 e 2015 e organizado em cinco etapas, às quais corresponderam os seguintes produtos de trabalho: a) produto 01 - marco teórico-metodológico para elaboração do macrozoneamento e definição das áreas temáticas afetas ao interesse metropolitano; b) produto 02 - tendências recentes da dinâmica territorial da RMBH e identificação preliminar das zonas de interesse metropolitano; c) produto 03 – avaliação dos marcos normativos e projetos estruturantes federais, estaduais e municipais referentes ao ordenamento territorial da RMBH; d) produto 04 - delimitação e definição das zonas de interesse metropolitano; e) produto 05 - especificação dos parâmetros urbanísticos e de diretrizes específicas de estruturação e desenvolvimento para as zonas de interesse metropolitano (UFMG, 2014b).

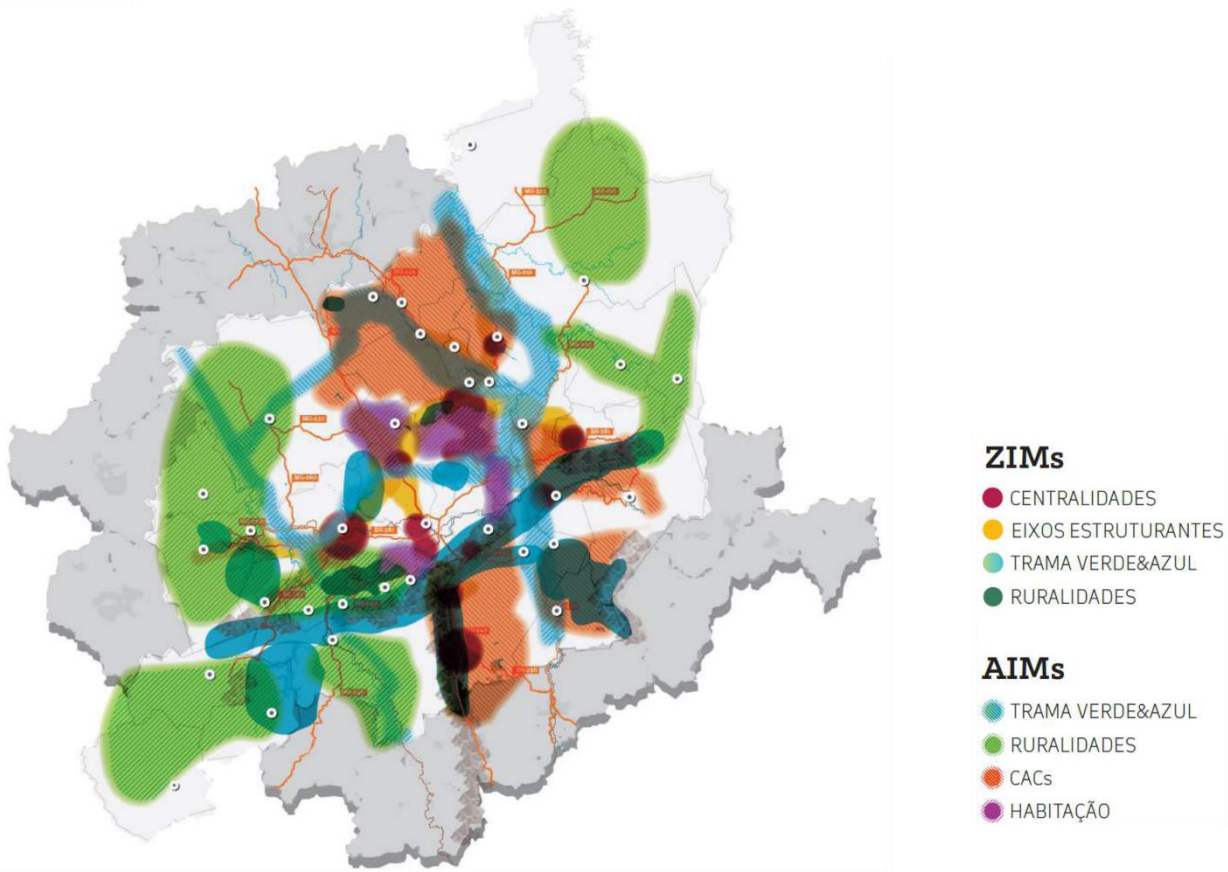
Os estudos realizados no âmbito do Projeto de Macrozoneamento não consistiram em um macrozoneamento abrangente e referencial para todo o território metropolitano e sim buscaram compreender, mapear e atribuir parâmetros de uso e ocupação para espaços cujas qualidades potenciais ou presentes fossem relevantes para o conjunto metropolitano, identificados como zonas de interesse metropolitano (ZIMs).

De forma preliminar e complementar, na segunda etapa de implementação do projeto, áreas de interesse metropolitano (AIMs) foram indicadas como espaços não

[137] A equipe técnica do macrozoneamento foi composta por professores, pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação, que se agruparam conforme a estrutura organizacional do projeto: dois eixos estruturantes (territorial e institucional), três núcleos de desenvolvimento (ambiental, econômico e social), duas subcoordenações operacionais (informação, comunicação e representação; e mobilização social), além de uma gerência operacional, subordinados a uma coordenação geral (UFMG, 2014).

passíveis de zoneamento, mas reconhecidamente prioritários para orientar as três esferas do poder público na implementação de um leque de políticas, programas e projetos do PDDI-RMBH, conforme pode ser visualizado na FIG. 20 (UFMG, 2014a, p. 49).

Figura 20 – AIMs e ZIMs preliminares



Fonte: UFMG (2014a).

Ao longo da execução do Projeto de Macrozoneamento, foi ganhando corpo a proposição da Trama Verde e Azul (TVA) como um elemento complementar de estruturação do território metropolitano, com “múltiplos usos e funções, articulando tanto objetivos de proteção ambiental permanente, por trechos de sua malha, como os de criação de oportunidade para múltiplos usos e diferentes níveis de acesso, em outros de seus trechos" (UFMG, 2014b, p.38). No produto 03 – “Avaliação dos marcos normativos e projetos estruturantes federais, estaduais e municipais referentes ao ordenamento territorial da RMBH”, são apresentadas a origem do conceito e a concepção da TVA adotada pelo Projeto de Macrozoneamento e detalhadas as variações possíveis para sua composição

tanto nas áreas intraurbanas como nas áreas rurais, bem como nos espaços de transição rural-urbano. Cabe mencionar que a TVA foi concebida para a totalidade da região metropolitana, podendo incorporar AIMs bem como ZIMs (UFMG, 2014b, p. 44). Particularmente no que se refere ao papel da trama no ordenamento territorial e desenvolvimento da RMBH, destaco a seguinte passagem no produto 03:

> A trama tem, entre seus objetivos, o de assegurar a continuidade entre espaços naturais, rurais e urbanos no âmbito metropolitano. Ela pode, por um lado, exercer um papel importante de delimitação de espaços construídos de ocupação populacional densa, evitando sua dispersão excessiva no território, e, por outro lado, proteger áreas de produção agrícola e complexos ambientais culturais de interesse metropolitano, além de contribuir para a proteção de unidades de conservação. […] Em espaços densamente construídos, a trama verde e azul contribui para proteger e ampliar áreas verdes e para oferecer alternativas ao uso de áreas de risco ambiental, como as zonas inundáveis e os terrenos de elevada declividade e risco de deslizamentos, evitando sua ocupação por funções que podem ser altamente impactadas por tais eventos. […] Como espaços de transição entre espaços densamente urbanizados, unidades de conservação, notadamente as de proteção permanente e espaços de produção agropecuária, a trama verde e azul pode desempenhar funções de *buffer*, de zonas de amortecimento, contribuindo para mitigar impactos ambientais de diferentes tipos, com origem sobretudo nos espaços densamente ocupados (UFMG, 2014b, p. 42).

Em sua etapa final, o Projeto do Macrozoneamento Metropolitano apresentou diretrizes gerais para o conjunto de ZIMs propostas, organizadas em quatro dimensões distintas e complementares (reestruturação territorial; desenvolvimento produtivo sustentável; proteção e desenvolvimento ambiental e regulação urbanística), além de parâmetros urbanísticos para o controle do parcelamento, ocupação e uso do solo das áreas compreendidas pelas ZIMs (UFMG, 2015, p. 9).

As 19 ZIMs propostas foram organizadas em três grandes categorias que se articulam à nova estrutura metropolitana proposta pelo PDDI, conforme pode ser observado na FIG. 21. As ZIMs Ambientais (seis, ao todo) compreendem principalmente áreas de mananciais e têm como principal motivação a proteção ambiental. As ZIMs Centralidade e Eixos de Desenvolvimento (somam-se 11) caracterizam-se pelas funções de adensamento e diversidade de usos associadas à proposta de um conjunto de centralidades articulado em rede. Duas ZIMs especiais – ZIM Rodoanel e ZIM Serras –, apesar de bastante distintas, tiveram em comum a perspectiva de implantação da Trama Verde e Azul (UFMG, 2015, p. 9). A ZIM Serras corresponde a um corredor definido pelos topos de morros, principais divisores de água da Bacia do Rio Paraopeba e da Bacia do Rio das

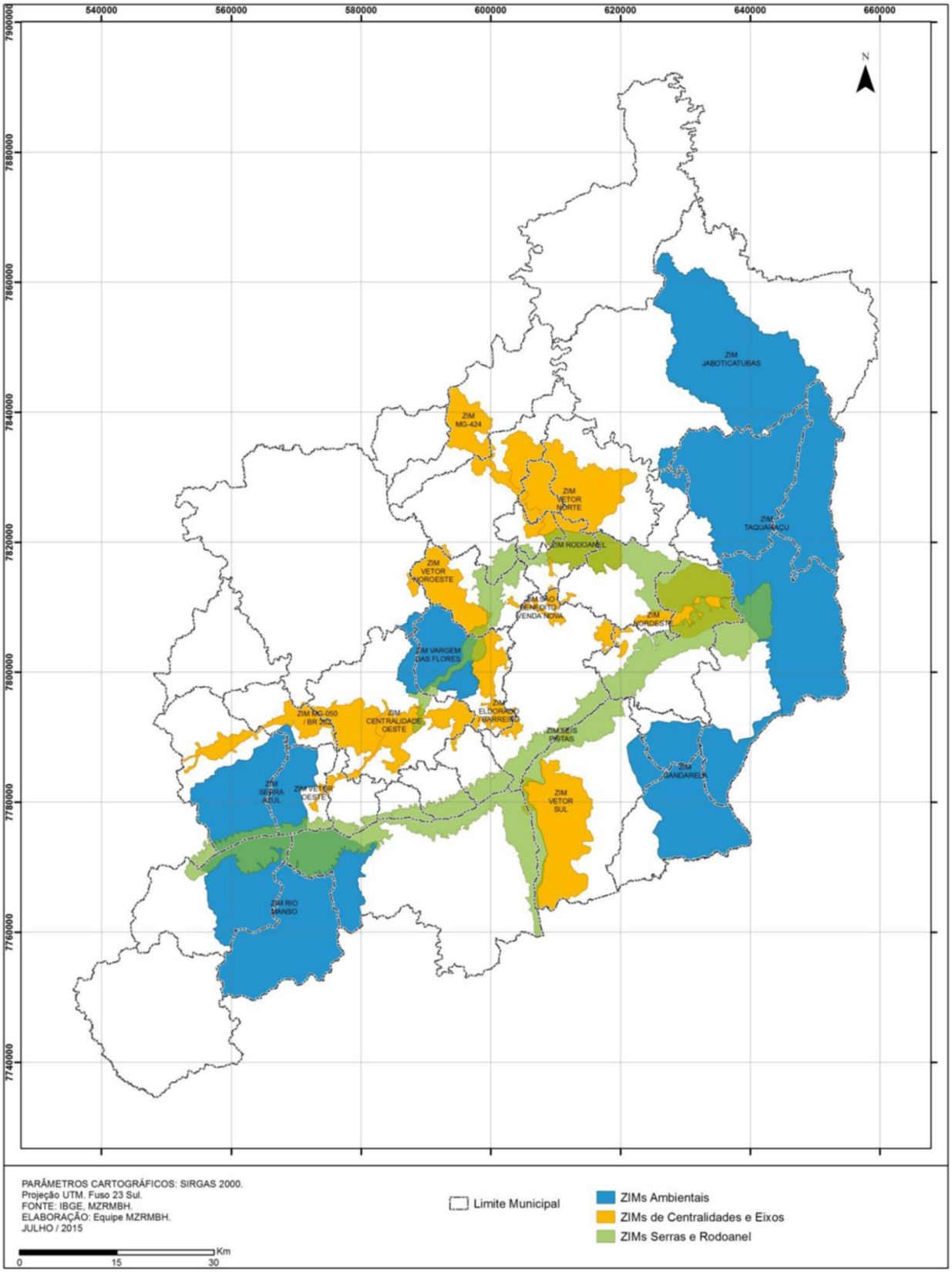
Velhas, onde foi constatada a necessidade de preservação do patrimônio paisagístico e de áreas verdes protetoras dos grandes aquíferos que abastecem as duas bacias, entre outros aspectos ambientais. Já a ZIM Rodoanel compreende a área prevista para a implantação de um "arco rodoviário" de grande porte destinado ao tráfego de passagem e de cargas pesadas. Sua incorporação à Trama foi justificada, uma vez que o Rodoanel estará localizado em áreas de baixa ocupação e que suas características "industriais" podem se constituir em uma barreira e uma ameaça para as atividades urbanas e rurais nas regiões que atravessará.

Para cada uma das ZIMs propostas no Macrozoneamento Metropolitano foram detalhadas diretrizes e parâmetros específicos e um subzoneamento interno que envolve cinco grandes categorias, representadas na FIG. 22: a) zonas de proteção, segundo a natureza dominante da proteção (ZP1, ZP2 e ZP3); b) zonas de atividades complementares de baixa ou média densidade (ZAC1, ZAC2); c) zonas de indústria e logística (ZIL); d) zonas de diversificação e adensamento (ZDA), que correspondem às centralidades e eixos de desenvolvimento; e) zonas de diretrizes especiais metropolitanas (ZDEM). As ZDEMs representam um "sobrezoneamento" aplicado às ZPs, ZACs, ZIL e ZDAs e englobam, por sua vez, seis categorias: interesse ambiental (Trama Verde e Azul), territórios minerários, requalificação, interesse social, grandes equipamentos e áreas urbanas consolidadas. Essas zonas referem-se a situações especiais de maior complexidade e necessidade de detalhamento no interior das ZIMs e que deverão ser objeto de estudos, delimitação e regulamentação futuros que contemplem suas especificidades e negociações junto às prefeituras, proprietários, comunidades afetadas e demais agentes interessados (UFMG, 2015, p. 18).

Dessa forma, conforme indica a FIG. 23, a Trama Verde Azul extrapola os limites das ZIMs e abrange todo o território da RMBH. No interior das ZIMs, a TVA representa uma malha sobreposta ao território, integradora de aspectos urbanos e rurais, bem como de uma rede de áreas verdes e cursos d'água em diferentes escalas, sendo formada por:

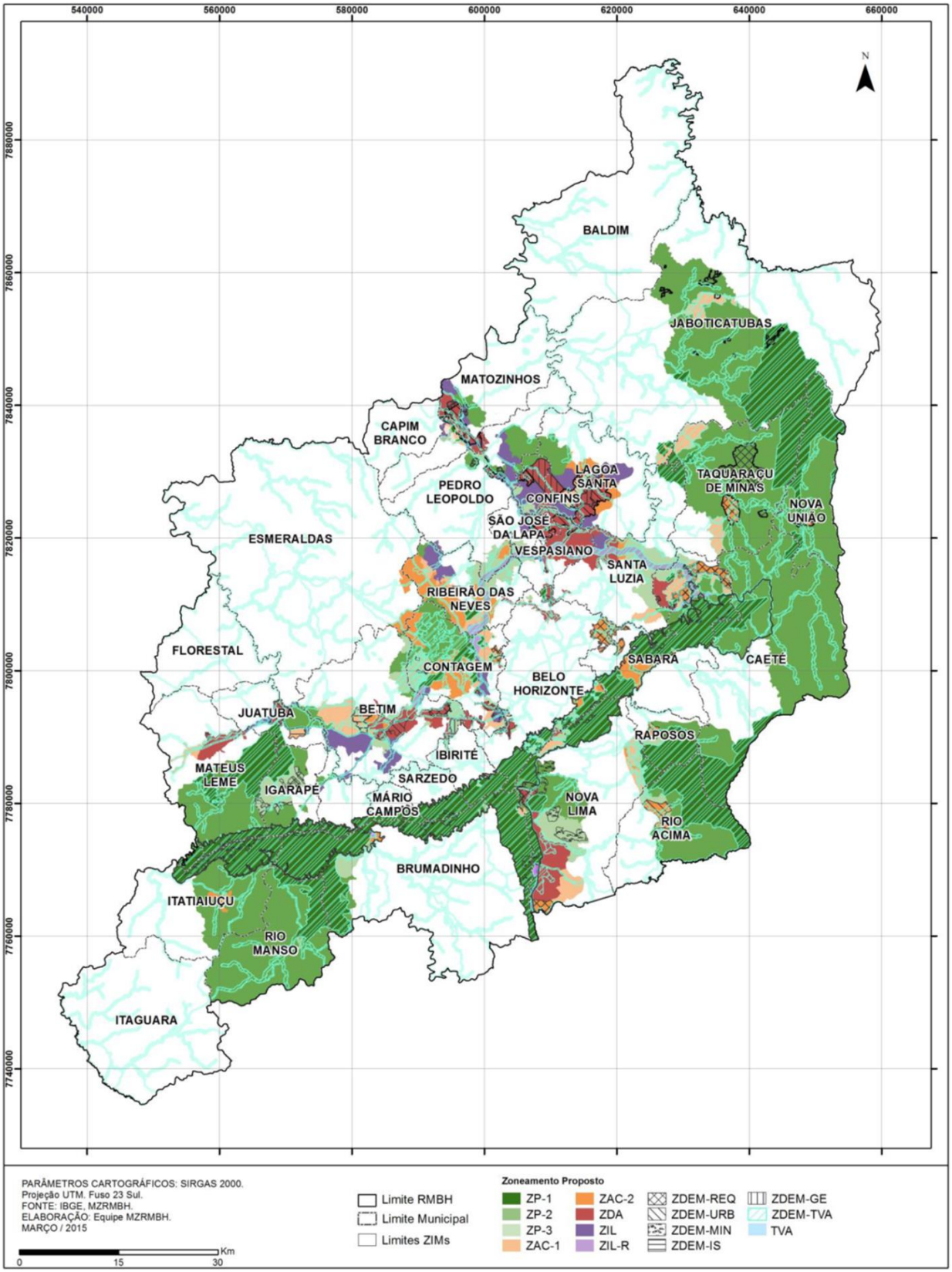
> Nascentes, corpos d'água correntes e dormentes, áreas de preservação permanente (APPs), unidades de conservação e outras áreas de relevante interesse ambiental existentes e propostas, interligadas segundo princípios de conectividade, incorporando também eixos viários, equipamentos de uso coletivo, espaços livres de uso público, parques urbanos, áreas vazias e áreas degradadas potencialmente passíveis de recuperação, revegetação e tratamento paisagístico para integrarem esse importante elemento de estruturação do espaço metropolitano (UFMG, 2015, p. 27).

Figura 21 – Categorias gerais das ZIMs



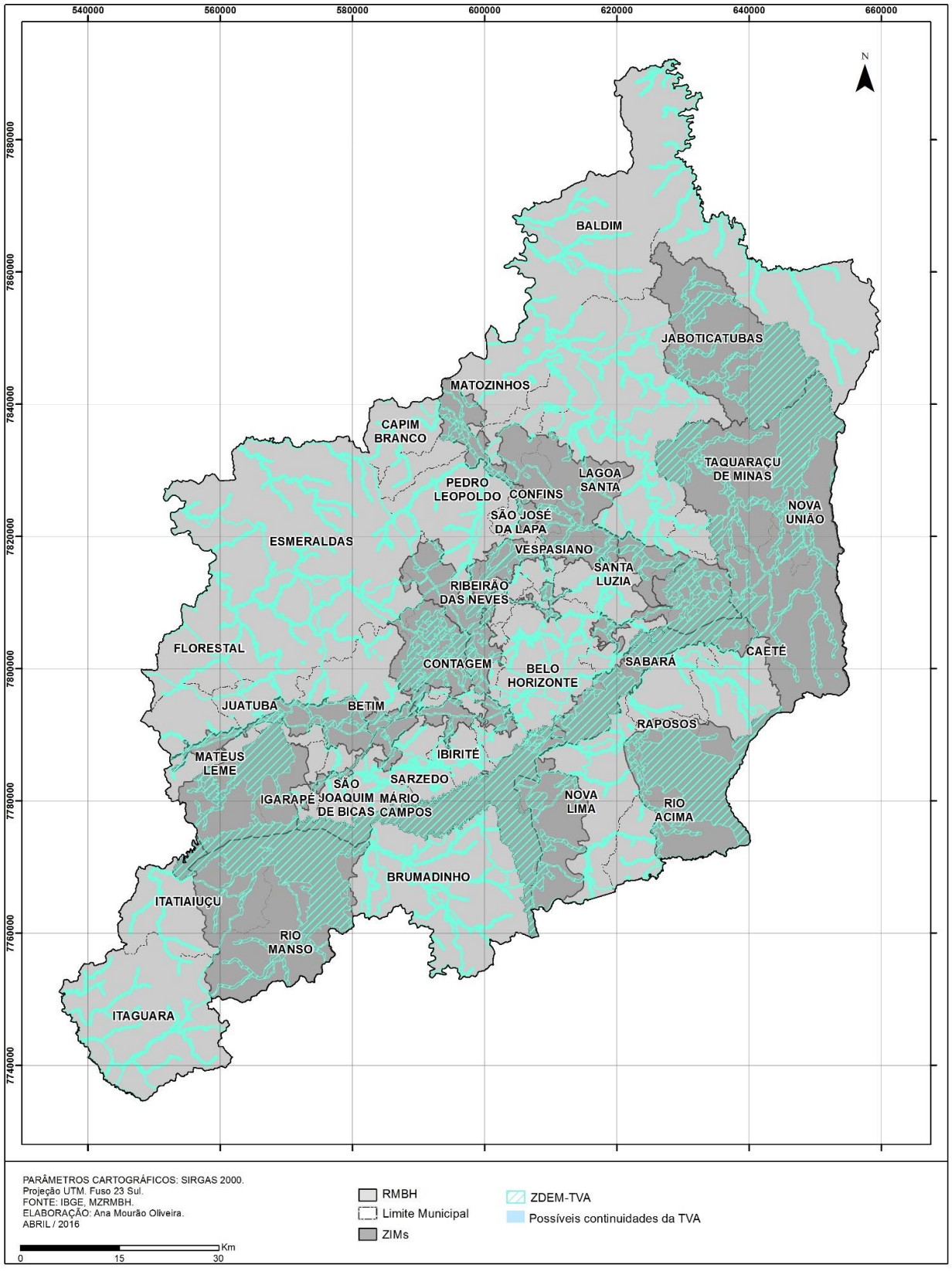
Fonte: UFMG (2015).

Figura 22 – ZIMs – Zoneamento geral



Fonte: UFMG (2015).

Figura 23 – Possibilidades para constituição da Trama Verde Azul na RMBH



Fonte: elaborada por Ana Mourão Oliveira para este trabalho.

A participação na equipe técnica do macrozoneamento proporcionou uma visão abrangente da construção do macrozoneamento, como a mediação feita pela coordenação entre os enfoques de cada equipe técnica; as relações entre Universidade, Governo do Estado e organizações da sociedade civil; e especialmente sobre a produção transdisciplinar do conhecimento que tem como objeto comum a região metropolitana[138]. Esse envolvimento ofereceu também uma perspectiva de análise singular para a incorporação da agricultura urbana e da agroecologia em um processo de planejamento metropolitano, que será apresentada a seguir.

4.2.3 A incorporação das agriculturas no planejamento metropolitano

O PDDI-RMBH apresenta um conjunto de propostas para a proteção de zonas rurais e para a promoção de espaços agrícolas na RMBH, que foram particularmente organizadas na Política Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional (PMISAN) e no Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Eixo Seguridade.

O estudo setorial que subsidiou as proposições referentes à Política de SAN enfatizou as condições de insegurança alimentar presentes na RMBH, como o comprometimento do orçamento das famílias de baixa renda em gastos com alimentação; o excesso de peso e obesidade e a ausência de políticas de apoio à produção de alimentos pela agricultura familiar. Os programas e projetos propostos visam atuar sobre a produção, o abastecimento e o consumo alimentar por meio do apoio às atividades rurais; do apoio às atividades de abastecimento; da promoção do consumo alimentar saudável e sustentável; da promoção da qualidade de vida no meio rural; além da promoção da agricultura urbana e periurbana. A PMISAN apresenta interfaces com políticas e programas dos demais eixos temáticos integradores do plano: acessibilidade, urbanidade e sustentabilidade (UFMG, 2011).

A agricultura urbana também foi incorporada explicitamente em três programas da Política Direito ao Espaço Cotidiano: Moradia e Ambiente Urbano (Programas de Regulamentação Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano; de Gestão do Espaço

---

[138] Como parte da equipe, participei nos seminários técnico-institucionais; nas reuniões de equipe e com setores de governo e nas oficinas públicas realizadas nos municípios. Entre algumas atribuições específicas que assumi, fui responsável pela elaboração de um estudo setorial preliminar sobre a agricultura urbana, pelas análises sobre a agricultura em geral no âmbito dos produtos contratuais do projeto e pela organização de uma oficina temática sobre agricultura urbana no mês de abril de 2014, com representantes da equipe técnica, do poder público e da sociedade civil.

Cotidiano; de Intensificação do Uso Social da Cidade). Esses programas indicam a agricultura urbana como um possível uso de interesse social, público ou coletivo, de caráter temporário nas Zonas Especiais de Interesse Social enquanto não edificadas; como uma opção de utilização de lotes, glebas e áreas ociosos; e também em terrenos em áreas homogêneas com vacância de lotes e vazios urbanos inadequados à moradia (como as áreas sob linhas de transmissão, margens de cursos d'água, etc.), como ilustra a FIG. 24.

Figura 24 – Intensificação do uso social da cidade



Fonte: UFMG (2011).

Importante mencionar ainda o Programa de Apoio à Rede de Centros Microrregionais e Locais, apresentado na Política de Centralidades em Rede que contempla ações voltadas para os *centros locais*, as centralidades de menor nível da RMBH, que correspondem às sedes dos municípios menos populosos. Segundo as análises do PDDI, esses núcleos, que servem como centros de apoio ao meio rural, "vêm passando por processos de transformação ligados à extensão da urbanização por sobre essas áreas rurais, seja sob a forma da agroindústria ou de ocupações de usos voltados para o lazer (como sítios e chácaras)" (UFMG, 2011, p. 210). Nesse sentido, a proposta de uma rede de microcentralidades rural-metropolitanas corresponderia a territórios potenciais de incentivo à pequena produção e à manutenção econômica e espacial das populações envolvidas com essas atividades, como já indicado na FIG. 18.

Já na execução do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, a identificação de espaços cujas qualidades potenciais ou presentes fossem relevantes para o conjunto metropolitano retomou temas abordados no PDDI-RMBH, como as zonas de fronteira entre municípios, as áreas próximas dos principais eixos vários, as áreas de influência das novas centralidades e grandes equipamentos e as zonas de proteção de mananciais.

Diferentemente de outras temáticas relevantes do Macrozoneamento Metropolitano, que se apoiavam em banco de dados secundários e bases georreferenciadas[139], havia uma lacuna de estudos e análises regionais sobre a agricultura, especialmente que tratassem da espacialização da atividade agrícola no território metropolitano[140].

Dessa forma, ao longo da segunda etapa do Projeto de Macrozoneamento, que tinha como um dos objetivos a identificação preliminar das Zonas de Interesse Metropolitano, foi necessário um esforço adicional para identificar os *espaços agrícolas de interesse metropolitano*. As áreas indicadas na proposta de rede de microcentralidades rural-

---

[139] O banco de dados secundários utilizado para análises das características de cada ZIM incluiu, entre outras, as seguintes bases georreferenciadas e fontes: hidrografia (IGAM, 2014); micro bacias (Ottobacias – IGAM, 2014); perímetros de grandes projetos, loteamentos e pedidos de anuência para parcelamentos na RMBH (agencia metropolitana, SEDE, diversas fontes e datas); unidades de conservação existentes e propostas (Sistema de Áreas Protegidas do Vetor Norte - SAP, PDDI, 2014 e prefeituras municipais, diversas datas); sistema viário principal (plano viário metropolitano, PDDI, agência metropolitana, 2014); Estações do MOVE metropolitano (Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - SETOP, Agência Metropolitana, 2014) (UFMG, 2015, p.11)

[140] No Projeto de Macrozoneamento, devido à complementaridade das situações a serem analisadas e das proposições a serem definidas, a agricultura foi incorporada como um tema transversal no Núcleo Ambiental, articulando-se com outros estudos e proposições setoriais: a) complexos ambientais culturais – CACs; b) recursos hídricos e saneamento; c) resíduos sólidos; d) serviços ambientais. Além das proposições elaboradas pelo Núcleo Ambiental, as propostas de uso agrícola nas ZIMs e AIMs se articularam com os estudos de economia solidária e economia criativa do Núcleo Econômico.

metropolitanas, formulada no âmbito do PDDI-RMBH (e já indicadas na FIG. 18), foram de modo geral confirmadas e ampliadas ao longo do Projeto de Macrozoneamento e se materializaram nas AIMs Ruralidades. Nesse sentido, os debates realizados sobre o interesse metropolitano ressaltaram as diferentes situações nas quais a agricultura representava (ou poderia representar) uma produção agropecuária relevante para o abastecimento alimentar da população metropolitana; as atividades econômicas e culturais de base familiar ressaltavam a "ruralidade mineira" e novas formas de produção de serviços do meio rural; além das possibilidades de manutenção de áreas mais ou menos naturais e de conservação da biodiversidade (UFMG, 2014a, p. 257).

Momentos-chave para a identificação de *espaços agrícolas* ocorreram nas visitas técnicas realizadas a alguns municípios, nos seminários metropolitanos e nas cinco oficinas públicas que integraram a metodologia do projeto[141]. Uma oficina temática sobre agricultura urbana, que não estava inicialmente prevista na metodologia do macrozoneamento, foi realizada em função da necessidade de levantar mais informações sobre a agricultura na RMBH para a elaboração do produto 02. Na oficina temática buscou-se fazer uma avaliação coletiva das ZIMs e AIMs de uso agrícola do solo preliminarmente indicadas pelas oficinas públicas, verificar se havia outros espaços relevantes ou situações ainda não identificados, além de mobilizar agentes do poder público e da sociedade civil que apoiam ou desenvolvem ações relacionadas à agricultura na RMBH para contribuir com informações e se envolver ativamente nas etapas seguintes do macrozoneamento.

O exercício de identificação desses espaços aconteceu em um diálogo estreito com o Grupo de Estudos em Agricultura Urbana – AUÊ!/UFMG, que estava iniciando o mapeamento de práticas e iniciativas de agricultura na RMBH, a ser abordado em mais detalhes adiante neste capítulo. Em uma atuação conjunta entre a equipe do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano e bolsistas do AUÊ!, foram identificados e contatados informantes-chave, aos quais era comunicada a dinâmica de interação entre o mapeamento e o macrozoneamento e, quando possível, era agendada uma entrevista e visita a campo.

---

[141] As oficinas públicas foram uma das atividades de mobilização social que integraram a proposta metodológica do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano. O primeiro ciclo de oficinas, realizado nos meses de fevereiro e março de 2014, buscou colocar em debate a proposta do macrozoneamento para setores da sociedade e do governo e fazer um levantamento inicial sobre os espaços de interesse metropolitano. Foram realizadas cinco oficinas microrregionais, que aglutinaram os municípios segundo critérios de proximidade física, acessibilidade e semelhanças quando à dinâmica urbana. O processo participativo do Projeto de Macrozoneamento envolveu um segundo ciclo de oficinas públicas no segundo semestre de 2014, além de três seminários realizados ao longo do ano de 2014 (UFMG, 2014, p. 115).

Os principais interlocutores contatados foram a equipe técnica do escritório regional e dos escritórios locais da EMATER; técnicas/os das prefeituras; e organizações sociais atuantes no campo das práticas agrícolas nos municípios, cuja identificação será apresentada mais adiante neste capítulo.

Essas dinâmicas relacionaram-se a outro processo mais amplo de articulação entre diferentes atores sociais em torno da agricultura urbana e da agroecologia, que tem sido gradativamente construído ao longo dos últimos anos na RMBH, especialmente em torno da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU). Dessa forma, a presença da agricultura e a diversidade dos sujeitos por trás de práticas agrícolas no território metropolitano foram ressaltadas, enriquecendo os debates sobre os limites e possibilidades do uso agrícola do solo nas proposições de reconfiguração territorial da RMBH.

Como resultado preliminar da segunda etapa do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, foi proposto que o uso agrícola do solo fosse contemplado em três situações diferentes: a) três zonas de interesse metropolitano (ZIMs) de agricultura, assim categorizadas pelo fato de a agricultura ser o seu tema mais relevante; b) seis áreas de interesse metropolitano (AIMs), de caráter predominantemente rural e com presença expressiva da atividade agropecuária (correspondentes aos desdobramentos da rede de microcentralidades rural-metropolitanas proposta no PDDI) (rever FIG. 20); c) uso do solo complementar em 09 ZIMs e 03 AIMs categorizadas de acordo com outros temas relevantes ou que apresentam outro caráter predominante[142].

Na etapa seguinte, as 34 ZIMs inicialmente definidas se transformaram em 18 novas ZIMs. Essa redefinição buscou destacar os usos múltiplos e o caráter híbrido da importância metropolitana de cada ZIM e nesse momento a ruralidade deixou de ser uma temática específica para a identificação das ZIMs. As análises que fundamentaram o produto 03 basearam-se nas ZIMs redefinidas e não contemplaram as AIMs Ruralidade indicadas na etapa anterior, uma vez que as mesmas não eram passíveis de receber parâmetros e padrões de uso e ocupação do solo específicos (UFMG, 2014b, p. 35,38). Na delimitação e definição final das ZIMs, objeto do produto 04, os limites foram ajustados e uma nova ZIM foi incorporada, sendo que as 19 finais foram classificadas em três grandes

[142] O uso agrícola do solo foi considerado como complementar em espaços articulados às proposições de: a) Centralidades (ZIM Centralidade Ravena, ZIM Centralidade Noroeste); b) Eixos Estruturantes (ZIM Eixo 381 Leste, ZIM Eixo 381 Oeste, ZIM Eixo BR 040 Sul, ZIM Eixo MG-10/Linha Verde); c) Trama Verde e Azul (ZIM Serras, ZIM Gandarela, ZIM Vargem das Flores, AIM Trama Rio Paraopeba, AIM Trama Rio das Velhas, AIM Trama Ribeirão da Mata).

grupos já apresentados na FIG. 21: ZIMs Ambientais, ZIMs Centralidade e Eixos de Desenvolvimento, ZIMs especiais (ZIM Rodoanel e ZIM Serras).

O uso agrícola do solo não foi a principal justificativa de qualquer das 19 ZIMs definidas. Mas a leitura do produto final do Projeto de Macrozoneamento indica que a agricultura e a proteção dos espaços rurais foram contempladas nas diretrizes gerais e específicas das ZIMs e nas categorias de zoneamento interno, além de serem explicitadas nos textos que justificam a delimitação dos perímetros externos e das especificidades internas de pelo menos 16 ZIMs.

É interessante observar que no produto 3, documento do Projeto de Macrozoneamento que apresenta com mais consistência a proposta da Trama Verde Azul, a agricultura é abordada de forma abrangente, sendo explicitamente relacionada a composição, objetivos, benefícios e critérios para conformação da TVA (UFMG, 2014b). O documento menciona que a TVA deve incorporar, na RMBH, áreas agrícolas urbanas e metropolitantas, explicitando, nos espaços intraurbanos, "os terrenos onde se pratica a agricultura urbana" e ressaltando, no meio rural, as áreas agrícolas "que desempenham papel importante para o abastecimento da região metropolitana e que adotam ou podem vir a adotar como elementos da trama, práticas conservacionistas do solo e da água e princípios de agricultura ecológica" (UFMG, 2014b, p.39).

Do ponto de vista da relação com o ordenamento territorial, o documento justifica que "a proteção de áreas de produção agrícola e dos complexos ambientais culturais mantém tanto quanto cria oportunidades de trabalho e oferece alternativas econômicas importantes para populações afetadas pela regulação do uso do solo fundamentada no interesse metropolitano". E realça que "a produção agrícola local e regional contribui para a segurança alimentar da população e reduz as distâncias para o transporte de produtos, com benefícios econômicos e ambientais" (UFMG, 2014b, p. 42). Há também uma associação dos objetivos da TVA com "atividades de agricultura urbana e de agricultura praticada no espaço rural" e com a criação de oportunidades de trabalho para a capacitação para práticas agrícolas conservacionistas, entre outras atividades (p. 46), e dos benefícios decorrentes da sua implantação no que toca à "criação de espaços para a prática de agricultura urbana" e à "proteção de áreas de práticas agrícolas com benefícios para a segurança alimentar, a criação de oportunidades de trabalho e renda e a redução dos custos de abastecimento" (p. 48).

Nos ANEXOS A e B podem ser observados os aspectos relacionados à agricultura contemplados nas diretrizes gerais e específicas das ZIMs e nas categorias de zoneamento

interno, uma vez que no produto final do Macrozoneamento Metropolitano algumas vezes o uso agrícola não está explícito nas diretrizes gerais e específicas, mas está considerado na descrição específica de cada ZIM. Além disso, ZIMs com características semelhantes podem ou não ter referências explícitas à atividade agrícola.

A título de exemplo, as Diretrizes de Reestruturação Territorial relacionadas à proposta da Trama Verde e Azul não mencionam a agricultura, mas essa relação está fortemente estabelecida na recomendação da agricultura como um uso possível e desejável nas Zonas de Proteção 2 em 15 ZIMs, sendo que algumas elas são indicadas como parte integrante da TVA. O mesmo foi observado em relação às Diretrizes de Desenvolvimento Produtivo Sustentável e de Proteção e Desenvolvimento Ambiental.

Além das categorias de zoneamento interno, deve-se observar a relação da agricultura com as Zonas de Diretrizes Especiais Metropolitanas (ZDEMs), que foram criadas como uma sobreposição ao zoneamento proposto e devem ser objeto de futuras regulamentações e implementação de políticas especiais, bem como de definição de parâmetros urbanísticos, fiscais e econômicos que preponderam sobre aqueles definidos pelo macrozoneamento (UFMG, 2015, p. 27). Particularmente interessa chamar a atenção para a Zona de Diretrizes Especiais Metropolitanas de Interesse Ambiental Trama Verde e Azul (rever FIG. 23), que também não menciona a agricultura na sua descrição, em que pesem as múltiplas conexões entre a agricultura e a TVA estabelecidas no Produto 3. Partindo dessas ponderações, é possível notar que há algumas imprecisões ou discordâncias entre os documentos finais do Projeto de Macrozoneamento e que melhor compreensão da incorporação dos debates sobre a agricultura urbana e agroecologia no planejamento territorial da RMBH deve levar em consideração também o processo de discussões e formulação de propostas e não apenas os seus produtos. Um desdobramento dessas análises será explorado na última seção que compõe este capítulo.

Apesar das inúmeras lacunas na disponibilidade de dados sobre a agricultura na RMBH e a interação entre o processo de planejamento metropolitano, o trabalho de mapeamento e caracterização das iniciativas de agricultura e a trajetória de esforços para construir uma agenda política em torno da agricultura urbana e da agroecologia na RMBH ampliaram o reconhecimento da agricultura no território metropolitano.

Particularmente, ao longo do planejamento metropolitano, a análise dos planos e legislações urbanísticas municipais confirmou uma omissão histórica quanto à regulação do uso agrícola em geral e ao ordenamento territorial das zonas rurais. Em estudo sobre as orientações que os planos diretores de municípios da RMBH estabelecem para as áreas ou

atividades rurais, Silva (2012) verificou que as áreas rurais dos municípios metropolitanos não possuem zoneamento e os planos municipais não contemplam informações quanto à população rural, às atividades que realizam, aos tipos de solos e aos diversos usos do espaço rural (p. 35). Em alguns casos, os planos mencionam atividades como a produção agropecuária e o artesanato no meio rural, mas poucos especificam políticas concretas de incentivo (p. 48). Vale lembrar, como já mencionado no capítulo anterior, que desde a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, os planos diretores devem explicitamente abranger a totalidade do território municipal.

O processo do planejamento metropolitano permitiu melhor articulação entre a compreensão da produção contemporânea do espaço metropolitano e ampliar a visão sobre importantes conflitos entre a agricultura e usos do solo relacionados a outras demandas sociais (como habitação de interesse social e equipamentos coletivos), outras atividades econômicas (como atividades minerárias e industriais), assim como a proteção ambiental. Proporcionou também identificar "convergências" entre o uso agrícola do solo e outros usos e funções do solo urbano, que se inscrevem em debates mais amplos relacionados à justiça social e à sustentabilidade "urbana". Essas discussões ainda serão abordadas em mais detalhes neste capítulo, na seção que propõe uma leitura territorializada da agricultura na RMBH por vetores de expansão territorial.

4.2.3.1 O perímetro urbano e a dinâmica imobiliária

Antes de prosseguir, gostaria de me deter em uma questão que esteve marcadamente presente nos debates sobre a agricultura no âmbito do planejamento metropolitano. As discussões sobre a relação entre o uso agrícola do solo e a demarcação dos perímetros urbanos (em relação aos planos diretores e às leis de uso e ocupação dos municípios metropolitanos) permearam vários momentos nos quais a agricultura foi objeto de debates tanto nas análises das tendências recentes da dinâmica territorial, quanto das proposições para uma nova estrutura territorial, como tratarei a seguir. São notáveis as dúvidas e imprecisões que cercam os debates sobre o "urbano" e o "rural" na RMBH, agravadas pelas informações desatualizadas ou incompletas sobre os planos e legislações municipais.

É importante esclarecer que, nesta tese, o interesse pela demarcação dos perímetros urbanos na RMBH não tem a intenção de reforçar uma visão dicotômica da realidade, já problematizada nos capítulos anteriores, tampouco associar a leitura do "urbano" à

determinação legal do perímetro ou ao ambiente construído e à mancha urbanizada que se estende ao longo dos principais eixos viários ou se expande no entorno dos núcleos dos municípios metropolitanos.

A concepção teórica do urbano que orienta este estudo é, seguramente, questionadora da noção do perímetro urbano como uma linha divisória e definidora do que seria a realidade rural e urbana dos municípios. Esse enfoque teórico permite, ainda, argumentar que a definição desse traçado, nos planos municipais, pode ser compreendida como uma das formas de transferência do espaço concebido para o espaço vivido que gera ou pode gerar diversos conflitos socioambientais. Dessa forma, problematizar empiricamente a demarcação dos perímetros urbanos ajuda a esclarecer imprecisões e a propor outras leituras acerca do debate sobre o urbano e o rural na RMBH.

Atualmente, a delimitação do perímetro é ainda determinante para a organização administrativa do território, para a tributação das propriedades e para a geração de dados e estatísticas oficiais sobre o urbano e o rural (que por sua vez subsidiam políticas públicas nas esferas municipal, estadual ou federal).

As alterações do perímetro urbano e sua relação com a dinâmica imobiliária são fatores de grande relevância no tocante à atividade agrícola no cenário metropolitano. A definição "legal" de rural e do urbano influencia a disponibilidade de terras para a produção agrícola, as formas e os fins do parcelamento do solo, a valorização fundiária, entre outros aspectos.

Ademais, considerando que a RMBH conta uma notável diferenciação entre os municípios que a compõem, uma leitura mais ampla da dinâmica territorial metropolitana deve estar mais atenta à existência das "ruralidades" em vários e sua relação com as transformações socioespaciais em curso na capital e nos municípios mais urbanizados municípios (totalidade da área "rural", presença da agricultura familiar, existência de propriedades improdutivas, entre outras questões).

Em 2012, em uma etapa ainda inicial da construção desta pesquisa, busquei identificar informações e análises sobre os planos diretores e as leis de uso e ocupação do solo que tratassem do zoneamento rural e urbano e do uso agrícola do solo nos planos municipais para uma compreensão geral da inserção da atividade agropecuária na dinâmica territorial da RMBH. Diálogos com a equipe da Agência Metropolitana do Governo do Estado de Minas Gerais e com pesquisadoras/es que participaram do PDDI-RMBH confirmaram a ausência de análises e informações atualizadas com esse enfoque para o

conjunto de municípios metropolitanos e mantiveram aberto um canal de cooperação para a atualização de dados sobre as legislações municipais ao longo da construção da tese[143].

Em um trabalho colaborativo com integrantes da equipe de macrozoneamento, do Grupo AUÊ! e da Agência Metropolitana, empreendemos um esforço de compreender e espacializar a situação atual de delimitação dos perímetros urbanos e identificar o marco legal mais atualizado dos 34 municípios da RMBH. Para tal, buscamos comparar bases cartográficas e legislações municipais (especialmente os planos diretores municipais e as Leis de Uso e Ocupação do Solo) oriundas de diferentes fontes[144]. De todo modo, foram notáveis as falhas na sistematização e atualização de dados nos órgãos públicos e o despreparo de muitas prefeituras em registrar informações básicas sobre o uso do solo nos municípios. Após as eleições municipais de 2012, por exemplo, as mudanças de gestão e de funcionários nas prefeituras dificultaram a localização e o acesso a informações, sendo registrados casos de desaparecimento de documentos na transição de governos, entre outros complicadores.

Após identificar quais eram as informações mais atualizadas, as bases cartográficas e legislações municipais foram comparadas e novos mapas foram produzidos a partir do agrupamento das diferentes categorias propostas no zoneamento municipal. Buscando produzir novas imagens que evidenciassem a totalidade das zonas urbanas e rurais dos municípios bem como a contraposição entre as mesmas do ponto de vista legal e das possibilidades de parcelamento do solo, novamente agrupamos as áreas urbanas e de expansão urbana internas ao perímetro urbano em cada município em diferenciação das áreas rurais[145]. Ao trabalhar com *shapes* dos zoneamentos municipais da base de dados do SIRUS fornecidos pela Agência Metropolitana, percebemos problemas de sobreposição de alguns limites municipais e a existência de algumas falhas entre esses limites. Em reunião

---

[143] O setor de Supervisão das Bases Territoriais do IBGE em Belo Horizonte também forneceu informações sobre as legislações municipais, sendo as mesmas analisadas para se compreender os critérios utilizados pelo órgão na definição das áreas rurais e urbanas (particularmente nas situações em que o IBGE não identificou informações básicas sobre o uso do solo nos municípios) e também para identificar o marco legal mais atualizado em comparação às informações fornecidas pela Agência Metropolitana.

[144] Em 2013 a Agência manteve contatos com as prefeituras para a complementação de dados e atualização de informações sobre planos diretores, perímetros urbanos e alterações na legislação do uso e ocupação do solo. A partir de 2014, com o início dos trabalhos do Macrozoneamento Metropolitano, novas informações foram acessadas, propiciando a complementação e atualização do trabalho iniciado no ano anterior. Finalmente, no primeiro semestre de 2016, foi realizada uma nova conferência e atualização de dados com a Agência Metropolitana.

[145] A Lei n° 6.766/79 define o parcelamento do solo para fins urbanos como a divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, na forma de loteamento e desmembramento. O parcelamento do solo, para fins urbanos, só é permitido em zonas urbanas ou de expansão urbana. O parcelamento de imóveis rurais, para fins urbanos, localizado em zonas rurais, depende da prévia alteração da zona para Zona Urbana ou de Expansão Urbana (BRASIL, 1979).

com técnicos da agência acordamos que a correção desses problemas fosse realizada a partir de um critério de observação e bom senso, modificando os limites de forma a tornar a informação e a imagem mais compreensíveis[146].

A FIG. 25 mostra o resultado final de nossa pesquisa de recuperação dos perímetros urbanos na RMBH. É importante esclarecer que essa imagem tem como referência o ano de 2016, pois as mudanças nas legislações municipais são dinâmicas. Esse mapa também apresenta a espacialização da mancha urbana (ou do ambiente construído), obtida a partir do tratamento de imagens de satélite tendo como referência o ano de 2010, indicando que os perímetros urbanos na RMBH são usualmente mais amplos do que o ambiente construído ou mais densamente ocupado. Cabe mencionar que essa figura não diferencia nas áreas entre o perímetro e a mancha urbana, as situações de parcelamentos já aprovados e ainda não ocupados, que são uma realidade na RMBH, como será problematizado em seguida[147].

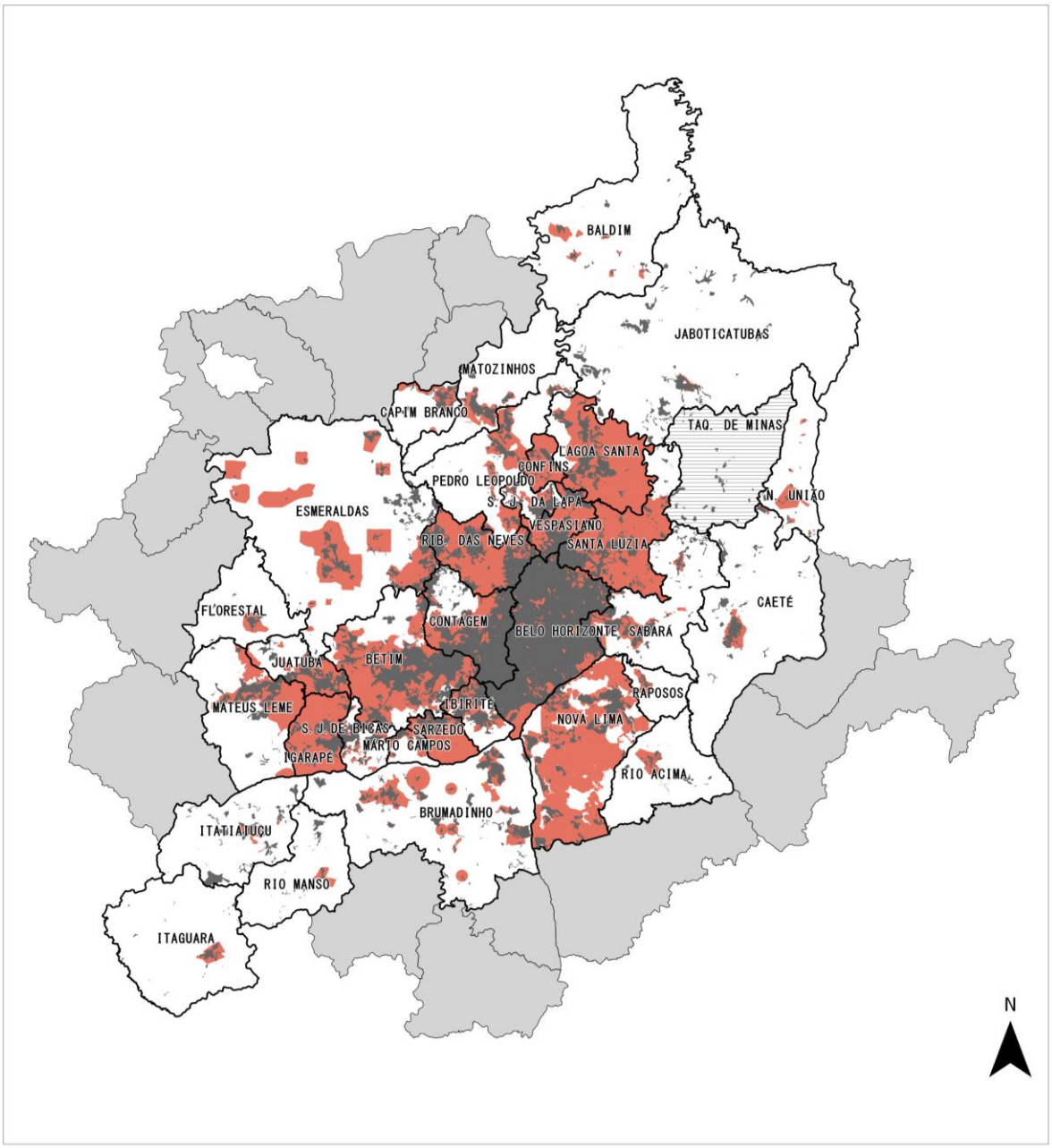
Invertendo a gradação das cores, a FIG. 26 chama a atenção para a expressiva área que conforma a totalidade das zonas rurais ainda existentes nos municípios metropolitanos.

---

[146] O interesse da Agência Metropolitana por este trabalho resultou na incorporação de resultados preliminares dos mapas elaborados até aquele momento no capítulo 01 da edição do Atlas "RMBH – A região que habitamos 2", que apresenta breve caracterização histórica dos municípios da RMBH (MINAS GERAIS, 2013).

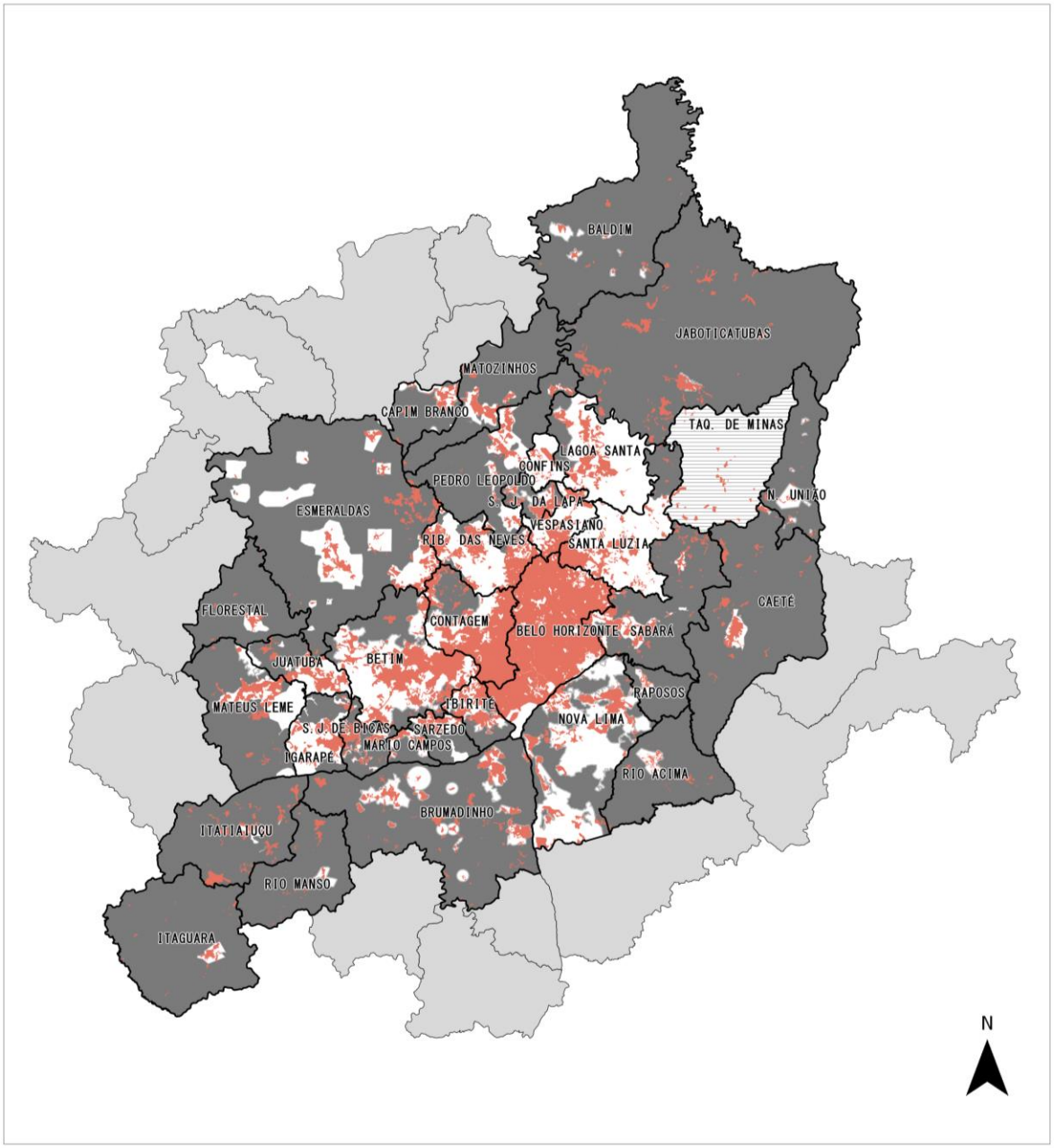
[147] O ANEXO A traz as informações da legislação que foi utilizada como referência para cada município, cuja principal fonte foi a Agência Metropolitana. Em Taquaraçu de Minas, não foram localizadas as bases cartográficas, tampouco a legislação municipal, o que inviabilizou a elaboração do mapa. Em Nova União, foi identificada uma base cartográfica com delimitação do perímetro, entretanto, não conseguimos localizar a legislação municipal correspondente. Já a base cartográfica da mancha urbana foi fornecida pela equipe do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano.

Figura 25 – Resultado da pesquisa de recuperação dos perímetros urbanos dos municípios da RMBH



Fonte: elaborada pelos bolsistas Victor Alencar e Luisa Melgaço para este trabalho.

Figura 26 – Resultado da pesquisa de recuperação dos perímetros urbanos dos municípios da RMBH (invertido)



Fonte: elaborada pelos bolsistas Victor Alencar e Luisa Melgaço para este trabalho.

Há, na RMBH, tendência dos governos locais a ampliar, progressivamente, os perímetros urbanos e transformar as zonas rurais dos municípios em zonas urbanas ou de expansão urbana, com vistas ao parcelamento do solo para uso urbano. Em vários municípios a zona rural tem sido reduzida e em alguns casos, como Belo Horizonte, Vespasiano e Confins, ela foi integralmente extinta, conforme evidenciado nas FIG. 25 e 26.

A alteração do perímetro é determinada pelo poder local (Câmara dos Vereadores e prefeituras) e sofre influências de interesses políticos e econômicos locais (especialmente os interesses do capital imobiliário). Muitas vezes essas decisões não estão subsidiadas por avaliações das reais demandas sociais, tampouco dos impactos ambientais para o município e para o conjunto da região metropolitana.

As transformações socioespaciais resultantes da ampliação dos perímetros urbanos dos municípios e da intensificação do parcelamento urbano geram impactos nos espaços de produção agrícola e nas práticas de reprodução material e simbólica de grupos sociais que vivem nessas regiões. Na perspectiva lefevriana, de contraposição entre o espaço abstrato e o espaço social, usualmente essas transformações levam à subordinação de áreas de diversidade ecológica e cultural a usos especializados e homogêneos, representados, por exemplo, nos produtos imobiliários voltados para segmentos de alta renda e também na forma de loteamentos populares.

Silva (2012) argumenta que a tendência de expansão dos perímetros sobre as zonas rurais “tende a agravar as relações de produção e fixação da população rural, dificultando ainda mais a produção de alimentos, contribuindo para excluir e dificultando a permanência dessa população (rural) no campo” (p. 9). Além do interesse em maior arrecadação de IPTU e da atração de empreendimentos imobiliários voltados para população de alta e média renda, a autora cita como motivações para a mudança dos perímetros a abertura de loteamentos residenciais em caráter eleitoreiro, e mesmo a expansão de indústrias ou demais atividades de serviços em áreas de expansão urbana. Em outras situações, a ampliação dos perímetros integra processos de regulação do uso e ocupação do solo de loteamentos clandestinos e/ou irregulares de chácaras e glebas rurais que resultaram no surgimento de moradias em lotes menores que o módulo rural e passou a demandar infraestrutura urbana (SILVA, 2012, p. 37).

Dessa forma, a manutenção de zonas rurais nos municípios não garante necessariamente a contenção da expansão urbana, assim como a ampliação do perímetro não implica, inevitavelmente, a intensificação do parcelamento do solo. Isso porque a

regulação urbanística e ambiental pode impor parâmetros restritivos ao uso e ocupação do solo nas zonas urbanas e de expansão urbana, como pode ser visto nas proposições do Macrozoneamento Metropolitano. Por outro lado, alguns municípios têm usado o artifício de redução dos perímetros urbanos e ampliação das zonas rurais como mecanismo de contenção do avanço espacial da urbanização, como aconteceu recentemente na revisão do Plano Diretor do Município de São Paulo.

A observação das áreas internas aos perímetros urbanos legais dos municípios indica que as mesmas extrapolam, de modo geral, a mancha urbana, o ambiente construído, como ilustra a FIG. 27. Essa situação é bastante expressiva em municípios do eixo de expansão do vetor norte e do vetor oeste. Entre os limites das áreas formalmente definidas como urbanas ou de expansão urbana e a mancha urbana mais adensada, existem significativas glebas não urbanizadas e/ou não parceladas, bem como uma expressiva quantidade de áreas parceladas e não ocupadas[148]. Essas áreas são indicativas de espaços de transição, com ocupação mais rarefeita, onde o solo parcelado para fins urbanos se sobrepõe ou coexiste com áreas de relevância ambiental para os municípios e para a região e também com usos habitacionais, recreativos, agrícolas e outros usos considerados como tipicamente rurais. Nas áreas onde "coincidem" mancha urbana e zona urbana legal, também são encontrados "vazios urbanos". Dados do PDDI revelam que a vacância fundiária[149] (e também imobiliária) é uma realidade em toda a RMBH.

A expressiva quantidade de lotes vazios dispersos na malha urbana ou concentrados em loteamentos com baixa ou nenhuma ocupação revelam a incoerência da abertura de novas frentes de expansão, em detrimento da mobilização e redistribuição do estoque de unidades e lotes existentes (UFMG, 2011, p. 78). Entretanto, essa prática aparentemente incoerente atende à lógica de produção do espaço e mecanismos de valorização da terra e de apropriação da renda fundiária urbana intensamente discutidos no bojo dos debates sobre o cumprimento da função social da terra e da propriedade.

---

[148] Em estudo setorial do PDDI-RMBH, os parcelamentos vagos foram comparados a porções de uma (pseudo) cidade no meio rural devido à expansão urbana. Já as glebas remanescentes foram interpretadas como porções de um (pesudo) campo no meio urbano, como áreas outrora rurais que foram alcançadas ou cercadas pela malha urbana e poderiam ter sido parceladas em algum momento, mas permanecem íntegras, contrariando a dinâmica urbana e imobiliária ou reforçando seu caráter especulativo com reserva de terras (UFMG, 2010, p. 199).

[149] O termo "vacância fundiária" é aqui utilizado no sentido de lotes vagos, em conformidade com o esclarecimento de Peixoto (2011). Segundo a autora, a vacância fundiária, juntamente com a "vacância residencial" (domicílios vagos), pode ser englobada pelo termo "vacância imobiliária", segundo o entendimento de que ambos fenômenos estão vinculados à produção capitalista de moradias.

Figura 27 – Glebas não urbanizadas e não parceladas e áreas parceladas e não ocupadas em municípios da RMBH



Fonte: elaborado pelo bolsista Victor Alencar, para este trabalho, a partir de Google Earth, Planos Diretores municipais e Agência Metropolitana da RMBH.

Dessa forma, as ampliações dos perímetros estão estreitamente ligadas ao contraditório processo de extensão do tecido urbano, que acontece simultaneamente à manutenção de "vazios" urbanos, uma das mais expressivas tendências da dinâmica territorial metropolitana. Entretanto, ainda que visível e reconhecida, a vacância de lotes (diferentemente da vacância de domicílios) não aparece nos dados censitários ou em qualquer outra pesquisa quantitativa abrangente e deveria ser objeto prioritário de políticas públicas futuras, seja de desapropriação ou de estímulo à ocupação (UFMG, 2010, p. 197).

Na dinâmica de expansão urbana sob formas dispersas e fragmentadas de baixa densidade, destacam-se os loteamentos fechados destinados aos segmentos da população de média e alta renda. As análises do Projeto de Macrozoneamento indicam que esse tipo de empreendimento imobiliário está associado a impactos sociais e ambientais relevantes, como a configuração de espaços de segregação social, o crescimento de assentamentos populares nas proximidades dos condomínios fechados, a ocupação de áreas de proteção ambiental, entre outros. Entretanto, os mesmos têm sido incentivados e justificados pelas prefeituras, devido, dentre outros fatores, a uma possível atração de moradores com mais poder aquisitivo e elevação da arrecadação do IPTU, à criação de demanda por bens e serviços mais sofisticados no município, à atração de outras atividades complementares, além de serem muitas vezes caracterizados como usos de baixo impacto ambiental. Nesse sentido, muitos planos diretores municipais tendem a estabelecer parâmetros urbanísticos e leis de uso e ocupação do solo com zoneamentos municipais permissivos a tais empreendimentos (UFMG, 2014a, p. 27)[150].

Dados da Agência Metropolitana sobre os processos de anuência prévia para novos parcelamentos para o período 2004-2009 complementam as análises sobre a dinâmica imobiliária recente da RMBH realizadas pelo Projeto de Macrozoneamento[151]. Nesse período, a soma das áreas com anuência prévia nos municípios da região foi de 38,7

---

[150] Os planos diretores municipais muitas vezes estabelecem parâmetros urbanísticos, assim como as Leis de Uso e Ocupação do Solo, que tendem a determinar zoneamentos municipais permissivos a tais empreendimentos (UFMG, 2014a, p. 27). Diversos municípios do vetor norte alteraram e aprovaram novos planos diretores e leis de uso e ocupação que buscam reduzir as áreas de expansão de assentamentos voltados para o segmento popular, ao mesmo tempo em que regulamentam "zonas de expansão urbana" voltadas para condomínios fechados e sítios de recreio, exigindo lotes com tamanhos mínimos de 500 ou 1000 m² (p. 65)

[151] Anuência prévia é o atestado de conformidade dos projetos de loteamento e desmembramento do solo metropolitano com a legislação em vigor e as diretrizes de planejamento metropolitano, emitido pela SEDRU, anteriormente à aprovação pelos municípios (http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/institucional/glossario). Todas as análises realizadas nesta tese sobre os processos de anuência prévia para novos parcelamentos nos municípios da RMBH referem-se a dados do período compreendido entre 2004 e 2009, baseando-se em informações fornecidas pela Agência Metropolitana e que foram utilizadas nos estudos sobre a dinâmica imobiliária realizadas pela equipe do Projeto de Macrozoneamento.

km²,[152] com significativa concentração de novos loteamentos no vetor norte, em relação aos parcelamentos aprovados para o vetor sul e demais vetores de expansão regional. Nos municípios onde há menos pressão por novos parcelamentos, "o crescimento se dá sob a forma de densificação e ocupação de loteamentos já existentes ou da abertura de novos parcelamentos e chacreamentos irregulares e sem anuência prévia" (UFMG, 2014a, p. 28).

Ainda em relação à dinâmica imobiliária, as análises do Projeto de Macrozoneamento da RMBH informam que novos loteamentos têm se intensificado em quase todos os eixos de expansão metropolitana, especialmente aqueles concebidos como condomínios fechados[153]. Algumas áreas, de maior pressão e valorização fundiária, têm atraído empreendimentos imobiliários voltados para o mercado de alta renda. Nesses casos, como referencia a literatura, a tendência geral é a expulsão de grupos sociais e segmentos da população de baixa renda para outras áreas menos valorizadas, uma vez que o aumento do custo de vida nessas áreas inviabiliza sua permanência. Já em municípios mais distantes ou com elevada ocupação por grupos de baixa renda, o capital imobiliário tem dificuldades de pressionar a elevação da valorização da terra. Nesses casos, devido ao próprio estigma da localidade, às precárias condições da infraestrutura, à proximidade de indústrias poluidoras, entre outros fatores, a tendência é à localização de empreendimentos voltados para a população de baixa renda (UFMG, 2014a, p. 27).

4.3 Das agriculturas na RMBH

Ao longo da construção deste trabalho, não foram identificadas fontes específicas de dados secundários sobre a agroecologia e sobre a agricultura urbana na RMBH. Essa significativa lacuna de dados e informações se confirmou na execução do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, quando foram solicitadas informações para as administrações municipais e obteve-se inexpressivo retorno. A ausência de informações e, em alguns casos, o uso de informações de forma pouco crítica e aprofundada podem acentuar a pouca expressividade e o baixo interesse sobre a agricultura nas pautas prioritárias de políticas públicas e investimentos voltados para o desenvolvimento da RMBH.

---

[152] Essa área corresponde a aproximadamente quatro vezes e meio a área compreendida pela Avenida do Contorno em Belo Horizonte (8,7 km²) (UFMG, 2014a, p. 28).

[153] Os loteamentos fechados são produtos imobiliários concebidos e produzidos para setores de rendas médias e altas, conhecidos impropriamente como "condomínios fechados" (UFMG, 2014, p.20)

Simultaneamente à realização do Projeto de Macrozoneamento, o Grupo de Estudos em Agricultura Urbana - AUÊ! deu início, no ano de 2014, à execução do Projeto NEA - "Metrópole em transição: implantação do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica na Região Metropolitana de Belo Horizonte – NEA/UFMG"[154], doravante denominado AUÊ!/NEA/UFMG. Esse projeto foi elaborado em parceria com a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER MG), a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e o Grupo Aroeira/UFMG. Tinha, entre seus objetivos, dar seguimento a uma iniciativa experimentada pela AMAU de sistematização e caracterização das experiências de agricultoras/es e sujeitos que protagonizavam as práticas populares de agricultura urbana na RMBH, em um esforço de avançar na sua organização interna e fortalecer a auto-organização e as conexões entre seus membros.

Ainda em 2013, no âmbito da coordenação ampliada da AMAU, construiu-se uma ficha de cadastro e uma plataforma virtual colaborativa para sistematizar e dar visibilidade ao perfil plural dos seus integrantes, que chegaram a ser apresentados e discutidos coletivamente em encontros ampliados da articulação[155]. Essa sistematização foi motivada pelo interesse da AMAU em evidenciar a diversidade de experiências de agricultura na RMBH; como se autodeclaram e se identificam os seus protagonistas; aspectos comuns entre suas práticas; formas de organização para acessar as políticas públicas disponíveis, entre outros aspectos. De modo complementar, a proposta da plataforma colaborativa tinha a intenção de ampliar esse debate na sociedade em geral e identificar outras e novas iniciativas individuais e coletivas, praticadas em áreas públicas e privadas, em áreas urbanas ou rurais dos municípios da RMBH que não estavam integradas à articulação.

O encaminhamento dessas iniciativas no âmbito da AMAU encontrou alguns obstáculos, como o necessário conhecimento tecnológico para colocar em funcionamento a plataforma; a capacidade e as condições para realizar a sistematização das informações; mas também indefinições no campo conceitual sobre a caracterização das práticas agrícolas na RMBH. A aprovação do projeto NEA/UFMG criou condições para dar início

---

[154] Este projeto foi aprovado na Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq No 81/2013.

[155] Momentos marcantes nesse processo foram a apresentação da ficha e da plataforma e o debate sobre seu aprimoramento em trabalhos em grupos com as 46 pessoas presentes no III Encontro Anual da AMAU, realizado no dia 24 de agosto de 2013, no assentamento Ho Chi Minh, em Nova União e em uma oficina da comunicação com agricultores/as no III Encontro da Agrobiodiversidade, realizado em 23 de novembro de 2013, no Instituto Kairós, em Nova Lima.

a uma pesquisa empírica no âmbito das atividades do AUÊ! e ao mesmo tempo buscar respostas para obstáculos encontrados pela AMAU. Nesse contexto, duas atividades complementares foram iniciadas para o mapeamento e caracterização das experiências e práticas agrícolas na RMBH: a espacialização das experiências agrícolas da AMAU e outras iniciativas afins por georreferenciamento, com o uso do *software Google Earth* e a aplicação de um questionário *online* para sua caracterização[156].

De modo geral, as experiências foram identificadas por bolsistas do AUÊ! em visitas locais, em encontros da AMAU, em reuniões com técnicos de ONGs, de instituições de assistência técnica e extensão rural, de secretarias municipais e com representantes de associações de agricultura familiar e sindicatos de trabalhadoras/es rurais. Mas também foram incorporados dados de outras fontes, como outros trabalhos de pesquisa e páginas na internet.[157].

A base conceitual do mapeamento e caracterização das práticas e iniciativas de agricultura, realizados no projeto AUÊ!/NEA/UFMG, orientou-se pelos referenciais políticos e conceituais da agroecologia, em diálogo com os debates sobre a agricultura urbana e sobre a agricultura familiar, que interagem com as lutas pelo direito à cidade e pela reforma agrária. Considerando a complexidade do cenário metropolitano, a abordagem metodológica adotada pelo projeto AUÊ!/NEA/UFMG buscou ainda reconhecer limites e conexões entre categorias já legitimadas no meio acadêmico, na legislação atual, assim como no bojo das organizações e movimentos sociais, bem como identificar interfaces com iniciativas no campo da permacultura e agricultura orgânica, como indica a FIG. 28.

---

[156] O questionário *online* foi uma adaptação das fichas de cadastro da AMAU e as experiências nele cadastradas geravam automaticamente uma planilha. As experiências foram identificadas por um código, que foi utilizado como referência para o georreferenciamento. Nas situações em que não era possível o acesso à internet foi utilizada uma cópia impressa do questionário e agendada, quando possível, uma visita ao município para realizar o georreferenciamento.

[157] Em uma das rodas de conversa organizadas pelo Grupo AUÊ!, a ficha e a plataforma também foram apresentadas e novas questões foram levantadas por pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes campos de investigação em curso na Universidade, além de representantes de experiências populares, movimentos sociais e órgãos públicos atuantes ou interessados na temática da agricultura urbana.

Figura 28 - Referenciais conceituais e políticos do mapeamento e caracterização



Nesse sentido, as experiências mapeadas não foram classificadas em uma proposta de tipologia com variáveis e parâmetros rigidamente definidos. Na primeira fase da pesquisa, foram identificadas e "agrupadas", tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais dos municípios metropolitanos, práticas de agricultura familiar, de produção em assentamentos de reforma agrária e ocupações urbanas, de hortas comunitárias, de sistemas produtivos em espaços institucionais públicos e privados, de cultivo em áreas públicas, de quintais produtivos, que são bastante expressivos nos municípios da RMBH, entre outras[158].

[158] As variáveis experimentadas para uma caracterização preliminar das práticas foram: *número e identificação das/os participantes* (ex. sexo, faixa etária); *formas de organização social e do trabalho* (familiar ou doméstico, grupo informal, de mulheres ou de jovens, associação, cooperativa, movimento de luta por moradia ou pela terra, grupo indígena, comunidade quilombola ou tradicional de terreiro, empreendimento de economia solidária, microempresa, microempreendedor individual, ONG, estudantes ou pesquisadores); *tipo de espaço* (laje ou terraço, quintal, área coletiva em conjunto habitacional, área institucional, lote vago, terreno baldio, vazio urbano, área de vegetação nativa, praça, parque ou unidade de conservação, canteiro central ou lateral de estrada e avenida, lateral de via férrea, faixa sob linha de alta tensão, margem de curso d'água, áreas de risco, áreas inundáveis, aterro sanitário, estação de tratamento de

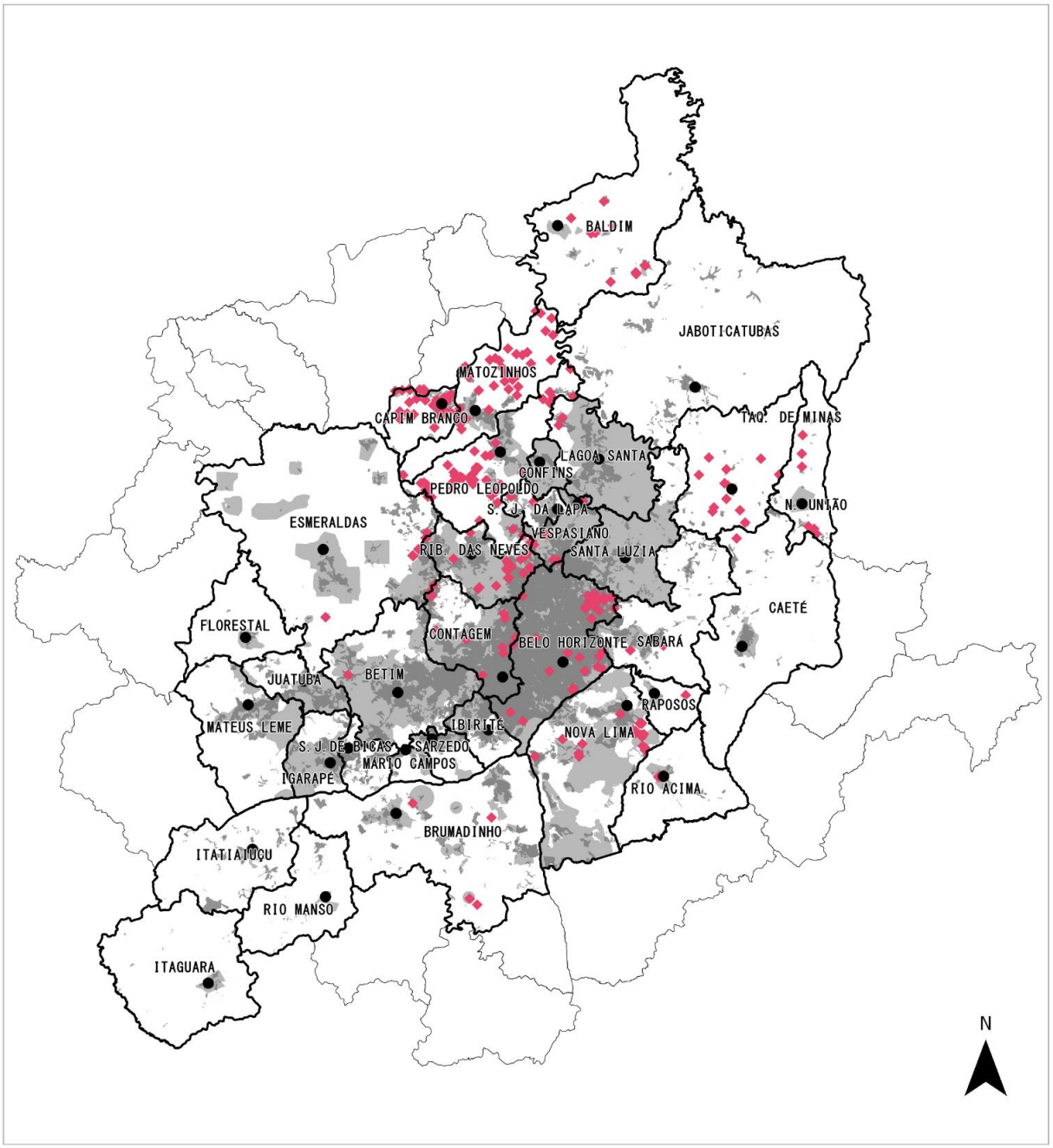
A pesquisa ainda se encontra em andamento (e possivelmente deve assumir caráter de atividade em permanente atualização pelo Grupo AUÊ!), mas no momento de encerramento desta tese, cerca de 400 experiências e práticas agrícolas haviam sido mapeadas e caracterizadas, conforme indicado na FIG. 29. As discussões sobre resultados preliminares da pesquisa mostraram que cada "grupo" de práticas apresenta uma grande diversidade interna, a ser explorada nas etapas seguintes da pesquisa conduzida pelo AUÊ!. Cada "forma" pode ter diferentes "funções" e a mesma "função" pode ser encontrada em diferentes "formas", como observado na literatura internacional abordada no capítulo 1 (CABANNES; DUBBELING, 2006; MOUGEOT, 2000) e no "Panorama" (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Assim, em uma mesma horta comunitária encontram-se participantes com diferentes motivações, como melhoria da saúde ou geração de renda. Essas mesmas motivações podem ser observadas no cultivo em quintais, em hortas institucionais ou nas ocupações urbanas. Há casos em que se notam sobreposições, como pessoas que cultivam em seus quintais e em outros espaços, como lotes cedidos ou sítios e chácaras.

---

efluentes, sítio, chácara, assentamento rural, acampamento rural, território tradicional, lagoa, rio, tanque, áreas alugadas pelo município ou fazenda); *área total da unidade e área produtiva*; *atividades produtivas* (hortaliças e legumes, plantas medicinais, temperos e condimentos, frutíferas, flores, criação animal, mudas, sementes, roça ou culturas temporárias, adubo, extrativismo, silvicultura, pesca, aquicultura, apicultura, artesanatos, beneficiados ou processados), *sistema de produção* (convencional, em transição agroecológica, orgânico ou agroecológico), *tipo de comercialização e consumo* (para consumo próprio, doação, trocas, venda no espaço de produção, de porta a porta, em ponto fixo na cidade, por encomendas, para fregueses fixos, sacolão, mercearia, supermercado, feira livre, mercado institucional, venda virtual ou atravessador).

Figura 29 – Mapeamento das agriculturas da RMBH



Fonte: elaborada pelos bolsistas Victor Alencar e Luisa Melgaço para este trabalho.

Nos resultados preliminares predominaram as experiências identificadas como agricultura familiar e que, em alguns casos, não se enquadram nos parâmetros da Lei de Agricultura Familiar, nos termos tratados no capítulo 3, nem acessam as políticas públicas voltadas para esse segmento, mas foram autoidentificadas pelos/as informantes. Os quintais, entendidos como os espaços adjacentes às casas, usados para produção de horta e/ou criação de animais de pequeno porte, compreenderam ainda a produção nas lajes e o plantio em vasos e pequenos espaços alternativos. O grupo classificado como hortas comunitárias incorporou também farmácias vivas e pomares comunitários, que podem se situar em espaços institucionais públicos ou privados, em áreas públicas ou lotes vagos e podem ter mecanismos de gestão e objetivos muito diferentes.

Como hortas institucionais, foram classificadas iniciativas de produção por ou dentro de instituições que atendem públicos específicos como crianças, estudantes, portadores/as de necessidades especiais, dependentes químicos, entre outros. O grupo hortas individuais ou familiares refere-se a experiências individuais ou familiares de cultivo de plantas ou criação animal em espaços cedidos, emprestados, ocupados, que podem ser públicos ou privados. As práticas agrícolas reunidas nos grupos ocupação urbana e acampamento/assentamento da reforma agrária têm em comum a relação com movimentos de luta pela terra nas zonas rurais e urbanas.

Nos dois últimos anos, o Grupo AUÊ! desenvolveu atividades que abrangeram entrevistas e visitas técnicas aos municípios; cursos de formação; rodas de conversas periódicas; oficinas temáticas; a criação e manutenção de um *blog*; a construção de uma plataforma colaborativa para o mapeamento de iniciativas e práticas agrícolas na RMBH; entre outras que proporcionaram colocar em discussão mais ampla tanto o processo, como os resultados observados no mapeamento e caracterização.

Essas atividades, somadas aos encontros regulares da AMAU e à agenda de oficinas públicas regionais, seminários metropolitanos e visitas técnicas realizados ao longo da implementação do Projeto de Macrozonamento, provocaram a retroalimentação de dados e informações, além de ter propiciado um trânsito de pessoas entre os diferentes espaços e estimulado debates sobre a produção agrícola em geral e o uso agrícola do solo na RMBH.

Assim, as atividades de pesquisa e organização social desenvolvidas no âmbito do AUÊ!, ainda que em processo inicial de sistematização, chamaram a atenção para um conjunto de experiências cotidianas e alternativas de cultivo de alimentos e de cuidado com o espaço e com as pessoas, normalmente desconsideradas tanto pela prática quanto

pela teoria do planejamento urbano, como também deram mais visibilidade para a produção comercial em diferentes escalas presentes nos municípios da região.

Por outro lado, os debates sobre a regulação do uso e ocupação do solo que aconteciam no Projeto de Macrozoneamento, por tratarem de uma escala mais ampla, proporcionaram ampliar a percepção sobre a heterogeneidade, a multifuncionalidade, os limites e as possibilidades da atividade agrícola na atual estrutura territorial da RMBH.

Dessa forma, embora o recorte do trabalho empírico desta pesquisa seja abordar as conexões entre o referencial conceitual, político e prático da agroecologia e da agricultura urbana para possíveis reconfigurações territoriais da RMBH, julguei relevante incorporar nas análises alguns dados secundários e informações disponíveis sobre a atividade agropecuária em geral, que enriqueceram as reflexões no cenário regional.

Esses dados contribuem para relacionar a percepção da agricultura a uma visão mais integrada do território metropolitano, para reconhecer as particularidades dos municípios metropolitanos, bem como para clarear demandas e proposições de inclusão mais efetiva das práticas agrícolas em políticas públicas de abrangência metropolitana. Olhar para a atividade agropecuária de forma mais ampla proporcionou evidenciar os conflitos com outros usos do solo que ameaçam ou fragilizam a agricultura de modo geral, como a dinâmica imobiliária e a mineração. Proporcionou também problematizar a questão do abastecimento regional de alimentos, bem como pensar alternativas de transição agroecológica de áreas relevantes de produção convencional para formas de agriculturas mais sustentáveis na escala metropolitana.

As análises que apresento a seguir estão organizadas em dois grandes blocos. No primeiro deles, apresento dados secundários e primários disponíveis para o conjunto de municípios da RMBH, em um esforço de compor uma leitura geral sobre a presença da agricultura na região. Esses dados abordam a participação dessa atividade produtiva na economia regional e dos municípios; a produção e comercialização de produtos agropecuários; as categorias de população que praticam a agricultura; a estrutura agrária e o acesso a políticas públicas voltadas para o segmento da agricultura familiar. Como os dados utilizados perpassam vários campos disciplinares, procurei, quando necessário, explicitar algumas informações sobre a metodologia utilizada por essas fontes consultadas (que podem parecer elementares para algum campo disciplinar, mas não o são para outro) e indicar potencialidades e limitações das categorias e formas de registrar e classificar a informação dessas fontes.

No segundo bloco apresento uma leitura mais territorializada da agricultura na RMBH, informada pelas especificidades dos vetores de expansão metropolitana, pelas proposições do Projeto de Macrozoneamento, pelos dados secundários e primários apresentados no primeiro bloco e pelos resultados preliminares da caracterização e mapeamento de práticas realizado pelo AUÊ!. Nesse exercício de aproximação e complementação entre dados e informações disponíveis, procurei ainda agregar informações complementares registradas a partir de falas e depoimentos nos inúmeros espaços de debate sobre a agricultura na RMBH nos quais tive a oportunidade de participar no período de vivência do doutorado, particularmente nas atividades promovidas pelo AUÊ! e pelo Projeto de Macrozoneamento, como as rodas de conversa, as visitas técnicas realizadas nos municípios, as oficinas temáticas, as oficinas públicas e os seminários metropolitanos.

Para auxiliar as reflexões e análises apresentadas nos dois blocos, foram criados elementos gráficos e visuais que utilizam imagens *Google Earth*, fotografias, tabelas e gráficos que foram referências importantes dos múltiplos ângulos experimentados para se olhar as práticas agrícolas na RMBH ao longo de todo o processo da pesquisa.

4.3.1 Breve panorama geral[159]

Buscando compreender melhor a população envolvida com a atividade agrícola; a estrutura agrária e a produção e comercialização de produtos agropecuários e da participação dessa atividade produtiva na economia regional, foram consideradas nas análises desta pesquisa as seguintes fontes de dados secundários: a) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Produção Agrícola Municipal (PAM), Produção da Pecuária Municipal (PPM), Censo Agropecuário, Censo Demográfico; PIB dos municípios; b) CEASAMINAS - Central de Abastecimento de Minas Gerais S.A./Unidade Belo Horizonte; c) MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário; d) INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; e) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.

Entretanto, a interpretação desses dados enfrenta alguns desafios que merecem ser mencionados. As fontes de dados consultadas apresentam informações relativas a anos

[159] As análises apresentadas neste tópico foram realizadas com a preciosa participação de Igor Tupy e Luisa Melgaço e com a colaboração de Március Araújo na organização dos dados.

distintos e resultam de pesquisas realizadas com diferentes periodicidades[160]. As pesquisas, por sua vez, utilizam diferentes metodologias de coleta de dados (como amostragem ou recenseamento) e baseiam-se em unidades territoriais distintas, como o limite municipal, mesorregiões ou outras formas de regionalização. Essas distinções básicas dificultaram comparações e complementações entre os dados disponíveis das diferentes fontes, no sentido de compor um panorama geral da agricultura na região. Além disso, como já mencionado, as estatísticas oficiais, normalmente, não tratam das práticas e iniciativas de agricultura realizadas na esfera da vida cotidiana ou do mercado informal, como a produção nos quintais, nas hortas comunitárias, nas escolas, nas chácaras e sítios, nas pequenas propriedades e outros espaços produtivos localizados tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais dos municípios.

4.3.1.1 Sobre a população

Os 34 municípios da RMBH totalizam 890.000 ha (ou 8.900 km^2), representando 1,52% da extensão territorial de Minas Gerais. Em 2010, a população total da RMBH representava aproximadamente 25% da população total do estado (4.883.970 habitantes). A população urbana somava 4.792.091 pessoas (98,1%) e a população rural era de 91.879 pessoas, representando, respectivamente, 98,13 e 1,97% da população total (IBGE, 2010).

O ANEXO C traz informações sobre o valor absoluto e percentual de população rural e urbana dos municípios metropolitanos, podendo-se observar expressiva diferenciação interna entre os 34 municípios que compõem a RMBH no tocante à população rural. Na capital, Belo Horizonte, bem como em Confins e Vespasiano, "não existe" população rural e em 10 municípios esse percentual é abaixo de 2,5%. Entretanto, em outros 10 municípios esse percentual supera os 20%, com destaque para Capim Branco e Taquaraçu de Minas cujo percentual ultrapassa os 50%, segundo dados do Censo Demográfico 2010. Pode-se observar, ainda, que o percentual da população rural diminui na medida em que se aproxima do centro da RMBH.

---

[160] 1) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Produção Agrícola Municipal **(PAM 2013)**, Produção da Pecuária Municipal **(PPM 2012)**, Censo Agropecuário **(2006**), Censo Demográfico **(2010)**; PIB dos municípios **(2012)**; 2) CEASAMINAS - Central de Abastecimento de Minas Gerais S.A./Unidade Belo Horizonte **(2013)**; 3) MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário **(2012)**; 4) INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2005); 5) RAIS - Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego **(2012).**

É importante relembrar, conforme foi abordado no capítulo “De qual urbano estamos falando?”, que do ponto de vista das estatísticas oficiais geradas pelo IBGE (como o Censo Demográfico, por exemplo), o rural e o urbano referem-se à classificação da situação de domicílio da população entrevistada que é usualmente definida pela determinação legal do perímetro urbano. Nas situações em que o perímetro não está disponível, os limites traçados baseiam-se na densidade predial e devem ser aprovados pelo prefeito (COSTA; SANTOS; COSTA, 2013).

Entretanto, como notam Costa, Santos, Costa (2013), há um descompasso entre as reais formas de uso e ocupação do solo associadas ao crescimento demográfico e espacial e os limites político-administrativos estabelecidos pelo perímetro urbano nos municípios da RMBH. A população pode realizar atividades econômico-ocupacionais tipicamente urbanas ou rurais vivendo dentro ou fora do perímetro urbano.

Hissa (2008) reporta outro aspecto limitador nessas análises, ao estudar o decréscimo da população rural em Santa Luzia. Para além das transformações no perfil econômico do município devido à expansão da atividade industrial e deslocamento da força de trabalho, a autora observa que a alteração da população rural de Santa Luzia se deveu também a uma expansão do perímetro urbano no município em 1988. A partir desse ano, habitantes de zonas rurais passaram a ser considerados urbanos pelo censo demográfico, diminuindo automaticamente a população de 7.639 habitantes em 1991 para 695 em 2000.

Esses casos reforçam a argumentação conceitual e a concepção teórica do urbano que orienta esta tese e problematiza o perímetro urbano legal como uma linha divisória e definidora do que seria a realidade rural e urbana dos municípios e orientadora das políticas públicas.

No tocante à ocupação declarada, o Censo Demográfico 2010 organiza os trabalhadores em categorias e define como trabalho principal: a) o único ao qual a pessoa se dedica; b) aquele ao qual a pessoa se dedica o maior número de horas por semana; c) aquele que garante o maior rendimento mensal; ou iv) aquele no qual a pessoa permanece mais tempo (IBGE, 2010). Os trabalhadores do setor agrícola aparecem no grande grupo de atividade classificado por "Trabalhadores Qualificados da Agropecuária, Florestais, da Caça e da Pesca"[161]. Em números absolutos, há mais trabalhadores do setor agrícola que

[161] O grande grupo "Trabalhadores Qualificados da Agropecuária, Florestais, da Caça e da Pesca" agrega os subgrupos: agricultores e trabalhadores qualificados da agropecuária; agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura; agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da

residem em áreas urbanas (15.987 pessoas) do que em áreas rurais (7.480 pessoas), equivalendo a 68,1 e 31,9%, respectivamente, sinalizando que é necessário cuidado para não associar a ocupação no setor agrícola diretamente à situação de moradia na zona rural (ver ANEXO D) (ALMEIDA *et al.*, 2014).

Costa, Santos e Costa (2013) analisam as relações entre local de moradia e ocupação da população desse grande grupo de atividade na RMBH mais diretamente associado a ocupações tipicamente rurais ou voltadas para esses ambientes. Ainda que não associadas aos setores econômicos tipicamente urbanos ou à localização dentro dos perímetros urbanos, as atividades agrícolas estão sendo realizadas "a) em ambientes diferentes da sua situação de domicílio; b) em ambientes de produção rural determinados na pesquisa censitária como urbanos (áreas urbanizadas dos setores censitários urbanos)" (COSTA; SANTOS; COSTA, 2013, p. 114). Por outro lado, a população residente em áreas rurais se distribui por várias ocupações, associadas a atividades tipicamente urbanas.

Os dados sobre população ocupada no setor agrícola indicam que a atividade agrícola é exercida por habitantes com situação de domicílio tanto nas zonas urbanas como rurais dos municípios da RMBH. Entretanto, são insuficientes para a compreensão do perfil desses trabalhadores, da sua relação com as práticas agrícolas e com os espaços metropolitanos.

O Censo Demográfico 2010 ainda traz o número de 9.015 trabalhadores na produção para o próprio consumo, definidos como pessoas que trabalham pelo menos uma hora na semana na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar. Isso reforça a percepção de que as práticas agrícolas voltadas para o autoconsumo em áreas urbanas são uma realidade, mesmo em municípios densamente urbanizados, como Belo Horizonte, Betim, Contagem e Ribeirão das Neves (ALMEIDA *et al.*, 2014).

---

agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins); agricultores e trabalhadores qualificados no cultivo de hortas, viveiros e jardins; agricultores e trabalhadores qualificados de cultivos mistos.

4.3.1.2 Sobre a atividade agropecuária

A estrutura econômica da RMBH apresenta intensa concentração de atividade imobiliária, industrial e mineradora, além do grande peso do setor de serviços. A atividade agropecuária não é priorizada nas análises econômicas regionais e é possível observar, no contexto institucional, discursos recorrentes nos quais a agricultura é considerada um setor irrelevante para o desenvolvimento econômico da RMBH; uma atividade marginal ou residual, em vias de extinção; uma atividade inviável pelo alto custo da terra e pela competição com outras atividades mais rentáveis (ou eficientes) economicamente ou uma atividade incompatível com o meio ambiente urbano, por provocar poluição e danos ambientais ou por estar sujeita à contaminação. Essas "visões" reproduzem generalizações e simplificações, pois não consideram a diversidade de práticas agrícolas encontradas na RMBH, não problematizam uma forma de pensar o mundo, associada à modernidade e à sociedade urbano-industrial na qual o rural e a agricultura são vistos como atrasados nem levam em conta a existência de diferentes paradigmas de agricultura (TUPY; ALMEIDA; MELGAÇO, 2015).

A atividade agropecuária não possui peso significativo no PIB da RMBH, representando um valor adicionado de R$ 355 milhões ou apenas 0,26% do PIB total (IBGE, 2012). Tampouco é um dos setores que mais geram empregos formais, sendo responsável por 10.838 postos de emprego formal ou 0,54% do total na RMBH (BRASIL, 2012c), como pode ser verificado no ANEXO E.

Entretanto, duas ponderações devem ser feitas. Em primeiro lugar, esses dados podem subestimar a importância efetiva da agropecuária no emprego total e no PIB dos municípios, respectivamente, por não considerarem a informalidade de empregos desse setor e por não contabilizarem nas estatísticas oficiais a produção de pequena escala que acontece nos quintais, hortas comunitárias e como uma estratégia de subsistência dos agricultores familiares. Em segundo lugar, os valores percentuais agregados para o conjunto dos municípios da RMBH escondem a importância da agricultura como um setor de participação considerável no PIB e nos empregos em determinados municípios da região. Além disso, em alguns municípios com elevados valores adicionados da agropecuária a proporção dessa atividade no PIB total não se apresenta como significativa, dada a existência de outras atividades com resultados econômicos superiores (TUPY; ALMEIDA; MELGAÇO, 2015). Essa diferenciação interna entre os municípios, que também pode ser verificada no ANEXO E, será mais bem abordada na análise por vetores.

Duas pesquisas anuais do IBGE trazem informações sobre a atividade agropecuária que compreendem o conjunto dos municípios metropolitanos: a pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM) e a pesquisa de Produção Pecuária Municipal (PPM)[162]. Um perfil da produção e comercialização agrícola, bem como da pecuária dos municípios da RMBH informados por essas pesquisas, pode ser percebido no APÊNDICE B e no ANEXO F. Esses dados revelam que na RMBH há expressiva variedade de produtos de relativa importância econômica, caracterizados como *commodities*, assim como uma produção de relevância social, por compor a alimentação cotidiana da população da região e por movimentar os circuitos das economias locais.

A PAM e a PPM registram que a produção agropecuária é uma realidade da RMBH, mas contribuem em menor escala para a investigação a respeito de questões fundamentais, como a origem da produção (se oriunda da agricultura familiar ou não familiar) e os sistemas de cultivo adotados (se convencional, orgânica ou agroecológica). Além disso, vários produtos fornecidos pelos municípios metropolitanos para a CEASAMINAS/BH não são acompanhados pela PAM, especialmente a produção de hortaliças, o que limita a interpretação cruzada dos dados de produção e comercialização. Nas visitas realizadas aos municípios, vários técnicos locais informaram incompatibilidades entre as informações da PAM e a realidade acompanhada pelos mesmos no trabalho de assistência técnica.

Os dados da CEASAMINAS/BH referentes ao fornecimento de produtos ajudam a compor um panorama da atividade agropecuária na RMBH, trazendo informações sobre parte do que é comercializado por cada município da região, conforme pode ser consultado nos GRÁF. 1 e 2[163]. A procedência da oferta de produtos agrícolas para a Central é bastante diversa e também alguns municípios se sobressaem em relação aos demais, tanto em variedade como no volume de produtos fornecidos (ver APÊNDICE C). Ainda que esses dados possam ser utilizados como um indicador indireto da produção agrícola nos

---

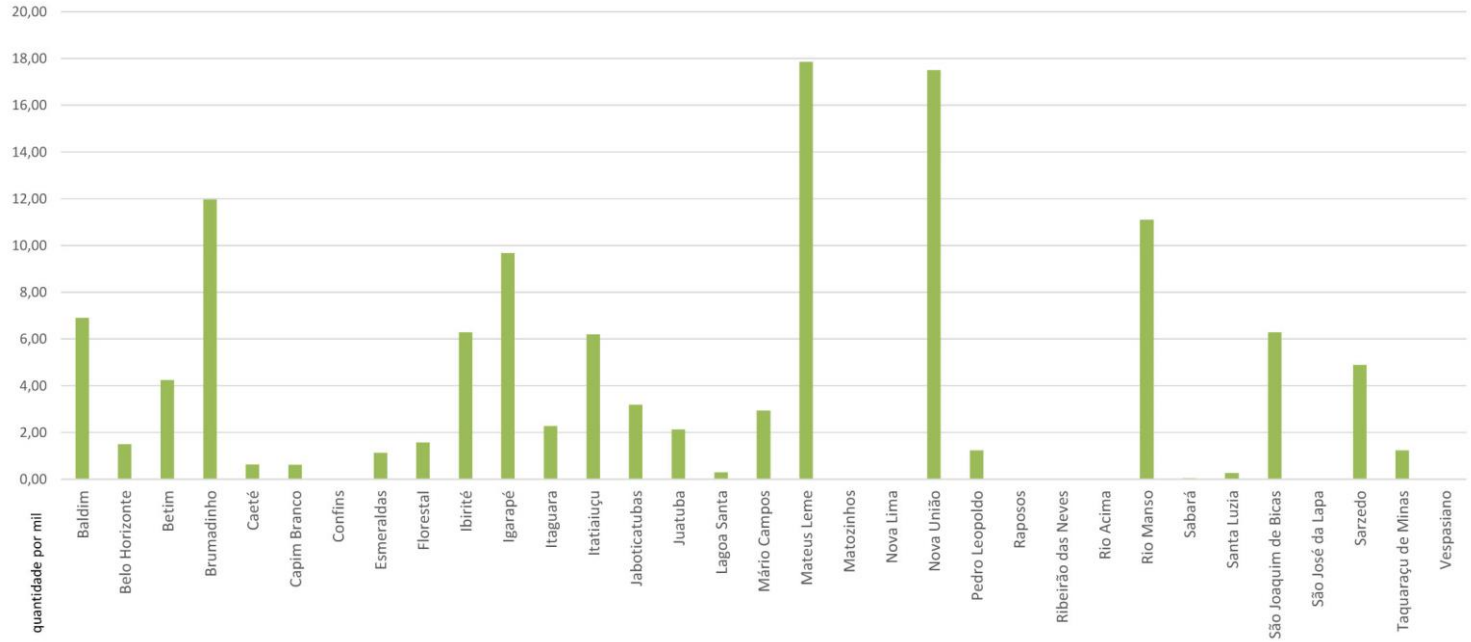
[162] A PAM apresenta informações sobre a área plantada, área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio obtido e preço médio pago ao produtor de algumas culturas permanentes e temporárias. Nas análises desta tese foram priorizados os seguintes produtos de lavoura permanente (abacate, algodão, banana, café, caqui, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, palmito, tangerina, urucum, uva) e lavoura temporária (abacaxi, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, batata-doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, cebola, ervilha, fava, feijão, girassol, mandioca, melancia, melão, milho, tomate). Já a PPM apresenta informações sobre os efetivos das espécies animais criados e também dados sobre produção animal. Nas análises deste trabalho foram priorizadas as produções de leite, de ovos de galinha, de ovos de codornas e de mel de abelha.

[163] O município de Contagem não foi incorporado nessas análises, devido à incompatibilidade de dados de produção agrícola local e emissão de notas fiscais para a CEASAMINAS/BH

municípios, deve-se evitar uma associação direta, uma vez que em alguns casos os produtos podem ser comercializados por atravessadores ou empresas distribuidoras sediadas nos municípios e não diretamente pelos produtores. Essa situação fica bastante perceptível no caso de Contagem, município onde se localiza a sede da CEASAMINAS/BH e que se destaca no fornecimento de feijão e milho. Entretanto, dados da PAM 2013 indicam que não há produção local compatível com esse fornecimento.

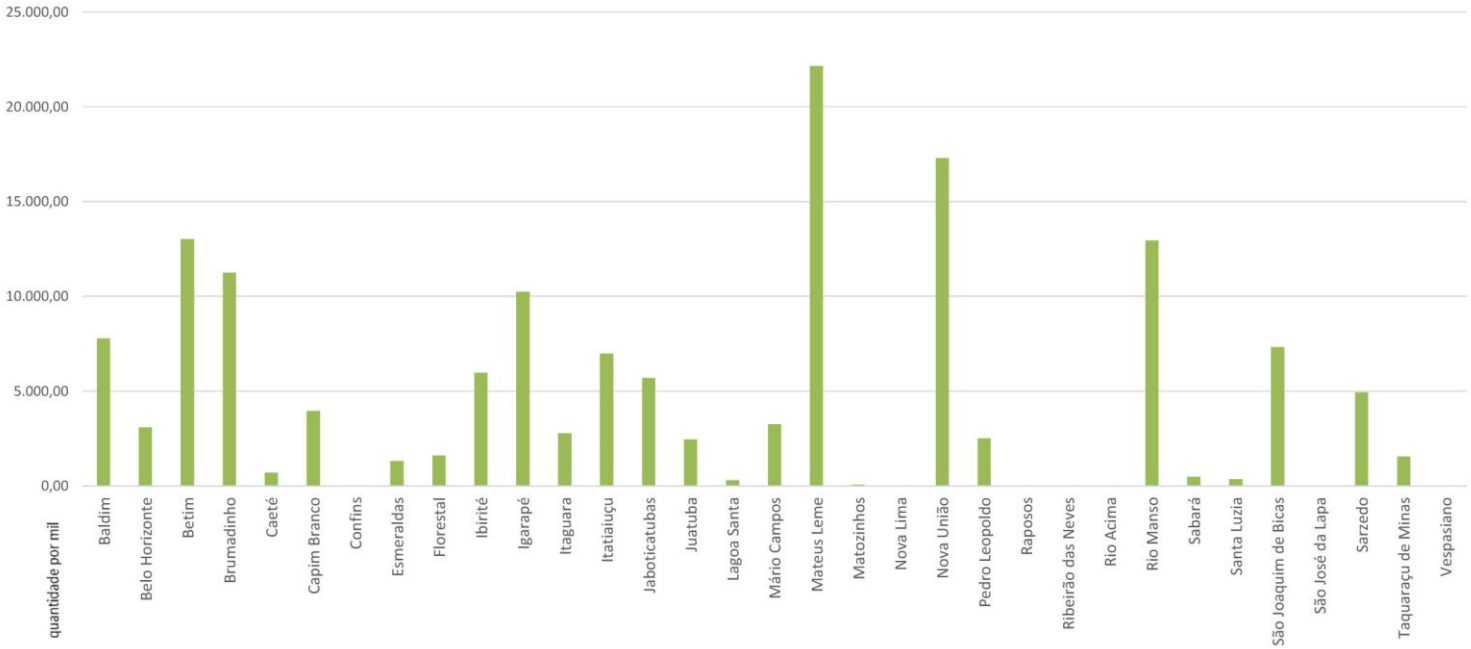
Outra situação interessante foi percebida no município de Capim Branco, que já ocupou a liderança na produção de alho em MG, mas devido à disseminação da doença "podridão branca", teve essa produção significativamente afetada. Entretanto, Capim Branco mantém posição de destaque no fornecimento de alho para a CEASAMINAS/BH. Para os municípios menores e/ou com um perfil mais agrícola, o fornecimento de produtos tem relação mais provável com as características e dimensões das produções locais (por exemplo, Mateus Leme, Nova União, Brumadinho e Rio Manso). Em que pesem essas considerações, um exercício de sistematização da origem dos produtos comercializados na CEASAMINAS/BH chama a atenção para a expressiva participação dos municípios da RMBH no fornecimento de até 100% de pelo menos 30 tipos de hortaliças, como indicado no GRÁF. 3.

Gráfico 1 – Participação dos municípios da RMBH na quantidade comercializada (1.000 t) com a CEASAMINAS/BH (2013)



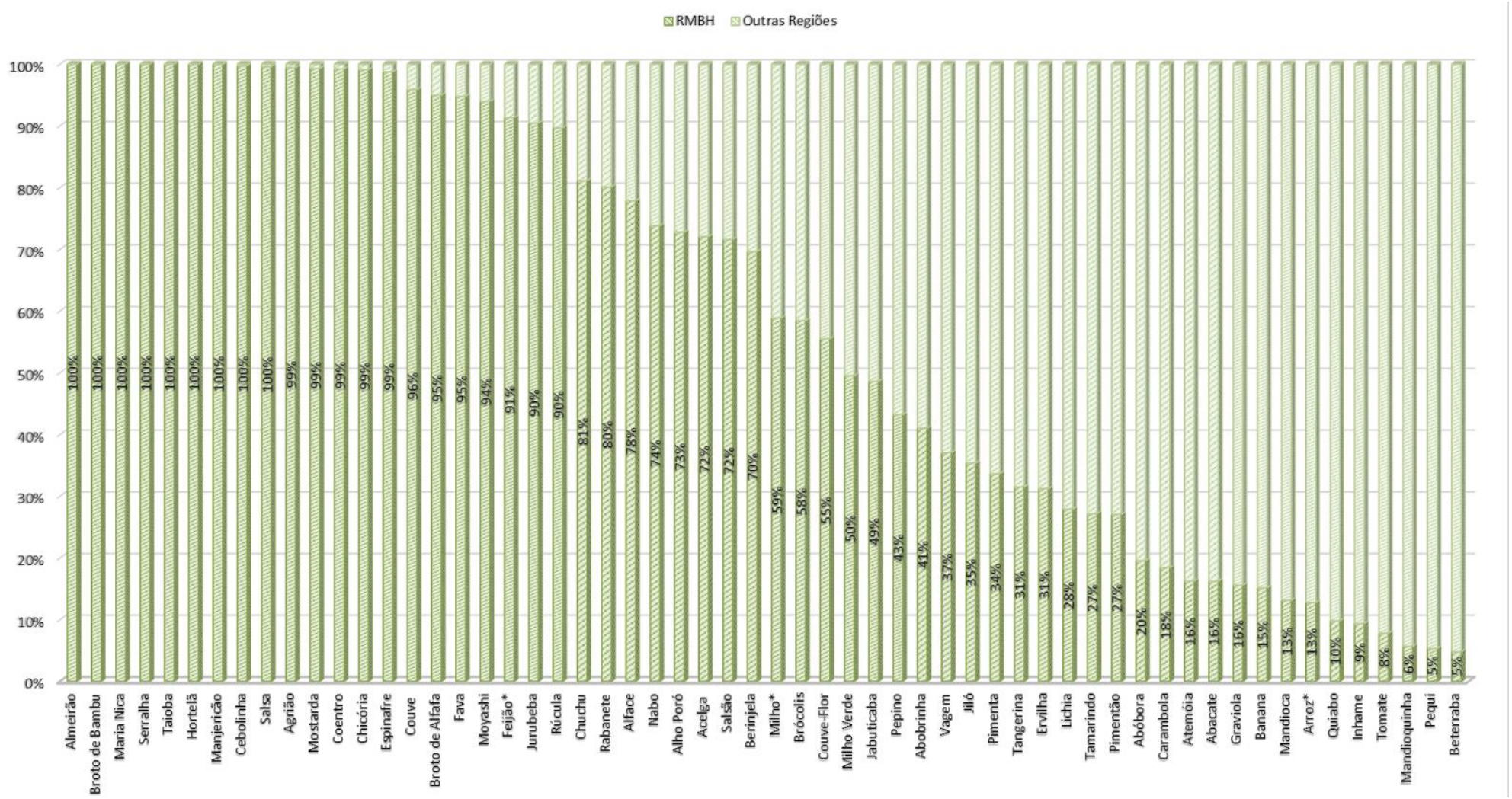
Fonte: elaboração Igor Tupy, com base nos dados da CEASAMINAS/BH (2013).

Gráfico 2 – Participação dos municípios da RMBH no valor comercializado (1.000 reais) com a CEASAMINAS/BH (2013)



Fonte: elaboração Igor Tupy, com base nos dados da CEASAMINAS/BH (2013).

Gráfico 3 – Participação dos municípios da RMBH na comercialização de produtos agrícolas na CEASAMINAS/BH (2013)



Fonte: elaboração Igor Tupy, com bse nos dados da CEASAMINAS/BH (2013)

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi outra fonte complementar consultada, por indicar formas e condições de acesso às políticas públicas existentes voltadas para a agricultura familiar e a caracterização das/os beneficiárias/os. A identificação e qualificação do/a agricultor/a familiar beneficiário/a das políticas do MDA e das Unidades Familiares de Produção Rural e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas são feitas pelo instrumento Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), emitido por órgão ou entidade credenciado e autorizado pelo Ministério e orientado pela Lei nº 11.326/2006.

Como já discutido anteriormente, no capítulo 2, a DAP foi criada para acesso ao crédito do PRONAF, mas tem sido utilizada para acesso a outras políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assistência técnica, entre outros. No *site* do MDA encontra-se disponível o número de DAPs ativas e desativadas, nome e CPF do titular por município, mas não os dados das/os beneficiárias/os coletados nas fichas de identificação, como sexo, escolaridade, idade, atividade principal e organização social das/os agricultoras/es, a força de trabalho utilizada, condição e posse e uso da terra.

Informações sobre essas características socioeconômicas das/os beneficiárias/os, relativas ao ano de 2012, foram cedidas pelo MDA para a realização desta pesquisa. Segundo esses dados, existiam na RMBH 2.056 agricultoras/es familiares com DAP, sendo 1.631 homens e 425 mulheres, correspondendo a 79,3 e 20,7%, respectivamente. Em relação ao nível de instrução destas/es agricultoras/es, predominava o 1º grau incompleto, totalizando 865 agricultores (42,1% do total) e o 1º grau completo, com 610 agricultores (29,7% do total). Do total de agricultoras/es familiares cadastradas/os, 51,7% dos que possuem DAP pertenciam a alguma organização social, enquanto 48,3% não declararam pertencimento.

As informações detalhadas das DAPs colaboram para a construção do perfil mais atualizado do segmento da agricultura familiar na RMBH, no entanto, referem-se apenas a uma parcela das/aos agricultoras/es que acessaram políticas públicas tal como o PRONAF e não estão disponíveis para consulta no *site* do Ministério.

Como já discutido, além disso, os critérios que definem a condição de agricultor familiar e empreendedor familiar rural na Lei nº 11.326/2006 devem ser mais problematizados no caso de territórios metropolitanos. A expressiva pluriatividade da agricultura familiar na RMBH, além da interpretação do critério de praticar atividade no meio rural de acordo com a definição legal de rural-urbano, que ainda orienta muitos

técnicos responsáveis pela emissão das DAPs, tem historicamente excluído agriculturas/es que exercem as atividades dentro das zonas urbanas e de expansão urbana, mas não se enquadram em um ou outro critério da lei.

4.3.1.3 Sobre a estrutura agrária

Buscando compreender um pouco mais os aspectos fundiários das áreas rurais da RMBH, apresento a seguir algumas informações sobre a estrutura das propriedades rurais quanto ao número, tamanho e distribuição nos municípios metropolitanos.

Em pesquisa sobre a dinâmica da luta pela terra e dos projetos de assentamento de reforma agrária na RMBH, Mazzetto (2008) faz uma comparação entre o módulo fiscal e a estratificação das propriedades por tamanho para cada município da RMBH, segundo o enquadramento do INCRA, aqui reproduzida no ANEXO G[164]. Com exceção de Belo Horizonte e Itaguara, que têm módulos fiscais de 05 ha e 30 ha, respectivamente, 22 municípios têm módulo fiscal (MF) de 7 ha e 10 municípios têm módulo fiscal de 20 ha.

Partindo do enquadramento do INCRA, no ano de 2005, pode-se observar que a maioria dos imóveis rurais da RMBH são minifúndios ou pequenas propriedades, somando quase 85% de um total aproximado de 21.400 imóveis rurais. Por outro lado, cerca de 3% do total de imóveis são grandes propriedades (Mazzetto, 2008). Entre as grandes propriedades da RMBH, o autor destaca a existência de imóveis classificados como improdutivos pelo INCRA e o potencial para a criação de assentamentos de reforma agrária na região, ainda que esclareça que os dados do cadastro não podem ser tomados como "verdade absoluta", sendo necessárias averiguações *in loco*. Em 2005, a instituição registrava 519 imóveis nessa situação, destacando-se o município de Esmeraldas, com 128 grandes propriedades improdutivas, seguido por Pedro Leopoldo (39 unidades), Taquaraçu de Minas (37 unidades) e Sabará (31 unidades).

Outra pesquisa do IBGE de relevância para compreender a expressão da atividade agropecuária na RMBH é o Censo Agropecuário 2006. Apesar da defasagem da data de

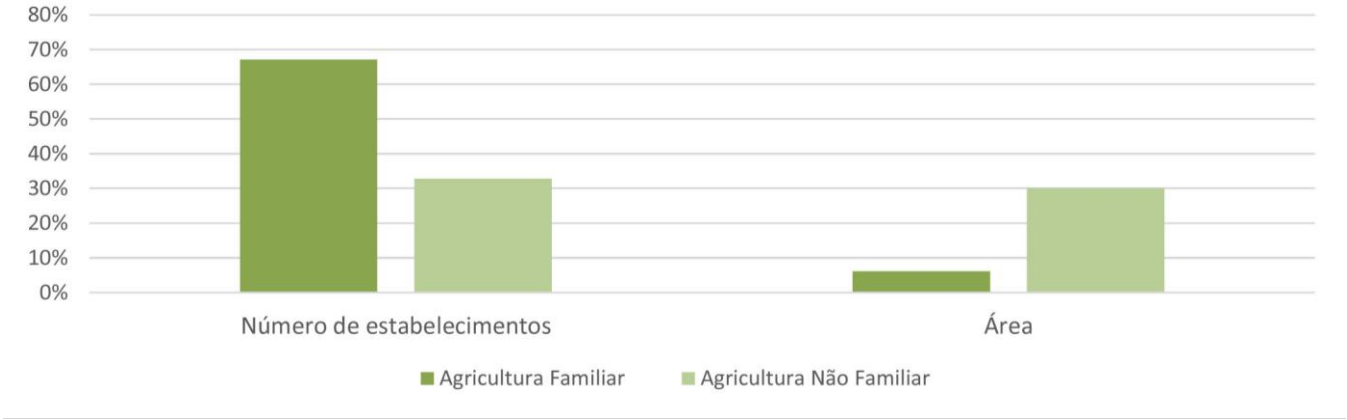
[164] O módulo fiscal é uma unidade de medida, expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar. É parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural pelo INCRA quanto à sua dimensão: minifúndio (menor que 1 MF), pequena (de 1 a 4 Mfs), média (de 4 a 15 Mfs), grande (maior que 15 Mfs) e para definir a recomposição de áreas de preservação e áreas de reserva legal (APPs). Ao ser parcelado o imóvel rural, para fins de transmissão a qualquer título, a área remanescente não poderá ser inferior à fração mínima de parcelamento definida para cada município. http://www.incra.gov.br/

realização, essa pesquisa é bastante relevante, por ter gerado, pela primeira vez, estatísticas oficiais sobre a agricultura familiar, em correspondência com os critérios definidos pela Lei nº 11.326/2006, a Lei da Agricultura Familiar, e por diferenciar as unidades produtivas da agricultura familiar do conjunto dos estabelecimentos agrícolas no Brasil. O Censo Agropecuário informa sobre os estabelecimentos agropecuários e as atividades neles desenvolvidas, assim como as características dos/as agricultores/as. Destacam-se as características das práticas agrícolas, formas de ocupação do espaço, manejo e conservação do solo, utilização ou não de agrotóxicos, atividades de agricultura orgânica e disponibilidade de água no estabelecimento. Para as análises deste estudo, foram priorizadas as informações sobre o número e áreas dos estabelecimentos rurais e sua classificação como familiares ou não familiares.

De acordo com o Censo Agropecuário 2006, existiam na RMBH 7.672 estabelecimentos agropecuários, dos quais 5.151 (67,1%) são unidades familiares de produção e 2.521 (32,9%) são estabelecimentos de agricultura não familiar (ver ANEXO H). A soma da área desses estabelecimentos representa 36,7% da extensão territorial total da RMBH, como indica o GRÁF. 4. No entanto, percebe-se grande variação desse valor entre os municípios da RMBH (GRÁF. 5). Os cinco municípios com menor número de estabelecimentos familiares apresentam valores de até 10 unidades, enquanto o município com maior número apresenta 1.032 estabelecimentos de agricultura familiar. Apesar de representarem 32,9% do número total de estabelecimentos agropecuários na RMBH, as unidades não familiares totalizavam 289.100 hectares (30,5% da extensão territorial todas da RMBH), em comparação com os 58.957 hectares correspondentes aos 67,1% de unidades familiares (representando 6,2% da extensão territorial total da RMBH). Esses valores indicam uma desproporcional distribuição de terras na região, em consonância com a estrutura fundiária brasileira. A título de ilustração, a área dos estabelecimentos de agricultura familiar corresponde a pouco mais da somatória da extensão territorial dos municípios de Belo Horizonte e Lagoa Santa, enquanto que a área dos estabelecimentos de agricultura não familiar corresponde a aproximadamente à somatória da extensão territorial dos municípios de Jaboticatubas, Baldim, Nova Lima, Brumadinho, Sarzedo e Ibirité[165].

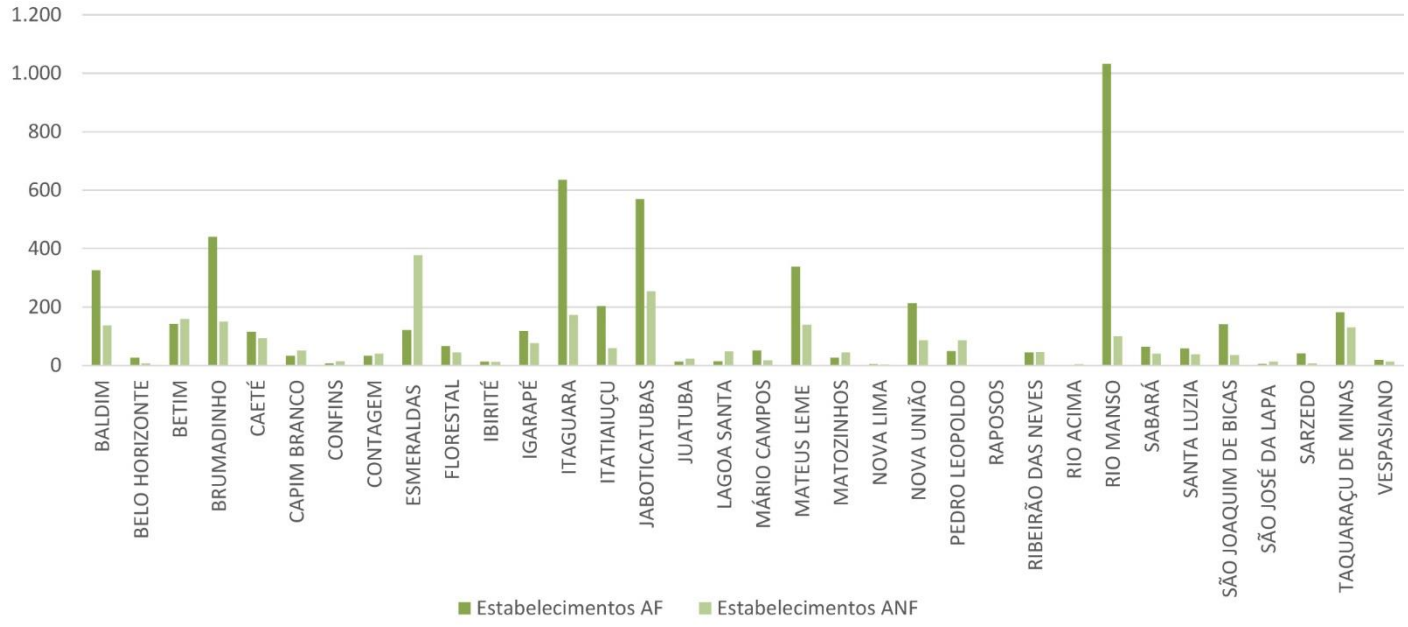
[165] A média de hectares por estabelecimento familiar na RMBH é de 9,4 hectares e a dos estabelecimentos não familiares é de 107,6 hectares por estabelecimento; e se 6.761 (88,1%) das pessoas que dirigem os estabelecimentos são proprietários da terra onde produzem, 398 (5,2%) produzem em terras arrendadas (IBGE, 2006).

Gráfico 4 – Percentual do número e percentual da área de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar dos municípios da RMBH (2006)



Fonte: IBGE (2006).

Gráfico 5 – Número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) dos municípios da RMBH (2006)



Fonte: IBGE (2006).

Vale mencionar que a utilização das categorias "imóvel rural" pelo INCRA e "estabelecimento agrícola" pelo IBGE (ou ainda categoria "propriedade agrícola" utilizada no Código Florestal e no Estatuto da Terra) gera descrições distintas da realidade, causando confusão e dificultando a compreensão da estrutura fundiária. Por exemplo, enquanto o cadastro do INCRA (2005) indica a soma de 21.392 imóveis rurais na RMBH, o Censo Agropecuário (2006) registra o total de 7.672 estabelecimentos agropecuários.

O conceito de "Imóvel Rural", utilizado como unidade básica pelo INCRA, é compreendido como a área formada por uma ou mais matrículas de terras contínuas, do mesmo titular (proprietário ou posseiro), localizada tanto na zona rural quanto urbana do município, que seja ou possa ser destinada à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial. Já o IBGE tem como referência de unidade básica do meio rural o "estabelecimento agropecuário", entendido como a "unidade econômica de produção agropecuária sob administração única, incluídos os produtores sem área, produtores que exploram áreas próximas distintas como sendo um único estabelecimento (mesma maquinaria, mesmo pessoal e mesma administração), produtores que exploram terras de imóveis rurais na forma de arrendamento, parceria ou aquelas simplesmente ocupadas" (IBGE, 2006, p. 100)[166].

Foge ao escopo desta tese aprofundar análises comparativas entre o uso dessas diferentes unidades básicas utilizadas nos levantamentos rurais. Mas cabe esclarecer que há um debate posto sobre as restrições de aplicabilidade associadas às características particulares de cada conceito e ainda proposições de novos conceitos mais adequados às transformações do meio rural e à elaboração de políticas que ultrapassam as funções produtivas, como o de Unidade de Produção Agrícola[167].

Considerando o exposto, a necessária e instigante compreensão sobre a estrutura agrária na RMBH é aqui registrada como possibilidades de outras e novas pesquisas. Na ampla bibliografia disponível sobre a produção do espaço na RMBH, permanecem pouco

---

[166] "As diferenças observadas entre o número de estabelecimentos agropecuários e imóveis rurais são resultado das diferenças conceituais como, por exemplo: um único imóvel rural dividido e arrendado, para diferentes produtores, ou explorado em parcerias por mais de um produtor, caracteriza mais de um estabelecimento agropecuário; mais de um imóvel rural contíguos, arrendados por um único produtor dando origem a um único estabelecimento; um único imóvel rural ocupado por mais de um produtor em lotes definidos, dando origem a mais de um estabelecimento agropecuário; produtores caracterizados como produtores sem área, além das diferenças advindas de erros de declaração e cobertura (censo) e de cadastramento (imóvel rural), intrínsecos de operações desta magnitude e complexidade" (IBGE, 2006, p. 102).

[167] Para uma introdução a esse debate, ver Neumann e Diesel (2006).

exploradas as formas de acesso à propriedade da terra nos municípios metropolitanos; a distribuição da propriedade da terra; as maneiras como a terra é explorada para a produção agrícola; as relações existentes entre os proprietários e agricultores/as não proprietários, entre outras questões que marcam os estudos sobre a questão agrária no Brasil. As relações entre a estrutura agrária e dinâmica imobiliária metropolitana também podem ser mais exploradas e avaliadas no sentido de estarem ou não conduzindo à concentração da terra nas zonas rurais e urbanas, seja para a especulação ou para a apropriação da renda da terra pela produção capitalista do espaço. No contexto metropolitano, é notável ainda a necessidade de mais aproximação entre os debates sobre o acesso à terra que acontecem nos estudos e movimentos sociais da reforma urbana e a reforma agrária, bem como recolocar em questão a distribuição mais igualitária da terra na RMBH como uma condição fundamental para se ampliar o acesso da população a melhores condições de vida, de moradia e de produção, além das possibilidades de se aumentar o abastecimento regional de alimentos de forma mais justa e adequada.

4.3.2 Agriculturas e a dinâmica territorial da RMBH

Para melhor compreensão das agriculturas na atual dinâmica da produção do espaço na RMBH, adotei como referência geográfica geral a proposta de recorte territorial de grandes vetores de expansão regional na qual se baseou inicialmente o Projeto de Macrozoneamento Metropolitano. De acordo com o marco metodológico do referido projeto, não se trata de propor uma regionalização da RMBH, mas sim da identificação de grandes eixos da produção do espaço metropolitano, que podem, inclusive, ser articulados ou extrapolados (transbordados) por outros projetos e processos, como a proposição do Anel Viário do Contorno Norte (Rodoanel) (UFMG, 2014a, p. 53).

A subdivisão da dinâmica territorial em seis vetores de expansão no Projeto de Macrozoneamento não corresponde aos limites do conjunto de municípios que compõem cada vetor, e sim a uma tentativa de leitura de processos de produção do espaço para facilitar a compreensão da dinâmica territorial em municípios pertencentes a um mesmo vetor, conforme indica a FIG. 30. Nesse caso, buscando facilitar o agrupamento de dados secundários disponíveis sobre a agricultura no âmbito municipal, foram necessárias algumas adequações, que consideraram uma outra proposta de leitura da RMBH segundo vetores, formulada por Diniz e Mendonça (2015, p. 33) (FIG. 31). Essas adequações levaram ao agrupamento integral do município de Esmeraldas ao vetor norte e do

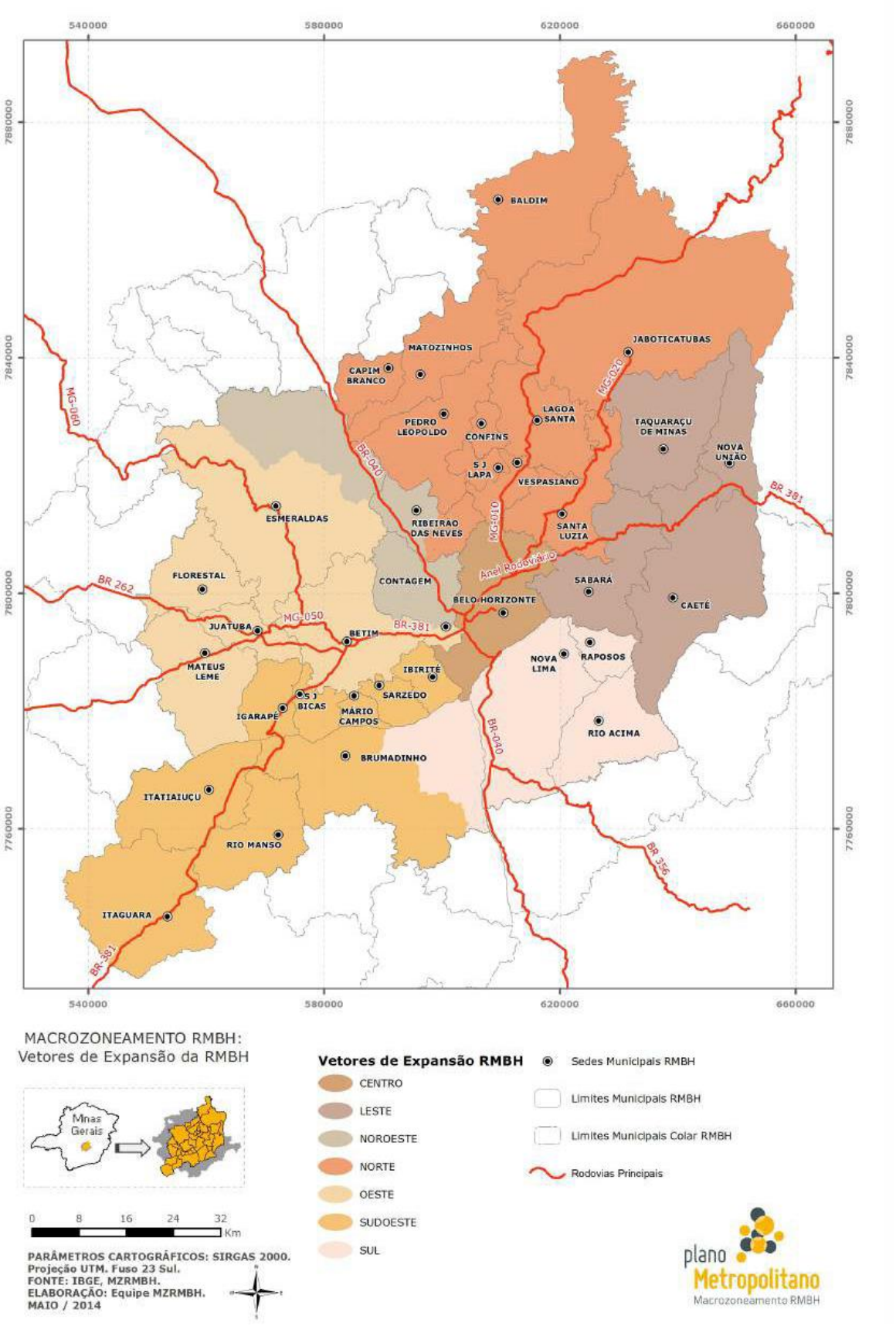
município de Contagem ao vetor oeste, bem como à incorporação das análises do Projeto de Macrozoneamento correspondentes ao vetor noroeste à dinâmica territorial dos vetores norte e oeste. Outra adequação necessária foi o agrupamento do município de Brumadinho ao vetor sul, resultando na configuração adotada nesta tese e visualizada na FIG. 32[168].

No Projeto de Macrozoneamento da RMBH, as análises sobre os processos mais gerais de produção do espaço metropolitano nas últimas décadas partiram dos estudos realizados na elaboração do PDDI-RMBH e foram atualizadas com base em trabalhos acadêmicos desenvolvidos por membros da equipe técnica e em informações qualitativas e bases de dados construídas ao longo da execução do projeto. Vale dizer que a metodologia das oficinas públicas do Projeto de Macrozoneamento, ao buscar uma interação direta entre a equipe técnica da UFMG e os diversos participantes no diagnóstico da Região Metropolitana e na delimitação preliminar dos espaços de interesse comum, também valorizou outras dimensões da realidade, diferenciando os espaços e projetos previstos e desejáveis no território metropolitano (UFMG, 2014a, p. 115).

A seguir, apresento um esforço de aproximação e complementação das análises sobre as especificidades territoriais dos vetores de expansão metropolitana, os dados secundários e primários apresentados na seção anterior e os resultados preliminares da caracterização e mapeamento de práticas realizado pelo AUÊ!, orientados por algumas questões transversais: que tendências da dinâmica territorial do vetor (particularmente da dinâmica imobiliária) e que características ambientais são relevantes para melhor contextualização dos limites e potencialidades da agricultura urbana e da agroecologia no vetor? Quais são os principais conflitos no uso do solo tanto para dentro como para fora da mancha urbana? Quais são as experiências de referência em agricultura urbana e agroecologia no vetor? Quais são os atores e sujeitos protagonistas da agricultura?

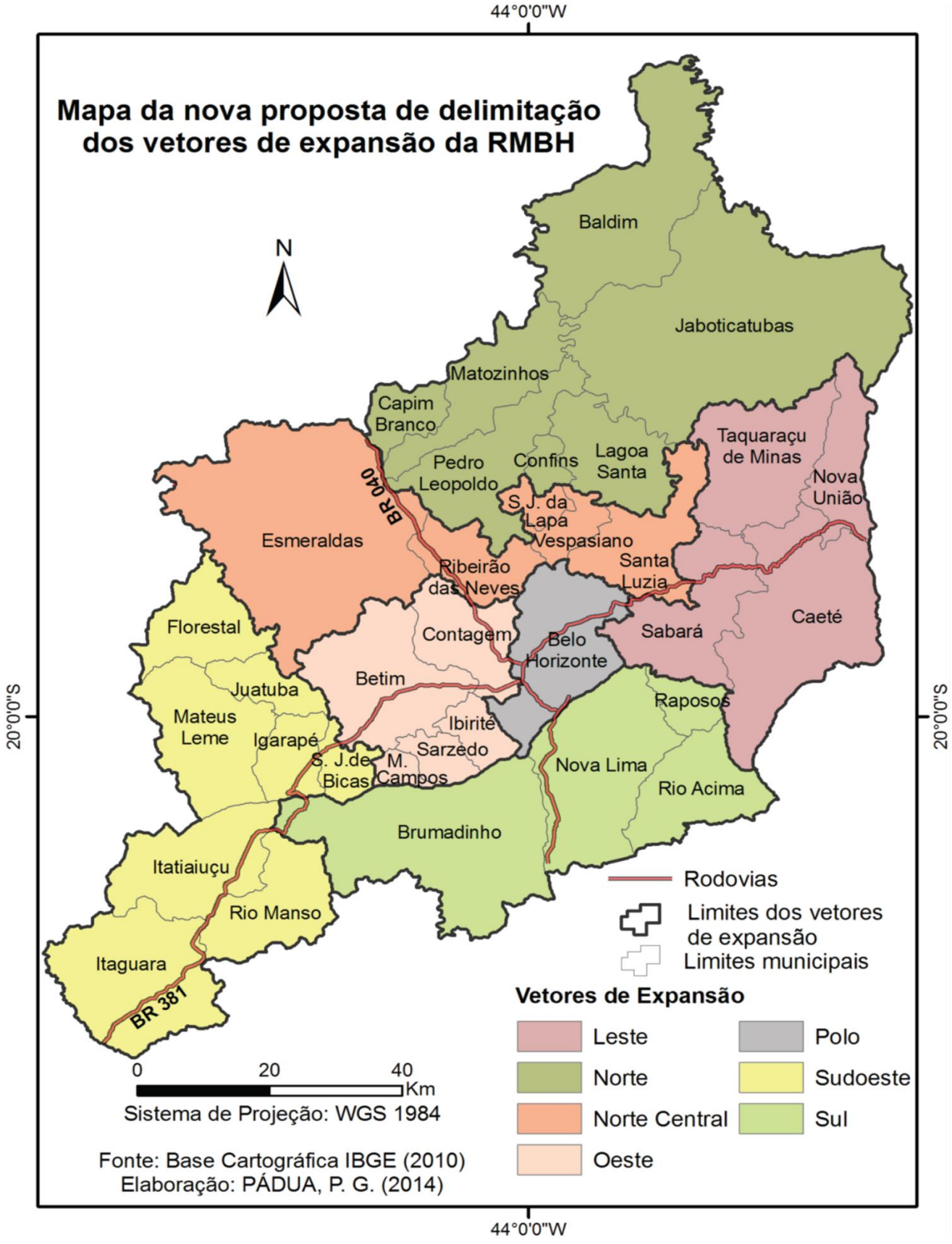
[168] Em estudo do Observatório das Metrópoles, Diniz e Andrade (2015, p.122) analisam os níveis de integração dos municípios da RMBH e do Colar Metropolitano à dinâmica de metropolização e registram uma tendência à intensificação dessa integração na última década, a partir dos seguintes critérios: população total dos municípios em escala logarítmica; taxa de crescimento populacional (1991-2000 e 2000-2010); grau de urbanização; percentual de trabalhadores em ocupações não agrícolas; densidade populacional dos setores urbanos; produto interno bruto em escala logarítmica; total de rendimentos em escala logarítmica; entrada e saída por movimento pendular; porcentagem de entrada e saída de movimento pendular.

Figura 30 – Vetores de expansão da RMBH utilizados no Projeto de Macrozoneamento



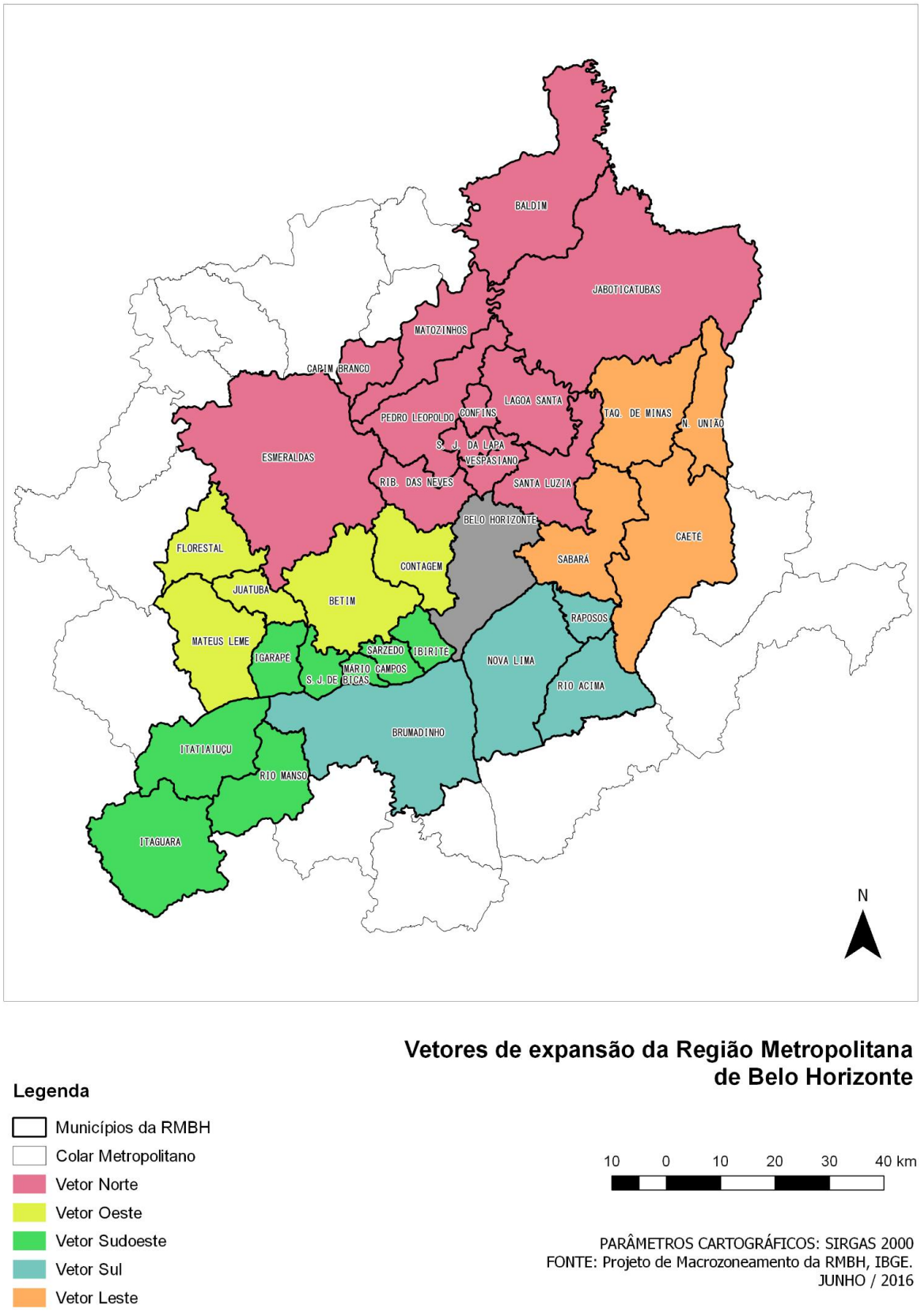
Fonte: UFMG (2014a).

Figura 31 – Vetores de expansão da RMBH utilizados pelo Observatório das Metrópoles



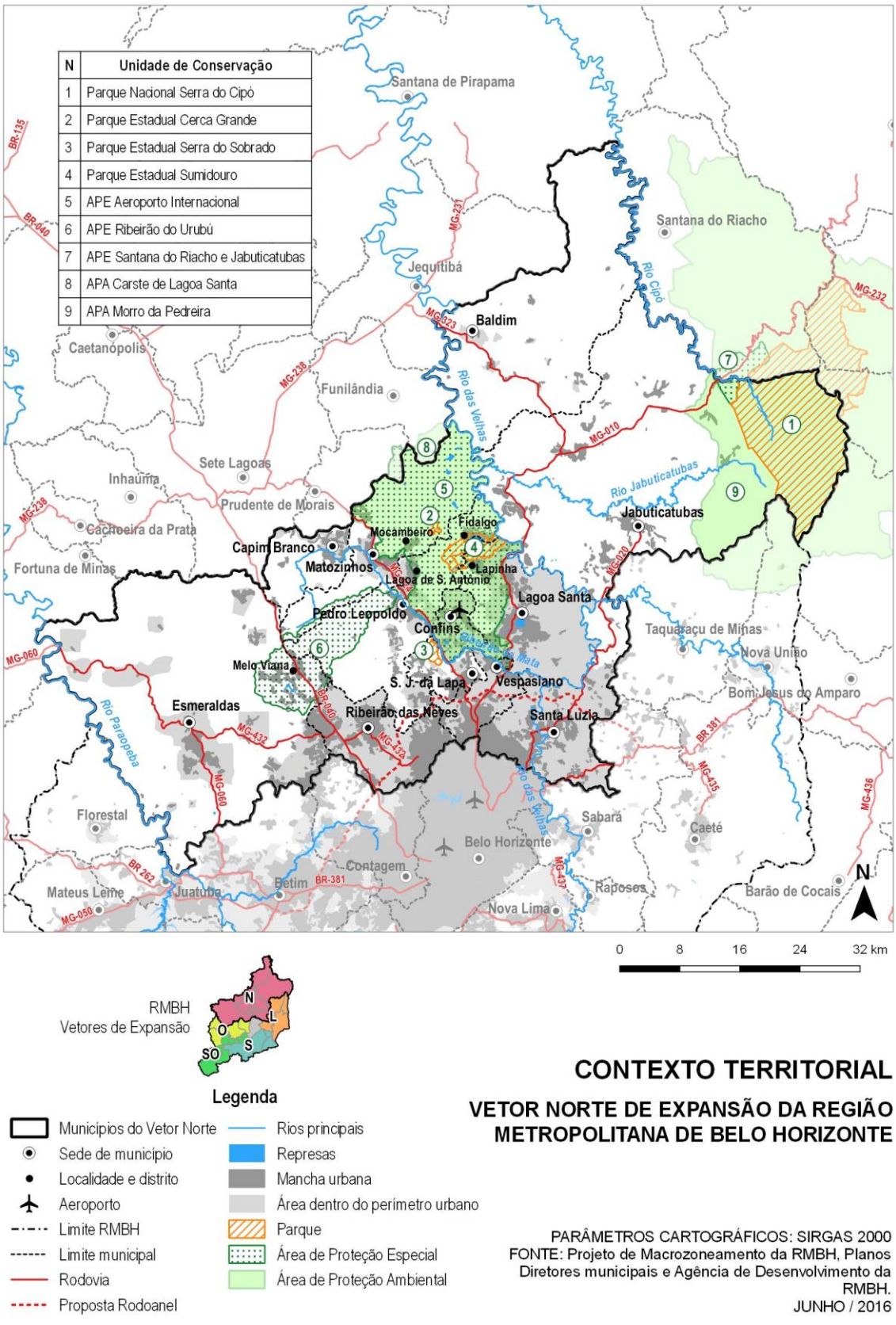
Fonte: Andrade, Mendonça e Diniz (2015).

Figura 32 – Vetores de expansão da RMBH utilizados na tese



Fonte: elaborada pelos bolsistas Victor Alencar e Luisa Melgaço para este trabalho.

Figura 33 – Vetor norte



Fonte: elaborada por Marcos Brito para este trabalho.

Na configuração territorial adotada para as análises desta pesquisa, o vetor norte está conformado pelos municípios de Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano, São José da Lapa, Confins, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Capim Branco, Baldim e Jaboticatubas (FIG. 33)[169].

A ocupação de Belo Horizonte na direção norte tem início ainda na década de 1940, com a implantação do Complexo da Pampulha e da avenida Antônio Carlos. Acompanhando o crescimento populacional registrado nos anos 70 e 80, configura-se, nesse vetor, uma forma de expansão da metrópole caracterizada por loteamentos populares, conjuntos habitacionais e ocupações de terra e um processo de conurbação de Belo Horizonte com municípios vizinhos e ao longo dos eixos da MG-424 e MG-010 (DINIZ; MENDONÇA, 2015, p. 35).

O vetor norte se destaca, na RMBH, pela intensidade do processo de transformação socioespacial observada na última década. Essa região passou a atrair novas atividades produtivas do setor privado e do mercado imobiliário, que por sua vez foram incentivadas por investimentos do estado, como a implantação da Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG); a requalificação do aeroporto de Confins; a duplicação e modernização da MG-010 (Linha Verde) e requalificação da Av. Cristiano Machado (ligando o centro de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves); a duplicação da Av. Antônio Carlos/Av. Pedro I; a inauguração do Parque Tecnológico (BH-Tec), entre outros (UFMG, 2014a).

Observa-se também tendência à expansão da industrialização devido ao transbordamento das atividades industriais do vetor oeste; aos investimentos em setores industriais de mais intensidade tecnológica, de serviços produtivos avançados, do setor automotivo e de autopeças; ao setor metalúrgico; à extração de minerais não metálicos e sua transformação. No entanto, os investimentos não são homogeneamente distribuídos nos municípios do vetor, que apresentam funções e níveis de integração com a dinâmica metropolitana bastante distintos (UFMG, 2014a, p. 61).

Ao longo do eixo da BR-040, no sentido Sete Lagoas/Brasília, encontram-se diversos assentamentos e loteamentos irregulares, atividades de logística, atividades industriais bem características do vetor oeste, atividades de média e baixa intensidade

[169] O recorte por vetores adotado por Diniz e Mendonça (2012) apresenta uma composição de municípios que diferencia o vetor norte central (Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São José da Lapa, Vespasiano e Esmeraldas) do vetor norte (Confins, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Capim Branco, Baldim e Jaboticatubas).

tecnológica (indústria de alimentos) que, nas análises do Projeto de Macrozoneamento, conferiram especificidade ao vetor noroeste de expansão metropolitana. Nesse mesmo eixo viário se encontra a CEASAMINAS - um importante equipamento metropolitano de distribuição de alimentos - que vem induzindo a instalação de diversas indústrias no seu entorno, potencializadas pelo seu projeto de expansão. Além disso, empreendimentos nos segmentos automobilístico, mecânico, eletroeletrônico e de centros de distribuição estão presentes nesse vetor (UFMG, 2014a).

Um ponto de destaque na relação entre o vetor norte e o vetor oeste é a perspectiva de construção do Anel Viário de Contorno Norte (Rodoanel), para promover uma ligação direta entre esses dois vetores, de forma mais independente do núcleo principal, Belo Horizonte. Existe ainda uma proposta de implementação de plataforma logística no encontro da BR-040 com o futuro Rodoanel, na divisa dos municípios de Contagem e Ribeirão Neves, potencializando a atração de empreendimentos relacionados à estruturação de centros de distribuição e sistemas de logística (UFMG, 2014a).

Reforçando o processo histórico de articulação entre investimentos públicos e privados e a valorização imobiliária, têm se intensificado na região o parcelamento do solo e a produção de condomínios fechados e loteamentos residenciais de grande porte e propostas de grandes projetos econômicos (UFMG, 2011).

Em relação ao processo de uso e ocupação do solo, apreende-se, no vetor, o predomínio de ocupação horizontal em parcelamentos com precária infraestrutura e o adensamento dos assentamentos de população de baixa renda, especialmente nas áreas de melhor acesso viário. Santa Luzia, São José da Lapa, Vespasiano e especialmente Ribeirão das Neves se destacam pela função de cidade dormitório da classe trabalhadora (DINIZ; MENDONÇA, 2015, p. 41)[170]. Há tendência à verticalização em áreas mais próximas da Cidade Administrativa e em áreas com melhor infraestrutura nos municípios mais próximos de Belo Horizonte. A intensificação do parcelamento do solo vem acontecendo com o surgimento de diversos projetos de loteamentos e condomínios fechados voltados para a população de alta renda, além da conformação de lotes grandes típicos de sítios e chácaras, com destaque para Lagoa Santa, Vespasiano e Jaboticatubas. A população de

[170] O uso da expressão cidade dormitório tem sido criticada por autores/as como Lago (2007). Considerando as novas configurações econômicas e sociais do espaço metropolitano e as novas possibilidades produtivas em curso no que se convencionou denominar na literatura como "periferia", Lago identifica uma redução da mobilidade de longa distância entre local de moradia e local de trabalho, bem como uma expansão do mercado de trabalho e mais absorção da mão de obra local nesses municípios "periféricos". Analisando dados do Censo Demográfico de 2000, a autora indica que 63% dos ocupados trabalhavam no município em que moravam, comparativamente com dados do Censo Demográfico de 1980, no qual o percentual era de 48%.

baixa renda também é atraída por esses projetos, tendendo a se instalar ao redor dos condomínios fechados, principalmente empregados e prestadores de serviços, assim como acontece no vetor sul. O município de Esmeraldas encontra-se bastante comprometido com a implantação de parcelamentos precários voltados para a população de baixa renda. Nos municípios mais distantes, como Baldim e Jaboticatubas, predominam tipos de ocupação característicos de cidades menos integradas ao processo de metropolização, mas há tendência à implantação de sítios de lazer e parcelamentos fechados de alta renda, particularmente na direção da Serra do Cipó (UFMG, 2011, p. 186-187).

Os dados da anuência prévia referentes ao período 2004-2009 chamam a atenção para Jaboticatubas, município que apresenta acentuada concentração de área de parcelamentos aprovados (21,5 km²), correspondendo a aproximadamente duas vezes e meio a área compreendida pela avenida do Contorno em Belo Horizonte (8,7 km²). Mas outros municípios desse vetor também se sobressaem nesse aspecto, como Lagoa Santa (5,1 km²), Vespasiano (2,4 km²) e Pedro Leopoldo (2,2 km²). Santa Luzia, Esmeraldas, Capim Branco e São José da Lapa tiveram menos de 1 km² e Baldim, Confins, Matozinhos, Ribeirão das Neves não tiveram parcelamentos com anuência prévia aprovados para esse período (UFMG, 2014a).

Quanto à vacância fundiária, dados do PDDI indicam diversos parcelamentos com lotes de 200 m^2 próximos de Santa Luzia que foram produzidos há mais de 20 anos pela prefeitura e até hoje quase não há ocupação, assim como em loteamentos lançados em Confins há 40 anos. Em outros municípios, como Ribeirão das Neves, estima-se que um terço dos lotes aprovados e com infraestrutura urbana estão vagos; em Esmeraldas, a estimativa é de lotes vagos representarem cerca de 40% de ocupação; e em Jaboticatubas, cerca de 70 mil lotes vagos (UFMG, 2010, p. 197).

Parte importante do vetor norte se insere em áreas de reconhecida importância ambiental e cultural, como a borda oeste da Serra do Espinhaço e a zona cárstica, de grande relevância arqueológica e paleontológica, provedora de mananciais de água subterrânea para abastecimento público, mas também com alta vulnerabilidade geotécnica e hídrica (UFMG, 2011, p. 108).

Entretanto, são significativos os impactos ambientais negativos sobre os recursos naturais e elementos da paisagem, decorrentes da mineração de calcário, da indústria de cimento, da abertura de parcelamentos para alta renda e de loteamentos irregulares e sem infraestrutura de saneamento que podem se acentuar em se mantendo as tendências da dinâmica territorial da região. Iniciativas públicas e de organizações da sociedade civil têm

acontecido no sentido de proteger essas áreas com a criação das unidades de conservação Área de Proteção Ambiental (APA) Carste de Lagoa Santa, Área de Proteção Especial (APE) Aeroporto Internacional, Área de Proteção Especial (APE) do Urubu, Parque Estadual do Sumidouro, Parque Nacional da Serra do Cipó e a APA Morro da Pedreira. Essa região também vem atraindo uma série de atividades relacionadas ao turismo, como a implantação do Circuito das Grutas e da Rota Lund (UFMG, 2014a).

Os municípios do vetor norte possuem características bastante distintas no que se refere à ruralidade e às práticas agrícolas (FIG. 34a e 34b). No extremo norte, Jaboticatubas e Baldim, municípios com baixos níveis de integração metropolitana, contam com número expressivo de estabelecimentos agropecuários, totalizando 822 e 463 unidades, respectivamente. Deste total, 895 são estabelecimentos de agricultura familiar (IBGE, 2006). Esses municípios se destacam pela produção pecuária na zona rural e pela participação do fornecimento total de determinados produtos na CEASAMINAS/BH (ver ANEXO F e APÊNDICES B e C). Em 2012, Baldim e Jaboticatubas apresentavam, respectivamente, o 3º e 4º maior rebanho de bovinos da RMBH. Jaboticatubas é o principal fornecedor de diversas hortaliças para a CEASAMINAS/BH, como rabanete, nabo, salsão, alho-porró, moyashi, broto de alfafa, broto de bambu. Na região há um Barracão do Produtor, instalação física equipada para o beneficiamento de frutas e hortaliças destinadas à comercialização. Segundo informações fornecidas pelo Escritório Local da EMATER-MG em Baldim, o Barracão está localizado próximo da divisa e agrega 130 produtores associados dos dois municípios. Há também o fornecimento de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por 30 produtores que atendem a 40 instituições, sendo três em Baldim e o restante em Sete Lagoas e outros municípios da RMBH. A produção agropecuária destinada à comercialização baseia-se, de modo geral, na utilização de insumos químicos e técnicas convencionais de cultivo, com potencial de impacto negativo nos sistemas ambientais e hídricos da região, uma vez que o rio Jaboticatubas é afluente do Rio das Velhas (UFMG, 2014a, p. 68).

Por outro lado, organizações como a Educação, Ecologia e Solidariedade (AMANU) e a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), com atuação no município de Jaboticatubas, chamam a atenção para a presença da agricultura familiar e de comunidades quilombolas no município (Mata do Tição e Açude), onde são observadas práticas agrícolas baseadas nos princípios da agroecologia, além de práticas

extrativistas171. Parte dessa produção é comercializada quinzenalmente na Feira Raízes do Campo - A Feira Agroecológica de Jabó, um empreendimento coletivo que agrega agricultores familiares e consumidores e é apoiada pela AMANU172.

Pedro Leopoldo, Capim Branco e Matozinhos encontram-se mais integrados à dinâmica de metropolização e do ponto de vista do uso e da ocupação do solo são municípios que ainda apresentam expressivas áreas não urbanizadas em seus territórios e mantêm zonas rurais no zoneamento municipal. Esses três municípios somam 293 estabelecimentos agropecuários em seus territórios, sendo 111 deles unidades produtivas da agricultura familiar.

Dos três municípios, Capim Branco sobressai pelo trabalho conjunto entre agricultores e instituições locais, como a Associação dos Produtores Orgânicos de Capim Branco e Matozinhos (ASPROCAM), o Escritório Local da EMATER, a prefeitura e a Câmara de Vereadores, no sentido de fortalecer as práticas e a imagem do município como uma referência na produção de alimentos orgânicos, como indica a aprovação da Lei Municipal nº 1.224/2011, que dispõe sobre a denominação de Capim Branco-MG como "Cidade Orgânica". O município apresenta sete produtores certificados (o maior número da RMBH) e tem outros agricultores em processo de transição para a agricultura orgânica e em processo de certificação, sendo que várias dessas experiências encontram-se localizadas dentro do perímetro urbano[173]. Segundo informações do Escritório Local da EMATER, parte da produção de orgânicos de Capim Branco é destinada para a alimentação escolar, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), atendendo estudantes de escolas públicas de Capim Branco, Matozinhos, Pedro Leopoldo, São José da Lapa, Prudente de Morais e Sete Lagoas. Outra parcela é comercializada no programa Feira de Orgânicos da Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional (SMASAN) da Prefeitura de Belo Horizonte, no processo de venda direta. No cenário metropolitano, são conhecidas a Fazenda Vista Alegre e a empresa Fito Produtos Orgânicos[174].

---

[171] Segundo relatos de integrantes da AMANU e REDE em oficinas do Projeto de Macrozoneamento e em reuniões com o Grupo AUÊ!, nas comunidades de Bamburral e Curralinho prevalece a agricultura convencional. Nas comunidades de Capão do Berto, Espada e Xiru predominam a agricultura em base agroecológica e o extrativismo. Foram também citadas as comunidades de Capão Grosso, Barreiro, Sapé e Rio Vermelho com presença expressiva da agricultura familiar, onde se observa uma mistura nas técnicas de cultivo convencionais e ecológicas.

[172] http://feirajabo.wix.com/raizesdocampo.

[173] Segundo relato do técnico local da EMATER em reunião com integrantes do Grupo AUÊ!

[174] http://www.fitoalimentos.com.br/capa/index_new.asp; http://vivavistaalegre.com.br/.

Pedro Leopoldo apresentou o quinto maior PIB agropecuário da RMBH em 2012 (ver ANEXO E). Em 2013, o fornecimento de ovos de granja representou 54,7% da produção fornecida pelo município à CEASAMINAS/BH-Unidade BH e 75% do valor arrecadado com essas vendas. A Fazenda do Moinho, uma grande empresa de avicultura local, tem um plantel de 450.000 aves e emprega mais de 200 funcionários[175]. O município sedia o Centro de Produção Sustentável da UFMG/Fazenda Experimental da Universidade Federal da UFMG, com 450 hectares de área. Segundo Silva (2012), era o único município da RMBH a contar com um Plano Diretor para o Meio Rural e um Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. Já em Matozinhos, a atividade agrícola foi registrada na região de Mocambeiro e a atividade pecuária nas margens do Rio das Velhas, na divisa com o município de Jaboticatubas. Matozinhos e Pedro Leopoldo apresentam o quinto e o sétimo maior rebanho de bovinos da RMBH, respectivamente.

O município de Esmeraldas teve o maior Valor Adicionado na Agropecuária da RMBH em 2012 (R$ 44,5 milhões), sendo importante observar que a proporção da atividade agropecuária no total do PIB não é tão elevada, dada a existência de outras atividades econômicas com PIB importante no município. Em Esmeraldas, a atividade agropecuária foi responsável por 13,17% do total de empregos formais no município, segundo dados de 2012, sendo que o município apresentou, no mesmo ano, o maior rebanho de bovinos e a maior produção de leite da RMBH (ver ANEXOS E e F).

Nesse município encontra-se um dos seis Centros Educacionais da Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE). As instalações da entidade, que atende prioritariamente crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social da zona rural, contam com a estrutura de quatro moradias estudantis e uma fazenda experimental, onde são desenvolvidas atividades de formação técnica para a produção de hortaliças orgânicas. Recentemente, parte da produção passou a ser comercializada na Feira da Agricultura Familiar e Urbana que acontece semanalmente na Cidade Administrativa. Outras iniciativas locais são a Cooperativa Mista de Produtores Artesanais e Rurais de Melo Viana (COOPERMEV), que participa da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), e o Banco Comunitário Esmeralda, que oferece serviços de

[175] http://www.fazendadomoinho.com.br/.

crédito de consumo (sem juros e concedido em Moeda Social Esmeralda) e de crédito produtivo (com juros de até 1% e concedido em Reais)[176].

Nos municípios conurbados com Belo Horizonte (Santa Luzia, Vespasiano e Ribeirão das Neves) e naqueles mais integrados à recente dinâmica de valorização imobiliária da RMBH (São José da Lapa, Lagoa Santa e Confins), tem se acentuado a tendência à ampliação dos perímetros urbanos, sendo que em Vespasiano e Confins foram extintas as zonas rurais. Mas em todos os municípios é registrada a presença de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar (148) e não familiar (172), totalizando 320 unidades (ver ANEXO H), assim como práticas agrícolas nas porções não construídas do território e em espaços domiciliares e institucionais.

Em Santa Luzia, Hissa (2008) destaca o plantio de hortaliças e frutas e a criação de animais nos quintais de moradores da comunidade quilombola de Pinhões, em Santa Luzia, além da produção de leite e doce de leite. A produção é comercializada em Belo Horizonte, juntamente com produtos de vizinhos e sitiantes da localidade, assim como produtos oriundos de produções comerciais em outros municípios da RMBH. No município de Ribeirão das Neves, a Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares de Ribeirão das Neves fornece hortaliças para o mercado institucional (Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos) e a produção agrícola se destaca na Comunidade da Volta em Areias (Justinópolis) e Piabas. Em Lagoa Santa a pecuária extensiva foi indicada nas localidades de Quinta do Sumidouro e na Lapinha. Em vários municípios da região foram identificados instituições ou sujeitos coletivos com alguma atuação em iniciativas de promoção da agricultura ou do desenvolvimento rural. Além dos exemplos já citados, deve-se mencionar que existem sindicatos de trabalhadores rurais em Jaboticatubas, Baldim, Capim Branco e Ribeirão das Neves e apenas Confins e Santa Luzia não contavam com escritórios locais da EMATER.

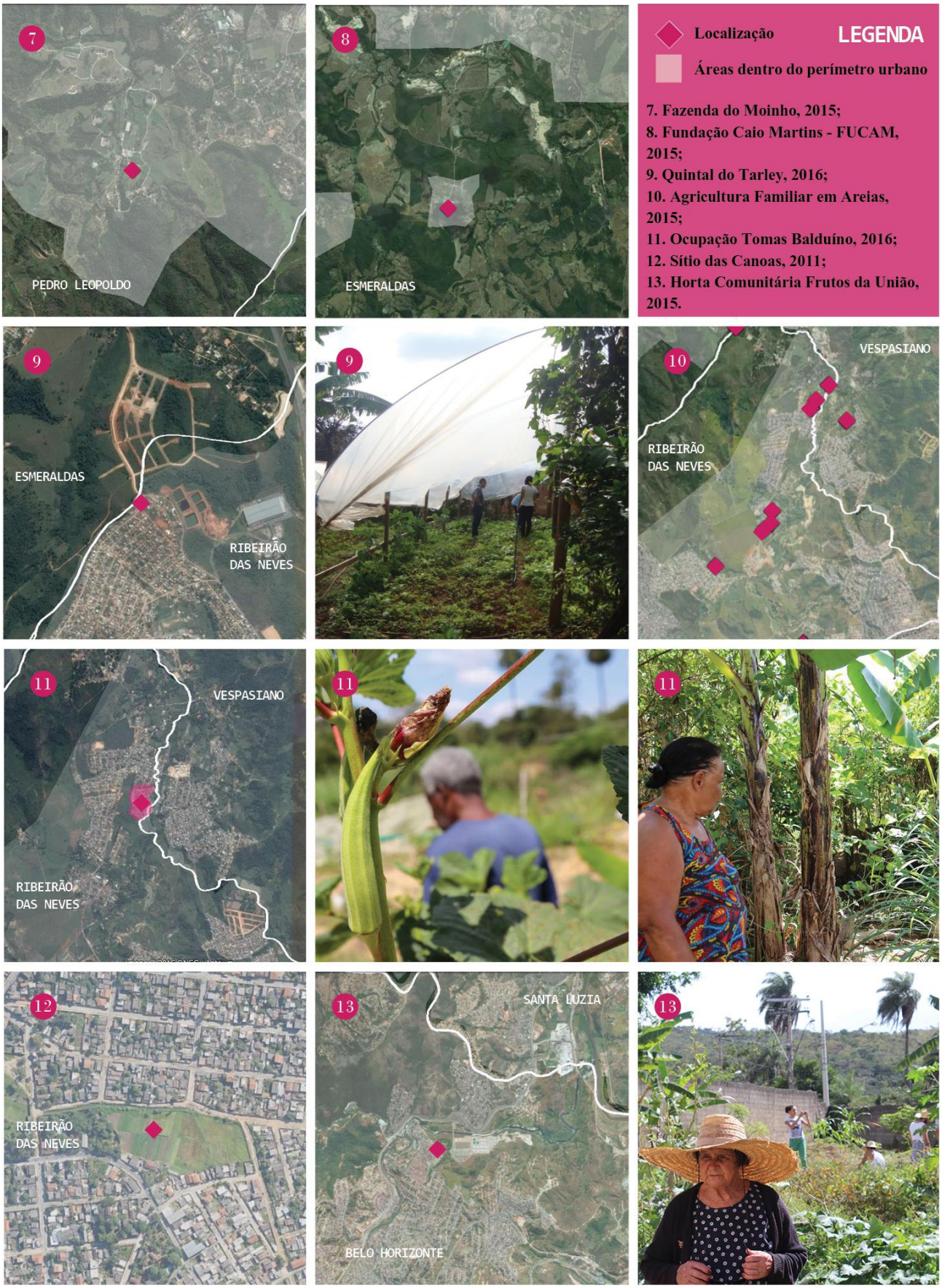
[176] http://www.fucam.mg.gov.br/; http://bancoesmeralda.com.br/o-banco-comunitario-esmeralda.php.

Figura 34a - Agriculturas no vetor norte



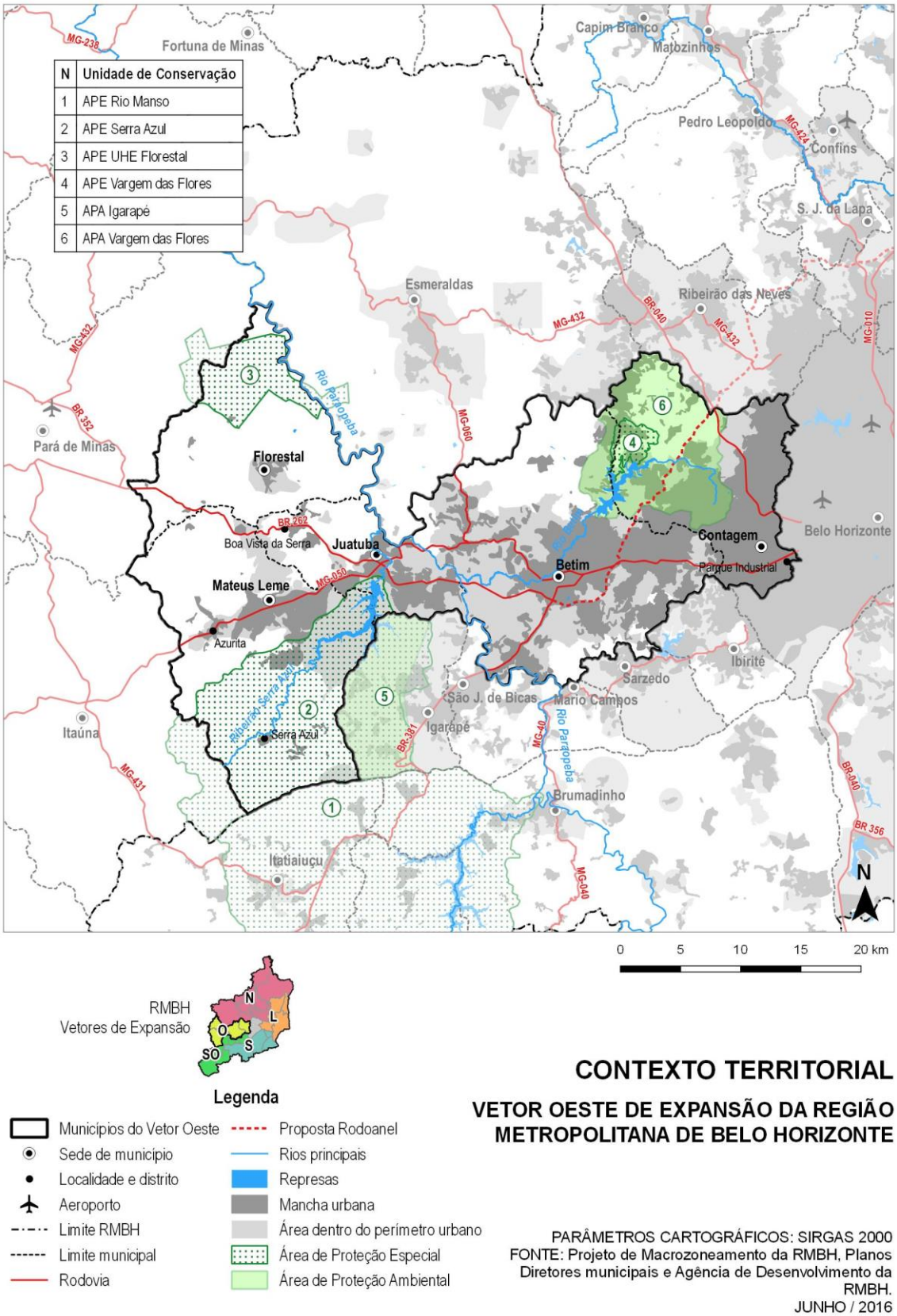
Fonte: Acervo Grupo AUÊ!, Amanu, Projeto Vista Alegre e FITO Orgânicos

Figura 34b - Agriculturas no vetor norte



Fonte: Acervo Grupo AUÊ! e Agroecologia na Periferia.

Figura 35 – Vetor oeste



Fonte: elaborada por Marcos Brito para este trabalho.

Nas análises realizadas pelo Projeto de Macrozoneamento, o vetor oeste é formado pelos municípios de Betim, Juatuba, Florestal e Mateus Leme, além de parte do município de Esmeraldas. Levando em consideração as análises de Diniz e Mendonça (2015), o município de Contagem foi integralmente incorporado nesse vetor (FIG. 32)[177].

Esse é o vetor mais antigo no processo de metropolização de Belo Horizonte, tendo se iniciado na década de 1940, com a implantação da Cidade Industrial, em Contagem, e pela ligação de Belo Horizonte com a região industrial pelo prolongamento da avenida Amazonas. Já na década de 1970, Contagem e Betim se consolidaram como municípios privilegiados no processo de industrialização da região, na produção de loteamentos para a população de baixa renda pelo mercado imobiliário e na construção de conjuntos habitacionais pelo estado (UFMG, 2014a).

Atualmente, o vetor apresenta os municípios com os níveis mais altos de integração com Belo Horizonte e os mais altos graus de urbanização depois da capital (considerando o PIB, renda total, crescimento e densidade populacional, proporção de saídas e entradas de movimentos pendulares, etc). Em virtude da densidade da conurbação, o município de Contagem pode ser considerado uma extensão de Belo Horizonte e por outro lado está fortemente conurbado com Betim (DINIZ; ANDRANDE, 2015). Para além dos municípios de Betim e Contagem, o vetor oeste se estende ao longo dos eixos viários da BR-381, da MG-050 e da BR-262, que ligam a Belo Horizonte aos municípios de Juatuba, Florestal e Mateus Leme (UFMG, 2014a).

A área formada pelo bairro Eldorado e pela Cidade Industrial em Contagem é o centro sub-regional de maior porte e dinamismo da RMBH, devido à forte concentração de atividades produtivas modernas e pela crescente presença de comércio e serviços, assim como pela sua acessibilidade privilegiada. Essa centralidade sub-regional exerce também significativa polarização sobre os municípios localizados no vetor oeste na RMBH, como Juatuba, Mateus Leme, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Mário Campos e Sarzedo (UFMG, 2011).

Esse vetor representa ainda o principal corredor industrial na RMBH e o dinamismo de Betim tem influenciado outros municípios do seu entorno, principalmente a partir do transbordamento das atividades ligadas à FIAT e sua cadeia de fornecedores,

[177] No recorte por vetores adotado por Diniz e Mendonça (2015), o vetor oeste é composto pelos municípios de Contagem, Betim, Ibirité, Sarzedo e Mário Campos. Na proposição original do macrozoneamento, o município de Contagem, juntamente com partes dos municípios de Esmeraldas e Ribeirão das Neves, mais afetados pela BR 040, integravam o vetor noroeste.

especialmente nos municípios de Juatuba e Mateus Leme. Nota-se também nesses dois municípios uma diversificação produtiva: em Juatuba, indústrias veterinárias, enquanto em Mateus Leme, indústria de autopeças, metalúrgica e química estão surgindo (UFMG, 2014a).

De acordo com os estudos sobre o uso e ocupação do solo nesse realizados pelo PDDI nesse vetor, os núcleos centrais são áreas de ocupações espontâneas tradicionais, com predominância de usos residenciais de baixa e média densidade e edificações de pequeno porte. Em Betim e Contagem há muitos conjuntos habitacionais de iniciativa pública e privada, assim como áreas com predominância do uso residencial com carência de infraestrutura. Condomínios fechados, chácaras e sítios de lazer são recorrentes nos municípios de Betim, Florestal, Juatuba e Mateus Leme e, com exceção de Betim, são também comuns os loteamentos desocupados carentes de infraestrutura (UFMG, 2010).

Recentemente, no vetor oeste, os municípios de Contagem e Betim se sobressaem pela intensificação da produção de pequenos conjuntos de prédios residenciais, inseridos em áreas já urbanizadas ou de urbanização recente, voltados para as populações de renda média, e também a produção de unidades para populações de baixa renda em áreas desocupadas e próximas de Belo Horizonte, incentivada, sobretudo, pelo Programa Federal Minha Casa Minha Vida. Nos demais municípios desse eixo, chama a atenção o grande estoque de lotes sem infraestrutura ou com infraestrutura muito precária (com exceção de Itaguara). Outra particularidade observada nesses municípios é a ocorrência de chácaras e sítios de lazer voltados para camadas de renda média da própria região (PDDI, volume 1, p. 187).

Em fins da década de 1970, para controlar a produção indiscriminada de loteamentos por empreendedores privados (que a partir de regulamentação legal de Belo Horizonte migrou para municípios vizinhos), as prefeituras de Igarapé e Mateus Leme (que na época ainda incluía Juatuba) promoveram o parcelamento sistemático de áreas remanescentes dentro de seus perímetros urbanos, a partir de leis próprias de parcelamento e outros mecanismos de incentivo. A maior parte dos loteamentos assim produzidos permanece vazia até hoje, embora sejam regulares e providos de infraestrutura urbana. Em Mateus Leme, cerca de 50 loteamentos têm apenas 20% de ocupação, somando em torno de 40 mil lotes vagos para uma população estimada de menos de 27.000 habitantes em 2009 e Juatuba exibe números semelhantes (UFMG, 2010, p. 197). Os municípios desse vetor não se destacam pelo número de parcelamentos aprovados com anuência prévia entre 2004 e 2009. Betim, Juatuba, Mateus Leme e Florestal somaram cada um menos de 1 km^2

e Contagem não teve algum pedido registrado, indicando que o crescimento nesses municípios deve acontecer pela abertura de novos parcelamentos irregulares ou pelo adensamento e ocupação de loteamentos já existentes (UFMG, 2014a, p. 27).

No vetor oeste encontram-se marcos paisagísticos e ambientais interessantes, como a Serra do Elefante e duas importantes represas que contribuem para o abastecimento de água de grande parte da RMBH - Vargem das Flores e Serra Azul. Na bacia hidrográfica do médio rio Paraopeba (e na área de influência do Sistema Serra Azul) existem conflitos em torno do uso da água em áreas de nascentes e importantes mananciais. E os impactos na qualidade da água e no assoreamento, devido à ocupação densa e diversificada e às ocupações irregulares, demandam ações mais efetivas de conservação e proteção ambiental (UFMG, 2014a, p. 86).

Todos os municípios desse vetor ainda contêm rurais nos seu zoneamento, ainda que com diferenças expressivas no uso e ocupação das mesmas. Ao todo, Mateus Leme, Florestal e Juatuba somavam 999 estabelecimentos agropecuários, sendo 593 da agricultura familiar, de acordo com o Censo Agropecuário de 1996 (ver ANEXO H). A produção agrícola desses municípios, somada à de Esmeraldas (cuja porção oeste tem caráter mais rural e agrícola), totalizou aproximadamente R$ 96 milhões em 2012 (ver ANEXO E). Mateus Leme tem o segundo maior Valor Adicionado na Agropecuária da RMBH (R$ 30,8 milhões) e, assim como Esmeraldas, a proporção da atividade agropecuária no total do PIB não é tão elevada (6,97%), dada a existência de outras atividades econômicas com PIB mais expressivo. Em Florestal, a atividade agrícola soma cerca de R$ 17 milhões ou 24,3% do PIB total, representando o município da RMBH onde a atividade agropecuária tem mais importância em sua economia, sendo o município com maior participação do emprego agrícola no total de empregos formais gerados em 2012 (26,28%).

Esses municípios, juntamente com os do vetor sudoeste, caracterizam-se como os mais significativos no tocante à produção agropecuária da RMBH e na participação no abastecimento da CEASAMINAS/BH (FIG. 36a e 36b). De modo geral, a atividade está baseada em modelos de produção de grande escala, orientada para a comercialização e pela utilização de tecnologias convencionais e insumos químicos. Na sub-bacia de Serra Azul também se encontram diversas atividades agropecuárias, como pastagens, áreas de cultivo, que integram o abastecimento alimentar da RMBH (UFMG, 2014a). Mateus Leme foi o principal fornecedor de muitos produtos hortifrutigranjeiros para a CEASAMINAS/BH em 2013, comercializando, no total, mais de 17.850 toneladas de produtos e registrando o

segundo maior número de produtores cadastrados (total de 86 produtores). O município é o principal fornecedor de diversas hortaliças para a CEASAMINAS/BH, como jurubeba, berinjela, pimenta, vagem, pepino, milho verde, pimentão. Já Florestal se destaca na suinocultura e avicultura, ocupando o segundo lugar no rebanho de suínos (21%) e o primeiro lugar na produção de frangos (40%) da RMBH (ver ANEXO F e APÊNDICES B e C).

A Universidade Federal de Viçosa mantém um *Campus* em Florestal, disponibilizando diversas modalidades de cursos técnicos e um curso de graduação em Agronomia. Recentemente, passou a sediar iniciativas de socialização de experiências sobre produção familiar e agroecologia, como o Balaio de Saberes - 1º Encontro de Agricultores e Agricultoras, durante o tradicional evento Semana do Produtor Rural, organizado pelo Grupo Balaio de Agroecologia. Outra iniciativa recente é a Rede Pela Horta, formada por um grupo de agricultores familiares, técnicos, estudantes e artesãos e que pretende apoiar cadeias curtas de produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos produzidos por pequenos agricultores com base nos princípios da agroecologia[178].

Betim e Contagem, municípios do vetor oeste com atividade industrial mais consolidada e altamente integrados com a metrópole, também apresentam atividade agropecuária. Segundo o Censo Agropecuário 1996, seriam 375 estabelecimentos agropecuários nos dois municípios, sendo 176 de agricultura familiar e 199 de agricultura não familiar. A porção sul de Betim integra o "tradicional cinturão verde" da RMBH, com destaque para a produção de hortaliças voltadas para o abastecimento da CEASAMINAS/BH.

Nesses dois municípios, com expressivas atividades industriais, registram-se iniciativas tanto da sociedade civil como do poder público de incentivo à agricultura urbana para incentivo e agregação de valor à produção de agricultores urbanos e familiares. Em Contagem foi inaugurado, em 2010, o Centro Municipal de Agricultura Urbana e Familiar (CMAUF), desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Contagem e Coordenadoria de Segurança Alimentar Nutricional e Abastecimento (CSANA). O CMAUF abriga o primeiro banco de hortaliças não convencionais do estado em área urbana, envolvendo uma parceria entre a EMATER, a prefeitura, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), a

[178] http://pelahorta.com.br/; http://www.spr.caf.ufv.br/.

EMBRAPA Hortaliças e o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e tem o objetivo de estimular o cultivo e o consumo de hortaliças raras na RMBH. Conta ainda um sistema agroecológico demonstrativo de produção com canteiros de hortaliças e plantas medicinais, pomares, produção de composto orgânico e estufas; uma unidade de processamento de alimentos, além de atividades de formação voltadas para a produção e consumo de alimentos saudáveis e organização comunitária. Em 2012 o CMAUF foi transferido para um novo espaço, visando à ampliação dos programas já existentes, como a experimentação de tecnologias agroecológicas e produção de alimentos de qualidade.

Também em 2010 a Prefeitura de Contagem apresentou o resultado do diagnóstico da situação da agricultura urbana e familiar do município, elaborado pela Secretaria em conjunto com a empresa Jota Desenvolvimento Sustentável, no primeiro semestre daquele ano. O diagnóstico identificou áreas públicas e privadas disponíveis do município com potencial para a agricultura urbana e familiar (produção de alimentos, proteção ambiental, geração de renda e criação de pequenos animais) e promoveu um debate ampliado sobre diretrizes para a elaboração do Plano Municipal de Agricultura Urbana e Familiar, visando fomentar a produção e a comercialização de alimentos saudáveis (agroecológicos). A intenção de apoio à agricultura urbana e agricultura familiar também está registrada em iniciativas no marco legal (CONTAGEM, 2009), que cria o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SIMSANS) de Contagem e estabelece o Programa de Agricultura Urbana, Periurbana (AUP) e Familiar (capítulo IV – da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável), bem como n a proposição de um projeto de lei sobre política agrícola e pecuária no âmbito do Plano Diretor do Município de Contagem.

Já em Betim houve uma iniciativa de marco legal para a criação do Programa Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana Sustentável (BETIM, 2010). A Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Econômico conta com um órgão responsável pelo fomento à agricultura no município, nas áreas rural, urbana e periurbana, além de iniciativas governamentais de apoio à comercialização da produção da agricultura familiar por meio dos programas institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos.

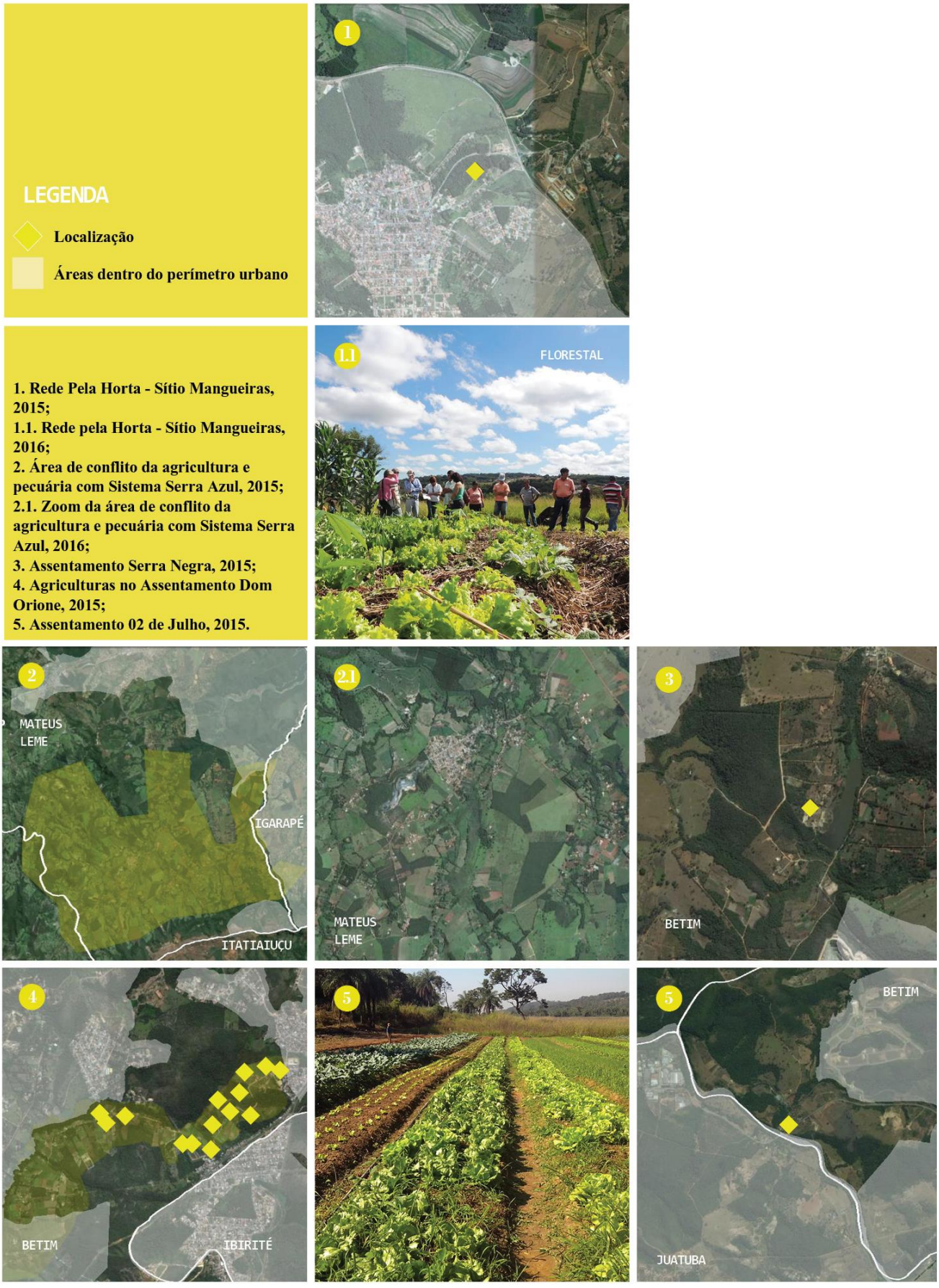
Outra iniciativa, envolvendo uma parceria entre a organização Ser Cooperativa e a PETROBRÁS é a Horta Comunitária Plantando o Futuro, reativou uma horta comunitária de 6.000 m^2, situada no entorno da Refinaria Gabriel Passos (REGAP), na divisa de Betim com Ibirité, buscando viabilizar a geração de renda de um grupo “autogerido” a partir da

consolidação de um empreendimento de agricultura urbana[179]. Já o turismo rural é um dos setores em crescimento em Betim, que abriga em seu território fazendas, alambiques, parques ecológicos, pousadas, estabelecimentos do tipo "pesque-e-pague", sítios de aluguel, entre outros atrativos.

Em Betim encontram-se os Assentamentos Dom Orione e Serra Negra, no bairro Petrovale, e o Assentamento 02 de Julho no bairro Vianópolis. Em Contagem encontra-se a comunidade quilombola dos Arturos, que está localizada no bairro Jardim Vera Cruz e a Comunidade Quilombola Bakisso Bantu Kassange, está localizada no bairro Atalaia, em Mateus Leme (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA - CEDEFES, 2008). Em Mateus Leme, Esmeraldas e Betim existem sindicatos de trabalhadores rurais e todos os municípios desse vetor contavam com escritórios locais da EMATER.

[179] O projeto busca replicar a Tecnologia Social “Jardins Produtivos Cidades Cultivando o Futuro”, implementada pelo Programa Cidades Cultivando para o Futuro em Belo Horizonte, em 2008, e certificada pela Fundação Banco do Brasil em 2011 na horta existente no bairro Petrovale há 10 anos em terreno de propriedade da REGAP e disponibilizado por meio de um termo de sessão de uso.
https://www.facebook.com/Horta-Comunit%C3%A1ria-Agroecol%C3%B3gica-Plantando-o-Futuro-542148712522598/info/?tab=overview.

Figura 36a - Agriculturas no vetor oeste



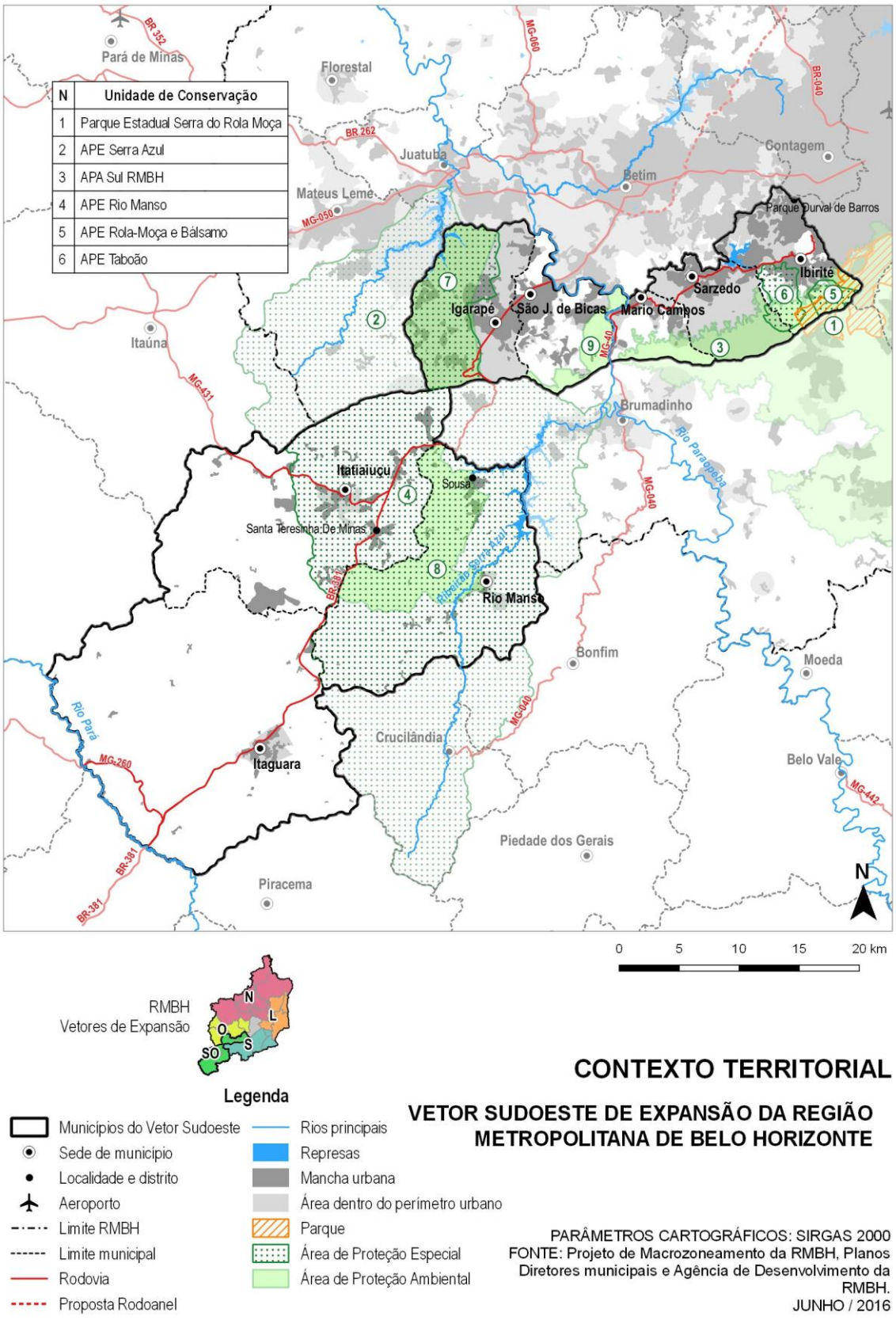
Fonte: Acervo Grupo AUÊ!, acervo IPR, EMATER Mateus Leme e Rede Pela Horta.

Figura 36b – Agriculturas no vetor oeste



Fonte: Acervo Grupo AUÊ! e Horta Comunitária Plantando o Futuro.

Figura 37 – Vetor sudoeste



Fonte: elaborada por Marcos Brito para este trabalho.

Nas análises das tendências de expansão metropolitana do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, o vetor sudoeste é composto pelos municípios de Ibirité, Sarzedo, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Itatiaiuçu, Rio Manso, Itaguara, acompanhando o eixo da BR-381, a partir de Belo Horizonte e Betim, em direção a São Paulo, e da MG-040, que parte de Belo Horizonte e Ibirité até Itaguara (UFMG, 2014a, p. 86) (FIG. 37)[180].

Nesse vetor encontram-se dois grupos bem distintos de municípios. Itatiaiuçu, Rio Manso e Itaguara podem ser considerados municípios dos menos urbanizados da RMBH, com significativas zonas rurais em seu território. Municípios como Ibirité, Sarzedo, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Igarapé encontram-se bastante integrados à dinâmica de metropolização, seja pela conurbação com Belo Horizonte (ou pelo menos com o vetor oeste), seja pelos transbordamentos industriais do vetor oeste. Observa-se uma expansão do parque industrial de Betim ao longo da BR-381, com destaque para Igarapé e São Joaquim de Bicas e uma crescente diversificação produtiva dos municípios, envolvendo atividades metalúrgica, siderúrgica e industrial de baixa intensidade tecnológica (indústria alimentícia, de bebidas e móveis, por exemplo) (UFMG, 2014a, p. 88).

A recente expansão da mineração de ferro é uma atividade econômica de destaque na região, o que tem gerado importantes conflitos com a preservação ambiental e a proteção dos recursos hídricos e outros conflitos característicos dos investimentos da mineração que muitas vezes concentram as rendas minerárias em um município e as externalidades negativas como barragens de rejeitos e pilhas de estéril em outros. As análises do Projeto de Macrozoneamento consideraram ainda os riscos associados à crescente especialização de alguns municípios na mineração em um contexto de desaceleração dessa atividade econômica e de outros fatores associados à atividade minerária, como as externalidades significativas que gera; o fechamento de minas antigas; a concentração de terras; a ocupação de grandes extensões do território, entre outros (UFMG, 2014a, p. 88).

No vetor sudoeste estão localizados o Sistema Rio Manso da COPASA, importante manancial que integra o Sistema Paraopeba no abastecimento da RMBH, e outros mananciais de menor porte que integram o Sistema Isolado Ibirité (Bálsamo, Rola-Moça e Taboões). A região apresenta elementos paisagísticos marcantes, como a Serra do

[180] Já no recorte por vetores proposto por Diniz e Mendonça (2015), o vetor sudoeste é composto pelos municípios de São Joaquim de Bicas, Igarapé, Itatiaiuçu, Rio Manso, Itaguara, Florestal, Juatuba e Mateus Leme.

Itatiaiuçu e o Pico do Itatiaiuçu (que integram o Quadrilátero Ferrífero) e as unidades de conservação Área de Preservação Estadual (APE) Especial Rio Manso, APE Área de Preservação Estadual Serra Azul, Parque Estadual da Serra do Rola-Moça e a APA SUL - Área de Proteção Ambiental Sul RMBH. As atividades minerárias nos topos das Serras de Itatiaiuçu, Três Irmãos e Rola-Moça exercem grandes pressões sobre os recursos hídricos, ameaçando as nascentes e o nível do lençol freático (UFMG, 2014a, p. 90).

Em relação à tipologia de ocupação da RMBH, indicada pelo PDDI-RMBH[181], os núcleos centrais dos municípios desse vetor apresentam áreas de ocupações espontâneas tradicionais que variam de acordo com uma lógica do mercado imobiliário local, podendo ocorrer áreas de adensamento e de usos não residenciais. No entorno desses núcleos encontram-se áreas com usos residenciais de baixa densidade bem-servidas ou com carência de infraestrutura. Pode-se destacar ainda a ocorrência de expressivo estoque de lotes remanescentes sem infraestrutura ou com infraestrutura precária, decorrente de movimentos especulativos. Outro destaque é a predominância de chácaras e sítios de lazer, mais voltados para a população local de média renda, e de condomínios fechados, voltados para a população de alta renda, provavelmente oriunda de Belo Horizonte (UFMG, 2011).

Os dados sobre anuência prévia no período de 2004-2009 indicam menor demanda por novos parcelamentos ou menos atratividade para os loteadores nesse vetor, mas existem conflitos relacionados às ocupações de média/baixa renda (UFMG, 2014a, p. 28,90). Ibirité teve 1 km² de área total com anuência prévia para novos parcelamentos; Igarapé, Itaguara e Itatiaiuçu tiveram menos de 1 km²; e Sarzedo, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Rio Manso não tiveram registros. Ibirité, que tem marcante presença dos setores populares, observou, no último Censo de 2010, incremento de 5% no número de domicílios em aglomerados subnormais, sugerindo a consolidação de ocupações de baixa renda a partir do Barreiro (hoje são cinco ocupações urbanas e concentrando mais de

[181] Os estudos setoriais produzidos no âmbito do PDDI-RMBH buscaram identificar os principais tipos de ocupação recorrentes na região; considerar as características que definem esses tipos (como os momentos de mais dinamismo econômico e do mercado imobiliário, por exemplo), bem como a associação dos mesmos às dinâmicas e tendências de expansão territorial dos municípios metropolitanos. Os principais tipos identificados foram os seguintes: áreas de ocupações espontâneas tradicionais; áreas com predominância do uso residencial de baixa densidade bem-servidas de infraestrutura; áreas com predominância do uso residencial de baixa densidade com carência de infraestrutura; áreas com predominância do uso residencial de média densidade; áreas com predominância do uso residencial de alta densidade; áreas oriundas de parcelamento formal com predominância de usos não residenciais e alta densidade de ocupação; loteamentos desocupados carentes de infraestrutura; conjuntos habitacionais de iniciativa pública; conjuntos residenciais de iniciativa privada; assentamentos precários ou áreas de ocupação espontânea em terreno público ou privado; parcelamentos destinados ao uso industrial ou comercial de grande porte; chácaras e sítios de lazer; condomínios "fechados" de lotes (UFMG, 2010, p. 77).

1.000 famílias) e representando condições ambientais urbanas críticas, diferentemente das demais áreas nesse vetor, que apresentam melhores condições. Em Igarapé, São Joaquim de Bicas e Sarzedo também é preocupante a qualidade da inserção urbana da população, ainda que o acesso a equipamentos de educação, lazer e cultura nesses locais mostre-se mais satisfatório para a qualidade urbana local (UFMG, 2014a, p. 86).

Do ponto de vista da ruralidade e da atividade agropecuária, as áreas dos municípios que acompanham o sopé das serras são reconhecidas na RMBH como um tradicional "cinturão verde" produtor de hortaliças e os municípios localizados mais ao sul exibem fortes traços de ruralidade (FIG. 38a e 38b). Essa característica pode ser apreendida pelo expressivo número de estabelecimentos agropecuários na região, sendo 2.234 da agricultura familiar e 481 da agricultura não familiar. Rio Manso e Itaguara se destacam não apenas por serem os municípios com maior número de estabelecimentos de agricultura familiar da RMBH (1.032 e 636, respectivamente), como pela proporção dos mesmos em relação aos estabelecimentos de agricultura não familiar (100 e 173, respectivamente). Os cinco municípios mais integrados à metrópole (Ibirité, Sarzedo, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Igarapé) possuem, em conjunto, 512 estabelecimentos agropecuários, sendo 363 da agricultura familiar e 147 da agricultura não familiar. Em que pese a integração com a dinâmica metropolitana, contam com significativas porções dos seus territórios demarcados como zonas rurais (ver ANEXO H).

Itaguara, Rio Manso e Itatiaiuçu representam uma importante área de produção agrícola e uma forte tônica na atividade pecuária na RMBH, com altos índices relativos de PIB agropecuário. Os três municípios somados apresentaram um Valor Adicionado na Agropecuária por volta de R$ 46 milhões, significando um setor considerável no total da atividade econômica municipal de Itaguara (13,55% do PIB agregado) e de Rio Manso (16,79% do PIB agregado) (ver ANEXO E). A alta retenção de renda nos municípios reforça o caráter rural da região (com exceção de Itatiauçu, onde a mineração provocou um desequilíbrio maior na relação produção/renda). Ao todo, esses municípios forneceram 19.576 toneladas de produtos agrícolas à CEASAMINAS/BH, totalizando o valor comercializado de R$ 22.723 milhões no ano de 2013.

Já os municípios que compõem o "cinturão verde" têm como principal característica a produção intensiva de hortaliças. Esses municípios apresentaram, em conjunto, um Valor Agregado na Agropecuária de cerca de R$54 milhões. Em 2012 o PIB Agropecuário de Mário Campo somou aproximadamente R$17,5 milhões, correspondendo a 16,23% do PIB total do município (o quinto município da RMBH com maior

participação desse setor na atividade econômica) (ver ANEXO E). Em Ibirité, Sarzedo e Mário Campos ressalta-se principalmente a produção de hortaliças em sítios, espaços próximos e mesmo internos a áreas urbanas bem adensadas.

Esses municípios sobressaem-se pela produção pecuária na zona rural e pela participação na comercialização na CEASAMINAS/BH, sendo os principais responsáveis pelo fornecimento de diversos produtos em relação a todos os outros fornecedores do estado e do país (ver ANEXO F e APÊNDICES B e C). Itaguara se destaca pela produção de leite e pelo rebanho de bovinos, ocupando a segunda posição na RMBH. Todos os demais municípios desse vetor apresentam números expressivos como principais fornecedores de diversas hortaliças para a CEASAMINAS/BH, sendo que o fornecimento de muitas delas chega em alguns casos a abastecer 80 a 100% da quantidade comercializada na central.

Alguns exemplos podem ser aqui ressaltados para uma melhor ideia desse cenário: Ibirité é principal fornecedor de chuchu, cebolinha, coentro, rúcula, salsa, manjericão, hortelã. Mário Campos é o segundo principal fornecedor de agrião, chicória, rabanete, espinafre, rúcula, alface. Sarzedo ocupa a primeira colocação no abastecimento de abacate, almeirão, serralha e Maria Nica. São Joaquim de Bicas é o primeiro colocado no fornecimento de taioba, couve, mostarda. Igarapé está na segunda posição no fornecimento de berinjela, mostarda, jurubeba, abobrinha, couve, milho verde, rabanete e nabo. Itaiaiuçu é o primeiro fornecedor de brócolis e fava e o segundo de couve-flor. Rio Manso se destaca pela couve-flor (1º) e jiló (2º) e Itaguara pelo abacate, almeirão, serralha, maria nica (1º) e taioba, acelga e chuchu (2º).

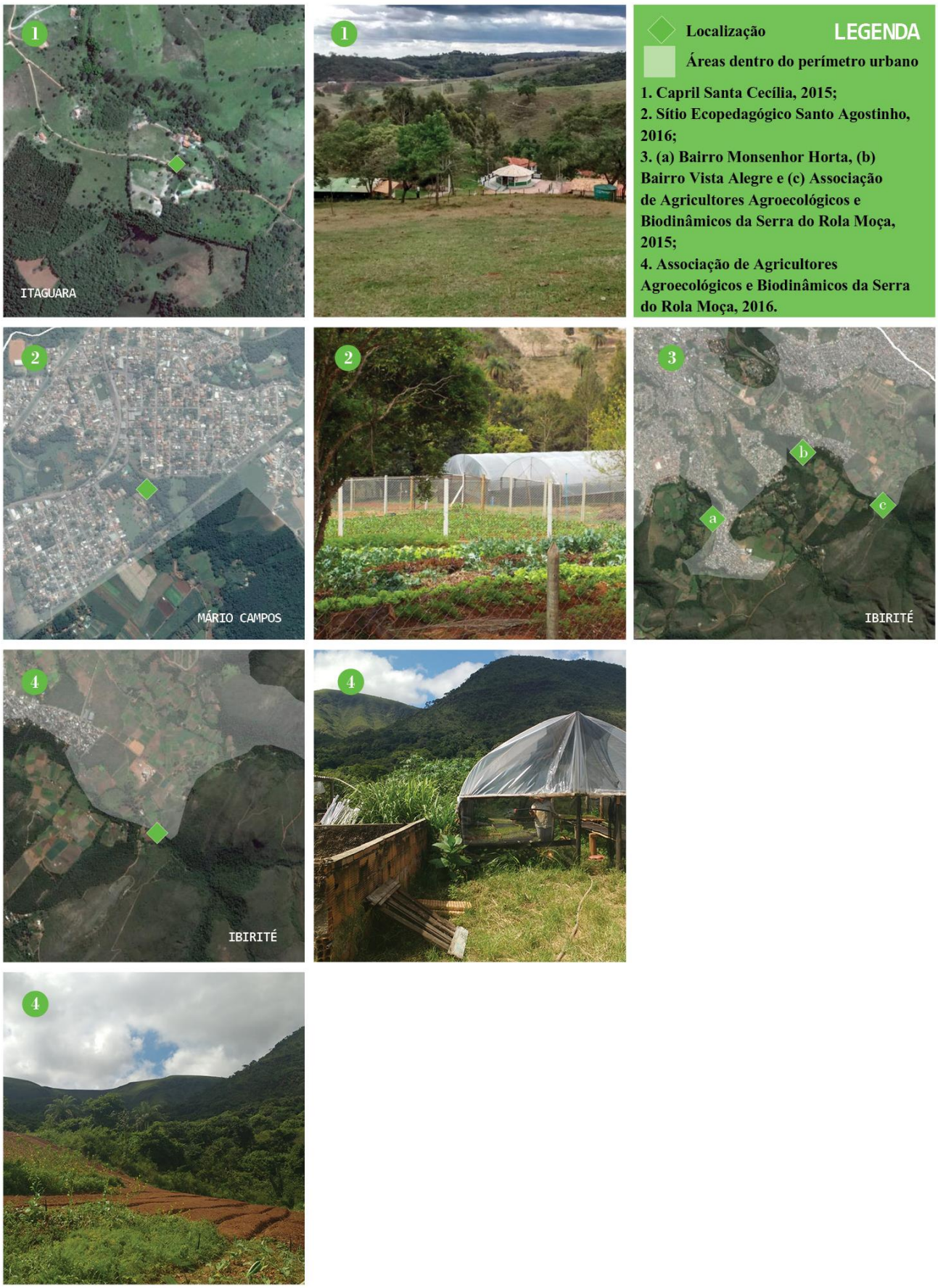
Em Ibirité, Mário Campos, Sarzedo, Rio Manso e Itaguara existem sindicatos de trabalhadores rurais e todos os municípios contam com escritórios locais da EMATER, com exceção de Ibirité. Em Itaguara, a Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros de Itaguara e Região e o Centro de Artesanato Nica Vilela são uma referência de auto-organização de mulheres artesãs e produtoras rurais e o Capril Santa Cecília fornece produtos para a Feira do Campo pra CA, na Cidade Administrativa[182]. Em Mario Campos, o Sítio Ecopedagógico Santo Agostinho oferece atividades de capacitação em agroecologia[183]. Em Ibirité, no entorno do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, um grupo de agricultores e agricultoras da comunidade de Barreirinhos, vinculados à

[182] http://www.caprilstacecilia.com.br/site/.
[183] http://www.recantosantoagostinho.com.br/index.php?pagina=apresentacao&tela=10.

Associação de Agricultores Agroecológicos e Biodinâmicos da Serra do Rola-Moça e ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, produz e comercializa alimentos em feiras da cidade e em Belo Horizonte. Também em Ibirité, a Fundação Helena Antipoff, unidade da Universidade do Estado de Minas Gerais, abriga o KAIPORA - Laboratório de Estudos Bioculturais, que tem desenvolvido trabalhos de pesquisa e extensão sobre a biodiversidade e o saber popular presente nos quintais da cidade[184].

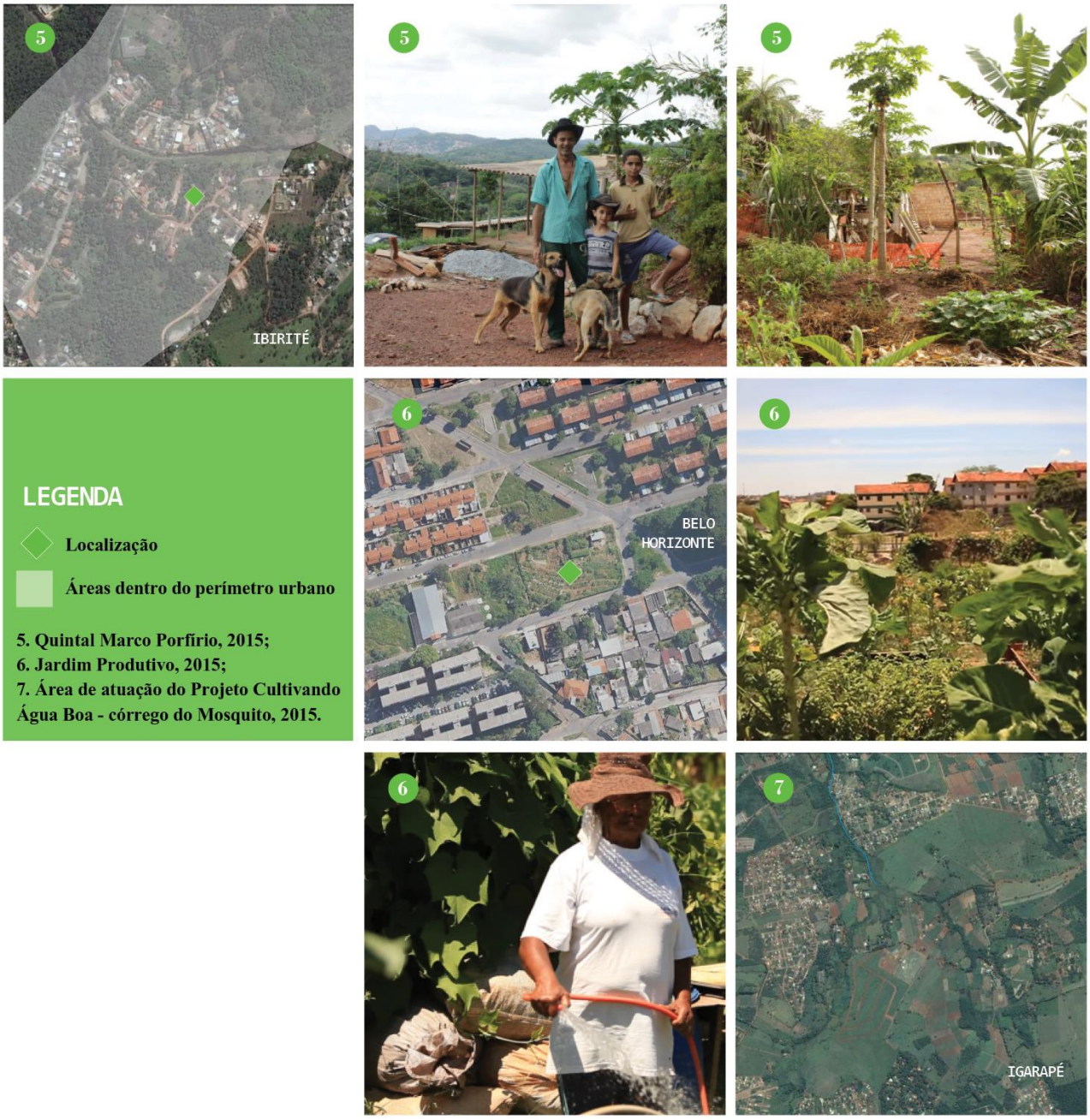
[184] https://labbiocultural.wordpress.com/.
https://www.facebook.com/media/set/?set=a.860729557380924.1073741835.470416683078882&type=3.

Figura 38a - Agriculturas no vetor sudoeste



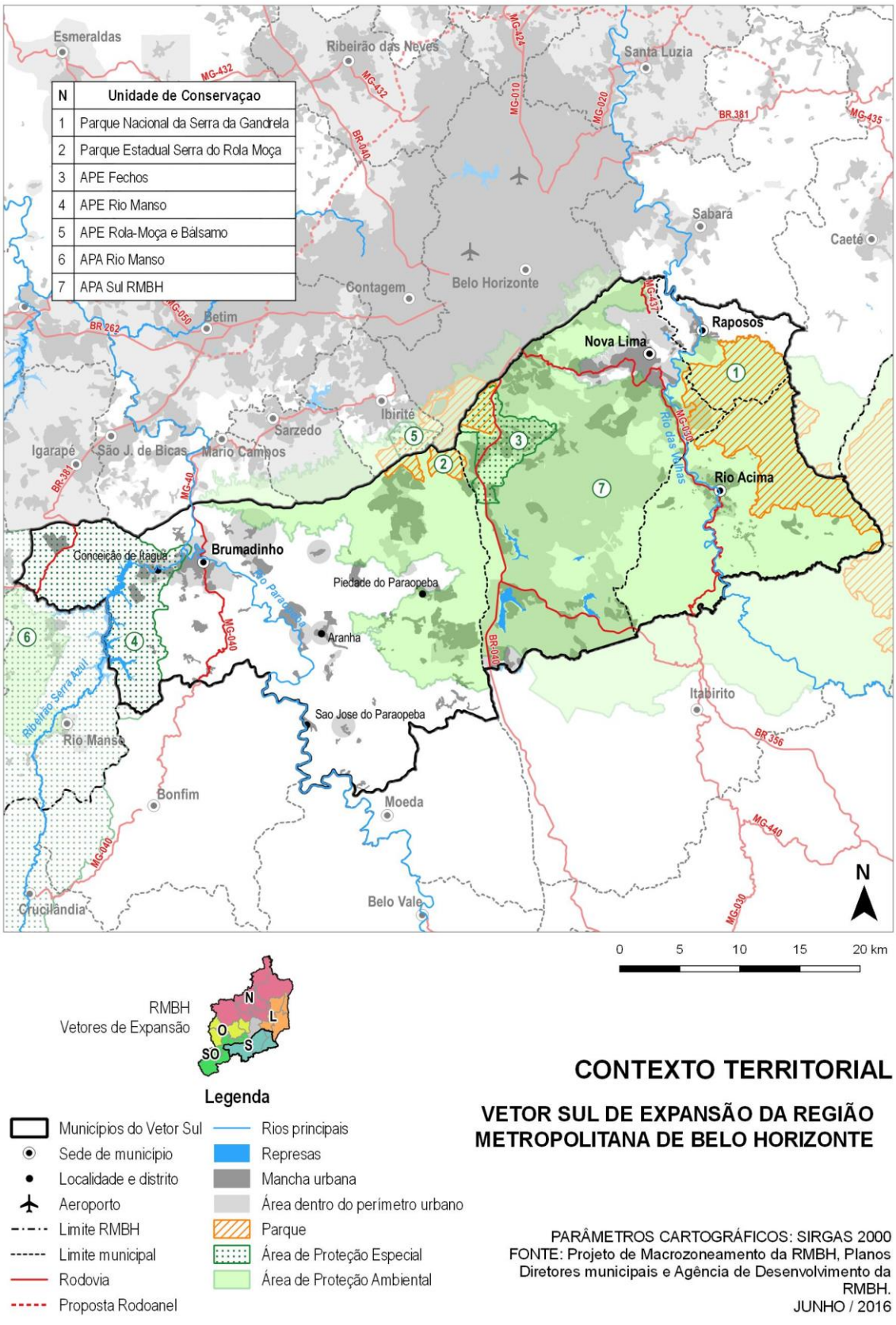
Fonte: Acervo Grupo AUÊ! e Sítio Ecopedagógico Santo Agostinho.

Figura 38b - Agriculturas no vetor sudoeste



Fonte: Acervo Grupo AUÊ!, acervo Kaipora/UEMG e Cultivando Saberes.

Figura 39 – Vetor sul



Fonte: elaborada por Marcos Brito para este trabalho.

A conformação do vetor sul, composto pelos municípios de Nova Lima, Rio Acima, Raposos e Brumadinho, teve início na década de 1950 e se intensificou na década de 1990, com a expansão de zonas residenciais de média e alta renda do sul do município de Belo Horizonte ao longo da BR-040 no sentido Rio de Janeiro e da MG-030, que liga as sedes dos municípios de Nova Lima, Rio Acima e Raposos (DINIZ; MENDONÇA, 2015, p. 37) (FIG. 39)[185].

A trajetória de urbanização e metropolização desse vetor se diferencia dos vetores norte e oeste, nos quais foram decisivos para a estruturação socioespacial, o processo de industrialização e de investimentos públicos e privados em infraestrutura econômica, seguida pela produção periférica de assentamentos. No processo histórico de constituição do vetor sul não se observa a produção da periferia precária em termos socioambientais, o que tem sido explicado, na literatura, pela barreira imposta à expansão, nessa direção, pelas Serras do Curral, Rola-Moça e Moeda, pela estrutura fundiária extremamente concentrada de propriedade da terra pelas mineradoras e pelos atributos ambientais que motivaram iniciativas de proteção da natureza da região. Já o município de Brumadinho, tem uma estrutura fundiária menos concentrada e mais demanda da população por trabalho em seus pequenos núcleos (COSTA *et al.,* 2006; DINIZ; MENDONÇA, 2015, p. 37; UFMG, 2014a, p. 95-101).

O processo de ocupação e urbanização nesse vetor se estruturou a partir das sedes dos municípios de Nova Lima e Rio Acima e dos pequenos núcleos urbanos e povoados antigos, espacialmente dispersos, e da implantação da BR-040, na década de 1950. Posteriormente, a expansão metropolitana aconteceu pelos vários parcelamentos residenciais de baixa densidade e alto valor imobiliário; pela criação de empreendimentos imobiliários complexos; e pela expansão verticalizada de uso misto da zona de contato entre Belo Horizonte e Nova Lima (COSTA *et al.,* 2006; DINIZ; MENDONÇA, 2015, p.37; UFMG, 2014a, p. 96).

Nas duas últimas décadas, o crescimento e a dinâmica metropolitana do vetor sul encontram-se, de modo geral, associados à expansão de loteamentos fechados, sítios de recreio e segunda residência pela população de média e alta renda, que motivaram a intensificação da oferta de vários serviços especializados, bem como pela intensificação da

---

[185] No recorte de vetores adotado no Projeto de Macrozoneamento, o município de Brumadinho está contextualizado no vetor sul e no vetor sudoeste, por ter características que o aproxima das dinâmicas metropolitanas dos destes dois vetores. Nesse caso, buscando facilitar o agrupamento de dados secundários disponíveis sobre a agricultura no âmbito municipal, considerei o recorte proposto por Diniz e Mendonça (2015), que incorpora Brumadinho no vetor sul.

atividade minerária. O processo de metropolização aconteceu de forma acentuada no município de Nova Lima, mas a implantação de loteamentos fechados de recreio e segunda residência alcançou também os municípios de Brumadinho e Rio Acima (DINIZ; MENDONÇA, 2015, p. 37,38,42). Outra dinâmica observada é o adensamento de áreas ocupadas por uma população prestadora de serviços não qualificados e domésticos (Jardim Canadá e Água Limpa, em Nova Lima) (UFMG, 2014a, p. 101).

Nova Lima se destaca como um dos municípios com elevada área total com anuência prévia para novos parcelamentos entre 2004 e 2009, somando 1,2 km^2, segundo dados fornecidos pela Agência Metropolitana. Rio Acima e Brumadinho tiveram menos de 1 km^2 de anuência prévia para novos parcelamentos e em Raposos não foram registradas solicitações (UFMG, 2014a, p. 27). Em contrapartida, em Brumadinho, há indícios de que vários parcelamentos permanecem vagos, devido à recente e crescente expectativa de valorização da terra influenciada pela implantação do Centro de Arte Contemporânea de Inhotim (UFMG, 2010, p. 197). Também em Brumadinho, os conflitos relacionados à tendência à valorização da área, à concentração da propriedade da terra ao redor de Inhotim e à falta de integração com a comunidade local representam um risco de expulsão da população de baixa renda e da população rural (UFMG, 2014a, p. 202).

A principal atividade econômica da região está historicamente associada à mineração do ouro, no século XIX, e posteriormente à mineração de ferro, que recentemente tem recebido investimentos elevados especialmente em Nova Lima e Brumadinho. Nos municípios desse vetor salientam-se ainda os serviços produtivos e atividades industriais de mais intensidade tecnológica (região das Seis Pistas, na divisa entre Nova Lima e Belo Horizonte); os grandes investimentos imobiliários e de serviços avançados (como *shopping*, hospital, etc.), atividades industriais de pequeno e médio; empresas associadas à economia criativa e da cultura; recente turismo cultural em torno do Inhotim, entre outras (UFMG, 2014a, p. 101).

Situada no Quadrilátero Ferrífero, essa região exibe um importante patrimônio ambiental e paisagístico, como a Serra da Moeda, a Serra do Rola-Moça, a Serra do Curral, a Serra do Gandarela; uma expressiva cobertura vegetal, além de várias nascentes e mananciais que contribuem para o abastecimento de água da RMBH e para recarga de mananciais superficiais e subterrâneos na bacia do Rio das Velhas. Como estratégias de proteção da biodiversidade e minimização dos impactos negativos sobre os recursos naturais, inclusive do crescimento urbano, foram criadas diversas unidades de conservação na região, como a APA SUL - Área de Proteção Ambiental Sul RMBH, o Parque Estadual

da Serra do Rola-Moça, a Estação Ecológica de Fechos e Áreas de Proteção Especiais, como a APA Rio Manso, que engloba parte do município de Brumadinho. Em Rio Acima, parte correspondente a 17% da Serra do Gandarela, que integra o território do município, foi tombada como Patrimônio Histórico, Arqueológico, Paisagístico e Cultural. Municípios desse vetor também fazem parte do Sistema Rio das Velhas, principal manancial da cidade de Belo Horizonte e do Sistema Rio Manso (Brumadinho).

Em estudos realizados no vetor sul, Costa (2003) discute a natureza dos conflitos pelo uso do espaço em torno do tripé recursos hídricos x mineração x ocupação urbana na região. Esses conflitos tenderam à intensificação, em um cenário no qual a expansão dos investimentos na exploração do minério de ferro e outros minerais e a ampliação da urbanização (especialmente pela perspectiva de implantação de novos loteamentos), somados ao crescimento da atividade turística, colocaram em risco a proteção dos recursos ambientais da região.

A região também tem importante patrimônio histórico e comunidades quilombolas, como Sapé, Marinhos, Ribeirão e Rodrigues no município de Brumadinho. Essas características culturais e ambientais conferem um potencial para o turismo ecológico, o turismo de aventura e turismo rural para os municípios do vetor.

Em que pese nas análises da dinâmica territorial do vetor sul a centralidade da mineração, da ocupação urbana e da proteção ambiental, a atividade agropecuária também está presente nos municípios desse vetor, com mais destaque em Brumadinho e em menor escala em Nova Lima, Rio Acima e Raposos, sendo os produtos de mais relevo da região a mexerica, o leite, as folhosas e o mel (FIG. 40a e 40b).

O município de Brumadinho apresenta características que o aproximam das dinâmicas metropolitanas do vetor sul e do vetor oeste e também particularidades ambientais que interferem na atividade agropecuária local, com terras mais férteis em algumas porções do território e terras menos apropriadas para o cultivo agrícola. Em 2006, o município contava com 590 estabelecimentos agropecuários, sendo 440 da agricultura familiar, representando o quarto maior número de estabelecimentos de agricultura familiar da RMBH (IBGE, 2006). Em 2012, Brumadinho apresentou o terceiro maior PIB Agropecuário da região, de aproximadamente R$ 25 milhões. Segundo o INCRA, são 1.649 imóveis rurais no município, dos quais 1.528 são minifúndios e pequenas propriedades, ou seja, 92,6% do total de imóveis, mas que ocupam apenas 28,67% da área. Por outro lado, 10 grandes propriedades, com mais de 15 módulos fiscais (0,61% do total de imóveis), ocupam 49,78% da área rural.

A atividade agropecuária no município é diversificada e está organizada por localidades, como Melo Franco, Aranhas e São José, tendo destaque a citricultura; Águas Claras, com a pecuária de leite; e Assentamento Pastorinhas e algumas regiões próximas, com a produção de folhosas. A comercialização ocorre na feira da cidade, aos sábados e domingos, por meio do mercado institucional, e os grandes produtores fornecem para a CEASAMINAS/BH, comercializando, em 2013, 11.971 toneladas de produtos. Brumadinho é o terceiro maior produtor de mexerica de Minas Gerais e importante fornecedor de hortaliças para a CEASAMINAS/BH (ver ANEXO F e APÊNDICE B e C). Alguns produtos de destaque como principal fornecedor para a CEASAMINAS/BH são acelga, alface, chicória, agrião e espinafre (1º), almeirão, serralha, couve e lichia (2º) e coentro, salsão, mostarda e cebolinha (3º). O município também apresenta números expressivos na PPM 2012, ocupando a primeira colocação no rebanho de suínos (39%) e na produção de frangos (15%) na RMBH.

A produção agrícola, na sua grande maioria, é de base convencional, contudo, o Assentamento Pastorinhas é referência na produção agroecológica e a comunidade quilombola Marinhos tem organizado uma pequena produção de orgânicos.

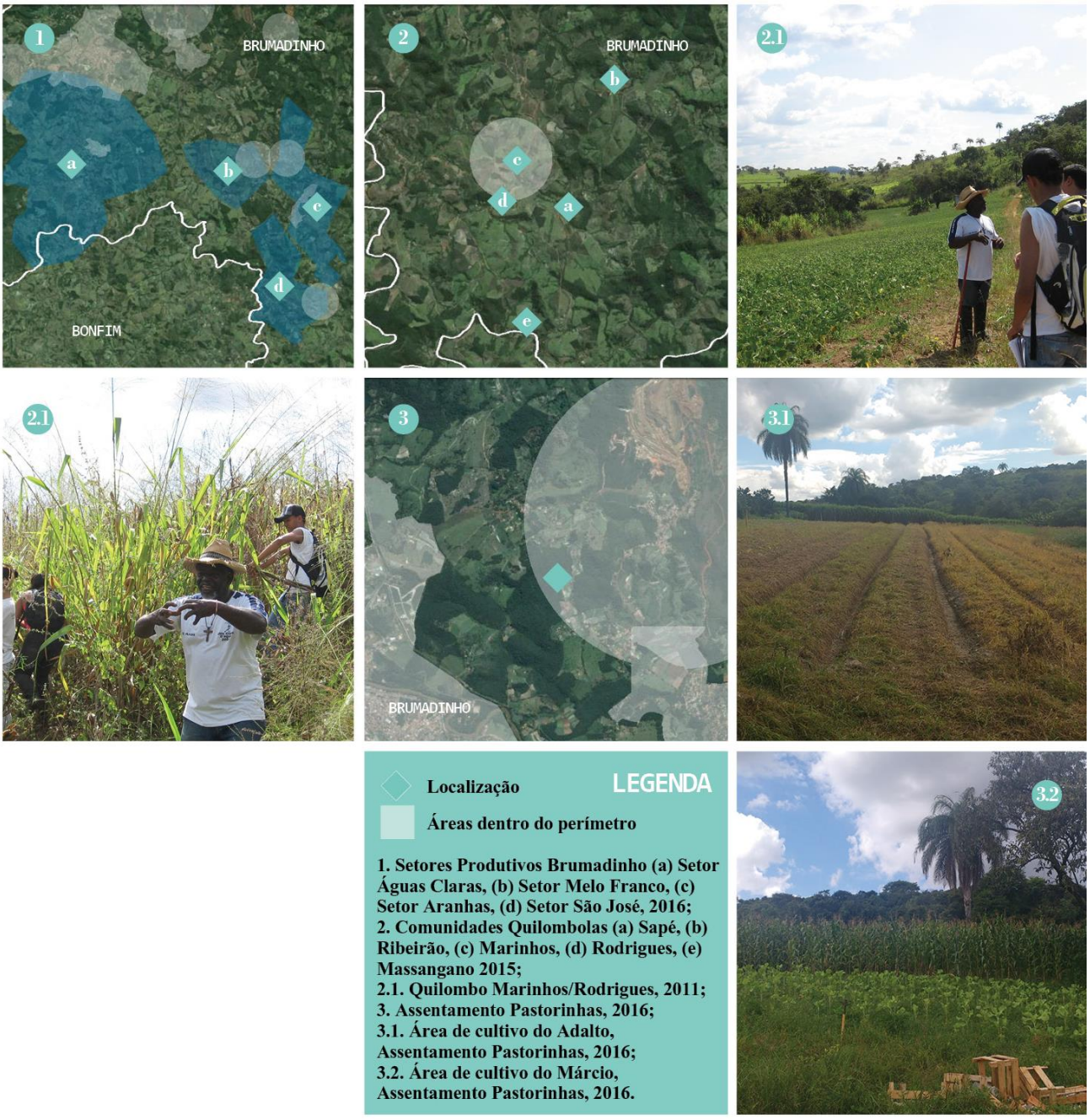
Em Nova Lima, Rio Acima e Raposos, municípios com trajetória marcada pela acentuada concentração da propriedade da terra e pela hegemonia da mineração, não há uma produção agrícola significativa na escala comercial, o que também pode ser percebido pelos dados do Censo Agropecuário 2006, que registram apenas 14 estabelecimentos para o conjunto dos três municípios. A apicultura é a atividade mais relevante, tendo como organização de referência a Associação de Apicultores das Cidades de Rio Acima e Nova Lima (AACRANOLI). Formada por 67 produtores, a associação registrou em 2012 a produção de 2 mil toneladas de mel, informação divulgada no evento Festa do Mel em 2013. Devido ao monopólio da terra pelas mineradoras, os apicultores têm estabelecido acordos de comodato com essas empresas para utilização das terras para a criação de abelhas. Entretanto, iniciativas coordenadas entre as prefeituras, EMATER e organizações locais, como o Instituto Kairós, têm dado mais visibilidade à produção de pequena escala de frutas, hortaliças e pequenos animais, encontrada em sítios, chácaras e quintais. Têm ainda estruturado programas de incentivo à agricultura urbana e periurbana e fomentado a realização de feiras para comercialização dessa produção.

Em Nova Lima registra-se maior expressão da produção domiciliar nas regiões do centro, Honório Bicalho, Rio de Peixe, Santa Rita e São Sebastião das Águas Claras/Macacos; e mais recentemente na região do Bairro Jardim Canadá, segundo

informações de participantes das oficinas do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano. Em Rio Acima, as práticas agrícolas são encontradas nas áreas da comunidade do Santeiro (produção de doces e quitandas), na comunidade Água Limpa e Tangará (mel e hortaliças) e nos quintais de sitiantes dispersos pelo município. Além das feiras centrais, a produção é vendida diretamente nas propriedades, em feiras nos condomínios e em eventos, como a Festa da Goiaba (Rio Acima) e Festa do Mel (Nova Lima). Em 2013, Nova Lima sediou o I Seminário de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte, organizado por um conjunto de organizações da RMBH, tendo como um dos temas de debate a agricultura como uma atividade econômica alternativa para os municípios minerários.

Dos quatro municípios, apenas Raposos não contava com escritório local da EMATER. Em Brumadinho, observa-se um conjunto de organizações com atuação no campo da agricultura, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Associação dos Produtores Rurais de Brumadinho (ASPRUB), a Associação Pastorinhas, formada por agricultores do assentamento que leva o mesmo nome e também de outras comunidades. A prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Pecuária e Abastecimento, tem implementado um conjunto de políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, inaugurando, recentemente, a Central de Fortalecimento da Agricultura Familiar e intensificando a participação em programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que atende prefeituras e organizações sociais da região. A ASPRUB criou uma marca própria para produtos da agricultura familiar da região (Bruma Vida) e comercializa canjiquinha, fubá, feijão e leite em saquinhos. Recentemente, a prefeitura, em conjunto com entidades locais, organizou o 1º Seminário da Agricultura Familiar e Mercados Institucionais, no qual foram discutidas políticas públicas de comercialização, associativismo e cooperativismo da agricultura familiar. O atual Plano Diretor de Brumadinho prevê diretrizes para ocupação e uso do solo e para a atividade agropecuária e o documento “Diagnóstico e Diretrizes para a Estrutura Urbana e do Território Municipal”, de 2006, recomenda estratégias para a diversificação produtiva do setor agropecuário. O Plano Diretor de Raposos de 2006 prevê diretrizes para criação e implantação de projeto municipal de incentivo à agricultura orgânica.

Figura 40a - Agriculturas no vetor sul



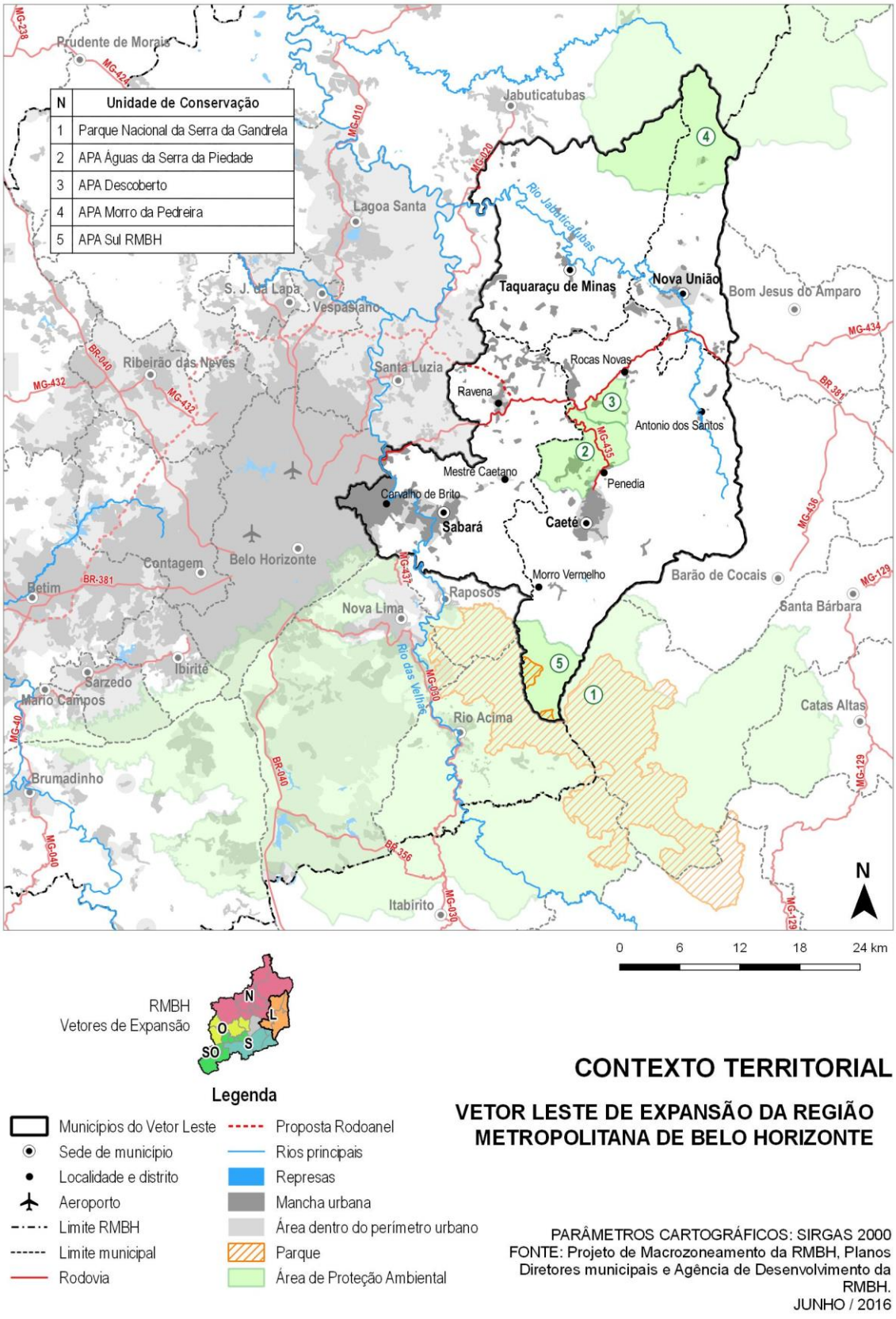
Fonte: Acervo Grupo AUÊ!, EMATER Brumadinho e Comunidade Quilombola Marinhos e Rodrigues.

Figura 40b - Agriculturas no vetor sul



Fonte: Acervo Grupo AUÊ!, AACRANOLI, Instituto Kairós e Cogumelos do Caminhante.

Figura 41 – Vetor leste



Fonte: elaborada por Marcos Brito para este trabalho.

O vetor leste tem como principal influência os eixos viários da BR-262 e da BR-381, sendo formado pelos municípios de Sabará, Caeté, Nova União e Taquaraçu de Minas, que apresentam características muito distintas entre si (FIG. 41). Nesse vetor, Sabará é o município mais integrado à dinâmica metropolitana (DINIZ; ANDRADE, 2015, p. 136), com parte de sua mancha urbana conurbada com a região leste de Belo Horizonte, marcada pela concentração de ocupações de baixa renda, grande precariedade habitacional e tendência à pequena verticalização. Além da mancha urbana conurbada, o distrito de Ravena, pertencente a Sabará, se liga a Belo Horizonte pela BR-381. Sabará guarda características típicas de cidade dormitório e encontra-se conectada à Caeté pela BR-262 (UFMG, 2014a).

De acordo com a caracterização da tipologia de ocupação na RMBH, indicada pelo PDDI-RMBH, têm-se em Sabará processos fortemente relacionados ao processo de periferização da metrópole, caracterizada como assentamentos precários ou áreas de ocupação espontânea e áreas com predominância do uso residencial de baixa densidade com carência de infraestrutura (UFMG, 2011).

Nova União e Taquaraçu de Minas se articulam a Belo Horizonte pela BR-381 e apresentam um dos mais baixos níveis de integração à dinâmica metropolitana, segundo Diniz e Andrade (2015, p. 139). A ligação de Caeté, Nova União e Taquaraçu de Minas com a dinâmica metropolitana acontece, especialmente, pela implantação de chácaras e sítios de lazer voltados para a população de renda média, uma vez que a maior parte da população desses loteamentos é oriunda de Belo Horizonte ou de outros municípios (UFMG, 2014a, p. 109-112). Nesses municípios, mais distantes da capital e menos influenciados pela sua dinâmica, encontram-se áreas de ocupação espontâneas tradicionais e características dos seus núcleos centrais e áreas com predominância do uso residencial de baixa densidade, bem servidas ou com carência de infraestrutura (UFMG, 2011).

De acordo com os dados fornecidos pela Agência Metropolitana para o período de 2004 e 2009, Sabará, Caeté e Taquaraçu de Minas tiveram menos de 1 km^2 de anuência prévia para novos parcelamentos e Nova União teve nenhum, indicando que o crescimento nesses municípios deve acontecer pela abertura de novos parcelamentos irregulares ou pelo adensamento e ocupação de loteamentos já existentes (UFMG, 2014a, p. 27).

Atividades minerárias estão presentes em todos os municípios desse vetor, ressaltando-se a extração de ouro (Sabará), ferro (Sabará e Caeté) e minerais não metálicos (Taquaraçu de Minas e Nova União) (UFMG, 2014a, p. 109). Sabará conta com um polo industrial emergente, assim como atividades associadas à implantação do Rodoanel na

região de Ravena, e se beneficia da proximidade da região leste de Belo Horizonte (bairros Cidade Nova e Horto), na qual tem ocorrido elevados investimentos em ciência, tecnologia e inovação (UFMG, 2014a, p. 109).

Como atributos ambientais e paisagísticos nos municípios desse vetor, ressaltam-se a Serra da Piedade e parte da Serra do Gandarela, localizadas no município de Caeté. A região é rica em minério, o que tem colocado em risco a preservação ambiental e dos recursos hídricos e gerado conflitos na implantação do Parque Nacional da Serra do Ganderela. Na área prevista para o futuro parque existem várias nascentes e cachoeiras, detentoras de paisagens atrativas que conferem a essa região um potencial turístico, além do Santuário da Nossa Senhora da Piedade. Devido à proximidade com a Serra do Cipó, os municípios de Taquaraçu e Nova União também apresentam um potencial para o turismo ainda pouco explorado. Em Taquaraçu, segundo informações da COPASA, encontra-se um futuro manancial para a captação e abastecimento de água da RMBH, com ponto de captação proposto próximo do encontro do Rio Taquaraçu com o Rio das Velhas.

De modo geral, os principais conflitos territoriais identificados no vetor leste referem-se à proteção de áreas de relevância ambiental, incluindo aquelas que contribuem para o abastecimento de água da RMBH, em relação às atividades industriais e de mineração, além da expansão da ocupação urbana.

As atividades agrícolas e a ruralidade são bastante expressivas em todos os municípios desse vetor, ainda que com particularidades, e se sobressaem na RMBH (FIG. 42a e 42b). Todos os municípios mantêm em seu zoneamento áreas rurais e somam, em conjunto, 924 estabelecimentos agropecuários, sendo 575 da agricultura familiar (IBGE, 2006). A banana é o principal produto da região, que já foi uma das principais produtoras do estado.

Entre todos os municípios da RMBH, Nova União foi o que teve a terceira maior participação da agropecuária no PIB total em 2012 (20,6%) e a segunda participação da agropecuária no total de emprego formal no mesmo ano (18,08% ou 94 empregos) (ver ANEXO E). Em 2013, o município ocupou o posto de oitavo maior município produtor de banana de Minas Gerais e o segundo fornecedor de banana para a CEASAMINAS/BH, comercializando mais de 17.502 toneladas de produtos (12,6% de toda a banana fornecida à central). Nova União possui 88 produtores cadastrados na CEASAMINAS/BH, o maior número da RMBH (ver APÊNDICE C).

Em Taquaraçu de Minas, a atividade agropecuária foi responsável por 13,45% do PIB total do município e 13,17% do emprego formal em 2012 (ver ANEXO E). No

município tem importância a atividade pecuária extensiva e existem grandes propriedades que produzem leite, queijo e banana. Além da produção de banana, a produção de hortaliças é registrada em Caeté e Sabará (especialmente nas localidades de Roças Novas, Pompeu e região central).

Os principais conflitos identificados em relação à agricultura foram a intensificação dos loteamentos e chacreamentos (particularmente a ocupação urbana irregular de baixa renda), pois além de pressionarem a atividade agrícola, se estabelecem sem licenciamento ambiental, comprometendo, muitas vezes, nascentes e recursos naturais da região onde são instalados. Esses conflitos foram especialmente relatados para as zonas rurais próximas dos núcleos de maior adensamento urbano em Sabará (divisa com Belo Horizonte e Ravena) e em Taquaraçu (divisa com Santa Luzia). A perspectiva de implantação do Rodoanel em áreas de produção agrícola também tem desestimulado a atividade agrícola na região de Ravena. Em Caeté, foi registrado um potencial conflito entre a atividade agropecuária, considerando os investimentos programados para a mineração no município. Por outro lado, nos municípios que integram a unidade territorial da Bacia do Velhas - UTE Taquaraçu -, a atividade agropecuária é que foi reconhecida como um dos principais fatores de impacto e pressão sobre os recursos hídricos (UFMG, 2014a, p. 112).

Em Sabará, há um conjunto de iniciativas, tanto na sede do município, como em outras localidades, que se sobressaem no cenário regional no que se refere à agricultura urbana e à agroecologia, como o programa de hortas comunitárias urbanas apoiadas pela prefeitura[186], a horta comunitária do bairro Borges, o Ervanário São Francisco de Assis no Chacreamento Ipê Amarelo, a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA Nossa Horta) e a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA Minas)[187]. Além dessas, o CerBambu, Instituto Renascer da Consciência e Projeto Ravena 30 são experiências consolidadas de destaque da região[188]. Em Caeté, o Emporium da Roça tem produção certificada de orgânicos e fornece para a Feira do Campo pra CA, na Cidade Administrativa[189]. Em Nova União existem dois assentamentos da reforma agrária vizinhos, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Ho Chi Minh e João Pedro Teixeira. No assentamento Ho Chi Minh, o sítio Genesis, que integra a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), é uma referência na produção de hortaliças e frutas com

[186] http://sabara.mg.gov.br/cultura/horta-comunitaria-dos-borges/
https://www.youtube.com/watch?v=y42btHSeuVA
[187] https://docs.google.com/document/d/1MaXt7iNZkomWcrzAUeNLIvHVIfn8e0-9PB5zT3a3Ax4/edit
[188] http://www.bamcrus.com.br/#a e http://www.ecoeficientes.com.br/projeto-ravena-30/
[189] http://www.emporiumdaroca.com.br/

princípios agroecológicos, comercializando seus produtos na Feira Terra Viva, em Belo Horizonte. Em Caeté, Nova União e Taquaraçu de Minas existiam sindicatos de trabalhadores rurais e todos os municípios contavam com escritórios locais da EMATER.

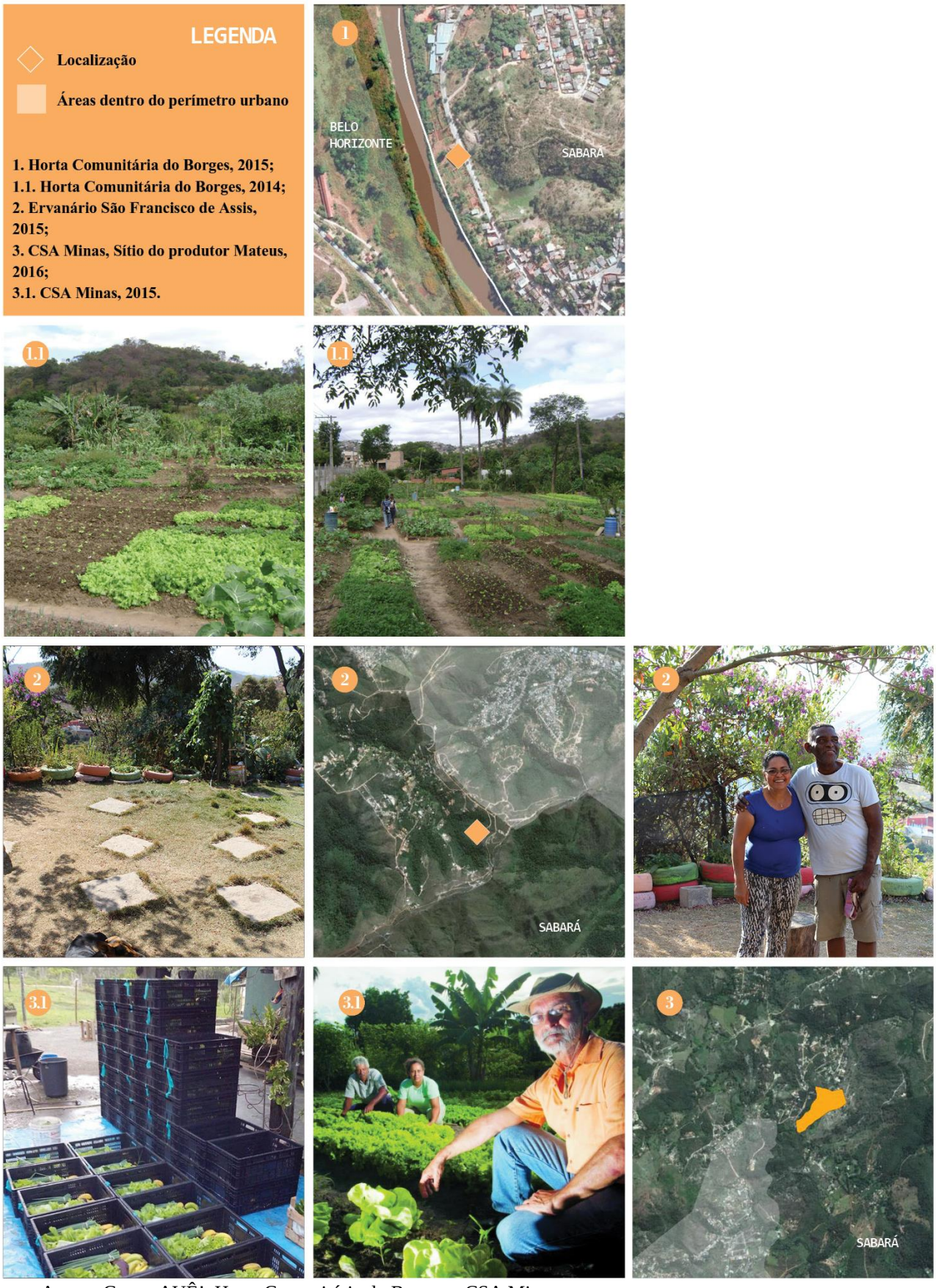
Em síntese, acredito que essa tentativa de interpretar as agriculturas na RMBH a partir da leitura de processos de produção do espaço pelos vetores de expansão metropolitana facilitou a compreensão das especificidades territoriais de conjuntos de municípios da região, dos principais conflitos envolvidos na atividade agrícola, bem como de atores e experiências de referência em agricultura urbana e agroecologia em cada vetor.

Por meio dessa leitura territorial sobre a agricultura na RMBH, proponho uma amplificação simbólica (nos termos de Boaventura de Souza Santos, 2008) dos sinais e tendências que a agricultura urbana e a agroecologia assumem tanto para a compreensão como para a produção de outras lógicas de produção do espaço urbano. Especialmente considerando a expressiva lacuna de informações sobre essas temáticas na RMBH e quão vasto é o território metropolitano, foi necessário valorizar casos pontuais identificados na literatura e as iniciativas e questões que foram mais evidenciadas nos vários momentos de debates técnicos, políticos e acadêmicos sobre a agricultura na RMBH dos quais participei.

Importante esclarecer que não proponho, com essa leitura territorializada, uma análise detalhada e comparativa entre os municípios, pois há grande desnivelamento de informações disponíveis sobre cada um deles. A intenção desse exercício foi interpretar as potencialidades e desafios para o reconhecimento e ampliação dessas práticas, no que tange sua incorporação nos processos de planejamento territorial tanto no nível local, nos municípios, como no nível metropolitano.

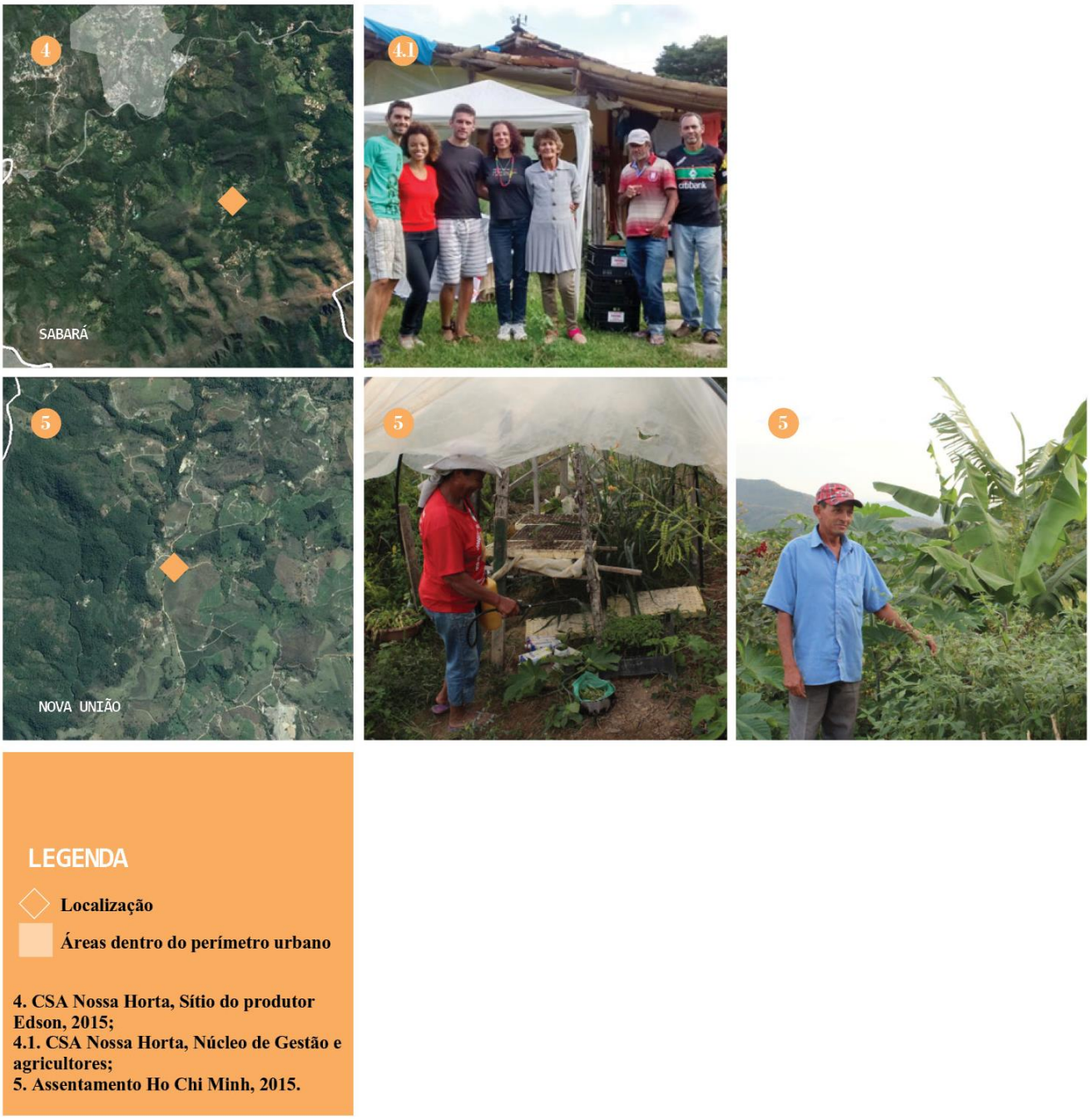
Assim, o objetivo maior desta seção foi dar visibilidade ao que existe... oferecer experiências disponíveis articuladas a uma visão teórica e conceitual que sugere possibilidades e conexões a serem desenvolvidas em trabalhos futuros que busquem interpretar a dinâmica metropolitana, o avanço da mancha urbana, as ruralidades presentes e especialmente como se mesclam e se relacionam (ou não) as práticas agrícolas e seus sujeitos na RMBH.

Figura 42a - Agriculturas no vetor leste



Fonte: Acervo Grupo AUÊ!, Horta Comunitária do Borges e CSA Minas.

Figura 42b – Agriculturas no vetor leste



Fonte: Acervo Grupo AUÊ! e CSA Nossa Horta.

4.4 Agricultura urbana e agroecologia: novas configurações territoriais possíveis na RMBH

O recente processo de planejamento territorial da RMBH trouxe para o debate público questões metropolitanas que envolvem os 34 municípios da região, colocando em evidência as chamadas funções públicas de interesse comum e indicações concretas para a territorialização de políticas que extrapolam os territórios municipais.

A concepção dessa experiência de planejamento metropolitano enfatizou a redução das desigualdades socioespaciais entre a população e entre os municípios; a valorização da diversidade socioambiental; e a redução do passivo ambiental como condições para o desenvolvimento econômico da RMBH. A proposta de reestruturação territorial metropolitana tem como elementos centrais o fortalecimento de centralidades em rede e a regulação do uso do solo, especialmente abordados em duas políticas específicas no PDDI. Essas políticas, tanto orientam a localização de investimentos públicos e privados na região, como a construção de instrumentos normativos e mecanismos de gestão para viabilizar a proposta de reestruturação territorial (TONUCCI, 2012; TONUCCI *et al*., 2015; UFMG, 2011). Mais recentemente essa estruturação vem sendo complementada pela proposta de criação e fortalecimento de uma Trama Verde e Azul (TVA), na qual a produção agrícola pode ter importante papel.

As experiências do PDDI e do Projeto de Macrozoneamento devem ser contextualizadas em uma abordagem teórica mais ampla, que identifica limites, contradições e possibilidades dos processos de planejamento e regulação urbanísticas, tendo em vista a histórica utilização desses instrumentos pelo estado para proteger e reproduzir as condições necessárias à produção capitalista do espaço urbano (FRIEDMANN, 1991; SOUZA, 2013).

Em uma discussão crítica acerca da proposta de reestruturação territorial do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH, Magalhães *et al.* (2012, p. 14) problematizam a possibilidade de o Estado, a partir de políticas públicas, engendrar um espaço urbano inclusivo e uma centralidade urbana que tenha como elemento central o valor de uso aberto à apropriação e desligado do âmbito da acumulação. Os autores pontuam alguns riscos associados à implantação de forma incompleta da política de centralidades, como a valorização imobiliária e expulsão de moradores de baixa renda, caso se configurem em uma localização privilegiada da população de alta renda ou de empresas de setores mais avançados. Para tal, os autores detectam a necessidade de um

processo mais amplo de aprofundamento da democracia para além da representação, além da ampliação do significado econômico usualmente atribuído às centralidades (como a concepção que orienta a criação de oportunidades de investimentos em várias políticas públicas na RMBH).

Costa (2012) atenta que a mobilização social proporcionada pelo enfoque metodológico adotado na experiência do PDDI pode ser capaz de exercer algum tipo de controle social sobre o planejamento e a gestão metropolitanos, mesmo que as ações do Governo do Estado estejam orientadas por uma estratégia de cunho neoliberal.

Já Velloso e Wojciechowski (2015) ressaltam duas vertentes, a princípio contraditórias, que permearam a participação social na elaboração do PDDI: a premissa de redução de desigualdades socioespaciais e a intenção de desencadear um ciclo de desenvolvimento por meio da reestruturação territorial, para inserir a metrópole no circuito global da novíssima economia do conhecimento. Os autores discutem os desafios e possíveis avanços do processo do planejamento metropolitano participativo e enfatizam a importância da construção social de escalas no enfrentamento das assimetrias de poder político entre atores sociais para não se correr o risco de que os dominados acabem por legitimar um projeto consensuado pelos dominantes. Nessa linha, para seguir em direção à cidadania metropolitana, seriam necessários outros referenciais além de um arcabouço institucional ou de normativas para a cooperação interinstitucional.

Quanto à agricultura urbana e à agroecologia, a base conceitual e a estratégia de participação praticadas no processo de elaboração do PDDI e particularmente no Projeto do Macrozoneamento Metropolitano propiciaram um canal de explicitação das demandas de vários agentes que produzem e se apropriam do espaço metropolitano por meio das práticas agrícolas e um meio de inserir essas demandas nos conflitos de interesses acerca do acesso à terra e à água na RMBH.

Ainda na ocasião da elaboração do PDDI, a participação de agentes locais envolvidos com a agricultura, tanto de setores de governo como da sociedade civil, se fez notar nas oficinas públicas. A Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) chegou a discutir o tema em um dos seus encontros, em 2010, e elaborou coletivamente um documento com sugestões e propostas, parte das quais foi incorporada nas proposições finais de políticas, programas e projetos do PDDI.

Ao longo do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, a participação desses atores se ampliou, aprofundando a espacialização de conflitos e convergências entre a agricultura e outros usos do solo da região metropolitana e a elaboração de propostas

comuns no planejamento de uma nova estrutura territorial. Para além das discussões que aconteceram no planejamento territorial institucionalizado, os canais de participação e conexões proporcionados pela concepção e metodologia adotadas favoreceram dinâmicas socioespaciais já em curso e desdobramentos em novas institucionalidades e identidades metropolitanas que têm como questão central a prática da agricultura na RMBH.

Isto foi possível porque os pressupostos metodológicos do planejamento metropolitano valorizaram dimensões sociais, ambientais e culturais para além da habitual ênfase na dimensão econômica que orienta as dinâmicas de planejamento do desenvolvimento urbano-regional. Como assinalado por Magalhães *et al*. (2012), no âmbito do PDDI, a diversidade socioambiental presente no território metropolitano pode ser confrontada em relação à integração e homogeneização sociocultural do urbanismo modernista e do planejamento voltado para o espaço econômico da produção.

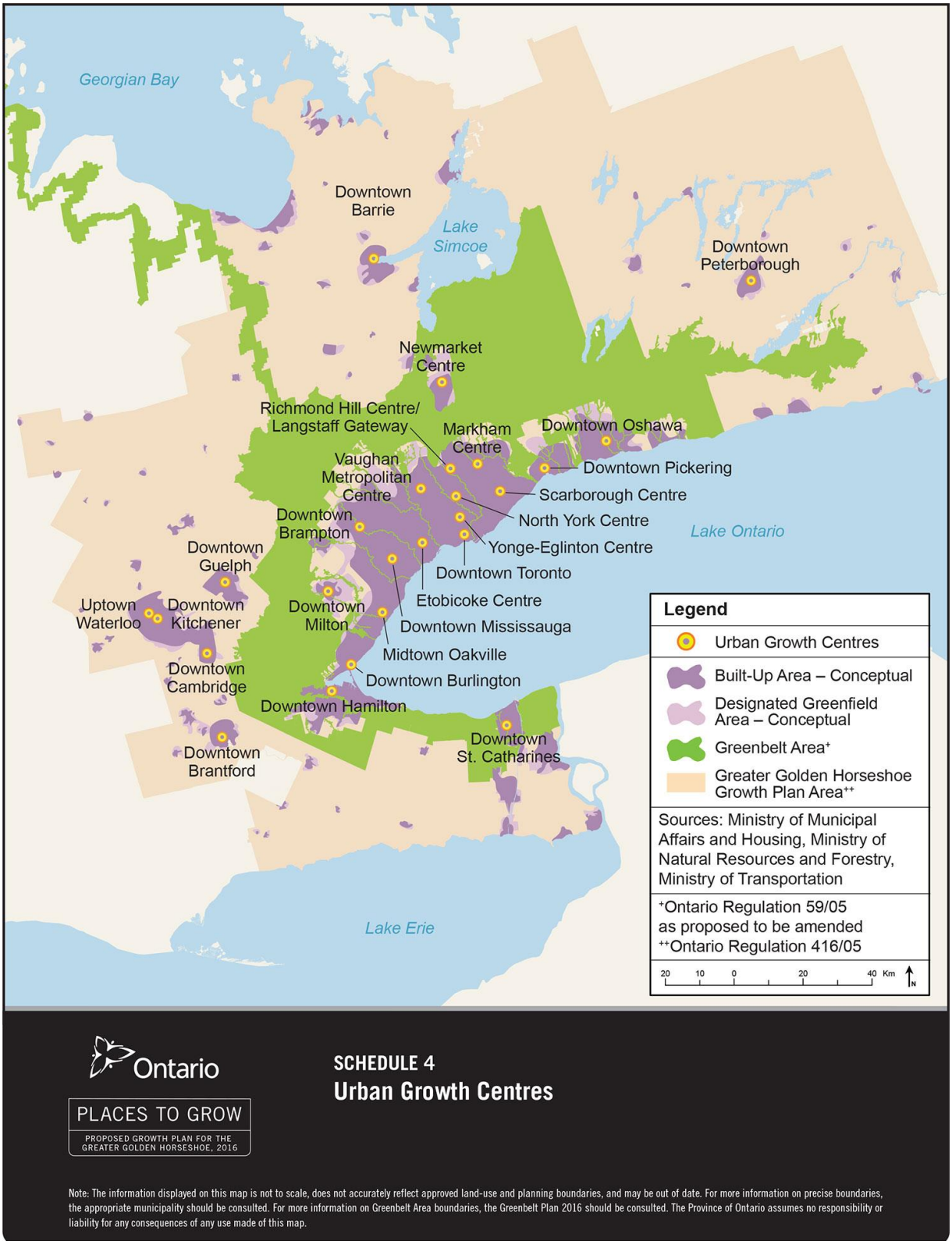
Não quero sugerir, contudo, que esse processo aconteceu sem conflitos e muito menos que a agricultura em algum momento ocupou lugar central nos debates e proposições do planejamento metropolitano, se comparada com questões consideradas prioritárias para o desenvolvimento econômico da RMBH ou com lutas históricas de enfrentamento das condições de desigualdade socioespacial e demandas básicas por moradia, saúde, educação, transporte e saneamento básico.

Tomando como exemplo o desenrolar do Projeto de Macrozoneamento, foi possível verificar que em suas etapas iniciais a ruralidade (e, de forma associada, a agricultura) foi uma das temáticas específicas que orientaram a identificação preliminar das ZIMs e AIMs. Posteriormente, de acordo com a definição de que a importância metropolitana de cada espaço deveria enfatizar suas múltiplas funções e seu caráter híbrido, essa categorização foi desconsiderada. Nessa etapa do processo, a ruralidade deixa de ser uma temática específica para a identificação das ZIMs e as AIMs Ruralidades não foram mais objeto de debates, uma vez que não receberiam parâmetros e padrões de uso e ocupação do solo específicos (assim como as demais AIMs, que não eram mesmo objeto do contrato). Entretanto, no produto final, as 19 ZIMs definidas foram reclassificadas como ZIMs Ambientais, ZIMs Centralidade e Eixos de Desenvolvimento e ZIMs Especiais (Rodoanel e Serras), evidenciando os enfoques e justificativas que de fato foram privilegiados no macrozoneamento: a proteção ambiental (principalmente das áreas de mananciais que abastecem a RMBH), o adensamento e diversidade de usos baseados em um sistema de centralidades em rede, além da perspectiva de implantação da Trama Verde e Azul.

Fazendo um contraponto com a experiência de planejamento territorial na região de Toronto, nota-se que a proteção de terras agrícolas e ecossistemas constam como objetivos principais da criação do *Greenbelt Plan* (ONTARIO, 2005). Conforme mencionado no capítulo 1, a *Greater Golden Horseshoe* (GGH) é uma sub-região do sul da Província de Ontario que corresponde à área mais populosa e com crescimento mais rápido do Canadá, formando um amplo arco que envolve a área mais urbanizada às margens do Lago Ontario (FIG. 43). Esta região compreende a *Greater Toronto Area* (GTA) e o *Greenbelt*, que representa cerca de 22% da área do CGH (FIG. 44). O ordenamento territorial do GGH foi definido a partir da aprovação, em 2005, do Greenbelt *Plan* (ONTARIO, 2005) e do *Places to Grow Plan* em 2006 (ONTARIO, 2013), que estabelecem diretrizes e medidas para coordenar politicamente a gestão do crescimento e a proteção ambiental na região.

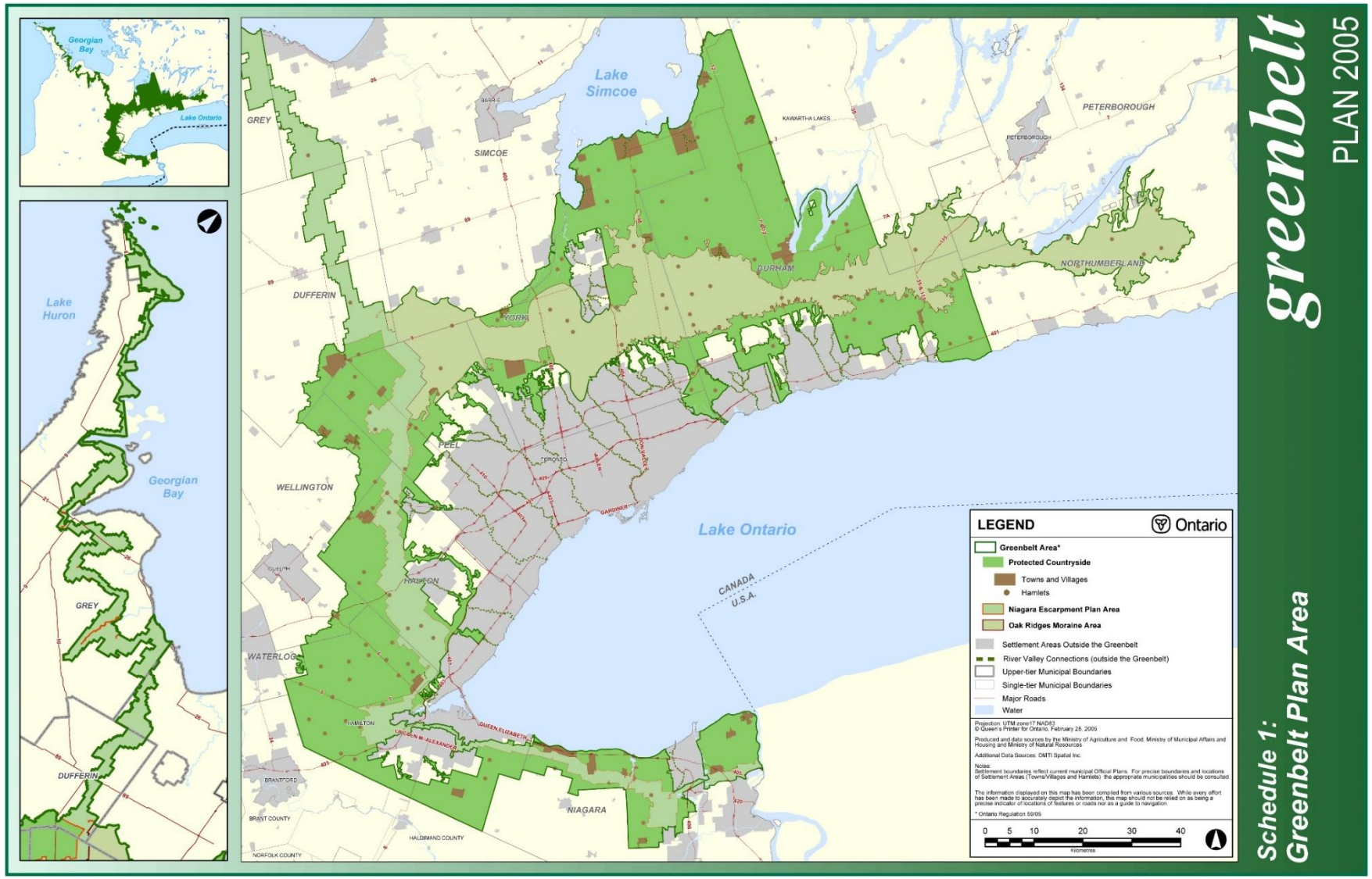
Dessa forma, há um reconhecimento governamental da província de Ontario dos impactos negativos quem as terras agrícolas e ecossistemas vinham sofrendo em decorrência da forma dispersa de expansão urbana e uma preocupação explícita em documentos como o *Places to Grow Plan* (ONTARIO, 2013) de que a expansão urbana sobre as áreas nas quais se encontram esses recursos não afete a manutenção e crescimento da economia e a competitividade do *Greater Golden Horseshoe* (GGH) com outras cidades-regiões (ONTARIO, 2013).

Figura 43 – Região do *Greater Golden Horseshoe*



Fonte: Ontario (2013).

Figura 44 – Área do *Greenbelt*



Fonte: Ontario (2005).

Entretanto, mesmo que as atividades agrícolas tenham sido consideradas no planejamento regional como uma das atividades que compõem a diversificada base econômica do *Greater Golden GGH*, aparentemente as particularidades e demandas do setor agrícola não estavam na base da criação do *Greenbelt* (CALDWELL; PROCTER, 2013; MACDONALD; KEIL, 2012). Se, por um lado, a proteção de terras agrícolas foi um argumento para a criação do *Greenbelt Plan*, por outro a qualidade e o valor das terras para a agricultura não foram a motivação básica ou ponto de partida para a definição da sua delimitação (indicando que se o inventário oficial de classificação de solos tivesse sido considerado, os limites do plano possivelmente seriam diferentes e protegeriam as melhores terras). Dentro dos limites do *Greenbelt* existem terras agrícolas de excelente qualidade, mas há também extensa porção de terras de alta qualidade situadas entre o *Greenbelt* e as áreas definidas como "urbanizadas" e também no entorno dos assentamentos atuais que não foram incorporadas na delimitação original do plano. Esses espaços "em branco", reconhecidos como áreas potenciais para a expansão urbana, são denominados por alguns críticos ao plano como "*white belt*" ou "*unprotected countryside*"[190]. Macdonald e Keil (2012) acentuam que setores agrícolas da região fizeram forte objeção ao plano, alegando, entre outros fatores, que para além da proteção das terras, a legislação do *Greenbelt* não aborda a viabilidade econômica da agricultura, tampouco inclui mudanças nas políticas para fortalecer a atividade agrícola, como o acesso à terra por *new farmers*. Além do setor agrícola, os autores também mencionam a oposição do setor imobiliário (*developers*), seja pelos efeitos que o *Greenbelt* resultou na diminuição do preço da terra, seja pelo aumento do controle e da regulação do que se podia ou não fazer com ela. Macdonald e Keil discutem ainda que, embora as organizações ambientalistas tenham, de modo geral, apoiado a criação do plano, as mesmas fazem críticas aos limites do *Greenbelt* por excluírem significativa porção de terras ambientalmente relevantes, ameaçadas pela expansão urbana.

Diferentemente da experiência canadenense, a análise do produto final do Macrozoneamento Metropolitano da RMBH permite concluir que a agricultura e a proteção de terras agrícolas não estava entre os principais objetivos do planejamento territorial. Entretanto, o uso agrícola do solo foi incorporado nas diretrizes gerais das ZIMs; na justificativa de delimitação dos perímetros externos e das especificidades

[190] Informações e análises reunidas em encontros e diálogos com Joe Nasr, pesquisador independente, associado do Centro de Estudos em Segurança Alimentar da Universidade de Ryerson e um dos coordenadores do *Toronto Urban Growers* (TUG).

internas de algumas ZIMs e explicitamente contemplados no zoneamento interno de três categorias de zoneamento interno das ZIMs, englobando tanto as zonas rurais como as zonas urbanas dos municípios metropolitanos.

Cabe também mencionar que a frágil associação da agricultura urbana e da agroecologia à Trama Verde e Azul no Produto Final do Projeto de Macrozoneamento (não sendo sequer mencionada nas diretrizes da ZDEM-TVA) não corresponde à riqueza dos debates que ocorreram ao longo do processo, tanto do ponto de vista da identificação de experiências concretas que se encontram em curso nos municípios da RMBH como do imaginário que começou a se desenhar no sentido de ampla incorporação dos espaços agrícolas no ordenamento territorial da região.

Dentre os conflitos entre a agricultura e outras atividades econômicas hegemônicas na região, a questão mais evidenciada foi a lógica atual da dinâmica imobiliária e de produção do espaço metropolitano. Seguindo essa lógica, o processo de expansão urbana envolve investimentos públicos e privados para atrair projetos e planos estratégicos, mudanças no zoneamento dos municípios, intensificação do parcelamento do solo para implantação de grandes empreendimentos imobiliários e projetos de infraestrutura (como a construção do Rodoanel), além do aumento dos loteamentos irregulares, consolidação de ocupações de população de baixa renda em áreas com pouca infraestrutura e novas ocupações pelo movimento por moradias. Esses processos e a dinâmica de valorização imobiliária usualmente aos mesmos associada tem colocado em risco os recursos naturais e a permanência da população já instalada nessas áreas.

Como já discutido anteriormente, o vetor norte se destaca pela intensidade do processo de transformação socioespacial observada na última década. A pressão da forma de expansão urbana fragmentada e dispersa sobre espaços de produção agrícola em pequena escala foi identificada em vários municípios do vetor norte, como em Ribeirão das Neves (Areias e Piabas), Matozinhos (Mocambeiro), Santa Luzia (Pinhões) e Esmeraldas (na porção leste, pela pressão da BR 040). Nos demais vetores também foram identificadas situações específicas de conflitos entre a expansão urbana e áreas de produção agrícola como em Betim e Contagem (zona rural atual e APE Vargem das Flores), em Mário Campos (pressão para o parcelamento de zonas rurais), em Brumadinho (pela concentração da propriedade da terra ao redor de Inhotim), área de transbordamento da expansão de Betim em direção a municípios do chamado “cinturão verde”. A perspectiva de implantação do Rodoanel também foi sublinhada como uma ameaça a espaços agrícolas atuais nos municípios de Ribeirão das Neves, Matozinhos, Pedro Leopoldo e Sabará.

Dessa forma, três grandes espacialidades da dinâmica imobiliária na RMBH, identificadas nos estudos do planejamento metropolitano, tendem a impactar de forma diferente as práticas agrícolas. Nas manchas mais valorizadas, a tendência à verticalização, à substituição do padrão de ocupação horizontal e à expulsão da população de baixa renda pressiona os espaços domiciliares e "vazios" urbanos (espaços não construídos) nos quais se encontram práticas agrícolas, especialmente os quintais produtivos. Em outras regiões, a tendência em relação à ocupação e ao ambiente construído é a urbanização na forma de assentamentos precários e a periferização, seja pelo adensamento das áreas precárias e irregulares já existentes, seja pela ocupação de novas áreas de forma mais pontual, sobretudo em áreas onde o mercado não pode atuar e os municípios têm dificuldades para fiscalizar. Nessas áreas, observa-se também outra expressão da verticalização, que é a generalização de conjuntos de pequenos prédios econômicos produzidos por grandes empreiteiras e incorporadoras especializadas nas faixas de renda média. Uma terceira espacialidade corresponde às áreas de maior pressão para o chacreamento das áreas rurais em municípios menos integrados ao processo de metropolização e uma progressiva substituição do uso agrícola do solo por outros usos como lazer e moradia (sítios e novos condomínios) (UFMG, 2011, p. 58; UFMG, 2014a, p. 31-34).

Outro fator de comprometimento da atividade agrícola dentro e próximo das áreas urbanas dos municípios é o lançamento de efluentes de atividades industriais, de esgoto sanitário não tratado e de resíduos sólidos que contaminam a água, elemento fundamental para a produção agrícola, como ressaltado no Rio Paraopeba e seus afluentes (como na sub-bacia do Ribeirão Sarzedo).

Além da dinâmica imobiliária, há conflitos entre a atividade minerária e a agricultura em alguns municípios metropolitanos nos quais se identifica o comprometimento da qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos necessários para a manutenção da atividade agrícola e uma ampliação do número de áreas degradadas. No vetor norte (nordeste/noroeste), sobressai a exploração mineral de agregados para a construção civil e de minerais não metálicos (principalmente calcário para a produção de cimento), impulsionados pelo crescimento rápido da indústria da construção civil na última década. Situações específicas de conflito foram registradas em Ribeirão das Neves (minerais não metálicos), em Esmeraldas pela exploração de areia e instalação de dragas no Rio Paraopeba, em Pedro Leopoldo, Vespasiano e Matozinhos (produção de cimento), em Santa Luzia, Taquaraçu de Minas e Nova União (UFMG, 2014a, p. 24,64,109).

Já nos municípios dos vetores sudoeste, sul e leste, os impactos da intensificação da mineração de ferro são referenciados como uma ameaça à disponibilidade de água para a produção agrícola, devido ao elevado consumo e à contaminação de recursos hídricos associados à atividade minerária (redução do lençol freático, perda de nascentes, etc.). Casos concretos foram relatados em áreas mineradas nas Serras do Itatiaiuçu e Rola-Moça nos municípios de Brumadinho, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Itatiaiuçu e Mateus Leme, onde há importantes nascentes. A concentração da propriedade da terra e as transformações negativas no ambiente (poeira, poluição) e na paisagem local foram também citadas como aspectos comprometedores das atividades de turismo rural e ecológico.

Um terceiro tipo de conflitos envolve o uso agrícola da terra e o uso da água, particularmente nos vetores oeste e sudoeste, onde coincidem mananciais relevantes para o abastecimento de água da população metropolitana e significativa produção agrícola voltada para o abastecimento da CEASAMINAS/BH. Nesses casos, a atividade agropecuária local, majoritariamente baseada no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, é realçada como poluidora dos recursos hídricos e comprometedora do abastecimento de água. Além disso, as tecnologias convencionais de cultivo agrícola demandam elevado consumo de recursos hídricos (COSTA *et al.,* 2015). Esses conflitos foram registrados espacialmente nos municípios de Mateus Leme, Juatuba e Florestal, devido à destinação incorreta de resíduos da suinocultura em grande escala e ao uso indiscriminado de agrotóxicos nos municípios do chamado "cinturão verde". Mesmo nos espaços agrícolas que se encontram muito próximos da mancha urbana, é observado o uso de substâncias tóxicas e mesmo proibidas, expondo ao risco agricultores/as e moradores da localidade[191]. Em contrapartida, a implantação dos sistemas Serra Azul e Rio Manso e a criação das APEs (e desapropriação de áreas vertentes aos reservatórios) são indicadas como limitadoras das áreas de cultivo e do acesso à terra para produção agrícola na região, especialmente nos municípios de Rio Manso e Mateus Leme. Além das áreas de mananciais, foram identificados conflitos envolvendo a produção agrícola em áreas de preservação de nascentes e proteção de bacias hidrográficas, como no Comitê de Bacia do

[191] Ver estudo realizado nos bairros de Monsenhor Horta e Vista Alegre, em Ibirité, em 2012, que demonstrou o inadequado manejo dos agrotóxicos, englobando a falta de orientação adequada na compra de herbicidas e pesticidas, o descarte incorreto das embalagens, a falta de locais apropriados para lavar equipamentos contaminados com produtos tóxicos e para preparar as caldas de aplicação, além da deficiência da utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para a aplicação dos agrotóxicos nas lavouras (FERNANDES *et al.*, 2012).

Ribeirão da Mata, que envolvem disputas quanto à forma de utilização dos recursos hídricos por estabelecimentos que utilizam tecnologias de produção convencional e de produção orgânica.

Além da identificação de importantes conflitos envolvendo o uso agrícola do solo, as análises sobre as tendências da dinâmica de expansão metropolitana e as diretrizes para a redução das desigualdades socioespaciais propostas no PDDI e no Macrozoneamento Metropolitano proporcionaram ampliar a percepção sobre a agricultura urbana e a agroecologia como elementos de conexão para novas e possíveis configurações territoriais na região.

A seguir, desenvolvo um pouco mais as interpretações sobre a agricultura urbana e a agroecologia na RMBH, buscando aproximar os espaços concebidos no processo de planejamento dos espaços vividos cotidianamente com a prática da agricultura na RMBH, assim como articular o referencial teórico acerca da produção do espaço e da urbanização que orientaram esta tese. As análises foram organizadas em três blocos, cada qual enfatizando os enfoques sobre a produção do espaço urbano abordados no capítulo anterior (urbano e a cidade, o urbano e rural, o urbano e a natureza); as propostas de políticas do PDDI e as diretrizes gerais propostas para o conjunto das ZIMs no Macrozoneamento Metropolitano (reestruturação territorial; desenvolvimento produtivo sustentável; proteção e desenvolvimento ambiental).

Nessa seção exploro também alguns contrapontos e convergências observadas entre as dinâmicas socioespaciais em curso na RMBH e em outras regiões metropolitanas brasileiras em torno da agricultura urbana e da agroecologia, bem como algumas questões acerca da realidade vivenciada na região de Toronto[192].

4.4.1 O direito ao espaço cotidiano

A proposta de reestruturação territorial do PDDI e do Macrozoneamento Metropolitano tem nas centralidades nucleares e de eixos estruturantes, assim como na mobilidade em rede, seus dois elementos estruturantes. O conceito de centralidade adotado pelo PDDI extrapola o sentido urbanístico que enfatiza a maior densidade, a concentração

[192] As considerações sobre o contexto de Toronto e região baseiam-se principalmente nas visitas a experiências locais, nas conversas com membros de espaços de debates e na leitura de documentos e relatórios de referência que fazem parte da trajetória recente de incorporação da agricultura e da produção de alimentos na agenda política local e regional, relacionados no capítulo 1.

diversificada de atividades não residenciais e uso residencial de forma mais adensada dos centros urbanos. Além disso, distancia-se do significado essencialmente econômico que privilegia a implantação de equipamentos e infraestrutura voltados para a esfera produtiva, que historicamente orientou a formação econômico-social e espacial da metrópole brasileira.

A concepção de centralidade adotada no PDDI se articula à abordagem teórica lefebvriana de direito à cidade, que privilegia o espaço da vida e a esfera da reprodução e não se pauta apenas pela necessidade de se produzir um espaço urbano inclusivo, mas também pelas diversas apropriações possíveis do espaço da metrópole. Nesse sentido, a nova estrutura territorial do plano propõe inserir a cidade propriamente dita (espaço do encontro, da diversidade, de sociabilidades diversas, da fruição, da cultura, da festa e da política) na mancha urbana metropolitana (que se estruturou em função da industrialização) (MAGALHÃES *et al*., 2012, p. 15).

De acordo com as análises do PDDI, os eixos estruturantes propostos devem direcionar o crescimento da metrópole, incluindo centralidades que polarizam e organizam cada eixo, bem como promover a interligação com as áreas de vacância fundiária crítica que se deseja adensar ou dar alguma destinação adequada (UFMG, 2011, p. 224).

No PDDI, a diretriz intensificação e a diversificação do uso social do espaço urbano é tratada em diversas políticas. Como exemplo, as proposições da Política Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano: Moradia e Ambiente Urbano enfocam a criação de condições para a autonomia da produção do espaço cotidiano na escala microlocal, de forma articulada às diretrizes voltadas para a escala metropolitana (UFMG, 2011, p. 358). Sob esse prisma, o planejamento metropolitano atuaria no sentido de potencializar o surgimento e fortalecimento de iniciativas autônomas, individuais e coletivas de resolução das necessidades básicas e transformação do espaço microlocal, removendo os obstáculos à sua autonomia e buscando garantir os limites nos quais ela possa se desenvolver, apoiada por instâncias e diretrizes de escalas mais abrangentes, mas sem ser dominada por elas (UFMG, 2011, p. 77,185).

No âmbito dessa política, a agricultura urbana foi considerada um dos usos possíveis de interesse social e uma estratégia de ocupação de lotes vazios, pulverizados na malha urbana ou concentrados nos parcelamentos vagos (mesmo que em caráter temporário). Nessa perspectiva, a agricultura urbana se articula diretamente ao enfrentamento da vacância fundiária, uma das principais diretrizes da nova proposta de estrutura territorial. Considerando a histórica prevalência da separação feita entre o

comércio e a indústria como atividades da cidade e a agricultura como uma atividade do campo e ainda considerando que mesmo as vertentes do planejamento urbano pautadas pelos princípios da reforma urbana negligenciaram a agricultura em suas proposições, pode-se considerar um avanço que o uso agrícola do solo tenha sido aludido em três programas da Política de Direito ao Espaço Cotidiano. Além disso, a vinculação da agricultura urbana a essa política do PDDI reforça sua articulação a um amplo conjunto de iniciativas inovadoras e criativas de apropriação social do espaço cotidiano que emerge das práticas socioespaciais nas centralidades urbanas e politiza o debate sobre o que significa viver, trabalhar e ter direito à metrópole contemporânea.

Já o Programa de Apoio à Rede de Centros Microrregionais e Locais, apresentado na Política de Centralidades em Rede, se vincula à estratégia de reverter a excessiva polarização exercida pelo núcleo central de Belo Horizonte por meio da conformação de uma rede de centralidades e uma nova hierarquia urbana na RMBH. Os centros microrregionais e especialmente os centros de nível local são visualizados, respectivamente, como articuladores de um conjunto de municípios menores e como apoiadores de atividade no meio rural (UFMG, 2011, p. 210).

No Macrozoneamento Metropolitano, a agricultura urbana foi indicada nas diretrizes gerais para o conjunto das ZIMs, como um uso possível em terrenos já parcelados e vazios na mancha urbana, como uma forma do exercício da função social da propriedade e melhoria da qualidade ambiental, seja nos assentamentos precários, seja nas centralidades dotadas de mais infraestrutura e serviços. O zoneamento proposto reconhece a presença da agricultura nas centralidades e eixos estruturantes, sendo a mesma particularmente considerada na justificativa de delimitação dos perímetros externos e das especificidades de algumas ZIMs. As práticas agrícolas foram ainda incentivadas como um uso desejável em zonas que correspondem a áreas internas aos perímetros urbanos atualmente definidos nos planos municipais.

Ainda que não suficientemente explicitada no produto final do macrozoneamento, nos espaços intraurbanos a agricultura urbana pode ser potencializada como um elemento da Trama Verde e Azul e associada a uma outra diretriz da proposta de reestruturação territorial metropolitana, que é a “ampliação das áreas permeáveis urbanas, restauração e revitalização de cursos d’água, controle da expansão imobiliária, industrial e minerária sobre áreas de interesse para abastecimento e conservação da biodiversidade” (UFMG, 2014a). Entre as experiências mapeadas pelo Grupo AUÊ!, várias das iniciativas identificadas nas análises dos vetores como quintais produtivos, hortas comunitárias, hortas

escolares e pomar comunitário contribuem diretamente para a manutenção da permeabilidade do solo e eventualmente para a recuperação de nascentes em áreas urbanas e com a recuperação da qualidade do solo.

As proposições do Macrozoneamento Metropolitano criam um ambiente de debate propício para o reconhecimento e valorização das inúmeras iniciativas locais de criação de animais e cultivo de alimentos, plantas medicinais e frutíferas encontradas em espaços domiciliares, públicos e privados nos municípios metropolitanos. Indicam ainda as potencialidades da coexistência da agricultura com outros usos da cidade, assim como os desafios para sua permanência, levando em consideração as características da tipologia de ocupação que prevalece em cada vetor de expansão metropolitana (adensamento, verticalização, precariedade, nível de renda, entre outros).

Em alguns municípios como Belo Horizonte, Betim e Contagem, a trajetória de políticas públicas voltadas para a promoção da agricultura familiar e da agricultura urbana em bases agroecológicas, articuladas a políticas de segurança alimentar e nutricional, cujos desafios e resultados pode ser mais bem debatida e avaliada como referência possível para outros municípios da RMBH. Assim, a garantia de espaços e o desenho de políticas para o incentivo à agroecologia se apresentam como vias de garantia do direito humano à alimentação adequada, de melhoria da qualidade ambiental e da sociabilidade nos núcleos urbanos mais adensados, seja nos assentamentos precários, seja nas áreas mais valorizadas da cidade.

As diferentes escalas que permeiam o debate sobre o espaço cotidiano provocam a imaginar a produção de outros espaços nos quais a prática da agricultura agroecológica transcende ou possa transcender as fronteiras entre o público e o privado, entre o individual e o coletivo. A reconexão entre a produção e o consumo de alimentos, a possibilidade de mais autonomia nos cuidados com a alimentação e a saúde se constitui em perspectiva relativamente simples e concreta de transformação do cotidiano das pessoas, do espaço da vida, do direito à cidade. Discussões, negociações coletivas e ações para a produção de alimentos nos tetos dos prédios, nos quintais, em lotes vagos, na escola, no bairro, nas comunidades que apoiam agriculturas/es e sua destinação para feiras são vias para se pensar, planejar e transformar o espaço microlocal e alimentar dinâmicas e processos socioespaciais em outras escalas.

Como registrado na seção anterior deste capítulo, essa perspectiva multiescalar está indicada em algumas das iniciativas que se encontram em curso nos municípios da RMBH, como no cultivo em parques lineares e outros espaços públicos; nos circuitos de trocas de

experiências entre cultivadores/as nos quintais; na produção de alimentos em parcelamentos vagos, nos empreendimentos que organizam virtualmente entregas (*delivery*) de produtos orgânicos de pequenos/as produtores/as, nas comunidades que sustentam a agricultura (CSA). Em outubro de 2015, durante a programação do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana, organizado pelo Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, foi possível observar outros tantos exemplos de construção da agricultura urbana com abordagem agroecológica em múltiplas escalas em outros territórios no Brasil, como indicado na Carta Política do encontro:

> A diversidade de experiências de agricultura urbana vista no ENAU demonstra um conjunto de iniciativas que estão reunidas e articuladas em redes, coletivos locais, fóruns estaduais e regionais e se identificam com os princípios do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana que, junto com a Articulação Nacional de Agroecologia e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, organizaram este encontro. Essa diversidade pode ser mais uma vez comprovada nas visitas às instalações pedagógicas que aconteceram no primeiro dia do Encontro: as práticas autogestionárias de tratamento dos resíduos sólidos orgânicos de Santa Catarina; a reivindicação pelo acesso e uso de espaços públicos para a agricultura em Brasília; o conhecimento tradicional e a cultura alimentar e plantas sagradas em cidades da Amazônia; as conexões entre o urbano e o rural nas experiências de agricultura urbana do Nordeste; as ações articuladas com movimentos da reforma urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte; a importância da agricultura familiar para a conservação de áreas verdes, ao mesmo tempo em que os conflitos com as unidades de conservação no Rio de Janeiro e outras cidades; o patrimônio genético, a cultura alimentar e a agrobiodiversidade mantida e resguardada nas práticas de agricultura urbana no país (CNAU, 2015).

Na vivência em Toronto, foi possível observar um amplo leque de iniciativas no campo das políticas alimentares (*food policy*), da justiça alimentar (*food justice*), da soberania alimentar (*food sovereignty)* e da agenda do *local food* associadas à agricultura urbana que trazem mais complexidade a esse debate[193]. A agricultura urbana integra inúmeras iniciativas e eventos locais de gastronomia e *design* e é revalorizada como um *hobby* saudável e *eco-friendly*. Entretanto, notam-se diversas organizações e movimentos que incorporam a agricultura urbana em abordagens mais críticas, que problematizam as desigualdades do atual sistema alimentar e as desigualdades no acesso aos financiamentos,

[193] Não será possível explorar aqui essas abordagens, mas elas são fundamentais para compreender as diferentes possibilidades que representam para mudanças mais estruturais no atual sistema alimentar e na produção do espaço urbano. Friedmann (2011) e Wekerle (2004) desenvolvem argumentos centrais nesse debate, considerando Toronto e Ontario/Canadá.

apoios e recursos básicos para a produção. Entre outros aspectos, essas abordagens articulam os conflitos pelo uso da terra a diferenças étnicas e raciais, de sexo e de classe social e propõem a experimentação de novos arranjos de acesso à terra para democratizar o cultivo de alimentos e para manter a produção agrícola nas terras de boa qualidade que se encontram dentro e no entorno das cidades.

Diferentemente da realidade da RMBH, na qual são mais enfatizadas as dimensões culturais, ambientais e sociais associadas às práticas cotidianas agricultura urbana, as dimensões econômicas relacionadas aos empreendimentos em maior escala são preocupação registrada na experiência canadense. No estudo *Scaling Up Urban Agriculture in Toronto: Building the Infrastructure* os autores argumentam que para a ampliação da agricultura urbana na cidade e da sua capacidade de abordar as insuficiências e os múltiplos problemas do sistema alimentar dominante, é necessário tanto fortalecer o setor informal e difundir a simples produção de alimentos por toda a cidade, como também reforçar a inovação, a produtividade e a potencial viabilidade financeira da produção comercial em locais estratégicos (NASR; MacRAE; KUHNS, 2010).

Em Toronto, algumas iniciativas buscam agregar a produção de alimentos que acontece em pequenos espaços e focar no abastecimento de alguns dos nichos de mercado existentes, como também em diversas redes temáticas (feiras, proteção de sementes, hortas comunitárias, etc.) que buscam conectar iniciativas locais.

Inovações e criatividade são observadas em pequenos negócios, novos empreendimentos e cooperativas que estão surgindo em diferentes escalas e contextos socioeconomicos. *Backyard Urban Farm Co*., uma empresa familiar criada por um casal que trabalhou durante 25 anos na indústria cinematográfica, oferece serviços de plantio e manutenção de hortas nos quintais e *laws* da cidade e arredores[194]. *Fresh City Farms* mantém uma área de produção orgânica em uma fazenda urbana comercial de 24.000 m² e em uma estufa com sistema aquapônico no *Downsview Park*, onde também oferecem visitas guiadas, *workshops* e eventos. O *Member Farmer Program* da *Fresh City Farms* apoia cultivadores de hortaliças, ervas e flores para o consumo próprio e para comercialização, na busca pela autossuficiência e na estruturação do próprio negócio (aproximadamente 20 cultivadores em 2015)[195].

[194] http://www.bufco.ca/.
[195] https://www.freshcityfarms.com/.

Cultivate Toronto é outro exemplo de engajamento de jovens entusiastas do *food movement* que, dentre outras atividades, adaptaram o modelo de *Community Shared Agriculture* (CSA). No CSA, os/as agricultores/as recebem um pagamento fixo por estação produtiva e os/as consumidores/as recebem uma quota semanal de produtos, compartilhando, dessa forma, os riscos de perda de produção devido a fatores climáticos ou outros. A inovação do *Cultivate Toronto* foi adaptar a produção (que normalmente acontece na zona rural) para a realidade urbana, por meio do compartilhamento de quintais[196]. No telhado do *Eastdale Collegiate Institute*, um programa apoiado pela organização *FoodShare - The Field to Table Schools program* - mantém uma horta de 16,000 *square foot* e vende a produção no *East Lynn Farmers' Market*. Funciona como "*a food literacy education centre, large market garden and vibrant event space all wrapped into one*"[197]. O empreendimento *Aqua Greens* fornece verduras orgânicas e tilápias para mercearias e restaurantes em Toronto, produzidos pelo modelo da aquaponia, veiculando valores de responsabilidade econômica, social e ambiental (ver FIG. 8a e 8b)[198].

Partindo da trajetória acumulada no recente processo de planejamento territorial da RMBH, um necessário desdobramento seria a ampliação dos estudos e do debate público sobre a destinação de terras e espaços públicos e privados para as atividades agrícolas nos espaços intraurbanos, sobre o desenho de novas políticas urbanas que possam potencializar as iniciativas locais e também sobre uma incorporação mais explícita no ordenamento territorial dos municípios metropolitanos, quer sejam estas no âmbito doméstico e comunitário, como também os empreendimentos coletivos e comerciais de maior escala. Em que pesem as diferenças de contexto socioeconômico e de práticas de planejamento, a literatura internacional que cobre este tema pode contribuir com estudos de caso, bem como com leituras críticas que problematizam os conflitos e tensões envolvidos nas políticas urbanísticas que intermediam as demandas e proposições da sociedade e as pressões do mercado pelo uso do solo urbano, tais como as apresentadas por Montiel e Renting (2014). Esses autores apresentam e analisam políticas públicas locais no hemisfério norte que incorporaram a agricultura urbana como um instrumento para o desenho de cidades por meio de estratégias de planejamento e intervenção.

---

[196] http://cultivatetoronto.com/.
[197] http://www.foodshare.net/schoolgrown.
[198] http://aquagreens.ca/.

4.4.2 As conexões entre o rural e o urbano metropolitano

Uma das diretrizes da proposta de reestruturação territorial da RMBH é a "contenção da expansão urbana periférica e redução da pressão sobre as áreas verdes, áreas rurais e ambientalmente protegidas, com valorização e proteção das áreas destinadas à produção agropecuária e artesanal, e estímulo a atividades produtivas sustentáveis e criativas nas áreas de fronteira rural/urbana" (UFMG, 2014a).

Os debates que aconteceram nos espaços de participação pública e nos seminários técnicos do PDDI e do Projeto de Macrozoneamento evidenciaram múltiplas conexões entre as urbanidades e ruralidades metropolitanas, que estão explicitadas, por exemplo, nas proposições da Política Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional (PMISAN), que giram em torno da promoção da produção, do abastecimento e do consumo de alimentos na RMBH.

Marcadamente, a PMISAN chama a atenção para a necessidade de intervenção sobre o espaço rural metropolitano na sua totalidade e complexidade e ressalta a importância das funções sociais, culturais, ambientais e econômicas de grande alcance para a segurança alimentar e nutricional exercidas pela agricultura familiar na região. A PMISAN tem como um dos objetivos a articulação entre o rural e o urbano na RMBH e considera os espaços rurais metropolitanos não apenas como *locus* da produção agrícola, mas sim como espaços de vida onde coexistem distintas formas de reprodução social.

Como um instrumento de intervenção na reestruturação territorial metropolitana, a PMISAN propõe criar alternativas de integração entre espaços rurais e urbanos na região e garantir espaços de manifestação de expressões culturais que diferem dos espaços especializados e homogêneos de produção e consumo e podem coexistir com esses processos dominantes. A política também visa fortalecer o quadro institucional existente relativo às ações públicas no campo da segurança alimentar e nutricional na RMBH, destacando o potencial de ampliação e adequação do reconhecido conjunto de políticas nesse campo, já experimentados em Belo Horizonte, para outros municípios metropolitanos.

No Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, o exercício de delimitação e zoneamento interno das ZIMs Ambientais, ZIMs Centralidade e Eixos de Desenvolvimento e ZIMs Especiais (Rodoanel e Serras) foi uma oportunidade inédita de reconhecimento de um conjunto de situações concretas de conflitos territoriais envolvendo a agricultura e também de percepção de potencialidades de integração entre espaços rurais

e urbanos no conjunto dos municípios metropolitanos, a partir do uso agrícola do solo. Desse modo, no que toca ao zoneamento e à regulação do uso e ocupação do solo, a divisão legal entre zonas urbanas e rurais nos municípios metropolitanos não foi tratada, no Projeto de Macrozoneamento, como definidora ou determinante da presença da agricultura e sim como uma condicionante que estabelece diferentes possibilidades e limites para a manutenção e incentivo às práticas agrícolas nas situações encontradas.

Como uma forma de contenção da expansão urbana, a manutenção dos espaços agrícolas no zoneamento dos municípios tanto pode ser articulada a estratégias de enfrentamento da vacância fundiária urbana crítica, intensificando o uso social na terra nos inúmeros parcelamentos vagos da região e otimizando os investimentos públicos em infraestrutura, como também a estratégias de valorização de atividades e usos rurais como alternativas de geração de trabalho e desenvolvimento produtivo produtivo dos municípios.

Na descrição e nas diretrizes propostas para as ZIMs, a agricultura foi associada à preservação com ocupação controlada e foi indicada para vários territórios (mesmo naqueles onde não há tradição da produção agrícola), como pode ser notado nas diretrizes propostas para a Zona de Proteção 2 (ZP-2) e para a Zona de Proteção 3 (ZP-3) da ZIM Vetor Sul, que compreeendem zoneamentos rurais e urbanos respectivamente:

> A área delimitada como ZP 3 compreende a região do condomínio Morro do Chapéu e entorno, abarcando áreas não ocupadas de grande relevância ambiental, que, contudo, sofrem intensa pressão imobiliária para a criação de novos loteamentos. Nesta zona, intenciona-se manter baixa densidade e baixo impacto ambiental, conciliando preservação ambiental e desenvolvimento econômico através do incentivo a atividades de baixo impacto como a produção agroecológica e o ecoturismo.
> [...]
> Manter a baixa densidade observada na região associada a um baixo impacto ambiental, conciliando preservação ambiental e desenvolvimento econômico através do incentivo a atividades de baixo impacto como a produção agroecológica e o ecoturismo.
> [...]
> A ZP 2 abrange um corredor de mananciais de grande importância para a recarga de aquíferos e abastecimento da região que configuram a necessidade de alto grau de preservação. Nesta região, pretende-se garantir também a preservação dos atributos ambientais em equilíbrio ao fortalecimento da ruralidade por meio de incentivos à agricultura familiar e ecológica e ao turismo rural.
> [...]
> Garantir a preservação do corredor de mananciais em equilíbrio ao fortalecimento da ruralidade por meio de incentivos à agricultura familiar e ecológica e ao turismo rural (UFMG, 2015, p. 32,34).

Como já discutido anteriormente, os municípios da RMBH, de modo geral, têm precária regulamentação e controle urbanístico em suas zonas rurais (e também das significativas porções de terra demarcadas como sendo de expansão urbana) e limitada capacidade de gestão. A essas lacunas se somam a carência de políticas municipais de incentivo a atividades produtivas, de investimento em infraestrutura e de oferta de serviços à população nesses territórios (HISSA, 2008; SILVA, 2012; UFMG, 2010). Esse fato contribui para a forma fragmentada e dispersa de produção do espaço metropolitano e afeta tanto as populações e modos de vida encontrados nas zonas rurais, como tem rebatimento na dinâmica metropolitana mais ampla e na vida das pessoas que habitam as áreas mais urbanizadas, impactando as áreas de mananciais localizadas nas zonas rurais, a produção de alimentos e o esvaziamento da população nas zonas rurais (e consequente concentração nas centralidades e núcleos urbanos em busca de serviços e oportunidades trabalho).

As proposições do PDDI e do Macrozoneamento Metropolitano que visam a maior articulação entre territórios rurais e urbanos na RMBH extrapolam a lógica municipalista, representando, dessa forma, uma oportunidade de enfrentamento dessa negligência histórica e de gestão compartilhada do interesse coletivo metropolitano associado ao uso agrícola do solo. Além da incorporação dessas proposições nos planos municipais, na atual conjuntura a convergência entre dois outros elementos pode favorecer mais atenção para o papel da agricultura na dinâmica territorial da RMBH, quais sejam: o processo de revisão obrigatória dos planos diretores de vários municípios da RMBH[199] e a aprovação do Estatuto da Metrópole em 2015, que estabelece a obrigatoriedade de compatibilização dos planos diretores municipais ao plano de desenvolvimento urbano integrado no âmbito metropolitano.

Nas diretrizes gerais de desenvolvimento produtivo sustentável do Macrozoneamento Metropolitano, a produção e comercialização de produtos da agricultura familiar de base agroecológica integraram um conjunto de atividades econômicas propostas para reorientar o perfil produtivo da RMBH para uma matriz ambientalmente sustentável, baseada em baixa emissão de carbono e favorável a atividades com alta intensidade tecnológica e de conhecimento. Em que pesem as problematizações à categoria "agricultura familiar" apresentadas no capítulo 2, cabe ressaltar que os empreendimentos

[199] Em 2001, o Estatuto da Cidade determinou que os municípios com mais de 20 mil habitantes e os municípios localizados em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas deveriam elaborar seus planos diretores até 2006 (prazo prorrogado para 2008) e que os mesmos deveriam ser revistos pelo menos a cada 10 anos.

de menor porte são usualmente mais intensivos em trabalho do que em capital, gerando mais oportunidades de trabalho e renda. Como indicam os dados do Censo Agropecuário 2006, os estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil ocupam 12,3 milhões de pessoas (74%), enquanto que os estabelecimentos da agricultura não familiar ocupam 4,2 milhões (26%)[200].

Como também já discutido anteriormente, a estratégia produtiva da agricultura familiar camponesa tende a ser mais biodiversa e conectada a expressões culturais e alimentares locais e regionais. Desse modo, o maior reconhecimento da agricultura familiar como uma forma de organização social da produção presente no território metropolitano reforça os programas e ações políticas já previstas pelo PDDI como uma ação da vigilância sanitária mais propositiva do que punitiva, o combate ao uso de agrotóxicos na produção agropecuária, além de instrumentos de capacitação, assistência técnica e crédito, entre outros.

A visão de longo prazo proposta pelas diretrizes do Macrozoneamento Metropolitano se pauta pelo incentivo à produção em pequena escala, aos empreendimentos cooperativos, à economia popular e solidária, às atividades culturais e criativas, ao fortalecimento das identidades e das formas de organização e produção locais (UFMG, 2015, p. 14), como pode ser observado nas diretrizes da Zona de Proteção 2 (ZP-2) das ZIMs Taquaraçu e Jaboticatubas, respectivamente:

> Indica-se a necessidade da diversificação da produção local e o incentivo a atividades de agricultura familiar baseada em princípios de produção orgânica e agroecológica que garantam a sustentabilidade econômica da produção, com potencial de renda e trabalho e acesso ao mercado, sustentabilidade ecológica, garantindo a manutenção e melhoria da qualidade dos recursos naturais e relações ecológicas de cada ecossistema, inclusão das populações mais pobres e garantia da segurança alimentar e nutricional, respeito às culturas tradicionais e organização social justa e participativa. Portanto, as diretrizes têm como objetivo a adoção de técnicas com cultivo e manejo de espécies da flora local e frutíferas de forma a garantir: uma produção agrícola de baixo impacto, adaptada às especificidades dos recursos naturais do local; o acesso a alimento de qualidade e valorização da produção e cultura alimentar local; o uso compatível com proteção ambiental, assegurando a quantidade, qualidade e uso múltiplo da água e dos recursos naturais.

[200] Ainda segundo o Censo Agropecuário 2006, a agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas por 100 hectares, enquanto a agricultura não familiar ocupa, em média, 1,7 pessoas nessa mesma área de referência.

> [...]
> As diretrizes propostas para esta subzona envolvem o incentivo a atividades de agricultura familiar baseada em princípios de produção orgânica e agroecológica que garantam a sustentabilidade econômica da produção, com potencial de renda e trabalho e acesso ao mercado, sustentabilidade ecológica, garantindo a manutenção e melhoria da qualidade dos recursos naturais e relações ecológicas de cada ecossistema, inclusão das populações mais pobres e garantia da segurança alimentar e nutricional, respeito às culturas tradicionais e organização social justa e participativa (UFMG, 2015, p. 150,153).

Essas proposições reiteram a relevância de projetos e iniciativas da sociedade civil e de setores governamentais da RMBH que incentivam a produção em pequena escala, voltada para mercados locais, bem como a promoção do turismo rural e ecológico. A região já conta com várias experiências em curso, cujas possibilidades de fortalecimento e difusão podem ser mais amplamente discutidas, como a produção e comercialização de orgânicos em Capim Branco, os circuitos curtos de comercialização pela Feira Terra Viva, em Belo Horizonte, a Feira Raízes do Campo, em Jaboticatubas; a Feira “Do Campo pra CA”, na Cidade Administrativa; a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) em Sabará, entre outras. Dialogam ainda com um quadro mais amplo de políticas públicas nas esferas estadual e federal voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, por exemplo, e com iniciativas da gestão municipal.

Além disso, os depoimentos das/os participantes nas oficinas e seminários, as visitas técnicas realizadas aos municípios e as análises das imagens de satélite com o uso do *software Google Earth* evidenciaram estranhamentos a categorias conceituais ou legais estabelecidas sobre a agricultura e também a visões dicotômicas do rural-urbano que não se sustentavam com um olhar mais cuidadoso da realidade em questão. O exercício de definição dos espaços de interesse metropolitano possibilitou identificar situações extremas, como quintais e outros espaços produtivos no meio da mancha urbana adensada em contraponto a estabelecimentos agropecuários em áreas praticamente isoladas dos municípios menos integrados à dinâmica metropolitana. Mas nesse exercício também foram visualizadas inúmeras situações nas quais se mostrava impossível traçar uma linha divisória entre espaços rurais e urbanos nos municípios da RMBH e nas quais era possível identificar desafios e pontencialidades comuns no tocante às condições de manutenção e reprodução das práticas (assistência técnica, apoio material, canais de comercialização, etc.). Esses casos indicaram empiricamente que as práticas agrícolas na RMBH não são

definidas ou delimitadas pela definição legal do que é rural ou urbano e que certas categorias já muito legitimadas no campo do desenvolvimento rural sustentável (como a agricultura familiar, por exemplo) devem ser reconsideradas no contexto metropolitano, como já discutido conceitualmente no capítulo 2. Alguns exemplos são a constatação da produção comercial de alimentos voltada para o abastecimento regional e comunidades de agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária ou comunidades quilombolas em zonas urbanas legais dos municípios ou em zonas rurais bastante próximas das áreas densamente urbanizadas, como indicado na análise por vetores.

Dessa forma, a conexão entre o debate sobre a agricultura urbana e sobre a agroecologia no planejamento metropolitano provocou uma aproximação entre questões urbanas e rurais nesse território comum. Essa aproximação rural-urbano (a partir de iniciativas que conectam a agricultura urbana e a agroecologia) também pode ser observada em iniciativas em outras regiões metropolitanas, como no Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA), em São Paulo, que "busca uma nova maneira de viver na cidade e de se relacionar com o campo, resgatando as conexões entre o dia a dia rural e o urbano" (MUDA, s/d). Também na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Rede Carioca de Agricultura urbana tem atuando no reconhecimento das resistências e lutas em curso diante de megaempreendimentos e políticas de ordenamento territorial que ameaçam a agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária, criminalizam os agricultores que coexistem nas unidades de conservação e inviabilizam a agricultura urbana.

Na experiência canadense, foi possível observar a existência de espaços de debate consolidados e planos de ação para promover a agricultura e a produção de alimentos, tanto no âmbito local, como regional, sendo notáveis algumas diferenças entre os enfoques adotados em cada recorte territorial. No âmbito local, há uma trajetória expressiva de iniciativas e construção de políticas que argumentam sobre o papel da produção urbana e periurbana de alimentos e da produção diversificada, sustentável e em pequena escala, como base de um sistema alimentar focado na saúde das pessoas e do ambiente. Sugerem, em contrapartida, contradições e lacunas do sistema predominante, baseado na industrialização e comercialização de alimentos. Os documentos locais também indicam a importância de fortalecimento das conexões rurais e urbanas como parte de uma estratégia alimentar regional que atenda às necessidades de produtoras/es e moradores/as da cidade e, eventualmente, explicite valores e princípios de justiça social e sustentabilidade ambiental. Nesse cenário são ressaltados os desafios e oportunidades associados à atividade agrícola em locais próximos do urbano (*near-urban*) como uma resposta às tendências das

alterações climáticas, ao aumento dos preços de energia e às demandas da sociedade acerca dos alimentos saudáveis[201].

Já na agenda regional, parece predominar a reafirmação da agricultura como um setor econômico e a inserção de produtores e empresas agrícolas em um sistema de produção especializado, industrializado e eventualemente direcionado para a exportação. De modo geral, não há nos planos de ação para a promoção da agricultura um reconhecimento das inovações nas formas e espaços onde o alimento tem sido (e pode ser) cultivado dentro e próximo das cidades, tampouco estão explicitados objetivos de promoção de justiça alimentar e de uma efetiva sustentabilidade ambiental (para além de substituição pontual de tecnologias empregadas na produção). No tocante ao planejamento territorial regional, como já mencionado anteriormente, esses documentos reconhecem a oportunidade criada pelo *Greenbelt* ao proteger e garantir a disponibilidade de terras para a produção agrícola a longo prazo (contendo a perda e a fragmentação de terras e apoiando a agricultura como um uso da terra predominante), mas sinalizam a importância de uma ação coordenada para que a agricultura permaneça e se renove, construindo capacidades dentro do setor agrícola, tornando as propriedades rentáveis e aumentando seu valor do ponto de vista econômico, ambiental e social.

Com essa interpretação das desconexões entre os enfoques acerca da agricultura identificados no âmbito local e regional em Toronto, pretendo acentuar algumas tendências gerais observadas, ainda que seguramente em cada uma das escalas consideradas possam ser identificadas exceções. Algumas das iniciativas de agricultura urbana visitadas estão visivelmente inseridas na lógica do sistema agroalimentar dominante e outras iniciativas adotam práticas e discursos mais críticos. Todavia, o desconhecimento ou a reduzida apropriação da proposta agroecológica foi uma ausência significativa notada em ambos os contextos. Essa observação suscitou a indagação se melhor compreensão da agroecologia poderia contribuir para explicitar os diferentes sentidos que orientam os projetos de

---

[201] Um exemplo disso é a política *Sustainable Near-Urban Agriculture*, da *Toronto and Region Conservation Authority* (TRCA). Essa instituição, cuja atuação extrapola a *City of Toronto*, é responsável pela proteção de áreas naturais e manejo de áreas de conservação, sendo a maior proprietária de terras na área da Grande Toronto (GTA) - cerca de 15 mil hectares de terras que em sua maioria foram desapropriadas em 1950 e 1960 para fins de controle de erosão e de inundação. O aluguel de terras para agricultores/as faz parte da política institucional há décadas, mas a partir de 2008 a instituição deu mais prioridade à agricultura e introduziu novos *farming models* para proteger as terras agrícolas e incentivar o cultivo de alimentos próximo da região de Toronto. Atualmente, o TRCA detém e gera cerca de 400 hectares de terras agrícolas e, em parceria com organizações locais de agricultores, tem desenvolvido 04 *near-urban farm projects*, oferecendo concessões de múltiplos anos. Segundo a instituição, esses projetos promovem o acesso a alimentos frescos e locais, um senso de comunidade, oportunidades econômicas e de aprendizagem – e ainda reduzidos impactos ambientais (http://trca.on.ca/the-living-city/land/urban-agriculture/farming-trca-lands.dot).

agricultura urbana e da produção regional de alimentos e fortalecer as conexões entre iniciativas locais e regionais que buscam construir um sistema alimentar mais justo e sustentável.

Essa indagação parece convergir com as análises realizadas por Friedmann (2011) sobre a complexidade do debate sobre a soberania alimentar em uma região altamente urbanizada, tal como a *Greater Golden Horseshoe*, na qual predominam estabelecimentos agroindustriais especializados, bem como sobre a relevância de maior aproximação entre questões rurais e urbanas. A autora ressalta o pequeno contato que apoiadores do movimento por sistemas alimentares justos e sustentáveis têm com a agricultura e com os agricultores, assim como pontua alguns obstáculos enfrentados para uma agricultura mais diversificada e de pequena escala em uma região urbana (como a conversão de terras agricultáveis para outros usos e a incompatibilidade de certos cultivos com a proximidade urbana). Por outro lado, Friedmann argumenta que há um novo cenário de renovação da agricultura na região e identifica várias iniciativas recentes e redes que têm progressivamente tornado a soberania alimentar imaginável e reaproximado os alimentos (*food*), os moradores urbanos e os agricultores agroecológicos que compartilham princípios comuns.

4.4.3 As conexões entre a proteção ambiental e o desenvolvimento produtivo sustentável

No Macrozoneamento Metropolitano, a articulação da agricultura às diretrizes de desenvolvimento produtivo sustentável também propiciou uma problematização da questão ambiental compreendida na associação da atividade agrícola à proposta de contenção da expansão urbana periférica e à redução da pressão sobre as áreas verdes, áreas rurais e ambientalmente protegidas.

As diretrizes gerais de proteção e desenvolvimento ambiental para a estruturação das ZIMs abordam a agricultura de duas formas. Por um lado, há um reconhecimento da presença e impacto de práticas agrícolas convencionais nos municípios metropolitanos, expressa na diretriz que visa “promover a redução dos impactos de atividades agropecuárias sobre o meio, notadamente o consumo de água para irrigação, os processos erosivos e a contaminação de mananciais por nutrientes e agrotóxicos”. Por outro lado, mesmo que não suficientemente explícita no detalhamento das ZIMs, a “agricultura agroecológica” foi progressivamente sendo percebida como um possível elemento de

composição da Trama Verde e Azul (TVA), tanto no sentido de integrar os espaços produtivos já existentes, como de fomentar a criação de outros. Nessa perspectiva, a "agricultura agroecológica" é abordada como uma forma de conexão entre a proposta de rede de áreas verdes e cursos d'água em diferentes escalas e os programas de desenvolvimento econômico associados a estratégias de proteção de recursos naturais. Essa associação ficou mais visível na recomendação da agricultura como um uso possível e desejável nas Zonas de Proteção 2 (situadas fora dos perímetros urbanos) em 15 ZIMs, abrangendo todas as ZIMs Ambientais e Especiais (mesmo que nem todas elas mencionem a implantação da TVA).

Importante observar que, quando associada às Diretrizes de Desenvolvimento Produtivo Sustentável e de Proteção e Desenvolvimento Ambiental, e especialmente à construção da Trama Verde e Azul, a "agricultura" vem companhada de um adjetivo ou expressão que a qualifica, como indica a formulação das diretrizes da Zona de Proteção Ambiental 2:

> Promover a *agricultura agroecológica* e o turismo rural e de natureza como formas de reduzir a poluição difusa de origem agrícola, com forte impacto sobre os cursos d'água, além de alternativas de geração de renda e desenvolvimento econômico para as comunidades locais que sejam compatíveis com a conservação de áreas de proteção ambiental de interesse metropolitano (UFMG, 2015, p. 14, grifo da autora).

Dessa forma, ainda que não suficientemente explorada ou elaborada no Macrozoneamento Metropolitano, a perspectiva de transição agroecológica nas extensas áreas nas quais se observa significativa produção agrícola em bases convencionais pode ser mais bem considerada em futuros estudos e regulamentações do uso do solo que busquem compatibilizar o uso agrícola do solo como a proteção de mananciais e nascentes. Uma leitura do conjunto dessas áreas e não da forma fragmentada, como foi realizado no Projeto de Macrozoneamento, pode representar uma alternativa de ampla escala para a conformação de uma nova estrutura territorial na RMBH, compreendendo o detalhamento da ZDEM Trama Verde e Azul (no que toca ao conjunto das ZIMs propostas), mas também possíveis continuidades da TVA em todo o território metropolitano.

Nesse cenário, a agricultura urbana e a agroecologia podem se configurar simultaneamente como alternativa de enfrentamento e como um elemento de conexão entre duas questões que recentemente têm ocupado espaço na mídia e nas preocupações da população das regiões metropolitanas brasileiras: a crise hídrica e o consumo de alimentos contaminados pelo uso de agrotóxicos.

O importante conflito entre abastecimento de água e produção agrícola na RMBH cria uma oportunidade para se aprofundar o debate sobre limites e potencialidades da agricultura urbana e da agroecologia, particularmente nos vetores oeste e sudoeste. Nestes vetores, encontram-se municípios nos quais a atividade agropecuária tem relevância econômica e na geração de empregos, aporta volume significativo de alimentos para o abastecimento regional e é modo de vida e trabalho de centenas de famílias. Entretanto, de modo geral, a atividade agropecuária nessa região, seja nas zonas urbanas ou nas rurais, se orienta por um modelo de produção convencional, incompatível com a proteção dos mananciais aí situados, fundamentais para o abastecimento metropolitano, pelos efeitos que geram na contaminação e degradação da água e do solo. A transição agroecológica em ampla escala apresenta-se, assim, como uma possibilidade de reestruturação territorial na região, compatibilizando o papel histórico no abastecimento de alimentos com a função de abastecimento de água da RMBH. A ampliação de sistemas produtivos orientados por princípios agroecológicos pode ser ferramenta importante para aumentar a disponibilidade de água e contribuir tanto na conservação como na recuperação de nascentes e bacias das áreas de mananciais, além da recuperação de áreas já degradadas nas microbacias que compõem o sistema integrado Paraopeba.

O Sistema Paraopeba, com captações nas barragens de Vargem das Flores, Serra Azul e Rio Manso (bacia hidrográfica do médio Rio Paraopeba), é de grande relevância no abastecimento de água regional, sendo as áreas de proteção de mananciais classificadas como Áreas de Proteção Especial (APE). Entretanto, esse enquadramento não oferece parâmetros para regulamentação de uso do solo, uma vez que não está integrado ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Dessa forma, em que pese a demarcação de áreas visando à proteção dos mananciais, o estado de conservação da região revela impactos negativos sobre a paisagem e os recursos naturais, pressionados por atividades econômicas e usos incompatíveis com a preservação dos mananciais de abastecimento, evidenciados nos últimos anos com as situações de crise de abastecimento hídrico enfrentadas na RMBH. Nesse sentido, a revisão e compatibilização do zoneamento das áreas definidas em nível estadual como APEs com os planos de uso e ocupação do solo municipais, apresenta-se como uma oportunidade de identificar e avaliar as situações existentes e potenciais de transição agroecológica como uma alternativa possível de proteção dos recursos hídricos fundamentais ao abastecimento das populações dos municipais da RMBH, em um momento em que se agravam os conflitos pelo uso da água em praticamente todas as áreas metropolitanas brasileiras.

Assim, os Comitês de Bacia Hidrográfica e outros espaços de gestão das áreas protegidas que funcionam como instâncias que proporcionam experiências de gestão democrática do território são estratégicos para se debater a agroecologia como objeto de programa de usos compatíveis com a conservação e participação dos atores envolvidos, pois envolvem componentes de relevância ambiental e econômica (UFMG, 2011, p. 100). E para tal, na RMBH encontram-se esforços já em andamento de fortalecimento de práticas já existentes ou de transição de sistemas produtivos insustentáveis que levam em conta essas especificidades territoriais, como a experiência da comunidade de Barreirinho (Ibirité), na zona de amortecimento do Parque da Serra do Rola-Moça[202].

Para além das ZIMs direcionadas à proteção de mananciais, a produção agroecológica foi indicada como um uso possível e desejável em diversas outras situações onde se buscava atividades produtivas em direção a uma matriz ambientalmente sustentável, mesmo que a agricultura não seja atualmente uma atividade expressiva na localidade. Em outros casos, iniciativas pontuais ou a existência de comunidades tradicionais com práticas agroecológicas foram simbolicamente tomadas como indicativos de possibilidades para a região. Essas situações englobaram áreas situadas em zonas urbanas, zonas rurais, zonas de transição rural-urbano, no entorno das centralidades e ao longo dos principais corredores de transporte, próximas de fragmentos florestais e corredores ecológicos, entre outras. De modo geral, a produção agroecológica foi percebida como uma alternativa produtiva frente à padronização de usos e aos impactos ambientais resultantes de atividades como a ampliação dos parcelamentos do solo e a mineração, por exemplo.

Mais atenção para a difusão de práticas agroecológicas tantos nas zonas urbanas como nas zonas rurais dos municípios no contexto do planejamento metropolitano indicou outras vias ainda pouco exploradas de articulações possíveis entre a proteção ambiental e o desenvolvimento produtivo sustentável na RMBH, entre as quais duas podem ser destacadas.

A primeira delas refere-se aos processos de compatibilização e negociação entre os

---

[202] Na ação governamental, duas iniciativas de maior abrangência, envolvendo a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e tendo com atividades previstas para 2016, representam também possibilidades de ampliação do debate público sobre a articulação entre abastecimento alimentar e abastecimento hídrico. O programa Cultivando Água Boa (CAB), que envolve municípios localizados na bacia do rio Paraopeba nos quais a COPASA detém a concessão dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto, visa recuperar as microbacias, considerando os diversos usos da água, tais como a produção de alimentos, de energia, abastecimento público, lazer e turismo. Já o Projeto Plantando o Futuro (PPOF) tem como meta o plantio mudas de árvores em áreas degradadas, nascentes de rios e seus afluentes e matas ciliares, tendo previsão de início na sub-bacia do reservatório de Serra Azul.

planos diretores municipais e os zoneamentos das unidades de conservação (e também das zonas de amortecimento), assim como aos desdobramentos na regularização do uso e ocupação do solo de forma compatível com as especificidades ambientais locais de acordo com as propostas de proteção ambiental previstas no Macrozoneamento Metropolitano, como na APA Carste, por exemplo. Por essa via podem ser mais bem avaliadas as possibilidades de manutenção da cobertura vegetal na zona rural (tanto pela diminuição da pressão sobre a vegetação nativa, como pela ampliação de sistemas produtivos agroflorestais); de manutenção de remanescentes e áreas verdes implantadas nos loteamentos; e em programas de incentivo financeiro e pagamento de serviços ambientais para a recuperação da vegetação nativa nos estabelecimentos agropecuários em locais prioritários previstos pelo Código Florestal.

Uma segunda via observada nas descrições e diretrizes das ZIMs foi a forte associação entre a agricultura e o turismo (o ecoturismo, o turismo rural e de aventura) como atividades econômicas de baixo impacto ambiental e que estimulam o uso consciente dos recursos naturais e contribuem para o desenvolvimento local. Essa associação, notada nos produtos do Macrozoneamento Metropolitano, expressa bem as inúmeras falas e depoimentos de participantes das oficinas e seminários realizados ao longo do projeto, que indicaram territórios possíveis para mais integração entre a atividade agrícola e a proteção do patrimônio histórico e natural em todos os vetores de expansão metropolitana (em áreas dentro e fora dos perímetros urbanos). O Circuito Rota das Grutas de Peter Lund, o Circuito Veredas do Paraopeba, o entorno do Parque Nacional da Serra do Cipó e da Serra da Gandarela, os arredores do Centro de Arte Contemporânea de Inhotim, além de diversas localidades dos municípios do vetor oeste e sudoeste que apresentam em seus territórios atrativos turísticos como fazendas, alambiques, parques ecológicos, "pesque-e-pague", comunidades tradicionais, festivais gastronômicos, pousadas, sítios de aluguel, foram algumas das iniciativas e situações mencionadas que poderiam potencializar ou serem potencializadas pela ampliação da agricultura urbana e da agroecologia em seus territórios.

Na experiência de planejamento territorial da região de Toronto, conservacionistas e ambientalistas foram atores importantes no processo de criação do *Greenbelt*. Entretanto, é interessante notar que o conteúdo dos documentos não traz distinções entre os efeitos positivos ou negativos no ambiente resultantes dos diferentes tipos de agricultura, ainda que haja organizações que promovem a agricultura e alimentação saudáveis no cenário regional e organizações locais de agricultores ecologistas e produtores orgânicos. Tampouco são abordados os impactos ambientais do modelo produtivo focado em poucas

monoculturas (e elevada importação de frutas e verduras) e os efeitos da centralização do varejo e das indústrias de processamento que caracterizam o atual sistema alimentar da região. A orientação econômica e ambiental para a agricultura observada no planejamento na escala regional contrasta com a abordagem mais abrangente e mais problematizadora que consta nos documentos oriundos de processos mais localizados na cidade de Toronto. Por outro lado, a atuação das redes e espaços de debate regionais resultou em diretrizes e na produção de planos de ação para o *Greater Golden Horseshoe* (GGH) que conformaram uma abordagem mais integrada e coordenada do setor agrícola e de alimentos (*food and farming*) na região.

Como argumentam Macdonald e Keil (2012), o papel dos "cinturões verdes" tem se transformado e ganhado complexidade ao longo dos tempos e de inovações locais, compreendendo atualmente a proteção de terras agrícolas, do patrimônio natural, de áreas de relevância ambiental, bem como a definição de limites para a expansão urbana. No caso do *Greater Golden Horseshoe* (GGH), os autores discutem que a combinação da legislação do *Greenbelt* e do *Places to Grow* desempenhou um papel na configuração de uma nova unidade territorial - o GGH - e na redefinição da escala da regulação política dos conflitos territoriais entre as pressões para o crescimento e as preocupações ambientais. Para os autores, essa alteração da escala da problemática urbano-regional pode ser compreendida como um instrumento da metropolização estendida, no sentido de ser um plano urbano que ordena e estende a lógica urbana para áreas tradicionalmente rurais em uma grande região urbana. Em outras palavras, "um plano por meio do qual a cidade organiza o campo" (McDONALD; KEIL, 2012, p. 141). Entretanto, os autores discutem que, diferentemente de outros processos de ordenamento territorial, esse cenário complexo criou uma plataforma tanto para a atuação do Estado como a para a ação cívica, destacando, entre as proposições aprovadas, a definição de uma moratória de 10 anos da expansão urbana nas áreas do *Greenbelt*, simultaneamente à aceleração e concentração do "crescimento" nas áreas definidas pelo *Places to Grow Plan.*

Do ponto de vista da incorporação da agricultura no planejamento territorial, uma breve comparação entre as experiências das regiões de Belo Horizonte e Toronto possibilita identificar aspectos comuns, como um tratamento secundário da atividade agrícola em relação às preocupações ambientais, bem como em relação a outras atividades mais afetas ao desenvolvimento econômico urbano. Em ambos os casos, pode-se também considerar os limites do planejamento como um instrumento de regulação do uso do solo e dos conflitos territoriais, a necessidade de se avançar em uma visão sobre o papel da

agricultura regional, bem como a importância de ações mais coordenadas para promover a atividade agrícola como parte integrante de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis. Como uma particularidade no caso canadense, pode ser ressaltada a preocupação mais abrangente com a perda e a fragmentação das terras agrícolas e o reconhecimento da agricultura como o uso da terra predominante em porções significativas do *Greenbelt*.

Já na experiência de planejamento territorial da RMBH, em que pese a forma fragmentada como a agricultura foi contemplada nas ZIMs, o reconhecimento inicial das AIMs Ruralidade e a perspectiva de construção da TVA ampliam as possibilidades de uma visão mais ampla da atividade agrícola na região. As disputas na priorização, no detalhamento e na viabilidade do zoneamento e das intervenções propostas no planejamento territorial que aconteceram tanto ao longo das oficinas e seminários como nas discussões internas da equipe técnica criaram um ambiente propício à percepção de inúmeras demandas e iniciativas de promoção da agricultura encontradas nos municípios metropolitanos. Por outro lado, os debates acadêmicos e políticos sobre o uso do espaço que aconteceram na RMBH também proporcionaram dar visibilidade e contrastar distintas visões e discursos sobre a agricultura na RMBH e vislumbrar cenários futuros motivados por "descobertas" das diferentes agriculturas presentes no território metropolitano.

Em síntese, neste capítulo busquei argumentar que a agricultura urbana e a agroecologia podem ser elementos relevantes na construção de uma nova estrutura territorial metropolitana e na conformação de uma cidadania metropolitana na RMBH e que a abrangência conceitual e a estratégia de participação adotadas no PDDI e no Projeto de Macrozoneamento favoreceram conexões e desdobramentos nesse sentido. O planejamento metropolitano atravessou e foi atravessado por processos e dinâmicas socioespaciais em curso relacionados à agricultura na RMBH e a própria construção desta tese pode ser considerada um desses exemplos.

As potencialidades e limites do uso agrícola do solo na RMBH puderam ser reinterpretadas à luz de debates contemporâneos sobre os usos e funções do solo urbano relacionados à justiça social e à sustentabilidade urbana. Relembrando a crítica teórica de Boaventura de Souza Santos sobre o desperdício de experiências e sobre a sociologia das ausências, o autor diz que "tornar-se presentes significa serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas, a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objeto de disputa política" (SANTOS, 2008, p. 105). Assim, ainda que a agricultura, a produção de alimentos, a segurança alimentar e as ruralidades não tenham sido prioridades do planejamento

metropolitano, múltiplas conexões entre essas questões e as recentes tendências da dinâmica metropolitana foram evidenciadas, assim como foram confrontados mitos, preconceitos e descréditos sobre a viabilidade da agricultura na RMBH frente a outros usos do solo de acordo com as particularidades dos vetores de expansão metropolitana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como motivação inicial uma inquietação pessoal que surgiu a partir da identificação de uma contraposição entre a riqueza das experiências agrícolas cotidianas encontradas nas regiões mais urbanizadas e as lacunas no conhecimento acadêmico acerca dessa prática social no Brasil. Assim, ao desenvolver este estudo, procurei contribuir para a visibilidade dessas práticas, buscando o diálogo entre o conhecimento produzido por diferentes campos disciplinares, bem como uma interação entre o saber formal e o saber produzido diariamente na ação de movimentos e organizações sociais no país.

Como anunciado na introdução deste texto, a realização desta pesquisa não tinha a intenção responder as hipóteses inicialmente levantadas. Dessa forma, ainda que tenham o caráter de conclusão deste estudo, estas considerações finais buscam principalmente enfatizar questões que considero potenciais para futuras pesquisas que possam aprofundar as diferentes abordagens conceituais acerca da complexidade das práticas agrícolas encontradas nos territórios metropolitanos. Particularmente, espero que as articulações e aproximações que possam surgir entre novos estudos e pesquisas contribuam para fortalecer uma integração mais acentuada entre as agriculturas e os espaços urbanos que parece estar nascendo nas áreas metropolitanas brasileiras. Cabe mencionar que a vivência em Toronto (Canadá), apesar de ser pouco contemplada nas análises da tese (ou menos do que eu gostaria), ajudou a identificar tendências nas pesquisas e nas práticas de agricultura em regiões urbanizadas no hemisfério norte, brevemente pontuadas ao longo dos capítulos e que serão aprofundadas em um futuro estudo comparativo.

Com a abordagem teórico-conceitual construída neste estudo, busquei inserir a agricultura no debate sobre a produção do espaço urbano no mundo contemporâneo. Em primeiro lugar, as proposições teóricas adotadas sobre a dialética socioespacial possibilitaram situar os espaços agrícolas urbanos como produtos de contextos sociopolíticos em diferentes tempos e escalas, mas também como espaços contemporâneos, abertos para o futuro, podendo engendrar novas relações e produzir novas trajetórias e novas estórias. Em segundo lugar, a teorização lefebvriana sobre o urbano e sobre a urbanização da sociedade indicou que a problemática urbana não pode ser reduzida a uma consequência da industrialização e que a sociedade urbana (*o urbano em formação*) deve ser entendida como um horizonte, como uma possibilidade da emancipação social e não como uma realidade acabada. Como um desdobramento dessas reflexões, as práticas de agricultura nas áreas metropolitanas foram enfocadas como parte inerente à urbanização

extensiva, tanto em relação ao *centro urbano* como em relação ao *tecido urbano*, espacialidades estas que expressam as formas sociais e espaciais das condições urbano-industriais necessárias para a reprodução das relações de produção e reprodução capitalistas. Este enfoque também permitiu distinguir espaços agrícolas industriais (*o urbano agrícola*) dos espaços cultivados que resistem ou que surgem em contraposição aos processos de mercantilização e industrialização relacionados à agricultura convencional.

Ao adotar a concepção lefebvriana acerca do urbano, assim como o espaço regional em processo de metropolização como recorte territorial, procurei também situar as práticas de agricultura contemporâneas em abordagens não dicotômicas que tratam da relação urbano-cidade, urbano-rural e urbano-natureza. A perspectiva de urbanização da sociedade presente na obra de Lefebvre alerta para que o urbano e a cidade não sejam entendidos como sinônimos, para que o urbano e o rural não sejam tratados como opostos e para que o urbano e a natureza não sejam compreendidos como incompatíveis. Como argumentos principais dessas reflexões, busco ressaltar que, se por um lado as formas fragmentadas e dispersas de expansão da metrópole têm contribuído para ampliar as desigualdades socioespaciais (tanto perpetuando condições de exclusão de comunidades de baixa renda, como consolidando a autossegregação da população de alta renda), por outro lado também têm produzido espacialidades que carregam o potencial do uso agrícola nesses fragmentos e nas áreas intersticiais. Dessa forma, os espaços incluídos pelas áreas metropolitanas, usualmente considerados como não cidade, assim como as ruralidades usualmente consideradas como arcaicas ou atrasadas, deveriam ser reconsiderados como *parte do urbano*.

A constatação das diferentes agriculturas presentes na RMBH não só evidenciou os conflitos e as resistências compreendidos na extensão do tecido urbano, como pode ser interpretada como um possível elemento de conexão entre práticas e estratégias coletivas de apropriação do espaço urbano. As centralidades estabelecidas pelas cidades propiciam o encontro, as trocas, a criação coletiva e podem ressignificar a agricultura como uma ação política pelo direito de participar na construção dos espaços metropolitanos como um bem comum, uma possibilidade de se repensar as cidades e a sociabilidade urbana. Já as ruralidades metropolitanas (e práticas agrícolas associadas) que resistem ao processo de modernização são indicativos de outras lógicas de produção e reprodução que diferem da homogeneização de espaços e modos de vida resultantes do modo de produção capitalista.

Partindo dessa perspectiva teórica lebvriana e incorporando o ponto de vista crítico da ecologia política, foram consideradas as possibilidades de interação entre a agricultura e

o espaço metropolitano como uma forma de naturalização do urbano, como uma prática espacial que conecta natureza e o espaço social nas metrópoles em expansão. Ao associar as práticas agrícolas à relação cotidiana com a natureza presente no urbano, busquei ainda explicitar as contradições das relações que a sociedade atual estabelece com a natureza. As análises realizadas problematizaram a defesa ingênua dos benefícios ambientais da atividade agrícola, ocultando ou subestimando os significativos impactos negativos sobre a biodiversidade e sobre a saúde dos habitantes urbanos, resultantes de práticas de agricultura convencional encontradas nos espaços urbanos. Também consideraram tendências identificadas da literatura internacional relacionadas a dinâmicas controversas e potencialmente injustas relacionadas à implementação de projetos de agricultura urbana, como a gentrificação de espaços ou a localização de espaços produtivos em terrenos com solos contaminados. Da mesma forma, as reflexões ponderaram sobre as tendências à ecologização da agricultura que se articulam com o receituário da economia verde e com a modernização ecológica e que usualmente não estão orientadas por todas as dimensões necessárias para a sustentabilidade ambiental e social dos sistemas produtivos agrícolas.

Como uma abordagem conceitual complementar à ecologia política, proponho a agroecologia como referencial básico para problematizar as concepções de agricultura e de sistemas alimentares em disputa no mundo atual. Articulada à construção de um novo paradigma produtivo, a agroecologia evidencia a contraposição entre práticas agrícolas centradas na reprodução da vida humana e dos recursos naturais em relação à agricultura orientada pela lógica mercantil e industrial de produção e imposta pelo modelo do agronegócio. A perspectiva conceitual da agroecologia ressalta diferenças básicas entre a agricultura familiar camponesa e o agronegócio, mas não sugere uma simplificação das análises ou delimitações rígidas no plano empírico. Uma vez que a lógica técnico-econômica da modernização foi incorporada por parte da agricultura camponesa ao longo do tempo e em diferentes contextos históricos, foram surgindo novas combinações de formas de reprodução econômica e social que conferem mais complexidade à realidade contemporânea dos sistemas agrícolas.

O debate acadêmico e político sobre a agroecologia no Brasil problematiza a desconexão da população urbana com os alimentos e outros efeitos socioambientais da atual organização das relações de produção, distribuição e consumo de alimentos nas cidades e tem progressivamente reconhecido que a transição agroecológica demanda transformações mais amplas nos padrões de desenvolvimento do país, que têm raízes no atual modelo de urbanização industrial. Entretanto, ressalto que o viés adotado nas

propostas do campo agroecológico *no* e *para o* desenvolvimento rural brasileiro fragiliza a efetiva compreensão e apropriação da agroecologia por outros setores da sociedade como um elemento fundamental de um outro projeto de desenvolvimento para o Brasil (representando, inclusive, respostas para questões urbanas atuais). Acentuando essa lacuna nos debates sobre a agroecologia, busco ainda argumentar que os espaços agrícolas urbanos não devem apenas ser associados a expressões do rural localizadas *nas* cidades, pois também podem expressar a criação e a inovação na produção da vida urbana, que encontram na natureza a base material e simbólica de vida e de trabalho.

Nesse sentido, penso que a consolidação da agricultura urbana como um campo de estudos e ação em construção no Brasil contribui para o reconhecimento de práticas usualmente invisibilizadas nos contextos urbanos. Considero ainda a relevância desta temática situando-a em uma zona de aproximação entre abordagens teóricas potentes e que usualmente não dialogam entre si, como a produção do espaço urbano, a ecologia política e a agroecologia. As práticas agrícolas são mencionadas em registros históricos sobre a origem das cidades e podem ser observadas atualmente nas cidades e áreas metropolitanas do hemisfério norte e do hemisfério sul. Como já indica uma consolidada literatura internacional, as práticas de agricultura nos contextos urbanos são muito heterogêneas, podendo fazer parte das estratégias de reprodução de famílias de baixa renda; estar orientadas para o mercado; ser realizadas como uma forma de lazer e de terapia, bem como motivadas por preocupações ambientais. Mas ainda é necessário ampliar a compreensão sobre as diferentes lógicas que orientam sua permanência, transformação e ressurgimento nos territórios metropolitanos, considerando-se as transformações em curso no urbano contemporâneo. Identifico, assim, que o aprofundamento do debate sobre as concepções de urbano, bem como sobre a forma de organização do sistema agroalimentar no mundo atual, é fundamental para a melhor compreensão desse amplo objeto de análise e para uma evolução conceitual da agricultura urbana.

Na recente literatura disponível no Brasil sobre esta temática, é notável a ausência de uma tradição de pesquisa sobre o cultivo da terra e sobre a produção de alimentos na cidade, especialmente no campo dos estudos urbanos e da ecologia política. A construção do conceito da agricultura urbana no contexto brasileiro tem acontecido simultaneamente com dinâmicas de elaboração de políticas públicas e processos de mobilização e organização social. Além disso, o panorama institucional e a produção de conhecimento sobre esta temática no âmbito federal têm conexões com um cenário internacional mais amplo e com contextos regionais nacionais, entre os quais tem participação expressiva a

RMBH. Apresentando breve resgate da trajetória de institucionalização e da articulação social em torno desta temática no contexto nacional e no local/regional, procurei ressaltar o papel exercido pelas agências de desenvolvimento e organizações não governamentais internacionais no reconhecimento político da agricultura urbana, bem como na construção de uma visão sobre esta temática no Brasil, tanto por meio da implementação de projetos locais como pela realização de eventos e assessorias no debate e formulação de políticas. No campo da institucionalização, predomina uma associação da agricultura urbana à agenda do desenvolvimento (urbano) sustentável, enfatizando o enfrentamento à fome e à pobreza e a questão ambiental urbana. No Brasil esse enfoque foi potencializado pela convergência com o período de implantação do Programa Fome Zero e de políticas de segurança alimentar e nutricional, com pouca articulação territorial e com a problemática urbana.

Por outro lado, várias das organizações sociais que têm protagonizado o debate sobre a agricultura urbana no Brasil já vinham de uma trajetória anterior de atuação local/regional e articulação em redes relacionadas a outras temáticas e lutas políticas, especialmente no campo da agroecologia, da segurança e soberania alimentar e do direito humano à alimentação adequada. Essas outras práticas e discursos expressam abordagens mais críticas que buscam enfocar a agricultura urbana como mais uma via de denúncia e transformação das desigualdades sociais, como a concentração e privatização de terras nas cidades e a hegemonia de corporações nacionais e internacionais no sistema agroalimentar atual, entre outras questões. Desse modo, a forma como a agricultura urbana tem sido pensada tem repercutido em diferentes justificativas e enfoques que orientam a realização de estudos e de ações políticas em torno dessa questão no Brasil.

Acreditando que a construção do conceito da agricultura urbana deve ser parte de um esforço de compreensão dessa prática social e das visões de mundo que pode ensejar, identifico, na recente literatura internacional, uma abordagem crítica que ressalta o caráter contraditório da agricultura urbana (simultaneamente radical e neoliberal) e que enfatiza seu potencial transformador a partir da compreensão das suas contradições internas e do seu posicionamento como mais um entre outros esforços voltados para as mudanças estruturais e menos um fim em si mesma.

Particularmente no cenário brasileiro, acredito que o aprofundamento das conexões tanto no debate acadêmico como nos espaços políticos em torno da agricultura urbana e da agroecologia pode levar à conformação da *agroecologia urbana* como um novo campo de estudos e ação. Avanços nesse sentido propiciariam análises mais críticas sobre o papel

que a agricultura urbana pode desempenhar no questionamento ao modelo de agricultura dominante e no redesenho dos sistemas agroalimentares, superando o tratamento marginal ou residual que tem ocupado nessas discussões, assim como contribuiriam para que os princípios que hoje unificam o campo agroecológico sejam percebidos e apropriados como questões fundamentais para os territórios urbanos e para a sociedade brasileira em urbanização, e não apenas como uma problemática rural ou da economia nacional. Além disso, ao articular a diversidade própria das aglomerações urbanas e a adaptabilidade da proposta agroecológica às realidades locais, a agroecologia urbana pode potencializar movimentos de contraposição à urbanização industrial, bem como modos de vida mais justos e sustentáveis na sociedade brasileira, majoritariamente urbanizada.

Um exercício de colocar em prática conceitos e pressupostos desta pesquisa, assim como uma experiência de transformar o olhar sobre a relação entre as agriculturas e a produção do espaço metropolitano, foi propiciado pela vivência da práxis do planejamento territorial simultaneamente com uma dinâmica de mapeamento e caracterização de práticas de agricultura da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Isso propiciou identificar o que une e o que separa diferentes percepções acerca das agriculturas presentes na RMBH, bem como colocar em debate as diferentes formas e funções das práticas agrícolas encontradas tanto nas zonas rurais como nas zonas urbanas dos municípios metropolitanos.

A fundamentação teórica e metodológica que orientou essa experiência de planejamento metropolitano proporcionou, de modo geral, ampliar o debate sobre a produção social do espaço para além da usual ênfase na produção capitalista do espaço, centrada na dimensão econômica da terra e da propriedade para o processo de acumulação de capital.

A agricultura urbana encontrou “um lugar” nas proposições de reestruturação territorial na RMBH, por remeter ao espaço vivido e às práticas de apropriação do espaço cotidiano que já se encontram presentes no território metropolitano (e referenciadas nas oficinas públicas e no mapeamento do AUÊ!) e de afirmação de direitos dos sujeitos que historicamente vivem “da agricultura”. Alimenta, assim, uma perspectiva de justiça espacial e de outros usos possíveis da terra em uma metrópole tão marcadamente produzida pela ação homogeneizante do mercado ou do Estado. Mas o interesse pela agricultura urbana também foi relacionado à concepção de cidades sustentáveis (onde são ressaltados seus benefícios para a gestão ambiental e social das cidades), às tendências atuais de modos de vida mais saudáveis e às questões estéticas e de *design* arquitetônicos e

urbanísticos. Já a tendência à valorização da dimensão econômica das iniciativas produtivas de agricultura urbana, observada nas cidades do hemisfério norte, não foi um destaque no planejamento territorial da RMBH. No Norte Global é possível notar uma recente multiplicação de novos negócios e empreendimentos em diferentes escalas e contextos urbanos, como o plantio em grandes estufas (*greenhouses*), fazendas urbanas em parques públicos (*urban farms*) e sistemas produtivos nos terraços de edifícios (*rooftop farms*) cuja produção pode ser destinada para restaurantes, supermercados e feiras urbanas (*farmers markets*).

Sob outro ponto de vista, que dá mais ênfase à proteção dos espaços e modos de vida rurais, as justificativas de delimitação de espaços de interesse metropolitano foram influenciadas pelo reconhecimento de comunidades tradicionais ou de agricultores/as familiares fragilizados/as pelas atuais tendências de expansão urbana. Em outras situações a delimitação dos espaços foi marcada pela percepção (e algumas vezes pela descoberta!) da atividade agropecuária como um setor econômico relevante em alguns municípios da RMBH. Nesses casos, foi a preocupação com a questão ambiental que levou à problematização dos impactos da atividade agropecuária convencional na região.

Um olhar mais atento para essa realidade revelou, ainda, que práticas nocivas ao ambiente, como o uso de agrotóxicos ou manejo inadequado do solo ou da água, não são exclusivas de grandes empresas ou grandes proprietários, sendo adotadas por uma porção expressiva de agricultores/as familiares na RMBH. A adoção de práticas convencionais de produção agrícola pela agricultura familiar, resultante da difusão da lógica de mercantilização e industrialização da agricultura, coloca em risco a saúde destes/as agricultores/as, da sua família, das localidades onde se encontram e dos eventuais consumidores de seus produtos, bem como gera mais fragilidade nos sistemas produtivos e mais dependência em relação aos mercados, como discutido no capítulo 2. O reconhecimento dessa realidade, bastante pesquisada nos estudos que tratam das transformações no meio rural, mas de modo geral pouco evidenciada nos contextos urbanos, foi motivadora de debates sobre o necessário incentivo a dinâmicas de inovação tecnológica e fortalecimento de práticas agrícolas mais integradas com a natureza na região.

No movimento de aproximação entre a agricultura e a questão ambiental que aconteceu no processo de planejamento metropolitano, em todos os vetores de expansão metropolitana foram identificadas iniciativas locais e produção agrícola na região que indicam alternativas aos impactos ambientais da agricultura industrial. Alguns

empreendimentos de produção orgânica que incorporam tecnologias mais comprometidas com a valorização e proteção dos recursos naturais são referência regional e na capital. As informações obtidas no mapeamento desenvolvido pelo AUÊ! e os depoimentos e relatos de participantes das oficinas e seminários e provocaram ainda a sensibilização da equipe técnica envolvida na elaboração do plano acerca da agroecologia.

A ampliação da visão sobre o papel que a agricultura orgânica e a agroecologia poderiam desempenhar na reestruturação territorial pode ser notada no uso de adjetivos nos produtos finais do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, especificando o "tipo" de agricultura adequada para áreas de interesse ambiental. Para além da conexão entre a proteção ambiental e o desenvolvimento produtivo sustentável, em alguns momentos foi possível aprofundar o debate sobre a diferença entre a agroecologia e agricultura orgânica, ainda que essas problematizações não tenham se materializado em proposições no planejamento. A agroecologia está fundamentada nos saberes de sujeitos e modos de vida nos quais a agricultura é central e é praticada a partir de uma forte interação e aprendizado com a natureza e com os processos ecológicos. Ao se contrapor a sistemas produtivos orientados pela lógica da acumulação do capital, que geram dependência das/os pequenas/os agricultoras/es, superexploração dos recursos naturais, entre outros impactos, a agroecologia se articula à perspectiva de mais justiça socioambiental.

O Macrozoneamento Metropolitano proporcionou uma leitura abrangente das transformações em curso nas áreas metropolitanas e como os espaços rurais e a produção agrícola são usualmente afetados pelas atividades econômicas hegemônicas, especialmente pela dinâmica imobiliária. Considerando ainda que um dos objetivos do projeto contemplava a territorialização de propostas do PDDI, o debate sobre os espaços de interesse metropolitano foi uma oportunidade de confrontar as noções de irrelevância, inviabilidade e incompatibilidade da agricultura na RMBH, de justificar a contemporaneidade das agriculturas (ainda que cada uma à sua maneira) e de visualizar futuras possibilidades de reprodução e ampliação da agricultura no território metropolitano.

As políticas, programas e projetos propostos para a reestruturação metropolitana no PDDI contemplam o conjunto dos municípios metropolitanos. Já a definição dos parâmetros urbanísticos e das diretrizes específicas de estruturação e desenvolvimento para as Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs) confere um marco regulatório para o uso e ocupação do solo apenas dos espaços cujas qualidades potenciais ou presentes foram consideradas relevantes para o conjunto metropolitano. Em que pesem os avanços

observados nesses processos, ainda serão necessários muitos esforços para uma indicação mais clara de situações e territórios prioritários para a implementação de ações de promoção da agroecologia e da agricultura urbana e uma visão mais compreensiva da presença atual e das possibilidades futuras das agriculturas na RMBH.

As ZIMs definidas são uma referência fundamental para esses esforços, uma vez que já foram objeto de análises mais detalhadas e deverão ser particularmente consideradas nos processos de revisão dos planos diretores dos municípios, muitos dos quais terão início a partir de 2016. Mas, considerando que a agricultura não foi um critério prioritário para a definição das ZIMs, mais atenção deve ser dada para evidenciar os espaços agrícolas relevantes. Já nas áreas que extrapolam as ZIMs, será necessário ainda identificar as diferentes situações em que o incentivo ao uso agrícola do solo apresenta (ou poderia apresentar) uma função pública de interesse comum e, mais ainda, explicitar, no âmbito dos planos diretores, propostas para as áreas rurais e para a agricultura em geral.

Apesar de todas as ponderações positivas feitas nos parágrafos anteriores, é importante ter claro que a agricultura em nenhum momento foi uma questão central nos debates e proposições do planejamento metropolitano, se comparada com questões consideradas prioritárias para o desenvolvimento econômico da RMBH ou com lutas históricas de enfrentamento das condições de desigualdade socioespacial e demandas básicas por moradia, saúde, educação, transporte e saneamento básico. É preciso também contextualizar essas ponderações em uma ordem mais ampla de questionamentos, amplamente discutidos na literatura brasileira, de predominância da lógica de planejamento como um instrumento de ordenamento territorial e normatização do espaço pelo Estado, necessário ao processo de acumulação do capital nos contextos urbanos.

Os desdobramentos e a concretização das propostas previstas no PDDI e no Macrozoneamento Metropolitano implicam estratégias de atuação interinstitucional para a implementação das políticas identificadas e atuação mais ativa do Estado, tanto na regulamentação dos agentes que incidem na produção do espaço metropolitano, como na provisão de infraestruturas urbanas e serviços por meio de investimentos públicos.

Um ano após o encerramento do Projeto de Macrozoneamento, não é possível avaliar em que medida as proposições do planejamento territorial têm orientado mudanças na legislação urbanística nos municípios e nos investimentos públicos pelo Governo do Estado, componentes fundamentais de efetivas transformações territoriais metropolitanas.

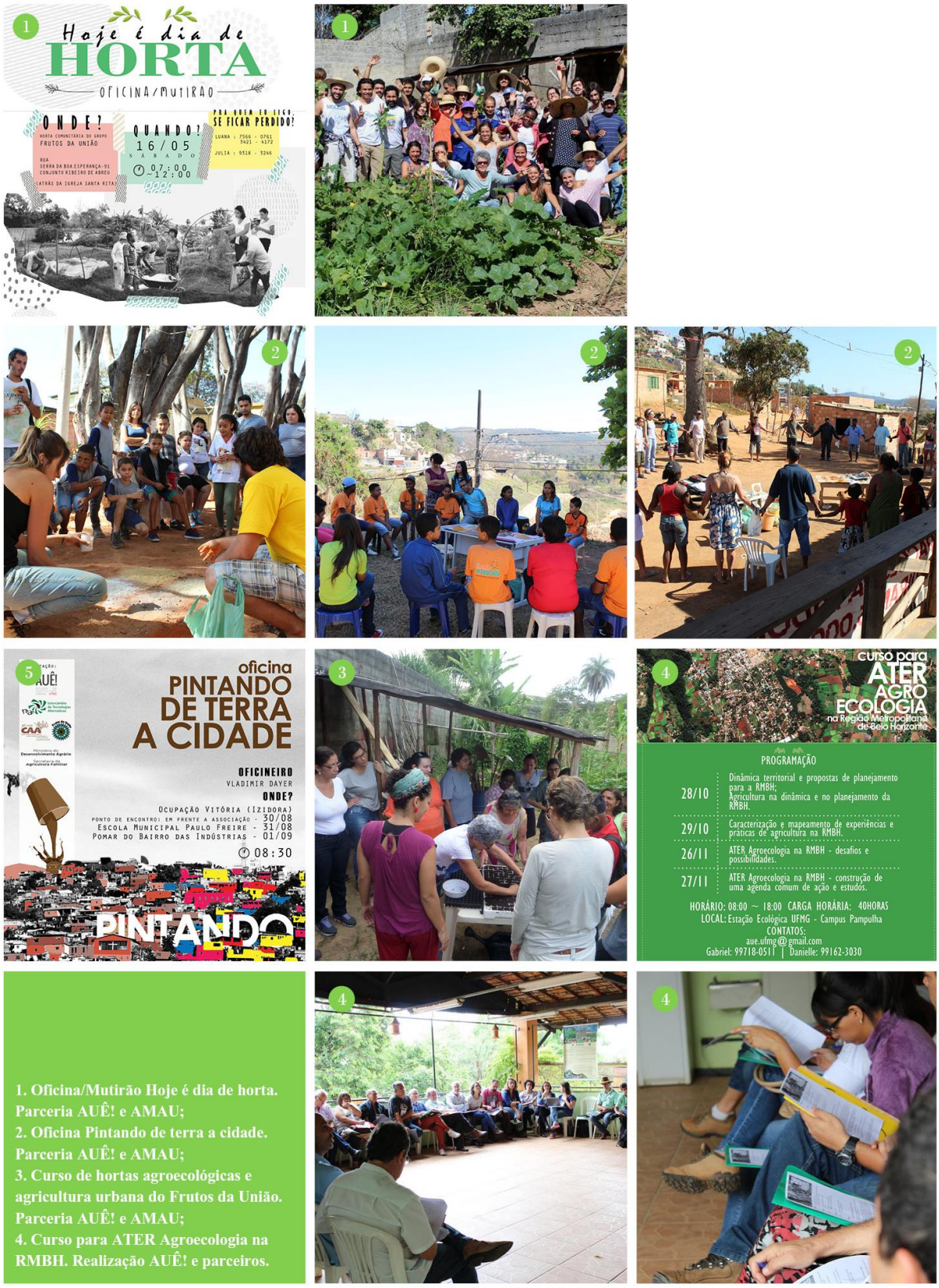
Por outro lado, nesse mesmo período é notável um conjunto de ações colaborativas realizadas na RMBH centradas na agricultura urbana e a agroecologia, que indicam alguns

passos na direção de uma cidadania metropolitana, bem como sinalizam uma convergência do planejamento metropolitano com outras dinâmicas sociais que já se encontravam em curso na região, como a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) e o Grupo AUÊ!. Além dessas referências, mais citadas neste trabalho, são perceptíveis novas iniciativas de pesquisa e extensão em instituições de ensino da região; seminários e encontros promovidos por setores do estado de Minas; empreendimentos produtivos em diferentes municípios metropolitanos; assim como a divulgação de atividades nas redes sociais, promovidas por grupos de pessoas ou por organizações sociais formais[203] (ver FIG. 45a e 45b). A recente criação da Rede Urbana de Agroecologia da Região Metropolitana de Belo Horizonte (R.U.A. METROPOLITANA), em abril de 2016, materializa o movimento de uma ação coletiva mais estruturada e permanente na região, agregando indivíduos, gestores públicos e membros de diferentes expressões organizativas da sociedade civil em um mesmo espaço de debates que têm articulado a complexidade territorial com a diversidade de experiências agrícolas e as dinâmicas socioespaciais encontradas na região[204].

[203] Uma atualização dessa agenda de eventos pode ser acompanhada pelo site do Grupo AUÊ!: www.aueufmg.wordpress.com; https://www.facebook.com/search/top/?q=aue%20%20estudos%20em%20agricultura%20urbana

[204] https://aueufmg.wordpress.com/rua-rede-urbana-de-agroecologia-metropolitana/

Figura 45a – Acontecimentos recentes sobre agricultura urbana e agroecologia na RMBH



Fonte: Acervo AUÊ!

Figura 45b - Acontecimentos recentes sobre agricultura urbana e agroecologia na RMBH



Fonte: Acervo AUÊ!

Esse percurso tem proporcionado condições materiais, de interlocução política e de análises técnicas e acadêmicas para a obtenção e sistematização de novas informações sobre a agricultura na região. Além do mais, tem alimentado a construção de uma identidade regional entre iniciativas locais de agricultura (a partir da aproximação entre diferentes perspectivas sobre a agricultura na região) e uma preliminar identificação de pontos comuns e particularidades entre elas, com rebatimentos em questões teóricas e conceituais, como as concepções de urbano e as compreensões sobre os paradigmas de agricultura em disputa no mundo atual.

Nesse sentido, é fundamental ampliar a divulgação e o acesso às informações e dados já levantados, de modo a sensibilizar a sociedade em geral, bem como manter ativas as conexões iniciadas entre atores e sujeitos interessados em fortalecer a agroecologia e a agricultura urbana na RMBH. Além disso, são necessários novos conhecimentos sobre a realidade e a proposição de soluções socialmente legitimadas por outros agentes que cotidianamente produzem espaço e podem deslocar ou tensionar a centralidade do Estado e dos planejadores no processo de planejamento. Dessa forma, é possível acreditar que novas dinâmicas de planejamento, sejam elas institucionalizadas ou não, possam se configurar como instâncias de maior horizontalidade entre o saber técnico-científico e o saber popular, carregando o sentido da justiça social e ambiental e de subordinação da lógica do espaço do capital à lógica do espaço da vida.

Considero o planejamento institucionalizado uma via necessária, porque representa um campo de conflitos e disputas e porque acredito que possa ser apropriado e transformado, particularmente nas experiências voltadas para a redução das desigualdades socioespaciais. Por outro lado, reforçando a perspectiva teórica lefebvriana, acentuo a importância da luta cotidiana e das ações diretas compreendidas nos espaços vividos como uma via para ampliar a produção de espaços centrados na reprodução da vida nas áreas metropolitanas. Ainda que muitas das experiências de criação de animais, assim como de cultivo de alimentos e de plantas medicinais identificadas nas áreas metropolitanas sejam respostas a necessidades materiais, representam também usos não concebidos ou determinados pela lógica hegemônica de produção do espaço. Essas formas de produção do espaço cotidiano podem ser redefinidas na medida em que esses sujeitos se reconheçam como potências transformadoras para fazer prevalecer o valor de uso em relação ao valor de troca. Muitas dessas iniciativas sofrem bloqueios pelo controle e pela ordem urbana dominante ou são confrontadas por lógicas que buscam lucrar ou extrair ganhos com a produção e a exploração da cidade.

As inúmeras ações coletivas observadas nos últimos anos na RMBH têm progressivamente proporcionado o encontro de sujeitos que decidiram agir juntos, em diversas escalas, e têm participado ativamente na produção de novos espaços urbanos. Esse fazer-junto é alimentado pelas próprias características da aglomeração urbana, que potencializa a diversidade, o encontro e as trocas, tanto no sentido de construir alternativas, quanto no sentido de confrontar as diferentes lógicas de produção e apropriação do espaço. Novos passos nessa trajetória podem vir a fortalecer e ampliar a escala das práticas cotidianas de agroecologia urbana que mostram ser possível cultivar o urbano como espaço de convivência entre as pessoas e entre estas e a natureza.

REFERÊNCIAS

ABA. Associação Brasileira de Agroecologia s/d. Disponível em: http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/?page_id=40. Acesso em: 09 de julho de 2016.

ABREU, Lucimar Santiago; BELLON, Stéphane; BRANDENBURG, Alfio; OLLIVIER, Guillame; LAMINE, Claire; DAROLT, Moacir Roberto; AVENTURIER, Pacal. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. Curitiba: UFPR. **Desenvolvimento e Meio Ambiente,** v. 26, p. 143-160, jul./dez. 2012.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In*: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a, p. 23-35.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. *In*: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b, p. 23-40.

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 1, p. 79-90, 1999.

ACSELRAD, Henri. Mediação e negociação de conflitos socioambientais. *In*: IX ENCONTRO TEMÁTICO DA 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Brasília. Palestra. **Anais**..., 2010. Disponível em: http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/ atuacao/encontros-e-eventos/encontros/nacionais-da-4a-ccr/ix-encontro-tematico/documentos/mediacao_e_negociacao_de_conflitos_socioambientais. pdf . Acesso em: 09 de julho de 2016.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 11-23, jul./dez. 2003. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/ index.php/terralivre/article/view/468, Acesso em: 09 de julho de 2016.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira. Agricultura urbana: isto e aquilo. *In*: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). **Teorias e práticas urbanas**: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 419-447.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. *In*: APP URBANA 2014 - III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O TRATAMENTO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO E RESTRIÇÕES AMBIENTAIS AO PARCELAMENTO DO SOLO, 2014, Belém. **A dimensão ambiental da cidade**. Belém: UFPA, 2014. v. 1. p. 1. Disponível em: http://anpur.org.br/app-urbana-2014/anais/ARQUIVOS/GT1-220-63-20140522075553.pdf, Acesso em: 09 de julho de 2016.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; MARQUES, Luisa Melgaço Ferreira Jorge; MOURA, Danielle Alves de Lima Ribeiro; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Buscando uma demografia da agricultura urbana na RMBH: primeiras aproximações. *In*: XIX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS: População, governança e bem-estar. **Anais**..., 2014, São Pedro. Disponível em: http://ptdocz.com/doc/177289/buscando-uma-demografia-da-agricultura-urbana-na-rmbh. Acesso em: 09 de julho de 2016.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira; MELGAÇO, Luisa Melgaço Ferreira Jorge. Agroecologia, agricultura urbana e planejamento metropolitano: conexões possíveis para uma reestruturação territorial da RMBH. **Cadernos de Agroecologia,** v. 10, n. 3, Out 2015. Disponível em: http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/viewFile/19950/12065 Acesso em: 09 de julho de 2016.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira; MORAIS, Lidia Maria de Oliveira; PAIXÃO, Lorena Anahi Fernandes. Articulação metropolitana de agricultura urbana: espaços e saberes da Agroecologia em Belo Horizonte. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 23 – 28, 2012. Disponível em: http://aspta.org.br/revista/semeando-agroecologia-nas-cidades/articulacao-metropolitana-de-agricultura-urbana-espacos-e-saberes-da-agroecologia-em-belo-horizonte/, Acesso em: 09 de julho de 2016.

ALMEIDA, Daniela. Agricultura urbana e segurança alimentar: ações e aprendizados da rede de intercâmbio de tecnologias alternativas. *In*: CARVALHO, Sonia; KNAUSS, Paulo (Orgs.). **Agricultura urbana:** dimensões e experiências do Brasil atual, 2007, p. 73-89.

ALMEIDA, Luiz Felype Gomes de. **Formação e recuperação de "mais-valias fundiárias urbanas":** dos conceitos de renda da terra ao caso do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Monografia (Graduação em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Belo Horizonte, 2009. 50 p.

ALMEIDA, Luiz Felype Gomes de; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Renda fundiária e regulação imobiliária: dos aspectos teóricos à (quase) prática do Estatuto das Cidades. *In*: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de Moura (Orgs). **Estado e capital imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro, p. 275-300, 2011.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

AMAU. **Carta política**. Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana. AMAU, 2014. Disponível em: https://aueufmg.wordpress.com/carta-politica-articulacao-metropolitana-de-agricultura-urbana-amau/, Acesso em: 09 de julho de 2016.

ANA. **Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia para o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – II PLANAPO (2016-2019)**. Articulação Nacional de Agroecologia. ANA, 2015. Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/ Proposta_ANA_IIPLANAPO.pdf. Acesso em: 09 de julho de 2016.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (Ed.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. 1. ed., Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, v. 1, 2015. 474 p.

ARRUDA, Juliana. **Agricultura urbana e periurbana em Campinas/SP**: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas.

ARRUDA, Juliana. **Agricultura urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias. 2011. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro.

AUBRY, Christine; POURIAS, Jeanne. **L'agriculture urbaine fait déjà partie du "métabolisme urbain**". 2013, p. 135-155. Disponível em: http://www.clubdemeter.com/pdf/ledemeter/2013/l_agriculture_urbaine_fait_deja_partie_du_metabolisme_urbain_.pdf, Acesso em: 09 de julho de 2016.

AZEVEDO, Sergio de; MARES GUIA, Virginia Rennó. A trajetória da gestão metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Capítulo 11. *In*: ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (Eds.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. 1. ed., Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, v. 1. p. 359-389, 2015.

BAKKER, Nico; DUBBELING, Marielle, GUENDEL, Sabine, SABEL-KOSCHELLA, Ulrich, de ZEEUW, HENK (Eds.). **Growing cities, growing food, urban agriculture on the policy agenda**. Deutsche Stiftung fur internationale Entwicklung (DSE), Feldafing, Germany, 2000.

BARBOSA, Malba Tahan. **Educação ambiental popular**: a experiência do Centro de Vivência Agroecológica – Cevae/Taquaril. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. PBH. **Deliberação Normativa nº 31/2000**. 2000. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=meioambiente&tax=16687&lang=pt_br&pg=5700&taxp=0&, Acesso em: 09 de julho de 2016.

BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1981, 166 p.

BETIM. Lei n° 4.989, de 20 de maio de 2010. Cria o programa municipal de apoio à agricultura urbana e periurbana sustentável, e dá outras providências. **Órgão Oficial do Município de Betim**, 27 de mai. 2010.

BORGES, Kelen Aparecida Daher. **A experiência da agricultura urbana na RMBH**: desenvolvimento e empoderamento local. 2013. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In*: ORTIZ, Renato (Org). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

BRAND, Peter; MUÑOZ, Edwin. Cultivando ciudadanos: agricultura urbana desde una perspectiva política. **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Rio de Janeiro, v. XXI, n. 1, p. 47-70, jan./jul, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria MDA n° 21, 27 de março de 2014. Estabelece as condições e procedimentos gerais para a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. Brasília: **Diário Oficial da União**, 28 mar. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Carta de Brasília**. Brasília: MDS, 2012a.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n° 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília: Planalto, 2012b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS. Brasília: MTE, 2012c.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília: Planalto, 1979.

BRASIL. Presidência da República. Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências – Estatuto da Cidade. Brasília: **Diário Oficial da União**, 11 de jul. 2001.

BRASIL. Presidência da República. Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: **Diário Oficial da União**, 25 de jul. 2006.

BRUNDTLAND, Gro Harlen. **Our common future**: report of the World Commission on Environment and Development. Oxford University Press, Oxford, UK. (Ed.). 1987**.** Disponível em: http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf, Acesso em: 09 de julho de 2016.

BRYANT, Raymond L.; BAILEY, Sinead. **Third world political ecology**. London, New York: Routledge, 1997.

CABANNES, Yves; DUBBELING, Marielle. Financing and investment for urban agriculture. *In*: VEENHUIZEN, René van (Eds.). **Cities farming for the future**: urban agriculture for green and productive cities. Philippines: RUAF Foundation, International Institute of Rural Reconstruction (IIRR) e International Development Research Centre (IDRC), Chapter 4, p. 87-123, 2006.

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: 2012/2015.. Brasília, DF: CAISAN, 2011. 132 p. Disponível em: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2013/pjc/imagens/publicacoes/plano _nacional_seg_ alimentar.pdf, Acesso em: 09 de julho de 2016.

CALDWELL, Wayne; PROCTER, Kate. **Farming in Ontario's Greenbelt**: possibility grows here. Friends of the Greenbelt Foundation Occasional Paper Series (Online). Toronto, Ontario: Friends of the Greenbelt Foundation. 2013. 55 p. Disponível em: http://www.greenbelt.ca/farming _in_ontario_s_greenbelt_possibility_grows_here Acesso em: 09 de julho de 2016.

CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edision Oliveira de (Orgs.). **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Reforma urbana e planos diretores: avaliação da experiência recente. **Cadernos IPPUR/UFRJ.** Rio de Janeiro, ano XI, nos. 1 e 2, p. 79-111, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Dinâmica urbana e metropolização: desvendado os processos espaciais. *In*: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MARAFON, Glaucio José; SILVA, Augusto César Pinheiro da (Orgs.). Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

CARVALHO, Sonia; KNAUSS, Paulo (Orgs.). **Agricultura urbana**: dimensões e experiências do Brasil atual. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

CASADO, Gloria Guzmán; MOLINA, Manuel González; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo (Coords). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Mundi-Prensa. Madrid, España, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTELO BRANCO, Marina; ALCÂNTARA Flávia Aparecida. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura Brasileira**, v. 29, p. 421-428, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-05362011000300028. Acesso em: 09 de julho de 2016.

CEDEFES. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI**: história e resistência. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 391 p.

CNAU. **Carta do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana apresentada no III ENA.** Coletivo Nacional de Agricultura Urbana. Rio de Janeiro: CNAU, 2014. Disponível em: https://aueufmg.files.wordpress.com/2016/07/carta-coletivo-nacional-agricultura-urbana-iii-ena-2014.pdf. Acesso em: 09 de julho de 2016.

CNAU. **Carta Política do Primeiro Encontro Nacional de Agricultura Urbana – ENAU**. Coletivo Nacional de Agricultura Urbana. Rio de Janeiro: CNAU, 2015. Disponível em: https://aueufmg.files.wordpress.com/2016/07/carta-policc81tica-enau.pdf, Acesso em: 09 de julho de 2016

COAG. Committee on Agriculture. FAO. **Urban and periurban agriculture**. Paper presented and approved at 15th Session of the COAG, 25–29 January 1999, FAO, Rome, Italy.COAG, 1999. Diponível em: http://www.fao.org/unfao/bodies/COAG/COAG15/X0076S.htm. Acesso em: 09 de julho de 2016.

COMPANS, Rose. A ingovernabilidade metropolitana. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. Belo Horizonte. **Anais eletrônico**..., Belo Horizonte: ENANPUR, 2015. Disponível em: http://xvienanpur.com.br/anais/?page_id=26. Acesso em: 09 de julho de 2016.

COMPANS, Rose. O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, maio, p. 91-114, 1999.

CONSEA. Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *In:* II CONSEA. **Relatório final**. Olinda, PE, Brasil. CONSEA, 2004.

CONSEA. Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Caderno de Discussão. *In:* 1º ENCONTRO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO DA POLÍTICA URBANA. 1º ENCONTRO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO NEGRA, QUILOMBOLAS E DE POVOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS. CONSEA, 2011b. **Anais**... Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/caderno-de-discussao. Acesso em: 09 de julho de 2016.

CONSEA. Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *In:* III CONSEA. **Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional**. Relatório final. Fortaleza, CE, Brasil. CONSEA, 2007.

CONSEA. Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *In:* IV CONSEA. **Alimentação saudável e adequada: direito de todos.** Relatório Final. Salvador, BA, Brasil. CONSEA, 2011a.

CONSEA. Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Subsídios para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP).** CONSEA, 2014. Disponível em: https://aueufmg.wordpress.com/biblioteca/documentos/documentos-trajetoria-institucionalizacao-articulacao-social-agricultura-urbana-brasil. Acesso em: 09 de julho de 2016.

CONTAGEM. Lei n° 4.276, de 15 de setembro de 2009. Cria o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – SIMSANS de Contagem e dá outras providências. **Diário Oficial de Contagem**, 16 de set. 2009.

COSTA, Carlos Smaniotto. Kleingärten: um componente da infraestrutura urbana: aspectos urbanísticos, ecológicos e sociais dos jardins arrendados na Alemanha. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 4, n. 1, pp. 103-122, jan/jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692012000100008&script=sci_abstract&tlng=pt, Acesso em: 09 de julho de 2016.

COSTA, Geraldo Magela; SANTOS, Reinaldo Onofre; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Reflexões metodológicas sobre a relação rural-urbano a partir da teoria e de evidências socioespaciais da RMBH. **Geografias**, v. 9, n. 2, p. 104-120, 2013.

COSTA, Heloisa Soares Moura; ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Agricultura urbana: possibilidades de uma práxis espacial? **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 4, p. 61-68, 2012. Disponível em: https://aueufmg.wordpress.com/biblioteca/artigos-de-periodicos/. Acesso em: 09 de julho de 2016.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. A reforma urbana e a busca da cidadania. **Revista Indicador**, n. 27. Belo Horizonte: ALMG, 1988.

COSTA, Heloisa Soares Moura. A trajetória da temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas. *In*: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de (Orgs.). **Planejamento urbano no Brasil**; trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008, v. 1, p. 80-93.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; COSTA, Geraldo Magela. Repensando a análise e a práxis urbana: algumas contribuições da teoria do espaço e do pensamento ambiental. *In*: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Orgs.). **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG. p. 362-382, 2005.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, março, p. 55-71, 2000.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Orgs.). **Novas periferias metropolitanas**: a expansão metropolitana de Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. 1. ed., Belo Horizonte: C/Arte, v. 1, 2006, 468 p .

COSTA, Heloisa Soares de Moura; ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; MARQUES, Luisa Melgaço Ferreira Jorge; LARA, Elisa Oliveria; TUPY, Igor. Urban agriculture and the production of water in the Metropolitan Region of Belo Horizonte. 2015. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE WATER, MEGACITIES AND GLOBAL CHANGE. **Anais**..., Paris, 2015.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Novidades e permanências na produção do espaço da metrópole: um olhar a partir de Belo Horizonte. *In*: COSTA, Heloisa Soares de Moura; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; VAINER, Carlos Bernardo; CARDOSO, Adauto Lúcio (Orgs.). **Grandes projetos metropolitanos**. Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 46-65, 2012.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Urbanização recente e disputa pelo espaço na dinâmica imobiliária metropolitana de Belo Horizonte. *In*: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu. **Anais...,** Campinas: ABEP, v. 1, p. 1-25, 2010.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Mercado imobiliário, estado e natureza na produção do espaço metropolitano. *In*: COSTA, Heloisa Soares de Moura; COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Orgs.). **Novas periferias metropolitanas**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, v. 1, p. 101-124, 2006.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Natureza, mercado e cultura: caminhos da expansão metropolitana de Belo Horizonte. *In*: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena (Orgs.). **População, espaço e gestão na metrópole**: novas configuraçõe, velhas desigualdades. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

COUTINHO, Maura Neves. **Agricultura urbana**: práticas populares e sua inserção em políticas públicas. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, v. 13, p. 81-97, 2011.

DAVIDOVICH, Fany. A volta da metrópole no Brasil: referências para a gestão territorial. *In:* RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **Metrópoles**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. Rio de Janeiro: FASE, 2004.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; ANDRADE, Luciana Teixeira. Metropolização e hierarquização das relações entre os municípios da RMBH. *In*: ANDRADE, Luciana Teixeira; MENDONÇA, Jupira Gomes; DINIZ, Alexandre Magno Alves (Orgs.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. 1. ed., Capítulo 3. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; PUC-Minas, p. 120-135, 2015.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Nota metodológica: configuração dos vetores de expansão da RMBH. *In*: ANDRADE, Luciana Teixeira; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (Orgs.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. 1. ed., Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; PUC-Minas, p. 33-46, 2015.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Marco referencial em Agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.

ENA. **Carta Política**. *In:* III ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Anais**..., Juazeiro. ENA, 2014. Disponível em: http://enagroecologia.org.br/. Acesso em: 09 de julho de 2016.

ESCOBAR, Arturo. Constructing nature: elements for a poststructural political ecology. *In*: PEET, R.; WATTS, M. (Eds.). **Liberation ecologies**: environment, development, social movements. New York: Routledge, 1996, p. 46-68.

ESCOBAR, Arturo. Planejamento. *In*: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 211-228.

EUCLYDES, Ana Carolina Pinheiro. (Fase) crítica das áreas verdes urbanas: entre o industrial e o urbano. *In*: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Orgs.). **Teorias e práticas urbanas**: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 393-218

FAO-MDS. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões metropolitanas durante o período 2004-2009**. Brasília: FAO-MDS, 2011. Disponível em: http://agriculturaurbana.org.br/textos/Produto_04_FAO-MDS_ consolidado.pdf. Acesso em: 09 de julho de 2016.

FERNANDES, Edésio. O elo perdido: o desafio da gestão metropolitana. *In*: DRUMMOND, Maria Valeska Duarte (Org). **Pensar metropolitano**: arranjos de governança nas regiões metropolitanas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Agência de Desenvolvimento da RMBH, 2013. 201 p.

FERNANDES, Evandro Noro. **Reprodução de pequenos agricultores no espaço metropolizado paulistano:** uma análise da porção sul do município de São Paulo. 2008. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo.

FERNANDES, Valéria Alves; SILVA, Lucas Ferreira da; MESQUITA, Thassio Ricardo Ribeiro; CAPETTINI, Luciano dos Santos Aggum; RODRIGUES, Andréia Laura Prates; SANTOS, Sandra Lauton. **Uso de pesticidas na agricultura**: análise da prática na cidade de Ibirité/MG. **Scientia Plena**, v. 8, n. 3(a), 2012. Diponível em: http://www.scientiaplena.org.br/ sp/article/view/926. Acesso em: 09 de julho de 2016.

FERRARETO, Luciane Cristina. **A agricultura urbana e suas múltiplas funções**: a experiência do Programa Lavoura da prefeitura de Curitiba-PR. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro.

FERRARI, Eugenio Alvarenga. **Agricultura familiar camponesa, agroecologia e estratégias de reprodução socioeconômica**. 2010. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

FRANÇA, Caio Galvão; del GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente, P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96 p.

FRIEDMANN, Harriet. Food sovereignty in the golden horseshoe region of Ontario. *In*: WITTMAN, Hannah; DESMARAIS, Annette Aurélie; WIEBE, Nettie (Eds.). **Food sovereignty in Canada**: creating just and sustainable food systems. Halifax & Winnipeg: Fernwood Publishing. Chapter 10, p.169-189, 2011.

FRIEDMANN, Jonh. **Planificación en el ámbito publico**. Madri: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1991. 359 p.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GOMES, Ângela Maria da Silva. **Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana:** terreiros, quilombos, quintais da Grande BH. 2009. 218 f., enc.: Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

GOMES DE ALMEIDA, Silvio. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. *In*: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p.67-83.

GOMES, Paulo César C; HAESBAERT, Rogerio. **O espaço na modernidade**. Terra Livre; o espaço em questão. São Paulo: AGPI/Marco Zero, 1988.

GONÇALVES, Carlos Water Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed., São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In:* X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 20 a 26 de março de 2005, **Anais**..., Universidade de São Paulo, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAMILTON, Andrew J.; BURRY, Kristal; MOK, Hoi-Fei; BARKER, Sarah Fiona; GROVE, James R.; WILLIAMSON, Virginia. **Give peas a chance?** Urban agriculture in developing countries: a review. Agronomy for Sustainable Development. 2014. Disponível em: http://link.springer.com/article/10.1007/s13593-013-0155-8. Acesso em: 09 de julho de 2016.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2. ed., p. 163-190, 2006.

HARVEY, David. The urban process under capitalism. *In*: DEAR, Michael.; SCOTT, Allen John. (Eds.). **Urbanization and urban planning in capitalist societies**. New York, Methen and Co., p. 91-122, 1981.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. 1. ed., Belo Horizonte: UFMG, v. 1, 2013. 197 p.

HISSA, Letícia de Barros Viana. **A relação entre os planos diretores municipais e o planejamento do espaço rural**: reflexões a partir do estudo de caso da comunidade de Pinhões Município de Santa Luzia/ MG. 2008. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2006, p. 1-777.

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACOBS, Jane. **The economy of cities**. New York: Random House, 1969.

JESUS, Eli Lino. Diferentes abordagens de agricultura não convencional: história e filosofia. *In*: AQUINO, Adriana Maria; ASSIS, Renato Linhares (Eds.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005 p. 21-48.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAGO, Luciana Corrêa. A "periferia" metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 2, p. 9-28, 2007.

LARA, Angela Christina Ferreira; ALMEIDA, Daniela (Orgs.). **Agricultura urbana**: Belo Horizonte cultivando o futuro. Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE). 2008. 36 p.

LASCHEFSKI, Klemens. 500 anos em busca da sustentabilidade urbana. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 143-169, jan/jun, 2013. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/ index.php/metropole/article/view/15820, Acesso em: 09 de julho de 2016.

LEFEBVRE, Henri (1968). **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991a.

LEFEBVRE, Henri (1974). **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991b.

LEFEBVRE, Henri (1970). **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri (1968). **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan./mar. 2002. Disponível em: http://www.ebah.com.br/ content/ABAAABQigAI/agroecologia-saber-ambiental. Acesso em: 09 de julho de 2016.

LEFF, Enrique. El movimiento ambiental y la democracia em América Latina. *In*: LEFF, Enrique. **Ecologia y Capital: Racionalidad Ambiental, Democracia Participativa y Desarrolo Sustentable.** México: Siglo Veintiuno Editores, cap. 14, 1994, p. 366-389.

LISBOA, Marijane Vieira. Socioambientalismo: coerências conceituais e práticas entre os movimentos. *In*: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 129-138

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOPES, Rosa Maria Rodrigues. **A relação urbano-rural no contexto da metrópole**: um enfoque nos assentamentos rurais na RMN. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

LOVO, Ivana Cristina. **Agricultura urbana:** um elo entre o ambiente e a cidadania. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

LOVO, Ivana Cristina; PESSOA, Katia Maria Silveira; SOUZA, Zoraya Bernadete; COUTINHO, Sonia de Fátima Rabelo; BARROS, Ana; ALMEIDA, Daniela Almeida. Creating the urban agriculture forum in Belo Horizonte: a multi-stakeholder experience. **Urban Agriculture Magazine**, v. 25, p. 21-23, 2011. Disponível em: http://www.ruaf.org/sites/default/files/UAM%2025-Creating%20the%20Urban%20Agriculture% 2021-24.pdf. Acesso em: 09 de julho de 2016.

MACDONALD Sara; KEIL, Roger Keil. The Ontario Greenbelt: Shifting the scales of the sustainability fix? **The Professional Geographer**, v. 64, p. 1, 2012.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho; TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; ARAÚJO, Rogério Palhares Zchaber de; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Em busca de rearranjos metropolitanos: uma discussão crítica da proposta de reestruturação territorial do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH. *In*: XV SEMINÁRIO Sobre A Economia Mineira, 2012, Diamantina. **Anais**..., 2012.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. **Transformações socioespaciais na cidade-região em formação**: a economia geopolítica do novo arranjo espacial metropolitano. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2008.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. *In*: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

MARICATO, Ermínia; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves. Construindo a política urbana: participação democrática e o direito à cidade. *In*: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. (Orgs.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007, p.165-196.

MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. *In*: MARTINE, George (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. Campinas: UNICAMP, 1993, p. 21-41.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, ano 6, n. 12, 2004.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução: Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. *In*: ARANTES, Antônio (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

MAZZETTO, Carlos Eduardo Silva. A dinâmica dos projetos de assentamento de reforma agrária na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *In*: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2008, Caxambu/MG. As desigualdades sociodemográficas e os direitos humanos no Brasil. **Anais**..., 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/ encontro2008/docspdf/abep2008_1240.pdf. Acesso em: 09 de julho de 2016.

McCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability**, v. 19, p. 2, p. 147-171, 2014. Disponível em: http://pdxscholar.library.pdx.edu/ cgi/viewcontent.cgi?article=1090&context=usp_fac, Acesso em: 09 de julho de 2016.

MINAS GERAIS. Lei Complementar n° 26, de 14 de janeiro de 1993. Dispõe sobre normas gerais relativas ao planejamento e à execução de funções públicas de interesse comum, a cargo da região metropolitana, sobre as atribuições, a organização e o funcionamento da Assembleia Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Minas Gerais, 15 de jan. 1993.

MINAS GERAIS. Lei Complementar n° 88, de 12 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a instituição e a gestão de região metropolitana e sobre o fundo de desenvolvimento metropolitano. **Diário do Executivo**, Minas Gerais, 13 de jan. 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado Extraordinária de Gestão Metropolitana. SEEGM. **RMBH: a região que habitamos 2**. Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. SEEGM, 2013. 112 p. Disponível em: http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/ pagina/publicacoes. Acesso em: abril de 2016.

MOK, Hoi-Fei; WILLIASON, Virginia; GROVE, James, R.; BURRY, Kristal; BARKER, Sarah Fiona; HAMILTON, Andrew. J. **Strawberry fields forever?** Urban agriculture in developed countries: a review. Agronomy for Sustainable Development. 2014. Disponível em: http://link.springer.com/ article/ 10.1007/s13593-013-0156-7. Acesso em: 09 de julho de 2016.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil contemporâneo. *In*: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Orgs.). **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, p. 429-446, 2005.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. BH: Cedeplar (Texto para Discussão, 281). 2006a. 14 p. Disponível em: https://core.ac.uk/download/ files/153/6520115.pdf, Acesso en: 09 de julho de 2016.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. *In*: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio (Eds.). **Economia**

regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, p. 61-85, 2006b.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, María Laura (Orgs.) **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 169-181, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. *In*: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo (Org.). **Teorias e práticas urbanas**: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 55-69.

MONTIEL, Marta Soler; RENTING Henk. La agricultura urbana en la planificación urbana: entre la participación y el mercado. **Hábitat y Sociedad**, n. 7, 2014. Disponível em: http://acdc.sav.us.es/habitatysociedad/index.php?option=com_content&view=article&id=74%3Anumero-7&catid=3%3Anumeros-anteriores&Itemid=5, Acesso em: 09 de julho de 2016.

MOREIRA, José Roberto. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, p. 39-52, out. 2000. Disponível em: http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/ article/view/176, Acesso em: 09 de julho de 2016.

MOUGEOT, Luc J.A. **Agropolis:** the social, political and environmental dimensions of urban agriculture. Earthscan and the International Development Research Centre (IDRC), 2005. Earthscan/IDRC 2005. Disponível em: https://www.idrc.ca/en/book/agropolis-social-political-and-environmental-dimensions-urban-agriculture, Acesso em: 09 de julho de 2016.

MOUGEOT, Luc J.A. **Growing better cities**: urban agriculture for sustainable development. International Development Research Centre, 2006. Disponível em: https://www.idrc.ca/en/book/ infocus-growing-better-cities-urban-agriculture-sustainable-development. Acesso em: 09 de julho de 2016.

MOUGEOT, Luc J.A. Urban agriculture: definition, presence, potential and risks. *In*: BAKKER, Nico; DUBBELING, Marielle; GUNDEL, Sabine; SABEL KOSCHELLA, Ulrich, de ZEEUW, Henk (Eds.). **Growing cities, growing food**: Urban agriculture on the policy agenda. A reader on urban agriculture. Feldafing: German Foundation for International Development, 2000, p. 1-42.

MOURA, Rosa. Trajetória e perspectivas da gestão das metrópoles. *In*.: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de. **Planejamento urbano no Brasil**: trajetória e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. p. 102-119.

MUDA. Movimento urbano de agroecologia. s/d. Disponível em: http://muda.org.br/index.html Acesso em: 09 de julho de 2016.

NASR, Joseph; MacRAE Rod; KUHNS, James. **Scaling up urban agriculture in Toronto**: building the infrastructure. Toronto: George Cedric Metcalf Charitable

Foundation. 2010. Disponível em: http://metcalffoundation.com/stories/publications/scaling-up-urban-agriculture-in-toronto-building-the-infrastructure/. Acesso em: 09 de julho de 2016.

NEUMANN, Pedro Selvino; DIESEL, Vivien. O problema da não definição da unidade econômica básica na agricultura. *In:* 44th CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Fortaleza, Ceará, Brasil, p. 23-27, July 2006. **Anais.**.., 2006. Sociedade Brasileira de Economia, Administracao e Sociologia Rural (SOBER). Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/5/1180.pdf>. http://econpapers.repec.org/paper/agssobr06/149560.htm. Acesso em: julho de 2016.

NOLASCO, Camille Lanzarotti. **A dimensão ecológica da agricultura urbana no município de Juiz de Fora/MG**. 2009. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada a Conservação e Manejo de Recursos Naturais). Universidade Federal de Juiz de Fora, , Juiz de Fora.

ONTARIO. **Greenbelt Plan**. Ministry of Municipal Affairs and Housing. Ontario, 2005.

ONTARIO. **Growth Plan for the Greater Golden Horseshoe**, 2006. Office Consolidation. Ministry of Infrastructure. Ontario, 2013.

OLIVEIRA, Fabrício Leal. Sustentabilidade e competitividade: a agenda hegemônica para as cidades do século XXI. *In*: ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades**: a sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A/CREA-RJ, 2001, p. 177-182, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. *In*: MOISÉS, José Álvaro *et al*. (Orgs.). **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 65-76.

PEIXOTO, Ana Paula Maciel. **Vacância residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte**: mobilização do estoque vago para a promoção de habitação de interesse social. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte.

PEREZ-CASSARINO, Julian. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**. 2012. 450 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PINHEIRO, Maristela; FERRARETO, Luciane. Política Nacional de Agricultura Urbana: Estratégia para o Combate à Fome e a Promoção da Segurança Alimentar. *In*: ARANHA, Adriana Veiga (Org.). **Fome zero**: uma história brasileira. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 2, p. 253-264, 2010.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In*: PETERSEN, Paulo (Org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-31.

PORTO ALEGRE. Prefeitura de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Urbanismo. **Urbano, rural, rururbano**: considerações da Supervisão de Desenvolvimento Urbano – SMURB para a discussão do disposto no artigo 141 da LC 646/2010. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2014. 87 p. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/urbano_rural_rururbano_ 2002.pdf Acesso em: 09 de julho de 2016.

PRADO, Bruno Azevedo. **A construção de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura na cidade do Rio de Janeiro**: agricultores do Maciço da Pedra Branca. 2012. 78 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais,, Rio de Janeiro.

REDWOOD, Mark. **Agriculture in urban planning:** generating livelihoods and food security. Earthscan and International Development Research Centre (IDRC), 2009.

ROBERTS, Bryan. **Cities of peasants**: the political economy of urbanization in the third world. London: Edward Amold, 1978.

ROCHA, Cecília; LESSA, Iara. Urban governance for food security: the alternative food system in Belo Horizonte, Brazil. **International Planning Studies**, v. 14, Issue 4, p. 389-400, 2009.

ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nádia. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. **Cadernos Metrópole,** n. 8, p. 105-117, 2002.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, 2006. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781. Acesso em: 09 de julho de 2016.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 211-228.

SANCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, maio, p. 115-132, 1999.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção:** identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras, mimeo, 2007. Disponível em: http://www.redemg.org.br/article_get.php?id=100. Acesso em: 09 de julho de 2016.

SANTANDREU, Alain; PERAZZOLI, Alberto Gómez.; DUBBELING, Marielle. Biodiversidade, pobreza e agricultura urbana na América Latina. **Revista Agricultura Urbana**, n. 6, p. 14-20, mar. 2002. Disponível em: http://www.ruaf.org/node/218. Acesso em: 09 de julho de 2016.

SANTORO, Paula; PINHEIRO, Edie (Orgs.). O município e as áreas rurais. **Cadernos Pólis**, 8, São Paulo, Instituto Pólis, 2004. 64 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed., 1. reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Texto para Discussão 30. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 73 p. 2008. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/123017/1/sgetexto30.pdf. Acesso em: 09 de julho de 2016

SCHIMITT, Cláudia Job; TYGEL, Daniel. Agroecologia e economia solidária: trajetórias, confluências e desafios. *In*: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 105-128.

SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Agroecología como estrategia metodológica de transformación social. **Reforma Agrária & Meio Ambiente**, ano 1, n. 2, pp. 4-10, Octubre. 2006. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/revista/revista-rama, Acesso em: 09 de julho de 2016.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; MOLINA, Manuel Gonzalez. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2013. 96 p.

SILVA, Bianca Moreira Mariquito Naime. **O planejamento de áreas rurais**: um estudo sobre municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2012. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SMIT, Jac; RATTA, Annu; NASR, Joe. **Urban agriculture**: food, jobs and sustainable cities. UNDP, New York, 1996.

SMIT, Jac. Urban agriculture and biodiversity. **Urban Agriculture Magazine**, n. 1, Maiden Issue, July 2000. Leusden, RUAF. Disponível em: <http://www.ruaf.org/node/107>, Acesso em: 09 de julho de 2016.

SMIT, Jac. **Urban agriculture, progress and prospect: 1975-2005**. The urban agriculture network-TUAN. Cities Feeding People: Report Series Archives: 1993-2005 - CFP report 18. IDRC. 1996.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOJA, Edward. **Postmetropolis**. Critical studies of cities and regions. Oxford : Blackwell, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 558 p.

STÉDILE, João Pedro. A Agroecologia e os movimentos sociais do campo. *In*: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p.159-162.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. **Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte**: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho; OLIVEIRA, André Mourthé de; SILVA, Harley. Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte: formação histórica e perspectivas contemporâneas. *In*: ANDRADE, Luciana Teixeira; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (Orgs.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. 1. ed., cap. 1, Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; PUC-Minas, 2015, p. 49-87.

TOPALOV, Christian. **La urbanization capitalista**: algunos elementos para su análisis. Mexico: Edicol Mexico, 1979.

TORNAGHI, Chiara. **How to set up your own urban agricultural project with a socio-environmental justice perspective**. A guide for citizens, community groups an third sector organisations. Leeds: The University of Leeds, 2014a. Disponível em: http://www.urbanfoodjustice.org/publications/, Acesso em: 09 de julho de 2016.

TORNAGHI, Chiara. Critical geography of urban agriculture. **Progress in Human Geography**, v. 38, n. 4, pp. 551-567, 2014b. Disponível em: http://phg.sagepub.com/content/early/2014/02/04/ 0309132513512542, Acesso em: 09 de julho de 2016.

TUPY, Igor Santos; ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira; MELGAÇO, Luisa. Notas sobre a produção agrícola na Região Metropolitana de Belo Horizonte: para além da irrelevância, inviabilidade e incompatibilidade. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, out. 2015. Disponível em: http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/20039 Acesso em: 09 de julho de 2016.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Avaliação das tendências recentes da dinâmica territorial da RMBH e identificação preliminar das zonas de interesse metropolitano**. Plano Metropolitano – Macrozoneamento RMBH. Produto 02. Belo Horizonte: UFMG, 2014a.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Avaliação dos marcos normativos e projetos estruturantes federais, estaduais e municipais referentes ao ordenamento territorial da RMBH**. Plano Metropolitano – Macrozoneamento RMBH. Produto 03. Belo Horizonte: UFMG, 2014b.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Definição dos parâmetros urbanísticos e de diretrizes específicas de estruturação e desenvolvimento para as zonas de interesse metropolitano (ZIMs)**. Plano Metropolitano – Macrozoneamento RMBH. Produto 05. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Estudos Setoriais Integrados -** Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH – Produto 4. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Definição das Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários -** Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PDDI-RMBH – Relatório Final. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

VAINER, Carlos Bernardo. Utopias urbanas e o desafio democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n. 105, p. 25-31, jul./dez, 2003.

VEENHUIZEN, René van. Introduction, cities farming for the future. *In*: VEENHUIZEN, René van. (Ed.). **Cities farming for the future**: urban agriculture for green and productive cities. Philippines: RUAF Foundation, International Institute of Rural Reconstruction (IIRR) e International Development Research Centre (IDRC), Chapter 1, p. 1-17, 2006.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, v.18, n.51, p. 51-67, 2004.

VELLOSO, Rita de Cássia Lucena; WOJCIECHOWSKI, Matias John. Processos participativos no planejamento da RMBH: perspectivas e desafios na elaboração do plano diretor de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH). Capítulo 12. *In*: ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (Eds.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. 1. ed., cap. 12. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, v. 1, 2015, p. 390-420.

VINHOLI, Ana Carolina; MARTINS, Pedro. Êxodo rural e a identidade dos agricultores urbanos em Itajaí/SC. *In:* MARTINS, Pedro; SÁNCHEZ, Héctor Ávila; WELTER, Tânia (Orgs.). **Território & sociabilidade**: relatos latinoamericanos. 1. ed., Florianópolis: UDESC, 2012, p. 55-77.

VILJOEN, André. (Ed.). **Continuous productive urban landscapes**: designing urban agriculture for sustainable cities. Burlington MA and Oxford: Architectural Press, 2005, p. 97-109.

VILJOEN, André; WISKERKE, Johannes. S. C. (Eds.). **Sustainable food planning**: Evolving theory and practice. Wageningen: Wageningen Academic Publishers, 2012, 173-180; 245-258.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor familiar no Brasil: um ator social construção do futuro. *In*: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 33-46.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, Supl. 1, 2014.

WEID, Jean Marc von der. Um novo lugar para a agricultura. *In*: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 47-66.

WEKERLE, Gerda R. Food justice movements: policy, planning, and networks. **Journal of Planning Education and Research**, v. 23, p. 378-386, 2004.

WEZEL, Alexander; BELLON, Stéphane; DORE, Thierry; FRANCIS, Charles; VALLOD, D.; DAVID, C.. **Agroecology as a science, a movement and a practice. A review.** Agronomy for Sustainable Development, Springer Verlag/EDP Sciences/INRA, 2009, 29 (4). Disponível em: https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00886499. Acesso em: 01 de setembro de 2016.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. *In*: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte, UFMG, 2010.

REFERÊNCIAS DAS FONTES DAS FIGURAS

Agrihoods. Disponível em: <https://livecannerydavis.com/>

Allotment & Gardens. Disponível em: <allotment.org.uk>

Amanu. Disponível em: <https://www.facebook.com/faceamanu/?fref=ts>

Aqua Greens. Disponível em: <https://www.facebook.com/AquaGreens/?fref=ts>

Backyard Urban Farm Co. Disponível em: <https://www.facebook.com/BUFCO/>

Black Creek Communit Farm. Disponível em: <https://www.facebook.com/BlackCreekCommunityFarm>

Capril Santa Cecília. Disponível em: <http://www.caprilstacecilia.com.br/site/>

CNAU. Disponível em: <https://www.facebook.com/cnagricurbana/?fref=ts>

Cogumelo do Caminhante. Disponível em: <http://www.docaminhante.com/>

Comunidade Quilombola Marinhos. Disponível em: <marinhoscomunidadequilombola.blogspot.com.br/>

CSA Minas. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1MaXt7iNZkomWcrzAUeNLIvHVIfn8e0-9PB5zT3a3Ax4/edit>

CSA Nossa Horta. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1whn1kQZt6Togl1fYxLFDCvQdBzefzRtWVu-1jH0JMsI/edit>

Cultivando Saberes. Disponível em: <https://cultivandosaberes.wordpress.com/jardim-produtivo-do-cardoso/>

Cultivate Toronto. Disponível em: <https://www.facebook.com/CultivateTO/>

Feira Terra Viva. Disponível em: <https://www.facebook.com/redefeiraterraviva/?fref=ts>

FITO Orgânicos. Disponível em: <https://www.facebook.com/Fito-Produtos-Org%C3%A2nicos-151881904912664/?fref=ts>

Five Borough Farm. Disponível em: <http://www.fiveboroughfarm.org/urban-agriculture/4-types/>

Gotham Greens. Disponível em: < http://gothamgreens.com/>

Growing Food Justice by Uprooting Racism. Disponível em: <https://www.facebook.com/growingfoodandjustice>

GrowUp. Disponível em: <http://growup.org.uk/>

Horta Comunitária dos Borges. Disponível em: <sabara.mg.gov.br/cultura/horta-comunitaria-dos-borges/>

Horta Comunitária Plantando o Futuro. Disponível em: <https://www.facebook.com/Horta-Comunit%C3%A1ria-Agroecol%C3%B3gica-Plantando-o-Futuro-542148712522598/?fref=ts>

InFarm. Disponível em: <https://infarm.de/>

Instituto Kairós. Disponível em: <https://www.facebook.com/institutokairosmg/?fref=ts>

MAUN. Disponível em: <https://www.facebook.com/Movimento-de-Agroecologia-Urbana-de-Natal-1012245252127748/?fref=ts>

Metropolis Farm. Disponível em: < http://www.metropolisfarmsusa.com>

Modern Farm. Disponível em: < http://modernfarmer.com/2013/05/12-fantastic-victory-garden-posters/>

Modern Farm. Disponível em: <http://modernfarmer.com/2013/08/istanbuls-disappearing-urban-farms/>

MUDA SP. Disponível em: <https://www.facebook.com/mudaspoficial/?fref=ts>

Ocupação Tomás Balduíno. Disponível em: <https://www.facebook.com/tomasbalduinonaluta/?fref=ts>

Prinzessinnengarten. Disponível em: < http://prinzessinnengarten.net/>

Projeto Vista Alegre. Disponível em: < https://www.facebook.com/ProjetoVistaAlegre/>

Rede CAU. Disponível em: <https://www.facebook.com/Rede-Carioca-de-Agricultura-Urbana-638527312919589/?fref=ts>

Rede Pela Horta. Disponível em: <https://www.facebook.com/REDEPELAHORTA/?fref=ts>

REGA. Disponível em: <https://www.facebook.com/REGABrasil/?fref=ts>
Revista Campo e Negócios. Emporium da Roça. Crédito foto: Alexandre Soares / Emater-MG. Disponível em: <http://www.revistacampoenegocios.com.br/casal-larga-profissoes-na-cidade-para-plantar-organicos-na-zona-rural/>

Ryerson Urban Farm. Disponível em: <https://ryersonurbanfarm.wordpress.com/>

Sítio Ecopedagógico Santo Agostinho. Disponível em: <https://www.facebook.com/sitioecopedagogico/?fref=ts>

South Central Urban Farm. Disponível em: <https://www.facebook.com/SouthCentralFarmersHealthEducationFund>

The Garden Movie. Disponível em: <http://www.imdb.com/title/tt1252486/>

The Stop's Farmers' Market. Disponível em: <https://www.facebook.com/TheStopFarmersMarket/>

Todmorden Community Team. Disponível em: <http://www.incredible-edible-todmorden.co.uk/>

ANEXOS

Anexo A – Quadro: Aspectos relacionados à agricultura e à ruralidade contemplados nas diretrizes gerais e específicas das ZIMs

Reestruturação territorial	Estimular o uso de terrenos já parcelados e vazios que promovam o exercício da função social da propriedade, com usos diversos, como agricultura urbana, equipamentos coletivos, habitação de interesse social, atividades que estimulem a economia popular e solidária, área verdes, etc., por meio de instrumentos urbanísticos, econômicos e fiscais.
	Promover a descentralização concentrada da mancha urbana da metrópole, evitando-se a continuidade de sua extensão periférica e fragmentada, reduzindo-se a pressão sobre áreas verdes, rurais e de interesse ambiental e incentivando-se o adensamento e a diversificação dos usos, principalmente no entorno das centralidades e ao longo dos principais corredores de transporte.
	Estimular a criação, o uso e a manutenção de espaços públicos, livres e de uso coletivo, articulada com a construção gradativa de uma rede interconectada de áreas verdes e cursos d´água (Trama Verde e Azul) em diferentes escalas espaciais.
Desenvolvimento produtivo sustentável	Promover o desenvolvimento sustentável da RMBH segundo uma visão de longo prazo pautada por estratégias que garantam (i) a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da justiça social; (iii) a sustentabilidade ambiental; (iv) a preservação e valorização da memória e da identidade cultural; (v) a inclusão socioprodutiva; (vi) a complementaridade entre as atividades urbanas e rurais; (vii) a coesão territorial e a solidariedade entre os municípios; e (viii) a integração competitiva para fora.
	Reestruturar o perfil produtivo em direção a uma matriz que seja ambientalmente sustentável, que se baseie em baixa emissão de carbono, estimule a agricultura e o turismo ecológicos e favoreça atividades com alta intensidade tecnológica e de conhecimento.
	Estimular a produção em pequena escala, através do incentivo a empreendimentos cooperativos e à economia popular e solidária, às atividades culturais e criativas, que não gerem impactos ao meio ambiente, à qualidade de vida e ao bem estar da comunidade, em todo o território metropolitano, especialmente nas ZIMs Mananciais.
	Reduzir a fragmentação, marginalização e periferização sócio-espacial no território metropolitano, com o fortalecimento das identidades e das formas de organização e produção locais, e com a promoção de atividades culturais e criativas.
Proteção e desenvolvimento ambiental	Promover a redução dos impactos de atividades agropecuárias sobre o meio, notadamente o consumo de água para irrigação, os processos erosivos e a contaminação de mananciais por nutrientes e agrotóxicos.
	Aumentar a arborização das áreas urbanas através da arborização de vias e praças, parques, bosques e florestas urbanas e criação de áreas com vegetação arbórea em espaços privados.
	Garantir a concretização da Trama Verde e Azul através da manutenção, recuperação e ampliação das APPs de cursos d'água e nascentes, integradas a unidades de conservação existentes e novas áreas de preservação a serem criadas em áreas com presença de remanescentes florestais importantes, reservas legais averbadas em propriedades rurais, áreas de risco geotécnico e de inundação, eixos viários e áreas degradadas a serem recuperadas e arborizadas, promovendo conexões ecológicas e paisagísticas.

	Conduzir estudos no sentido de viabilizar a aplicação dos seguintes instrumentos de compensação pela prestação de serviços ambientais e redução de riscos, adequando-os aos diferentes contextos e características de cada ZIM. Pagamento por serviços ambientais prestados pela biodiversidade (PSA Biodiversidade) mediante proteção de fragmentos de mata nativa, restauração florestal, preservação de zonas de amortecimento entre unidades de conservação e áreas urbanas, ampliação de corredores ecológicos e desenvolvimento de atividades econômicas de baixo impacto ambiental como agricultura agroecológica e artesanal,e atividades de turismo que estimulem o uso consciente dos recursos naturais e contribuam para o desenvolvimento local. Programas de desenvolvimento econômico e geração complementar de renda, focado em atividades turísticas que estimulem a preservação e a conscientização ambiental, como o turismo rural e de aventura, a produção e comercialização de produtos da agricultura agroecológica e outras atividades complementares associadas às demais estratégias de proteção de recursos naturais.

Fonte: UFMG (2015, p.14-18)

Anexo B – Quadro: Aspectos relacionados à agricultura e à ruralidade contemplados nas categorias de zoneamento interno das ZIMs

Zonas	Descrição	Diretrizes e Parâmetros
ZP-1 – Zona de Proteção 1	Áreas de proteção ambiental, cultural e paisagística localizadas dentro ou fora de perímetros urbanos, onde as possibilidades de ocupação e utilização ficam condicionadas ao cumprimento de parâmetros urbanísticos e diretrizes extremamente restritivos, com o objetivo de manter e/ou recuperar os atributos de interesse metropolitano que motivam sua criação.	Promover a implementação da Trama Verde e Azul através da proteção, recuperação e conexão das áreas classificadas como ZP-1 com as demais áreas de APPs, unidades de conservação e áreas de relevante interesse ambiental indicadas como Zonas de Diretrizes Especiais Metropolitanas (ZDEM), contribuindo para a formação de corredores ecológicos e paisagísticos.
	São áreas predominantemente vagas, de propriedade pública ou privada, que abrangem, além das unidades de conservação de proteção integral, áreas que podem admitir apenas usos e formas de ocupação que contribuam para a sua conservação ou recuperação, bem como para a sua manutenção e viabilidade econômica e ambiental.	Nas ZP-1 de propriedade pública é vedada a ocupação do solo, exceto por edificações destinadas, exclusivamente, ao serviço de apoio e manutenção das áreas ou que possibilitem seu uso para lazer, esportes e turismo de natureza.
		As ZP-1 de propriedade privada poderão ser parceladas, ocupadas e utilizadas para uso residencial ou não residencial, respeitados os parâmetros urbanísticos e assegurada sua preservação ou recuperação, mediante aprovação dos órgãos competentes.
	O conceito de viabilidade econômica ambiental aplicado a essa zona refere-se à tolerância da permanência ou introdução de atividades antrópicas segundo padrões de ocupação que atendam aos parâmetros estabelecidos e usos de baixo impacto ambiental, que possam, ao mesmo tempo, viabilizar a utilização econômica e a preservação de atributos ambientais presentes nas respectivas propriedades.	As ZP-1 de propriedade privada podem, ainda, ser objeto de incentivos fiscais, transferência de terrenos para o poder público, geração de transferência de direito de construir (UTDC), criação de reserva legal ou reserva particular do patrimônio natural, mediante aprovação dos órgãos competentes.
ZP-2 – Zona de Proteção 2	Áreas de proteção ambiental, cultural e paisagística localizadas fora de perímetros urbanos (zona rural), onde não é permitido o parcelamento para fins urbanos nem a instalação de atividades causadoras de impacto ambiental, com o objetivo de preservar e/ou recuperar atributos de relevância metropolitana através do incentivo à manuteção e ao desenvolvimento de boas práticas em agropecuária, turismo e lazer com ênfase na agricultura familiar ecológica e no ecoturismo.	Promover a implementação da Trama Verde e Azul através da manutenção, recuperação e ampliação de APPs, criação de reservas legais , RPPNs e outras unidades de conservação nas áreas indicadas como Zonas de Diretrizes Especiais Metropolitanas (ZDEM), ou em conexão com elas e com outras áreas de relevância ambiental e cursos d´água contribuindo para a formação de corredores ecológicos e paisagísticos.
		Promover a agricultura agroecológica e o turismo rural e de natureza, como formas de reduzir a poluição difusa de origem agrícola, com forte impacto sobre os cursos d'água, além de alternativas de geração de renda e desenvolvimento econômico para as comunidades locais que sejam compatíveis com a conservação de áreas de proteção ambiental de interesse metropolitano.

Zonas	Descrição	Diretrizes e Parâmetros
ZP-3 – Zona de Proteção 3	Áreas de proteção ambiental , cultural e paisagística localizadas dentro de perímetros urbanos (zonas urbanas ou de expansão urbana), onde o parcelamento, a ocupação e as possibilidades de uso do solo ficam condicionadas ao cumprimento de parâmetros urbanísticos e diretrizes restritivas, com o objetivo de conter processos de adensamento e usos incompatíveis com a manutenção e recuperação dos atributos de relevância metropolitana que motivam sua criação.	Promover a implementação da Trama Verde e Azul através da manutenção e ampliação de APPs , recuperação de áreas degradadas e criação de RPPNs , áreas verdes e espaços livres de uso público nas áreas indicadas como Zonas de Diretrizes Especiais Metropolitanas de Proteção Ambiental ou em conexão com elas e com outras áreas de preservação e cursos d´água, contribuindo para a formação de corredores ecológicos e paisagísticos.
		Garantir, em projetos de novos parcelamentos , área mínima de dossel por ha ., respeitando-se as características do bioma em que se inserem , o valor paisagístico dos lugares e o conceito de conectividade entre áreas verdes para a proteção de habitat e suporte à fauna.
	São áreas predominantemente privadas , vagas e indivisas , porém submetidas a intensa pressão imobiliária para a criação de loteamentos com implantação de sítios de recreio (chacreamentos) e condomínios residenciais, além de outros usos urbanos e de apoio à atividade rural e à agricultura que devem ser controlados , visando manter baixa densidade e baixo impacto ambiental , e promover a conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.	Promover, mediante elaboração de plano urbanístico específico, a ocupação do solo com concentração do potencial construtivo em áreas do terreno que apresentam menor impacto ambiental e consequente preservação de remanescentes florestais relevantes e outros atributos ambientais, observados os parâmetros limites da zona.
		Submeter projetos de parcelamento destinados a condomínios residenciais e grandes empreendimentos não residenciais a licenciamento ambiental e urbanístico integrados, incluindo, quando for o caso, avaliação de impacto no patrimônio cultural.
ZAC 1 – Zona de Atividades Complementares de Baixa Densidade		Garantir, nos novos parcelamentos , a continuidade do sistema viário público existente ou proposto para o entorno.
		Submeter projetos de parcelamento destinados a condomínios residenciais e grandes empreendimentos não residenciais a licenciamento ambiental e urbanístico integrados.

Zonas	Descrição	Diretrizes e Parâmetros
ZAC 1 – Zona de Atividades Complementares de Baixa Densidade (continuação)	Áreas predominantemente residenciais unifamiliares , localizadas dentro do perímetro urbano que , diante de restrições ambientais e /ou paisagísticas, e/ou ausência de infraestrutura adequada , há interesse metropolitano em controlar a densidade da ocupação, buscando-se, ao mesmo tempo, diversificar tipologias de uso e ocupação, combater a segregação sócio-espacial e viabilizar a preservação ambiental, privilegiando-se a implementação da trama verde e azul . A densidade populacional bruta de referência encontra-se entre de 15 e 30 hab./ha.	Garantir em projetos de novos parcelamentos área mínima de dossel por ha ., respeitando-se as características do bioma em que se inserem , o valor paisagístico dos lugares e o conceito de conectividade entre áreas verdes para a proteção de habitat e suporte à fauna. No caso de parcelamentos destinados a condomínios residenciais, os espaços livres de uso público e áreas destinadas a equipamentos comunitários deverão estar localizadas de forma a serem acessíveis pela população em geral. Não serão admitidos parcelamentos para condomínios em terrenos que venham obstaculizar o sistema viário público existente ou proposto e /ou o acesso a áreas de expansão urbana e equipamento de uso coletivo. No parcelamento para condomínios, a integralidade do potencial construtivo poderá ser concentrada em parte do terreno com o objetivo de preservar remanescentes florestais, nascentes, cursos d'água ou outros atributos ambientais relevantes. Os novos parcelamentos destinados a fins residenciais ou não residenciais localizados em ZACs deverão destinar 20% da área total da gleba para projetos habitacionais de interesse social , sendo, pelo menos 10% para famílias com renda familiar igual ou inferior a 3 SM.
ZAC 2 – Zona de Atividades Complementares de Média Densidade	Áreas localizadas dentro de perímetro urbano correspondentes a áreas urbanas consolidadas e /ou áreas de expansão urbana onde há interesse metropolitano no controle do uso do solo e dos níveis de adensamento em função da limitada capacidade da infraestrutura instalada , da necessidade de proteção de recursos naturais e /ou incentivo de estratégias de desenvolvimento econômico e social . A densidade populacional bruta de referência encontra-se entre 50-100 hab./ha.	Promover a requalificação urbano -ambiental e a regularização fundiária, priorizando as áreas demarcadas como Zonas de Diretrizes Especiais Metropolitanas (ZDEM) de Requalificação Urbana.

Zonas	Descrição	Diretrizes e Parâmetros
ZDA – Zona de Diversificação e Adensamento	Áreas indicadas como preferenciais para a diversificação de usos e adensamento populacional com o objetivo de consolidar e/ou desenvolver centralidades regionais e sub-regionais de interesse metropolitano. São áreas localizadas dentro do perímetro urbano, abrangendo áreas urbanas consolidadas, grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento econômico, e áreas de expansão urbana, com facilidade de acesso e boa infraestrutura urbana instalada e/ou prevista. A densidade populacional bruta de referência encontra-se entre 101-200 hab./ha.	Adotar o conceito de Coeficiente de Aproveitamento Mínimo (CAmin) como índice que define o aproveitamento edilício mínimo a ser exercido por empreendimento privado em qualquer terreno, para que não seja considerado subutilizado. Terrenos que possuam índices edilícios abaixo do CAmin e não possuam atividades cujo exercício impeça maior aproveitamento construtivo poderão receber a aplicação de parcelamento, ocupação e utilização compulsórios. Promover a melhoria das condições de circulação e travessia de pedestres, a provisão de espaços livres de uso público e de habitação de interesse social nas centralidades existentes e nas áreas previstas para expansão. Promover a adoção de tipologias e usos estratégicos (uso misto residencial e não residencial, equipamentos de uso coletivo, espaços livres de uso público e habitação de interesse social) com utilização da outorga não onerosa do direito de construir até o limite do CAmax definido para a zona; Condicionar o licenciamento ambiental e urbanístico de grandes projetos à previsão de espaços livres de uso público, habitação de interesse social (20%) e incorporação da Trama Verde e Azul.
ZIL – Zona de Indústria e Logística	Áreas lindeiras a eixos viários estruturantes, grandes equipamentos e polos de desenvolvimento econômico onde há interesse estratégico metropolitano em privilegiar a localização de atividades industriais e de logística, além de usos não residenciais de grande porte.	Privilegiar a instalação de atividades industriais e de logística, bem como usos econômicos de interesse metropolitano, compatibilizando-os com outros usos residenciais e não residenciais, equipamentos de uso coletivo e áreas de preservação segundo princípios de compatibilidade e complementariedade, evitando-se reforçar processos de segregação sócio espacial e a formação de extensas áreas monofuncionais. Na ZIL é vedado o uso residencial nas quadras lindeiras aos eixos viários estruturantes cujos lotes devem ser reservados para os usos não residenciais considerados prioritários nessa zona.

Zonas	Descrição	Diretrizes e Parâmetros
ZIL – Zona de Indústria e Logística (continuação)		Na ZIL será incentivada a previsão de faixa permeável e vegetada localizada na testada do lote, ao longo da área delimitada pelo afastamento frontal da edificação, mantida visível a partir do logradouro público e com largura mínima igual a 2/10 da seção da via e não inferior a 5 metros, através da conversão de igual área em potencial construtivo adicional ao potencial construtivo básico de forma gratuita, a ser utilizado no próprio lote, observado o limite do CAmax. A área permeável vegetada deverá atender o parâmetro de área mínima de dossel por ha. A ser definida para cada zona.

Fonte: UFMG (2015, p.22-27)

Anexo C – Quadro: Valor Absoluto e percentual da população rural e urbana dos municípios da RMBH (2010)

Municípios	População Rural	População Urbana	População Total	Percentual da População Rural
Baldim	2.846	5.067	7.913	35,97%
Belo Horizonte	0	2.375.151	2.375.151	0,00%
Betim	2.758	375.331	378.089	0,73%
Brumadinho	5.331	28.642	33.973	15,69%
Caeté	5.314	35.436	40.750	13,04%
Capim Branco	5.314	3.567	8.881	59,84%
Confins	0	5.936	5.936	0,00%
Contagem	2.042	601.400	603.442	0,34%
Esmeraldas	4.056	56.215	60.271	6,73%
Florestal	1.096	5.504	6.600	16,61%
Ibirité	364	158.590	158.954	0,23%
Igarapé	2.190	32.661	34.851	6,28%
Itaguara	2.846	9.526	12.372	23,00%
Itatiauçu	3.707	6.221	9.928	37,34%
Jaboticatubas	6.394	10.740	17.134	37,32%
Juatuba	375	21.827	22.202	1,69%
Lagoa Santa	3.571	48.949	52.520	6,80%
Mário Campos	734	12.458	13.192	5,56%
Mateus Leme	3.177	24.679	27.856	11,41%
Matozinhos	3.078	30.877	33.955	9,06%
Nova Lima	1.766	79.232	80.998	2,18%
Nova União	2.683	2.872	5.555	48,30%
Pedro Leopoldo	8.787	49.953	58.740	14,96%
Raposos	790	14.552	15.342	5,15%
Ribeirão das Neves	2.164	294.153	296.317	0,73%
Rio Acima	1.146	7.944	9.090	12,61%
Rio Manso	2.466	2.810	5.276	46,74%

Municípios	População Rural	População Urbana	População Total	Percentual da População Rural
Sabará	3.185	123.084	126.269	2,52%
Santa Luzia	564	202.378	202.942	0,28%
São Joaquim de Bicas	6.938	18.599	25.537	27,17%
São José da Lapa	8.399	11.400	19.799	42,42%
Sarzedo	282	25.532	25.814	1,09%
Taquaraçu de Minas	2.039	1.755	3.794	53,74%
Vespasiano	0	104.527	104.527	0,00%
RMBH	**96.402**	**4.787.568**	**4.883.970**	**1,97%**

Fonte: Censo Demográfico IBGE Cidades, 2010

Anexo D – Tabela: População residente com 10 ou mais anos de idade por grande grupo de ocupação e situação do domicílio na RMBH (2010)

Grande Grupo	Urbano		Rural		Total
	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual	
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	206.949	98,63%	2.874	1,37%	209.823
Diretores e gerentes	110.142	99,20%	888	0,80%	111.030
Profissionais das ciências e intelectuais	302.658	99,45%	1.680	0,55%	304.338
Técnicos e profissionais de nível médio	204.848	99,29%	1.475	0,71%	206.323
Trabalhadores de apoio administrativo	233.103	99,45%	1.292	0,55%	234.395
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	445.204	98,99%	4.545	1,01%	449.749
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	15.987	68,13%	7.480	31,87%	23.467
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	296.176	98,48%	4.577	1,52%	300.753
Operadores de instalações e máquinas e montadores	189.012	98,68%	2.526	1,32%	191.538
Ocupações complementares	387.752	96,50%	14.082	3,50%	401.834
Total	**2.391.831**	**98,30%**	**41.419**	**1,70%**	**2.433.250**

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010. In: Costa, Santos, Costa (2013)

Anexo E – Tabela: Participação da atividade agropecuária no PIB e nos empregos da RMBH

Nome do Município	PIB Agropecuário (quantidade por mil reais)	PIB Total (quantidade por mil reais)	PIB Agropecuário em relação ao PIB Total	Emprego na Agropecuária	Emprego Total	Emprego na Agropecuária em relação ao Emprego Total
Baldim	18.158,21	82.500,09	22,01%	160	2.167	7,38%
Belo Horizonte	201,89	58.374.102,90	0,00%	5.195	1.411.147	0,37%
Betim	9.693,13	28.100.844,60	0,03%	413	121.364	0,34%
Brumadinho	25.043,84	1.803.066,95	1,39%	342	8.277	4,13%
Caeté	10.738,43	406.586,48	2,64%	107	4.779	2,24%
Capim Branco	5.155,29	81.073,45	6,36%	108	1.595	6,77%
Confins	709,94	1.643.906,77	0,04%	49	4.792	1,02%
Contagem	1.584,51	20.647.180,70	0,01%	419	203.450	0,21%
Esmeraldas	44.519,77	435.882,77	10,21%	839	6.171	13,60%
Florestal	16.998,26	70.006,99	24,28%	313	1.191	26,28%
Ibirité	8.801,07	1.478.989,41	0,60%	32	16.816	0,19%
Igarapé	10.127,18	621.805,98	1,63%	106	6.013	1,76%
Itaguara	20.956,89	154.662,81	13,55%	97	2.396	4,05%
Itatiaiuçu	16.520,51	1.149.620,03	1,44%	68	3.572	1,90%
Jaboticatubas	14.009,91	134.638,42	10,41%	200	1.895	10,55%
Juatuba	4.089,75	805.805,86	0,51%	143	6.433	2,22%
Lagoa Santa	3.634,42	1.080.927,15	0,34%	83	12.548	0,66%
Mário Campos	17.475,36	107.695,86	16,23%	97	1.142	8,49%
Mateus Leme	30.797,92	441.647,23	6,97%	255	7.850	3,25%
Matozinhos	13.553,69	740.005,61	1,83%	273	10.518	2,60%
Nova Lima	326,77	5.995.140,28	0,01%	213	47.213	0,45%
Nova União	10.055,85	48.910,61	20,56%	94	520	18,08%
Pedro Leopoldo	20.757,56	1.165.279,10	1,78%	411	17.205	2,39%
Raposos	67,27	110.028,18	0,06%	1	775	0,13%
Ribeirão das Neves	2.130,91	2.748.007,31	0,08%	68	23.135	0,29%
Rio Acima	538,18	132.416,26	0,41%	19	1.566	1,21%
Rio Manso	8.282,59	49.334,91	16,79%	41	474	8,65%
Sabará	2.709,38	1.516.957,54	0,18%	60	14.752	0,41%
Santa Luzia	5.661,27	2.393.254,63	0,24%	128	25.089	0,51%
São Joaquim de Bicas	5.115,46	387.107,92	1,32%	50	6.603	0,76%

Nome do Município	PIB Agropecuário (quantidade por mil reais)	PIB Total (quantidade por mil reais)	PIB Agropecuário em relação ao PIB Total	Emprego na Agropecuária	Emprego Total	Emprego na Agropecuária em relação ao Emprego Total
São José da Lapa	7.905,56	335.456,22	2,36%	224	4.387	5,11%
Sarzedo	12.638,05	552.389,31	2,29%	145	6.159	2,35%
Taquaraçu de Minas	5.512,67	40.996,84	13,45%	64	486	13,17%
Vespasiano	905,16	1.846.612,64	0,05%	21	18.064	0,12%
RMBH	355.376,65	135.682.842,00	0,26%	10.838	2.000.544	0,54%

Fonte: PIB dos municípios IBGE, 2012 e RAIS MTE, 2012

Anexo F – Tabela: Produção agropecuária nos municípios da RMBH (PPM 2012)

Município	Produção Animal			Rebanho de Grande Porte Especificação e Quantidade			Médio Porte Especificação e Quantidade			Pequeno Porte Especificação e Quantidade		
	Leite (1000 litros)	Ovos de galinha (1000 dúzias)	Mel (t)	Bovino	Eqüino	Bubalinos	Suíno	Caprino	Ovino	Galos, frangas, frangos e pintos	Galinhas	Codornas
Baldim	5.132	29	8	18.743	1033	*	1.300	40	464	287.129	5.065	35
Belo Horizonte	*	*	*	834	3.297	*	*	*	*	*	*	*
Betim	9.600	21	0	12.090	900	*	790	220	250	7.700	1.900	*
Brumadinho	11.000	204	1	14.800	700	25	33.000	400	400	450.000	12.000	*
Caeté	2.367	18	12	6.261	468	60	813	37	460	3.743	1.203	*
Capim Branco	3.300	10	*	7.350	380	*	500	20	530	1.200	800	*
Confins	420	*	*	840	480	*	*	*	*	*	*	*
Contagem	750	*	*	1.640	450	*	*	40	60	*	*	*
Esmeraldas	29.000	1.800	2	45.500	3300	738	5.540	280	4.000	300.000	110.000	*
Florestal	6.318	95	*	12.152	765	80	17.328	374	871	1.203.636	22.836	*
Ibirité	342	*	*	988	40	104	430	10	55	*	150	*
Igarapé	3.900	430	0	4.260	100	*	1.030	*	*	12.000	90.000	*
Itaguara	17.500	140	5	25.152	800	60	2.900	80	580	16.000	14.000	*
Itatiaiuçu	6.300	67	9	7.780	430	40	1.630	150	90	35.000	10.500	*
Jaboticatubas	10.229	80	4	16.991	2185	16	1.847	90	420	86.021	12.890	*

Município	Produção Animal			Rebanho de Grande Porte Especificação e Quantidade			Médio Porte Especificação e Quantidade			Pequeno Porte Especificação e Quantidade		
	Leite (1000 litros)	Ovos de galinha (1000 dúzias)	Mel (t)	Bovino	Eqüino	Bubalinos	Suíno	Caprino	Ovino	Galos, frangas, frangos e pintos	Galinhas	Codornas
Juatuba	1.700	170	0	3.150	180	*	445	*	*	90.000	15.000	*
Lagoa Santa	2.200	*	*	5.900	600	*	385	*	150	*	*	5.500
Mário Campos	135	623	*	469	124	*	870	*	25	11.000	25.000	1.500
Mateus Leme	9.000	380	4	11.391	540	75	1.500	230	250	65.000	50.000	*
Matozinhos	13.500	2	18	16.350	850	65	780	*	600	4.000	800	*
Nova Lima	288	*	*	750	350	*	*	*	70	*	*	*
Nova União	1.563	24	2	4.753	329	17	706	8	67	3.428	1.575	*
Pedro Leopoldo	13.600	5.120	*	14.250	1000	121	370	40	180	200.000	195.000	*
Raposos	84	*	*	166	20	*	*	*	*	*	*	*
Ribeirão das Neves	1.840	*	*	2.506	192	25	3.376	29	38	*	*	*
Rio Acima	240	1	2	900	200	*	*	*	250	350	600	*
Rio Manso	3.000	48	0	7.288	320	6	1.200	*	*	7.000	4.150	*
Sabará	1.880	*	*	2.530	60	4	700	20	*	*	*	*
Santa Luzia	3.946	*	1	5.970	371	*	2.628	46	61	*	*	*
São Joaquim de Bicas	2.700	21	*	2.900	110	4	345	*	*	4.000	2.000	*

Município	Produção Animal			Rebanho de Grande Porte Especificação e Quantidade			Médio Porte Especificação e Quantidade			Pequeno Porte Especificação e Quantidade		
	Leite (1000 litros)	Ovos de galinha (1000 dúzias)	Mel (t)	Bovino	Eqüino	Bubalinos	Suíno	Caprino	Ovino	Galos, frangas, frangos e pintos	Galinhas	Codornas
São José da Lapa	1.250	3.350	*	1.500	45	20	2.000	*	*	240.000	163.000	*
Sarzedo	347	*	80	1.190	125	*	690	12	25	200	400	4.200
Taquaraçu de Minas	2.608	*	0	7.599	2.498	*	846	68	25	*	*	*
Vespasiano	1.050	*	*	1.200	70	*	*	*	*	*	*	*
RMBH	**167.089**	**12.633**	**148**	**266.143**	**23.312**	**1.460**	**83.949**	**2.194**	**9.921**	**3.027.407**	**738.869**	**11.235**

Fonte: PPM IBGE, 2012

Anexo G – Tabela: Módulo fiscal e estratificação das propriedades por tamanho por município da RMBH

Municípios	Módulos Fiscais (ha)	TOTAL	Minifúndio	Pequena Propriedade	Média Propriedade	Grande propriedade		% das Grandes Propriedades	% das Grandes Propriedades Improdutivas	% de Minifúndios e Pequenas Propriedades
						Produtiva	Improdutiva			
Baldim	20	649	343	171	59	14	10	3,70%	1,50%	79,20%
Belo Horizonte	5	176	79	49	28	1	11	6,80%	6,30%	72,73%
Betim	7	1.247	847	224	111	17	22	3,10%	1,80%	85,89%
Brumadinho	20	1.431	1.021	263	80	1	6	0,50%	0,40%	89,73%
Caeté	7	1.047	483	335	155	9	28	3,50%	2,70%	78,13%
Capim Branco	7	316	171	58	60	8	16	7,60%	5,10%	72,47%
Confins	7	154	94	40	14	2	2	2,60%	1,30%	87,01%
Contagem	7	496	287	126	60	-	15	3,00%	3,00%	83,27%
Esmeraldas	7	2.186	992	559	442	52	128	8,20%	5,90%	70,95%
Florestal	20	598	351	197	40	-	1	0,20%	0,20%	91,64%
Ibirité	7	291	149	94	25	1	11	4,10%	3,80%	83,51%
Igarapé	20	434	341	63	18	1	1	0,50%	0,20%	93,09%
Itaguara	30	1.677	1.337	298	23	-	-	**	**	0,975
Itatiaiuçu	20	1.231	679	222	46	3	1	0,30%	0,10%	73,19%
Jaboticatubas	20	1.630	1.094	374	107	8	16	1,50%	1,00%	90,06%
Juatuba	20	218	162	36	16	-	3	1,40%	1,40%	90,83%

Municípios	Módulos Fiscais (ha)	TOTAL	Minifúndio	Pequena Propriedade	Média Propriedade	Grande propriedade		% das Grandes Propriedades	% das Grandes Propriedades Improdutivas	% de Minifúndios e Pequenas Propriedades
						Produtiva	Improdutiva			
Lagoa Santa	7	625	320	151	101	8	27	5,60%	4,30%	75,36%
Mário Campos	7	116	62	45	5	-	2	1,70%	1,70%	92,24%
Mateus Leme	20	1.017	696	249	56	5	4	0,90%	0,40%	92,92%
Matozinhos	7	347	180	77	46	24	19	12,40%	5,50%	74,06%
Nova Lima	7	332	160	74	38	1	24	7,50%	7,20%	70,48%
Nova União	7	642	483	154	2	1	2	0,50%	0,30%	99,22%
Pedro Leopoldo	7	453	142	142	98	13	39	11,50%	8,60%	62,69%
Raposos	7	38	8	15	4	1	2	7,90%	5,30%	60,53%
Ribeirão das Neves	7	329	167	94	44	4	15	5,80%	4,60%	79,33%
Rio Acima	7	308	146	93	40	5	14	6,20%	4,50%	77,60%
Rio Manso	20	820	642	147	19	-	-	**	**	0,9622
Sabará	7	794	436	198	99	12	31	5,40%	3,90%	79,85%
Santa Luzia	7	744	413	166	123	9	22	4,20%	3,00%	77,82%
São José da Lapa	7	111	57	31	11	3	3	5,40%	2,70%	79,28%
São Joaquim de Bicas	20	178	121	41	10	-	1	0,60%	0,60%	91,01%
Sarzedo	7	110	43	39	13	2	4	5,50%	3,60%	74,55%

Municípios	Módulos Fiscais (ha)	TOTAL	Minifúndio	Pequena Propriedade	Média Propriedade	Grande propriedade		% das Grandes Propriedades	% das Grandes Propriedades Improdutivas	% de Minifúndios e Pequenas Propriedades
						Produtiva	Improdutiva			
Taquaraçu de Minas	7	479	181	155	100	6	37	9,00%	7,70%	70,15%
Vespasiano	7	168	86	52	21	4	2	3,60%	1,20%	82,14%
RMBH		**21.392**	**13.071**	**5.032**	**2.114**	**215**	**519**	**3,40%**	**2,40%**	**84,62%**
		100,00%	**61,10%**	**23,52%**	**9,88%**	**1,00%**	**2,43%**			

Fonte: INCRA, 2005. In: Mazzetto (2008)

Anexo H – Tabela: Extensão territorial, número e área de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar e não familiar dos municípios da RMBH

Municípios	Extensão Territorial (ha)*	Total de Estabelecimentos	Estabelecimentos AF	Área AF (ha)	Estabelecimentos ANF	Área ANF (ha)	% da área AF nos Territórios	% da área ANF nos Territórios	Área total de AF e ANF	% da área de AF e ANF nos Territórios
Baldim	55.626,600	463	326	4.587	137	30.060	8,2	54,0	34.647	62,3
Belo Horizonte	33.140,100	34	27	111	7	246	0,3	0,7	357	1,1
Betim	34.373,600	301	142	1.430	159	12.280	4,2	35,7	13.710	39,9
Brumadinho	63.943,400	590	440	5.231	150	13.348	8,2	20,9	18.579	29,1
Caeté	54.257,100	209	116	1.206	93	28.530	2,2	52,6	29.736	54,8
Capim Branco	9.533,300	85	34	247	51	8.031	2,6	84,2	8.278	86,8
Confins	4.235,500	22	8	22	14	514	0,5	12,1	536	12,7
Contagem	19.526,800	74	34	194	40	1.486	1,0	7,6	1.680	8,6
Esmeraldas	90.948,800	498	121	1.464	377	62.005	1,6	68,2	63.469	69,8
Florestal	19.421,000	111	66	1.402	45	5.540	7,2	28,5	6.942	35,7
Ibirité	7.257,300	25	13	74	12	1.033	1,0	14,2	1.107	15,3
Igarapé	11.026,300	193	117	1.244	76	2.711	11,3	24,6	3.955	35,9
Itaguara	41.046,800	809	636	13.002	173	11.439	31,7	27,9	24.441	59,5
Itatiaiuçu	29.514,500	262	203	3.153	59	4.311	10,7	14,6	7.464	25,3
Jaboticatubas	111.497,200	822	569	8.436	253	28.281	7,6	25,4	36.717	32,9
Juatuba	9.672,900	36	13	311	23	2.932	3,2	30,3	3.243	33,5
Lagoa Santa	22.926,700	62	14	85	48	5.318	0,4	23,2	5.403	23,6
Mário Campos	3.519,600	69	51	158	18	775	4,5	22,0	933	26,5
Mateus Leme	30.271,400	477	338	4.935	139	7.543	16,3	24,9	12.478	41,2

Municípios	Extensão Territorial (ha)*	Total de Estabelecimentos	Estabelecimentos AF	Área AF (ha)	Estabelecimentos ANF	Área ANF (ha)	% da área AF nos Territórios	% da área ANF nos Territórios	Área total de AF e ANF	% da área de AF e ANF nos Territórios
Matozinhos	25.228,000	72	27	176	45	13.178	0,7	52,2	13.354	52,9
Nova Lima	42.900,400	7	4	35	3	130	0,1	0,3	165	0,4
Nova União	17.213,100	300	214	1.598	86	4.590	9,3	26,7	6.188	35,9
Pedro Leopoldo	29.294,700	136	50	467	86	9.350	1,6	31,9	9.817	33,5
Raposos	7.222,800	2	2	**	**	**	**	**	**	**
Ribeirão das Neves	15.554,100	90	44	224	46	4.554	1,4	29,3	4.778	30,7
Rio Acima	22.981,200	5	1	**	4	700	**	3,0	**	**
Rio Manso	23.154,000	1.132	1.032	6.329	100	3.919	27,3	16,9	10.248	44,3
Sabará	30.217,300	103	63	512	40	2.967	1,7	9,8	3.479	11,5
Santa Luzia	23.532,700	96	58	330	38	2.606	1,4	11,1	2.936	12,5
São José da Lapa	7.155,700	176	141	620	35	639	8,7	8,9	1.259	17,6
São Joaquim de Bicas	4.793,000	18	5	5	13	959	0,1	20,0	964	20,1
Sarzedo	6.213,400	49	41	132	8	1.667	2,1	26,8	1.799	29,0
Taquaraçu de Minas	32.924,100	312	182	1.131	130	15.943	3,4	48,4	17.074	51,9
Vespasiano	7.122,200	32	19	106	13	1.515	1,5	21,3	1.621	22,8
RMBH	**947.245,60**	**7.672**	**5.151**	**58.957**	**2.521**	**289.100**	**6,2**	**30,5**	**348.057**	**36,7**

*Os dados, originalmente em Km², foram convertidos para hectare (1km² = 100 ha) para faclitar a comparação

** Não possui dados no Censo Agropecuário 2006

AF (Agricultura Familiar)

ANF (Agricultura Não Familiar)

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2006 e Censo Demográfico IBGE Cidades, 2010

APÊNDICES

Apêndice A – Legislações utilizadas na recuperação dos perímetros urbanos

Municípios	Legislação
Baldim	Lei Complementar nº 1082/2012 - Institui o Plano Diretor do município de Baldim
Belo Horizonte	Lei 9.959/2010 - Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Belo Horizonte
Betim	Lei nº 5.177/2011 - Altera a lei nº4574/2007, que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do município de Betim
Brumadinho	Lei nº 52/2006 - Institui o Plano Diretor do município de Brumadinho
Caeté	Lei nº 2496 /2007 - Institui o Plano Diretor Participativo do município de Caeté
Capim Branco	Lei nº 1078/2006 - Institui o Plano Diretor do município de Capim Branco
Confins	Lei Complementar nº 002/1999 - Institui o Plano Diretor do município de Confins
Contagem	Lei Complementar 33/2006 - Institui o Plando Diretor de Contagem e dá outras providências; Lei Complementar 082/2010 - Disciplina o parcelamento, a ocupação e o uso do solo no município de Contagem, e dá outras providências.
Esmeraldas	Lei nº 2058/2006 - Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico Participativo do Município de Esmeraldas
Florestal	Lei nº 775/2007 - Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Florestal
Ibirité	Lei Complementar nº 021/1999 - Institui o Plano Diretor do município de Ibirité
Igarapé	Lei Complementar nº 03/2007 - Institui o Plano Diretor do município de Igarapé
Itaguara	Lei nº 1488/2013 - Altera o Perímetro Urbano de município de Itaguara
Itatiaiuçu	Lei nº 1.009/2006 - Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Itatiaiuçu e dá outras providências
Jaboticatubas	Lei nº 1.905/2006 - Dispõe sobre a política de desenvolvimento e de expansão urbana do município de Jaboticatubas, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências
Juatuba	Lei 94/2008 - Institui o Plano Diretor do município de Juatuba
Lagoa Santa	Lei 3286/2012 - Altera a Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Lagoa Santa
Mário Campos	Lei nº 04/2007 - Institui o Plano Diretor do município de Mário Campos
Mateus Leme	Lei Complementar nº 25/2006 - Institui o Plano Diretor Participativo do município de Mateus Leme
Matozinhos	Lei nº 1.614/2000 - Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Matozinhos
Nova Lima	Lei nº 2007/2007 - Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Nova Lima, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do município e dá outras providências
Nova União	Sem legislação correspondente à base cartográfica
Pedro Leopoldo	Lei nº 3034/2008 - Institui o Plano Diretor do município de Pedro Leopoldo
Raposos	Lei nº 979/2006 - Dispõe sobre normas de Uso e Ocupação do Solo no município de Raposos

Municípios	Legislação
Ribeirão das Neves	Lei Complementar nº 036/2006 - Institui o Plano Diretor municipal e estabelece as diretrizes e proposições de desenvolvimento no município de Ribeirão das Neves
Rio Acima	Lei nº 01/2006 - Institui Plano Diretor do município de Rio Acima
Rio Manso	Lei 751/2011 - Define o perímetro urbano do centro de Rio Manso e dá outras providências
Sabará	Lei Complementar nº 005/2004 - Dispõe sobre a ocupação e o uso do solo no município de Sabará e dá outras providências
Santa Luzia	Lei Complementar 2.835/2008, alterada pela Lei Complementar 3463/2013 - Dispõe sobre a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo de Santa Luzia
São Joaquim de Bicas	Lei nº 215/2004 - Institui o Plano Diretor do município de São Joaquim de Bicas
São José da Lapa	Lei Municipal 855/2014 - Dispõe sobre o perímetro urbano do município de São José da Lapa
Sarzedo	Lei nº 311/2006 - Institui o Plano Diretor do município de Sarzedo
Taquaraçu de Minas	Sem base de dados
Vespasiano	Lei Complementar nº 017/2011 - Dispõe sobre alterações da Lei Complementar nº 010/09 e de seus anexos

Apêndice B – Perfil da produção e comercialização agrícola e pecuária dos municípios da RMBH

Municípios	CEASAMINAS		PAM/IBGE	
	Principais Produtos Comercializados[1]	Destaque no Fornecimento[2]	Principais Produtos[3]	Destaques
Baldim	pepino, tomate e manga	3º: pepino	Cana, milho, tomate, manga, limão.	-
Belo Horizonte	arroz	-	-	-
Betim	feijão e arroz	2º: feijão; 3º: taioba, serralha e Maria Nica; 4º: hortelã, manjericão e amendoim; 5º: salsão e chicória	Cana, milho, tomate, tangerina.	-
Brumadinho	tangerina e chuchu	1º: acelga, alface, chicória, tangerina, agrião, espinafre - 2º: almeirão, serralha, couve e lichia - 3º coentro, salsão, mostarda e cebolinha	Cana, tangerina, tomate, milho, milho	Tangerina (3º maior produtor no estado)
Caeté	banana (88,37%)	-	Banana, Cana, Mandioca e Tomate	-
Capim Branco	alho	-	Cana, Milho, Tomate e Mandioca	
Confins	vagem, alho-porró e quiabo	-	Milho	-
Contagem	feijão e milho	1º: milho e feijão; 2º: amendoim	-	-
Esmeraldas	milho, tomate e vagem	-	Cana, Milho e Tomate	-
Florestal	mandioca, milho verde, jiló, tomate e abobrinha	-	Tomate, Mandioca e Cana.	-
Ibirité	chuchu (80,84%) e beterraba	1º: chuchu, cebolinha, coentro, rúcula, salsa, manjericão, hortelã	Cebola, Tomate e Cenoura	-
Igarapé	chuchu, milho verde, abóbora italiana, berinjela e tomate	2º: berinjela, mostarda, jurubeba, abobrinha, couve, milho verde, rabanete e nabo.	Cana, tomate, mandioca e milho	-
Itaguara	tomate, banana e mandioca	-	Cana, tomate, mandioca, milho e banana.	-
Itatiaiuçu	chuchu, couve-flor e brócolis	1º: brócolis e fava; 2º couve-flor	Cana, tomate e milho.	-
Jaboticatubas	laranja, pepino e romate.	1º: rabanete, nabo, salsão, alho-porró, moyashi, broto de alfafa, broto de bambu - 2º: graviola, jabuticaba e tamarindo.	Cana, milho, laranja e tomate.	-
Juatuba	milho verde, mandioca e banana.	-	Cana, milho, banana, tangerina e tomate.	-

Municípios	CEASAMINAS		PAM/IBGE	
	Principais Produtos Comercializados[1]	Destaque no Fornecimento[2]	Principais Produtos[3]	Destaques
Lagoa Santa	tangerina, laranja e jiló.	-	Mandioca, cana, tangerina e manga.	-
Mário Campos	chuchu (80,17%)	2º: agrião, chicória, rabanete, espinafre, rúcula, alface - 3º: salsa - 4º: cebolinha, mostarda e acelga.	Cana, milho, café e feijão.	-
Mateus Leme	berinjela, pepino, milho verde e abóbora/abobrinha.	1º: jurubeba, berinjela, pimenta, vagem, pepino, milho verde, pimentão - 2º: ervilha e abobrinha	Cana, tomate, milho, goiaba.	-
Matozinhos	milho verde (76,26%), melancia e manga	-	Milho, cana e soja.	
Nova Lima	-	-	-	-
Nova União	banana (98,93%)	2º: banana e 3º: jabuticaba	Banana e Cana.	Banana (8º maior produtor do estado)
Pedro Leopoldo	ovos de granja (54,7%) e couve-flor	-	Milho, cana e abacate	-
Raposos	-	-	-	-
Ribeirão das Neves	repolho hibrido, couve e espinafre.		Cana e milho	-
Rio Acima	-	-	-	-
Rio Manso	couve-flor, jiló, inhame, milho-verde	1º: couve-Flor; 2º jiló; 3º: berinjela, pimentão; 4º: milho verde e inhame.	Cana, Milho, Mandioca e Tomate	-
Sabará	banana (61,02%), pepino e tomate	-	Milho, tomate, mandioca	-
Santa Luzia	banana (78,55%)	-	Cana e Banana	-
São Joaquim de Bicas	chuchu, tomate, abobrinha, banana.	1º: taioba, couve, mostarda - 2º Maria Nica.	Cama, banana e tomate.	-
São José da Lapa	pimentão, abóbora italiana, jiló e berinjela	-	Milho	-
Sarzedo	chuchu e abacate	1º: abacate, almeirão, serralha, Maria Nica - 2º: taioba, acelga e chuchu	Abacate e tomate.	-

Municípios	CEASAMINAS		PAM/IBGE	
	Principais Produtos Comercializados[1]	Destaque no Fornecimento[2]	Principais Produtos[3]	Destaques
Taquaraçu de Minas	banana (99,27%)	4º: lichia	Banana, cana, mandioca e milho	Pimenta-do-reino (Maior produtor do estado)
Vespasiano	-	-	-	

[1]Em geral, produtos que estão acima de 10% da quantidade de fornecimento do município à Ceasaminas-BH, exceto casos emblemáticos

[2]Produtos sobre os quais o município é responsável por uma grande parcela de comercialização para a Ceasaminas-BH, em relação a todos os outros fornecedores do estado e do país

[3]Pela quantidade produzida em toneladas de acordo com a PAM/IBGE

*Lavouras Permanentes e Temporárias acompanhadas pelo IBGE.

Fonte: Elaboração Igor Tupy e da autora com base nos dados da Ceasaminas/BH (2013) e da Produção Agrícola Municipal - IBGE (2013)

Apêndice C – Participação dos municípios da RMBH na comercialização com a Ceasaminas/BH (2013)

Município	Produtores Cadastrados		Quantidade Comercializada		Valor	
	Quantidade	Ordem	Quantidade (t)	Ordem	Quantidade (R$)	Ordem
Baldim	54	4º	6.894,95	7º	7.784.212,42	8º
Belo Horizonte	-	-	1.496,16	18º	3.088.691,44	16º
Betim	8	18º	4.239,89	12º	13.028.104,37	4º
Brumadinho	47	6º	11.971,48	4º	11.256.265,77	6º
Caeté	6	20º	621,96	22º	713.759,48	23º
Capim Branco	6	21º	607,54	23º	3.972.005,37	14º
Confins	1	25º	1,39	29º	4.600,95	30º
Contagem	1	26º	26.586,58	1º	66.873.642,31	1º
Esmeraldas	19	9º	1.124,32	21º	1.324.785,13	22º
Florestal	7	19º	1.564,84	17º	1.601.478,47	20º
Ibirité	17	10º	6.286,67	9º	5.966.803,91	11º
Igarapé	52	5º	9.669,18	6º	10.246.855,52	7º
Itaguara	12	15º	2.276,41	15º	2.791.194,97	17º
Itatiaiuçu	30	7º	6.195,94	10º	6.973.382,30	10º
Jaboticatubas	17	11º	3.190,40	13º	5.689.784,39	12º
Juatuba	9	16º	2.125,12	16º	2.465.527,12	19º
Lagoa Santa	2	24º	289,78	24º	301.010,86	26º
Mário Campos	13	13º	2.935,67	14º	3.245.055,19	15º
Mateus Leme	86	2º	17.850,71	2º	22.143.399,22	2º
Matozinhos	1	27º	9,14	27º	70.049,77	27º
Nova Lima	-	-	-	-	-	-
Nova União	88	1º	17.502,48	3º	17.307.542,07	3º
Pedro Leopoldo	9	17º	1.235,77	19º	2.524.995,57	18º

Município	Produtores Cadastrados		Quantidade Comercializada		Valor	
	Quantidade	Ordem	Quantidade (t)	Ordem	Quantidade (R$)	Ordem
Raposos	-	-	-	-	-	-
Ribeirão das Neves	1	28º	0,27	30º	6.841,16	29º
Rio Acima	-	-	-	-	-	-
Rio Manso	62	3º	11.103,49	5º	12.958.445,80	5º
Sabará	6	22º	42,86	26º	489.267,86	24º
Santa Luzia	6	23º	264,19	25º	363.345,05	25º
São Joaquim de Bicas	25	8º	6.289,43	8º	7.330.445,14	9º
São José da Lapa	1	29º	8,52	28º	11.575,48	28º
Sarzedo	13	14º	4.878,05	11º	4.934.618,03	13º
Taquaraçu de Minas	16	12º	1.227,13	20º	1.548.542,05	21º
Vespasiano	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração Igor Tupy com base nos dados da Ceasaminas/BH, 2013